

**Imagens de Poder:
Animais exóticos na cultura de corte em Portugal no Renascimento**

Catarina Anselmo Santana Simões

Tese de Doutoramento em História
Especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão
Portuguesa

Janeiro, 2021

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

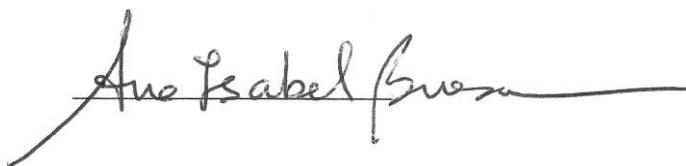
A candidata,

Catarina Anselmo Santana Simões

Lisboa, 12 de Janeiro de 2021

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

A handwritten signature in dark ink, reading "Ana Isabel Guesu". The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke extending to the right.

Lisboa, 14 de Janeiro de 2021

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Isabel Buescu.

Apoio Financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

[SFRH/BD/84622/2012].

Para o Tiago e o Francisco.

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma tese de doutoramento é – em particular quando se prolonga no tempo mais do que seria expectável e recomendável – um processo incrivelmente solitário. A solidão desoladora e por vezes embaraçosamente autocomiserada que assola, a dada altura, todos quantos se dedicam a um empreendimento deste tipo esconde, no entanto, o quão participado e colectivo este esforço é na realidade. Na hora de escrever os agradecimentos, perante a tomada de consciência dos diversos contributos que, das mais variadas formas, se juntaram para dar corpo ao produto final, um sentimento de profunda gratidão e humildade sobrepõe-se. Embora deseje não esquecer ninguém, esta é praticamente uma inevitabilidade dadas tanto a amplitude das contribuições como as contingências do momento, que exacerbam a memória de algumas e relegam outras para um esquecimento temporário mas não menos injusto, pelo que peço, desde já, desculpa.

Quero, em primeiro lugar, agradecer à minha orientadora, a Professora Ana Isabel Buescu, por me ter ajudado activamente, desde a candidatura deste projecto até ao momento da entrega da tese, passando por inúmeras leituras e releituras, sempre rigorosas, sem as quais o resultado final teria ficado, sem sombra de dúvida, inferior; pelo seu entusiasmo contagiante, a sua disponibilidade e a sua paciência que em várias alturas pareceram verdadeiramente inesgotáveis.

Ao Professor João Paulo Oliveira e Costa, pelo apoio de sempre e por ter acreditado na qualidade do meu trabalho ainda mais do que eu própria. Ao CHAM, a minha instituição de acolhimento, que desde 2010 contribuiu imensamente para a minha formação.

Porque o financiamento e a subsistência são uma condição indispensável à produção de conhecimento, agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento que me foi concedida para a realização desta tese. Devo também uma palavra de profundo reconhecimento ao Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Universidade de Lisboa), em particular aos meus orientadores, o Professor José Pedro Sousa Dias e a Professora Marta Lourenço, pela oportunidade de colaborar como bolseira nesta instituição, que me permitiu prosseguir a minha

formação enquanto historiadora, aprofundando outro tipo de problemáticas que até então eram relativamente novas para mim. À Professora Marta Lourenço agradeço também pelo interesse que sempre manifestou neste trabalho, pelas suas pertinentes e estimulantes sugestões, e por ter contribuído decisivamente para que conseguisse concluir esta tese.

I would like to thank Mark Hengerer and Nadir Weber for accepting my proposal to participate in the *Animals at Court* conference (Ludwig-Maximilian University, December 2016), and for their valuable suggestions and comments on drafts of my paper for the subsequent book. To Annemarie Jordan Gschwend, for her influential work and for her interest in this thesis. To the many people I was fortunate enough to meet in conferences and workshops through the years, for the very productive and enlightening discussions we had, and for their many comments, suggestions and references. I am also very grateful to a number of scholars who kindly responded to my requests, sending me their works which I would otherwise be unable to read: Abel Alves, Alan Mikhail, Angelica Groom, Benjamin Schmidt, Brian Cummings, Helen Cowie, Natalie Lawrence, Peter Mason, Pia F. Cuneo and William B. Ashworth. Your incredible generosity and the comments and warm words of encouragement I received from some of you were instrumental for this work.

Aos meus professores, e também aos meus colegas, de licenciatura, mestrado e doutoramento, por tudo o que pude aprender com eles. Aos meus colegas do CHAM por todas as conversas, companhia e partilha ao longo destes anos. Ao Nuno Senos, porque o grupo de trabalho que dirigiu entre 2014 e 2016 sobre o consumo artístico em Portugal na Idade Moderna, com o debate e troca aberta de ideias entre investigadores de diferentes estágios, disciplinas e áreas de interesse representava o que de melhor há na Academia. Ao José Ferreira, com quem realizei o primeiro trabalho sobre o tema desta tese. À Elsa Penalva, pela amizade e por tudo o que me ensinou sobre o ofício de historiadora. À Nina Vieira e à Cristina Brito, pela partilha e por tornarem muito menos solitário o estudo sobre a história das relações entre humanos e animais.

Aos meus colegas no MUHNAC, em particular a Ana Godinho, a Branca Moriés, a Catarina Mateus, a Catarina Teixeira, o David Gregório, a Inês Pinto, a Laura Moura, a Marta Costa, a Paula Santos e o Rogério Abreu, por ser sempre um prazer trabalhar com

eles e por tornarem a minha experiência no MUHNAC tão enriquecedora a todos os níveis. À Catarina Madruga e ao Miguel Teixeira, por todas as conversas, apoio moral e partilha de experiências, peripécias e contratempos.

Porque os amigos são a família que escolhemos, à Inês Cristóvão, ao Manuel Apóstolo, à Sara Costa, à Silvana Silva e à Sofia Moreira, pela amizade de tantos anos, pela paciência, pela generosidade e por nunca me abandonarem.

Aos meus pais e ao meu irmão, por me terem apoiado sempre e porque a eles devo tudo o que sou.

Como não poderia deixar de ser, ao Tiago, por tudo aquilo que realmente importa, por estar sempre ao meu lado, e por conseguir dar cor até aos dias mais sombrios. E ao Francisco, a minha companhia permanente na fase final de escrita desta tese, que tornou a nossa existência infinitamente mais rica.

*

A versão definitiva desta tese beneficiou da sua discussão em provas públicas, a 1 de Junho de 2021, pelo que devo também uma palavra de agradecimento aos membros do júri, pelos seus pertinentes e enriquecedores comentários, sugestões e apontamentos: à Professora Marília dos Santos Lopes, ao Professor Rui Manuel Loureiro, à Professora Ana Paula Avelar, ao Professor Nuno Senos, ao Professor Henrique Leitão e ao Professor João Paulo Oliveira e Costa.

IMAGENS DE PODER: ANIMAIS EXÓTICOS NA CULTURA DE CORTE EM PORTUGAL NO RENASCIMENTO

Catarina Anselmo Santana Simões

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Animais extra-europeus; Estudos de corte; Idade Moderna; Propaganda imperial; Relações entre humanos e animais; Percepções sobre a natureza; História natural emblemática.

No início do período moderno, a exploração da costa africana pelos europeus e o estabelecimento de rotas marítimas directas entre a Europa, a Ásia e a América conduziram a um incremento do consumo de mercadorias e produtos extra-europeus, que se tornaram num importante elemento do quotidiano nos ambientes cortesãos. Entre estes, os animais exóticos contavam-se entre os que eram cultural e politicamente mais relevantes. O envolvimento pioneiro da Coroa portuguesa no processo da Expansão europeia e no estabelecimento de redes de comércio, influência e poder imperial garantia-lhe um acesso privilegiado a estes animais exóticos, que os monarcas de Avis depressa incorporaram nas suas estratégias de propaganda política e na construção das suas imagens de poder pessoal e dinástico.

Os animais extra-europeus vivos e os seus subprodutos eram uma parte significativa das mercadorias de origem natural que eram importadas, sendo, por isso, essenciais para o contacto europeu com as realidades naturais extra-europeias, e para a construção do conhecimento sobre a natureza. Mas para além de mercadorias transacionáveis e objectos de conhecimento, estes animais também eram mantidos em cativeiro em *ménageries* reais e exibidos em cerimónias públicas, onde funcionavam como símbolos de poder imperial e monárquico; e circulando entre diversas cortes no contexto de uma “economia da dádiva”, mediavam relações diplomáticas e políticas entre soberanos, transpondo por vezes fronteiras culturais, religiosas e civilizacionais.

O importante papel que animais selvagens extra-europeus desempenharam na construção da memória política dos monarcas portugueses dos séculos XV e XVI deve ser compreendido no quadro de uma tradição antiga e medieval, em que a reunião deste tipo de animais, a sua exibição pública, e o seu uso como presentes diplomáticos eram práticas universalmente identificadas com o exercício da soberania. Para além de evidenciarem o controlo humano sobre o mundo natural, estas práticas também sinalizavam o controlo dos soberanos sobre populações e territórios, em particular em contextos imperiais. Na corte portuguesa do Renascimento, o seu significado político era evidente, remetendo directamente para os projectos e pretensões imperiais da

Coroa, e garantindo-lhe um papel como mediadora no acesso de outras cortes europeias a alguns destes animais, como elefantes e rinocerontes.

Estas práticas também se encontravam relacionadas com a forma como a natureza extra-europeia, e em particular os animais, eram percebidos. Cada animal podia evocar múltiplas associações e significados, que justificavam a sua apropriação como um símbolo de identidade. Assim, os animais exóticos desempenhavam uma função cultural crucial na percepção e representação europeia do mundo extra-europeu; mas podiam, também, funcionar como emblemas de qualidades, virtudes e vícios humanos.

Esta tese tem como objectivo analisar a utilização política destes animais à luz das múltiplas funções que desempenhavam e dos diversos significados que encerravam, procurando interagir com algumas questões centrais da historiografia mais recente que se debruça sobre as relações entre humanos e animais não-humanos. Neste sentido, é importante referir que as percepções sobre estes animais e a sua instrumentalização por parte dos humanos, eram não raras vezes influenciadas e condicionadas pelas interacções directas que se estabeleciam, questão que não deve ser descurada.

IMAGES OF POWER: EXOTIC ANIMALS AT THE RENAISSANCE PORTUGUESE COURT

Catarina Anselmo Santana Simões

ABSTRACT

KEYWORDS: Non-European animals; Court studies; Early Modern Period; Imperial propaganda; Human-nonhuman animal relationships; Perceptions of nature; Emblematic natural history.

In the beginning of the early-modern period, European exploration of the African coast and the establishment of direct maritime routes between Europe, Asia and the Americas led to a significant increase in the consumption of non-European commodities. Among these, exotic animals were some of the most culturally and politically relevant. Through its early involvement in the European expansion and the establishment of networks of trade, influence and imperial power, the Portuguese Crown had a privileged access to these exotic animals, which Portuguese kings quickly incorporated in their strategies of political propaganda and in the construction of their political and dynastic identities.

Live exotic animals and their processed body parts formed a significant part of the natural commodities imported from other continents, making them essential elements for the construction of knowledge on non-European nature, and for the European experience of distant places. But besides being objects of trade and knowledge, these animals were also kept in royal menageries and exhibited in public ceremonies, where they functioned as symbols of imperial power. And through gift-giving practices, they circulated between courts, mediating diplomatic and political relations, and sometimes crossing cultural, religious and civilizational boundaries.

The important role that wild non-European animals played in the construction of the political memory of Portuguese monarchs of the 15th and 16th centuries must be understood as part of an ancient and medieval tradition, in which keeping, exhibiting and sending these animals as diplomatic gifts were practices universally identified with kingship. Besides testifying human control over the natural world, these practices also signaled the sovereigns' control over populations and territories, especially in imperial contexts. At the Renaissance Portuguese court, they recalled the Crown's imperial activities and agenda, and secured its role as a mediator in the access of other European courts to some of these animals, such as elephants and rhinoceroses.

These practices were also related to European perceptions of non-European nature and animals. In the Renaissance, each animal could evoke multiple associations and

meanings, which justified its appropriation as a symbol of identity. Therefore, exotic animals were instrumental to the perception and representation of the non-European world in general; but they could also function as emblems of human qualities, virtues and vices that were projected onto them by humans.

This thesis analyzes the political use of exotic animals and the multiple functions and meanings associated to them, while engaging with some issues of current animal studies historiography. In this sense, it should not be disregarded that human perceptions of these animals and their political appropriation were often influenced and conditioned in diverse ways by the animals themselves, and the direct interactions between them and the humans in whose lives they participated.

ÍNDICE

Introdução	1
Metodologia, fontes e objectivos da investigação	6
Estado da Arte.....	28
a) Bibliografia de enquadramento	28
b) Cerimonial e encenação do poder	34
c) O “exótico” e o “maravilhoso”	44
d) História cultural dos animais e <i>Animal Studies</i>	51
e) História da ciência e história do conhecimento	63
O conceito de “exótico” no período moderno	69
1. Lisboa no Renascimento	76
1.1. Ocupação, urbanismo e infraestruturas	79
1.2. Cosmopolitismo e comércio	95
1.3. Produção e circulação de conhecimento.....	108
2. Animais e poder: uma perspectiva global.....	125
2.1. A Rota da Seda e a circulação de <i>commodities</i> no Velho Mundo	127
2.2. A utilização política dos animais na longa duração	131
3. Animais e poder: o caso da corte portuguesa (séculos XV-XVI)	164
3.1. A posse de animais e a sua exibição em residências régias	169
3.2. Animais em cerimónias.....	192
3.3. Animais na dádiva de presentes diplomáticos	205
3.4. Questões logísticas: acesso e manutenção dos animais	227
4. Discursos sobre animais extra-europeus	235
4.1. Descrições de animais exóticos na literatura de viagens	237
4.2. O animal emblemático: alteridade e antropomorfismo.....	256
4.2.1. Animais exóticos e geografias exóticas	270
4.2.2. Animais exóticos e antropomorfismo	289
4.3. Agência animal: ilusão ou possibilidade teórica?	302
Conclusão.....	308
Fontes e Bibliografia	317
Fontes	317
Bibliografia.....	323
Lista de Imagens	358

INTRODUÇÃO

“(...) We must take into account the myriad ways in which animals, wild and domesticated, are entwined in human cultural history: animals, after all, are foes and friends, symbols and signs; they serve as talismans, as objects d’art, as markers of status, as commodities and presentations, as sources of entertainment, clothing, food, and medicine, and even as sources of wisdom and models of human behavior”.

Thomas T. Allsen, *The Royal Hunt in Eurasian History*, 2006, p. 10.

No Renascimento, os animais constituíam importantes símbolos culturais, que reflectiam noções mais vastas sobre a forma como a natureza era compreendida e percepcionada, e como os europeus se relacionavam com o mundo natural. Signos derradeiros de alteridade, porque sendo seres animados e responsivos, não possuem as qualidades tradicionalmente reconhecidas como definidoras de humanidade (a fala e a razão), os animais foram recorrentemente utilizados, ao longo da história, não só para os humanos se auto-percepcionarem, mas também para construírem e comunicarem ideias e valores sobre si próprios. Para tal contribuía o facto de, estruturalmente, serem compreendidos no âmbito de um complexo sistema de associações e significados simbólicos e emblemáticos. No que respeita aos animais extra-europeus em particular, estes podiam funcionar como emblemas de lugares e continentes distantes, ou, por outro lado, como símbolos de qualidades, virtudes e vícios humanos, no quadro de uma concepção antropomorfizada e moralizadora da Natureza.

Devido ao envolvimento pioneiro da Coroa portuguesa no processo da expansão, produtos e objectos extra-europeus tornaram-se num elemento constante do quotidiano na corte portuguesa nos séculos XV e XVI. Para além de especiarias, jóias, pedras preciosas, têxteis e outros artigos de luxo, entre as diversas *commodities* que eram regularmente enviadas para Lisboa contavam-se objectos e produtos de origem animal, tais como marfins, cornos de rinoceronte, pedras bezoar, almíscar, penas de pássaros e carapaças de tartaruga. Por outro lado, também plantas e animais vivos, alguns dos quais anteriormente desconhecidos na Europa, eram transportados nos navios que vinham de África, da Ásia ou do Brasil. Esta fauna incluía várias espécies de felinos, pássaros e símios, bem como animais de grande porte como elefantes ou

rinocerontes. A natureza extra-europeia com a qual os portugueses contactavam de forma mais ou menos constante teve também um impacto particular na literatura coetânea, seja como fonte de maravilhamento, seja como algo já completamente normalizado: se Garcia de Resende nas primeiras décadas do século XVI revelava o seu espanto perante a fauna africana e as lendárias capacidades intelectuais dos elefantes indianos,¹ sensivelmente pela mesma altura, Diogo Velho afirmava que “onças, liões, alifantes, / monstros e aves falantes” já se haviam tornado comuns.²

Estes animais extra-europeus rapidamente foram incorporados nos mecanismos de propaganda política da Coroa. Na verdade, exemplares da fauna africana e asiática foram um dos primeiros elementos exóticos na corte portuguesa, e a sua presença e utilização política foram certamente uma das principais características que, a partir de 1500, a diferenciou das restantes cortes europeias. Por um lado, estes animais podiam ser observados nas residências régias, sendo também utilizados em cerimónias públicas, como entradas régias, casamentos e outras celebrações. Por outro lado, eram usados no contexto de uma “economia de dádiva”, contando-se regularmente entre os presentes diplomáticos enviados por membros da família real portuguesa para outras cortes europeias.

Embora se encontrem nas fontes valiosas referências à presença, exibição e oferta de animais africanos em Portugal logo a partir de meados do século XV, parece verificar-se uma mudança no século XVI. Se os animais extra-europeus assumem um papel de relevo nas descrições de Lisboa e Portugal produzidas por estrangeiros no século XV e inícios do século XVI, as descrições mais tardias não lhes reservam um destaque significativo, privilegiando outros aspectos, tais como o vestuário usado pelas elites ou o comércio de Lisboa. Já nas fontes portuguesas, nomeadamente na crónica, o mesmo não se verifica, uma vez que a presença de elementos de fauna extra-europeia na corte é praticamente ignorada pelos autores do século XV, para passar efectivamente a representar um papel cimeiro nos mecanismos de propaganda oficial e na fixação de

¹ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea por Garcia de Resende*, reprodução fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio por Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991), 345.

² Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, ed. Aida Fernandes Dias (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993), 150.

uma “imagem de marca” da realeza manuelina um pouco por toda a Europa. A célebre embaixada de obediência enviada ao Papa Leão X em Março de 1514 por D. Manuel, que incluiu numerosos presentes, entre os quais o mais importante foi o elefante indiano Hanno, e o destaque reservado por Damião de Góis à ostentação destes animais na crónica oficial de D. Manuel constitui provavelmente a marca mais demonstrativa desta viragem. Posteriormente, a representação de elefantes na tumultuária régia dos Jerónimos consagra esta tendência de forma evidente.

A posse e a exibição pública de animais exóticos por elementos da família real são normalmente explicadas pela historiografia como um reflexo directo da situação particular da monarquia portuguesa no século XVI, nomeadamente, como já referimos, do seu envolvimento no processo expansionista, e integrados nas narrativas sobre as alterações ao nível dos padrões de consumo áulico, que neste período passaram a incluir produtos e objectos de luxo extra-europeus. Contudo, a presença destes animais na corte portuguesa, e sobretudo a sua instrumentalização política, enquadram-se num contexto cultural muito mais amplo, devendo ser compreendidas à luz das diversas funções que desempenhavam e das múltiplas ideias que representavam. Por um lado, remetiam para práticas civilizacionalmente transversais associadas à manifestação de soberania e majestade que remontam à Antiguidade; por outro lado, encerravam significados relacionados com o domínio da natureza em geral, e o domínio de regiões e populações das quais os animais eram considerados emblemáticos, simbolizando assim, de forma eficaz, sucessos imperiais; por fim, sinalizavam a apropriação simbólica pelos humanos de características, qualidades e virtudes tipicamente associadas aos animais.

Deste modo, nesta tese propomo-nos analisar a utilização política dos animais extra-europeus por parte da realeza em Portugal nos séculos XV e XVI, no quadro da construção de imagens de poder pessoal e dinástico, adoptando uma abordagem interdisciplinar e cronologicamente abrangente. Procuraremos perceber não só as formas como os animais eram utilizados politicamente pelas figuras de poder, mas também a forma como eram percebidos. Acreditamos que considerar as percepções e atitudes relativamente a estes animais e a relação dos humanos com a Natureza de uma forma geral contribuirá para compreender os motivos, sob o ponto de

vista cultural, que tornaram estes animais susceptíveis de serem apropriados e instrumentalizados pela Coroa portuguesa. Deste modo, pretende-se produzir uma reflexão que relacione as práticas políticas e os discursos associados à fauna extra-europeia nos séculos XV e XVI em Portugal, procurando, por outro lado, reconhecer o papel destes animais não só enquanto instrumentos de poder, mas também enquanto fontes, objectos e também agentes de conhecimento, na medida em que eles próprios, através das suas acções e comportamentos, acabavam por activamente influir na forma como os humanos os percepcionavam.

Embora adiante nos detenhamos com maior profundidade sobre esta questão, importa ainda assim, nesta fase, explicar que quando nos referimos a “animais exóticos” ou a “fauna exótica”, reportamo-nos, sobretudo, a animais importados de outros continentes que não o europeu. Os animais e produtos de origem animal que surgem no presente trabalho são apresentados nas fontes coevas que os mencionam como, de alguma forma, desejáveis, relevantes e/ou como possuindo significado. Uma vez que, como veremos, no século XVI, “exótico” equivaleria a “estrangeiro”, a presente tese poderia ter um outro título, que evitasse a utilização deste termo; no entanto, nenhum outro adjectivo do vocabulário contemporâneo evoca de forma tão imediata a construção europeia do “outro”, do distante e do desconhecido, e o desejo de posse e de domínio associado a esta construção. Assim, optámos por manter o “exótico” no título, embora no resto do texto tenhamos privilegiado a designação, menos ambígua, de “extra-europeu”.³ Da mesma forma, quanto à utilização de termos como “Renascimento”, “Idade Média” ou “medievalidade” reconhecemos não só o seu carácter marcadamente eurocêntrico como, de uma maneira geral, a artificialidade e a natureza interpretativa de qualquer periodização, que resulta sempre de uma construção historiográfica, tornando discutíveis quaisquer destes conceitos.⁴ Deste

³ A mesma opção foi assumida por autores que recentemente se dedicaram a temas semelhantes ao deste trabalho. A este propósito, ver Christopher Plumb, *Exotic Animals in Eighteenth-Century Britain*, tese de doutoramento em Museologia apresentada à University of Manchester, 2010, 17-20; Angelica Groom, *The role of rare and exotic animals in the self-fashioning of the early modern court: the Medici court in Florence as a case study*, tese de doutoramento apresentada à University of Sussex, 2012, 12-20; e Natalie Lawrence, *Monstrous Assembly: Constructing Exotic Animals in Early Modern Europe*, tese de doutoramento em História e Filosofia da Ciência apresentada à University of Cambridge, 2015, 133-137.

⁴ A propósito desta questão, veja-se Jacques Le Goff, “Time: the splintered continuum”, *India International Centre Quarterly* 15, 2 (Summer 1988): 1-14.

modo, utilizamo-los pela sua utilidade enquanto ferramentas heurísticas, embora procuremos quase sempre privilegiar a referência temporal estrita aos anos ou séculos a que nos reportamos.

Metodologia, fontes e objectivos da investigação

Quando a investigação para o presente trabalho foi iniciada, pretendíamos produzir um estudo abrangente sobre a utilização política do “exótico” na corte portuguesa nos séculos XV e XVI. A esta categoria de “exótico”, que tencionávamos definir conceptualmente, considerávamos pertencer um conjunto alargado e diversificado de produtos e objectos, que compreenderiam não só especiarias e plantas medicinais, mas também pedras preciosas e mobiliário, têxteis e outros objectos de luxo produzidos com matérias-primas extra-europeias. A todos estes produtos e artigos acresceriam ainda os animais e produtos de origem animal. Alguns mais exclusivos do que outros, todos estes produtos, objectos preciosos e animais “exóticos” seriam consumidos ou “coleccionados” pelas elites europeias no Renascimento numa lógica de demonstração (consciente) de poder e distinção.⁵

Os nossos objectivos iniciais conduziram-nos a privilegiar fontes narrativas, em detrimento de inventários e relações de bens materiais (que também foram consultados, mas como fontes de apoio), uma vez que pretendíamos perceber como os objectos e animais ditos exóticos eram utilizados em momentos politicamente relevantes para a Coroa. Considerámos que estas fontes teriam um maior potencial de incluir descrições dos contextos e cerimónias em que estes objectos e animais eram apresentados, sendo, por isso, essenciais para a produção de um discurso sobre a valorização e apropriação política do “exótico”. A leitura destas fontes permitiu-nos compreender que os animais extra-europeus representaram um papel particular na construção de uma imagem da realeza em Portugal no início da Idade Moderna. Acabámos assim, por uma questão de coerência interpretativa, por limitar a nossa análise à questão específica dos animais. Nos parágrafos que se seguem, procuraremos explicar o processo que conduziu a esta opção. Deste modo, primeiramente será apresentada de forma sumária uma selecção de obras que foram essenciais para a definição do tema e das problemáticas iniciais. Uma vez que o objecto de estudo inicial se caracterizava por uma dimensão material evidente, o nosso primeiro enquadramento

⁵ Para uma análise do papel do pensamento e da teoria social no estabelecimento de formas de coleccionismo e consumo nos séculos XVI e XVII, e dos princípios ideológicos que terão contribuído para estas, veja-se Antonio Urquizar-Herrera, “‘Making invisible things visible and palpable’: visual marks of nobility in Early Modern French social theory and the embodiment of social estates in collections, 1550-1650”, *World & Image*, 31, 3 (2015): 386-397.

bibliográfico consistiu, sobretudo, em obras do domínio da História da Arte. Outras obras que, tendo sido fundamentais na fase inicial, permaneceram essenciais após a definição final do tema, não serão mencionadas aqui, mas na secção seguinte, relativa ao estado da arte. De seguida, serão apresentadas as principais fontes consultadas, e por último, a estrutura do estudo e os capítulos em que se irá dividir.

O coleccionismo tem sido um clássico objecto de estudo da História da Arte, desde a publicação de *Die Kunst und Wunderkammern der Spätrenaissance* por Julius von Schlosser em 1908.⁶ A partir do último quartel do século XX, estudos sobre o desenvolvimento de colecções que reuniam antiguidades, obras de arte, *naturalia* (objectos da natureza), *artificialia* (coisas produzidas pela mão humana), e *scientifica* ou *instrumenta* (instrumentos de vários tipos), e mais tarde, estudos sistemáticos sobre inventários da nobreza e realeza europeias do período moderno, foram produzidos por inúmeros autores. Para o caso das *Kunst-* e *Wunderkammern* dos Habsburgo do centro da Europa, podem, por exemplo, referir-se os importantes contributos de Thomas DaCosta Kaufmann,⁷ ou Mark A. Meadow.⁸ Sobre os hábitos de consumo da realeza portuguesa, as teses de mestrado e de doutoramento de Annemarie Jordan Gschwend, e mais recentemente, a sua biografia de D. Catarina de Áustria, que se centra especialmente no papel da rainha enquanto colecionadora, serão as obras mais significativas e sistemáticas.⁹ No que diz respeito ao estudo dos inventários, é

⁶ Julius von Schlosser, *Die Kunst und Wunderkammern der Spätrenaissance* (Leipzig: Klinkhardt & Biermann, 1908).

⁷ Thomas DaCosta Kaufmann, "Remarks on the Collections of Rudolf II: The Kunstkammer as a Form of Representatio", *Art Journal* 38, 1 (Autumn 1978): 22-28; Idem, "From Treasury to Museum: The Collections of the Austrian Habsburgs", in *The Cultures of Collecting*, ed. John Elsner e Roger Cardinal (Londres: Reaktion Books Ltd, 1997), 137-154.

⁸ Mark A. Meadow, "Merchants and Marvels. Hans Jacob Fugger and the Origins of the Wunderkammer", in *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*, eds. Pamela H. Smith e Paula Findlen (Nova York – Londres: Routledge, 2002), 182-200. Mark A. Meadow foi ainda um dos responsáveis pela tradução para inglês e edição da obra *Inscriptiones*, de Samuel Quiccheberg, considerado o primeiro tratado conhecido sobre coleccionismo; vide *The First Treatise on Museums. Samuel Quiccheberg's Inscriptiones 1565*, tradução e edição de Mark A. Meadow e Bruce Robertson (Los Angeles: The Getty Research Institute, 2013).

⁹ Annemarie Jordan Gschwend, *Portuguese Royal Collections 1505-1580: A Bibliographic and Documentary Survey*, dissertação de mestrado apresentada à George Washington University (Washington D. C.: 1985; Idem, *The Development of Catherine of Austria's Collection in the Queen's Household: Its Character and Cost*, tese de doutoramento apresentada à Brown University (Providence: 1994); Idem, *A rainha colecionadora. Catarina de Áustria* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012).

incontornável a monumental obra que resultou do projecto de investigação sobre os inventários de Carlos V e da família imperial, dirigido por Fernando Checa Cremades, e financiado pela Getty Foundation e pelo Museo Nacional del Prado.¹⁰ Para o caso inglês, refira-se a publicação do inventário de 1547 de Henrique VIII por David Starkey e o ulterior estudo sobre os têxteis e vestuário do mesmo monarca.¹¹ E é igualmente importante mencionar o projecto de investigação levado a cabo no Centro de Humanidades (anterior Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar) sobre o património de D. Teodósio I, quinto duque de Bragança, e subseqüentes publicações.¹²

Nesta sequência, é necessário relevar que a mais recente historiografia sobre esta temática se encontra marcada por um debate conceptual acerca dos termos “coleção”, “coleccionismo”, ou “*wunderkammern*/câmaras de maravilhas”, cuja utilização alguns autores consideram não ser sempre necessariamente adequada.¹³ Uma vez que estes termos classificativos se encontram directamente associados aos casos específicos do centro da Europa, nem sempre têm aplicabilidade noutros contextos, como o espanhol, o italiano ou o português, nos quais se verificariam outros modelos de consumo artístico por parte das elites, pelo que alguns autores apontam a necessidade de se considerar as relações estabelecidas entre objectos, as formas como eram usados, e as motivações para a sua reunião, entre outros aspectos, de forma a interpretar criticamente estes conjuntos de artefactos.

A História da Arte constitui também, como já evocámos, o domínio em que se tem produzido uma reflexão mais sistemática e plural no que diz respeito ao interesse por parte das elites em produtos e objectos extra-europeus e à chamada “exótica”,

¹⁰ *Los inventarios de Carlos V y la familia imperial / The Inventories of Charles V and the Imperial Family*, dir. Fernando Checa Cremades, ed. Juan Luis González García (Fernando Villaverde Ediciones, 2010). A obra inclui a edição dos inventários de Carlos V, Joana I de Castela (vol. I), Isabel de Portugal (vol. II), Margarida de Áustria, Leonor de Áustria, Isabel de Áustria, Fernando I, Maria de Hungria, e Catarina de Áustria (vol. III).

¹¹ *The Inventory of King Henry VIII*, ed. David Starkey (Londres: Harvey Miller Publishers, 1998-2012).

¹² *De Todas as Partes do Mundo. O Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, eds. Jessica Hallett e Nuno Senos (Lisboa: Tinta da China, 2018); Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016); Nuno Senos, “The empire in the duke’s palace: Global material culture in sixteenth-century Portugal”, in *The Global Lives of Things. The Material Culture of Connections in the Early Modern World*, eds. Anne Gerritsen e Giorgio Riello (Nova York: Routledge, 2016), 128-144.

¹³ Uma explicação sucinta deste debate historiográfico pode ser lida em António Urquizar Herrera, *Coleccionismo y nobleza. Signos de distinción social en la Andalucía del Renacimiento* (Madrid: Marcial Pons Historia, 2007), 15-28.

havendo já uma considerável bibliografia tanto para o caso da corte portuguesa como para outras cortes europeias. Para além da vasta produção de Annemarie Jordan Gschwend, que particularizaremos adiante no estado da arte, é ainda de referir um conjunto alargado de catálogos de exposições realizadas em museus portugueses e estrangeiros nas últimas décadas, com contributos de diversos autores. Em primeiro lugar, refira-se *A Herança de Rauluchantim*,¹⁴ obra relativa à exposição realizada em 1996 no Museu de São Roque, que apresenta um grupo de objectos de ourivesaria produzidos na Índia nos séculos XVI e XVII com destino ao mercado português. Posteriormente, em 2001, o Kunsthistorisches Museum de Viena, e depois o Museu Calouste Gulbenkian em Lisboa, acolheram a exposição *Exotica*, da qual resultaram dois importantes catálogos com contributos distintos sobre a Expansão portuguesa e as câmaras de maravilhas do Renascimento.¹⁵ Em 2003, teve lugar no Palácio Real de Madrid a exposição *Oriente en Palacio*, cujo catálogo se distingue dos anteriores por se centrar especificamente no interesse de monarcas espanhóis por objectos asiáticos, e por ter um âmbito cronológico mais alargado, estendendo-se até ao século XVIII.¹⁶ Todos estes catálogos têm em comum o facto de analisarem o desenvolvimento do gosto pelo “exótico” a partir do século XVI à luz das obras de arte e objectos preciosos provenientes da Ásia, adquiridos por membros da realeza europeia. É privilegiada uma perspectiva mais ligada às características materiais dos artefactos e colecções em si, e por outro lado, são identificados e particularizados os objectos reunidos ou oferecidos em momentos específicos, o que foi essencial para uma primeira definição do nosso objecto de estudo.

A exposição *Encounters: the meeting of Asia and Europe, 1500-1800*, apresentada em 2004 no Victoria & Albert Museum,¹⁷ levantou uma mais ampla série

¹⁴ *A Herança de Rauluchantim. Catálogo da Exposição*, coord. Nuno Vassallo e Silva (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996).

¹⁵ É importante salientar que a exposição exibida em Lisboa foi ajustada às peças existentes nos acervos nacionais, tal como explicou João Castel-Branco Pereira na introdução do catálogo português. Vide *Exotica: os Descobrimentos portugueses e as câmaras de maravilhas do Renascimento. Exposição – Museu Calouste Gulbenkian*, coord. João Castel-Branco Pereira e Nuno Vassallo e Silva (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001); e *Exotica: Portugals entdeckungen im spiegel fürstlicher kunst- und wunderkammern der Renaissance*, coord. Helmut Trnek e Sabine Haag (Viena: Kunsthistorisches Museum, 2001).

¹⁶ *Oriente en Palacio. Tesoros asiáticos en las colecciones reales españolas* (Barcelona: Museu Nacional D’Art Catalunya, 2003).

¹⁷ *Encounters. The Meeting of Asia and Europe, 1500-1800*, eds. Anna Jackson e Amin Jaffer (Londres: Victoria & Albert, 2004).

de questões, nomeadamente no que respeita aos usos e às várias apropriações culturais dos objectos no contexto das interacções entre europeus e asiáticos na Idade Moderna. Aqui, os objectos foram apresentados como evidências materiais do encontro entre a Ásia e a Europa, sendo que o discurso da exposição e do respectivo catálogo foi organizado segundo três grandes linhas temáticas: “Descobertas”, “Encontros”, e “Trocas”. Na fase inicial da nossa investigação, este catálogo foi fundamental, na medida em que o interesse e a procura pelos produtos asiáticos são apresentados como uma realidade prévia, que constituiu uma das motivações para as viagens de exploração e o processo da Expansão, e em particular para a procura de uma ligação directa entre a Europa e a Ásia. Por outro lado, nomeadamente no capítulo “Rarities and Novelties”, de Annemarie Jordan Gschwend, as propriedades sobrenaturais que eram atribuídas aos produtos exóticos são reconhecidas como um dos factores para a sua extrema valorização na Europa,¹⁸ estabelecendo-se assim uma relação entre o universo do “maravilhoso” e o universo do “exótico”; por conseguinte, o fascínio europeu pelo “exótico” afigura-se essencialmente como um fenómeno medieval, que se repercute nos padrões de consumo das elites no Renascimento, e que é alimentado e exponencialmente incrementado pela possibilidade de acesso directo a estes bens. Para além disso, os animais são apresentados a par dos objectos e produtos extra-europeus desejados e reunidos pelas elites, ideia que se encontra plasmada numa parte significativa da bibliografia que explanaremos adiante.

Outra das questões fundamentais levantadas neste catálogo, designadamente na segunda parte, dedicada aos *Encounters*, prende-se com a importância dos presentes diplomáticos para o estabelecimento de boas relações entre europeus e soberanos asiáticos, o que atesta o valor eminentemente político e cerimonial destes objectos. Neste seguimento, a tese de doutoramento de Mario Pereira, *African Art at the Portuguese Court, c. 1450-1521*,¹⁹ centrada nas práticas cortesãs de circulação e troca de objectos entre Portugal e a África sub-saariana, e entre Portugal e outras cortes europeias, foi igualmente fulcral, na medida em que partindo do exemplo dos marfins

¹⁸ Acrescente-se a estas propriedades sobrenaturais a utilização de produtos “exóticos” para fins medicinais ou terapêuticos, prática que nalguns casos remontava à Antiguidade (por exemplo, o caso do bezoar).

¹⁹ Mario Pereira, *African Art at the Portuguese Court, c. 1450-1521*, tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da arte e arquitectura da Brown University (Providence, 2010).

africanos provenientes da Senegâmbia, da Serra Leoa e do Congo, analisa o uso cerimonial dos objectos exóticos na corte portuguesa enquanto símbolos do poder da Coroa sobre aqueles territórios. O autor defende que as percepções e interpretações destes artefactos africanos dependiam em larga medida das cerimónias e dos empreendimentos diplomáticos e propagandísticos no contexto dos quais eram apresentados em África e na Europa, e que a corte portuguesa, assumindo um papel activo na circulação destes objectos pela Europa através da dádiva de prendas diplomáticas a outras cortes, procurou forjar uma identidade e uma imagem distintas, associadas às suas pretensões imperiais. Os objectos funcionariam, deste modo, como testemunhos das relações diplomáticas privilegiadas que a corte portuguesa mantinha com as entidades políticas africanas e, por outro lado, como evidências da exclusividade portuguesa sobre o acesso marítimo a estes territórios.

Também o artigo de Isabel dos Guimarães Sá sobre os usos do luxo²⁰ explora a relação entre os bens materiais e as estratégias de poder das elites cortesãs portuguesas. Estudando o período de 1480 a 1580, a autora sustenta que a aquisição e a dádiva de objectos de luxo por elementos da família real portuguesa como D. João II, D. Beatriz, ou D. Manuel, entre outros, não devem ser vistas exclusivamente como manifestações de gosto pessoal, mas sobretudo como afirmações políticas e sociais que reflectem as conjunturas específicas de cada uma destas personagens. Mais uma vez, é salientada a apropriação do exótico pela Coroa numa lógica de demonstração de prosperidade, estatuto e poder.

Definimos assim como questões essenciais, por um lado, a relação entre a valorização e apropriação pela Coroa portuguesa dos objectos e animais exóticos e as qualidades sobrenaturais, medicinais, filosóficas ou morais que lhes eram reconhecidas; esta questão remeteria também para o fascínio medieval pelo exótico, e a identificação do maravilhoso com o universo do Índico; por outro lado, o uso dos objectos e animais exóticos em cerimónias públicas da Coroa portuguesa e na dádiva de prendas diplomáticas; por fim, e intimamente relacionado com a questão anterior, o papel do

²⁰ Isabel dos Guimarães Sá, "The uses of luxury: some examples from the Portuguese courts from 1480 to 1580", *Análise Social*, XLIV, 192 (2009): 589-604.

exótico na construção de imagens de poder, e de uma identidade da realeza portuguesa de Avis.

Tendo em consideração as questões às quais pretendíamos responder, foi seleccionado um conjunto alargado de fontes, que podiam dividir-se, *grosso modo*, em sete grandes categorias:

- a) Crónicas de Portugal;
- b) Cronística da Expansão;
- c) Descrições de Lisboa produzidas por autores portugueses;
- d) Relatos de viajantes de passagem por Portugal;
- e) Relatos de viagens ditos “dos descobrimentos”;
- f) Documentação relativa às relações diplomáticas entre Portugal e outros países;
- g) Documentação vária.

É importante salientar que, embora fontes de todas estas categorias tenham sido consultadas, como já foi referido, privilegiaram-se fontes narrativas como a cronística e as descrições sobre Lisboa e Portugal por autores portugueses e estrangeiros, uma vez que é sobretudo nestas fontes que se podem encontrar relatos mais ou menos pormenorizados de cerimónias e actos públicos em que estes elementos exóticos, e em particular os animais, terão sido incorporados. No que diz respeito à cronística, são de referir, em primeiro lugar, as *Crónicas* de Rui de Pina,²¹ e a *Crónica de D. João II e Miscelânea* de Garcia de Resende,²² extremamente importantes para uma caracterização das festas de corte em Portugal no século XV e início do século XVI.²³ A *Crónica do Príncipe D. João*²⁴ e a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*²⁵ de Damião de Góis são igualmente incontornáveis, podendo encontrar-se nestas obras algumas das referências mais importantes no que respeita à exibição de animais extra-europeus na corte portuguesa. Uma vez que se encontram no âmbito cronológico do presente

²¹ Rui de Pina, *Crónicas*, introdução e revisão de Manuel de Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão, 1977).

²² Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*.

²³ Embora ambas as crónicas referidas digam respeito ao século XV, relembre-se que a obra de Garcia de Resende inclui uma descrição das festas dadas em Lisboa por ocasião da ida de D. Beatriz para Sabóia em 1521.

²⁴ Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977).

²⁵ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel. Nova Edição conforme a primeira de 1566*, anotada e prefaciada por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, 4 vols. (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955).

trabalho, são ainda de mencionar a obra *Da Vida e Feitos D'El Rei D. Manuel*, de Jerónimo Osório,²⁶ a *Crónica de D. Manuel e de D. João III até 1533*, de Gaspar Correia,²⁷ e a *Crónica de D. João III* de Francisco de Andrada.²⁸ Relativamente à cronística da Expansão, a *Crónica do descobrimento e conquista de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara²⁹ é particularmente importante, uma vez que contém algumas das primeiras referências ao interesse por animais extra-europeus, nomeadamente por parte do Infante D. Henrique. Foram ainda consultadas a *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*, de um autor anónimo,³⁰ a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda,³¹ as *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia,³² e *Da Ásia*, de João de Barros³³ e Diogo do Couto.³⁴

É importante, neste ponto, referir que a cronística constitui em particular o veículo por excelência através do qual a monarquia se legitimava e construía um discurso para legar à posteridade. Deste modo, referências à instrumentalização política de animais extra-europeus presentes neste tipo de fontes têm de ser tidas em consideração, se não necessariamente enquanto narração fidedigna de uma realidade histórica que poderá ter de facto acontecido, certamente enquanto parte de um discurso oficial da Coroa portuguesa em que se dá uma apropriação destes elementos exóticos na fixação de uma memória. Neste sentido, se procuramos compreender de que forma o exótico era utilizado pelo poder, a sua inclusão num discurso oficial que a

²⁶ Jerónimo Osório, *Da vida e feitos de el-Rei D. Manuel*, edição actualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira (Porto: Civilização, 1944).

²⁷ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III até 1533*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa (Lisboa: Academia das Ciências, 1992).

²⁸ Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão – Editores, 1976).

²⁹ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné* (Paris: J. P. Aillaud, 1841).

³⁰ *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*, introdução, leitura, actualização, notas e glossário por Luís de Albuquerque (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986).

³¹ Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão, 1979).

³² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, introdução e revisão por M. Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão, 1975).

³³ João de Barros, *Da Ásia. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do Oriente* (Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973-1975).

³⁴ Diogo do Couto, *Da Ásia. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do Oriente* (Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973-1975).

monarquia produzia sobre si própria vale *per se*, não devendo ser menosprezada por se tratar de uma construção.

Entre as descrições de Lisboa e Portugal por autores portugueses, são de referir, em primeiro lugar, a *Hispania* (1541)³⁵ e *Urbis Olisiponis descriptio* [Descrição da Cidade de Lisboa] (1554),³⁶ ambas de Damião de Góis. Impressa pela primeira vez em Lovaina em 1542, a *Hispania* teve como principal objectivo responder às considerações pouco favoráveis sobre os povos da Espanha que o humanista Sebastião Münster publicou na sua edição da *Geografia Universal* de Ptolomeu (1540).³⁷ Esta obra inclui, para além de um capítulo intitulado “Defesa da Espanha contra Münster”, estimativas dos rendimentos dos arcebispados e bispados, referências às ordens religiosas e listagens dos grandes (duques, marqueses, condes e viscondes) de Espanha e de Portugal, bem como dos santos e das universidades. Para o nosso propósito, interessa particularmente o capítulo final, sobre os “Produtos que vêm das inúmeras províncias da Ásia, África e Novo Mundo”, o qual, lido em articulação com a *Descrição da Cidade de Lisboa*, do mesmo autor, nos permite tirar conclusões importantes sobre o significado do termo “exótico” no vocabulário português de Quinhentos. A *Descrição da Cidade de Lisboa* é ainda importante pelas suas informações sobre as residências régias, nomeadamente o Paço de Sintra, o Palácio dos Estaus e o Paço da Ribeira.

Outra obra fundamental sobre a Lisboa do século XVI é a estatística publicada em 1552 por João Brandão de Buarcos,³⁸ negociante e fidalgo das Casas de D. João II e D. Manuel. Procurando enaltecer Lisboa, colocando-a acima de todas as outras cidades,³⁹ João Brandão de Buarcos apresenta uma quantificação das “rendas produzidas pela função de abastecimento”,⁴⁰ pelo que se podem encontrar numerosas

³⁵ Damião de Góis, *Hispania*, in *Obras de Damião de Góis*, vol. III (1541-1549), *Da Hispania ao segundo cerco de Diu*, edição, introdução e notas de Manuel Cadafaz de Matos, versão portuguesa de Miguel Pinto de Meneses (Lisboa: Edições Távola Redonda – Centro de Estudos de História e da Edição, 2011), 31-151.

³⁶ Damião de Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, tradução do texto latino por Raul Machado, 5ª ed. (Lisboa: Frenesi, 2009).

³⁷ Manuel Cadafaz de Matos, “*Hispania* (1542), 1544”, in *Obras de Damião de Góis*, vol. III, 18; Góis, *Hispania*, 135-147.

³⁸ João Brandão de Buarcos, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, organização e notas de José da Felicidade Alves (Lisboa: Livros Horizonte, 1990).

³⁹ José da Felicidade Alves, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, 16-18.

⁴⁰ Francisco Bethencourt, “Descrições e representações de Lisboa no século XVI”, in *O Imaginário da Cidade. Compilação de Comunicações Apresentadas no Colóquio sobre o Imaginário da Cidade realizado em Outubro de 1985* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989), 126.

referências aos artigos que anualmente chegavam ao porto de Lisboa vindos dos outros continentes. É também de mencionar, nesta sequência, a descrição de Lisboa de Cristóvão Rodrigues de Oliveira,⁴¹ que consiste num levantamento dos rendimentos do arcebispo e do cabido da Sé de Lisboa, escrita a pedido do arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, de quem o autor era criado. Embora seja de natureza semelhante à obra de João Brandão de Buarcos, tendo sido produzido num contexto religioso, este sumário é maioritariamente marcado pelo silêncio no que diz respeito a aspectos relativos à corte e ao comércio, à excepção de algumas referências à Rua Nova del Rei, à Rua Nova dos Mercadores e à Alfândega Nova.

À semelhança desta última obra, também o conhecido discurso de 1571 de Francisco de Holanda, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*,⁴² se caracteriza pela quase inexistência de alusões ao exótico, facto que se relaciona certamente com os objectivos do autor, o qual procurou apontar as deficiências e limitações arquitectónicas, urbanísticas e monumentais da cidade ao tempo de D. Sebastião, e propor soluções para as mesmas. É no âmbito das soluções, e sobretudo em duas das ilustrações do autor, que se podem encontrar as únicas referências desta obra ao universo do exótico, que são extremamente significativas por demonstrarem o peso simbólico dos animais extra-europeus, e a sua inclusão no discurso urbanístico de Holanda.

Finalmente, são de referir algumas obras posteriores à integração de Portugal na Monarquia Hispânica: a *Descrição do Reino de Portugal*, de Duarte Nunes do Leão (1610),⁴³ os *Discursos Vários Políticos*, de Manuel Severim de Faria (1624), *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*, de Luís Mendes de Vasconcelos (1608),⁴⁴ e o *Livro das Grandezas de*

⁴¹ Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, apresentação e notas de José da Felicidade Alves (Lisboa: Livros Horizonte, 1987).

⁴² Francisco de Holanda, *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves (Lisboa: Livros Horizonte, 1984).

⁴³ Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, transcrição, notas, aparato crítico e biografia do autor por Orlando Gama, estudos introdutórios de António Borges Coelho, João Carlos Garcia e Suzanne Daveau, tradução e notas dos textos latinos de Amílcar Guerra, 3ª ed. (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002).

⁴⁴ Luís Mendes de Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, organização e notas de José da Felicidade Alves (Lisboa: Livros Horizonte, 1990).

Lisboa, de Frei Nicolau de Oliveira (1620).⁴⁵ Os três últimos textos inserem-se claramente numa corrente literária do começo do século XVII que descrevia Lisboa de forma laudatória com o objectivo assumido de atrair o rei para esta cidade, numa altura em que a corte espanhola ainda apresentava “marcas itinerantes quanto à fixação numa capital”.⁴⁶ Deste modo, é possível encontrar referências às mercadorias extra-europeias e à vocação marítima de Lisboa, que neste contexto adquirem um papel simbólico evidente enquanto factor de legitimação da desejada capitalidade de Lisboa. Já Duarte Nunes do Leão apresenta as mesmas mercadorias como um elemento engrandecedor e prestigiante do reino, mas de forma oposta: afirmando que em Portugal existiam recursos naturais igualmente valiosos, critica o recurso às possessões ultramarinas para a aquisição de produtos como as pedras preciosas e o açúcar.⁴⁷

No que diz respeito aos relatos de viajantes de passagem por Portugal, de entre as fontes consultadas é nestes textos que se encontram algumas das mais significativas descrições sobre contextos curiais portugueses, e sobre a utilização de animais exóticos pelo poder. Em primeiro lugar, é de referir o diário da viagem dos embaixadores enviados a Lisboa em Março de 1451 pelo sacro-imperador Frederico III para celebrarem o seu casamento com a infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, e a acompanharem a Itália, onde o Imperador a esperava para celebrarem o casamento diante do Papa. O relato é da autoria de Nicolau Lanckman de Valckenstein, capelão imperial de Frederico III, e foi divulgado numa edição de 1503 em latim, preparada por Nicolau, bispo titular e Hipona e confessor da casa imperial. Este relato é notável, na medida em que inclui uma descrição pormenorizada das festas que se fizeram por ocasião do casamento da infanta com o Imperador, e talvez por ser uma visão de fora, é ainda mais ilustrativo do que a cronística portuguesa da época no que diz respeito às primeiras consequências materiais da Expansão na Lisboa de meados do século XV, contendo, como veremos, uma das mais recuadas referências à presença de um elefante na cidade.⁴⁸

⁴⁵ Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, prefácio de Francisco Santana, texto actualizado por Maria Helena Bastos (Lisboa: Vega, 1991).

⁴⁶ Diogo Ramada Curto, “Descrições e representações de Lisboa (1600-50)”, in *O Imaginário da Cidade. Compilação de Comunicações Apresentadas no Colóquio sobre o Imaginário da Cidade realizado em Outubro de 1985* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989), 132-133.

⁴⁷ Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, 42v-43, 44, 52v.

⁴⁸ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, ed. Aires A. Nascimento (Lisboa: Edições Cosmos, 1992).

É igualmente incontornável a compilação organizada e anotada por J. Garcia Mercadal⁴⁹ de inúmeros textos de estrangeiros sobre Espanha e Portugal até ao final do século XVI, onde se podem encontrar alguns testemunhos valiosos sobre a presença de elementos extra-europeus em Portugal, e em particular, na corte. Para o nosso propósito, é de particular interesse o relato de Jorge de Ehingen, cavaleiro da Suábia, que esteve em Espanha em 1457 por ter recebido a notícia de que Henrique IV de Castela preparava uma expedição contra Granada. Posteriormente passou por Portugal por ter sabido que D. Afonso V fazia guerra contra os muçulmanos em África, tendo integrado as tropas do rei português em Ceuta. O relato da sua viagem pela Península Ibérica inclui uma descrição da sua passagem pela corte de D. Afonso V, e retratos dos reis que havia visitado. É igualmente de referir o relato da viagem do nobre boémio Leon de Rosmithal de Blatna, que esteve em Espanha e Portugal entre 1466 e 1467 para conhecer os seus costumes e práticas militares, e também para fazer peregrinação a Santiago de Compostela. Por fim, interessa também a relação de Espanha, escrita por Francesco Guicciardini, embaixador de Florença na corte de Fernando, o Católico, entre 1512 e 1513.

Outra fonte de grande importância é o *Itinerarium* de Hieronymus Münzer, natural de Feldkirch e doutor em Medicina pela Universidade de Pavia, que viajou por Espanha e Portugal entre 1494 e 1495, tendo visitado Lisboa e Évora, onde conheceu a corte de D. João II. Embora Garcia Mercadal tenha incluído este relato na sua compilação, optámos por utilizar a edição preparada por Ramón Alba na década de 1990.⁵⁰ Para o reinado de D. Manuel, existe uma descrição da cidade de Lisboa recentemente editada, da autoria do nobre flamengo Jan Taccoen de Zillebeke, que na sua viagem de peregrinação a Jerusalém, permaneceu em Lisboa durante nove dias, de 11 a 20 de Abril de 1514, tendo registado por escrito diversos aspectos sobre o quotidiano da cidade que o terão impressionado.⁵¹ Neste texto, é especialmente

⁴⁹ *Viajes de Extranjeros por España y Portugal. Desde los tiempos más remotos, hasta fines del siglo XVI*, ed. J. Garcia Mercadal (Madrid: Aguilar, 1952).

⁵⁰ Jerónimo Münzer, *Viaje por España y Portugal. 1494-1495*, nota introdutória de Ramón Alba (Madrid: Ediciones Polifemo, 1991).

⁵¹ *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, coord. Jorge Fonseca (Lisboa: Centro de História da Cultura, 2014).

relevante o destaque, na própria economia do curto relato, conferido pelo autor aos elefantes que se podiam observar na cidade portuguesa.

Notoriamente centrado em aspectos da corte é o texto produzido por Giovanni Battista Venturino por ocasião da viagem do Cardeal Alexandrino, editada por Alexandre Herculano,⁵² onde ressaltam referências à etiqueta, à alimentação e às formas de representação de nobres e de D. Sebastião, nomeadamente através das jóias e do vestuário. Por outro lado, a “Viagem a Portugal dos Cavalleiros Tron e Lippomani, 1580”,⁵³ também publicada por Herculano, é relativa ao período imediatamente posterior à conquista de Portugal por Filipe II, e confere uma atenção particular a questões relacionadas com a vida social e o comércio.

É ainda de referir a descrição de Portugal de 1578-80 publicada por A. H. de Oliveira Marques,⁵⁴ e originalmente escrita em toscano talvez por um membro de uma das inúmeras embaixadas enviadas a Portugal por Estados italianos.⁵⁵ Dividido em duas partes – uma descrição de Portugal, e um “Reverso”, síntese das características negativas dos portugueses – este texto é útil principalmente pelas informações que contém sobre o comércio de especiarias e pedras preciosas, importantes para uma caracterização da Lisboa do século XVI. Pelos mesmos motivos, é também de referir a descrição publicada por Vitorino Magalhães Godinho, do relato do veneziano Lunardo de Cà Masser,⁵⁶ onde terá surgido a primeira referência conhecida ao paço da Ribeira, bem como a obra *Da Grandeza e Magnificência da Cidade de Lisboa*, de Gianbattista Confalonieri.⁵⁷ Tendo ido para Lisboa em 1592 como secretário do recém-nomeado colector de Portugal, Fabio Biondi de Montalto, Gianbattista Confalonieri escreveu no ano seguinte as suas impressões sobre a cidade, influenciado pelo então recente *Tratado sobre as Causas da Magnificência e Grandeza das Cidades*, de Giovanni Botero.

⁵² Giovanni Battista Venturino, “Viagem do cardeal Alexandrino”, ed. Alexandre Herculano, in *Opúsculos*, t. IV, *Controvérsias e Estudos Históricos (tomo III)*, 5ª edição (Lisboa: Livraria Bertrand, s/d), 49-90.

⁵³ “Viagem a Portugal dos Cavalleiros Tron e Lippomani, 1580”, ed. Alexandre Herculano, in *Opúsculos*, t. IV, 113-126.

⁵⁴ A. H. de Oliveira Marques, “Uma descrição de Portugal em 1578-80”, in *Portugal Quinhentista (ensaio)* (Lisboa: Quetzal Editores, 1987), 127-245.

⁵⁵ Marques, “Uma descrição de Portugal”, 127-128.

⁵⁶ Vitorino Magalhães Godinho, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relato do veneziano Lunardo de Cà Masser”, *Revista de História Económica e Social*, 4 (1979): 75-88.

⁵⁷ Bartolomé de Villalba y Estaña e Gianbattista Confalonieri, *Por terras de Portugal no século XVI*, (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002).

Por fim, refira-se o relato da missão diplomática do abade beneditino Jean Sarazin, da abadia de St. Vaast, a Espanha e Portugal em 1582, escrita por Philippe de Caverel,⁵⁸ que inclui uma referência ao rinoceronte de Lisboa e algumas considerações interessantes sobre os Jerónimos.

De forma a não nos restringirmos às fontes descritivas, a correspondência, fontes referentes a relações diplomáticas de Portugal com outros Estados, bem como alguns inventários e relações de bens também se revestem de grande importância, uma vez que nestas fontes podem encontrar-se indícios sobre a presença, interesse e dádiva de animais e objectos extra-europeus. Assim, foram consultados documentos d' *As Gavetas da Torre do Tombo*,⁵⁹ das *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*,⁶⁰ e do *Archivo Historico Portuguez*.⁶¹ Por outro lado, são ainda de mencionar as colectâneas *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*,⁶² *Documentos referentes a las Relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*,⁶³ *La Correspondance des premiers nonces permanents au Portugal*,⁶⁴ e ainda as *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*.⁶⁵ Também nesta categoria pode incluir-se o pormenorizado relato da embaixada de 1514 por um fidalgo anónimo de Chaves que terá assistido à entrada, e que foi recentemente publicado por Paulo Lopes.⁶⁶ E igualmente incontornável é a edição da documentação relativa ao património do quinto Duque de Bragança, D. Teodósio I, cujo inventário de bens é o mais longo e completo que se conhece de uma figura de destaque portuguesa

⁵⁸ Philippe de Caverel. *Ambassade en Espagne et en Portugal (en 1582)*, de R. P. en Dieu, Dom Jean Sarrazin, abbé de St-Vaast, du Conseil d'Estat de sa Majesté Catholique, son premier conseiller en Arthois, etc. (Arras: A. Courtin, 1860).

⁵⁹ *As Gavetas da Torre do Tombo*, introdução de A. da Silva Rego (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977).

⁶⁰ *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, ed. António Caetano de Sousa (Coimbra: Atlântida, 1946-1954).

⁶¹ *Archivo Historico Portuguez*, ed. Anselmo Braamcamp Freire (Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2001).

⁶² *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482): Recueil de Documents Extraits des Archives Bourguignonnes*, ed. Jacques Paviot (Lisboa e Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995).

⁶³ *Documentos referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, ed. Antonio de la Torre e Luis Suarez Fernandez (Valladolid: CSIC, 1963).

⁶⁴ *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*, edição crítica e notas por Charles-Martial De Witte, 2 vols. (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1980).

⁶⁵ *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada (Lisboa: Imprensa Nacional, 1937).

⁶⁶ Paulo Lopes, *Um Agente Português na Roma do Renascimento* (Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2013).

do século XVI, dando-nos uma imagem pormenorizada dos hábitos de consumo da aristocracia em Portugal nesta cronologia.⁶⁷

Ao longo da leitura destas fontes, constatámos que uma parte assinalável das referências existentes ao interesse pelo exótico remetia para os animais. Na verdade, grande parte das referências à presença de produtos e elementos de cultura material extra-europeia na corte portuguesa não nos permite associar definitivamente a valorização destes produtos e objectos à sua proveniência ou ao facto de quem os possuía os considerar de alguma forma exóticos ou diferentes. Como veremos de seguida, estes elementos exóticos eram consumidos, reunidos e apresentados (quer em inventários, quer em fontes narrativas) a par de elementos endógenos e completamente familiares, sem qualquer tipo de distinção que nos permita definir uma categoria própria de “exótico”. Tal poderá estar relacionado com a tese de Benjamin Schmidt, segundo a qual nos séculos XV e XVI as formas de os europeus percepcionarem e descreverem o mundo se caracterizavam por uma procura por semelhanças, no quadro da importância do pensamento analógico na época, e por uma tentativa de atenuar diferenças entre a realidade europeia e as novas realidades encontradas nos outros continentes. Esta era uma estratégia retórica desenvolvida com o objectivo de forjar conexões entre os europeus e os povos e terras que procuravam colonizar, criando assim um discurso que tornava estes espaços favoráveis e atractivos aos europeus, e passíveis de serem por eles dominados.⁶⁸

Grande parte da cultura material extra-europeia parece ter sido inicialmente percepcionada de uma forma semelhante: na documentação portuguesa, bezoares, porcelanas e artefactos de arte plumária são referidos juntamente com relicários, mobiliário, e objectos de proveniência claramente europeia; é utilizado o mesmo tipo de vocabulário na sua descrição, e aparentemente o valor que lhes era atribuído também não os diferenciava dos restantes. Nas residências reais e aristocráticas, todos estes objectos partilhavam os mesmos espaços, não existindo indícios de que os

⁶⁷ *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. II, *Documentos*, coords. Jessica Hallett, Nuno Senos e Maria de Jesus Monge (Lisboa: CHAM e Fundação da Casa de Bragança, 2018).

⁶⁸ Benjamin Schmidt, *Inventing Exoticism. Geography, Globalism, and Europe's Early Modern World* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015), 13.

elementos de proveniência extra-europeia se encontravam agrupados ou separados dos restantes; parece, pelo contrário, que se encontravam normalizados e perfeitamente integrados no discurso decorativo dominante.⁶⁹ Neste contexto, certamente constituíam símbolos da vocação imperial e multicontinental da Coroa portuguesa, mas já desprovidos de algo que se possa considerar como exotismo. Por oposição, as referências aos animais extra-europeus continuam a acentuar o seu carácter incomum e curioso bem até ao final do século XVI, continuando os autores deste período a revelar espanto e a reproduzir parte dos discursos antigos e medievais sobre a natureza extra-europeia. Por outro lado, características físicas extremas tornavam grandes mamíferos, répteis de características aparentemente impossíveis e transgressivas e aves exuberantes passíveis de serem construídos e percepcionados como *exóticos*, no sentido de extraordinários. E ainda, a associação de certos animais a propriedades sobrenaturais, poderosas e misteriosas fazia com que animais aos quais eram atribuídas características humanas, aves falantes e criaturas que guardavam, nas suas entranhas, produtos delicados, valiosos ou perigosos tivessem um assinalável potencial emblemático e contribuíssem para a percepção do mundo natural extra-europeu como radicalmente “outro”. Aliás, no que respeita aos animais, a Coroa portuguesa parece ter-se apropriado precisamente da sua estranheza e do conjunto de significados simbólicos que lhes eram associados, numa estratégia de construção de identidade, o que torna a fauna num elemento singular no contexto dos bens extra-europeus coleccionados.

Após termos redefinido o objecto do presente estudo para a questão específica dos animais, considerámos necessário acrescentar um outro tipo de fontes à nossa análise: textos com informação sobre a percepção do mundo natural extra-europeu desde a Antiguidade até à primeira modernidade revelaram-se essenciais. Assim, para os séculos XV e XVI foi especialmente importante um conjunto de textos que pode enquadrar-se nos chamados textos de viagens, e que foi produzido por autores europeus – maioritariamente portugueses – no seguimento das suas viagens por outros continentes. É de referir, em primeiro lugar, o *Descobrimento Primeiro da Guiné*, de

⁶⁹ A propósito desta questão, vide a análise à presença de elementos extra-europeus no inventário de D. Teodósio, 5º duque de Bragança, em: Senos, “The empire in the duke’s palace”, 128-144.

Diogo Gomes de Sintra,⁷⁰ servidor do Infante D. Henrique, que participou em pelo menos três viagens de exploração da costa ocidental africana entre 1444 e 1460. O seu relato é provavelmente o mais conhecido texto do *Manuscrito de Valentim Fernandes*, uma compilação de relações descritivas dos primórdios da Expansão, realizada já no século XVI pelo impressor alemão estabelecido em Portugal, mas que ficou por publicar até ao século XX. Foi ainda fundamental a colectânea *Viagens dos Descobrimentos*, editada por José Manuel Garcia,⁷¹ e constituída por testemunhos, a maioria dos quais presenciais, das primeiras viagens a África, à Ásia e à América, produzidos entre meados do século XV e 1500. Desta colectânea, foram especialmente relevantes o texto *Do descobrimento da África marítima e Ocidental, isto é, da Guiné pelo Infante D. Henrique de Portugal*, da autoria de Jerónimo Münzer, que consiste num apêndice ao já mencionado *Itinerarium* do mesmo autor, e que não sendo um testemunho presencial, terá sido produzido com base em informações recolhidas pelo autor aquando da sua estadia na Península Ibérica⁷²; e as *Navegações*, um relato das expedições pelo Atlântico que o navegador veneziano Alvise de Cadamosto realizou ao serviço do Infante D. Henrique na década de 1450. No que diz respeito à Ásia, esta compilação ainda inclui a *Relação da primeira viagem à Índia pela armada chefiada por Vasco da Gama*, atribuída a Álvaro Velho, que, segundo José Manuel Garcia, é “o único testemunho presencial que chegou até nós do descobrimento do caminho marítimo para a Índia”;⁷³ para o continente americano, refira-se a célebre *Carta* de Pero Vaz de Caminha, escrivão de Pedro Álvares Cabral, o capitão-mor da armada que chegou ao Brasil em 1500, e ainda a chamada *Relação do piloto anónimo*, também sobre a viagem de chegada ao Brasil.

Relativamente a textos do século XVI, o *Esmeraldo de Situ Orbis* do navegador e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira também é uma fonte importante, dando informações sobre o Brasil, mas também sobre África e a Ásia. Foram também

⁷⁰ Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, ed. Aires A. Nascimento, introdução histórica de Henrique Pinto Rema (Lisboa: Edições Colibri, 2002).

⁷¹ *Viagens dos Descobrimentos*, organização, introdução e notas por José Manuel Garcia (Lisboa: Presença, 1983). Refira-se que uma versão do relato de Diogo Gomes de Sintra também se pode ler nesta obra; no entanto, optámos por utilizar a edição mais recente, de Aires A. Nascimento, citada na nota anterior.

⁷² Carlos Alberto Campos, *Technology, Scientific Speculation and the Great Discoveries*, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXIII (1985): 521; Marília dos Santos Lopes, *Writing New Worlds. The cultural dynamics of curiosity in Early Modern Europe* (Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2016), 37.

⁷³ *Viagens dos Descobrimentos*, 155.

consultadas duas fontes já produzidas na centúria de Quinhentos, que contêm dados interessantes sobre a percepção da natureza extra-europeia.⁷⁴ Em primeiro lugar, as *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, uma edição⁷⁵ de dois textos atribuídos a um piloto português de Vila do Conde, cuja identidade se desconhece. Estes relatos foram publicados pela primeira vez em Veneza, em 1550, no primeiro volume da antologia *Navigazioni et viaggi* de Giovanni Battista Ramusio, dedicado a África e à Índia. Por fim, o *Livro* do navegador Duarte Barbosa (c. 1516),⁷⁶ uma das primeiras descrições modernas detalhadas sobre a Ásia, resultante de uma observação directa por parte do autor, e também publicado em italiano no primeiro volume da compilação de Ramusio.

São ainda de relevo um conjunto de obras fundamentais para a história da medicina, produzidas por autores portugueses que se dedicaram ao estudo das propriedades terapêuticas das drogas asiáticas. Em primeiro lugar, a *Suma Oriental* do boticário Tomé Pires⁷⁷, um dos primeiros tratados de geografia, escrito entre 1512 e 1515, e também publicado por Ramusio. O autor permaneceu durante cerca de dois anos e meio em Malaca, e celebrou-se por ter encabeçado a primeira embaixada europeia oficial à China, em 1516. Também incontornável é a obra de Garcia de Orta (1563),⁷⁸ a principal referência nacional e europeia no que diz respeito à botânica médica indiana, que não só desfez mitos, como também introduziu importantes avanços no conhecimento sobre as espécies asiáticas, tendo sido fundamental para a obra do ilustre botânico flamengo Charles de l'Écluse (também conhecido por Carolus Clusius), responsável por várias edições anotadas dos *Colóquios*.⁷⁹ E é ainda de salientar a obra

⁷⁴ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, ed. Raphael Eduardo de Azevedo Basto (Lisboa: Imprensa Nacional, 1892).

⁷⁵ *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, introdução, tradução e notas de Arlindo Manuel Caldeira (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000).

⁷⁶ Duarte Barbosa, *Livro que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, ed. Luís de Albuquerque (Lisboa: Alfa, 1989).

⁷⁷ Tomé Pires, *The Suma Oriental of Tomé Pires. An Account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515*, tradução e edição de Armando Cortesão (Londres: The Hakluyt Society, 1944).

⁷⁸ Garcia de Orta. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, ed. Conde de Ficalho (Lisboa: Imprensa Nacional, 1891).

⁷⁹ Sobre este assunto, que aprofundaremos adiante, vide Marília dos Santos Lopes. "A Revelação das Plantas. Garcia de Orta, Carolus Clusius e as Espécies Asiáticas na Europa", *RC Review of Culture* 20 (2006): 11-27.

ilustrada do médico e naturalista Cristóvão da Costa (1578),⁸⁰ também sobre o uso terapêutico das plantas asiáticas, na qual o autor se propôs colmatar algumas falhas da obra de Orta, nomeadamente o facto de esta não possuir ilustrações. Embora todos estes contributos sejam do domínio da botânica e da medicina, interessam-nos na medida em que todos os autores incluíram informações sobre animais como o elefante ou o rinoceronte, e também sobre produtos de origem animal, como os bezoares, que permitem compreender as formas como o conhecimento sobre a natureza extra-europeia, e em particular a fauna, era produzido, transmitido e adaptado. Por fim, merece ainda uma menção o *Itinerário* do holandês Jan Huygen van Linschoten, publicado pela primeira vez em Amsterdão em 1596, e que embora não seja uma obra do âmbito da história da ciência, enquadrando-se antes no campo dos textos de viagens, é claramente tributário das obras de Orta e Costa no que diz respeito às descrições do mundo natural.

Para uma análise profícua das descrições sobre os animais extra-europeus dos séculos XV e XVI, foi ainda necessária a leitura de fontes cronologicamente anteriores, nomeadamente da Antiguidade e da Idade Média. Embora para estas cronologias nos tenhamos auxiliado sobretudo de bibliografia específica, foram consultadas também traduções de alguns textos enquanto fontes primárias. Em primeiro lugar, a *História dos Animais*, de Aristóteles (c. 350 a.C.),⁸¹ e a *História Natural*, de Plínio, o Velho⁸² (c. 77 d.C.), as maiores referências da Antiguidade para o conhecimento sobre o mundo natural, cujas ideias e concepções continuaram a ser replicadas por naturalistas até à Idade Moderna. É igualmente de referir o *Physiologus*, compilado originalmente em grego por um autor anónimo,⁸³ provavelmente no Egipto ou na Síria, entre os séculos II e IV d.C.; este texto é importante uma vez que foi o precursor dos bestiários medievais, sendo dos primeiros a infundir o simbolismo já anteriormente associado aos animais

⁸⁰ Cristóvão da Costa, *Tractado de las drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus Plantas debuxadas al biuo por Christoual Acosta medico y cirujano que las vio ocularmente. En el qual se verifica mucho de lo que escriuió el Doctor Garcia de Orta* (Burgos: Martin de Victoria, 1578).

⁸¹ Aristotle, *The History of Animals*, trad. D'Arcy Wentworth Thompson. Consultado no site *The Internet Classics Archive*, de Daniel C. Stevenson.

⁸² Pliny, *Natural History*, trad. John Bostock e Henry T. Riley. Consultado no site *Perseus Digital Library*, de Gregory C. Crane (Tufts University).

⁸³ *Physiologus. A Medieval Book of Nature Lore*, trad. Michael J. Curley (Londres e Chicago: University of Chicago Press, 2009).

com uma moralidade cristã e um carácter didáctico. Outra obra de referência são as *Etymologiae* (em particular o seu livro XII, sobre os animais), de St^o Isidoro de Sevilha,⁸⁴ produzidas na forma de uma enciclopédia no início do século VII, compilando o conhecimento essencial da Antiguidade e do Cristianismo primitivo sobre diversos assuntos seculares e religiosos, desde a gramática até à guerra, passando pela medicina e as Escrituras.⁸⁵

É ainda de mencionar a *Carta do Preste João das Índias*,⁸⁶ um outro texto medieval datado do século XII, essencial para compreender aquilo a que Jacques Le Goff chamou de o “horizonte onírico do Índico”, e a relação entre o maravilhoso e a concepção medieval do Oriente.⁸⁷ Nesta sequência, importa também referir três conhecidos textos de viagens medievais pela Ásia: o livro das viagens do comerciante veneziano Marco Polo, escrito no século XIII;⁸⁸ a *Mirabilia Descripta*, do dominicano Jordão de Severac (ou Jordão Catalão),⁸⁹ que esteve na Índia também no começo do século XIII; e as fantasiosas *Viagens de Jean de Mandeville*,⁹⁰ de meados do século XIV, escritas por um cavaleiro britânico ou flamengo, que ao contrário dos dois autores anteriores, nunca terá de facto estado nos locais que descreveu.⁹¹

É ainda importante referir a documentação manuscrita consultada, nomeadamente do *Corpo Cronológico*⁹² do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Estas

⁸⁴ Isidore of Seville, *The Etymologies*, tradução, introdução e notas de Stephen A. Barney, W. J. Lewis, J. A. Beach e Oliver Berghof (Nova York: Cambridge University Press, 2006).

⁸⁵ É importante referir que o responsável pela clássica divisão das *Etimologias* em livros não foi Isidoro de Sevilha, mas sim Bráulio de Saragoça.

⁸⁶ *Carta do Preste João das Índias*, prefácio e notas de Manuel João Ramos, tradução de Leonor Buescu (Lisboa: Assírio & Alvim, 1998).

⁸⁷ Sobre esta questão, vide Jacques Le Goff, “O ocidente medieval e o oceano Índico: um horizonte onírico”, in *Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no ocidente* (Lisboa: Estampa, 1980), 263-280.

⁸⁸ *O Livro de Marco Paulo – O Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jeronimo de Santo Estevam. Conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502*, introdução e índices por Francisco Maria Esteves Pereira (Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922).

⁸⁹ *Mirabilia Descripta. The Wonders of the East, by Friar Jordanus of the order of preachers and Bishop of Columbum in India the Greater (circa 1330)*, tradução do latim e comentários de Henry Yule (Londres: Hakluyt Society, 1863).

⁹⁰ John Mandeville, *The Travels of Sir John Mandeville. The version of the Cotton Manuscript in modern spelling* (Londres: Macmillan and Co., 1915).

⁹¹ Mário Matos, “*Perpetuum mobile*. Algumas considerações sobre narrativas de viagem”, in: *O imaginário das viagens. Literatura, cinema, banda desenhada*, org. Maria Cristina Daniel Álvares, Ana Lúcia Amaral Curado e Sérgio Paulo Guimarães de Sousa (Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2013), 20.

⁹² IAN/TT, *Corpo Cronológico*, Partes I e II.

fontes, embora não contenham dados sobre a exibição pública de animais, o seu uso político ou a forma como eram percebidos pelos humanos, dão-nos importantes informações práticas sobre a aquisição destes animais por parte de membros da realeza, e sobretudo sobre o seu transporte e manutenção, onde eram acomodados, e quais as pessoas envolvidas no seu tratamento. A maioria desta documentação é relativa aos elefantes, alguma dela dizendo respeito aos que se encontravam no Estado da Índia e que eram utilizados na realização de trabalhos pesados nas zonas portuárias, mas existem também dados sobre animais como gatos de algália (e o almíscar, o seu respectivo subproduto), pássaros e símios.

Por fim, refira-se que, paralelamente à leitura e análise da documentação escrita, também a iconografia da cronologia em estudo se reveste de grande relevância enquanto fonte de informação. Serão privilegiadas representações destes animais sobretudo na iconografia medieval e moderna, bem como a sua presença na cartografia, essencial para a análise de algumas questões que abordaremos.

A presente tese encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro, começamos por fazer uma breve introdução sobre a Expansão e as suas consequências materiais e culturais, na qual é traçada uma panorâmica sobre as alterações operadas em Lisboa nesta cronologia, e sobre as descrições da cidade produzidas por autores estrangeiros e portugueses. Optámos por dedicar um capítulo a Lisboa porque a cidade constitui o pano de fundo de uma parte significativa das referências à presença de animais extra-europeus na corte portuguesa. E também porque embora tenhamos optado por focar este estudo no tema específico dos animais extra-europeus, é importante perceber que o seu consumo e exibição se verificava a par do consumo e exibição de outros objectos e produtos extra-europeus, e numa conjuntura em que Lisboa assumia um papel cada vez mais preponderante entre as cidades do reino.

Se no primeiro capítulo fazemos uma contextualização da conjuntura histórica e material da Coroa portuguesa neste período, no segundo capítulo apresentamos uma visão global sobre os antecedentes da relação entre animais selvagens e a representação de poder. Como veremos, a utilização política de animais selvagens é uma dimensão

fundamental das relações que se estabeleceram entre humanos e animais ao longo da história, podendo identificar-se práticas como a manutenção e exibição pública destes animais desde cronologias bastante recuadas, e em contextos civilizacionais distintos. Procuramos, assim, demonstrar que estas eram práticas universalmente reconhecidas como sendo politicamente relevantes e significadoras de estatuto e poder, pelo que a sua adopção pela Coroa portuguesa neste período deve ser interpretada à luz deste contexto mais vasto.

No terceiro capítulo são apresentados os dados coligidos a partir das fontes supramencionadas, relativos às práticas e usos políticos da fauna extra-europeia na corte portuguesa nos séculos XV e XVI. Primeiramente, dedicamos um subcapítulo à presença de animais extra-europeus e de produtos de origem animal nas residências régias portuguesas e à posse dos mesmos por parte de membros da realeza portuguesa. O subcapítulo seguinte foca-se na exibição de animais extra-europeus em cerimónias públicas como entradas régias, banquetes e casamentos; auxiliando-nos da bibliografia sobre festas e rituais públicos na Europa e em Portugal neste período, são apresentadas as referências aos animais, retiradas das fontes em estudo. O terceiro subcapítulo prende-se com a circulação de animais exóticos pela Europa através de dádivas de presentes por parte da corte portuguesa a outras cortes europeias. O elefante indiano que D. Manuel enviou ao Papa Leão X é o mais conhecido exemplo, mas muitos outros podem ser enunciados desde meados do século XV. O último subcapítulo foca-se em questões logísticas relacionadas com o acesso e a manutenção destes animais.

O quarto capítulo centra-se nos discursos sobre a natureza extra-europeia, e, em particular, sobre os animais extra-europeus no período moderno, procurando explicar e conferir significado aos dados retirados das fontes e apresentados no segundo e no terceiro capítulos. Assim, no primeiro subcapítulo focamo-nos nas descrições do mundo natural extra-europeu que se podem ler nas fontes narrativas associadas às primeiras viagens oceânicas de exploração patrocinadas pela Coroa portuguesa no século XV e início do século XVI. No segundo subcapítulo deter-nos-emos na dimensão emblemática dos animais exóticos, nos vários significados que lhes eram associados, e na forma como estes reflectiam a percepção europeia do mundo natural e contribuíram para a construção ideológica do mundo extra-europeu, influenciando, na longa duração,

noções estereotipadas e essencializadas dos outros continentes. Por fim, dedicamos o último subcapítulo da tese a uma reflexão em torno de algumas questões essenciais dos estudos mais recentes sobre as relações entre humanos e animais com as quais procurámos interagir ao longo da nossa investigação, e sobre o significado e o objectivo de uma agenda historiográfica focada no papel dos animais nas sociedades humanas, e na forma como os humanos, ao longo dos tempos, se relacionaram com aqueles e com a natureza em geral, utilizando-os como recursos materiais, mas também como recursos culturais e intelectuais.

Estado da Arte

a) Bibliografia de enquadramento

Para o presente estudo, foi necessário consultar uma vasta bibliografia, produzida no âmbito de diversos domínios científicos. Como referimos anteriormente, é sobretudo no âmbito da História da Arte que têm sido estudados os temas relativos ao consumo e ao interesse, por parte do poder, em produtos extra-europeus a partir dos séculos XV e XVI. Para além disso, a História da Arte constitui também o domínio em que se tem produzido uma reflexão mais sistemática e plural sobre o mundo da corte as suas dimensões políticas e simbólicas, seja através do estudo da relação entre arte e poder, dos inventários, ou da arquitectura. Deste modo, os contributos da História da Arte desempenham um papel essencial para este estudo enquanto bibliografia de apoio e de enquadramento, através da qual procuramos garantir uma correcta contextualização e interpretação dos dados recolhidos pela leitura das fontes coevas.

Para além das obras e exposições citadas anteriormente, devemos ainda relembrar a exposição *Encompassing the Globe: Portugal and the World in the 16th and 17th Centuries*, organizada pela Arthur M. Sackler Gallery em parceria com o National Museum of African Art – Smithsonian Institution, e apresentada, primeiro em 2007 em Washington, e dois anos depois em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga. Adoptando um discurso semelhante ao da anterior exposição *Encounters*, através dos objectos, *Encompassing the Globe* examinou o papel de Portugal na expansão europeia e nas viagens de exploração marítima, e o império português, salientando, sobretudo, a sua dimensão comercial. O catálogo foi publicado em três volumes, os dois primeiros

com reproduções e descrições das peças, e o terceiro com um conjunto de ensaios escritos por historiadores e historiadores de arte portugueses e estrangeiros sobre diversos temas, desde a cosmografia e rotas comerciais, a relações raciais e escravatura no império português, passando por práticas culinárias, entre outras temáticas mais estritamente relacionadas com a cultura material.⁹³ Enquanto obra de enquadramento, o catálogo oferece simultaneamente uma visão sistemática sobre a expansão portuguesa – com artigos de síntese como os de Francisco Contente Domingues, Francisco Bethencourt ou Diogo Ramada Curto – e sobre as suas manifestações materiais e artísticas, caracterizando-se a maioria dos contributos por uma abordagem mais particular.

Outra obra de apoio fundamental é o recente *The Global City: On the streets of Renaissance Lisbon*, editado por Annemarie Jordan Gschwend e Kate Lowe,⁹⁴ que deu origem à exposição homónima apresentada no Museu Nacional de Arte Antiga em 2017, e respectivo catálogo. Partindo de dois quadros de um autor anónimo flamengo, identificados pelas autoras como uma representação da Rua Nova dos Mercadores (a principal artéria comercial da Lisboa de Quinhentos), a obra apresenta a capital portuguesa como uma cidade global do Renascimento. Entre outros critérios, é apontada para justificar esta categorização a diversidade geográfica de proveniências, não só dos seus habitantes, mas também das *commodities* transaccionadas e consumidas na cidade, que se encontrava no centro de rotas comerciais que ligavam diversas partes do mundo. Para além de valiosos capítulos sobre o consumo e interesse por objectos e animais extra-europeus, citando uma bibliografia vasta e actualizada, *The Global City* contém ainda contributos inovadores sobre temas como as visões de Lisboa produzidas por autores estrangeiros e portugueses, ou sobre a diversidade da população lisboeta; depois, é apresentado um conjunto de estudos de caso sobre o consumo de cultura material africana e asiática e sobre a representação de um peru, uma ave americana, do quadro da Rua Nova dos Mercadores. No final da obra, existe ainda um apêndice documental, no qual são publicadas fontes inéditas sobre o comércio

⁹³ *Encompassing the Globe. Portugal and the World in the 16th & 17th Centuries – Essays*, ed. Jay A. Levenson (Washington D.C.: Arthur M. Sackler Gallery e Smithsonian Institution, 2007).

⁹⁴ *The Global City. On the streets of Renaissance Lisbon*, ed. Annemarie Jordan Gschwend e Kate J. P. Lowe (Londres: Paul Holberton publishing, 2015).

e a população de Lisboa. Esta obra não só constitui um contributo fundamental, como ainda nos remete para duas temáticas essenciais desta tese: a Lisboa do século XVI, e as alterações dos padrões de consumo como consequência da expansão marítima.

No que diz respeito a este último aspecto, mais uma vez os contributos da História da Arte são essenciais, sendo de referir estudos sobre aspectos específicos da cultura material, nomeadamente, têxteis, joalharia, artes decorativas, mobiliário, e iconografia, que constituem parte da nossa bibliografia de apoio. Assim, para além dos artigos que se podem encontrar nas obras e catálogos já citados, são de referir, no que diz respeito ao consumo de têxteis asiáticos em Portugal, os importantes contributos de Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira,⁹⁵ e de Maria João Ferreira,⁹⁶ bem como as recentes dissertações de Ana Serrano,⁹⁷ Raquel Santos,⁹⁸ e Inês Cristóvão.⁹⁹ Para a joalharia e artes decorativas, as investigações de Nuno Vassallo e Silva,¹⁰⁰ o recente catálogo da exposição *Jóias da Carreira da Índia*, com contribuições de Hugo Miguel Crespo sobre o consumo de jóias asiáticas em Portugal, e sobre a circulação de modelos e viagem das formas no Império,¹⁰¹ e ainda o trabalho de Maria do Carmo Rebello de Andrade sobre os objectos sumptuários associados à mesa dos reis de Portugal no

⁹⁵ Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira (coord.), *O Tapete Oriental em Portugal: tapete e pintura, séculos XV-XVIII* (Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2007); Jessica Hallett, "Tapetes orientais e ocidentais: intercâmbios peninsulares no século XVI", in *O Largo tempo do Renascimento. Arte, Propaganda e Poder*, ed. Vítor Serrão (Lisboa: Caleidoscópio, 2008), 225-257.

⁹⁶ Maria João Ferreira, *As Alfaias Bordadas Sinoportuguesas (Séculos XVI a XVIII)* (Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2007); Idem, *Os têxteis chineses no contexto religioso português de aparato entre os séculos XVI e XVIII*, 2 vols, tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto: 2011); Idem, "Os 'Panos da Índia' em Portugal: integração e consumo dos artigos têxteis asiáticos na sociedade portuguesa dos séculos XVI a XVIII", in *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José Augusto França* (Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 2014), 72-81.

⁹⁷ Ana Filipa Albano Serrano, *The Red Road of the Iberian Expansion: Cochineal and the Global Dye Trade*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa: 2016).

⁹⁸ Ana Raquel Martins Santos, *New carpets for new markets: production and consumption of indo-persian carpets in 16th and 17th centuries*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa: 2017).

⁹⁹ Inês de Castro Cristóvão, *"A principal riqueza que dali vem": os têxteis bordados indianos em Portugal nos séculos XVI e XVII*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa: 2017).

¹⁰⁰ Nuno Vassallo e Silva, *"E muy rica prata fina, de bastiões bem lavrados": a ourivesaria entre Portugal e a Índia, do século XVI ao século XVIII*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coimbra: 2005).

¹⁰¹ Hugo Miguel Crespo, *Jóias da Carreira da Índia. Catálogo da Exposição* (Lisboa: Fundação Oriente, 2014).

século XVI.¹⁰² Refira-se igualmente o artigo de Álvaro Sequeira Pinto sobre o mobiliário de luxo dito luso-asiático, em que o autor produz uma síntese actualizada sobre o consumo de objectos de exótica em Portugal no início do período moderno.¹⁰³ No que diz respeito à iconografia, é inevitável mencionar os trabalhos de José Augusto França, Annemarie Jordan e Pedro Flor sobre o retrato em Portugal;¹⁰⁴ é ainda particularmente relevante a produção historiográfica sobre as chamadas tapeçarias “à maneira de Portugal e da Índia”, cuja iconografia, marcada pela representação de portugueses na Ásia, inclui diversos animais exóticos e imaginários.¹⁰⁵ Por fim, é forçoso mencionar a tese de doutoramento de Carla Alferes Pinto, que será provavelmente a mais recente problematização de fundo sobre a arte colonial portuguesa da época moderna, partindo do conjunto específico e amplo de objectos que compõem o património móvel da diocese de Lisboa.¹⁰⁶

Uma vez que a nossa contextualização incide sobre a Expansão e as suas consequências materiais, o que implica, inevitavelmente, uma análise das descrições e das características de Lisboa, também a bibliografia produzida sobre a cidade se reveste de grande importância enquanto literatura de enquadramento. Neste sentido, são em primeiro lugar de referir os contributos da museóloga Irisalva Moita, nas obras *Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade*,¹⁰⁷ e *O Livro de Lisboa*.¹⁰⁸ Na primeira, a autora explica as mudanças operadas na cidade neste contexto histórico, não só ao nível

¹⁰² Maria do Carmo Rebello de Andrade, “Artes de mesa e cerimoniais régios na corte do século XVI. Uma viagem através de obras de arte da ourivesaria nacional”, in *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino (Lisboa: Círculo de Leitores, 2011), 134-147.

¹⁰³ Álvaro Sequeira Pinto, “O mobiliário precioso luso-asiático e as colecções renascentistas (kunstskammern)”, *Res Mobilis. Revista internacional de investigación en mobiliario y objectos decorativos* 6, 6 (I) (2016), 1-35.

¹⁰⁴ José-Augusto França, *O Retrato na Arte Portuguesa* (s.l.: Livros Horizonte, 1981); Annemarie Jordan, *Retrato de corte em Portugal. O legado de António Moro, 1552-1572* (Lisboa: Quetzal, 1994) e Pedro Flor, *A arte do retrato em Portugal nos séculos XV e XVI* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2010).

¹⁰⁵ Maria Antónia Gentil Quina, *À maneira de Portugal e da Índia. Uma série de tapeçaria quinhentista* (Lisboa: Meribérica-Líber, 1998); Pedro Dias, *À Maneira de Portugal e da Índia. Uma tapeçaria inédita* (Porto: VOC, 2007) e *Cortejo Triunfal com Girafas. Animais exóticos ao serviço do poder* (Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo e Centro de História de Além-Mar, 2009).

¹⁰⁶ Carla Alferes Pinto, *A colecção de arte colonial do Patriarcado de Lisboa. Proposta de estudo e musealização*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada na Universidade Nova de Lisboa (Lisboa: 2014).

¹⁰⁷ *Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade*, ed. Irisalva Moita (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1983).

¹⁰⁸ *O Livro de Lisboa*, ed. Irisalva Moita (Lisboa: Livros Horizonte, 1994).

das infra-estruturas, mas também no que diz respeito à população e a vários aspectos do quotidiano, desde os interiores das habitações até à alimentação. A segunda, uma obra multidisciplinar constituída por artigos de vários autores, apresenta uma síntese dos conhecimentos históricos, arqueológicos e patrimoniais sobre Lisboa desde a pré-história até à contemporaneidade; é de salientar o capítulo da autoria da própria Irisalva Moita, que diz respeito ao século XVI.¹⁰⁹ Por outro lado, importa mencionar a obra seminal de Renata Araújo sobre a Lisboa de finais do século XV e inícios do século XVI, em que a autora particulariza a questão do espectáculo, um elemento constante na cidade, proporcionado pela corte e pela sua teatralidade.¹¹⁰ Os contributos de Helder Carita,¹¹¹ Carlos Caetano,¹¹² Walter Rossa,¹¹³ e Paulo Pereira,¹¹⁴ adoptando uma perspectiva mais direccionada para o urbanismo, são igualmente essenciais para o estudo da Lisboa de Quinhentos, assim como as obras de Nuno Senos e Bruno Martinho sobre o Paço da Ribeira, centro do poder e uma das principais marcas da cidade nesta cronologia.¹¹⁵ No que diz respeito às percepções e descrições de Lisboa pelos estrangeiros, são de referir, para além do artigo de Kate Lowe em *The Global City*,¹¹⁶ os artigos de Fernando Castelo-Branco,¹¹⁷ Francisco Bethencourt,¹¹⁸ e Diogo Ramada

¹⁰⁹ Irisalva Moita, “Lisboa no Século XVI: a cidade e o ambiente”, in *O Livro de Lisboa*, 139-167.

¹¹⁰ Renata Araújo, *Lisboa: a cidade e o espectáculo na Época dos Descobrimentos* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990).

¹¹¹ Helder Carita, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999); Idem, “Lisboa manuelina, de cabeça de reino a capital de império”, in *Lisboa. Conhecer, pensar, fazer cidade*, ed. Maria Helena Barreiros (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001).

¹¹² Carlos Caetano, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (séculos XV a XVIII)* (Lisboa: Pandora, 2004).

¹¹³ Walter Rossa, “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade”, in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Nascimento de D. João III* (Lisboa: Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004), 947-967; Idem, “A imagem ribeirinha de Lisboa. Alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o Império”, in *Barroco Iberoamericano: territorio, arte, espacio y sociedad* (Sevilha: Ediciones Giralda, 2001), 1553-1580.

¹¹⁴ Paulo Pereira, “Lisboa (séculos XVI-XVII)”, discurso proferido no simpósio internacional “Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos” no Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de Novembro de 2006. Consultado em: <http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/neue-welten/pt/essays.html>.

¹¹⁵ Nuno Senos, *O Paço da Ribeira, 1501-1581* (Lisboa: Notícias, 2002); Bruno A. Martinho, *O Paço da Ribeira das vésperas do Terramoto*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

¹¹⁶ Kate Lowe “Foreign descriptions of the Global City: Renaissance Lisbon from the Outside”, in *The Global City*, 36-55.

¹¹⁷ Fernando Castelo-Branco, *Lisboa vista pelos estrangeiros (até aos fins do século XVII)*, sep. de *Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982), 355-390.

¹¹⁸ Francisco Bethencourt, “Descrições e representações de Lisboa no século XVI”, 117-129.

Curto,¹¹⁹ bem como o texto de Jorge Fonseca sobre a cidade manuelina no recentemente publicado relato de Jan Taccoen de Zillebeke.¹²⁰ Sobre a importância das zonas do Terreiro do Paço – o centro do poder – e da Ribeira das Naus – local de construção de embarcações e de circulação de mercadorias e pessoas –, mencione-se o artigo de Maria de Fátima Reis.¹²¹

Sob o ponto de vista da Arqueologia, são de salientar os contributos de Jacinta Bugalhão, em particular a obra recentemente coordenada por esta autora sobre o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros,¹²² e o trabalho de Inês Pinto Coelho sobre a Casa dos Bicos.¹²³ Também no que respeita aos contributos da Arqueologia para o conhecimento da cidade, importa ainda mencionar o catálogo da exposição sobre Lisboa e Ceuta, organizada por ocasião das comemorações do sexto centenário da conquista portuguesa de Ceuta.¹²⁴ Este catálogo interessa-nos na medida em que, a par do estudo de Ceuta, também apresenta uma panorâmica multidisciplinar e actualizada, produzida por diversos autores, sobre vários aspectos da cidade de Lisboa nos séculos XV e XVI, nomeadamente o urbanismo e a evolução da cidade medieval à cidade manuelina (Hélder Carita), os espaços de poder (Nuno Senos, Edite Martins Alberto), a vida quotidiana (Jorge Fonseca) e o comércio e vida marítima (Carlos Caetano, Rodrigo Banha da Silva e José Bettencourt). Por fim, os trabalhos de Rui Manuel Loureiro¹²⁵ e de José Bettencourt¹²⁶ sobre as cargas de retorno da Carreira da Índia, e os mais recentes

¹¹⁹ Diogo Ramada Curto, “Descrições e representações de Lisboa (1600-50)”, 131-145.

¹²⁰ Jorge Fonseca, “Lisboa de D. Manuel I no relato de Jan Taccoen”, in *Lisboa em 1514*, 91-113.

¹²¹ Maria de Fátima Reis, “A Ribeira de Lisboa, porto do Império Marítimo Português: circulação de pessoas e de mercadorias”, *e-Spania – Revue interdisciplinaire d’études hispaniques médiévales et modernes* 22 (out. 2015), acedido a 29 de março de 2017, <https://espania.revues.org/25062>.

¹²² Jacinta Bugalhão, *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros* (Lisboa: Fundação Millennium bcp, 2009); *Uma casa pré-pombalina na Baixa lisboeta. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*, coord. Jacinta Bugalhão (Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, 2015).

¹²³ Inês Pinto Coelho, “A Casa dos Bicos: estudo arqueológico de um espaço e quotidiano palaciano na Lisboa ribeirinha (séculos XVI-XVIII). Análise preliminar”, in *Arqueologia em Portugal. 150 anos*, ed. José Morais Arnaud, Andrea Martins e César Neves (Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013), 1085-1090; Inês Pinto Coelho, Tiago Silva, e André Teixeira, “Uma aproximação ao espaço vivencial da Casa dos Bicos: a cultura material de uma lixeira da primeira metade do século XVIII”, in *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2018), 367-385.

¹²⁴ *Lisboa 1415 Ceuta. História de duas cidades*, coord. André Teixeira, Fernando Villada Paredes e Rodrigo Banha da Silva (Ceuta: Ciudad Autonoma de Ceuta e Câmara Municipal de Lisboa, 2015).

¹²⁵ Rui Manuel Loureiro, “Algumas notas sobre as cargas de retorno da *carreira da Índia* no porto de Lisboa”, *Rossio. Estudos de Lisboa* 7 (Dez. 2016), 81-91.

¹²⁶ José António Bettencourt, *A nau Nossa Senhora da Luz (1615) no contexto da Carreira da Índia e da escala dos Açores: uma abordagem histórico-arqueológica*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Lisboa: 2008).

contributos da arqueologia marítima¹²⁷ também são imprescindíveis para uma profícua caracterização da cidade na primeira modernidade.

Feita esta referência à bibliografia de enquadramento, de seguida particularizaremos o estado da questão das três questões estruturais para a nossa análise: a problemática do cerimonial e da encenação do poder, os conceitos de exótico e maravilhoso e a relação entre ambos, e a presença de animais extra-europeus na Europa no Renascimento e em períodos anteriores.

b) Cerimonial e encenação do poder

O estudo da cultura de corte no período Moderno é um objecto complexo, que de há muito concita a atenção de historiadores, sociólogos, historiadores de arte e antropólogos, mas que registou uma revitalização e alargamento de horizontes teóricos e de perspectivas de pesquisa nas últimas décadas. As obras do sociólogo Norbert Elias,¹²⁸ escritas na primeira metade do século XX, mas apenas “descobertas” pela historiografia francesa nos anos 70, mantêm-se incontornáveis e continuam a ser válidas como ponto de partida para novas reflexões sobre a corte.¹²⁹ Contudo, o modelo teórico de Elias é de difícil transposição para outras realidades que não a francesa. Neste sentido foi objecto de inúmeras críticas de natureza teórica que, embora reconhecendo a sua importância, mostram algumas reservas à sua aplicação enquanto modelo.¹³⁰ É o que se verifica com o caso português, ao qual, pelas suas especificidades, é discutível aplicar modelos que noutros contextos possam ter pertinência historiográfica, aliás, tal como vimos anteriormente a propósito do modelo das *kunstkammern* centro-europeias.

¹²⁷ José Bettencourt, et al., “Entrar e sair de Lisboa na Época Moderna: uma perspectiva a partir da Arqueologia Marítima”, in *Meios, Vias e Trajectos... Entrar e sair de Lisboa*, coords. J. C. Senna Martinez, A. C. Martins, A. Caessa, A. Marques e I. Cameira (Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa da Câmara Municipal de Lisboa e Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa), 144-159.

¹²⁸ Norbert Elias, *O Processo Civilizacional. Investigações Sociogenéticas e Psicogenéticas*, 2 vols. (Lisboa: Dom Quixote, 1989-1990); Idem, *A sociedade de Corte* (Lisboa: Estampa, 2005).

¹²⁹ Pedro Cardim, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”, in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2, *A Idade Moderna*, coord. Nuno Gonçalo Monteiro (Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2011), 160-201.

¹³⁰ Vide por exemplo, Elena Brambilla, “Modèle et méthode dans la ‘société de cour’ de Norbet Elias”, in *La ville et la cour. Des bonnes et des mauvaises manières*, dir. Daniela Romagnoli, prefácio de Jacques Le Goff (Paris : Fayard, 1995), 219-258.

Assim, parte dos estudos produzidos sobre a corte portuguesa, ainda na senda de Elias, aponta para uma menor sofisticação e complexidade de dispositivos materiais e simbólicos em relação às cortes italianas, francesa e borgonhesa, em particular esta última, que constituía no século XV um modelo paradigmático e inspirador para outras cortes europeias.¹³¹ Contudo, isto não significa que não existissem formas de representação, e como veremos de seguida, alguns autores admitem a existência de fausto e teatralidade na corte portuguesa, cuja singularidade assentava, em parte, nos animais extra-europeus, presentes em várias ocasiões em que a realeza demonstrava a sua majestade e magnificência. Para analisarmos estes momentos politicamente relevantes para a Coroa, é necessário o estudo de uma bibliografia mais abrangente, maioritariamente produzida no âmbito das ciências sociais (e dentro destas, da Antropologia), que podendo adaptar-se às particularidades da historiografia sobre a Idade Moderna, e em particular ao caso português, não lhe é exclusiva e permite mais interpretações e níveis de análise.

Na década de 1970, grande parte da produção historiográfica inovadora era influenciada por duas tendências dominantes: a influência do marxismo e da escola dos *Annales* – esta última que procedeu a uma decisiva abertura de campo na historiografia, introduzindo o estudo de temáticas diversas, relacionadas com as mentalidades, o imaginário, o corpo, a morte, o sexo, o género e até a cultura material – e o crescimento da importância conferida às ciências sociais.¹³² Esta historiografia pautou-se, entre outros aspectos, por uma desvalorização da história política e da história do poder, entendidas como histórias factuais, narrativas, conservadoras e de relevância discutível, em benefício de abordagens de carácter estrutural, que reconhecessem de forma mais ampla a complexidade do processo histórico, nomeadamente através da atribuição de protagonismo e agência a outras camadas da sociedade para além das elites. Como consequência, segundo Sean Wilentz, verificou-se entre alguns académicos que se dedicavam à história política, “uma procura por interpretações historiográficas mais satisfatórias sobre a autoridade, o poder, e a percepção social” e o estudo dos símbolos

¹³¹ Werner Paravicini, “The Court of the Dukes of Burgundy. A Model for Europe?”, in *Princes, Patronage, and the Nobility. The Court at the Beginning of the Modern Age c. 1450-1650*, ed. Ronald G. Ash e Adolf M. Birke (Londres: Oxford University Press, 1991), 69-102.

¹³² Veja-se uma panorâmica em *La Nouvelle Histoire*, dir. Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (Paris : Retz, 1978) ; Peter Burke, *O que é a história cultural ?* (Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2005).

e rituais políticos foi um dos mais importantes resultados dessa procura. Começaram, então, a adoptar-se para o trabalho historiográfico os métodos interpretativos da Antropologia, da História da Arte e dos Estudos Literários, e o poder e a política começaram, progressivamente, a ser encarados não só como indissociáveis da cultura e da sociedade, mas inclusivamente como formas de interacção cultural, ligadas a sistemas morais e sociais mais abrangentes.¹³³

Deste modo, a história política deixou de ser interpretada de forma linear, como uma simples sucessão de factos, causas e consequências, sendo cada vez mais reconhecida a relevância das cerimónias e das insígnias de poder para a legitimação, consolidação e/ou desintegração de sistemas políticos. Para tal, também foram determinantes algumas alterações verificadas no que respeita à História da Arte, em que as clássicas abordagens formalistas perderam a supremacia para um interesse cada vez mais destacado pelas representações simbólicas e pelos aspectos visuais do poder, nomeadamente em trabalhos sobre contextos cortesãos no período moderno, de que são exemplo os contributos de Thomas DaCosta Kaufmann¹³⁴ e de Roy Strong.¹³⁵ Assim, se tradicionalmente as fontes escritas eram consideradas o principal meio através do qual os governantes se legitimavam e construíam as suas imagens para legar à posteridade, perpetuando os seus feitos, o último quartel do século passado introduziu na historiografia a percepção do impacto político de elementos da cultura material, como o retrato,¹³⁶ e de acontecimentos efémeros, como as entradas solenes, festas e banquetes cerimoniais. É agora amplamente reconhecido que a retórica política não se limita às suas formas públicas e verbais, e que o espectáculo político, a arte (sobretudo se utilizada ao serviço da propaganda), e até a forma como os indivíduos no poder se

¹³³ Sean Wilentz, "Introduction", in *Rites of Power. Symbolism, Ritual and Politics Since the Middle Ages*, ed. Sean Wilentz (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985), 3.

¹³⁴ Thomas DaCosta Kaufmann, "Images of Rule: Issues of Interpretation", *Art Journal* 48, 2 (Summer, 1989), 119-122; Idem, "From Treasury to Museum: The collections of the Austrian Habsburgs", in *The Cultures of Collecting*, ed. John Elsner e Roger Cardinal (Londres: Reaktion Books Ltd, 1994), 137-154.

¹³⁵ Roy Strong, *Splendour at Court. Renaissance Spectacle and the Theatre of Power* (Boston: Houghton Mifflin, 1973); Idem, *Art and Power. Renaissance Festivals (1450-1650)* (Suffolk: Boydell Press, 1984).

¹³⁶ Sobre o retrato na arte portuguesa, vide nota 103. Sobre o retrato noutros contextos europeus, vide por exemplo, Lorne Campbell, *Renaissance Portraits: European Portrait-Painting in the 14th, 15th and 16th Centuries* (New Haven: Yale University Press, 1990); *The Image of the Individual: Portraits in the Renaissance*, ed. Nicholas Mann e Luke Syson (Londres: British Museum Press, 1998); e Miguel Falomir, "El retrato de corte", in *El retrato del Renacimiento* [Catálogo da Exposição], dir. Miguel Falomir (Madrid: Museo Nacional del Prado e Ediciones El Viso, 2008), 109-123.

projectam no seu próprio quotidiano, podem ter um impacto muito mais significativo para os seus contemporâneos, e por conseguinte, para a fixação de uma memória.

No que diz respeito à bibliografia teórica internacional sobre a temática dos rituais e da encenação do poder, são particularmente importantes obras como *Rituals of Royalty*, editado por David Cannadine e Simon Price,¹³⁷ e *Rites of Power*, editado por Sean Wilentz.¹³⁸ Ambas analisam a simbólica do poder e as relações entre o poder e o cerimonial, através de ensaios de âmbitos cronológicos e geográficos diversos, produzidos por vários autores. Interessam-nos principalmente as introduções, em que os autores explicam a importância do estudo dos rituais para a análise política, salientando o contributo das ciências sociais, nomeadamente da Antropologia e da Sociologia, para o desenvolvimento desta temática. É ainda de referir o capítulo do antropólogo Clifford Geertz em *Rites of Power*,¹³⁹ sobre a natureza do carisma e da autoridade, e a indissociabilidade entre a política e as manifestações simbólicas de poder; em relação à importância dos símbolos, mencione-se a obra *The Interpretation of Cultures*,¹⁴⁰ uma colecção de ensaios essencial para o campo da antropologia cultural, em que Geertz define o conceito de cultura como “um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos; um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas através das quais os homens comunicam, perpetuam, e desenvolvem o seu conhecimento e atitudes em relação à vida”.¹⁴¹

Também tributário das ciências sociais é *O mundo como teatro*, em que Peter Burke explana a importância do recurso à Sociologia para a sua investigação; assim, autores como Pierre Bourdieu¹⁴² e Norbert Elias terão sido essenciais para o estudo da Itália do Renascimento, nomeadamente para as problemáticas dos “consumos ostentatórios”, do retrato e da linguagem, e o trabalho do sociólogo Maurice

¹³⁷ *Rituals of Royalty: Power and Ceremonial in Traditional Societies*, eds. David Cannadine e Simon Price (Cambridge: Cambridge University Press, 1987).

¹³⁸ *Rites of Power. Symbolism, Ritual and Politics Since the Middle Ages*, ed. Sean Wilentz (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985).

¹³⁹ Clifford Geertz, “Centers, Kings, and Charisma: Reflections on the Symbolics of Power”, in *Rites of Power*, 13-38.

¹⁴⁰ Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures. Selected Essays* (Nova York: Basic Books, Inc., 1973).

¹⁴¹ Geertz, *The Interpretation of Cultures*, 89.

¹⁴² Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico* (Lisboa: Difel, 1989); Idem, *A Distinção: crítica social do gosto* (Lisboa: Edições 70, 2010).

Halbwachs,¹⁴³ discípulo de Emile Durkheim, para o estudo da “memória social”.¹⁴⁴ Nesta sequência, é também importante referir a obra de Paul Connerton¹⁴⁵ sobre como a memória colectiva é construída e sustentada, em larga medida, por práticas performativas mais ou menos rituais, o que é especialmente evidente, quer no cumprir de uma “liturgia” comemorativa que se repete, sedimentando uma memória pela continuidade ritual, quer em momentos históricos de cisão com o passado, como é o caso, analisado pelo autor, da Revolução Francesa ou ainda da liturgia nazi.

A importância das cerimónias públicas quer de carácter civil, quer religioso, para a construção de imagens de poder pessoal e de memória é particularmente clara no seio de sociedades como a de Antigo Regime. Os governantes serviam-se destas cerimónias para tornar público e ritual o seu poder, e as populações, maioritariamente analfabetas, dependiam fortemente dos símbolos e do impacto sensorial das manifestações de poder para criar uma memória colectiva em torno de eventos e uma vinculação aos protagonistas do poder. No que diz respeito à bibliografia internacional específica para a cronologia em estudo, é em primeiro lugar, importante salientar a obra de Roger Chartier, *A História Cultural*, em que o autor propõe uma leitura histórica da obra de Norbert Elias, e aborda a construção do Estado moderno, tentando defini-lo através de uma análise que cruza elementos da sociologia cultural e elementos da história política. Menciona símbolos e representações de poder – arte, cerimónias faustosas e discursos escritos com uma dimensão propagandística – e problematiza acerca do carácter fulcral da sociedade de corte para a construção daquilo a que chama de Estado moderno, e da forma como este influenciou sobre o “*habitus* do homem ocidental”.¹⁴⁶ Igualmente essencial é a obra de fundo em que o historiador espanhol Pablo Vázquez Gestal apresenta um estado da arte da historiografia espanhola e europeia sobre a corte enquanto espaço de poder.¹⁴⁷

¹⁴³ Maurice Halbwachs, *On Collective Memory* (Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1992).

¹⁴⁴ Peter Burke, “O mundo como teatro”, in *O Mundo como Teatro: Estudos de Antropologia Histórica* (Lisboa: Difel, 1992), 143-158; Idem, “A história como memória social”, in *O Mundo como Teatro*, 235-251.

¹⁴⁵ Paul Connerton, *How Societies Remember* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989).

¹⁴⁶ Roger Chartier, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações* (Lisboa: Difel, 1998). É de referir que esta obra foi editada pela primeira vez em inglês, em 1988, mas é composta por um conjunto de ensaios publicados pelo autor entre 1976 e 1987.

¹⁴⁷ Pablo Vázquez Gestal, *El Espacio del Poder. La corte en la historiografía modernista española y europea* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2005).

Para além dos já citados contributos de Roy Strong, que permanecem de importância decisiva para o estudo das cerimónias régias na Europa do Renascimento, são ainda de referir os mais recentes *Ceremonial Entries in Early Modern Europe*,¹⁴⁸ e *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*,¹⁴⁹ com contributos de vários autores. A primeira centra-se especificamente em entradas régias ou em temáticas e elementos particulares (tais como a guerra, a música ou a arquitectura efémera) presentes nas mesmas em vários contextos europeus nos séculos XVI e XVII; é de especial relevo o capítulo de Veronika Sandbichler, sobre os elementos de poder nos festivais de corte dos imperadores Habsburgo do século XVI, em que é possível perceber que dádivas de animais extra-europeus a Maximiliano II por parte de D. Catarina – nomeadamente a do célebre elefante Salomão – funcionaram como verdadeiros testemunhos de poder, demonstrando-se que uma vez recebida, a dádiva era incorporada no programa cerimonial e propagandístico do seu novo possuidor. No que diz respeito à segunda obra, esta foca-se no contexto da Monarquia Hispânica, adoptando por um lado, uma perspectiva mais ligada à História da Arte e aos aspectos materiais das cerimónias régias, e por outro, salientando o importante papel destes rituais enquanto manifestação da autoridade espanhola nos diversos locais sob a jurisdição da monarquia, desde Lisboa até à América colonial. Ainda a propósito da Monarquia Hispânica, e embora se centrem numa cronologia já posterior àquela que analisamos, são de referir os trabalhos de Fernando Bouza sobre a propaganda no reinado de Filipe II, interessando-nos sobretudo as suas contribuições sobre a retórica em torno da cidade de Lisboa após a perda da capitalidade.¹⁵⁰

Finalmente, a obra de Marcel Mauss e a sua posterior releitura por Maurice Godelier¹⁵¹ são fundamentais para a compreensão do fenómeno da dádiva e da

¹⁴⁸ *Ceremonial Entries in Early Modern Europe. The Iconography of Power*, eds. J. R. Mulryne, Maria Ines Alverti e Anna Maria Testaverde (Farnham: Ashgate, 2015).

¹⁴⁹ *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, eds. Fernando Checa-Cremades e Laura Fernández-González (Farnham: Ashgate, 2015).

¹⁵⁰ Fernando Bouza Álvarez, *Imagen y propaganda. Capítulos de la historia cultural del reinado de Felipe II* (Madrid: Akal, 1998); Idem, *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, cultura, representações, 1580-1668* (Lisboa: Cosmos, 2000); Idem, “Lisboa Sozinha, Quase Viúva. A Cidade e a Mudança da Corte no Portugal dos Filipes”, *Penélope* 13 (1994): 71-93.

¹⁵¹ Marcel Mauss, *Ensaio sobre a Dádiva* (Lisboa: Edições 70, 1988); Maurice Godelier, *O Enigma da Dádiva* (Lisboa: Edições 70, 2000); Idem, “Acerca de las cosas que se dan, de las cosas que se venden y de las cosas que no hay que vender ni dar sino que hay que guardar. Una reevaluación crítica del *Ensayo sobre el Don* de Marcel Mauss”, *Hispania: Revista Española de Historia* 60, 204 (Jan.-Apr. 2000): 10-26.

reciprocidade que esta pressupõe – e que se manifesta sob a forma de uma outra dádiva, material ou não – e que, segundo os autores herdeiros de Mauss, se encontra na base das relações sociais em sociedades tribais. Na década de 1990, contudo, a antropóloga Annette Weiner¹⁵² desafiou a ideia estruturalmente aceite da reciprocidade, defendendo que algumas dádivas ou prendas são, na verdade, possessões inalienáveis, isto é, podem circular e ser transferidas temporariamente para as mãos de outrém, mas devem sempre retornar para posse do dador inicial. Embora estas obras não se encontrem estritamente relacionadas com a questão performativa das cerimónias de corte, são essenciais para a nossa análise da circulação de animais extra-europeus através de dádivas diplomáticas da corte portuguesa. Igualmente de mencionar é a recente obra colectiva editada por Zoltán Biedermann, Anne Gerritsen e Giorgio Riello sobre o papel dos objectos artísticos e da cultura material nas relações diplomáticas entre a Europa, a Ásia e África no período moderno, que inclui um sugestivo capítulo introdutório sobre a importância política, simbólica e social das prendas diplomáticas, que clarifica as potencialidades interpretativas desta temática em análises da chamada “história global”.¹⁵³

Quanto à bibliografia sobre cerimónias régias em Portugal, este é um campo que tem conhecido um significativo desenvolvimento historiográfico nas últimas décadas. Em primeiro lugar, é inevitável mencionar o estudo pioneiro de Ana Maria Alves sobre as entradas régias em Portugal desde a Idade Média até ao século XIX.¹⁵⁴ Posteriormente, Diogo Ramada Curto produziu um trabalho mais alargado para a Idade Moderna, não se restringido às entradas, mas analisando a totalidade das cerimónias da monarquia.¹⁵⁵ Para além destes trabalhos de carácter mais abrangente, é ainda de assinalar um conjunto de ensaios mais específicos. A atestar o crescente interesse por esta temática, em 1996, um número da revista *Cadernos do Noroeste*, publicada pelo

¹⁵² Annette B. Weiner, *Inalienable Possessions. The Paradox of Keeping-While-Giving* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1992).

¹⁵³ *Global Gifts. The Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia*, ed. Zoltán Biedermann, Anne Gerritsen e Giorgio Riello (Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2018).

¹⁵⁴ Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma Visão de Conjunto* (Lisboa: Livros Horizonte, 1986).

¹⁵⁵ Diogo Ramada Curto, “Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)”, in *A Memória da Nação. Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia*, org. Diogo Ramada Curto e Francisco Bethencourt (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991), 201-265.

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, foi dedicado aos rituais e práticas festivas, contendo, para a corte medieval, textos de Rita Costa Gomes e de Elisa da Costa Ramalho,¹⁵⁶ são igualmente de referir os artigos de António Camões Gouveia¹⁵⁷ e de Ana Isabel Buescu¹⁵⁸ sobre festas régias no século XVI; o contributo de Ana Cristina Araújo para os cerimoniais de Estado no reinado de D. Manuel,¹⁵⁹ bem como o trabalho de Pedro Cardim sobre rituais comunitários e festas políticas em Portugal e no Brasil nos séculos XVI e XVII;¹⁶⁰ e para as festas de corte no período da dinastia Habsburgo, o artigo de José Pedro Paiva.¹⁶¹

Se todos estes trabalhos proporcionam uma visão de conjunto das festas régias num período cronológico delimitado, existem ainda estudos mais particulares, que individualizam momentos cerimoniais específicos, como o casamento de Isabel de Castela com D. Afonso de Portugal em 1490 (Begoña Alonso Ruiz),¹⁶² as entradas de D. Leonor de Áustria e de D. Joana de Áustria em Lisboa, respectivamente em 1521 e 1552 (Annemarie Jordan Gschwend),¹⁶³ a entrada de D. Catarina de Áustria no Alentejo em

¹⁵⁶ Rita Costa Gomes, “Sobre a festa e o rito, na corte medieval”, *Cadernos do noroeste* 9, 2 (1996): 9-22; Elisa Maria da Costa Ramalho, “A morte régia em Portugal na Idade Média. Aspectos rituais e atitudes perante a morte”, *Cadernos do noroeste* 9, 2 (1996): 157-248.

¹⁵⁷ António Camões Gouveia, “La Fiesta y el Poder. El rey, la corte y los cronistas del Portugal del Siglo XVI”, in *La fiesta en la Europa de Carlos V, Catálogo da exposição* (Sevilha: Real Alcázar – Sociedade Estatal para la Conmemoración de los Centenários de Felipe II y Carlos V, 2000), 175-207.

¹⁵⁸ Ana Isabel Buescu, “As entradas régias em Portugal no século XVI: Uma revisita”, in *Problematizar a História: Estudos de História Moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata* (Lisboa: Caleidoscópio, 2007), 143-163; Idem, “Festas régias e comunicação política no Portugal moderno (1521-1572)”, *Comunicação & Cultura*, 10 (2010): 35-55.

¹⁵⁹ Ana Cristina Araújo, “Cultos da realeza e cerimoniais de Estado no tempo de D. Manuel I”, in *III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época (24 a 27 de Outubro de 2001)*, vol. IV, *Arte e Cultura* (Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004), 73-94.

¹⁶⁰ Pedro Cardim, “Entradas solenes: Rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII”, in *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, org. István Jancsó e Íris Kantor (São Paulo: EDUSP, 2001), 97-124.

¹⁶¹ José Pedro Paiva, “As festas de corte em Portugal no período filipino (1580-1640)”, *Revista de História da Sociabilidade e da Cultura* 2 (2002): 11-28.

¹⁶² Begoña Alonso Ruiz, “Dos cortes en 1490: el enlace entre Isabel de Castilla y don Alfonso de Portugal”, *Artis. Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 3 (2004): 123-139.

¹⁶³ Annemarie Jordan Gschwend, “*Ma meilleur soeur*. Leonor of Austria, Queen of Portugal and France. The Queen’s ceremonial entry into Lisbon”, in *Los inventarios de Carlos V y la familia imperial*, 2573-2574; Idem, “«*Cosa veramente di gran stupore*» Entrada real y Fiestas nupciales de Juana de Austria en Lisboa en 1552”, in *El Legado de Borgoña. Fiesta y Ceremonia Cortesana en la Europa de los Austrias*, eds. Krista De Jonge, Bernardo J. García García e Alicia Esteban Estríngana (Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2010), 179-240.

1525 (Maria Paula Marçal Lourenço),¹⁶⁴ e as entradas de Filipe II e Filipe III também na capital portuguesa em 1581 e em 1619 (Laura Fernández González e Francisco Ribeiro da Silva).¹⁶⁵ A propósito da problemática da ritualização do momento da morte do rei, são de assinalar os trabalhos de Paulo Drumond Braga e Isabel Drumond Braga para o caso de D. Manuel,¹⁶⁶ o artigo de Ana Isabel Buescu para o século XVI,¹⁶⁷ e ainda os contributos de Sylvie Deswarte, Teresa Leonor M. Vale, e de Annemarie Jordan Gschwend sobre os Jerónimos e a sua tumulária régia.¹⁶⁸

Para além das entradas régias e dos rituais fúnebres, outro tipo de práticas cerimoniais cortesãs tem merecido a atenção da historiografia nos últimos anos. No âmbito da historiografia produzida sobre a alimentação e a mesa – campo que começou a despontar na década de 70 no contexto da chamada *nouvelle histoire*, e que conheceu amplo desenvolvimento nos últimos anos –, a temática da mesa régia afirma-se inegavelmente como uma das principais perspectivas de análise.¹⁶⁹ São de assinalar, para o contexto português, os trabalhos de Iria Gonçalves sobre a mesa régia no século

¹⁶⁴ Maria Paula Marçal Lourenço, “A entrada da rainha D. Catarina de Áustria por terras do Alentejo em 1525: triunfo, festa e poder”, *A cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 2ª série, 6 (2002): 161-177.

¹⁶⁵ Laura Fernández-González, “La representación de las naciones en las entradas reales de Lisboa (1581-1619). Propaganda e intereses comerciales”, *Las corporaciones de nación en la Monarquía Hispánica (1580-1750). Identidad, patronazgo y redes de sociabilidad*, eds. Bernardo J. García García e Óscar Recio Morales (Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2014), 413-450; Francisco Ribeiro da Silva, “A viagem de Filipe III a Portugal: itinerários e problemática”, *Revista de Ciências Históricas* II: 223-260. É de referir que a entrada de Filipe III em Lisboa em 1619 é uma das entradas régias modernas melhor documentadas e mais estudadas, existindo uma vasta bibliografia em torno deste evento (para um estado da questão, veja-se Laura Fernández-González e Fernando Checa Cremades, “Introduction”, in *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, 1-3).

¹⁶⁶ Paulo Drumond Braga e Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História* 14 (1994): 11-22.

¹⁶⁷ Ana Isabel Buescu, “A morte do rei. Tumulação e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582)”, *Ler História* 60 (2011): 9-33.

¹⁶⁸ Sylvie Deswarte, “Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém”, in *Jerónimos. Quatro Séculos de Pintura*, ed. Anísio Franco (Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1992), 40-67; Idem, “Le Panthéon royal de Belém”, in *Demeures d'éternité. Églises et chapelles funéraires aux XVe et XVIe siècles*, «De Architectura» (Paris: Éditions Picard, 2005), 157-199; Teresa Leonor M. Vale, “Exotismo e Poder Político. As Representações de Elefantes na Tumulária Régia de Santa Maria de Belém”, in *Os Construtores do Oriente Português* (Porto: CNCDP, 1998), 97-109; Annemarie Jordan Gschwend, “*Pietas Austriaca* at the Lisbon Court. The monumental chapel and funerary tombs built by Catherine of Austria in the San Jerónimos Monastic Complex in Belém”, in *The Habsburgs and their Courts in Europe, 1400-1700. Between Cosmopolitanism and Regionalism*, eds. Herbert Karner, Ingrid Ciulisová e Bernardo J. García García. (s.l.: Palatium e-Publications, 2014), 207-240.

¹⁶⁹ Para um estado da questão, em que é analisada a produção historiográfica nacional e internacional sobre a temática, veja-se: Ana Isabel Buescu e David Felismino, “Sobre a construção de um campo historiográfico”, in *A Mesa dos Reis de Portugal*, 14-24.

XIII,¹⁷⁰ bem como os contributos de Maria José Azevedo Santos¹⁷¹ e João Alves Dias¹⁷² para os séculos XV e XVI, e a monografia de Ana Marques Pereira sobre a mesa real na dinastia de Bragança.¹⁷³ A estes estudos veio acrescentar-se em 2011 a obra *A Mesa dos Reis de Portugal*, coordenada por Ana Isabel Buescu e David Felismino,¹⁷⁴ que explora o universo da mesa régia entre os séculos XIII e XVIII, num conjunto de artigos de vários autores. Contendo textos de síntese que abordam temáticas diversas, desde a dimensão social da mesa, passando pela cultura material e os alimentos consumidos, até finalmente aos aspectos cerimoniais e performativos, e adoptando um espectro cronológico abrangente, esta obra constitui uma análise sistemática e actualizada sobre as práticas associadas à comensalidade na corte portuguesa. Sobre o mesmo tema, embora declaradamente direccionada para o universo da cultura material da mesa régia e para as práticas cerimoniais associadas aos objectos nos séculos XVI e XVII, é a recente obra da autoria de Hugo Miguel Crespo, coordenada pelos antiquários Pedro Aguiar-Branco e Álvaro Roquette, e com contribuições de Annemarie Jordan Gschwend, Sasha Assis Lima e Letizia Arbeteta Mira.¹⁷⁵

Por fim, os contributos de Sylvie Deswarte, e sobretudo os mais recentes trabalhos de Paulo Lopes, são essenciais para o conhecimento das embaixadas de obediência de D. Manuel aos Papas Júlio II e Leão X respectivamente em 1505 e 1514, tanto na sua dimensão puramente diplomática e política, como no que diz respeito aos aspectos cerimoniais.¹⁷⁶

¹⁷⁰ Iria Gonçalves, “À mesa, com o rei de Portugal (séculos XII-XIII)”, *Revista da Faculdade de Letras. História* 2ª série, XIV (1997): 15-32.

¹⁷¹ Maria José Azevedo Santos, *O mais antigo livro de cozinha português: receitas e sabores*, sep. de *Revista Portuguesa de História* XXVII (1992); Idem, *Jantar e cear na corte de D. João III. Leitura, transcrição e estudo de dois livros de cozinha do rei (1524 e 1532)* (Vila do Conde e Coimbra: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002).

¹⁷² João Alves Dias, “Un banquet royal au Portugal au XVI^{ème} siècle”, in *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges. Actes du Colloque de Rouen, 14-17 novembre 1990* (Rouen: Publications de l’Université de Rouen, 1992), 155-158.

¹⁷³ Ana Marques Pereira, *A mesa real. Dinastia de Bragança* (Lisboa: Inapa, 2000).

¹⁷⁴ *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coords. Ana Isabel Buescu e David Felismino (Lisboa: Círculo de Leitores, 2011).

¹⁷⁵ Hugo Miguel Crespo, *À Mesa do Príncipe. Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700): prata, madrepérola, cristal de rocha e porcelana* (Lisboa: AR PAB: 2018).

¹⁷⁶ Sylvie Deswarte, “Un nouvel âge d’or: la gloire des portugais à Rome sous Jules II et Léon X”, *Humanitas* 43-44 (1991-1992): 125-152; Paulo Lopes, *Um Agente Português na Roma do Renascimento* (Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2013); Idem, “Entre o céu e o inferno: um olhar inédito sobre as embaixadas de obediência enviadas por D. Manuel I ao papa no início de Quinhentos”, in *Ao tempo de*

c) O “exótico” e o “maravilhoso”

O estudo sobre as percepções do Outro¹⁷⁷ é antigo, caracterizando uma parte significativa da historiografia do século XX relativa à Primeira Modernidade e aos contactos e interações entre a Europa e os outros continentes. No entanto, tem sido objecto de debate e alargamento de horizontes teóricos nas últimas décadas, em que se assistiu a uma vasta produção, não só historiográfica, mas também no âmbito das ciências sociais.

Um dos primeiros autores que, não se limitando a descrever encontros culturais ou a afirmar o interesse europeu pelo Outro, procurou verdadeiramente reflectir sobre a noção de exotismo foi Victor Segalen, no seu inacabado e fragmentário *Essai sur l'exotisme*, publicado pela primeira vez em 1955, mas escrito nos primeiros anos do século XX (até 1919, ano da morte de Segalen).¹⁷⁸ Este ensaio, embora em variados aspectos se encontre indelevelmente marcado pelo seu tempo, é ainda hoje relevante para os debates sobre alteridade cultural, bem como para os discursos pós-coloniais, na medida em que o autor critica as concepções imperialistas dos seus contemporâneos sobre a diferença e o exotismo. Tendo procurado demarcar-se de atitudes colonizadoras herdeiras de uma tradição romântica, este autor propôs uma reconfiguração da visão sobre o Outro, assente numa valorização da diferença, sobretudo, mas não só, sob o ponto de vista da estética.¹⁷⁹ Contudo, uma das principais críticas ao ensaio de Segalen relaciona-se com uma ultra-valorização da diversidade como o autor a compreende, que acaba por o direccionar para uma perspectiva tendencialmente essencialista, uma vez que admite a existência de diferenças absolutas e intrínsecas entre povos e culturas no mundo, e lamenta a matização destas mesmas diferenças por via da miscigenação cultural, da democracia e do feminismo.¹⁸⁰ Estes aspectos introduzem algumas

Vasco Fernandes, coord. Rui Macário (Viseu: Direcção Geral do Património Cultural, Museu Nacional Grão Vasco e Projecto Património, 2016), 147-172.

¹⁷⁷ Consideramos este o tema genérico no seio do qual se tem produzido grande parte das reflexões, teorizações e conceptualizações mais relevantes sobre o “exótico”, o “exotismo” e o Orientalismo.

¹⁷⁸ Victor Segalen, *Essay on Exoticism: An Aesthetics of Diversity*, tradução e edição de Yaël Rachel Schlick e prefácio de Harry Harootunian (Durham e Londres: Duke University Press, 2002).

¹⁷⁹ Yaël Rachel Schlick, “Introduction”, in *Essay on Exoticism*, 1-2.

¹⁸⁰ Schlick, “Introduction”, 3.

contradições na sua reconceptualização do exotismo, e sobretudo, tornam-na profundamente datada e conservadora à luz dos padrões culturais actuais.

Posteriormente, o *Orientalismo*¹⁸¹ de Edward Said, cuja edição original data de 1978, revolucionou o estudo do Médio Oriente e mantém-se ainda hoje incontornável. Nesta obra, o autor aponta a existência de um preconceito eurocêntrico contra árabes e muçulmanos, defendendo que as imagens inferiorizadoras da Ásia e do Médio Oriente, e perpetuadas pelos próprios estudiosos do “Oriente”, foram utilizadas pelos poderes europeus no século XIX como justificação para as suas aspirações imperialistas, e mais tarde também pelos americanos. De facto, Said afirma que as concepções ocidentais sobre o Oriente não são inocentes, mas fruto de marcados interesses políticos que não raras vezes distorcem a realidade e apresentam o homem “oriental”, adoptando uma perspectiva ora hostil, ora condescendente, como ameaçador e bárbaro, e o Oriente como um lugar eterno, plácido, intemporal e não susceptível ao avanço nem ao progresso. O Oriente precisaria, portanto, de ser civilizado pela intervenção do Ocidente, pelo que em última instância, segundo Said, o Orientalismo enquanto corrente de conhecimento caracteriza-se por ser uma sofisticada construção ideológica com vista à dominação do Outro e a legitimar esta mesma dominação.

O facto de o *Orientalismo* de Said constituir uma teorização extremamente politizada e se pautar por uma perspectiva muito direccionada para o caso específico da construção ocidental do Médio Oriente a partir dos séculos XVIII e XIX, confere-lhe um carácter bastante controverso. Todavia, não obstante as críticas que tem suscitado, continua a ser utilizado como ponto de partida teórico para reflexões mais recentes, ainda que estas muitas vezes admitam as suas limitações. Uma destas reflexões encontra-se plasmada na obra de Ralph P. Locke, *Musical Exoticism*,¹⁸² designadamente no capítulo “Questions of value”,¹⁸³ em que o autor liga a questão do exótico ao Orientalismo, explicando a sua relação: apesar de Said ter reconhecido a necessidade de adoptar diferentes abordagens para relatos não ficcionais e para objectos artísticos e literários, críticos e académicos começaram a utilizar indistintamente o termo

¹⁸¹ Edward W. Said, *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente* (Lisboa: Livros Cotovia, 2004).

¹⁸² Ralph P. Locke, *Musical Exoticism: Images and Reflections* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009).

¹⁸³ Locke, *Musical Exoticism*, 25-42.

“Orientalismo” para as artes e a literatura. Como consequência, a palavra passou a ser aceite como um substituto para “exotismo”, mas com uma conotação mais desaprovadora e crítica.¹⁸⁴

Outro estudo de referência sobre esta temática é a obra *Infelicities*, de Peter Mason,¹⁸⁵ que se distingue da maioria das restantes reflexões por colocar a tónica no próprio processo de “exotização”, em detrimento da proveniência geográfica e cultural do objecto exótico. Segundo Mason, o exótico é produzido num processo de descontextualização e posterior transferência para um ambiente diferente (isto é, recontextualização), pelo que a representação em si, e a forma como o objecto exótico é enquadrado no seu novo ambiente detêm o protagonismo nesta conceptualização. Esta perspectiva conduz necessariamente a conclusões diferentes, e em geral, menos politizadas e mais abrangentes do que as de Said. É, nesta sequência, ainda de mencionar o catálogo da exposição comissariada por Alexandra Curvelo e apresentada em 2013 no Museu Nacional do Azulejo, sobre a China na faiança e no azulejo portugueses nos séculos XVII e XVIII, que parte da reflexão teórica de Mason sobre o “exótico” para analisar o fenómeno do “exotismo” na cultura material da Idade Moderna.¹⁸⁶ Embora o catálogo tenha um âmbito temático muito específico, é de especial relevância para esta tese o texto de Alexandra Curvelo sobre o conceito de “exótico” e o processo da sua construção cultural e mental.

Por outro lado, o recente *Inventing Exoticism*, de Benjamin Schmidt, revisita a questão da construção de estereótipos por parte do Ocidente, analisada por Said, mas atingindo outras conclusões: a partir de um estudo sistemático de fontes textuais, visuais e materiais (livros, cartografia, objectos e ilustrações etnográficas e de animais e plantas) maioritariamente de produção holandesa, o autor faz recuar a meados do século XVII a emergência de uma concepção exotizada do mundo extra-europeu. Segundo Schmidt, a concepção de um mundo extra-europeu profundamente estetizado e idealizado, e que celebrava as suas riquezas e maravilhas, foi propagada pelos *ateliers*

¹⁸⁴ Locke, *Musical Exoticism*, 35 e 38.

¹⁸⁵ Peter Mason, *Infelicities. Representations of the Exotic* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998).

¹⁸⁶ *O Exótico nunca está em casa? A China na faiança e no azulejo portugueses (séculos XVII-XVIII)*, coord. Maria Antónia Pinto de Matos e Alexandra Curvelo (Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2013).

dos Países Baixos através de um conjunto de produtos textuais e visuais, criados para consumidores europeus, cujo objectivo era o deleite; e esta concepção exotizada do mundo acabou, de acordo com o autor, por contribuir para a formação de uma identidade europeia. Se, para Schmidt, no século XVI, as descrições do mundo extra-europeu procuravam matizar as diferenças relativamente à Europa, esta nova forma de geografia cultural que surgiu no século XVII procurava precisamente enfatizar essas mesmas diferenças, colocando a tónica nas maravilhas e nas curiosidades culturais e naturais. Contudo, este exótico era ao mesmo tempo genérico: o mundo extra-europeu era visto de forma mais ou menos homogénea, sugerindo que territórios geograficamente distantes e díspares partilhavam uma “similaridade exótica”, em contraposição a uma “similaridade europeia” que se verificava entre os consumidores e interessados no mundo exótico.¹⁸⁷

Este carácter genérico do exótico encontra-se, aliás, de certa forma plasmado na utilização, em fontes portuguesas, de termos como “Índia” e “China” para aludir a virtualmente todo o território asiático. Tal como explanou Nuno Senos a propósito da origem geográfica dos objectos listados no inventário de bens de D. Teosódio I, estes termos eram usados de forma mais ou menos indiscriminada, respectivamente para o território entre o Cabo da Boa Esperança e Malaca, e para o território a este de Malaca, o que contrasta com o carácter bastante específico da generalidade das referências a territórios europeus.¹⁸⁸ Embora este dado possa ser interpretado como o mero reflexo de um ainda imperfeito conhecimento geográfico sobre a Ásia, não se nos afigura improvável que denote igualmente a percepção genérica do mundo extra-europeu que Schmidt sugere; aliás, as duas ideias não se contrapõem, e procuraremos explorar esta questão no quarto capítulo.

Lidos em articulação com a obra de Benjamin Schmidt, trabalhos sobre o “maravilhoso” podem ajudar-nos a perceber melhor o exótico e o que ele representou

¹⁸⁷ Schmidt, *Inventing Exoticism*, 15. Sobre esta questão da procura pela “semelhança” e o seu papel fundamental no saber e no pensamento europeus no Renascimento, é também imprescindível mencionar a obra de Michel Foucault, que permanece uma das referências sobre o tema: *The Order of Things. An archaeology of the human sciences* (Londres e Nova York: Routledge, 2005).

¹⁸⁸ Senos, “The empire in the duke’s palace”, 132.

para a Europa na longa duração. As interpretações de Jacques Le Goff¹⁸⁹ e de Lorraine Daston e Katharine Park¹⁹⁰ são fundamentais para uma compreensão mais profunda do peso simbólico e do apelo do maravilhoso extra-europeu e do desconhecido no universo mental ocidental da Idade Média, permitindo identificar uma génese da noção de exótico. Na sua obra *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Jacques Le Goff produziu uma síntese sobre o maravilhoso na cultura europeia da Idade Média, explicando o seu significado e as suas manifestações e representações. O autor começa por se deter no campo do vocabulário e da semântica, fazendo corresponder ao actual “maravilhoso” enquanto substantivo, o vocábulo medieval *mirabilia*, marcado por uma forte conotação sensorial, que invoca a visão e uma série de imagens e metáforas relacionadas com este sentido. Estes *mirabilia* distinguiram-se dos *miracula*, intrinsecamente teológicos, e dos *magica*, associados às negras artes do demónio, e compreendiam um uso político entre as suas diversas formas. No que diz respeito à definição do conceito, numa primeira fase interessa salientar que T. Todorov, baseando a sua reflexão em textos maioritariamente dos séculos XIX e XX, afirmou que o maravilhoso se opõe ao estranho por se encontrar ligado ao sobrenatural e por não ter explicação. Jacques Le Goff rejeita a aplicação desta ideia ao maravilhoso medieval, uma vez que enquanto a definição de Todorov implica a existência de um leitor que procura uma explicação, o maravilhoso medieval é apresentado como objectivo, excluindo a figura do leitor implícito.¹⁹¹ Para além disso, Le Goff reconhece ao homem medieval uma particular apetência para receber os mitos e lendas do maravilhoso sem rejeitar ou contestar a sua veracidade.¹⁹²

Ao procurar uma cronologia do maravilhoso, Jacques Le Goff identifica três fases distintas. Na primeira, compreendida entre os séculos V e XI, verificou-se uma espécie de repressão do maravilhoso, visto como um apelo sedutor de carácter pagão. No segundo momento, entre os séculos XII e XIII, ocorre uma explosão do interesse pelo maravilhoso, que exerce um papel fundamental, por exemplo, nos romances de corte,

¹⁸⁹ Jacques Le Goff, *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval* (Lisboa: Edições 70, 2010), e Idem, “O Ocidente Medieval e o Oceano Índico: Um Horizonte Onírico”, in *Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente* (Lisboa: Editorial Estampa, 1980), 263-280.

¹⁹⁰ Lorraine Daston e Katharine Park, *Wonders and the Order of Nature. 1150-1750* (Nova York: Zone Books, 1998).

¹⁹¹ Le Goff, *O maravilhoso e o Quotidiano*, 25.

¹⁹² Le Goff, “O Ocidente Medieval e o Oceano Índico”, 266.

em que o cavaleiro idealizado passa invariavelmente por um conjunto de experiências pontuadas por elementos de *mirabilia* (por um lado, é ajudado por objectos mágicos, por outro, combate monstros fantásticos). Finalmente, numa terceira fase, entre os séculos XIV e XV, observa-se uma estetização do maravilhoso.¹⁹³ Para o nosso propósito, importa determo-nos na segunda e na terceira fases, e num aspecto particular identificado por Le Goff: a identificação do Maravilhoso com o universo do Índico, “na mentalidade medieval, um receptáculo de sonhos, de mitos, de lendas”,¹⁹⁴ em larga medida por influência dos textos da Antiguidade.

Quanto à obra das historiadoras da ciência Lorraine Daston e Katharine Park, esta explica como as “maravilhas” foram objecto de fascínio, desempenharam um papel fundamental na relação do homem com a natureza, e constituíram um elemento essencial daquilo a que as autoras chamam a “cultura de elite europeia” entre o século XII e os finais do século XVII. À semelhança de Le Goff, também Daston e Park abordam a questão semântica, assinalando a diferença entre o substantivo e o verbo, isto é, *wonder* enquanto objecto de contemplação ou interesse, e *wonder* enquanto experiência emocional suscitada pelo objecto; contudo, demarcam-se da obra de Le Goff ao considerarem que a definição de “maravilhas” adoptada pelo medievalista é anacrónica, uma vez que é herdeira de uma criação conceptual iluminista, e por isso desadequada à realidade medieval – o que explica, segundo as autoras, a inexistência apontada por Le Goff de uma categoria medieval psicológica, literária ou intelectual correspondente ao moderno “maravilhoso”. Na obra *Wonders and the order of nature*, é estabelecida uma relação evidente entre o universo do exótico e o maravilhoso: segundo as autoras, o maravilhoso demarcava “fronteiras cognitivas entre o natural e o que não o é, entre o conhecido e o desconhecido, entre o doméstico e o exótico”.¹⁹⁵ Elites sociais e políticas baseavam em parte a sua distinção relativamente aos restantes grupos no acesso físico às maravilhas, no seu conhecimento sobre a natureza e propriedades destas mesmas maravilhas, e na sua habilidade para identificar objectos maravilhosos; quando as maravilhas se tornaram vulgares, seja através do aumento do conhecimento sobre a natureza, seja simplesmente através da normalização dos

¹⁹³ Le Goff, *O maravilhoso e o Quotidiano*, 17-19 e 32.

¹⁹⁴ Le Goff, “O Ocidente Medieval e o Oceano Índico”, 265.

¹⁹⁵ Daston e Park, *Wonders and the Order of Nature*, 20.

objectos, terminou um longo período de seis séculos em que o maravilhoso pertencia ao domínio das elites, para passar a pertencer ao domínio da cultura popular. Daston e Park traçam, assim, uma história compreensiva do maravilhoso na cultura europeia desde a Idade Média até ao Iluminismo, fundamental para compreender a relação dos europeus com a natureza e com o mundo extra-europeu nesta cronologia alargada.

Sobre esta temática, é também de salientar a obra seminal de Stephen Greenblatt, *Marvelous Possessions*,¹⁹⁶ que se centra nas representações construídas e transmitidas pelos viajantes europeus sobre o Novo Mundo, e no que estas representações revelam a respeito dos próprios europeus e das suas formas de percepção e descrição do outro (ou como o autor lhes chama, “as práticas de representação europeias”). Segundo Greenblatt, uma sensação de maravilhamento – vista como um reconhecimento instintivo da diferença – marcou os primeiros encontros dos europeus com o Novo Mundo e as suas populações. O contacto com realidades totalmente desconhecidas e diferentes acabou por credibilizar novamente os discursos fantásticos da Antiguidade e da Idade Média, que falavam em coisas e criaturas monstruosas e prodigiosas. Subitamente, relatos que já haviam sido considerados fabulosos e exagerados foram reabilitados enquanto descrições de uma alteridade radical. Assim, o maravilhoso é, para Greenblatt, uma característica central do “complexo sistema de representação, verbal e visual, filosófica e estética, intelectual e emocional, através do qual as pessoas na Idade Média e no Renascimento apreendiam, e por conseguinte, possuíam ou descartavam, o desconhecido, o estranho, o terrível, o desejável, e o odioso”.¹⁹⁷ Contudo, enquanto na Idade Média o maravilhoso é interpretado pelo autor como tolerante, e como um sinal de renúncia da posse sobre o objecto ou a realidade descrita, o maravilhoso do Renascimento, associado ao Novo Mundo, funciona como um agente de apropriação, na medida em que o que está em causa é uma descrição da colonização do maravilhoso. No capítulo final, contudo, algumas excepções são apontadas pelo autor, que considera a posição de Montaigne equiparável às de Heródoto e Mandeville, na tolerância face ao reconhecimento da diferença cultural.

¹⁹⁶ Stephen Greenblatt, *Marvelous Possessions. The Wonder of the New World* (Chicago: The University of Chicago Press, 1991).

¹⁹⁷ Greenblatt, *Marvelous Possessions*, 22-23.

d) História cultural dos animais e *Animal Studies*

Também o estudo dos animais, e em particular dos animais exóticos na Europa, tem conhecido um amplo desenvolvimento nas últimas décadas. O capítulo de Donald F. Lach sobre os animais asiáticos na cultura visual europeia desde a Antiguidade até ao Renascimento, publicado na sua conhecida obra *Asia in the making of Europe*, terá sido provavelmente um dos primeiros estudos sistemáticos e exaustivos sobre esta temática, permanecendo ainda hoje inultrapassável.¹⁹⁸ Da mesma forma, a obra de Joan Barclay Lloyd, *African Animals in Renaissance Literature and Art*, constitui uma importante síntese acerca do conhecimento sobre animais africanos e a presença dos mesmos na Europa desde a Antiguidade até ao Renascimento.¹⁹⁹ No entanto, se os trabalhos de Lach e Lloyd são contributos essenciais, proporcionando uma visão alargada e geral dos respectivos temas, a produção historiográfica mais recente caracteriza-se, naturalmente, por uma cada vez maior especialização.

No que diz respeito ao estudo dos bestiários, fundamental para uma compreensão das percepções medievais e modernas do mundo animal, este tema começou a ser estudado ainda no século XIX, nos domínios da Arqueologia e da cultura material (nomeadamente da iconografia e dos estudos de antiguidades), sendo de referir os trabalhos de Thomas Wright, John Romilly Allen e George C. Druce.²⁰⁰ Posteriormente, em 1986, um número especial do *Metropolitan Museum of Art Bulletin* foi dedicado aos bestiários medievais, partindo de representações de animais em tapeçarias, joalharia, escultura e iluminuras das colecções do museu.²⁰¹ Uma das grandes referências para o estudo desta temática é o medievalista francês Michel

¹⁹⁸ Donald F. Lach, "Asian elephants in Renaissance Europe", *Journal of Asian History* 1, 2 (1967): 133-176; Idem, "The Iconography of Asian Animals", in *Asia in the making of Europe*, vol. II, *A Century of Wonder*, liv. I, *The Visual Arts* (Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1970), 123-185.

¹⁹⁹ Joan Barclay Lloyd, *African Animals in Renaissance Literature and Art* (Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1971).

²⁰⁰ Thomas Wright, "The Fabulous Natural History of the Middle Ages", in *The Archaeological Album; or, Museum of National Antiquities* (Londres: Chapman & Hall, 1845), 174-186; John Romilly Allen, "The Medieval Bestiaries", in *Early Christian Symbolism in Great Britain and Ireland before the Thirteenth Century – The Rhind Lectures in Archaeology for 1885* (Londres: Whiting & Co., 1887); George C. Druce, "The Elephant in Medieval Legend and Art", *Journal of the Royal Archaeological Institute* 76 (1919). Edições digitais dos textos podem encontrar-se em: <http://bestiary.ca/etexts.htm>.

²⁰¹ J. L. Schrader, "A Medieval Bestiary", *The Metropolitan Museum of Art Bulletin* 44, 1 (Summer, 1986): 12-55.

Pastoureau, que tem dedicado parte da sua monumental obra no campo da simbologia e da heráldica ao estudo dos bestiários, e aos animais na cultura europeia medieval.²⁰² Interessa ainda referir o trabalho de síntese de Angélica Varandas sobre os bestiários medievais, em que a autora aborda a evolução deste género literário ao longo do tempo, bem como as suas principais características e objectivos.²⁰³

No que diz respeito ao estudo das *ménageries* medievais e da presença de animais exóticos na Europa na Idade Média, é de mencionar, em primeiro lugar, o trabalho de Gustave Loisel sobre as *ménageries* desde a Antiguidade até ao século XX.²⁰⁴ Mais recentemente, para além dos contributos de Helmut Nickel,²⁰⁵ Charles D. Cuttler²⁰⁶ e Erik Ringmar,²⁰⁷ nos domínios da história e da história da arte, sobre dádivas de animais exóticos, é ainda de referir o problematizante trabalho de Sharon Kinoshita,²⁰⁸ que partindo de exemplos históricos e literários, estuda o uso cerimonial e diplomático de animais como camelos, elefantes e falcões enquanto objectos de troca no Mediterrâneo e na Ásia Central, demonstrando que certas práticas cortesãs ligadas a uma ideia imperial ultrapassaram fronteiras políticas e confessionais, podendo identificar-se tanto na Europa cristã como na Ásia islâmica. Por outro lado, são igualmente de referir os contributos do zooarqueólogo Aleksander Pluskowski sobre os vestígios materiais, recuperados de sítios arqueológicos e de colecções privadas, que atestam a presença de espécies exóticas no continente europeu, permitindo interpretações mais abrangentes sobre identidade e alteridade na Europa medieval.²⁰⁹

²⁰² Michel Pastoureau, "L'animal", in *La Moyen Âge en Lumière* (Paris: Fayard, 2002), 65-105; Idem, *Bestiaires du Moyen Âge* (Paris: Seuil, 2011).

²⁰³ Angélica Varandas, "A Idade Média e o Bestiário", *Medievalista online* 2 (2006): 1-53.

²⁰⁴ Gustave Loisel, *Histoire des menageries de l'antiquité à nos jours* (Paris: Octave Doin et Fils e Henri Laurens, 1912).

²⁰⁵ Helmut Nickel, "Presents to Princes: A bestiary of strange and wondrous beasts, once known, for a time forgotten, and rediscovered", *Metropolitan Museum Journal* 26 (1991): 129-138.

²⁰⁶ Charles D. Cuttler, "Exotics in post-medieval European art: giraffes and centaurs", *Artibus et Historiae* 12, n. 23 (1991): 161-179.

²⁰⁷ Erik Ringmar, "Audience for a Giraffe: European expansionism and the quest for the exotic", *Journal of World History* 17, n. 4 (Dec. 2006): 375-397.

²⁰⁸ Sharon Kinoshita, "Animals and the medieval culture of empire", in *Animal, Vegetable, Mineral. Ethics and Objects*, ed. Jeffrey Jerome Cohen (Washington DC: Oliphaunt Books, 2012), 37-65.

²⁰⁹ Aleksander Pluskowski, "Narwhals or unicorns? Exotic animals as material culture in Medieval Europe", *European Journal of Archaeology* 7, 3 (2004): 291-313; Idem, "The zooarchaeology of medieval 'Christendom': ideology, the treatment of animals and the making of medieval Europe", *World Archaeology* 42, 2 (2010), 201-214; Idem, "The Dragon's skull: how can zooarchaeologists contribute to our understanding of otherness in the Middle Ages?", in *Animals and Otherness in the Middle Ages*.

Por fim, é também de mencionar o vasto trabalho de Thierry Buquet sobre *ménageries* medievais – não só europeias, mas também árabes, otomanas e egípcias – e sobre a presença de animais específicos como girafas e felinos extra-europeus na Europa. A obra deste autor é fundamental para uma correcta identificação de espécies de felinos, nomeadamente da chita, na documentação e na iconografia: uma vez que a nomenclatura e classificação das espécies animais ainda não se encontravam completamente definidas e formalizadas até ao século XVIII, é frequente a incorrecta identificação dos animais nas fontes primárias, sendo esta uma das problemáticas do trabalho de Buquet.²¹⁰

Embora se centrem em cronologias e/ou contextos geográficos diferentes daqueles que estudamos, também os trabalhos de Natalie Lawrence, sobre a construção e assimilação, nos séculos XVI e XVII, de animais exóticos anteriormente desconhecidos dos europeus no âmbito das histórias naturais e da comercialização de partes preservadas destas espécies,²¹¹ os trabalhos de Angelica Groom sobre as colecções de animais exóticos dos Medici,²¹² e as teses de doutoramento de Christopher Plumb e de José Alberto Pais, respectivamente sobre a construção de animais exóticos na Grã-Bretanha e em Portugal no século XVIII, se revestem de grande importância, na medida em que naturalmente partilham algumas das problemáticas da nossa tese, tais como a

Perspectives across disciplines, eds. Francisco de Asís García García, Mónica Ann Walker Vadillo e María Victoria Chico Picaza (Oxford: Archaeopress, 2013), 109-124.

²¹⁰ Thierry Buquet, “Les ménageries arabes et ottomanes”, *Schweizerische Gesellschaft Mittlerer Osten und Islamische Kulturen Bulletin* 38 (2014): 16-19; Idem, “*Animalia extranea et stupenda ad videndum*. Describing and naming exotic beasts in Cairo Sultan’s menagerie”, in *Animals and Otherness in the Middle Ages*, 25-34; Idem, “*La belle captive*. La giraffe dans les ménageries principières au Moyen Âge”, in *La bête captive au Moyen Âge et à l’époque moderne*, ed. C. Beck e F. Guizard (Amiens: Encrage, 2012), 65-90; Idem, “Les légendes relatives à l’origine hybride et à la naissance des giraffes selon les auteurs arabes”, *Bulletin d’Études Orientales* 62 (2013): 125-147; Idem, “Le guépard médiéval, ou comment reconnaître un animal sans nom”, *Reinardus* 23 (2011): 12-47; Idem, “Les panthères de Timothée de Gaza dans l’encyclopédie zoologique de Constantin VII”, *Rursus* 7 (2012), 2-17; Idem, “Les animaux exotiques dans les ménageries médiévales”, in *Fabuleuses histoires des bêtes et des hommes* (Tremay: Société archéologique de Namur, 2013), 97-121.

²¹¹ Natalie Lawrence, “Exotic origins: the emblematic biogeographies of early modern scaly mammals”, *Itinerario* 39, 1 (Abril 2015): 17-43; Idem, *Monstrous Assembly: Constructing Exotic Animals in Early Modern Europe*, tese de doutoramento em História e Filosofia da Ciência apresentada à University of Cambridge, 2015; Idem, “Making monsters”, in *Worlds of Natural History*, eds. Helen Curry, Nicholas Jardine, James Secord e Emma Spary (Cambridge: Cambridge University Press, 2018), 94-111.

²¹² Angelica Groom, *The role of rare and exotic animals in the self-fashioning of the early modern court: the Medici court in Florence as a case study*, tese de doutoramento apresentada à University of Sussex, 2012; e Idem, *Exotic Animals in the Art and Culture of the Medici Court in Florence* (Leiden e Boston: Brill, 2018).

questão do que se entende, exactamente, por animais exóticos, ou os diferentes significados que lhes podem estar associados.²¹³ São igualmente de referir os livros editados por Vernon N. Kisling, Jr.,²¹⁴ e por Eric Baratay e Elisabeth Hardouin-Fugier,²¹⁵ sobre a história das colecções de animais desde a Antiguidade até aos jardins zoológicos da contemporaneidade, e o seu papel como símbolos de poder e prestígio, como presentes diplomáticos e de luxo, e na sua vertente educativa, de conservação das espécies e de aumento do conhecimento sobre a fauna. Também sobre o tema alargado das relações milenares entre humanos e animais e o imaginário em torno do mundo animal, mencione-se o número especial da revista francesa *L'Histoire* de 2009, que inclui um dossier temático sobre os “animais e os homens”.²¹⁶

Apresentando os animais (vivos ou embalsamados) e partes de animais como objectos cujas funções e significados se alteram consoante os contextos em que são observados e exibidos, a obra *The Afterlives of Animals*, editada por Samuel Alberti,²¹⁷ é também de grande relevância. A obra é constituída por um conjunto de biografias, cada uma delas traçando o percurso individual de animais extra-europeus que, entre os séculos XVIII e XX, foram importados para a Europa – parte dos quais com o objectivo de serem integrados em jardins zoológicos –, tendo, após a sua morte, sido incorporados em colecções de história natural. Focando-se nos animais enquanto objectos museológicos, este volume é particularmente centrado em questões relacionadas com transmissão e circulação do conhecimento zoológico através dos próprios animais, reconhecendo o papel fundamental dos seus observadores na atribuição de significados diversos, pelo que a sua leitura é fundamental para a nossa problematização.

Nos últimos anos, no entanto, a historiografia internacional produzida sobre temáticas relativas ao mundo animal foi marcada pelo desenvolvimento do recente

²¹³ Christopher Plumb, *Exotic Animals in Eighteenth-Century Britain*, tese de doutoramento em Museologia apresentada à University of Manchester, 2010; José Alberto Pais, *Das pobres colónias ricas à rica metrópole pobre: A formação das Colecções Zoológicas Vivas Reais em Portugal durante o século XVIII*, Tese de doutoramento em Museologia e Património apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e ao Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2018.

²¹⁴ *Zoo and Aquarium History. Ancient Animal Collections to Zoological Gardens*, ed. Vernon N. Kisling, Jr. (Londres e Nova York: CRC Press, 2001).

²¹⁵ *Zoo. A History of Zoological Gardens in the West*, eds. Eric Baratay e Elisabeth Hardouin-Fugier (Londres: Reaktion Books, 2002).

²¹⁶ *L'Histoire*, número especial “Des animaux et des hommes”, 338 (Janeiro de 2009).

²¹⁷ *The Afterlives of Animals. A Museum Menagerie*, ed. Samuel J. M. M. Alberti (Charlottesville e Londres: University of Virginia Press, 2011).

campo dos chamados *Animal Studies*. Este começou a desenvolver-se a par dos movimentos pelos direitos dos animais, podendo apontar-se como momento fundador de ambos a publicação da obra *Animal Liberation* por Peter Singer em 1975. Assim, no último quartel do século XX, as relações dos humanos com os animais tornaram-se num importante objecto de estudo em várias disciplinas, desde a biologia até às ciências sociais, como a arqueologia, a antropologia e a sociologia, passando também pelos estudos artísticos e literários. A noção, herdeira da Antiguidade Clássica e reproduzida por autores como Descartes e Nietzsche, de que os animais não possuem consciência – e que, por conseguinte, não contribuíram conscientemente para a formação do passado histórico – relegou-os para uma aparente inexistência enquanto objecto de estudo das humanidades e das ciências sociais, pese embora o facto de a sua omnipresença nos quotidianos dos humanos ser transversal tanto no tempo como socialmente. Assim, enquanto as humanidades, naturalmente, se ocupavam do estudo dos seres humanos, considerava-se que o estudo dos animais pertencia aos domínios da história natural, da biologia e das ciências agrícolas. Contudo, a proliferação da bibliografia sobre direitos dos animais e estudos ambientalistas conduziu a uma mudança de atitude relativamente a esta temática.

No domínio da história, em particular, os historiadores da cultura começaram a dedicar uma maior atenção às relações entre humanos e animais, e a manifestar outras preocupações teóricas, nomeadamente ao atribuir uma maior importância a questões como as relações entre humanos e animais, e a forma como as percepções e construções do mundo animal contribuíram para a formação de uma identidade humana – por oposição a um “outro” não humano – alargando assim os debates em torno da alteridade aos animais. Outra das questões essenciais da historiografia influenciada pelos *Animal Studies* relaciona-se com o reconhecimento de agência aos animais, isto é, o reconhecimento da sua capacidade de intervir, e de actuarem como agentes em múltiplos contextos, actuando de alguma forma sobre o seu meio envolvente, as suas circunstâncias, ou sobre si próprios. No fundo, muito à semelhança do que se verificou com o surgimento e afirmação da história das massas, das mulheres ou da escravatura, ao incorporar-se os animais nos discursos historiográficos, pretende-se olhar para sujeitos que têm sido marginalizados, reconhecendo a sua importância nos processos

históricos e resgatando-os daquilo a que E. P. Thompson (referindo-se à classe trabalhadora inglesa) chamou de a “enorme condescendência da posteridade”. Naturalmente, um dos grandes desafios deste empreendimento, dados os seus objectivos e preocupações, são as fontes disponíveis, na medida em que os animais, incapazes de deixarem um testemunho da sua própria passagem pelo mundo, dependem dos humanos para legar à posteridade a memória da sua existência. Passa, assim, pelo historiador que se dedica à temática optar por, utilizando os materiais disponíveis, privilegiar o papel dos animais no passado.²¹⁸

Entre a bibliografia que se pode enquadrar neste recente mas vasto campo, são de referir, em primeiro lugar, os estudos pioneiros de Keith Thomas e de Harriet Ritvo, que ainda nos anos 80 começaram a investigar os diversos contextos culturais em que os animais desempenham um papel primordial.²¹⁹ Relativamente à literatura mais recente, podem mencionar-se obras como *Looking at Animals in Human History*, de Linda Kalof,²²⁰ em que a autora traça um panorama histórico alargado sobre as representações culturais dos animais desde a Pré-História até à contemporaneidade, ou *Animals and Human Society*,²²¹ em que um conjunto de autores analisa as relações entre humanos e animais ao longo da história, e os aspectos culturais e éticos associados à utilização dos animais pelo Homem. O primeiro capítulo,²²² da autoria do antropólogo social Tim Ingold é particularmente importante para esta tese, avaliando as mudanças operadas nas atitudes face aos animais com a transição de comunidades de caçadores-recolectores para sociedades agro-pastoris, em que os humanos passaram, segundo o

²¹⁸ Surgiram ainda grupos de estudos sobre animais em Inglaterra, na Austrália, na Alemanha e nos Estados Unidos, tendo sido criadas plataformas como a H-Animal (<https://networks.h-net.org/h-net>), ou o Animals & Society Institute (<https://www.animalsandsociety.org/>), que promovem o conhecimento sobre este campo de estudos, disponibilizando informação sobre as mais recentes publicações e encontros científicos. Relativamente aos desafios metodológicos e teóricos associados ao estudo da história dos animais, veja-se: Erica Fudge, “Attempting Animal Histories. Review of Linda Kalof & Brigitte Resl (eds.), *A Cultural History of Animals*. Oxford and New York, 2007. (6 Volumes)”, *Society & Animals* 19, 4 (2011): 425-431; e Hilda Kean, “Challenges for Historians Writing Animal-Human History: What is Really Enough?”, *Anthrozoös*, 25 (2012): 57-72.

²¹⁹ Keith Thomas, *O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)* (São Paulo: Companhia das Letras, 2010 – cop. 1983); Harriet Ritvo, *The Animal Estate. The English and other creatures in the Victorian Age* (Cambridge: Harvard University Press, 1987).

²²⁰ Linda Kalof, *Looking at Animals in Human History* (Londres: Reaktion Books, 2007).

²²¹ *Animals and Human Society. Changing perspectives*, eds. Aubrey Manning e James Serpell (Londres e Nova York: Routledge, 1994).

²²² Tim Ingold, “From trust to domination. An alternative history of human-animal relations”, in *Animals and Human Society*, 1-22.

autor, de participantes no mundo natural, que confiavam na natureza para satisfazer as suas necessidades, para agentes que encaravam o mundo natural como algo exterior, e passível de ser explorado e dominado. Esta mudança de atitude, naturalmente, proporcionou uma legitimação das múltiplas apropriações culturais, políticas e sociais dos animais que se verificaram em cronologias posteriores, e que analisaremos de seguida. Da mesma forma, a obra editada por Arturo Morgado García e José Joaquín Rodríguez Moreno também se centra nas imagens e representações produzidas pelos humanos sobre o mundo animal ao longo da história, constituindo um dos escassos contributos da historiografia ibérica para os estudos sobre os animais.²²³

Em *Making Animal Meaning*,²²⁴ outra obra colectiva de carácter multidisciplinar, explora-se a construção e configuração do sentido dos animais – seja através da sua representação na cultura material e visual, seja através da sua inclusão em obras literárias – bem como a forma como as interações entre humanos e animais influenciam esta construção, reconhecendo-se assim a agência dos últimos. No capítulo de Benjamin Arbel, sobre a mudança de perspectivas em relação aos animais no Renascimento,²²⁵ o autor contesta a ideia geralmente aceite de que neste período se assistiu a uma degradação da condição dos animais, identificando, pelo contrário, a emergência de uma nova sensibilidade, protagonizada por humanistas como Leonardo da Vinci, Giordano Bruno e Michel de Montaigne, e pautada por um reconhecimento cada vez maior da individualidade e das capacidades mentais dos animais, bem como por uma maior preocupação moral pelo seu bem-estar.

Por fim, a obra *Beastly Natures*²²⁶ demonstra como os animais contribuíram para o desenvolvimento da cultura e sociedade humanas, literalmente, enquanto animais domésticos, providenciando alimento, matérias-primas, força de trabalho e entretenimento, e ao mesmo tempo suscitando debates e conceptualizações acerca do “selvagem” e, por oposição, da própria natureza humana; no primeiro capítulo, um

²²³ *Los animales en la historia y en la cultura*, eds. Arturo Morgado García e José Joaquín Rodríguez Moreno (Cádiz: Universidad de Cádiz, 2011).

²²⁴ *Making Animal Meaning*, eds. Linda Kalof e Georgina M. Montgomery (East Lansing: Michigan State University Press, 2011).

²²⁵ Benjamin Arbel, “The Renaissance Transformation of Animal Meaning”, in *Making Animal Meaning*, 59-80.

²²⁶ *Beastly Natures: Animals, Humans, and the Study of History*, ed. Dorothee Brantz (Charlottesville: University of Virginia Press, 2010).

ensaio essencial para a temática do estudo histórico dos animais, a historiadora Susan J. Pearson e a antropóloga Mary Weismantel abordam o desenvolvimento recente do campo dos estudos sobre animais, e sustentam a necessidade de se repensar noções predominantes de natureza e de cultura, e também de agência, que ao relegarem os animais para uma dimensão extrínseca às sociedades humanas (por não possuírem linguagem, nem por conseguinte, memória histórica), impediram análises mais aprofundadas sobre as relações históricas dos humanos com aqueles. Por outro lado, expõem os desafios conceituais e metodológicos de uma integração dos animais no estudo da história, propondo uma análise que compreenda os animais enquanto actores sociais através de uma perspectiva integrada que relacione tanto as suas evidências simbólicas como materiais na cultura humana. Enquanto os primeiros trabalhos que colocaram a tónica nos animais na sua qualidade de actores rejeitavam a sua dimensão simbólica e as suas representações, por estas serem fruto de uma construção humana, Pearson e Weismantel recuperam-nas, reconhecendo a sua importância. No entanto, reivindicam também um estudo materialista dos animais enquanto instrumentos, fontes de energia e formas de riqueza, bem como dos espaços partilhados por humanos e animais, de forma a recuperar a presença física dos últimos na vida social.²²⁷

Para além destas obras, que nos dão uma perspectiva geral sobre os fundamentos e principais questões dos *Animal Studies* (em particular, na historiografia), são ainda de referir alguns trabalhos também pautados por este enquadramento teórico, mas cronologicamente focados no período moderno. Neste contexto, Erica Fudge é a autora de referência, com as suas obras *Perceiving Animals* e *Renaissance Beasts*,²²⁸ nas quais são analisadas sobretudo as formas como os humanos se definem a si próprios como humanos face aos animais, e a centralidade desta questão para a cultura nesta cronologia, nomeadamente através de uma constante antropomorfização dos animais. Esta questão é exemplificada por Brian Cummings no seu ensaio sobre a concepção – herdeira de Plínio e amplamente reproduzida no Renascimento – de que

²²⁷ Susan J. Pearson e Mary Weismantel, “Does ‘The Animal’ Exist?”, in *Beastly Natures. Animals, Humans, and the Study of History*, ed. Dorothee Brantz (Charlottesville: University of Virginia Press, 2010), 22.

²²⁸ Erica Fudge, *Perceiving Animals. Humans and Beasts in Early Modern English Culture* (Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2002); *Renaissance Beasts. Of Animals, Humans, and Other Wonderful Creatures*, ed. Erica Fudge (Champaign: University of Illinois Press, 2004).

os elefantes seriam capazes de falar,²²⁹ o que nos remete também para a reverência supostamente demonstrada por Hanno perante o Papa Leão X, e a forma como este episódio foi descrito nas fontes coetâneas. Também a obra editada por Pia F. Cuneo, *Animals in Early Modern Identity*, sobre diversos aspectos das relações entre humanos e animais na Primeira Modernidade, aflora questões relativas à identidade humana;²³⁰ são, nesta obra, particularmente relevantes os ensaios de Abel A. Alves, Larry Silver, e Louisa Mackenzie que analisam respectivamente as percepções sobre os animais no Império Espanhol, os animais exóticos na arte europeia, e a problemática da “modernidade” e do hibridismo do conhecimento na Idade Moderna.²³¹ Em *The Animals of Spain*,²³² Alves explora com maior detalhe as questões trabalhadas no artigo supracitado, descrevendo o impacto da introdução e proliferação de animais domésticos da Península Ibérica na América latina.

Exemplo por excelência da afirmação dos estudos sobre animais no âmbito da historiografia é o recente número da revista da Society for Renaissance Studies, dirigido por Stephen Bowd e Sarah Cockram, dedicado exclusivamente à temática do animal na Itália do Renascimento. Introduzido por um importante texto de enquadramento teórico da autoria dos coordenadores,²³³ o número inclui ainda alguns estudos de caso, sempre analisados sob o ponto de vista das relações entre humanos e animais, destacando-se, pela sua relevância para este trabalho, os de Benjamin Arbel,²³⁴ Frances Gage,²³⁵ Sarah Cockram,²³⁶ e Monica Azzolini.²³⁷ Da mesma forma, não podemos deixar

²²⁹ Brian Cummings, “Pliny’s Literate Elephant and the Idea of Animal Language in Renaissance Thought”, in *Renaissance Beasts*, 164-185.

²³⁰ *Animals and Early Modern Identity*, ed. Pia F. Cuneo (Farnham: Ashgate, 2014).

²³¹ Abel A. Alves, “Individuality and the understanding of animals in the Early Modern Spanish Empire”, Larry Silver, “World of Wonders: Exotic animals in European imagery, 1515-1650”, e Louisa Mackenzie, “French Early Modern Sea-Monsters and Modern Identities, via Bruno Latour”, in *Animals and Early Modern Identity*, ed. Pia F. Cuneo (Farnham: Ashgate, 2014), 271-290 e 291-327 e 329-349.

²³² Abel A. Alves, *The Animals of Spain. An introduction to imperial perceptions and human interaction with other animals, 1492-1826* (Leiden: Brill, 2011).

²³³ Stephen Bowd e Sarah Cockram, “Introduction. The animal in Renaissance Italy”, *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 183-200.

²³⁴ Benjamin Arbel, “The beginnings of comparative anatomy and Renaissance reflections on the human-animal divide”, *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 201-222.

²³⁵ Frances Gage, “Human and animal in the Renaissance eye”, *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 261-276.

²³⁶ Sarah Cockram, “Interspecies understanding: exotic animals and their handlers at the Italian Renaissance court”, *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 277-296.

²³⁷ Monica Azzolini, “Talking of animals: whales, ambergris, and the circulation of knowledge in seventeenth-century Rome”, *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 297-318.

de mencionar o igualmente recente volume, também editado por Bowd e Cockram,²³⁸ sobre a mesma temática, mas adoptando um espectro cronológico e geográfico abrangente. A obra centra-se no aspecto específico das interações e das emoções suscitadas nos humanos pelas mesmas (admiração, ansiedade, medo, maravilhamento...), questionando noções de agência, controlo, domínio e empatia, que são comumente analisadas de forma unilateral.

Não obstante o facto de o seu âmbito cronológico não ser o Renascimento, é ainda de referir o trabalho de Thomas Allsen,²³⁹ que cruza os estudos sobre animais com a *world history*, explorando como a caça enquanto prática tradicional da realeza, seja na natureza ou em ambientes controlados, serviu para legitimar a autoridade política e demonstrar o poder simbólico dos soberanos sobre o mundo natural, e por extensão, sobre os seus súbditos, desde a Pré-história até ao século XIX no espaço geograficamente vasto da Eurásia.

Por fim, é de importância inestimável a recente obra de síntese coordenada por Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga sobre os animais na história de Portugal,²⁴⁰ porventura um dos poucos contributos da historiografia portuguesa, de alguma forma, influenciados pelo campo dos estudos sobre animais. Nesta obra, os autores propõem-se fazer um estudo sobre as relações entre pessoas e animais, que enquadram numa análise mais abrangente sobre as alterações das sensibilidades dos primeiros face aos segundos, começando por apresentar um bastante útil estado da questão. São abordadas diversas temáticas, desde a Idade Média até à criação do Jardim Zoológico de Lisboa, sendo especialmente relevantes para o presente estudo os capítulos relativos à descoberta de novas espécies animais a partir do século XV, com as viagens de exploração marítima (Isabel Drumond Braga), e aos animais na cultura e na arte, em que é abordada a presença de animais na literatura (Paulo Lopes) e na cultura material (Pedro Flor e Susana Varela Flor, e Gonçalo de Vasconcelos e Sousa e Cristina Neiva Correia).

²³⁸ *Interspecies Interactions. Animals and Humans between the Middle Ages and Modernity*, eds. Sarah Cockram e Andrew Wells (Londres: Routledge, 2018).

²³⁹ Thomas T. Allsen, *The Royal Hunt in Eurasian History* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006).

²⁴⁰ *Animais e Companhia na História de Portugal*, coord. Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga (Lisboa: Círculo de Leitores, 2015).

No que diz respeito ao estudo específico dos animais exóticos em Portugal e na Europa no século XVI, também esta temática tem conhecido uma imensa produção bibliográfica desde os anos 90, desde a publicação de *The Pope's Elephant*, por Silvio Bedini.²⁴¹ Nesta obra, o autor realizou um estudo exaustivo da documentação e bibliografia relativa a Hanno, o elefante enviado por D. Manuel I ao Papa Leão X, que ainda hoje se mantém uma referência incontornável. São igualmente de mencionar os artigos de Luís de Matos publicados no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira* sobre o elefante e o rinoceronte de D. Manuel,²⁴² duas conhecidas sínteses sobre a fauna exótica dos Descobrimentos,²⁴³ e ainda a dissertação de mestrado de Manuela Gonzaga.²⁴⁴

Nos últimos anos, contudo, os maiores contributos para este tema foram publicados por Annemarie Jordan Gschwend, que tem trabalhado sistematicamente a presença de animais extra-europeus na corte portuguesa, e o importante papel da Coroa portuguesa na circulação de exemplares desta fauna pelas restantes cortes europeias, no quadro dos seus estudos sobre a história das colecções e sobre o interesse português em objectos exóticos no século XVI. Para além dos seus artigos de síntese, que podem ler-se nos diversos catálogos de exposições já citados,²⁴⁵ são ainda de referir os seus trabalhos aprofundados, em parceria com Almudena Pérez de Tudela, sobre as trocas artísticas e culturais entre as cortes ibéricas e centro-europeias no século XVI,²⁴⁶ bem

²⁴¹ Silvio A. Bedini, *The Pope's Elephant* (Manchester: Carcanet Press, 1997).

²⁴² Luis de Matos, "Natura, intelletto e costumi dell'elefante" e "Forma e natura e costumi del rinoceronte", *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira* 1 (1960): 44-55 e 387-398.

²⁴³ António Luís Ferronha, Mariana Bettencourt e Rui Manuel Loureiro, *A Fauna Exótica dos Descobrimentos* (Lisboa: Elo, 1993); Rui Loureiro, *Animais orientais: fauna exótica no tempo dos Descobrimentos* (Lagos: Centro Cultural, 2008).

²⁴⁴ Manuela Gonzaga, *"Do odio natural que ha antre hos Elephantes & hos Rhinoçerotas" – Migrações do real fantástico ou desmistificação de mitos nos alvares da Expansão Portuguesa*, dissertação de Mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa: 2009).

²⁴⁵ Annemarie Jordan Gschwend, "Exotic Animals in Sixteenth-Century Europe", in *Encounters*, 42-43; Idem, "A procura portuguesa por animais exóticos", in *Cortejo Triunfal com Girafas*, 33-42; Idem, "Animais de outros mundos", in *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento*. Catálogo da Exposição (Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2017), 190-201.

²⁴⁶ Almudena Pérez de Tudela e Annemarie Jordan Gschwend, "Luxury goods for royal collectors: exotica, princely gifts and rare animals exchanged between the Iberian courts and Central Europe in the Renaissance (1560-1612)", in *Exotica. Portugals Entdeckungen im Spiegel fürstlicher Kunst- und Wunderkammern der Renaissance. Die Beiträge des am 19. und 20. Mai 2000 vom Kunsthistorischen Museum Wien veranstalteten Symposiums, Jahrbuch des Kunsthistorischen Museums Wien* 3 (Mainz: Verlag Philipp Von Zabern, 2001), 1-127; Idem, "Exotica Habsburgica. La Casa de Austria y las colecciones exóticas en el Renacimiento temprano", in *Oriente en Palacio*, 27-44; Idem, "Renaissance menageries.

como a sua obra sobre Salomão,²⁴⁷ o elefante oferecido por D. Catarina de Áustria, primeiro ao príncipe Carlos de Espanha, e depois ao imperador Maximiliano II, o qual a autora enquadra na temática mais abrangente da cultura de animais selvagens em Portugal no Renascimento, acabando por abordar muitos mais exemplos ilustrativos destas práticas colecionistas. É importante salientar, contudo, que se a bibliografia sobre animais exóticos na corte portuguesa no século XVI é considerável, o mesmo não se verifica para o século XV, em que a produção historiográfica é significativamente menor, lacuna que procuraremos colmatar com este trabalho. São de mencionar, ainda assim, os importantes contributos de Maria Helena da Cruz Coelho e de Priscila Aquino Silva a respeito da importância do pelicano na construção da imagem política de D. João II.²⁴⁸

Para outros contextos europeus, e também no âmbito da história da arte e da história das colecções, são de referir os contributos de Christiane L. Joost-Gaugier e de Claudia Lazzaro, respectivamente sobre a girafa de Lorenzo de Medici,²⁴⁹ e sobre a *ménagerie* dos Medici em Florença,²⁵⁰ bem como o artigo de Claudia Swan sobre aves-do-paraíso nos Países Baixos,²⁵¹ e o trabalho de Laura Orsi sobre a simbologia associada ao elefante na literatura e na arte renascentistas.²⁵² Por outro lado, os trabalhos de Pamela Smith, e de Florike Egmond e Sven Dupré, que analisam as práticas

Exotic animals and pets at the Habsburg courts in Iberia and Central Europe”, in *Early Modern Zoology: The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*, eds. Karl A. E. Enenkel e Mark S. Smith (Leiden e Boston: Brill, 2007), 419-447.

²⁴⁷ Annemarie Jordan Gschwend, *The Story of Süleyman: Celebrity elephants and other exotica in Renaissance Portugal* (Zurique: Pachyderm, 2010).

²⁴⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João II, o Senhor do Pelicano da Lei e da Grei*, Sep. de *O Tempo Histórico de D. João II nos 550 Anos do Seu Nascimento*. Actas. Lisboa: S.I., 2005; Priscila Aquino Silva, *Entre príncipe perfeito e rei pelicano – os caminhos da memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)*, dissertação de mestrado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense (Niterói: 2007).

²⁴⁹ Christiane L. Joost-Gaugier, “Lorenzo the Magnificent and the Giraffe as a symbol of power”, *Artibus et Historiae* 8, n.º 16 (1987): 91-99.

²⁵⁰ Claudia Lazzaro, “Animals as cultural signs: a Medici menagerie in the Grotto at Castello”, in *Reframing the Renaissance. Visual Culture in Europe and Latin America, 1450-1650*, ed. Claire Farago (New Haven e Londres: Yale University Press, 1995), 197-227.

²⁵¹ Claudia Swan, “Exotica on the Move: birds of paradise in Early Modern Holland”, *Art History* 38, 4 (Sep. 2015): 620-635.

²⁵² Lausa Orsi, “The emblematic elephant: a preliminary approach to the elephant in Renaissance thought and art”, *Anthropozoologica* 20 (1994): 69-86.

coleccionistas e a cultura visual numa perspectiva integrada com a história da ciência são igualmente importantes.²⁵³

e) História da ciência e história do conhecimento

Por fim, é ainda essencial relevar as contribuições da história da ciência para o estudo desta temática, nomeadamente no que diz respeito à construção de conhecimento sobre o mundo natural no início do período moderno tanto em Portugal, como no resto da Europa. Assim, são de referir os importantes trabalhos de Cristina Brito,²⁵⁴ Palmira Fontes da Costa²⁵⁵ e Roberto de Andrade Martins,²⁵⁶ bem como os artigos de Marco Masseti, Cecilia Veracini, Dante Martins Teixeira e Nelson Papavero²⁵⁷ para temas relacionados com história ambiental, comércio e conhecimento da fauna extra-europeia. Quanto aos avanços no conhecimento sobre a natureza e o mundo de uma forma geral, e aos avanços técnicos que acompanharam, e foram consequência directa das viagens de exploração, refiram-se, entre a vasta bibliografia produzida por

²⁵³ Pamela H. Smith, "Art, Science and Visual Culture in Early Modern Europe", *Isis* 97, n.º 1 (Mar. 2006), 83-100; Florike Egmond e Sven Dupré, "Collecting and circulating exotic naturalia in the Spanish Netherlands", in *Embattled Territory. The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands*, eds. Sven Dupré, Bert De Munck, Werner Thomas e Geert Vanpaemel (Ghent: Academia Press, 2016), 199-227.

²⁵⁴ Cristina Brito, *Os mamíferos marinhos nas viagens marítimas pelo Atlântico entre os séculos XV e XVIII: a evolução da ciência e do conhecimento*, tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010; Idem, *New Science from Old News* (Lisboa: Escola de Mar, 2016).

²⁵⁵ Palmira Fontes da Costa, "Secrecy, Ostentation, and the Illustration of Exotic animals in Sixteenth-Century Portugal", *Annals of Science* 66, 1 (2009): 59-82; Idem, "Identity and the construction of memory in representations of Garcia de Orta", in *Medicine, Trade and Empire: Garcia de Orta's Colloquies on the Simples and Drugs of India (1563) in context*, ed. Palmira Fontes da Costa (Farnham: Ashgate, 2015), 237-265.

²⁵⁶ Roberto de Andrade Martins, "O rinoceronte de Dürer e as suas lições para a historiografia da ciência", *Filosofia e História da Biologia* 9, 2 (2014): 199-238.

²⁵⁷ Marco Masseti, "Pictorial evidence from medieval Italy of cheetahs and caracals, and their use in hunting", *Archives of natural history* 36, 1 (2009): 37-47; Marco Masseti e Cecilia Veracini, "The first record of Marcgrave's capuchin in Europe: South American monkeys in Italy during the early sixteenth century", *Archives of natural history* 37, 1 (2010): 91-101; Idem, "Early European knowledge and trade of Neotropical mammals: a review of literary sources between 1492 and the first two decades of the 16th century", in *Proceedings of the first Zooarchaeology Conference in Portugal*, eds. Cleia Detry e Rita Dias (Oxford: Archaeopress, 2014), 129-138; Idem, "The zoomorphic representations of the Piri Reis map (1513)", *Anthropozoologica* 51, 1 (2016): 41-54; Dante Martins Teixeira e Nelson Papavero, "O tráfico de primatas brasileiros nos séculos XVI e XVII", in *Mamíferos de Restingas e Manguezais do Brasil*, eds. Leila Maria Pessôa, William Corrêa Tavares e Salvatore Siciliano (Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Mastozoologia, 2010), 253-282; Cecilia Veracini e Dante Martins Teixeira, "Perception and description of New World non-human primates in the travel literature of the fifteenth and sixteenth centuries: a critical review", *Annals of Science* 74, 1 (2017): 25-63.

autores portugueses, os trabalhos de Marília dos Santos Lopes,²⁵⁸ Maria Teresa Nobre de Carvalho,²⁵⁹ Maria Lucília Barbosa Seixas²⁶⁰ e Henrique Leitão.²⁶¹ No que diz respeito à bibliografia internacional sobre a mesma temática, são de mencionar os estudos de Jorge Cañizares-Esguerra,²⁶² Lorraine Daston²⁶³ e Florike Egmond.²⁶⁴

Por fim, é ainda importante mencionar algumas reflexões de carácter teórico sobre a história do conhecimento, um campo que tem conhecido um amplo desenvolvimento desde a década de 1990, quando passou a ocupar um lugar central na produção historiográfica alemã, francesa e anglófona. Os recentes contributos de Peter Burke,²⁶⁵ Lorraine Daston²⁶⁶ e Simone Lässig²⁶⁷ foram determinantes para uma tentativa de definição da “história do conhecimento” enquanto campo de estudos, tendo estes

²⁵⁸ Marília dos Santos Lopes, “Os descobrimentos portugueses e a Europa”, *Máthesis* 9 (2000): 233-241; Idem, *Da Descoberta ao Saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII* (Viseu: Passagem editores, 2001); Idem, “As viagens marítimas e a arte das imagens”, in *Os Descobrimentos Portugueses nas Rotas da Memória*, ed. Marília dos Santos Lopes (Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 2002), 121-144; Idem, “A Revelação das Plantas. Garcia de Orta, Carolus Clusius e as Espécies Asiáticas na Europa”. *RC Review of Culture* 20 (2006): 11-27; Idem, *Writing New Worlds. The cultural dynamics of curiosity*; Marília dos Santos Lopes e Peter Hanenberg, “A herança clássica, os descobrimentos portugueses e o humanismo alemão”, *Máthesis* 13 (2004): 291-302.

²⁵⁹ Maria Teresa Nobre de Carvalho, *O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente. Contribuição dos textos ibéricos quinhentistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia*, tese de doutoramento em História e Filosofia das Ciências, apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2012.

²⁶⁰ Maria Lucília Barbosa Seixas, *A Natureza Brasileira nas Fontes Portuguesas do Século XVI. Para uma tipologia das grandezas do Brasil* (Viseu: Passagem editores, 2003).

²⁶¹ Henrique Leitão, “Ars e ratio: A náutica e a constituição da ciência moderna”, in *La Ciencia y el Mar*, ed. María Isabel Vicente Maroto e Mariano Esteban Piñero (Valladolid: 2006), 183-207; Idem, “Maritime discoveries and the discovery of Science: Pedro Nunes and Early Modern Science”, in *Más allá de la Leyenda Negra: España y la Revolución Científica* (Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, Universitat de València, C.S.I.C., 2007), 89-104. Palmira Fontes da Costa e Henrique Leitão, “Portuguese Imperial Science: A historiographical review”, in *Science, Power and the Order of Nature in the Spanish and Portuguese Empires* (Stanford: Stanford University Press, 2008), 35-53.

²⁶² Jorge Cañizares-Esguerra, “Iberian Colonial Science”, *Isis* 96, 1 (Mar. 2005): 64-70; Idem, “Iberian Colonial Science in the Renaissance: Ignored how much longer?”, *Perspectives of Science* 12, 1 (2004): 86-124.

²⁶³ Lorraine Daston, “Marvelous Facts and Miraculous Evidence in Early Modern Europe”, *Critical Inquiry* 18, 1 (Aut. 1991): 93-124; Idem, “The language of strange facts in Early Modern science”, in *Inscribing Science. Scientific Texts and the Materiality of Communication*, ed. Timothy Lenoir (Stanford: Stanford University Press, 1998), 20-38.

²⁶⁴ Florike Egmond, *The World of Carolus Clusius. Natural history in the making, 1550-1610* (Londres: Pickering & Chatto: 2010).

²⁶⁵ Peter Burke, *What is the History of Knowledge?* (Cambridge: Polity Press, 2016).

²⁶⁶ Lorraine Daston, “The History of Science and the History of Knowledge”, *KNOW: A Journal on the Formation of Knowledge* 1, 1 (2017): 131-154.

²⁶⁷ Simone Lässig, “The History of Knowledge and the Expansion of the Historical Research Agenda”, *Bulletin of the German Historical Institute* 59 (2016): 29-58.

autores procurado definir as suas problemáticas, horizontes metodológicos e perspectivas de futuro. Burke, um dos primeiros historiadores a trabalhar sobre esta temática,²⁶⁸ advoga na sua recente obra de síntese sobre a história do conhecimento que o nascimento deste campo historiográfico foi motivado por um conjunto de desenvolvimentos epistemológicos ao nível da história do livro (que passou a ser cada vez mais encarada como uma história cultural da disseminação da informação) e da história da ciência (cujos estudiosos reconhecem, cada vez mais, o carácter anacrónico da utilização do conceito de “ciência” para contextos culturais anteriores ao século XIX, tendo começado, para além disso, a dedicar uma crescente atenção a temáticas como a cultura popular ou as realizações intelectuais de civilizações não ocidentais, que podem não encaixar no modelo tradicional da “ciência”). Procurando definir o conceito de “conhecimento”, este autor coloca a ênfase na variabilidade do seu significado consoante o espaço, o tempo e sobretudo a língua, e reconhece a pluralidade de tipos de conhecimento e de sistemas de saberes que podem coexistir e até digladiar-se numa mesma cultura. Defende, assim, que não se pode falar numa única história do conhecimento, mas necessariamente de várias “histórias dos conhecimentos”.

Quanto a Lorraine Daston e Simone Lässig, estas autoras focam-se mais nas potencialidades que uma abordagem de história do conhecimento oferece, respectivamente à história da ciência, e a toda a investigação histórica de uma forma geral. Daston, directora executiva do Instituto Max Planck para a História da Ciência em Berlim, reflectiu sobre o advento da história do conhecimento sob o ponto de vista da história da ciência, apresentando-a, à semelhança de Peter Burke, como uma inevitável reformulação metodológica e alargamento de conteúdos deste campo de estudos.²⁶⁹ Lässig, no entanto, no seu esclarecedor ensaio, vai muito mais longe, definindo a história do conhecimento como “uma forma de história social e cultural que aborda o ‘conhecimento’ enquanto fenómeno que toca quase todas as esferas da vida

²⁶⁸ São de referir, a este propósito, as obras de Burke *A Social History of Knowledge: From Gutenberg to Diderot* (Cambridge: Polity Press, 2000) e *A Social History of Knowledge: From the Encyclopédie to Wikipedia* (Cambridge: Polity Press, 2012).

²⁶⁹ Johan Östling, et al., “The history of knowledge and the circulation of knowledge. An introduction”, in *Circulation of Knowledge. Explorations in the History of Knowledge*, eds. Johan Östling, Erling Sandmo, David Larsson Heidenblad, Anna Nilsson Hammar e Kari H. Nordberg (Lund: Nordic Academic Press, 2018), 14-15.

humana”.²⁷⁰ A autora demonstra, através de várias aplicações práticas, como a adopção do conhecimento como categoria de análise pode constituir uma via profícua para novas perspectivas e para uma compreensão mais rica de acontecimentos e fontes históricas amplamente conhecidos, e, deste modo, funcionar como um elemento transformador para diversos campos historiográficos, tais como a história global e colonial.

Nesta sequência, também o conceito de “circulação de conhecimento” tem adquirido uma relevância crescente, encontrando-se no centro de diversas análises, sobretudo desde a publicação do artigo seminal “Knowledge in Transit”, em que o também historiador da ciência James Secord propôs uma nova abordagem a este campo de estudos que colocasse a tónica, não na produção do conhecimento científico e nos seus autores e actores individuais, mas na questão mais abrangente da circulação. Em termos práticos, o autor sugeria que se começasse a encarar toda a actividade científica como uma forma de comunicação, o que permitiria analisar não só o conhecimento produzido e as suas inovações, mas também as suas audiências e leitores, bem como as formas como ele circula e se transforma continuamente.²⁷¹ Mais recentemente, na introdução da obra *Circulation of Knowledge*, editada por um conjunto de investigadores de instituições escandinavas, é traçado o panorama do surgimento e desenvolvimento da história do conhecimento e sobre os debates historiográficos que têm ocorrido no seu seio. A diversidade de contributos apresentados nesta obra colectiva, com um amplo espectro cronológico, temático e geográfico, procura demonstrar, em larga medida na senda de Simone Lässig, como a “circulação” e o “conhecimento” podem ser compreendidos, aplicados e analisados numa multitude de formas e contextos históricos, abrindo o caminho para novas perspectivas e conclusões.

Assim, a primeira parte desta obra centra-se nos aspectos sociais, nomeadamente nos públicos, analisando a forma como o conhecimento sobre temas específicos se move dentro da sociedade e se generaliza, bem como os diferentes interesses (económicos, políticos, científicos...) que podem influir ou ser postos em causa por esta circulação. O segundo conjunto de textos aborda, de uma forma geral, as condições para a circulação do conhecimento, sendo de particular interesse o texto de

²⁷⁰ Lässig, “The History of Knowledge”, 44.

²⁷¹ James A. Secord, “Halifax Keynote Address: Knowledge in Transit”, *Isis* 95 (2004): 654-672.

Anna Nilsson Hammar,²⁷² que propõe a adopção, por parte dos historiadores, da tripartição aristotélica do saber (em *theoria*, *praxis* e *poiesis* – i.e. teoria, prática e técnica) como ferramenta analítica com vista a uma melhor compreensão do papel do conhecimento, nas suas diversas formas, no quotidiano. Segundo Hammar, o conceito de circulação invoca a maneira como o saber se transforma, literalmente, tomando diferentes formas: embora, tradicionalmente, o objecto da história do conhecimento seja o saber teórico (aquele que, com todas as suas *nuances*, mais se aproxima de uma noção de “ciência”), ao considerarmos as camadas da *praxis* e da *poiesis*, conseguimos questionar melhor como o saber ganha significado, relevância e aplicabilidade na vida das pessoas comuns.

Já o capítulo de Kajsa Brilkman²⁷³ relaciona os processos de tradução e circulação, abordando a questão da contínua adaptação dos textos na Idade Moderna consoante os diferentes contextos políticos, sociais e culturais, através das traduções. Por fim, a terceira e última parte da obra, fulcral para a nossa problematização, foca-se nas dimensões materiais e tangíveis do conhecimento, explorando exemplos da circulação de objectos (num sentido lato) entre textos, epistemologias e lugares. É de referir o elucidativo contributo de Erling Sandmo²⁷⁴ sobre as representações visuais e descrições textuais de dois objectos de conhecimento – o “porco-do-mar” e a morsa. Para além de demonstrar as fronteiras ténues entre as categorias de monstruosidade e não-monstruosidade nos discursos de história natural na Idade Moderna, o texto revela também a importância de se compreender que a construção do conhecimento sobre a natureza no século XVI não se realizou de forma linear e simples, sendo permitida e até potenciada, pelo contrário, a existência de interpretações diferentes e multifacetadas sobre um mesmo objecto.

É ainda importante mencionar que a par desta reconfiguração teórica e temática da história da ciência enquanto disciplina, nos últimos anos assistiu-se também a uma profunda revisão na forma de se abordar e analisar a temática específica da história

²⁷² Anna Nilsson Hammar, “Theoria, praxis, and poiesis. Theoretical considerations on the circulation of knowledge in everyday life”. In *Circulation of Knowledge*, 107-124.

²⁷³ Kajsa Brilkman, “The circulation of knowledge in translations and compilations. A sixteenth-century example”. In *Circulation of Knowledge*, 160-171.

²⁷⁴ Erling Sandmo, “Circulation and monstrosity. The sea-pig and the walrus as objects of knowledge in the sixteenth century”. In *Circulation of Knowledge*, 175-196.

natural da época moderna. *Knowing Nature in Early Modern Europe*²⁷⁵ é uma obra representativa desta reformulação, na qual a partir de um conjunto de estudos de caso – centrados em diferentes áreas do saber que no pensamento contemporâneo se encontram associadas à ideia tradicional de “ciência” – se argumenta que o conhecimento sobre o mundo natural na Idade Moderna tem imperativamente que ser estudado à luz de um contexto cultural amplo. Na introdução da obra, David Beck sustenta que o conhecimento sobre o mundo natural na Idade Moderna englobava um conjunto bastante alargado de saberes. Áreas de conhecimento que hoje se enquadram no campo das ciências exactas eram estudadas e colocadas a par de disciplinas como a filosofia, a teologia ou a filologia, não existindo uma distinção taxativa entre estas áreas do saber. Assim, apenas tendo em consideração esta cultura intelectual abrangente, e ainda não dominada pela ciência e a tecnologia, pode compreender-se a forma como se apreendia e estudava o mundo natural na Idade Moderna. Tal não significa que não tenham existido mudanças e inovações metodológicas e epistemológicas na forma de se estudar, classificar e representar o mundo natural, mas a informação sobre qualquer temática era sempre compreendida como parte integrante de um sistema alargado. Assim, a existência de noções filosóficas, transcendentais ou de qualquer forma subjectivas associadas ao mundo natural não deve ser encarada como simples “permanências”, ou como reflexo de um pensamento arcaizante, mas sim como parte indissociável da forma holística como o conhecimento em si era conceptualizado.

Nesta sequência, são ainda de mencionar os textos de William B. Ashworth, sobre o peso do simbólico nos discursos de história natural do Renascimento.²⁷⁶ Embora os artigos tenham sido produzidos anteriormente ao grande debate que explanámos sobre o campo da história do conhecimento, ambos revelam, no fundo, o carácter insuficiente das tradicionais noções de “ciência” para a análise do conhecimento produzido sobre a natureza em contextos culturais profundamente diferentes do actual. Os contributos de Ashworth, em consonância com a obra anterior, demonstram que no início da Idade Moderna o conhecimento sobre o mundo animal compreendia uma série

²⁷⁵ *Knowing Nature in Early Modern Europe*, ed. David Beck (Londres e Nova York: Routledge, 2015).

²⁷⁶ William B. Ashworth, Jr., “Emblematic natural history of the Renaissance”, in *Cultures of Natural history*, eds. N. Jardine, J. Secord e E. Spary (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), 17-37; Idem, “Natural history and the emblematic world view”, in *Reappraisals of the Scientific Revolution*, eds. David C. Lindberg e Robert S. Westman (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), 303-332.

de questões que ultrapassavam, em muito, as características físicas de cada espécime, para, ao invés, a posicionarem não só em relação ao resto do reino animal mas até em relação a todo o cosmos (enquanto ordem universal das coisas), e esta é uma questão fundamental para se perceber plenamente o papel da fauna na cultura e no pensamento renascentistas. Na verdade, a generalidade das descrições sobre animais que se pretendiam mais ou menos sistemáticas, produzidas sobretudo no século XVI, mas também na centúria anterior, caracterizavam-se por reunir um conjunto vasto de informações, que incluíam crenças, associações simbólicas, religiosas e mitológicas, quase sempre fundadas e suportadas na autoridade dos textos clássicos.

O conceito de “exótico” no período moderno

Parece mais ou menos consensual que o termo “exótico” terá sido introduzido nos vocabulários europeus no século XVI. No entanto, entre as fontes portuguesas que analisámos, este não parece ter sido um termo muito recorrente no vocabulário português. Como já referimos, o humanista Damião de Góis, uma das mais cosmopolitas personalidades portuguesas do seu tempo e uma figura singular do Renascimento português,²⁷⁷ parece ter sido o único intelectual do século XVI a utilizar esta palavra, que pode identificar-se em duas das suas obras, pelo que importa, em primeiro lugar, determo-nos nestas referências.

A obra mais recuada da autoria de Damião de Góis em que surge o vocábulo “exótico” é a *Hispania*, produzida c. 1541 e publicada pela primeira vez em Lovaina em 1542; a segunda ocorrência aparece na célebre descrição de Lisboa, *Vrbis Olisiponis Descriptio*, impressa em Évora em 1554. Ambos os breves tratados foram redigidos e publicados originalmente em latim. Na *Hispania*, Damião de Góis responde às considerações negativas enunciadas pelo humanista alemão Sebastian Münster sobre os povos da Península Ibérica, na sua edição da *Geographia Vniversalis* de Ptolomeu.²⁷⁸

²⁷⁷ Sobre o percurso biográfico de Damião de Góis, veja-se: Ana Isabel Buescu, “GÓIS, Damião de (1502-1574)”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* (disponível online em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=792>); Luís Filipe Barreto, *Damião de Góis. Os caminhos de um humanista* (Lisboa: CTT, 2002); *Damião de Góis, humanista português na Europa do Renascimento*, ed. Amadeu Torres (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002).

²⁷⁸ Manuel Cadafaz de Matos, “*Hispania* (1542), 1544”, in *Obras de Damião de Góis*, vol. III, 18; Damião de Góis, *Hispania*, in *Obras de Damião de Góis*, vol. III, 135-147.

Para além de um capítulo especificamente intitulado “Defesa da Espanha contra Münster”, a obra inclui ainda estimativas das rendas dos bispados e arcebispados, referências às ordens religiosas, e listas de nobres, nomeadamente dos duques, marqueses, condes e viscondes de Portugal e Espanha, bem como listas dos santos e universidades. Para o nosso propósito, no entanto, a parte mais relevante deste panfleto é o seu capítulo final, sobre os “Produtos que vêm das inúmeras províncias da Ásia, África e Novo Mundo satisfeitas aos Reis de Castela e Portugal para Espanha, e daqui são distribuídas por toda a Europa”.

Já a *Descrição de Lisboa* constitui uma das primeiras monografias escritas sobre a Lisboa do século XVI, inscrita enquanto género literário no panegírico das cidades de matriz classicizante. Góis introduz a obra afirmando que as duas cidades que, no seu tempo, podiam ser chamadas senhoras do oceano eram Lisboa e Sevilha, a primeira porque dominava o mar que rodeava África e a Ásia, e a segunda porque controlava a navegação para o Novo Mundo. A descrição propriamente dita da cidade começa com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, o que é, obviamente, uma opção bastante expressiva do ponto de vista retórico.²⁷⁹ De seguida, baseando-se nos autores clássicos, Góis explana as lendas associadas a Lisboa, nomeadamente a sua mítica fundação por Ulisses, e prossegue com a descrição da cidade e dos seus territórios adjacentes, conferindo especial atenção aos seus mais importantes monumentos e infraestruturas.

No final da obra, Damião de Góis explica que uma vez que numa obra sua anterior, sobre “as magnificências da Hispânia”, já havia escrito profusamente sobre as “coisas exóticas” (“*exoticis*”, na versão original, em latim²⁸⁰) que chegavam à cidade anualmente vindas da Índia, Pérsia, Arábia, Etiópia, Brasil e África, optou por não se debruçar sobre esta temática no seu panegírico à capital portuguesa.²⁸¹ A obra a que o humanista se referia era, evidentemente, a *Hispania*, que havia sido publicada doze anos antes. No entanto, no capítulo da *Hispania* dedicado a este tema específico, o adjetivo “exótico” não é utilizado uma única vez. Ao invés, ao autor enumerou os diversos produtos, objectos e animais aos quais mais tarde aludiu, quando, na descrição de

²⁷⁹ Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, 16.

²⁸⁰ Damião de Góis, *Vrbis Olisiponis Descriptio* [...], 48.

²⁸¹ Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, 61-62.

Lisboa, referiu as “coisas exóticas”, mas desta vez, apenas mencionou as suas proveniências, sem as qualificar como exóticas.

Assim, encontram-se, nesta parte da obra, listados os produtos que chegavam a Sevilha vindos do Novo Mundo e das Canárias, bem como aqueles que eram importados para Lisboa da Nigéria, Mauritânia, Índia, Brasil, Extremo Oriente, e ilhas atlânticas. Segundo o humanista, do Novo Mundo chegavam artigos como prata, pérolas, esmeraldas, tâmaras, recipientes de ouro e prata lavrados, turquesas e pau-guaiaco; das Canárias, açúcar, couros de vaca e cabra, papagaios, macacos e vestes feitas de penas de aves.²⁸² Quanto às mercadorias importadas das possessões portuguesas, estas incluíam algodão e ébano, presas de elefante e peças de marfim, grão-do-paraíso e pimenta longa, couros, têxteis à base de folhas de palmeira e algodão, arroz, tâmaras, gatos de algália, vários tipos de especiarias, pérolas e pedras preciosas, vasos de ouro e prata trabalhados, lacas, sedas, beijoim, almíscar e âmbar-cinzento; e açúcar, pastel e trigo da Madeira e São Tomé e Príncipe.²⁸³

Para além disso, Góis refere ainda as peças de porcelana e os elevados preços que atingiam na Europa, e dedica um parágrafo inteiro aos “cinco ou seis elefantes” trazidos da Índia durante o reinado de D. Manuel. Por fim, menciona brevemente dois episódios que presenciou quando era um jovem servidor na corte: o cortejo em que D. Manuel se fez acompanhar de um rinoceronte e três elefantes, e o combate organizado pelo monarca entre o mesmo rinoceronte e um elefante, de que o primeiro saiu vitorioso.²⁸⁴ Ambos estes episódios foram, mais tarde, descritos ao pormenor na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, mas esta terá sido porventura a primeira referência aos mesmos por Damião de Góis numa obra. Por fim, o autor ainda refere os papagaios, símios “e outras maravilhas” oriundos do Brasil e de África.²⁸⁵

Nestas listas, como se pode perceber, produtos tão comuns e tão largamente consumidos na Europa como couros e trigo são mencionados a par do ouro e da prata, que, sendo materiais preciosos, não constituíam qualquer novidade. E pedras preciosas,

²⁸² Góis, *Hispania*, 147.

²⁸³ Góis, *Hispania*, 149-151.

²⁸⁴ Estes episódios, bem como a generalidade das questões directamente relacionadas com os animais, encontram-se desenvolvidos no segundo capítulo.

²⁸⁵ Góis, *Hispania*, 151.

produtos alimentares e animais extra-europeus são igualmente enumerados sem qualquer tipo de distinção ou diferenciação que indique que à categoria de exótico correspondiam tipos de produtos específicos. Parece, assim, que o termo não possuía qualquer tipo de conotação ideológica que remetesse para algo mais complexo do que a questão da proveniência.

Todavia, o significado da palavra torna-se ainda mais ambíguo quando atentamos no capítulo que diz respeito à defesa da Espanha contra Münster. Uma passagem da edição de Münster da *Geographia Vniversalis*, citada por Góis, afirmava que a Espanha importava trigo de França, ideia à qual o humanista português se opõe, sustentando que regiões da costa espanhola importavam, de facto, trigo do leste da Alemanha (mas raramente de França), mas que nenhum “trigo exótico” (“*exoticum frumentum*”, no original em latim) chegava ao interior da Espanha.²⁸⁶ Neste excerto, Damião de Góis referia-se a países europeus, nomeadamente França e Alemanha, pelo que se depreende que o adjectivo “exótico” não traduzia sequer a ideia de uma proveniência extra-europeia, servindo meramente para qualificar algo que viesse de fora, donde pode considerar-se, neste caso, um sinónimo do actual “exógeno”. Por conseguinte, depreende-se que no século XVI, poderia ser utilizado para referir qualquer realidade que se encontrasse geograficamente descontextualizada do seu local de origem, independentemente de este local ser ou não europeu. Para além disso, é ainda importante referir que a palavra parece existir apenas enquanto adjectivo, e não como substantivo, não exprimindo, assim, a noção abstracta do actual conceito de exótico.

Esta ideia encontra-se, aliás, em conformidade com a explicação proposta por Christa Knellwolf, segundo a qual foi só no século XVIII que o “exótico” adquiriu a dimensão ideológica que normalmente lhe reconhecemos, e que sugere uma forma fantasiosa e irrealista de percepcionar e interpretar o “outro”, invocando fronteiras humanas e culturais implícitas, mais do que fronteiras geográficas. Encontra-se, por isso, muitas vezes associada aos colonialismos, por estabelecer e evocar, por si só, uma subentendida relação de superioridade do colonizador face ao colonizado, visto sempre com contornos de barbárie e irracionalidade. Knellwolf defende que no século XVI, quando o termo “exótico” foi introduzido nos vocabulários europeus, designava

²⁸⁶ Góis, *Hispania*, 135-137.

simplesmente a qualidade de algo “vindo de fora”, tal como é, aliás, indicado etimologicamente pelo prefixo ‘exo-’ (exterior), pelo que a mudança semântica verificada dois séculos depois terá sido um reflexo da adaptação intelectual exigida por políticas imperialistas mais agressivas.²⁸⁷

Contudo, no início do século XVII, o naturalista flamengo Charles de l’Écluse, mais conhecido pelo seu nome latinizado de Carolus Clusius, viria a publicar o *Exoticorum libri decem* (1605), o primeiro tratado europeu de história natural dedicado exclusivamente à natureza *exótica*, e pela sua selecção e apresentação de conteúdos, a sua categoria de “exótico” afigura-se conceptualmente mais definida. Desde logo, ressalta o facto de a maioria das espécies de flora e fauna que apresenta ser originária da Ásia ou do Novo Mundo, o que parece sugerir que o carácter extra-europeu e, por outro lado, a novidade eram fundamentais para esta classificação. Outros autores do século XVII, como o italiano Pietro Francesco Scarabelli, no seu catálogo da colecção de Manfredo Settala (1666), associam à categoria de “exótico” não tanto a novidade e a proveniência longínqua, mas antes um carácter extravagante e incomum, e a capacidade de suscitar maravilhamento, o que também se poderia encontrar em espécies naturais domésticas e familiares.²⁸⁸

Quanto à posterior definição proposta por Bluteau (“Estranho. Vindo de fora da terra”), no seu *Vocabulário Português e Latino*, publicado em Coimbra entre 1712 e 1728, esta já parece acrescentar mais uma camada de significação à palavra “exótico” comparativamente ao que vimos em Damião de Góis, encontrando-se mais próximo das acepções de Clusius ou Scarabelli. Se “vindo de fora da terra” se encontra em perfeita consonância com o significado que inferimos pelas referências de Góis, o “estranho” parece denotar uma certa complexificação do vocábulo, remetendo para uma ideia de desconhecimento, de novidade e de algo que é alheio ao normal e familiar.²⁸⁹ Este processo de complexificação é ainda mais evidente na edição reformada e acrescentada da obra de Bluteau pelo lexicólogo brasileiro António de Moraes Silva, de 1789. Aqui, a definição de “exótico” passa a “Estranho; extravagante; não vulgar”, sendo que na

²⁸⁷ Christa Knellwof, “The Exotic Frontier of the Imperial Imagination”, in *Eighteenth-Century Life* 26, n. 3 (Fall 2002), 10.

²⁸⁸ Lawrence, *Monstrous Assembly*, 133-136.

²⁸⁹ Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico...* (Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728), vol. IX (1727), 416; vol. III, 333-334.

definição de “estranho” passam também a figurar, como sinónimos, “coisa extraordinária, nova, desusada, desacostumada” e “maravilhoso”. Quanto a “extravagante”, esta palavra remeteria para uma noção de algo que se encontra fora da norma.²⁹⁰

Ao escrever sobre o maravilhoso no ocidente medieval, Jacques Le Goff afirmou que, em história, devemos sempre confrontar o vocabulário que usamos e o vocabulário das sociedades estudadas. Assim, para o objecto específico do seu trabalho, por um lado, seria necessário saber o que, hoje, consideramos ser o “maravilhoso”, e por outro, compreender a forma como os homens medievais percepcionavam e exprimiam a ideia que hoje corresponde ao “maravilhoso”.²⁹¹ Partindo deste princípio, e tendo em consideração que no século XVI a fauna extra-europeia parecia ser vista como, de alguma forma, extraordinária, e fora do que era considerado normal e familiar, de que maneira era esta ideia expressa nas fontes coevas? Esta questão carece de análise aprofundada, pelo que procuraremos dar-lhe resposta ao longo da tese. No entanto, para já, pode apontar-se o *espanto* como sendo, em norma, a principal reacção que estes animais suscitariam.

Damião de Góis aludiu por mais do que uma vez a esta emoção ao escrever sobre episódios ou questões relativas a elefantes ou rinocerontes, percebendo-se, como veremos nos capítulos seguintes, que este espanto advinha, por um lado, da ferocidade e características físicas dos animais, e por outro, das características, emoções e sentimentos tipicamente humanos que se lhes reconheciam, naquilo que poderá ser considerado um processo de antropomorfização. Da mesma forma, Garcia de Resende, na sua *Miscellanea* (c. 1534, mas publicada posteriormente), escrevia sobre os “elefantes pasmosos, / cobras de grande grandura, / lagartos mui espantosos, / (...) gatos de muitas maneiras / e papagaios de sortes” que se podiam encontrar na África atlântica, para, algumas estrofes depois, se referir aos “elefantes ensinados / de muito grande entender” da Ásia, que chegariam mesmo a falar como pessoas.²⁹² No final do século, Philippe de Caverel colocava o rinoceronte vulgarmente chamado como a

²⁹⁰ António de Moraes Silva, *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789), vol. I, 798, 781 e 805.

²⁹¹ Jacques le Goff, “O maravilhoso no Ocidente medieval”, in *O imaginário medieval* (Lisboa: Estampa, 1994), 45-46.

²⁹² Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, 158 e 161.

“maravilha de Lisboa” entre as “personagens notáveis” da cidade portuguesa.²⁹³ Estes são apenas alguns exemplos, através dos quais se conseguem descortinar as atitudes e reacções da sociedade do século XVI face aos animais extra-europeus.

Tornando ao conceito de “exótico”, importa, por fim, notar que mais do que uma definição concreta, o que a variedade de significados que apresentámos sugere é que não existia, mesmo até ao século XVIII, uma categoria taxativa e bem delimitada de “exótico”. Pelo contrário, este era – como permanece ainda hoje, aliás – um atributo altamente elusivo e subjectivo, que dependia de uma construção por parte de quem o observava, apresentava e representava. Reconhecer algo como “exótico” ou como “maravilhoso” era sempre uma questão de percepção, muito mais do que características distintivas efectivas, inerentes a tudo o que provinha de um dado contexto geográfico.²⁹⁴ No que respeita à cultura material, os objectos de luxo consumidos na Europa do período moderno não pareciam encontrar-se associados a alguma percepção de exotismo, não existindo uma qualidade inerente, advinda dos seus lugares longínquos de origem, que conduzissem a que fossem valorizados de forma diferenciada por comparação a outros objectos. No entanto, o mesmo não podemos afirmar em relação aos animais. Pela forma como eram descritas e instrumentalizadas, certas espécies de fauna extra-europeia eram claramente valorizadas por qualidades e significados intrínsecos que simbolizavam ou que lhes eram associados. Procuraremos, ao longo da tese, descortinar esta questão. Mas para já, parece-nos evidente que dada a subjectividade do termo, não é errado utilizá-lo em discursos historiográficos, em particular para designar espécies de flora e fauna extra-europeia.²⁹⁵

²⁹³ Caverel, *Ambassade en Espagne et en Portugal*, 301.

²⁹⁴ Alexandra Curvelo, “O exótico nunca está em casa?”, in *O Exótico nunca está em casa?*, 15-16.

²⁹⁵ Refira-se que esta mesma opinião é veiculada no guia de boas práticas discursivas, publicado recentemente pelo Tropenmuseum de Amsterdão. Este inclui uma lista de palavras problemáticas e de termos alternativos que podem ser utilizados nos discursos dos museus, partindo da premissa de que a linguagem utilizada pode condicionar ou afectar o sentimento de pertença de certos grupos à sociedade em que vivem, fazendo-os sentirem-se mais ou menos marginalizados ou integrados. Relativamente ao termo “exótico”, sustenta que ao longo do tempo passou a estar por vezes relacionado com noções sobre o “outro” racializado e sexualizado, pelo que a sua utilização é aceitável para referir espécies de plantas e animais, mas não para descrever pessoas e povos. Veja-se *Words Matter. An Unfinished Guide to Word Choices in the Cultural Sector* (Amsterdão: Tropenmuseum, 2018), 107.

1. Lisboa no Renascimento

E separando Europa delas [das mais partes do Mundo], os que assim a consideram a fazem semelhante a um dragão, segundo a situação das suas partes, do qual Espanha é a cabeça; e nela está Lisboa no lugar dos olhos, mostrando que ela deve ser guia e luz das mais partes da Europa, pois não só na colocação tem o lugar dos olhos, mas também no efeito se lhe deve a mesma semelhança; porque, assim como os olhos são como portas ou janelas da alma, por onde tem notícia das cousas sensíveis, esta nobilíssima cidade está na foz do Tejo, e metendo ele as suas águas no mar oceano é a sua foz como porta a toda a Espanha e a toda a Europa, por onde recebem as nações dela notícia de muitas cousas que neste grandíssimo mar até nossos tempos estiveram escondidas: e assim por ela entrou a notícia e conhecimento de muitos portos, ilhas, promontórios, reinos, províncias e nações, de que se não sabia.

Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa*, 33-34.

Em 1415, a conquista de Ceuta por uma armada saída do Tejo deu início ao processo expansionista que caracterizou todo o período moderno em Portugal. Nos anos seguintes, várias expedições de reconhecimento do Atlântico conduziram à descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira, dos Açores, do arquipélago de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, e a costa ocidental africana foi sistematicamente explorada.²⁹⁶ A partir da década de 1420, as ilhas atlânticas foram colonizadas, e fortes e feitorias foram estabelecidos em Marrocos, na Senegâmbia e no golfo da Guiné, tendo as navegações prosseguido sistematicamente para sul. Em 1487, foi dobrado o Cabo da Boa Esperança, contrariando a concepção ptolemaica de um oceano Índico fechado, já anteriormente questionada por geógrafos árabes.²⁹⁷ A subsequente chegada de Vasco da Gama à Índia, em 1498, inaugurou a Carreira da Índia, uma rota comercial directa que anualmente ligava Lisboa à Índia, e que constituiu um monopólio português até ao final do século XVI. Nas primeiras décadas de Quinhentos, navios portugueses exploraram a costa oriental africana, o Mar Vermelho e o golfo Pérsico. Em 1500, uma frota comandada por Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil. Em menos de um século, o

²⁹⁶ Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, “Introdução”, in *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, dir. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Lisboa: Edições 70, cop. 2007), 1.

²⁹⁷ Fernand Braudel, *Civilização Material e Capitalismo*, t. I (Lisboa: Edições Cosmos, 1970), 336. A propósito desta questão, vide Wilcomb E. Washburn, “A proposed explanation of the closed Indian ocean on some Ptolemaic maps of the twelfth-fifteenth centuries”, *Revista da Universidade de Coimbra* XXXIII (1985), 431-441; *Cartography in the European Renaissance*, ed. David Woodward, vol. 3 de *The History of Cartography* (Chicago: University of Chicago Press, 2008).

domínio de um conjunto de posições comerciais alargou o âmbito dos empreendimentos económicos da Coroa portuguesa.²⁹⁸

Com a inauguração da Carreira da Índia, o império português passou a basear-se definitivamente no comércio de produtos de luxo, como especiarias e plantas medicinais, têxteis, jóias e mobiliário. Estas mercadorias, pagas em prata, eram transportadas para Lisboa e distribuídas pelo resto da Europa através da feitoria portuguesa instalada em Antuérpia desde 1499. Tal permitiu aos portugueses dominar a circulação de mercadorias asiáticas, anteriormente controlada pelas cidades italianas através das rotas comerciais terrestres – a chamada Rota da Seda – que ligavam a Ásia central e oriental ao Mediterrâneo, uma vez que a ligação directa por via marítima conduziu ao aumento do fluxo de produtos, reduzindo significativamente os preços praticados. Por outro lado, os portugueses estabeleceram ainda uma série de entrepostos comerciais, baluartes e fortalezas em pontos estratégicos no Índico, procurando dominar o comércio e a navegação neste oceano através da cobrança de taxas alfandegárias. Para além disso, imiscuíram-se no comércio intra-asiático, circulando, a partir de Goa, para Macau e Nagasaki.

A expansão oceânica conduziu ao conhecimento da quase totalidade do mundo, e permitiu um enorme desenvolvimento do saber e da técnica, nomeadamente no que diz respeito à astronomia, geografia, cartografia e construção naval, sem esquecer o conhecimento sobre a fauna e a flora, esta última imprescindível para os avanços no campo da medicina e da farmacopeia. Por outro lado, este processo também conduziu a que o mar deixasse de ser uma barreira, para passar a funcionar como um elemento de ligação entre os homens, facilitando o estabelecimento de relações económicas e comerciais, mas também sociais, políticas, culturais e religiosas entre eles.²⁹⁹ As pretensões comerciais foram seguramente uma das principais motivações do processo expansionista, que envolviam uma vontade de aceder aos produtos e fontes de produção de matérias-primas extra-europeias, assim como de controlar o seu fluxo. Mas

²⁹⁸ Jorge Pedreira, “As consequências económicas do império: Portugal (1415-1822)”, *Análise Social* XXXII (146-147) (1998), 435.

²⁹⁹ A este propósito, vejam-se, por exemplo, os interessantes contributos da historiografia anglo-saxónica sobre a História do Atlântico: *The British Atlantic World, 1500-1800*, ed. David Armitage e Michael J. Braddick (Nova York: Palgrave Macmillan, 2009); *Atlantic History. A Critical Appraisal*, ed. Jack P. Greene e Philip D. Morgan (Oxford: Oxford University Press, 2009).

é importante referir que, como sustenta Jack Goldstone, “na história mundial, o comércio e a conquista andam a par”.³⁰⁰ Assim, o processo histórico da Expansão conduziu igualmente a que parte destas relações que se estabeleceram entre os homens fosse marcada por uma lógica evidente de desigualdade e de dominação. Para que a Coroa portuguesa conseguisse controlar o comércio, era necessário que existisse nos locais de interesse “uma presença física continuada e numericamente significativa, só possível através da colonização”.³⁰¹

Tal como afirmou Renata Araújo no seu estudo de referência sobre a Lisboa do Renascimento, a capital do reino era absolutamente indissociável da Expansão, tendo desempenhado um papel decisivo neste processo;³⁰² e tal como veremos de seguida, este era já na época considerado o elemento mais marcante e distintivo de Portugal. Na verdade, a característica estrutural das descrições produzidas sobre Lisboa e Portugal nos séculos XV e XVI é a importância conferida a este empreendimento, seja pela constante alusão à vocação marítima da cidade e aos territórios extra-europeus do rei de Portugal, seja pelas referências à escravatura e à presença e comércio de produtos extra-europeus, como o açúcar, as especiarias e as pedras preciosas, sublinhados tanto por autores estrangeiros como por autores portugueses. A Expansão teve um impacto expressivo e multifacetado em Lisboa, designadamente a um nível político, cultural, religioso e social. Por outro lado, este processo teve também consequências económicas e materiais indeléveis na cidade, não só no que diz respeito ao seu comércio e população, mas também no domínio do urbanismo e infraestruturas.

³⁰⁰ Jack Goldstone, *História Global da Ascensão do Ocidente. 1500-1850* (Lisboa: Edições 70, 2010), 86.

³⁰¹ A. J. R. Russell-Wood, “Padrões de colonização no Império Português, 1400-1800”, in *A expansão marítima portuguesa*, 173. É importante referir, no entanto, que a Coroa não teve uma política de colonização coerente ou sustentada, tendo o povoamento e a colonização ocorrido segundo diferentes modelos e a diferentes ritmos. Para uma panorâmica geral deste processo, vide Russell-Wood, “Padrões de colonização”, 171-206.

³⁰² Araújo, *Lisboa: A cidade e o espectáculo*, 10.

1.1. Ocupação, urbanismo e infraestruturas

Devido às suas boas condições de navegabilidade, o estuário do Tejo atraiu desde sempre a presença humana, favorecendo actividades portuárias. Na década de 90 do século passado, as obras de remodelação no sítio actualmente designado por Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), um espaço da Fundação Millennium bcp próximo do Arco Triunfal da Rua Augusta, puseram a descoberto estruturas arqueológicas de civilizações que habitaram Lisboa ao longo do tempo. Já no século VII a.C., mercadores fenícios e cartagineses visitavam a cidade, buscando metais preciosos, o que terá conduzido à construção das primeiras estruturas habitacionais na margem do esteiro do rio Tejo, entre os séculos VII e V a.C.³⁰³

Em 138 a.C., é fortificada Olisipo por Décimo Júnio Bruto no contexto da sua campanha para pacificar a Lusitânia, e a cidade acaba por se tornar num importante centro urbano do império romano, ligado à indústria de conserva e preparados de peixe.³⁰⁴ Atestando o desenvolvimento desta actividade, um importante complexo industrial de salga e conserva de preparados piscícolas instalou-se no esteiro do Tejo, na área do NARC, em meados do século I d.C., tendo permanecido em actividade até meados do século V; em cerca do século III, foi construída uma habitação dotada de termas anexa à área industrial.³⁰⁵ Para além deste, outros exemplos poderiam ser enunciados, uma vez que a indústria de transformação de preparados de peixe se encontra materializada no registo arqueológico em ambas as margens do Tejo, onde foram instalados diversos complexos ligados a esta actividade.³⁰⁶

Em 411, os povos bárbaros ocuparam a Península Ibérica, e a Lusitânia foi dominada, primeiro por Alanos, e depois por Visigodos e Suevos. Com o fim do império romano, verificou-se uma fase de regressão urbana na zona baixa da cidade. Em 711, os árabes invadiram a Península Ibérica, dominando Lisboa em 714, e dando início a uma nova fase de prosperidade na cidade, que funcionava então como uma “plataforma natural de encontro e redistribuição de uma série de vias terrestres já utilizadas pelos

³⁰³ Bugalhão, *Núcleo Arqueológico*.

³⁰⁴ *História de Lisboa: tempos fortes. Jornal da Exposição*, dir. José Manuel Garcia (Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2013), 1, “Lisboa Romana – *Felicitas Iulia Olisipo*”.

³⁰⁵ Jacinta Bugalhão, “Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros”, in *Uma Casa Pré-Pombalina*, 9.

³⁰⁶ Bettencourt, et al., “Entrar e sair de Lisboa na Época Moderna”, 137. Sobre este tema, vide também Carlos Fabião, “Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 17 (2009): 555-594.

Romanos”.³⁰⁷ Durante a ocupação árabe, a cidade encontrava-se dividida em três grandes partes: uma, erigida no século XI, correspondia à zona do castelo; outra, a alcáçova, ocupava a zona circundante, onde se fixavam as elites muçulmanas; e uma terceira, a mais extensa, e onde habitava a maioria da população, localizada no espaço abrangido pela “cerca velha”, e nos arrabaldes a ocidente e a oriente da muralha.³⁰⁸ O espaço do NARC encontrava-se integrado no arrabalde a ocidente, tendo sido identificadas para este período estruturas habitacionais e artesanais, que atestam uma actividade oleira.³⁰⁹ A actividade piscícola, contudo, parece ter permanecido a mais importante, à semelhança do que se verificava no período romano.³¹⁰

No contexto da Reconquista, em 1147, o território de Lisboa foi conquistado aos Muçulmanos, ao que se seguiu um novo período de re-urbanização. A conquista da cidade ficou simbólica e fisicamente marcada pela construção da Sé sobre a antiga mesquita; em 1173, chegaram à cidade as relíquias de S. Vicente, que se tornou seu patrono, e em 1179, Lisboa recebeu o seu primeiro foral. Em meados do século XIII, com D. Afonso III, a corte passou a residir em Lisboa, podendo este marco considerar-se um prenúncio da sua ulterior capitalidade.³¹¹

No início do século XIV, no seguimento de medidas tomadas por D. Dinis, Portugal passou a integrar a rota marítima comercial que ligava os portos italianos e franceses do Mediterrâneo aos hanseáticos do Atlântico Norte, conduzindo ao início da deslocação do centro urbano da cidade – então ainda situado na colina do Castelo devido à herança árabe – para a Ribeira do Tejo. Foram, nesta cronologia, construídas as Tercenas Reais e Estaleiros, antecessores da Ribeira das Naus.³¹² Para além disso, a Rua Nova foi reformulada e aumentada, vindo a funcionar como uma das mais importantes artérias comerciais da cidade até ao terramoto de 1755, e foi construída a muralha da ribeira, com vista a proteger esta área urbana em expansão. A dinâmica comercial da cidade encontrava-se cada vez mais dependente do Tejo, e os órgãos administrativos ligados ao movimento marítimo foram-se fixando na zona junto da

³⁰⁷ Bugalhão, *Núcleo Arqueológico*.

³⁰⁸ *História de Lisboa*, 2, “Al Usbuna: Lisboa islâmica”.

³⁰⁹ Bugalhão, “Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros”, 9.

³¹⁰ Bugalhão, *Núcleo Arqueológico*.

³¹¹ *História de Lisboa*, 3, “Lisboa Afonsina entre a conquista aos mouros e a outorga do primeiro foral”; Bugalhão, “Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros”, 9-10.

³¹² Irisalva Moita, “A imagem e a vida da cidade”, in *Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade*, 9.

margem do rio. A zona do vale da ribeira passou a ser designada por “Baixa”, e a cidade começou a expandir-se para ocidente, com a criação do bairro chamado da “Pedreira”, na encosta do Espírito Santo (onde se encontram hoje a Rua do Carmo e a Rua Nova do Almada).³¹³

No final do século XIV, nomeadamente entre 1373 e 1375, foi construída a quase totalidade da cerca fernandina, para proteger esta zona em crescimento. A construção desta muralha e das Portas de Santa Catarina, na zona ocidental da cidade, conduziu ao desenvolvimento urbano da área entre a Pedreira e estas portas, que se materializou na criação do bairro de Vila Nova de Santa Catarina.³¹⁴

No contexto da crise dinástica de 1383-85, Lisboa teve uma posição decisiva para a afirmação da soberania portuguesa, então ameaçada por Castela. Em 1383, o Mestre de Avis foi escolhido pelo povo de Lisboa para “regedor e defensor do reino”, e dirigiu a resistência ao cerco de Lisboa pelos castelhanos. Com a dinastia de Avis e o dealbar da Expansão e das navegações, dinamizou-se a zona da Ribeira, exterior à muralha, onde a partir de 1434 foram construídos os espaços que albergavam as instituições reguladoras do comércio ultramarino: a Casa de Ceuta (antecessora da Casa da Guiné, que, a partir de 1482, veio a ser chamada Casa da Mina, e por fim, a partir de 1502, Casa da Índia), e em 1486, a Casa dos Escravos.

Com efeito, a partir do reinado de D. João II e principalmente no reinado de D. Manuel, a prossecução do processo expansionista e a exponencial dinamização de Lisboa, marcadas por um crescente afluxo de pessoas e mercadorias, conduziram à necessidade de dotar a cidade de infraestruturas que a tornassem adequada ao seu papel enquanto centro de uma rede crescente de rotas comerciais. O porto foi modernizado e aumentado, os estaleiros ampliados, e foi criada uma série de organismos para regulação e fiscalização do comércio, impulsionando definitivamente a fixação do centro na zona Ribeirinha.³¹⁵

No reinado de D. Manuel deu-se uma transformação profunda da cidade, tanto no que respeita à sua organização, como também no seu traçado urbano e na arquitectura, e que teve o seu epicentro na zona da Ribeira, marcando a imagem da

³¹³ Helder Carita, “Lisboa: da cidade medieval à cidade manuelina”, in: *Lisboa 1415 Ceuta*, 31.

³¹⁴ Carita, “Lisboa: da cidade medieval à cidade manuelina”, 31.

³¹⁵ Moita, “A imagem e a vida da cidade”, 10.

cidade até ao terramoto de 1755. Esta transformação foi fruto de um programa sistemático de reordenamento urbano de preocupações funcionais que visava a modernização da cidade, levado a cabo entre 1498 e 1502, no contexto do qual foi assinado um conjunto de alvarás, cartas régias, regimentos e posturas. Este programa inscreveu-se, na verdade, num plano mais alargado de reformas com vista à centralização do poder real e à racionalização da administração régia,³¹⁶ de forma a torná-las adequadas à gestão de um território imperial, de “dimensões e níveis de complexidade impensáveis no contexto do universo medieval português”.³¹⁷ No que diz respeito à reestruturação urbana de Lisboa, estudada a fundo por Helder Carita, teve um papel particularmente importante o secretário régio António Carneiro, que assumiu a maioria das iniciativas urbanas para a cidade. Segundo Helder Carita, pode afirmar-se que neste período, e sob a acção deste alto funcionário, surge pela primeira vez “uma gestão coerente e racionalizada das obras reais”, cuja organização e estrutura veio mais tarde, no reinado de D. João III, a designar-se por Provedoria de Obras Reais.³¹⁸

A generalidade das cartas régias relativas ao programa de reordenamento urbano do centro da cidade incide sobre obras da responsabilidade do Senado da Câmara (arruamentos, cais portuários, portas, chafarizes). Estes documentos revelam um carácter mandatário, por um lado, impedindo construções em determinadas zonas, e por outro, procurando uma uniformização das novas construções, ao definir rigorosamente os preceitos construtivos a seguir. Desconhece-se, contudo, a documentação referente às obras de iniciativa régia, que eram da responsabilidade da Fazenda Real, e que correspondiam aos edifícios que se podem definir como infraestruturas das instituições da Coroa (como o Paço Real e a Casa e o Armazém da Índia),³¹⁹ pelo que, como veremos, existem poucos dados acerca da primeira fase de construção do novo Paço.

³¹⁶ Relativamente às diversas reformas empreendidas por D. Manuel, veja-se João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I, 1469-1521. Um príncipe do Renascimento* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 194-203; João Alves Dias, Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, “A Conjuntura”, in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. João Alves Dias (Lisboa: Editorial Presença, 1998), 712-716.

³¹⁷ Carita, “Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço”, 14.

³¹⁸ Helder Carita, “Lisboa Manuelina e a formação da Provedoria de Obras Reais”, *Rossio. Estudos de Lisboa* 5 (2015): 17.

³¹⁹ Carita, “Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço”, 17.

A construção do Paço da Ribeira e a transferência da corte para este espaço, em detrimento da alcáçova, terá sido o momento mais decisivo do programa de reordenamento de Lisboa, denotando a vocação mercantil do império português, mas também uma nova centralidade política e simbólica da própria monarquia. Com efeito, o Paço da Ribeira acaba por se tornar na mais importante residência régia portuguesa até à sua destruição pelo terramoto de 1755, dominando o edifício perpendicular ao Tejo a generalidade das panorâmicas quinhentistas da cidade (**Figuras 1.1, 1.2 e 1.3**).³²⁰



Figura 1.1 – António de Holanda (?), Vista de Lisboa (Pormenor). C. 1520-30, in *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. Iluminura em pergaminho. Museu Condes de Castro Guimarães, Cascais.



Figura 1.2 – António de Holanda, Vista de Lisboa (Pormenor). 1530-1534, in *Genealogia dos Reis de Portugal*, Simão de Bening. British Library, Londres.

³²⁰ Senos, *O Paço da Ribeira*, 17-18.



Figura 1.3 – Vista de Lisboa (Detalhe), in Georg Braun e Franz Hogenberg, *Civitates orbis terrarum*, vol. 1. Colónia, 1572.

Pode fazer recuar-se a génese da política urbanística de D. Manuel a 1485, quando o monarca, na altura ainda duque de Beja, encomendou um programa urbanístico para a sua vila do Funchal, caracterizado pela criação de uma praça junto ao porto e à alfândega, onde se pretendia que o poder civil, designadamente a casa do concelho e o paço dos tabeliães, ficasse centrado. No projecto, também a igreja deveria ficar implantada neste espaço. Esta ideia de um centro de carácter marítimo, que acumula funções comerciais, religiosas, políticas e administrativas foi posta em prática também em Lisboa pelo monarca poucos anos mais tarde.³²¹ A intervenção de D. Manuel em Lisboa começou a ser preparada, segundo Helder Carita, em 1497. Neste ano, o rei assinou com Fernão Lourenço, o feitor da Casa da Índia, um contrato de cedência do Paço de Santos, onde passou a residir uma parte do tempo, de forma a estar mais próximo da margem do Tejo, até à construção do Paço da Ribeira.³²²

Uma vez que nos terrenos do novo palácio que se pretendia construir se localizavam as Tercenas de D. Dinis, foi necessário transferir a zona de construção naval para um outro sítio: as tercenhas de Cata-que-Farás, isto é, os estaleiros da Ribeira das Naus, que pelo menos em 1501 já se encontrariam construídos.³²³ A construção naval

³²¹ Senos, *O Paço da Ribeira*, 52.

³²² Relembre-se, no entanto, que em Junho de 1502, o Paço da Alcáçova é a residência onde nasce o futuro D. João III – último rei português que aí nasceu –, porventura um sinal ainda sintomático do peso simbólico do paço medieval.

³²³ Carita, “Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço”, 17-18.

era, aliás, uma actividade essencial para a empresa da Expansão, tornando-se a Ribeira das Naus, onde era feita a construção e manutenção das embarcações da Carreira da Índia e posteriormente da Carreira do Brasil, num pólo decisivo da actividade náutica.³²⁴ Em 1515, uma provisão manuelina definia a longa faixa de Cata-que-Farás até Santos como reservada à construção naval, proibindo que essa área fosse utilizada para qualquer outra actividade; em 1546, em virtude de uma cada vez maior centralização do poder, um alvará acabaria por tornar o estaleiro exclusivo da Coroa, impedindo que nesse espaço se realizassem trabalhos por iniciativa de particulares.³²⁵

As cartas régias estudadas por Carita demonstram que a primeira fase do programa de reordenamento de Lisboa (1498-1499) passou pela criação de um amplo centro político-comercial, o futuro Terreiro do Paço, em função do qual todas as novas infraestruturas e elementos urbanísticos foram pensados. Previa igualmente a criação de vias de comunicação entre este pólo e as restantes zonas importantes da cidade, bem como reparações nas principais portas e chafarizes da cidade (nomeadamente aqueles situados nas imediações da zona ribeirinha, essenciais para as aguadas das naus). Do assumido novo centro da cidade, a Ribeira, passaram a irradiar cinco eixos, ligando-a à Alcáçova, ao Alto de São Francisco, à zona a ocidente de Cata-que-Farás (o actual Cais do Sodré), à área a oriente de S. João da Praça e Alfama, e a norte, à Rua Nova dos Mercadores, pela Rua Nova d'El-Rei, a caminho do Rossio. O Rossio, outro núcleo central da cidade dinamizado graças à abertura da Rua Nova d'El-Rei, acabou por ser também sujeito a obras de reordenamento urbano, nomeadamente com a conclusão do Hospital Real de Todos-os-Santos, mandado construir por D. João II.³²⁶

Por outro lado, também ainda deste período são as primeiras cartas de doações régias para a construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém, vulgo dos Jerónimos, o que parece sugerir que esta obra já fazia parte do programa de reordenamento na sua fase inicial, embora as obras tenham sido efectivamente iniciadas mais tarde, em

³²⁴ Pereira, "Lisboa (séculos XVI-XVII)", 9. Para além das grandes naus utilizadas na navegação oceânica, também embarcações de pequeno porte destinadas à navegação fluvial eram construídas e reparadas na Ribeira das Naus (Bettencourt, et al, "Entrar e sair de Lisboa na Época Moderna", 139).

³²⁵ Leonor Freire Costa, "Carpinteiros e Calafates da Ribeira das Naus: um olhar sobre Lisboa de Quinhentos", *Penélope. Fazer e Desfazer a História* 13 (1994), 38.

³²⁶ Carita, "Lisboa Manuelina e a formação da Provedoria de Obras Reais", 18.

1502.³²⁷ Este mosteiro, juntamente com o da Madre de Deus, marcará de forma emblemática a vista de Lisboa a partir do Tejo.³²⁸

É ainda de referir sobre esta primeira fase do projecto que numa carta-regimento de 29 de Outubro de 1498 se encontram registadas instruções detalhadas para a construção do complexo arquitectónico da Ribeira, que definiam rigorosamente as medidas e morfologia que os espaços deveriam ter, zelando pela simetria e uniformidade da composição arquitectónica, o que denota, segundo Hélder Carita, uma concepção estética e urbanística marcadamente modernizantes, não obstante o facto de, como veremos de seguida, essa não ser, de uma forma geral, a opinião dos estrangeiros que passavam por Lisboa e teciam considerações sobre a sua arquitectura.³²⁹

Embora o Paço da Ribeira desempenhe um papel de destaque absoluto como elemento polarizador da zona da Ribeira, a cronologia da sua construção não se encontra precisamente definida. Para além disso, desde o início, a nova residência incluía espaços para aprovisionamento de mercadorias e armazenamento militar nas zonas térreas das arcadas, pelo que o Paço Real acaba por se confundir na documentação com as estruturas de organismos como a Casa de Ceuta e a Casa da Mina.³³⁰ Em 1499, D. Manuel terá assistido à chegada da armada de Vasco da Gama na Casa da Mina, residindo neste período entre o Paço de Santos e a Alcáçova. A primeira notícia sobre o paço, da autoria do enviado da República de Veneza, Lunardo da Cà Masser, data de 1504, dando-nos conta de uma obra ainda por concluir. Contudo, em Dezembro de 1505, a farsa *Quem tem farelos?* de Gil Vicente, foi representada no Paço, que já se encontraria, então, se não ainda apto para habitar, pelo menos funcional. Segundo Nuno Senos, o arranque da obra terá ocorrido em cerca de 1501.³³¹

Entre 1508 e 1510, terá sido construído o baluarte que unia o Paço à margem do Tejo, obra que ficou sob a responsabilidade de Diogo de Arruda.³³² No piso térreo do Paço situava-se um conjunto de espaços da Casa Real relacionados com as actividades

³²⁷ Carita, “Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço”, 21.

³²⁸ Carita, “Lisboa: da cidade medieval à cidade manuelina”, 34.

³²⁹ Carita, “Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço”, 22-24.

³³⁰ Carita, “Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço”, 28.

³³¹ Senos, *O Paço da Ribeira*, 51 e 53-54.

³³² Senos, *O Paço da Ribeira*, 53-60.

náuticas e comerciais, onde eram aprovisionadas mercadorias e equipamento militar.³³³ Esta múltipla funcionalidade era uma das mais originais e interessantes características do Paço da Ribeira, que funcionava simultaneamente como residência régia, centro administrativo e de decisões de um império em crescimento, e depósito de mercadorias, tesouros, armas e obras de arte.³³⁴

Aproximadamente entre 1505 e 1511, a corte abandonou Lisboa em virtude de um surto de peste. Em 1513, após o regresso da corte, foi iniciada uma nova campanha de obras na Ribeira, marcadas pelo acrescento de mais dois andares ao alçado do Terreiro do Paço voltado ao rio, com janelas iguais às do Hospital de Todos-os-Santos. Foi também acrescentado um novo piso ao corpo da varanda do Paço, sendo também desta campanha o torreão central que se pode identificar nas representações quinhentistas do edifício. Ao mesmo tempo, era construído o edifício da Alfândega Nova – onde também iriam funcionar a Casa dos Contos e o Paço da Madeira – que dotou o Terreiro do Paço de uma estrutura de praça em U, e que corporiza a complexificação da administração régia como consequência do processo da Expansão.³³⁵ Também neste período foram reestruturadas a Casa de Ceuta e a Casa da Índia, e foi iniciada a construção das Tercenas da Porta da Cruz. A ocidente, a seguir a Cata-Que-Farás, foi criada a Praia da Boavista, um “cais de porto para armadores particulares”, complementando as estruturas portuárias e administrativas da cidade, onde passou a ser proibida a construção de habitações.³³⁶ Em 1515 foi iniciada a construção da Torre de Belém, e começou uma nova campanha de obras do Mosteiro dos Jerónimos. No que diz respeito ao resto da cidade, começa também em 1513 uma segunda fase de expansão da Vila Nova de Andrade, “cujos aforamentos se distribuem por várias ruas, tanto a norte como a sul do actual Largo Camões”.³³⁷

Outra das consequências da dinamização da Ribeira e da construção do novo palácio foi a deslocação de residências da nobreza para a beira-rio. Seguindo o exemplo do rei, também a aristocracia começou a fixar os seus espaços habitacionais nas frentes

³³³ Carita, “Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço”, 28.

³³⁴ Senos, *O Paço da Ribeira*, 115.

³³⁵ Carita, “Lisboa Manuelina e a formação da Provedoria de Obras Reais”, 23.

³³⁶ Carita, “Lisboa Manuelina e a formação da Provedoria de Obras Reais”, 23; Carita, “Lisboa: da cidade medieval à cidade manuelina”, 36.

³³⁷ Carita, “Lisboa: da cidade medieval à cidade manuelina”, 36.

baixas de Alfama, tornando-se tendência a construção de casas nesta zona da cidade pelas elites. Como consequência, vários troços da muralha junto ao Tejo foram demolidos ou assimilados pelas novas construções.³³⁸ Entre estas novas residências aristocráticas destacava-se a Casa dos Bicos, mandada construir por Brás de Albuquerque (filho de Afonso de Albuquerque, o segundo governador do Estado da Índia) em 1523, e que constitui actualmente um dos poucos exemplos de edifícios civis lisboetas do século XVI que ainda se podem observar.³³⁹ Por seu turno, os grandes mercadores e financeiros, cujo volume de negócios aumentava progressivamente com a empresa expansionista, instalaram-se a oriente do Terreiro do Paço.³⁴⁰

Segundo Hélder Carita, enquanto com o primeiro programa de reordenamento urbanístico se pretendia, sobretudo, renovar e reestruturar o centro da cidade, transformando Lisboa na capital do reino e no lugar privilegiado do poder real, esta segunda fase, iniciada em 1513, foi marcada pela intenção de afirmar Lisboa como uma cidade imperial, associando-se as obras no Paço à reformulação dos edifícios de apoio ao comércio e administração do império.³⁴¹ A promoção de Lisboa enquanto capital imperial tem sido estudada por Walter Rossa, que salienta a singularidade deste processo à escala mundial, uma vez que a cidade foi a capital do primeiro império de âmbito planetário.³⁴² Uma das manifestações desta capitalidade foi, aliás, o facto de a cidade, nomeadamente a sua estrutura urbanística com centro multifuncional na Ribeira, ter constituído o modelo segundo o qual todas as cidades portuguesas além-mar foram construídas.³⁴³

A afirmação das capitais é um fenómeno moderno que aconteceu a par da centralização do poder e da progressiva “cristalização das monarquias absolutas europeias”. Neste contexto, a arquitectura e o urbanismo deteriam um papel importante no estabelecimento e ordenamento dos espaços associados a esta nova forma de encarar o poder: o modelo de capital baseava-se “na construção de uma

³³⁸ Moita, “A imagem e a vida da cidade”, 13.

³³⁹ Coelho, “A Casa dos Bicos: estudo arqueológico”, 1085-1086.

³⁴⁰ Nuno Senos e Edite Alberto, “Os espaços de poder em Lisboa nos séculos XV e XVI”, *Lisboa 1415 Ceuta*, 73.

³⁴¹ Carita, “Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço”, 31; Carita, “Lisboa: da cidade medieval à cidade manuelina”, 33.

³⁴² Rossa, “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço”, 947.

³⁴³ Caetano, Silva e Bettencourt, “O comércio e a vida marítima de Lisboa”, 152.

paisagem urbana sob os signos da monumentalidade e da ordem”, em que seria fundamental a definição de um centro, onde se localizariam os edifícios de poder, de entre os quais se destaca naturalmente a residência do rei.³⁴⁴

Segundo Rossa, embora a questão da monumentalidade seja fulcral para a concepção moderna de capital, D. João II, D. Manuel e D. João III não procederam a uma monumentalização de Lisboa, o que também foi notado ainda no século XVI, como veremos adiante, por Francisco de Holanda. As reformas empreendidas foram, antes, no sentido de melhorar as condições sanitárias da cidade, regular a sua expansão, clarificar o seu centro e dotar a cidade de infraestruturas necessárias ao processo da expansão.³⁴⁵ Estes esforços, com D. Manuel, revestiram-se, de facto, de um carácter modernizante e programado, mas este não foi prosseguido pelos seus sucessores, que não promoveram alterações significativas no tecido urbano da cidade.³⁴⁶ O mesmo autor sustenta que apenas com Filipe II foi intentada uma monumentalização da cidade, nomeadamente com a reforma do Paço da Ribeira promovida por este monarca, na sequência do qual foi construído, no lugar do antigo baluarte manuelino (que terá sido demolido até 1567³⁴⁷), o torreão abobadado que a partir de então passou a dominar todas as representações do palácio (**Figura 1.4**) até à sua derradeira destruição em 1755.³⁴⁸



Figura 1.4 – Vista do Paço Real e do Terreiro do Paço antes do Terramoto de 1755. Atribuído ao Mestre P. M. P. Primeiro quartel do século XVIII. Museu de Lisboa.

³⁴⁴ Rossa, “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço”, 948.

³⁴⁵ Rossa, “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço”, 957.

³⁴⁶ Walter Rossa, “Lisboa: da busca de imagem de capital”, *Rossio. Estudos de Lisboa* 5 (2015): 30.

³⁴⁷ Senos, *O Paço da Ribeira*, 104-105.

³⁴⁸ Rossa, “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço”, 963.

Esta visão parece ser comprovada pelas descrições de Lisboa do século XVI, em que salvo raras excepções, ou não é conferida especial importância aos elementos urbanísticos e arquitectónicos da cidade, ou é abertamente afirmada a modicidade e insuficiência dos mesmos (especialmente dos seculares). Logo em 1514, Jan Taccoen Van Zillebeke afirmava que Lisboa era tão grande como Bruges, mas sem metade da sua beleza, referindo que a cidade era mal pavimentada, com a única excepção da Rua Nova dos Mercadores;³⁴⁹ ao escrever sobre o porto, contudo, o mesmo autor defendia ser o mais belo da Cristandade, junto do qual o rei, então D. Manuel I, havia construído “um belo e rico palácio novo”,³⁵⁰ considerações que são, aliás, bastante reveladoras da natureza da cidade, cuja importância e capitalidade se encontravam intimamente ligadas às actividades marítimas e ao comércio transcontinental.

Anos mais tarde, em 1551, a apreciação de Cristóvão Rodrigues de Oliveira em relação a elementos urbanísticos de Lisboa limitavam-se à Rua Nova d’El-Rei, laconicamente descrita como uma rua “comprida e direita” que ia dar à Rua Nova dos Mercadores, esta com duzentos passos de comprimento e vinte de largura; à igreja da Misericórdia, “grande e magnífica”, perto da qual se encontravam o Terreiro do Trigo, um edifício “grande e formoso”, e a Alfândega Nova, “nobre e muito custosa” de edificar devido à sua localização sobre o rio. No que diz respeito ao Terreiro do Paço, o autor apenas menciona a sua assinalável extensão e o facto de aí se localizarem a Casa de Ceuta, a Casa da Índia e o Paço da Ribeira, salientando também a nova Casa da Índia, então ainda em construção, que quando estivesse concluída seria, segundo o autor, um dos melhores edifícios da cidade.³⁵¹

A mesma opinião partilhava Damião de Góis, que na sua elogiosa *Urbis Olisiponis Descriptio* de 1554, particularizava os sete edifícios mais emblemáticos de Lisboa, elegendo a nova Casa da Índia, mandada construir por D. João III junto do baluarte do Paço, como a futura oitava beleza da cidade.³⁵² Relativamente às outras sete construções notáveis – a saber, a Igreja da Misericórdia, o Hospital de Todos-os-Santos,

³⁴⁹ Lisboa em 1514, 124.

³⁵⁰ Lisboa em 1514, 128.

³⁵¹ Oliveira, Lisboa em 1551, 102-103.

³⁵² Góis, Descrição da cidade de Lisboa, 54.

o Palácio dos Estaus, o Terreiro do Trigo, a Alfândega Nova, a Casa da Índia e a Armaria³⁵³ – o dado mais significativo será precisamente o facto de entre elas não figurar o Paço da Ribeira, sendo referido, por oposição, o Palácio dos Estaus, mandado edificar no Rossio pelo infante D. Pedro com o propósito de aí ficarem hospedados os embaixadores que visitavam Lisboa, mas que não raras vezes era habitado pela família real. Para além do Palácio dos Estaus, à excepção da Igreja da Misericórdia e do Hospital de Todos-os-Santos, todos os edifícios assinalados por Damião de Góis correspondiam, sugestivamente, a infraestruturas comerciais e de navegação de apoio ao Império.³⁵⁴

Bastante mais corrosivo é o conhecido texto de Francisco de Holanda de 1571, em que é repetidamente assinalada a inexistência de uma residência régia digna para a habitação do monarca, na altura D. Sebastião, que por isso se fixava nos insuficientes Paço da Ribeira, Palácio dos Estaus ou Paço de Santos.³⁵⁵ Como solução, Holanda propunha que D. Sebastião construísse uns paços adequados na Alcáçova e terminasse o Paço de Xabregas, mandado construir por D. João III.³⁵⁶ De acordo com Walter Rossa, a disparidade de opiniões patente nos textos de Damião de Góis (bastante elogioso) e de Francisco de Holanda (bastante crítico), quando cronologicamente apenas dezassete anos os separavam, deve-se às particularidades dos percursos intelectuais destes autores. Enquanto Francisco de Holanda era fundamentalmente um humanista ligado às artes visuais, que havia permanecido em Itália durante vários anos, Damião de Góis era um humanista voltado para as Letras, que havia exercido funções de diplomata em grandes cidades mercantis do norte da Europa, como Bruxelas, Roterdão ou Antuérpia. Assim, se as referências urbanas de Francisco de Holanda eram as cidades italianas, sobretudo Roma, onde os modelos classicistas marcavam já a fisionomia da cidade, as de Damião de Góis eram as fervilhantes e cosmopolitas cidades dos Países Baixos e da Flandres, às quais Lisboa, porventura, mais se assemelharia.³⁵⁷

Esta perspectiva parece, aliás, ser confirmada pelas descrições de Lisboa produzidas por italianos nas últimas décadas do século XVI, nas quais é constantemente

³⁵³ Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, 45-56.

³⁵⁴ Rossa, “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço”, 953.

³⁵⁵ Holanda, *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, fl. 14v.

³⁵⁶ Holanda, *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, fls. 15-15v.

³⁵⁷ Rossa, “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço”, 953-954.

referida a parca beleza das estruturas arquitectónicas lisboetas. Em 1571, Giovanni Battista Venturino, no relato que escreveu da viagem de Miguel Bonelli, mais conhecido por Cardeal Alexandrino, a França, Espanha e Portugal enquanto embaixador do Papa Pio V, reservava uma muito maior atenção à descrição das vestes das altas personalidades que encontrou, e aos têxteis que ornamentavam as fachadas e os interiores dos edifícios, do que às características arquitectónicas dos mesmos. Embora afirmasse que as ruas eram belas, direitas e largas, referia que a Alcáçova não tinha “forma alguma d’architectura”, por ter sido construído progressivamente, ao longo de um tempo alargado, sendo o seu interior “mais comodo que vistoso”.³⁵⁸ Genericamente, ficamos com a impressão de um rei pouco sofisticado, de uma corte marcada por uma escassez de dispositivos materiais e simbólicos,³⁵⁹ e de espaços pouco atractivos, excepção feita à Armaria e às cavaliarias reais, que parecem ser os únicos espaços que impressionaram o legado.³⁶⁰

Quase uma década mais tarde, a narração da viagem de Tron e Lippomani, os dois embaixadores enviados por Veneza por ocasião da conquista de Portugal por Filipe II, dá-nos também conta de uma cidade em que a arquitectura era desinteressante. Neste texto, é apenas mencionada a dimensão que geralmente caracterizava as residências aristocráticas, cuja sumptuosidade, porém, advinha apenas, na óptica dos autores, dos têxteis com que eram decoradas. As ruas eram consideradas largas, mas incómodas devido aos constantes desníveis, sendo mais uma vez individualizada a Rua Nova dos Mercadores como a única excepção.³⁶¹ Na mesma altura, a descrição anónima provavelmente produzida por um legado italiano enviado a Portugal e editada por A. H. de Oliveira Marques, evidenciava opiniões semelhantes. Embora mencionasse que Lisboa possuía algumas igrejas razoavelmente belas, e que várias residências de particulares eram belas e cómodas,³⁶² afirmava também que o mesmo não se podia dizer sobre nenhum dos dois palácios de Lisboa (o da Alcáçova e o da Ribeira), apesar de os reis permanecerem nesta cidade a maior parte do tempo; quanto às ruas, eram

³⁵⁸ Venturino, “Viagem do cardeal Alexandrino”, 80-82.

³⁵⁹ Venturino, “Viagem do cardeal Alexandrino”, 84-86

³⁶⁰ Venturino, “Viagem do cardeal Alexandrino”, 89-90.

³⁶¹ “Viagem a Portugal dos Cavalleiros Tron e Lippomani, 1580”, 115.

³⁶² Marques, “Uma descrição de Portugal em 1578-80”, 137.

exíguas e insalubres, e as habitações pouco vistosas.³⁶³ Mais à frente, o autor ironizava com alguma crueza a propósito da localização do Paço da Ribeira, por cima da “tenda de especiarias” do monarca, o qual assim assumia o carácter marcadamente comercial do seu império, facto encarado com profundo desdém pelo anónimo autor desta descrição.³⁶⁴

Por fim, já em 1593, Gianbattista Confalonieri considerava não existir em Lisboa qualquer palácio ou casa de beleza assinalável, individualizando, mais uma vez, a Rua Nova dos Mercadores como a única que possuía edifícios altos, densamente habitados. Mais uma vez, é referido o cuidado da aristocracia na ornamentação dos interiores das casas, que embora não tivessem a configuração usada em Roma, eram considerados cómodos e belos pelo autor italiano. Confalonieri salienta ainda que o único elemento arquitectónico significativo da cidade era “o forte ao lado do palácio vizinho à ribeira”, o que se referirá, possivelmente, à nova Casa da Índia também referida por Cristóvão Rodrigues de Oliveira e Damião de Góis.³⁶⁵

Torna-se, então, evidente que tanto os textos mais lisonjeiros como os mais críticos acerca da Lisboa de Quinhentos não parecem sugerir um espaço arquitectónico-urbano particularmente monumental ou até memorável. No que diz respeito aos primeiros, mesmo os edifícios que os autores optavam por referir eram marcados pelos seus significados simbólicos e utilitários, nomeadamente por se encontrarem ligados ao império.³⁶⁶ Embora devamos matizar as considerações extremamente desfavoráveis dos autores citados cujos modelos urbanísticos eram manifestamente diferentes do que se podia encontrar em Lisboa, é possível que o reinado de D. João III, em particular, tenha sido decisivo para a ausência de sofisticação que os estrangeiros identificavam na cidade. Com efeito, D. João III parece não ter demonstrado o mesmo entusiasmo do seu pai relativamente a Lisboa, constituindo sobretudo Évora, Tomar e Almeirim os seus locais de eleição, onde segundo as crónicas, ocorreram as principais cerimónias cortesãs no seu reinado.³⁶⁷

³⁶³ Marques, “Uma descrição de Portugal em 1578-80”, 139.

³⁶⁴ Marques, “Uma descrição de Portugal em 1578-80”, 231.

³⁶⁵ Villalba y Estaña e Confalonieri, *Por terras de Portugal no século XVI*, 173.

³⁶⁶ Rossa, “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço”, 952.

³⁶⁷ Senos, *O Paço da Ribeira*, 94.

É certo que o monarca continuou algumas obras, como a da Misericórdia e a da Alfândega Nova, tendo ordenado a construção da nova Casa da Índia e do Terreiro do Trigo e promovido alguns melhoramentos ao Paço da Ribeira. No entanto, é possível que o seu afastamento de Lisboa, bem como a concentração da sua política arquitectónica, já de matriz classicizante, em lugares como Tomar ou Évora,³⁶⁸ tenham acabado por impedir uma franca continuidade da política urbanística manuelina e o processo de monumentalização da capital. Tal opção ter-se-á devido, porventura, a uma intenção de estabelecer uma dupla centralidade, que teria uma base comercial em Lisboa, e uma outra, cortesã, em Évora ou Tomar, intenção fomentada, para mais, pelo facto de Lisboa se encontrar tão indelevelmente marcada pelo reinado de D. Manuel.³⁶⁹ Já com D. Sebastião, o Paço da Ribeira é abandonado, sobretudo em benefício da Alcáçova, demonstrando o ideal político-militar do seu reinado. O único projecto arquitectónico assinalável deste monarca para Lisboa foi o da igreja de S. Sebastião no Terreiro do Paço, de costas voltadas ao rio, cuja construção foi abortada por Filipe II. O primeiro rei Habsburgo de Portugal empreendeu, por fim, a reforma arquitectónica mais decisiva desde o reinado de D. Manuel para o Paço da Ribeira, embora nunca tenha feito de Lisboa a sua residência, decisão que valeu à cidade a perda de capitalidade durante mais de quatro décadas.

Assinalado, então, o carácter aparentemente parcimonioso das infraestruturas de Lisboa, a característica que se lhe opõe, ressaltando cabalmente da esmagadora maioria das descrições da cidade produzidas tanto por portugueses como por estrangeiros, é, como veremos de seguida, o seu cosmopolitismo, a sua vocação marítima e comercial e a sua íntima articulação com o império, do qual era inseparável, sendo sobretudo sobre estas temáticas que dissertavam profusamente os autores que escreviam sobre a cidade.

³⁶⁸ A este propósito, veja-se Rafael Moreira, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

³⁶⁹ Senos, *O Paço da Ribeira*, 212.

1.2. Cosmopolitismo e comércio

Lisboa foi desde sempre caracterizada pela sua vocação marítima, encontrando-se, como vimos anteriormente, desde o início da sua história milenar ligada às actividades portuárias. Logo no início do século XIV, D. Dinis percebeu e potenciou as possibilidades mercantis de Lisboa, podendo situar-se no seu reinado o início da transferência do centro urbano e comercial da cidade para a Ribeira. Já no último quartel do século, o “Foral da Portagem” outorgado por D. Fernando aplicava impostos mais elevados às mercadorias que chegavam pela foz do que àquelas que chegavam por mar ou por terra, sendo neste documento o Tejo claramente encarado como um mar.³⁷⁰

Associado ao desenvolvimento comercial da cidade, verificou-se igualmente, ao longo do século XIV, um aumento demográfico significativo, atestado pelos sucessivos alargamentos das muralhas, e alimentado em parte por surtos migratórios provenientes do campo; nesta cronologia, Lisboa era uma cidade de grandeza média no contexto europeu, comparável a urbes como Salamanca, Dijon, Siena ou Danzig, mas já se destacava amplamente das suas congéneres portuguesas. Este crescimento populacional terá provavelmente continuado durante a centúria de Quatrocentos, ao longo do qual as construções começaram a crescer em altura, aumentando o número de pessoas por cada habitação,³⁷¹ reduzindo-se, ou mesmo desaparecendo por completo vastos jardins e espaços abertos.³⁷² Já no século XVI, o *Numeramento* de 1527-32, primeiro censo da história portuguesa, ordenado por D. João III, dava conta de uma capital que concentrava cerca de 1300 fogos, correspondendo a um quarto de toda a população portuguesa da época e a mais de metade da população do litoral.³⁷³

Uma das características fundamentais da população lisboeta, descrita logo na primeira metade do século XV por Fernão Lopes, era o seu carácter cosmopolita. Na *Chronica de El-Rei D. Fernando*, o cronista mencionava os mercadores de várias nações,

³⁷⁰ Caetano, Silva e Bettencourt, “O comércio e a vida marítima de Lisboa”, 149.

³⁷¹ A. H. de Oliveira Marques, “O surto urbano, a moeda e os preços”, in *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 181-183.

³⁷² João Alves Dias, “A população”, in *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V de *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 20.

³⁷³ Carlota Santos, “As cidades portuguesas na Idade Moderna. População”, in *Actas do I Congresso Histórico Internacional “As Cidades na História: População”* (Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2013), 208; José Vicente Serrão, “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII”, in *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, dir. César Oliveira (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 68.

entre os quais genoveses, milaneses, lombardos e catalães, que se fixavam em Lisboa, fazendo com que “grandes e grossas mercadorias” constantemente chegassem e fossem enviadas da cidade, a cujo porto acorria uma multitude de navios de carga.³⁷⁴ No entanto, foram as viagens de exploração e o estabelecimento de novas rotas comerciais abarcando territórios extra-europeus, ao longo de Quatrocentos, que introduziram mudanças significativas na cidade, possibilitando a sua afirmação como empório comercial. Durante a segunda metade do século XV, Lisboa tornou-se no centro de uma rede de rotas marítimas ultramarinas, que a ligavam a diversos portos da costa ocidental africana, bem como aos arquipélagos atlânticos da Madeira, Açores, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.³⁷⁵ Em 1498, esta dimensão geográfica e comercial foi decisivamente aumentada com a inauguração da Carreira da Índia, a mais importante rota marítima controlada pelos portugueses durante o século XVI. Com a viagem de Vasco da Gama, foi aberto um caminho directo para a Índia e para as suas tão desejadas riquezas, anteriormente apenas acessíveis através da chamada Rota da Seda, controlada na Europa pelas cidades italianas, com destaque para Veneza, como vimos.³⁷⁶ Em meados do século, a rede comercial portuguesa já se havia alargado não só ao Brasil (1500) como ao extremo do continente asiático, com a chegada ao Japão (1542) e o estabelecimento do entreposto comercial em Macau (1557).

Deste modo, no começo do século XVI, Lisboa já se havia afirmado como a capital de um império comercial à escala global, onde uma vasta diversidade de produtos extra-europeus era amplamente transaccionada e consumida. A marca do processo da Expansão no quotidiano de Lisboa e na corte portuguesa era evidente, influenciando profundamente a forma como Portugal e a sua capital eram percebidos e representados pelos autores que os descreviam. Na descrição que escreveu sobre a sua viagem pela Península Ibérica, Leon de Rosmihal de Blatna afirmou sobre Portugal que era “más que por otras cosas, memorable por las ciudades que el rey tiene en Africa”.³⁷⁷ Mais tarde, em 1484, o cavaleiro silesiano Nicolas de Popielovo não só mencionava as

³⁷⁴ Reis, “A Ribeira de Lisboa, porto do Império Marítimo Português”, 2.

³⁷⁵ Loureiro, “Algumas notas sobre as cargas de retorno da *carreira da Índia*”, 81.

³⁷⁶ Sobre as dinâmicas do comércio italiano na Ásia, veja-se Vitorino Magalhães Godinho, “Os Turcos Otomanos e a génese da expansão europeia”, in *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008), 69-88.

³⁷⁷ *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, 283.

conquistas portuguesas no norte de África, mas também o importante papel do Infante D. Henrique na exploração dos mares, e as mercadorias trazidas do continente africano – ouro e especiarias – e das ilhas atlânticas – açúcar, pão, vinho e frutas da Madeira, e açúcar, grão-do-paraíso (uma espécie de pimenta) e marfim de Cabo Verde.³⁷⁸

Na década de 1490, Hieronymus Münzer atribuía a D. João II um grande engenho para adquirir riquezas com o comércio e de outras maneiras, referindo-se também ao ouro, pimenta, grão-do-paraíso e inúmeras presas de elefante que o monarca recebia, vindos de fora. O mesmo autor comparava ainda Lisboa a Nuremberga, afirmando que a cidade portuguesa era maior e mais densamente povoada.³⁷⁹ Já no começo do século XVI, Francesco Guicciardini, o embaixador de Florença na corte dos reis católicos entre 1512 e 1513, escrevia que Portugal era o terceiro mais importante reino de Espanha (isto é, da Península Ibérica), mais conhecido “por el gran comercio de mercaderes que hay en Lisboa, y por esa región de Calcuta y otros lugares nuevamente descubiertos por los portugueses que por otras razones”.³⁸⁰ Como já referimos, em 1514, Jan Tacoen comparava Lisboa com Bruges, e apontava a Rua Nova dos Mercadores, onde havia “toda a espécie de ofícios e mercadorias” como a única rua bem pavimentada da cidade.³⁸¹ Note-se a constante equiparação de Lisboa a outras cidades, que, mais do que dados concretos sobre as semelhanças que se podiam, de facto, verificar, demonstra a enorme importância da comparação como dispositivo intelectual e de comunicação utilizado pela generalidade dos autores da primeira modernidade, quase sempre com o intuito de tornar o estranho inteligível e familiar, tanto para si próprios como para os seus leitores.

Com efeito, as consequências materiais da Expansão em Lisboa eram tão marcantes, que a característica estrutural das descrições produzidas nos séculos XV e XVI é a constante alusão à infinidade de produtos, mercadorias e pessoas provenientes de outros lugares que lá se podiam encontrar, característica sublinhada de igual forma por autores portugueses e estrangeiros. Grande parte das descrições de Portugal e de Lisboa escritas por autores portugueses contém listas de mercadorias importadas, entre

³⁷⁸ *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, 313-314.

³⁷⁹ Münzer, *Viaje por España y Portugal*, 165 e 171.

³⁸⁰ *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, 612.

³⁸¹ *Lisboa em 1514*, 124.

as quais os produtos indianos são geralmente os mais valorizados. Nestas descrições, nas quais a cidade é enaltecida pelos proveitos económicos do seu comércio, dois dos tipos de produtos que maior atenção merecem são os têxteis e as pedras preciosas. Tanto Damião de Góis (*Hispania*), como João Brandão de Buarcos (*Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*), Duarte Nunes do Leão (*Descrição do Reino de Portugal*) e Frei Nicolau de Oliveira (*Livro das Grandezas de Lisboa*), dissertam longamente sobre a abundância de qualidades de tecidos de luxo e pedras preciosas que chegavam a Lisboa nas naus da Índia, e que daí eram exportadas para o resto da Europa, e sobre o enorme lucro que estas mercadorias geravam para a Coroa.³⁸²

À semelhança do que se pode verificar em relação aos têxteis e às pedras preciosas, as descrições de Lisboa frequentemente assinalam tanto as quantidades de especiarias e de açúcar que chegavam a Lisboa, como a sua importância económica e comercial.³⁸³ Neste sentido, como se sabe, a Expansão teve também consequências profundas no que diz respeito à alimentação, nomeadamente com o alargamento do uso de especiarias como a pimenta, a mostarda, a canela, o cravo-da-Índia e o gengibre, que deixaram de ser consideradas unicamente pelos seus fins terapêuticos para se associarem às tradicionais ervas aromáticas na gastronomia.³⁸⁴ E se a formalização dos rituais terá, aparentemente, ocorrido de forma lenta e progressiva na corte portuguesa, a modernidade chegou à mesa dos reis de Portugal e das elites ainda nos finais do século XV, com o início da chamada “revolução de sabores”, em que se começou a assistir ao impacto das especiarias e do açúcar na alimentação.³⁸⁵ Ao longo do século XVI, o uso abundante deste tipo de temperos era tão marcante que a comida experimentada por outros europeus que, em Portugal, visitavam a corte régia ou a corte dos duques de Bragança, não lhes aprazia particularmente. A título de exemplo, no texto da “Viagem do Cardeal Alexandrino”, a propósito do banquete dado pelo Duque de Bragança no dia seguinte à chegada da embaixada a Vila Viçosa, o autor afirma que embora os manjares fossem “abundantíssimos e sumptuosíssimos”, e apresentassem boas carnes, na sua

³⁸² Góis, *Hispania*, 147 e 149; Buarcos, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, 59-60; Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, fls. 69-69v; Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, 461-463.

³⁸³ Góis, *Hispania*, 149; Buarcos, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, 33, 43 e 60; Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, fls. 52v, 69-69v; Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, 461-462.

³⁸⁴ Cf. João Carlos Oliveira, “A alimentação”, in *Portugal, do Renascimento à Crise Dinástica*, 624.

³⁸⁵ Cf. Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, “A mesa das rainhas de Portugal (séculos XV-XVIII): etiqueta e simbólica”, in *A Mesa dos Reis de Portugal*, 268-269.

maioria eram desagradáveis ao paladar em virtude da excessiva quantidade de açúcar, canela, especiarias e gemas de ovos cozidos, faltando “molhos e temperos”.³⁸⁶ Algumas páginas depois, sobre um jantar dado pelo Arcebispo de Évora, o mesmo autor repete as críticas, e acrescenta que “a maior parte (...) [das comidas] são usadas pelos mouros”,³⁸⁷ aludindo a uma eventual semelhança entre a gastronomia portuguesa e a de influência árabe, que adviria provavelmente dos condimentos utilizados.

Ao olharmos para os livros de receitas modernos portugueses (nomeadamente o conhecido *Livro de Cozinha de D. Maria* e o posterior *Arte de Cozinhar*, de Domingos Rodrigues, publicado em 1680), é assinalável o número de pratos cuja confecção incluía especiarias e açúcar. A popularidade, socialmente transversal, deste último produto encontra-se ainda atestada pelo Regimento dos Confeiteiros de 1572, que estabelecia que os vendedores passassem a possibilitar a compra de pequenas quantidades de açúcar, para que pessoas com menos recursos também o pudessem consumir.³⁸⁸ E, a este propósito, no início do século XVII, Duarte Nunes do Leão criticava aquilo que considerava um consumo excessivo de açúcar, um produto importado, em detrimento do mel, que existia de grande qualidade em Portugal, afirmando que “as marmeladas que os antigos fazião de mel, em casas mui honradas, não quer agora qualquer macanico come-las, se não de açúcar, e tocadas de âmbar e almiscre: que também nisto há agora ambição, e pontos de honra”.³⁸⁹

Locais de Lisboa frequentemente mencionados pelos autores que a descreviam eram precisamente o porto, onde se podia observar a partida e a chegada das naus da Índia e o desembarque de mercadorias, e a Rua Nova dos Mercadores, onde se podiam

³⁸⁶ Venturino, “Viagem do cardeal Alexandrino”, 59-61.

³⁸⁷ Venturino, “Viagem do cardeal Alexandrino”, 69.

³⁸⁸ João Pedro Gomes, “Comida de rua na Lisboa Moderna (sécs. XVI e XVII)”, in *Diz-me o que comes. Alimentação antes e depois da cidade – Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*, ed. João Carlos Senna Martinez, Ana Cristina Martins, Ana Ávila de Melo, Ana Caessa, António Marques e Isabel Cameira (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Sociedade de Geografia de Lisboa, 2017), 106-107. Sobre o consumo de açúcar, os receituários portugueses do período moderno e a alimentação, veja-se a vasta obra de Isabel Drumond Braga – por exemplo, Isabel Drumond Braga, “À Mesa com Grão Vasco. Para o Estudo da Alimentação no século XVI”, *Mathesis*, 16 (2007), 9-59; Idem, “Confeiteiros na Época Moderna: Cultura Material, Produção e Conflituosidade”, in *Ensaio sobre o Património Alimentar Luso-Brasileiro*, coord. Carmen Soares e Irene Coutinho de Macedo (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2014), 165-192; Idem, *Sabores e segredos: receituários conventuais portugueses da Época Moderna* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2015); Idem, “Entre a cozinha e a botica: alguns receituários culinários portugueses da Época Moderna”, *Akra Barbarion*, 4 (2020), 160-175.

³⁸⁹ Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, fl. 52v.

encontrar todos estes produtos que tanto marcavam a capital portuguesa e o seu quotidiano. No que diz respeito ao porto, logo em meados do século XV, décadas antes da viagem de Vasco da Gama e consequente inauguração da Carreira da Índia, Nicolau Lanckman já afirmava que Lisboa era uma cidade notável, muito maior do que Viena, e com “um bom e grande porto de mar”.³⁹⁰ Mais tarde, já no final do século XVI, o autor do relato sobre a viagem de Tron e Lippomani mencionava com agrado a imensa quantidade e variedade de embarcações, de diversas proveniências, que sempre enchiam o porto,³⁹¹ e Confalonieri referia que a sua profundidade era tal, que permitia que as naus da Índia, comparáveis a castelos, tivessem uma “desmesurada grandeza”.³⁹² Também datada do final de Quinhentos, a representação do porto de Lisboa, incluída na obra *America Tertia Pars* do flamengo Theodore de Bry, ilustra bem o seu carácter fervilhante e movimentado (**Figura 1.5**).



Figura 1.5 – “Partida de Lisboa para o Brasil, as Índias Orientais e a América”. Gravura de um autor anónimo. In Theodore de Bry, *America Tertia Pars* (Frankfurt, 1592).

As cargas das embarcações que chegavam eram, naturalmente, alvo de um interesse generalizado, e à semelhança dos autores portugueses que escreviam sobre a cidade, também quase todos os estrangeiros enunciavam as mercadorias importadas

³⁹⁰ Leonor de Portugal, *Imperatriz da Alemanha*, 29.

³⁹¹ Lowe, “Foreign descriptions of the Global City”, 44.

³⁹² Confalonieri, *Por terras de Portugal no século XVI*, 172.

que se podiam encontrar no porto, e à venda nos diversos estabelecimentos comerciais da cidade. Contudo, algumas das referências mais marcantes dizem respeito à Rua Nova dos Mercadores, como vimos, brevemente destacada logo em 1514 pelo peregrino Jan Taccoen,³⁹³ descrita com mais pormenor em meados do século por Cristóvão Rodrigues de Oliveira,³⁹⁴ e posteriormente pelo autor do relato de Tron e Lippomani,³⁹⁵ por Gianbattista Confalonieri³⁹⁶ e por Duarte de Sande.³⁹⁷

Pelas descrições, percebe-se que esta artéria da cidade se diferenciava das restantes por ser mais larga, comprida e bem pavimentada, bem como por os seus edifícios serem mais altos. Para além disso, percebemos que era aí que se juntavam os mercadores estrangeiros que comerciavam em Lisboa, localizando-se também nesta rua diversas lojas onde se vendiam produtos asiáticos como têxteis de várias qualidades e proveniências, porcelanas, conchas, cocos, caixinhas de madrepérola e outros objectos decorativos. Também aí estavam os boticários, onde podiam ser compradas drogas e produtos medicinais asiáticos, tais como bezoares, mirabólanos, presas de rinoceronte e benjoim.³⁹⁸ Podiam, igualmente, encontrar-se várias livrarias e tendas de livros, que vendiam obras não só escritas em português, mas também em castelhano, latim e italiano, e que alimentavam as necessidades não só dos estudantes – que, segundo o texto da viagem de Tron e Lippomani, devido à exorbitância dos preços, apenas os podiam alugar³⁹⁹ – mas também, provavelmente, dos muitos estrangeiros que se haviam fixado na cidade. Adjacentes à Rua Nova encontravam-se as ruas dos ourives do ouro e da prata onde se vendiam peças destes materiais preciosos e uma infinidade de pérolas e pedras preciosas, que causavam grande admiração aos visitantes da cidade. E a curta distância encontravam-se as praças do Rossio e do Pelourinho Velho, onde eram

³⁹³ *Lisboa em 1514*, 124.

³⁹⁴ Oliveira, *Lisboa em 1551*, 102.

³⁹⁵ “Viagem a Portugal dos Cavalleiros Tron e Lippomani, 1580”, 115-116.

³⁹⁶ Confalonieri, *Por terras de Portugal no século XVI*, 173.

³⁹⁷ Duarte de Sande, S. J., *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana*, prefácio, tradução do latim e comentário de Américo da Costa Ramalho, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente, 1997, 159.

³⁹⁸ Buarcos, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, 97-100.

³⁹⁹ “Viagem a Portugal dos Cavalleiros Tron e Lippomani, 1580”, 116.

realizadas vendas de bens de uso doméstico, mobiliário e escravos,⁴⁰⁰ e onde notários e copistas prestavam os seus serviços.

O carácter fervilhante, cosmopolita e mercantil de Lisboa e, em particular, da sua Rua Nova encontra-se imortalizado na representação desta artéria, datada de finais do século XVI, que recentemente recebeu ampla divulgação através do livro, exposição e respectivo catálogo, de Annemarie Jordan Gschwend e Kate Lowe. As duas pinturas da Kelmscott Manor, que originalmente constituíam um único quadro, da autoria de um artista anónimo provavelmente flamengo, foram identificadas pelas autoras como a única vista quinhentista detalhada que se conhece da Rua Nova dos Mercadores (**Figuras 1.6 e 1.7**). Até então, apenas se conhecia uma pequena iluminura do início do século atribuída a António de Holanda, que nos revela a aparência aproximada desta artéria antes de ser destruída e posteriormente recuperada por ocasião do terramoto que abalou Lisboa em 1531 (**Figura 1.8**). Juntamente com a conhecida representação do Chafariz d’el-Rei pertencente à Colecção Berardo, também atribuída a um pintor anónimo flamengo e datada de finais de Quinhentos – e independentemente da sua qualidade artística e estética, que não é nosso propósito aqui analisar – estas peças constituem importantes testemunhos iconográficos do quotidiano lisboeta do século XVI, encontrando-se em total conformidade com as fontes escritas coetâneas.⁴⁰¹ Estas representações incluem uma série de informações interessantes sobre aspectos arquitectónicos da cidade e sobre a cultura material associada ao quotidiano que aí se podia observar. No entanto, talvez o seu elemento mais marcante seja o facto de mostrarem a diversidade social e, sobretudo, étnica da população lisboeta, sendo praticamente equiparáveis os números de europeus e africanos representados.

⁴⁰⁰ Annemarie Jordan Gschwend e Kate Lowe, “Princess of the Seas, queen of Empire: configuring the city and port of Renaissance Lisbon”, in *The Global City*, 29.

⁴⁰¹ Sobre as obras mencionadas, vejam-se Gschwend e Lowe, *The Global City* e Vítor Serrão, “O Chafariz d’El Rei da Ribeira Velha, em Lisboa, numa valiosa pintura do fim do século XVI”, in *Estudos de História da Arte. Novos Contributos*, coord. Vítor Serrão (Lisboa: Artis e Câmara Municipal de Lisboa, 2002), 69-76.



Figura 1.6 – Anónimo, “Vista da Rua Nova dos Mercadores”. Óleo sobre tela, c. 1570-1619. The Society of Antiquaries, Kelmscott Manor, Oxfordshire.



Figura 1.7 – Anónimo, “Vista da Rua Nova dos Mercadores”. Óleo sobre tela, c. 1570-1619. The Society of Antiquaries, Kelmscott Manor, Oxfordshire.

seriam registados da mesma forma como em Itália se fazia para a criação de cavalos. Na sua edição do texto, Herculano apenas resumiu esta passagem por considerar a linguagem demasiado “solta”, mas na versão original do texto, em italiano, é possível lê-la na íntegra.⁴⁰²

É importante, nesta fase, referir que embora o intenso comércio de Lisboa fosse uma das características essenciais da cidade, advindo daí grande parte da riqueza da capital e do reino, a literatura mostra que este aspecto não foi encarado de forma consensualmente positiva pelos intelectuais portugueses. De facto, logo na primeira metade do século XVI, alguns autores manifestaram sentimentos ambivalentes ou até abertamente contrários em relação às alterações operadas na cidade e na sua sociedade. Assim, se parte da população lisboeta se orgulhava da cidade,⁴⁰³ e alguns autores portugueses se revelavam optimistas e maravilhados perante as riquezas que ali chegavam, Gil Vicente evidenciava um sentimento contrário. Este autor considerava a íntima associação entre Lisboa e a Expansão marítima profundamente perturbadora, uma vez que acreditava ser essa a raiz da crescente corrupção moral da sociedade. Para o dramaturgo, a riqueza material era incompatível com os valores cristãos, e para os lisboetas, seria uma fonte de distração da procura pela salvação. Da mesma forma reagia Francisco Sá de Miranda, cujo desagrado face à vida citadina e cortesã o conduziu a abandonar a corte na década de 1530, e a fixar-se no Minho. Foi este autor que, numa carta ao seu amigo António Pereira cunhou os célebres versos “Não me temo de Castela, / Onde inda guerra não soa, / Mas temo-me de Lisboa / Que, ao cheiro desta canela, / O reino nos despoeva”, condenando a procura pela riqueza através do comércio, que tanta gente levava à capital.⁴⁰⁴

Mais sugestivo ainda, pelo seu carácter inusitado, é o facto de indícios da mesma atitude se poderem identificar no século seguinte, nos panegíricos que, após a

⁴⁰² A este propósito, veja-se Jorge Fonseca, “Os escravos do duque”, in *De Todas as Partes do Mundo*, 101 e Mariagrazia Russo, “Um diplomata do século XVI: o Cardeal Alessandrino no diário da viagem de Giovanni Battista Venturino da Fabriano”, in *Homem est minor mundus. Construção de Saberes e Relações Diplomáticas Luso-Italianas (sécs. XV-XVIII)*, org. Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (Lisboa: Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2017), 163-164.

⁴⁰³ Relembre-se, a este propósito, o provérbio mencionado em Tron e Lippomani: “quem não vê Lisboa, não vê coisa boa” (p. 121).

⁴⁰⁴ Sobre esta questão, veja-se T. F. Earle, “*Aquela grã Rua Nova*: images of the Rua Nova in Sixteenth-Century Portuguese literature”, in *The Global City*, 94-99.

integração de Portugal na Monarquia Hispânica e a consequente perda de capitalidade de Lisboa, procuravam atrair novamente a corte para a cidade portuguesa. Tendo Filipe II residido temporariamente em Lisboa entre 1581 e 1583, após este curto período a cidade viu-se privada da presença do soberano até 1619, quando Filipe III fez a sua entrada régia formal. Neste período, os tratados de autores portugueses que apresentavam Lisboa como a cidade ideal – e pretensamente mais apropriada do que Madrid para deter o papel de cabeça da Monarquia – salientavam as suas vantagens geográficas, nomeadamente a sua ligação ao mar, os seus recursos naturais, e inevitavelmente, o seu comércio, bem como a variedade de produtos valiosos que a Expansão garantia.

No entanto, ao explicar os benefícios de a corte tornar a fixar-se em Lisboa, Manoel Severim de Faria, por exemplo, optou por se concentrar no facto de esta ser uma cidade marítima, o que à luz da tradição antiga, e da cultura política fundada em Aristóteles e S. Tomás de Aquino, a tornava perfeita para a residência da corte. Por outro lado, para além desta dimensão simbólica, o autor enunciava ainda factores de carácter mais pragmático, considerando que Lisboa, enquanto cidade marítima, gozava de evidentes vantagens estratégicas como centro de um império vasto cuja unidade era garantida pelo domínio do mar, na medida em que tal permitiria ao monarca “socorrer (...) com facilidade suas conquistas”.⁴⁰⁵ Madrid, pelo contrário, era desdenhosamente qualificada pelo autor como “sertão”, e considerada por isso inadequada como cabeça de uma Monarquia de vocação marítima, que assim ficava “em certo modo monstruosa”.⁴⁰⁶ Ao referir-se aos produtos que abundavam em Lisboa, por sua vez, este autor apenas invoca as provisões alimentares necessárias ao sustento da população que chegavam à cidade, vindas do seu termo, do resto do país, de França e da Alemanha; quanto aos bens vindos de fora, das possessões extra-europeias, existe somente uma vaga alusão aos tesouros que chegavam por mar.⁴⁰⁷

Luís Mendes de Vasconcelos, na sua obra de 1608 sobre Lisboa, é ainda mais expressivo, criticando abertamente a empresa da Expansão, nomeadamente a sua

⁴⁰⁵ Faria, *Discursos Vários Políticos*, fls. 1v-4v.

⁴⁰⁶ Faria, *Discursos Vários Políticos*, fl. 12.

⁴⁰⁷ Faria, *Discursos Vários Políticos*, fls. 15 e 4.

vertente asiática.⁴⁰⁸ Tal como Manoel Severim de Faria em 1624, Vasconcelos explica a vantagem geo-estratégica de Lisboa, garantida pela sua posição no extremo ocidental da Europa, voltada para o mar; e até aponta a sua vocação mercantil e o seu intenso comércio, baseado nos produtos extra-europeus, como o principal motivo da sua importância, comparando a cidade à Jerusalém do tempo de Salomão, e às cidades italianas contemporâneas.⁴⁰⁹ De facto, na sua construção ideológica da cidade, eram sobretudo as características materiais (e, como veremos adiante, culturais) de Lisboa relacionadas com a Expansão que a tornavam na mais apropriada capital para a Monarquia Ibérica. Porém, o autor defendia também, através de um conjunto de argumentos, que a conquista da Índia não era útil ao país, “não trazendo mais que uma glória vã”: em primeiro lugar, porque as especiarias e os restantes produtos de luxo que de lá vinham apenas alimentavam a vaidade, a pompa e o deleite da sociedade portuguesa, corrompendo-a moralmente e tornando-a lasciva.⁴¹⁰ Da mesma forma, a riqueza desmedida que, para o autor, se procurava com o comércio das mercadorias asiáticas também resultava na corrupção dos bons costumes e somente servia propósitos fúteis, sendo, de resto, uma riqueza enganadora, “porque nos leva prata e dá-nos alcatifas”.⁴¹¹ Por fim, a conquista da Índia era prejudicial porque exigia do reino avultados recursos humanos e materiais, devendo, na perspectiva de Vasconcelos, resumir-se as relações com a Índia ao comércio, e apostar-se na colonização do Brasil, que seria menos dispendiosa e mais lucrativa, devido aos seus riquíssimos recursos naturais.⁴¹²

Por fim, a *Descrição do Reino de Portugal* de Duarte Nunes do Leão (1610), embora não se inscreva na mesma corrente literária das duas obras anteriores cujo assumido objectivo era atrair a corte para Lisboa, reflecte a mesma apreciação negativa de Luís Mendes de Vasconcelos perante a importância conferida pela sociedade portuguesa às coisas que vinham de fora. Apesar de este autor também reconhecer a importância do comércio lisboeta e dos produtos de luxo importados – afirmando que

⁴⁰⁸ Sobre esta questão, veja-se: Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva, *As descrições da cidade de Lisboa: escrita, poder e sociedade no Portugal dos Filipes*, dissertação de mestrado em História Social apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2013.

⁴⁰⁹ Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa*, 39.

⁴¹⁰ Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa*, 62-63.

⁴¹¹ Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa*, 68-69; 71.

⁴¹² Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa*, 76.

se podia dizer que “as mais polidas e ricas alfaias que os homens nobres da christandade têm em suas casas (...) as levão de Portugal”⁴¹³ –, para si, os portugueses viviam de tal forma deslumbrados com as valiosas mercadorias vindas das possessões extra-europeias, que eram incapazes de reconhecer os igualmente preciosos recursos que existiam no país,⁴¹⁴ pelo que dedica aos últimos uma parte significativa do seu texto.

Deste modo, torna-se evidente que não obstante o facto de a Lisboa da primeira modernidade ser indissociável da Expansão e do comércio de mercadorias exóticas, e embora estes fossem elementos referidos de forma geralmente positiva e favorável entre os autores portugueses e estrangeiros que escreveram sobre a cidade, também existiam vozes dissonantes na sociedade portuguesa, que manifestavam visões contrárias e pessimistas relativamente a este cosmopolitismo.

1.3. Produção e circulação de conhecimento

Regressando a Luís Mendes de Vasconcelos e ao excerto da sua obra com o qual introduzimos este capítulo, no início da Idade Moderna Lisboa afirmava-se não só como a capital política e institucional do Reino e como uma das principais cidades mercantis do seu tempo, mas também, inegavelmente, como um importante local de produção e circulação de conhecimento, em que os saberes erudito e empírico coexistiam e se desenvolviam em íntima articulação. Na sua construção ideológica da cidade, numa altura em que Lisboa competia pela sua posição na hierarquia das cidades da Monarquia Hispânica, Vasconcelos apresentava-a como os olhos através dos quais a Europa tinha, pela primeira vez, tomado conhecimento de grande parte do mundo, sendo nesse pioneirismo que se concentrava parte do valor reconhecido a Lisboa pelo autor. Também Damião de Góis, como vimos, caracterizava Lisboa como senhora do oceano pela sua estreita relação com o processo expansionista e o seu papel na abertura do mundo; Garcia de Resende, ao elencar, na *Miscellanea*, todas as profundas alterações e novidades a que assistira no seu tempo de vida, falava no “mundo encoberto” de que os homens tinham, enfim, tomado conhecimento,⁴¹⁵ enquanto Duarte Pacheco Pereira

⁴¹³ Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, fl. 70.

⁴¹⁴ Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, fl. 43.

⁴¹⁵ Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, 158 e 161.

afirmava em 1506 que nunca os antigos haviam concebido que pudesse chegar o tempo em que a Ásia fosse tão bem conhecida como era então.⁴¹⁶ Com efeito, a partir de meados do século XV, a cidade de Lisboa passou a caracterizar-se por um ambiente cultural particularmente efervescente, como resultado das viagens de exploração oceânica.

Para além das consequências da Expansão no que diz respeito à cultura material e ao comércio, nos quais os objectos e produtos extra-europeus adquiriram uma cada vez maior preeminência, assistiu-se igualmente a um profundo desenvolvimento ao nível do saber técnico e teórico sobre o mundo. As viagens marítimas implicaram a adaptação das técnicas náuticas, conduzindo a alterações nos domínios da construção naval, da navegação astronómica, respectivos instrumentos, e também da cartografia. Por outro lado, logo na primeira metade do século XV, com as primeiras viagens pelo Atlântico e, sobretudo, pela costa ocidental africana, começaram a surgir os primeiros relatos e descrições das novas realidades naturais de que se tomava conhecimento. Estas primeiras notícias foram produzidas por autores europeus, alguns dos quais portugueses, e maioritariamente navegadores, sem qualquer ligação ao mundo académico ou letrado, com base na experiência decorrente das suas viagens por outros continentes.⁴¹⁷

Na década de 1460 assistiu-se à transferência da Casa da Guiné, onde eram organizadas e preparadas as viagens marítimas, de Lagos para Lisboa (onde já se localizava a Casa de Ceuta), o que, associado à progressiva sedentarização da corte – cada vez mais envolvida no empreendimento expansionista – nesta cidade, teve uma significativa influência no ambiente cultural lisboeta. A cidade tornou-se, nas palavras de Rui Loureiro, no palco privilegiado de interacções entre pessoas que desempenhavam ofícios ligados à navegação, funcionários ao serviço da Coroa, e técnicos e especialistas, como cosmógrafos, geógrafos e matemáticos.⁴¹⁸ Informações

⁴¹⁶ Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Liv. IV, cap. 1.

⁴¹⁷ Para um enquadramento geral sobre esta temática alargada do desenvolvimento do saber e da técnica associado à Expansão, veja-se: *360º Ciência Descoberta. Catálogo da Exposição*, coord. Henrique Leitão (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013); Rui Manuel Loureiro, “Ciência e conhecimento nas livrarias quinhentistas da Rua Nova dos Mercadores”, in *A Cidade Global*, 86-97. Sobre a ligação estrutural de Lisboa ao processo dos Descobrimentos no século XV, veja-se José Manuel Garcia, “Lisboa: a cidade dos Descobrimentos”, *Rossio. Estudos de Lisboa* 7 (2016): 21-43.

⁴¹⁸ Loureiro, “Ciência e conhecimento”, 89.

sobre este ambiente cultural, caracterizado pela tomada de conhecimento sobre diversas novidades acerca do mundo, circulavam entre as elites políticas e intelectuais da Europa. Prova disso é o facto de as fontes portuguesas e estrangeiras da segunda metade de Quatrocentos serem bastante ricas em referências a fidalgos e curiosos de outras paragens, que visitavam a corte portuguesa, não raras vezes com o intuito de participarem nos empreendimentos ultramarinos da Coroa.

Já no início do século XVI, no âmbito da construção do complexo arquitectónico da Ribeira, foram criados os Armazéns e a Casa da Índia, a qual, a partir de então, passou não só a administrar os estabelecimentos extra-europeus da Coroa portuguesa e parte significativa das questões relacionados com o comércio, como também se afirmou como um importante centro de gestão de saber. Embora se saiba pouco sobre os aspectos concretos do funcionamento da Casa da Índia, era provavelmente neste espaço que se preparavam as viagens e se armazenava a informação de natureza cartográfica. Segundo Henrique Leitão, era aí que se encontrava a carta-padrão a partir da qual se faziam todas as cartas náuticas, analisando-se também toda a informação geográfica, meteorológica e as descrições da natureza trazidas pelos pilotos.⁴¹⁹ Antes da construção deste espaço, é possível que este tipo de informação (ou parte dela) se centrasse no Paço da Alcáçova, onde, em 1495, durante a sua estadia em Lisboa, Münzer terá visto um grande mapa-mundo, pintado sobre uma tábua dourada de catorze palmos de diâmetro.⁴²⁰

O Planisfério de Cantino (1502), um objecto emblemático do desenvolvimento cartográfico do começo do século XVI, constitui o mais antigo mapa que se conhece com uma correcta representação do continente africano, uma aproximada representação do subcontinente indiano, figurado como uma massa triangular, e com a inclusão do Ceilão e de parte do Brasil (**Figura 1.9**). É consensual que este documento terá sido criado em Lisboa e enviado para Itália em circunstâncias obscuras. Alberto Cantino era um agente secreto ao serviço do duque de Ferrara, Ercole d'Este, que o terá enviado a Lisboa no começo do século XVI com o propósito de reunir informações sobre as explorações marítimas portuguesas. Joaquim Alves Gaspar contesta a ideia tradicional, defendida

⁴¹⁹ Henrique Leitão, "Um mundo novo e uma nova ciência", in *360° Ciência Descoberta*, 32.

⁴²⁰ Münzer, *Viaje por España y Portugal*, 177.

por Duarte Leite⁴²¹ e outros autores que o releram, de que este planisfério terá sido produzido com base numa carta náutica oficial guardada na Casa da Índia, e levado em segredo para Itália. Segundo Gaspar, uma tese mais plausível – e compatível, por um lado, com alguns erros e imprecisões que identifica no mapa, que não se coadunam com a tese de que esta seria informação oficial da Coroa, bem como, por outro lado, com a sua sumptuosa decoração – é a de que este planisfério seria, na verdade, uma encomenda destinada a um nobre ou a algum comprador legítimo, e que Cantino terá conseguido adquiri-lo furtivamente pouco após a sua produção, fazendo-o chegar a Itália ao seu patrono.⁴²²



Figura 1.9 – Cartógrafo português anónimo. Planisfério, dito de Cantino. 1502. Biblioteca Estense Universitaria, Modena (Itália).

O posterior *Atlas Miller* (1519), produzido pelos cartógrafos Pedro e Jorge Reinel e o cosmógrafo Lopo Homem, ricamente ilustrado, provavelmente por António de Holanda, é outro dos exemplos paradigmáticos deste desenvolvimento ao nível do conhecimento geográfico, embora se destaque mais pelo seu valor artístico do que pelo seu rigor cartográfico. Segundo Gschwend e Lowe, o atlas foi provavelmente oferecido por D. Manuel a Francisco I de França e depois herdado por Catarina de Médicis,⁴²³ consistindo, deste modo, numa obra de aparato, porventura mais destinada ao deleite

⁴²¹ Duarte Leite, “O mais antigo mapa do Brasil”, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dir. Carlos Malheiro Dias, vol. II (Porto: Litografia Nacional, 1923), 225-232.

⁴²² Joaquim Alves Gaspar, *From the portolan chart of the Mediterranean to the latitude chart of the Atlantic. Cartometric analysis and modeling*, tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, 2010, 130, 182 e 195.

⁴²³ Gschwend e Lowe, “Princess of the Seas, queen of Empire”, 32.

do que ao estudo geográfico aprofundado. Constituído por seis fólhos (com frente e verso), este atlas inclui um planisfério e mapas detalhados das partes do mundo então conhecidas, quase sempre com representações das respectivas flora, fauna⁴²⁴ e populações.

Se a Casa da Índia funcionou, desde o começo do século XVI, como um repositório de toda a informação geográfica recolhida no decurso das viagens e um centro de organização prática das mesmas, rapidamente a Coroa se deu conta da necessidade de, em paralelo, se criar um sistema formal de treino técnico e intelectual, com vista a formar pilotos e outros especialistas em assuntos marítimos. Assim, progressivamente, e à semelhança do que se verificava em Sevilha, onde aulas eram ministradas na Casa de la Contratación, estes sistemas consolidaram-se em instituições próprias, como a “Aula do Cosmógrafo-Mor”, criada no final da primeira metade do século XVI, e a posterior “Aula da Esfera”, do colégio jesuíta de Santo Antão, fundada no final do século, e cuja actividade se manteve até meados do século XVIII.⁴²⁵

Nesta sequência, é importante referir que as alterações operadas neste período, no domínio do saber cartográfico e cosmográfico, devem ser analisadas tendo em consideração o contexto cultural mais amplo em que se inscreveram. Como estudou Angelo Cattaneo, entre os séculos XIII e XV, assistiu-se na Europa a uma revisão da cartografia náutica mediterrânica e da geografia ptolemaica. Para este processo contribuíram, por um lado, a redescoberta de obras de autores clássicos, tais como Pompónio Mela, Estrabão e o próprio Ptolomeu, e de textos de viagens medievais. Posteriormente, a partir do século XV, foi também decisivo o contributo dos novos conhecimentos adquiridos através das viagens marítimas promovidas por Portugal e Espanha, que exploraram o mundo para além do que era a parte habitada pelos antigos.⁴²⁶ Quer isto dizer que o novo conhecimento geográfico sobre o mundo foi o

⁴²⁴ A respeito das representações da fauna, veja-se o Capítulo 4. Para uma análise aprofundada e cronologicamente abrangente sobre esta temática, veja-se Wilma George, *Animals and Maps* (Berkeley, University of California Press, 1969).

⁴²⁵ Henrique Leitão, “Um mundo novo e uma nova ciência”, in *360º Ciência Descoberta*, 25-26. Sobre esta questão, veja-se também *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNP*, Catálogo da Exposição, ed. Henrique Leitão (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008).

⁴²⁶ Angelo Cattaneo, “Venice, Florence, and Lisbon. Commercial Routes and Networks of Knowledge, 1300-1550”, in *Encompassing the Globe*, 13-14.

resultado de um processo complexo de síntese entre a tradição textual antiga e medieval e os dados novos adquiridos pela experiência das viagens. Esta dupla dimensão é uma das características essenciais da forma como o conhecimento, de uma maneira geral, era produzido e transformado nos finais da Idade Média e no início do período moderno, e, como veremos adiante, verificou-se igualmente no que respeita ao saber faunístico. Assim, o papel ibérico deve ser compreendido como um contributo essencial, é certo, mas não único, no desenvolvimento de uma nova forma de encarar e descrever o mundo. Este resultou, pelo contrário, de um processo com múltiplas facetas e agentes, que constitui um exemplo bastante representativo de circulação de conhecimento, neste caso, como produto das intensas relações políticas e comerciais que se estabeleciam e desenvolviam na Europa, e em particular no Mediterrâneo.

O célebre mapa-mundo produzido pelo almirante turco Piri Reis em 1513 é uma das materializações por excelência deste processo “multi-localizado” de síntese, que se estendeu para lá das fronteiras do Cristianismo e incluiu também o Império Otomano, uma vez que, de acordo com o seu próprio autor, esta peça foi criada com base “nos vinte mais antigos mapas” existentes e também em mapas e descrições de viagens de origem portuguesa e espanhola. Assim, revelava, simultaneamente, um conhecimento cosmográfico erudito e as mais recentes informações, obtidas pela experiência das navegações ibéricas.⁴²⁷

A produção e circulação de conhecimento sobre o mundo foi, ademais, potenciada pelo desenvolvimento da imprensa, e pela cada vez mais intensa circulação do livro impresso, que alterou e acelerou sem precedentes e sem retorno as formas de transferência dos saberes.⁴²⁸ Porém, é importante salientar que, em Portugal, a arte tipográfica se afirmou de forma relativamente lenta, pelo que o manuscrito manteve, numa primeira fase, um papel relevante na circulação do conhecimento. A figura do impressor morávio Valentim Fernandes, que se estabeleceu em Portugal, exemplifica bem este lento processo: foi da sua responsabilidade a edição, em 1502, do livro *Marco Polo*, que incluía relatos de viajantes italianos pela Ásia; contudo, a colectânea que terá organizado, de relatos de expedições e textos descritivos sobre África e a Ásia, redigidos

⁴²⁷ Cattaneo, “Venice, Florence, and Lisbon”, 16.

⁴²⁸ António Marques de Almeida, “Inovação e resistência na prática científica no Portugal das Descobertas”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. IV, Lisboa, Ediclube, 1994, 167.

em latim e em português, permaneceu manuscrita, tendo sido encontrada já em meados do século XIX em Munique. Por outro lado, os textos portugueses e produzidos no âmbito das viagens promovidas pela Coroa portuguesa ou por membros da família real, também tiveram eco no resto da Europa, sendo um dos mais conhecidos exemplos desta circulação a antologia *Navigazioni et viaggi*, de Ramusio, cujo primeiro volume, dedicado a África e à Índia, incluiu vários destes contributos.⁴²⁹

Tal como já foi referido anteriormente, relatos de viajantes de passagem por Portugal mencionam a existência de livrarias em Lisboa nos finais do século XVI; em meados da centúria, por seu turno, Cristóvão Rodrigues de Oliveira dava conta da existência de cinco impressores e cinquenta e quatro livreiros em Lisboa.⁴³⁰ Embora, segundo Rui Loureiro, este último número se reporte, provavelmente, não ao número de livrarias, mas ao número de “oficiais mecânicos que faziam do livro a sua profissão”, torna-se evidente que o papel de Lisboa enquanto palco de produção e transferência de conhecimento também era garantido e estimulado pela presença de tipógrafos e pela circulação de livros impressos. E nas livrarias existentes podiam encontrar-se, não só livros e gravuras impressas no país, mas também em centros tipográficos europeus mais prolíficos, como Sevilha, Lyon ou Veneza,⁴³¹ ou em locais do império português, como Goa e Macau. Por exemplo, terá sido num destes estabelecimentos lisboetas que em finais de 1564 o célebre botânico flamengo Carolus Clusius tomou conhecimento dos *Colóquios dos Simples* de Garcia de Orta, obra que havia sido publicada em Goa no ano anterior e que foi celebrizada na Europa através da tradução latina publicada por Clusius, tendo conhecido sucessivas edições e traduções nas décadas que se seguiram.

Estes textos que circulavam sobre os territórios extra-europeus incluíam informações relativas à geografia dos espaços, às populações e aos seus hábitos e costumes, aos produtos comerciáveis que se podiam encontrar em cada região, e também referências ao mundo natural, nomeadamente à flora e à fauna. No entanto, a cultura escrita não era a única fonte de conhecimento sobre estas temáticas. No que diz respeito à natureza, nos diversos estabelecimentos comerciais de Lisboa era possível

⁴²⁹ Sobre a difusão na Europa das notícias sobre as viagens marítimas portuguesas, vejam-se os trabalhos de Marília dos Santos Lopes, citados na Introdução, nota 257.

⁴³⁰ Oliveira, *Lisboa em 1551*, 94.

⁴³¹ Loureiro, “Ciência e conhecimento”, 93.

observar e adquirir uma infinidade de mercadorias de origem vegetal e animal, muitas das quais utilizadas na farmacopeia, tais como o gengibre, bezoares ou presas de rinoceronte. Por exemplo, o botânico Carolus Clusius terá visto aves-do-paraíso preservadas à maneira da Nova-Guiné durante a sua estadia de dois meses em Lisboa por ocasião de viagem que realizou pelos jardins ibéricos na companhia de dois irmãos Függer entre 1564 e 1565. No seu *Exoticorum libri decem*, num apêndice sobre estas aves incluído no último minuto, quando a obra já se encontrava em fase de produção, Clusius afirma que até então havia baseado o seu conhecimento sobre as aves-do-paraíso nos exemplares que havia visto em Lisboa e depois na Bélgica, acreditando, por isso, que não possuíam patas, mas que recentemente, depois de ver outros exemplares, havia tomado conhecimento de que afinal, estas aves tinham patas e que, tal como todas as outras, podiam andar e voar.⁴³² Em 1580, o mercador Filippo Sassetti, então em Lisboa, recebeu uma encomenda para comprar um bezoar, uma concreção produzida no estômago de ruminantes, que se acreditava ser um antídoto contra o veneno; por seu turno, o autor do relato da viagem de Tron e Lippomani referia que se encontravam à venda presas de rinoceronte guarnecidas de ouro ou prata, e transformadas em recipientes por onde se podia beber, sendo estes objectos utilizados pelas elites, que acreditavam nas propriedades medicinais das presas de rinoceronte.⁴³³

Contudo, as fontes dão conta de que logo a partir do século XV era também possível observar, em Lisboa, exemplares vivos da flora e fauna extra-europeias. Jerónimo Münzer mencionava ter visto dragoeiros em Lisboa em 1495, um no convento da Santíssima Trindade e três no convento da Graça, que muito o terão impressionado pela sua dimensão e beleza.⁴³⁴ Posteriormente, já na segunda metade do século XVI, seria também possível encontrar nos jardins do paço da Ribeira diversas plantas extra-europeias, como tabaco e malagueta. Estes jardins terão também sido visitados por Carolus Clusius na sua viagem pela Península Ibérica.⁴³⁵ Esta referência testemunha não só para a presença de plantas extra-europeias em Lisboa, mas também a circulação e

⁴³² Lawrence, *Monstrous Assembly*, 48. Uma tradução integral para inglês do texto de Clusius sobre a ave-do-paraíso pode ler-se nos anexos desta tese, nas páginas 305-307. Abordamos o simbolismo destas aves nas páginas 264-267.

⁴³³ Lowe, "Foreign descriptions of the Global City", 44.

⁴³⁴ Münzer, *Viaje por España y Portugal*, 173-175.

⁴³⁵ Pérez de Tudela e Gschwend, "Renaissance menageries", 25.

difusão de plantas pelo mundo como uma das consequências da Expansão europeia na longa duração. Num primeiro momento, logo no século XV, assistiu-se à importação de plantas de outros continentes para a Europa, tendo Portugal uma posição privilegiada neste processo, uma vez que tinha acesso directo às regiões de onde estas plantas eram endógenas. Por exemplo, se em Portugal já existiam dragoeiros no século XV, segundo Alfredo Margarido, apenas em meados do século XVII chegou o primeiro exemplar ao norte da Europa. Contudo, à semelhança do que se verifica com outras espécies, tanto da flora como da fauna, são muito poucas as representações conhecidas produzidas por artistas portugueses, ao passo que, pelo contrário, uma das primeiras representações europeias conhecidas de um dragoeiro se encontra na obra de Carolus Clusius (**Figura 1.10**). A este propósito, é de referir que, posteriormente, se assistiu a uma circulação muito mais abrangente das plantas entre continentes, atendendo, evidentemente, aos interesses económicos europeus. Pode apontar-se como exemplo a introdução de diversas culturas europeias nas ilhas Atlânticas e na costa ocidental africana (os casos mais emblemáticos sendo a introdução do trigo, a vinha e a cana-de-açúcar na Madeira); ou ainda o intenso intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. Este processo conduziu a uma alteração profunda dos sistemas ecológicos, e constituiu uma importante e duradoura via de dominação do Ocidente sobre os territórios extra-europeus, frequentemente submetidos à imposição de culturas industriais que alimentavam os circuitos económicos dos países colonizadores.⁴³⁶

A presença de animais extra-europeus vivos, contudo, seria provavelmente um dos elementos mais distintivos da Lisboa renascentista, e certamente uma das características que mais impressionaria os viajantes que a visitavam. Foi logo a partir do reinado de D. João I, com a conquista de Ceuta em 1415, que os portugueses começaram a tomar conhecimento da diversidade faunística do continente africano. Posteriormente, com a chegada à Índia, em 1498, e ao Brasil, em 1500, a fauna extra-europeia foi-se tornando cada vez mais numa fonte de curiosidade e interesse. Estes animais eram observados nos seus meios naturais, e muitas vezes capturados e recolhidos para serem transportados para a Europa, onde, como veremos no capítulo

⁴³⁶ Sobre este tema, veja-se: Alfredo Margarido, *As surpresas da flora no tempo dos Descobrimentos*, Lisboa, Elo, 1994, 19.

seguinte, eram exibidos em ocasiões cerimoniais ou utilizados como prendas diplomáticas ao Papado ou a membros das famílias reais europeias.⁴³⁷

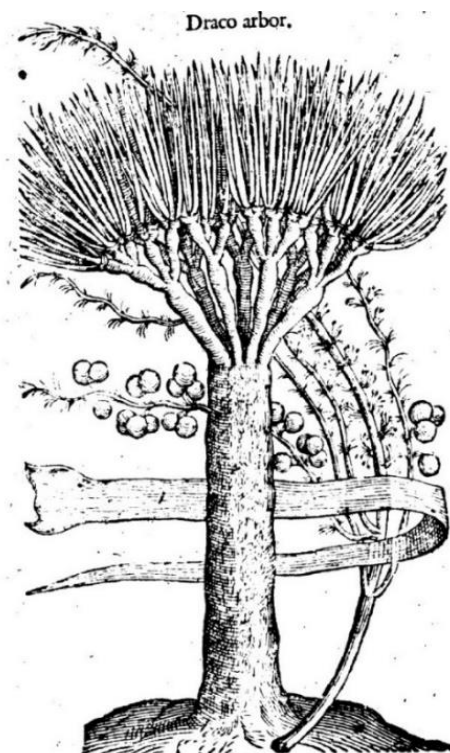


Figura 1.10 – Anónimo. Gravura de um dragoeiro na obra *Rariorum aliquot stirpium per Hispanias [...]*, de Carolus Clusius. Antuérpia, 1576.

As fontes produzidas por estrangeiros de passagem por Lisboa são bastante ricas em referências aos animais exóticos que se podiam observar na cidade. Por exemplo, a mais recuada referência à existência de um elefante em Lisboa, da autoria de Nicolau Lanckman, data do começo da década de 1450;⁴³⁸ na década seguinte, Leon de Rosmithal de Blatna terá encontrado gatos de algália no palácio de D. Afonso V em Évora.⁴³⁹ Já no final do século, Münzer afirmava ter visto um enorme crocodilo exposto no coro do convento da Santíssima Trindade, um bico de pelicano e um pequeno crocodilo na igreja de Nossa Senhora da Luz, para além de camelos, leões e uma pele de cobra nos paços de D. João II em Évora e Lisboa.⁴⁴⁰ E em 1514, o relato de Jan Taccoen, que esteve em Lisboa vinte anos depois de Münzer, inclui uma extensa e detalhada descrição da aparência, comportamento e temperamento dos três jovens elefantes que

⁴³⁷ Isabel Drumond Braga, “Descobrir e Juntar Animais: “Novas Novidades”, Pátio dos Bichos e Jardim Zoológico de Lisboa”, in *Animais e Companhia na História de Portugal*, 318.

⁴³⁸ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha*, 39 e 41-43.

⁴³⁹ *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, 283.

⁴⁴⁰ Münzer, *Viaje por España y Portugal*, 66 e 70-71.

o autor terá observado por diversas vezes nos nove dias que passou em Lisboa. Ficamos a saber, pela descrição, que os elefantes eram utilizados como animais de trabalho, uma vez que o autor menciona ter visto um deles a puxar um canhão com o auxílio de uma corda. O autor salienta ainda que cada animal tinha o seu palafrenero, e que apesar do seu aspecto ameaçador, os elefantes eram inofensivos.⁴⁴¹ Pelo detalhe da descrição, que ocupa sensivelmente uma página entre as oito que constituem o relato sobre Lisboa, parece-nos evidente que embora já fossem exibidos elefantes na cidade pelo menos desde meados do século anterior, para a grande maioria dos europeus – mesmo para os membros das elites, como era o caso do senhor de Zillebeke – este animal continuava a ser estranho. Aliás, quase no final do relato, o autor afirma que se viam em Lisboa “muitos animais e gente estranha”, tendo o elefante sido apenas, provavelmente, um dos elementos que mais o marcou, tendo, por isso, merecido maior destaque no texto.

Com efeito, a partir do reinado de D. Manuel, animais de grande porte, como elefantes e rinocerontes, eram frequentemente adquiridos e enviados para Lisboa por vice-reis e governadores do Estado da Índia. Só Afonso de Albuquerque, por exemplo, terá enviado quatro elefantes para a capital portuguesa entre 1501 e 1514. E a Coroa portuguesa ainda exigia o envio de elefantes como tributo aos soberanos asiáticos que eram seus vassalos, tendo recebido pelo menos treze destes animais ao longo do século XVI. No que diz respeito aos rinocerontes, apenas dois terão sido enviados para Lisboa nesta centúria: o conhecido rinoceronte que D. Manuel enviou ao papa Leão X, e um outro em 1577-78, que terá sido observado por Philippe de Caverel, e que foi enviado de Goa para D. Sebastião, e posteriormente levado para Madrid juntamente com um elefante, após a incorporação de Portugal na Monarquia Espanhola por Filipe II.⁴⁴²

Esta megafauna asiática parece ter-se tornado num elemento de tal forma emblemático da Lisboa quinhentista, que para além de ser mencionada pela maioria dos autores que escreveram sobre a cidade, ainda figura na célebre obra de Francisco de Holanda: no capítulo em que aponta o insuficiente abastecimento de água em Lisboa, Holanda apresenta como solução o projecto de uma fonte grandiosa, feito para D. João

⁴⁴¹ *Lisboa em 1514*, 125-126.

⁴⁴² Donald F. Lach, “Asian Elephants in Renaissance Europe”, 134; Pérez de Tudela e Gschwend, “Renaissance Menageries”, 445.

III, “para a trazer ao Rossio por quatro elefantes”. Na ilustração do autor (**Figura 1.11**), pode identificar-se ao centro um busto feminino assente numa coluna, e em torno desta, quatro colossais elefantes indianos, de cujas trombas jorra água. E na mesma obra, é ainda apresentado o desejo que o Infante D. Luís teria confessado ao próprio Holanda, de construir uma fonte na Ribeira, também ela com um elefante, para abastecer as naus da Índia (**Figura 1.12**).⁴⁴³ Esta inclusão dos elefantes numa obra como a de Holanda é uma escolha significativa do ponto de vista simbólico. Possivelmente, o autor ter-se-á inspirado na fonte em forma de elefante que terá visto na Villa Medici, em Roma, e reproduzido numa representação incluída no seu *Album das Antigualhas* (**Figura 1.13**).⁴⁴⁴ Os elefantes, que se haviam tornado num emblema quase identitário da dinastia de Avis a partir do reinado de D. Manuel, e que, simultaneamente, representavam um papel tão característico no quotidiano de Lisboa, foram, enfim, incorporados nas soluções que Holanda apresentava no seu projecto urbanístico para monumentalizar e melhorar a cidade.



Figura 1.11 – Francisco de Holanda. “Lembrança da fonte d’água Liure trazida ao Rossio” [Detalhe]. Ilustração de *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571).

⁴⁴³ Holanda, *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, fl. 18.

⁴⁴⁴ Sobre este livro de desenhos, de monumentos de Roma que Holanda viu durante a sua permanência na cidade entre 1538 e 1540, veja-se Sylvie Deswarte, “*Prisca Pictura e Antiqua Novitas*. Francisco de Holanda e a taxonomia das figuras antigas”, *Ars* 4, 7 (2006): 14-27.



Figura 1.12 – Francisco de Holanda. “Lembrança da fonte para as Naos na Ribeira”. Ilustração de *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571).



Figura 1.13 – Francisco de Holanda, desenho de fonte da Villa Medici (pormenor). *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* (c. 1538-1540), fl. 32v. Madrid, Biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo de El Escorial.

Contudo, é importante referir que também se podia encontrar outro tipo de animais em Lisboa, logo a partir do século XV. Animais de pequeno porte, como diversas espécies de símios e pássaros, eram regularmente trazidos por elementos das tripulações como animais de companhia, tendo sido o seu potencial comercial rapidamente reconhecido por mercadores estabelecidos em Lisboa. O veneziano Alvise

de Cadamosto terá trazido mais de 150 papagaios de uma das suas viagens exploratórias à África ocidental ao serviço do Infante D. Henrique na década de 1450, e no seu relato conta tê-los vendido a cerca de um ducado cada.⁴⁴⁵ Lucas Rem, um agente dos Welser de Augsburg, terá adquirido papagaios e macacos africanos quando visitou Portugal, entre 1503 e 1508. E pelo menos entre 1505 e 1530, agentes dos Függer em Lisboa enviavam regularmente símios, pavões e felinos para a sua sede em Augsburg, e a partir de 1520, para Antuérpia.⁴⁴⁶ Um livro de contas da Casa da Guiné recentemente publicado no livro *The Global City*, relativo a 1504-1505, menciona as taxas alfandegárias cobradas sobre um papagaio e um gato pequeno (provavelmente uma civeta), estimadas em 600 reais.⁴⁴⁷ Estes exemplos demonstram que muitos destes animais extra-europeus eram comerciados, e embora não fossem certamente acessíveis a todos, podiam ser adquiridos por nobres e burgueses, não sendo, por isso, exclusivos das famílias reais europeias. Ainda assim, é bastante comum encontrarem-se representações de pequenos macacos em retratos aristocráticos, como o de Catarina de Aragão e Castela, pintado por Lucas Horenbout ou o de Isabel Clara Eugenia, da autoria de Alonso Sánchez Coello (**Figura 1.14**). E D. Manuel possuía um aviário no Paço da Ribeira, que incluía não só aves de caça do norte da Europa, mas também papagaios, sendo que exemplares destes últimos se contavam entre os presentes enviados pelo monarca ao papa Leão X. Estes exemplos demonstram que mesmo estes animais exóticos de pequeno porte, pese embora o facto de se poderem considerar mais comuns e socialmente mais difundidos, eram, ainda assim, encarados como bens valiosos.

Mais à frente, será sistematicamente analisada a utilização política dos animais extra-europeus pela monarquia portuguesa nos séculos XV e XVI. É, contudo, importante salientar que exemplares desta fauna, independentemente da sua maior ou menor raridade e exclusividade, não constituíam apenas símbolos de poder para uma dinastia cuja situação política se encontrava tão indelevelmente relacionada com o processo expansionista. Estes animais, que eram importados de África, da Ásia e das Américas com o intuito de serem comerciados, ostentados ou oferecidos a individualidades da política europeia coetânea, também acabaram por ter uma

⁴⁴⁵ *Viagens dos Descobrimentos*, 110-111.

⁴⁴⁶ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 7.

⁴⁴⁷ Gschwend e Lowe, *The Global City*, 267.

profunda e duradoura influência no conhecimento que se produzia e circulava na Europa sobre o mundo natural extra-europeu, e em particular, sobre a fauna. Deste modo, é essencial salientar o papel destes animais não só como instrumentos de poder, mas também como fontes, objectos, e sobretudo, como agentes de conhecimento. Os animais extra-europeus continuamente transportados para Lisboa, onde podiam ser observados por virtualmente qualquer pessoa, representavam na verdade, para largos sectores da sociedade, o único contacto efectivo possível com a natureza extra-europeia. E numa sociedade ainda profundamente marcada pela iliteracia, e onde, por conseguinte, o acesso à cultura escrita se encontrava reservado somente a alguns, a importância destes animais como testemunhos vivos e tangíveis de realidades naturais distantes não deve ser menosprezada.



Figura 1.14 – Alonso Sanchez Coello (c. 1531-1588). Retrato de Isabel Clara Eugenia segurando um macaco. Londres, Rafael Valls Gallery.

Torna-se, assim, evidente a importância do comércio e das actividades imperiais para a produção de conhecimento sobre o mundo natural extra-europeu, nomeadamente através da circulação de plantas e animais vivos, bem como de vários

tipos de *commodities* de origem natural.⁴⁴⁸ É importante referir que, sendo indiscutível que nos séculos XV e XVI o conhecimento europeu sobre o resto do mundo aumentou sem precedentes, tal como afirma Daniela Bleichmar a vasta maioria dos europeus contactava com a natureza dos outros continentes na Europa, não *in situ*. E isto aplica-se não só à generalidade da população, que podia observar elementos da natureza africana, asiática e americana em mercados de cidades cosmopolitas como Lisboa, Sevilha, Antuérpia ou Amsterdão, aos príncipes, aristocratas e mercadores abastados que consumiam e colecionavam estas *commodities*, aos artistas que as representavam, mas também aos próprios naturalistas. Na realidade, estes últimos, na sua larga maioria, estudavam a natureza extra-europeia através da leitura de tratados de história natural, relações de viajantes e outro tipo de fontes, da recolha de testemunhos em primeira mão e da troca de informações com os seus múltiplos contactos locais e internacionais, que podiam provir de vários contextos sociais e intelectuais. Mas esta investigação também era realizada através da aquisição e da observação de exemplares de espécies animais e vegetais, matéria médica, produtos alimentares, especiarias e todo o tipo de produtos importados de origem natural. Assim, o conhecimento sobre a natureza dos outros continentes era produzido e circulava em diversos contextos, desde cortes, jardins e *ménageries* reais até mercados e boticas urbanos.⁴⁴⁹

No que respeita ao conhecimento sobre os animais, estas questões são particularmente bem ilustradas, por exemplo, na afirmação de Clusius, que durante décadas havia julgado errada a informação transmitida por Antonio Pigafetta sobre as aves-do-paraíso na sua relação sobre a viagem de Fernão de Magalhães. Embora Pigafetta tenha, muito provavelmente, observado estes pássaros durante a sua passagem pelo sudeste asiático, foi acusado pelos seus contemporâneos de ter produzido uma descrição falsa dos mesmos, porque ao atribuir-lhes patas, a informação que veiculava não se encontrava de acordo com os exemplares preservados comerciados nas cidades europeias. Só após ter observado, em Amsterdão, exemplares

⁴⁴⁸ Sobre esta questão, veja-se o excelente volume colectivo *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*, ed. Pamela H. Smith e Paula Findlen (Nova York – Londres: Routledge, 2002).

⁴⁴⁹ Daniela Bleichmar, “Books, Bodies and Fields: Sixteenth Century Transatlantic Encounters with New World *Materia Medica*”, in *Colonial Botany: Science, Commerce, and Politics in the Early Modern World*, eds. Londa Schiebinger e Claudia Swan (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005), 83-99.

destas aves ainda com as patas, Clusius se convenceu, “sem dificuldade”, de que o conhecimento que detinha antes, baseado na sua observação destas espécies em Lisboa e na Bélgica, se encontrava, afinal, incorrecta, apressando-se a incluir um apêndice sobre este tópico na sua obra de referência.⁴⁵⁰ Da mesma forma, o relato de Jan Taccoen sugere que este autor não se encontrava, de todo, familiarizado com o elefante até observar estes animais em Lisboa; não citando qualquer autoridade clássica ou contemporânea na sua descrição, todo o seu conhecimento sobre o animal parece basear-se nesta observação em contexto urbano.⁴⁵¹ Mas o exemplo mais paradigmático desta relação íntima entre a circulação de animais vivos, a circulação de notícias e a produção de conhecimento sobre a natureza extra-europeia dentro da própria Europa, por actores social e “profissionalmente” diversificados, é porventura o da célebre gravura do rinoceronte por Dürer. Enviado da Índia a D. Manuel, e depois por este ao Vaticano, ao papa Leão X no âmbito de uma economia da dádiva, o animal acabou por perecer antes de chegar ao seu destino. Contudo, foi imortalizado através de uma gravura, produzida pelo artista alemão, o qual, por seu turno, nunca o terá visto, com base numa representação e numa carta que lhe chegaram de Lisboa. Como veremos à frente, esta imagem, produzida no contexto desta circulação de conhecimentos entre cidades europeias, cruzando actividades imperiais, diplomáticas, comerciais e artísticas, não obstante a suas inúmeras imprecisões, viria a tornar-se, ao longo de séculos, na imagem canónica deste animal.

⁴⁵⁰ Lawrence, *Monstrous Assembly*, 305.

⁴⁵¹ *Lisboa em 1514*, 125-126.

2. Animais e poder: uma perspectiva global

“As a long term phenomenon, kingship has normally established a strong bond with the forces of nature, beginning with the animals. (...) Was zoology likely to have played a role in the process of constructing the king’s identity and public persona?”

Víctor Alonso Troncoso, “The Zoology of Kingship”, 53.

Animais africanos e asiáticos foram um dos primeiros elementos exóticos presentes na corte portuguesa, e também um dos principais elementos de fausto, que a partir de meados do século XV e sobretudo no século XVI, a diferenciavam cabalmente das restantes cortes europeias.⁴⁵² Como vimos no capítulo anterior, a partir do século XV multiplicaram-se na Europa as notícias sobre o mundo natural extra-europeu, e aumentou exponencialmente o consumo de produtos ditos exóticos. É, contudo, importante ressaltar que, tal como sustenta Erik Ringmar, já na Idade Média existia uma predisposição cultural e uma apetência para o exótico e para o consumo de coisas extra-europeias. Para Ringmar, este terá sido um dos factores que estimularam o expansionismo europeu da primeira modernidade, tendo ditado o seu enorme sucesso comercial.⁴⁵³

Jack Goldstone, autor de referência das ciências sociais para a história global, foi ainda mais longe na sua análise sobre a ascensão do Ocidente na Idade Moderna, afirmando que terá sido, em larga medida, o desejo europeu de aceder aos produtos e às riquezas asiáticas, e de participar no comércio altamente lucrativo das civilizações asiáticas através de uma rota que não fosse controlada pelo Otomanos que impulsionou e motivou o processo de exploração marítima.⁴⁵⁴ Como se sabe, a chegada à Índia por mar tornou-se num objectivo assumido da Coroa portuguesa apenas no início do reinado de D. João II; contudo, já em meados do século XV Gomes Eanes de Zurara apontava a procura de mercados onde os portugueses pudessem comerciar sem concorrência como um dos motivos que conduziram o Infante D. Henrique a promover

⁴⁵² Pérez de Tudela e Gschwend, “Renaissance Menageries”, 421.

⁴⁵³ Ringmar, “Audience for a Giraffe”, 376-377.

⁴⁵⁴ Goldstone, *História Global da Ascensão do Ocidente*, 85-89.

a ultrapassagem do Cabo Bojador, até então o limite meridional das águas navegadas pelos europeus.⁴⁵⁵ Percebe-se, então, que para além das evidentes motivações religiosas e do ideal de Cruzada do Infante, o estabelecimento de contactos e de relações comerciais para lá dos tradicionais circuitos europeus foi um objectivo e uma realidade desde as primeiras expedições marítimas ao continente africano. Embora seja certamente discutível e problemático apontar uma única causa para o despoletar de um dado fenómeno histórico, acreditamos que as teses materialistas de Goldstone e de Ringmar – que foram partilhadas por Magalhães Godinho⁴⁵⁶ – merecem consideração.

Deste modo, se alguns dos animais, produtos e objectos extra-europeus que a partir do século XV marcaram a fisionomia da corte portuguesa eram, de facto, completamente novos, como veremos de seguida, uma parte assinalável não era inteiramente desconhecida dos europeus. Longe de ser um resultado directo da Expansão e uma novidade absoluta nas práticas de consumo modernas, o interesse e a procura europeias por produtos e animais africanos e asiáticos já era uma realidade em séculos anteriores. Da mesma forma, também no que diz respeito às estratégias de representação simbólica e de manifestação de *status*, os animais, e em especial os animais exóticos e selvagens, já desempenhavam um papel relevante nas práticas cerimoniais e performativas do poder em épocas anteriores, sendo, como veremos, a apropriação política da natureza transversal à generalidade das civilizações afro-asiáticas. Como veremos neste capítulo, pode, assim, identificar-se a ostentação e a utilização de produtos e animais extra-europeus como prendas diplomáticas desde a Antiguidade e ao longo de toda a Idade Média, em contextos geográficos e civilizacionais distintos.

⁴⁵⁵ Sobre as motivações do Infante identificadas por Zurara, vide Zurara, *Cronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, 44-49 (capítulo VII).

⁴⁵⁶ Godinho, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*.

2.1. A Rota da Seda e a circulação de *commodities* no Velho Mundo

Desde a Antiguidade, rotas terrestres de longo curso ligavam a Europa ao extremo oriental asiático, desempenhando um papel fundamental nas trocas culturais, religiosas e artísticas que se estabeleciam na Afro-Eurásia.⁴⁵⁷ Algumas destas rotas já eram utilizadas havia séculos, tal como já existia comércio de longo curso neste vasto espaço, assente nomeadamente no lápis-lazúli e no jade. Mas a literatura aponta para um incremento a partir do início do século I d.C., altura a partir da qual, em teoria, já seria possível atravessar-se toda a área continental de um extremo ao outro através destes percursos. Não obstante as longas distâncias e a consequente morosidade das viagens, a que acrescia um conhecimento geográfico ainda imperfeito, estabeleceram-se intensos contactos culturais entre povos e civilizações heterogéneas, dispersos por estes vastíssimos territórios. A partir do século I, entre as entidades políticas em contacto através destas rotas podem contar-se o Império Romano (c. século I a.C. a século V d.C.), o Império Parta (século III a.C. a III d.C.), o Império Kushana (século I d.C. ao século IV), os nómadas Xiongnu da Ásia Central (c. século IV a.C. a século IV d.C.), e o Império Han (séculos III a.C. a III d.C.).

Naturalmente, o principal estímulo a que estes contactos se desenvolvessem foram o comércio e a circulação de produtos e artigos valiosos. Estes eram transportados por terra, com recurso a animais de carga, detendo o camelo bactriano um protagonismo incontestável, e também através de ligações fluviais, nas quais eram utilizadas embarcações de pequeno porte. Para além disso, existiam ainda rotas marítimas, que operavam no Índico, no Golfo Pérsico, no Mar Vermelho e no

⁴⁵⁷ Para uma panorâmica geral sobre a Rota da Seda, vide os seguintes artigos de síntese disponíveis na [Heilbrunn Timeline of Art History](#), instrumento de trabalho desenvolvido pelo Metropolitan Museum of Art: Department of Ancient Near Eastern Art, “Trade Routes between Europe and Asia during Antiquity”; Idem, “Trade between Arabia and the Empires of Rome and Asia”; Idem, “Trade between the Romans and the Empires of Asia”; Elizabeth Williams, “Trade and Commercial Activity in the Byzantine and Early Islamic Middle East”. Para um estudo mais aprofundado, ver as seguintes obras: *The Year One. Art of the Ancient World. East and West*, Catálogo da exposição realizada no Metropolitan Museum of Art entre 3 de Outubro de 2000 e 14 de Janeiro de 2001, ed. Elizabeth J. Milleker (Nova York: The Metropolitan Museum of Art e Yale University Press, 2000); *The Silk Road. Trade, Travel, War and Faith*, Catálogo da exposição patente na British Library entre 7 de Maio e 12 de Setembro de 2004, eds. Susan Whitfield e Ursula Sims-Williams (Chicago: The British Library e Serindia Publications, 2004); Susan Whitfield, *Life along the Silk Road*, 2.ª edição (Oakland: University of California Press, 2015) e *Silk Roads: Peoples, Cultures, Landscapes*, ed. Susan Whitfield (Londres: Thames & Hudson, 2019).

Mediterrâneo.⁴⁵⁸ E embora as rotas mais conhecidas e evocadas sejam normalmente as que ligavam a Ásia à Europa, são também de referir aquelas que estabeleciam contactos entre a Península Arábica e a África Oriental.

As trocas, bem como a distribuição e o armazenamento das mercadorias, eram garantidas pela existência de uma extensa rede de entrepostos comerciais, localizados estrategicamente ao longo dos trajectos. A obra fragmentária *Estações Partas*, datada de entre o século I a.C. e o século I d.C., da autoria do geógrafo grego Isidoro de Cárax, constitui um dos poucos registos escritos sobre esta realidade, apresentando um itinerário dos entrepostos existentes da Antioquia aos limites da Índia, mantidos pela administração parta para garantir este tráfego comercial.⁴⁵⁹ Muitas destas rotas terrestres acabavam por terminar em portos mediterrânicos, através dos quais as mercadorias eram distribuídas pelas cidades do Império Romano, e mais tarde, após a sua dissolução, pelos diversos estados e entidades políticas europeias.

A chamada Rota da Seda, designação cunhada pelo Barão Ferdinand von Richthofen – um orientalista alemão do século XIX – e que no início do século XX se convencionou atribuir a este conjunto de rotas, servia, como referimos, sobretudo propósitos comerciais, circulando através dela matérias-primas, produtos alimentares e artigos de luxo. Da China, por exemplo, chegava seda (que era depois muitas vezes incorporada nas produções têxteis locais)⁴⁶⁰ até ao Sudoeste Asiático e ao

⁴⁵⁸ De assinalar a importância decisiva que o Mar Vermelho veio a ocupar, em séculos mais tardios, nomeadamente durante toda a Idade Média, no comércio de longo curso e nas interações entre o Mediterrâneo e o Índico. Este papel foi apenas enfraquecido pelo estabelecimento da rota do Cabo pelos portugueses a partir de 1498.

⁴⁵⁹ *Parthian Stations by Isidore of Charax. An account of the overland trade route between the Levant and India in the First Century B.C.*, transcrição grega, tradução para inglês e comentário de Wilfred H. Schoff (Philadelphia: Commercial Museum of Philadelphia, 1914), 17. De referir que Isidoro de Charax é apontado por vários estudiosos como o autor da “descrição do mundo” citada por Plínio, e produzida por encomenda do imperador Augusto. Segundo o autor da *História Natural*, o imperador romano havia incumbido um Dionísio nascido em Cárax de reunir toda a informação necessária sobre o Oriente, quando o seu filho mais velho estava prestes a ir para a Arménia comandar as tropas romanas contra os partas e os árabes (Pliny, *Natural History*, liv. VI, cap. 31). C. Müller e Wilfred H. Schoff, no início do século XX, ambos defenderam que Plínio se havia referido, erradamente, a Isidoro como Dionísio; o facto de se desconhecer a existência de um geógrafo com tal nome, e de Isidoro ser tido como uma das fontes de Plínio, nomeadamente para a sua descrição da Arábia (Pliny, *Natural History*, liv. VI, cap. 32) tornam esta tese verosímil, ainda que não universalmente aceite. A este propósito, veja-se: P. M. Fraser, *Cities of Alexander The Great* (Nova York: Oxford University Press, 1996), 88 e ss.

⁴⁶⁰ A seda é originária da China, recuando-se o desenvolvimento da sua técnica de produção a cerca do III milénio a.C.. Estruturalmente, foi um dos principais produtos de luxo chineses de exportação, e também um dos mais cobiçados nas trocas comerciais eurasiáticas, tendo chegado o seu preço ao peso a equivaler ao do ouro. A sua produção acabou por se disseminar pela Ásia, nomeadamente no Japão e na Índia (c.

Mediterrâneo, e muito posteriormente também porcelanas, enquanto do subcontinente indiano e das regiões em redor vinham especiarias e algodão. Através de rotas que partiam do sul da Península Arábica, e que eram controladas pelos árabes, comerciavam-se o incenso e a mirra, fragrâncias muito valorizadas provenientes desta região, mas também especiarias, ouro, marfim, pérolas, pedras preciosas e têxteis, provenientes de África, da Índia e da Ásia Oriental.⁴⁶¹ E de Nishapur, no actual Irão, provinham turquesas, algodão, diversos modelos de têxteis que incorporavam seda, um tipo distintivo de cerâmicas decoradas e ainda terra comestível, que se acreditava possuir poderes curativos.⁴⁶²

Posteriormente, já na Idade Média, as relações diplomáticas e comerciais estabelecidas entre o Império Bizantino (século V a 1453) e as potências da Ásia Ocidental, primeiro os persas Sassânidas (séculos III a VII) e depois os sucessivos califados islâmicos, foram das mais intensas, fervilhantes e multifacetadas da Rota da Seda. Em toda a Eurásia verificou-se um incremento no gosto e na procura por especiarias, incenso e sedas de luxo provenientes destas regiões. Este incremento é atestado, por exemplo, pela presença de têxteis de aparato do Médio Oriente, tanto em objectos artísticos como no registo arqueológico, desde a Europa até à China, passando pelo Egipto. Para além destes produtos de luxo exclusivos das elites, a circulação de produtos e objectos de uso quotidiano como cerâmicas, linhos, gado, e ainda moedas também se encontra documentada no registo arqueológico.⁴⁶³ Ao longo de toda a Idade Média, artigos como o sabão e peças de vidro e metal trabalhado inundavam os mercados venezianos, chegando, a partir destes, a muitas outras cidades europeias; e neste período ter-se-á assistido igualmente a um aumento do consumo de especiarias

século III), e depois no Médio Oriente através de Bizâncio (séculos V-VI). Sobre esta questão, veja-se Mary Ellen Snodgrass, *World Clothing and Fashion. An Encyclopedia of History, Culture and Social Influence* (Londres e Nova York: Routledge, 2014, 521 e seguintes; Stephen F. Dale, "Silk Road, Cotton Road or... Indo-Chinese Trade in Pre-European Times", *Modern Asian Studies* 43, 1 (2009): 80.

⁴⁶¹ Na sua *Geografia*, Estrabão mencionava a riqueza e prosperidade de que os mercadores árabes gozavam através do comércio de "aromas" e de outras mercadorias raras e valiosas (Strabo, *Geography*, ed. H. C. Hamilton e W. Falconer, liv. I, cap. II, disponível online na [Perseus Digital Library](http://www.perseus.tufts.edu/digital/)).

⁴⁶² Marika Sardar, "The Metropolitan Museum's Excavations at Nishapur", *Heilbrunn Timeline of Art History*, 2001, revisto em 2011.

⁴⁶³ Williams, "Trade and Commercial Activity".

na Europa, sendo estas utilizadas não só na alimentação, mas também nas práticas medicinais, nas cerimónias religiosas, e na confecção de perfumes e cosméticos.⁴⁶⁴

Com a fundação do Império Otomano, no final do século XIII, este também se tornou num dos grandes exportadores de sedas e de têxteis de luxo, de uma forma geral, para a Europa e no Médio Oriente. Não só teve um papel importante como intermediário no comércio de seda crua proveniente do território do actual Irão, como também, a partir de meados do século XVI, começou a produzir a sua própria seda, que conheceu grande aceitação e procura nos mercados europeus. Também neste período, no reinado de Süleyman I (r. 1520-1566), começaram a ser desenvolvidos os têxteis com motivos florais que vieram a tornar-se emblemáticos do estilo otomano.⁴⁶⁵

Deste modo, torna-se clara a ideia de que o consumo e a circulação de produtos foi, desde a Antiguidade, uma realidade estrutural neste contexto geográfico alargado, que engloba a Europa, a Ásia e pelo menos parte do continente africano. Uma vez que comerciantes, nómadas, peregrinos e viajantes de várias origens civilizacionais circulavam neste espaço, estas rotas comerciais eram também uma via privilegiada de produção e circulação de saberes e de práticas durante a Antiguidade e ao longo de toda a Idade Média. Um artigo recente sobre os trabalhos arqueológicos realizados na actual Etiópia, em locais do antigo reino de Aksum, demonstra como a localização geográfica e a participação desta entidade política nas rotas comerciais de longo curso que ligavam o Mediterrâneo à Ásia Meridional foram determinantes para a introdução do Cristianismo, bem como de uma série de outras práticas culturais e políticas nesta região, sendo este um caso bastante demonstrativo do carácter transformador destas intensas interacções civilizacionais para as sociedades humanas.⁴⁶⁶ Naturalmente, para além de produtos, pessoas, ideias, tecnologias, religiões, línguas, iconografias e demais práticas culturais, também animais, produtos de origem animal, e práticas e conhecimentos relacionados com os mesmos circulavam neste amplo e diverso espaço geográfico e civilizacional, como veremos de seguida.

⁴⁶⁴ Jordan, “Rarities and Novelties”, 34.

⁴⁶⁵ Nazanin Hedayat Munroe, “Silks from Ottoman Turkey”, *Heilbrunn Timeline of Art History*, 2012.

⁴⁶⁶ Michael J. Harrower, et al., “Beta Samati: discovery and excavation of an Aksumite town”, *Antiquity* 93, 372 (Dez. 2019): 1534-1552.

2.2. A utilização política dos animais na longa duração

As formas como os humanos se relacionavam com a natureza e com os animais foram desde sempre elementos determinantes e formativos na vida das sociedades humanas. Na cultura material do Médio Oriente antigo, as representações artísticas dão conta dos diversos tipos de interações que se estabeleciam entre humanos e animais, e do papel central que os animais desempenhavam para estas civilizações. Podem identificar-se, por exemplo, representações de animais domesticados essenciais para actividades humanas, como rebanhos de cabras e ovelhas, animais de carga utilizados em viagens de longo curso, ou ainda cavalos, importantes para o transporte e na guerra.

Cenas de caça e o interesse em animais selvagens, por outro lado, são temáticas estruturais nas manifestações artísticas de todos os períodos pelo menos desde o Paleolítico Superior, e também se encontram profusamente representadas na arte das civilizações do Médio Oriente antigo, cumprindo muitas vezes esta iconografia propósitos rituais e simbólicos. A representação de animais selvagens, em particular leões e touros, em cenas de caça é um elemento central da iconografia associada à realeza e ao poder, simbolizando a apropriação da natureza pelos soberanos, bem como a sua força e aptidão física.⁴⁶⁷ Com efeito, a partir do Neolítico, com a domesticação de animais e plantas e a possibilidade de os humanos controlarem activamente a natureza, a caça perdeu o seu estatuto privilegiado enquanto elemento central das práticas de subsistência. Contudo, permaneceu uma actividade económica importante para a obtenção de bens comerciáveis, e sobretudo continuou a desempenhar uma função política essencial, de manifestação de poder e autoridade, bem até à Idade Moderna na generalidade da Eurásia.⁴⁶⁸

Outra das formas, transversais às civilizações antigas e também medievais do Velho Mundo, de apropriação política, simbólica e ritual dos animais consistia na reunião de exemplares de espécies selvagens, algumas das quais raras ou provenientes de territórios distantes. Os mais recuados registos desta prática situam-se no Egipto, onde desde o V milénio a.C., animais considerados sagrados, como gazelas e antílopes,

⁴⁶⁷ Sobre esta temática, vide: Department of Ancient Near Eastern Art, "Animals in Ancient Near Eastern Art", *Heilbrunn Timeline of Art History*, 2014.

⁴⁶⁸ Allsen, *The Royal Hunt in Eurasian History*, 7-10.

eram capturados e mantidos em complexos religiosos.⁴⁶⁹ Já no II milénio, felinos como chitas e leões começaram a ser utilizados na caça e na guerra, datando da mesma época a mais recuada evidência conhecida da criação e manutenção, por parte de um soberano, de uma *ménagerie* com propósitos políticos: inscrições no cemitério de Saqqara, perto de Mênfis, datadas de aproximadamente 2500 a.C., revelam que os egípcios mantinham grupos de mamíferos artiodáctilos, como gazelas, órix e adax, carnívoros como chitas, hienas e mangustos, e aves como íbis e falcões. Enquanto alguns destes animais, considerados sagrados pelos egípcios, eram utilizados em rituais religiosos, outros seriam mantidos pelos soberanos aparentemente com o intuito de serem domesticados. Posteriormente, a célebre faraó Hatshepsut (r. 1490-1470 a.C.) terá enviado em direcção ao Mar Vermelho a primeira expedição conhecida para captura de animais selvagens, constituindo uma *ménagerie* em Tebas onde manteria elefantes e leopardos importados da Índia, bem como símios e uma girafa provenientes da actual Somália. O seu sucessor, Tutemósis III (r. 1479-1425 a.C.) estabeleceu, em Karnak, não só uma *ménagerie*, mas também um jardim botânico após uma das suas campanhas militares na Síria, aos quais apenas teria acesso um grupo muito restrito dos seus cortesãos. Em escavações arqueológicas no seu palácio, foram exumados ossos de elefantes africanos, leões, gazelas e antílopes que atestam a existência desta *ménagerie*, e representações iconográficas mais tardias também mostram a entrega a faraós de antílopes, girafas, chitas e símios.⁴⁷⁰

Segundo textos cuneiformes, também os reis assírios (1365-609 a.C.) constituíam jardins reais privados, onde reuniam, entre outros animais, elefantes, leões e símios, bem como espécies de plantas exógenas, como vinhas e tamareiras. Parte destas espécies de animais era adquirida através de tributos, que os soberanos assírios exigiam aos territórios sob o seu domínio. Para além de animais e plantas, estes tributos também

⁴⁶⁹ Zoo. *A History of Zoological Gardens in the West*, 17.

⁴⁷⁰ Alan Mikhail, "War and charisma. Horses and elephants in the Indian Ocean Economy", in *Asia Inside Out: Connected Places*, ed. Eric Tagliacozzo, Helen F. Siu, e Peter C. Perdue (Cambridge: Harvard University Press, 2015), 137-138; R. J. Hoage, Anne Roskell e Jane Mansour, "Menageries and Zoos to 1900", in *New Worlds, New Animals: From Menagerie to Zoological Park in the Nineteenth Century*, ed. R. J. Hoage e William A. Deiss (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996), 9; John Llewellyn-Jones, "Keeping and Displaying Royal Tribute Animals in Ancient Persia and the Near East", in *Interactions between Animals and Humans in Graeco-Roman Antiquity*, ed. Thorsten Fögen e Edmund Thomas (Berlim e Boston: De Gruyter, 2017), 309 e 324-325.

incluiriam outros produtos de valor, alguns dos quais de origem animal, como o marfim, presente em significativa quantidade no registo arqueológico, nomeadamente na forma de esculturas encontradas em palácios neo-assírios (a partir de 911 a.C.).⁴⁷¹ E à semelhança da generalidade das colecções de animais selvagens do Médio Oriente antigo, também as dos reis assírios eram providas não só através do comércio e de tributos cobrados aos seus vassallos, mas principalmente através de grandes expedições de caça, em que ao invés de matarem os animais, os monarcas os capturavam vivos para os exibirem como troféus. Neste caso, em períodos mais recuados, os leões detinham um protagonismo indiscutível, uma vez que também eram utilizados em sacrifícios rituais, o que conduziu a que fossem procuradas e caçadas alcateias inteiras por estes reis. Mas mais tarde, com Tiglate-Pileser I (r. 1114-1076 a.C.), as capturas passaram a incluir também elefantes sírios, aves, crocodilos e outros animais aquáticos provenientes do Egipto, que aparentemente não serviam propósitos rituais, sendo apenas recolhidos para exibição aos seus súbditos. Posteriormente, soberanos neo-assírios estenderam este tipo de caça a outras espécies, como avestruzes, gado selvagem, macacos, cervos, ursos e felinos, simbolicamente emulando o papel de criadores, ao manipularem a natureza, capturando e movendo os animais para as suas cidades capitais para serem observados e admirados pelos seus súbditos.⁴⁷²

Vários outros exemplos asiáticos podem ser enunciados. No século XIV a.C., os imperadores chineses reuniram nos seus palácios animais provenientes de várias regiões. E no século XII da mesma era, o Imperador Wen-Wang terá estabelecido um grande parque, chamado Jardim do Conhecimento, e destinado à caça e à pesca.⁴⁷³ Na Índia, no épico *Mahabharata*, escrito em sânscrito e cujas origens se acredita recuarem ao século IX ou VIII a.C. (embora os excertos mais antigos conhecidos datem de aproximadamente 400 a.C.),⁴⁷⁴ existem referências à utilização de elefantes em batalhas de civilizações antigas; e representações iconográficas de elefantes com cordas pendentes dos seus corpos, identificadas no registo arqueológico em Harapa e Moenjodaro (sítios associados à civilização do vale do Indo), são comumente

⁴⁷¹ Department of Ancient Near Eastern Art, "Animals in Ancient Near Eastern Art".

⁴⁷² Llewellyn-Jones, "Keeping and Displaying Royal Tribute Animals", 315-316.

⁴⁷³ Hoage, Roskell e Mansour, "Menageries and Zoos to 1900", 9; Zoo. *A History of Zoological Gardens in the West*, 17.

⁴⁷⁴ John Brockington, *The Sanskrit Epics* (Leiden, Boston e Colónia: Brill, 1998), 26.

apresentadas como indícios da captura e domesticação de elefantes neste contexto a partir do II milênio a.C., sendo ainda de mencionar a importância destes animais para o Hinduísmo (Ganesha, o deus com cabeça de elefante, é uma das divindades mais reverenciadas do panteão hindu, considerado o removedor de obstáculos e associado à sabedoria e ao intelecto), e também para o Budismo.⁴⁷⁵ Para além dos elefantes – que em séculos mais tardios adquiriram uma enorme relevância simbólica e política, como animais de guerra, para as práticas e concepção de soberania na Índia⁴⁷⁶ – também felinos como leões e chitas terão começado a ser utilizados na guerra e na caça.⁴⁷⁷ Na verdade, os leões desempenharam, desde cedo, um papel de relevo na literatura e nas artes visuais da Ásia Meridional. Segundo alguns autores, a introdução de leões do sudoeste asiático nesta região terá sido antropogénica, para práticas de caça real, e este animal encontrou-se, tal como o elefante, intimamente associado ao Hinduísmo, ao Budismo e à realeza na Índia a partir de, pelo menos, meados do primeiro milênio a.C., simbolizando a força, a virtude e a moralidade.⁴⁷⁸

Mais tarde, os reis persas do vasto Império Aqueménida (c. 559-331 a.C.), cuja soberania se estendia desde a Índia e do Afeganistão até à Etiópia e à Líbia, exigiam lealdade e tributos às populações que conquistavam, existindo em Persépolis, a sua capital, diversas representações iconográficas de delegações estrangeiras prestando obediência aos monarcas. Para além de produtos de luxo, como marfim, ouro, prata, têxteis e pedras preciosas, diversas espécies de animais exóticos, entre os quais leões asiáticos, camelos bactrianos, zebus, girafas, asnos selvagens africanos e cavalos árabes chegavam, como tributos, à corte dos aqueménidas, existindo ainda evidências textuais da presença de papagaios, pavões e galos-banquiva. E à semelhança de outras civilizações antigas asiáticas e mediterrânicas, também os persas adoptaram a constituição de parques reais, os *paradeisoi* – de onde, através do grego, deriva a palavra e o conceito de Paraíso – como um elemento essencial da sua cultura de comunicação política. Símbolos vivos do extenso domínio persa, estes grandes jardins e

⁴⁷⁵ Nicholas K. Redmond, *Elephants and Empire: The Asian elephant, from Alexander to Akbar*, tese de licenciatura em História apresentada à Universidade do Utah, 2015, 4.

⁴⁷⁶ Sobre esta questão, vide Thomas R. Trautmann, *Elephants & Kings. An environmental history* (Chicago: University of Chicago Press, 2015).

⁴⁷⁷ Zoo. *A History of Zoological Gardens in the West*, 17.

⁴⁷⁸ A este propósito, veja-se Pushkar Sohoni, “Old fights, new meanings. Lions and elephants in combat”, *Res: Anthropology and aesthetics* 67-68 (2016-2017): 225-234.

florestas eram concebidos como um império em miniatura, e providos não só com os animais selvagens que os soberanos recebiam dos seus vassalos, mas também com exemplares da flora de todas as regiões sob o seu controlo. Também estes espaços eram utilizados para a prática da caça real, cujo valor, como já foi referido, sobretudo para épocas mais recuadas, não se esgotava de todo na sua função recreativa, sendo uma actividade plena de significado político e de expressão de autoridade.⁴⁷⁹

O contacto de Alexandre, o Grande (r. 336-323 a.C), com as realidades persa e indiana gerará porventura a primeira apropriação, por uma entidade política originária do espaço geográfico europeu, das práticas performativas do poder⁴⁸⁰ e de utilização simbólica da natureza características das civilizações antigas asiáticas. Existem registos de que, a partir do século VII a.C., gregos mais abastados importavam e reuniam algumas espécies africanas de macacos, aves e gatos domésticos, mas parece ser consensual que não possuíam grandes *ménageries* comparáveis às que, como vimos, eram constituídas noutras partes do mundo antigo. Pelo contrário, estas colecções cumpriam sobretudo funções educativas, sendo que o interesse por grandes mamíferos selvagens, e especialmente a sua utilização como símbolos de poder, parece só se ter desenvolvido a partir de Alexandre e das suas campanhas de conquista pela Ásia.⁴⁸¹

A partir de 334, o rei macedónio deu início à conquista do vasto império persa, e terá sido na sua última batalha contra Dário III (r. 336-330 a.C.), último rei aqueménida, que o exército de Alexandre enfrentou pela primeira vez um conjunto de quinze elefantes indianos de guerra, tendo saído vitorioso. Alguns anos mais tarde, no entanto, tentando conquistar a Índia, na célebre Batalha de Hidaspes (326 a.C.), as tropas de Alexandre encontraram um exército muito mais poderoso, com um contingente de elefantes significativamente mais numeroso⁴⁸² liderado pelo rei indiano Poro. Embora este último tenha sido derrotado, as fontes antigas sugerem que a extrema dificuldade

⁴⁷⁹ Llewellyn-Jones, “Keeping and Displaying Royal Tribute Animals”, 305-338.

⁴⁸⁰ Para uma análise problematizante deste tema, veja-se James Mullen, “Beyond Persianization: The Adoption of Near Eastern Traditions by Alexander the Great”, in *Brill’s Companion to the Reception of Alexander the Great*, ed. K. R. Moore (Leiden e Boston: Brill, 2018), 233-253.

⁴⁸¹ Hoage, Roskell e Mansour, “Menageries and Zoos to 1900”, 10; Zoo. *A History of Zoological Gardens in the West*, 17; Loisel, *Histoire des menageries*, 53.

⁴⁸² Não existe, nas fontes antigas, consenso sobre o número exacto de elefantes do exército de Poro. Xenofonte (*Anábasis*) refere 200, Cúrcio Rufo (*História de Alexandre*) menciona 85, e Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*), 130. A este propósito, veja-se Redmond, *Elephants and Empire*, 23, nota 54; uma síntese dos relatos das campanhas de Alexandre por estes autores antigos pode ler-se nas páginas 19-27.

da batalha, indissociável do impressionante contingente de elefantes, terão sido determinantes para ditar, pouco tempo depois, o fim abrupto das campanhas de conquista de Alexandre na Índia, após uma sublevação dos seus veteranos.

Após a morte de Alexandre, o seu império foi dividido entre os seus generais, os chamados diádocos ou *diadochi*, o que marca o início do período helenístico, caracterizado pela difusão da civilização grega entre o Mediterrâneo Oriental e a Ásia Central. A utilização de animais selvagens na propaganda régia do período helenístico foi estudada em detalhe por Maja Miziur-Moździoch,⁴⁸³ e a associação, neste período, entre a ideia e concepção de realeza e as forças da natureza materializadas em animais específicos tem sido magistralmente analisada por Víctor Alonso Troncoso.⁴⁸⁴ Com efeito, dois fenómenos explanados por estes autores parecem surgir após a expansão do império macedónio: em primeiro lugar, terá existido uma íntima associação entre pompa e esplendor nas cortes régias dos sucessores de Alexandre e o consumo e exibição de produtos asiáticos de luxo. Associada a estas práticas, verificou-se a constituição de colecções de animais raros e exóticos, que eram utilizados em ocasiões festivas e cerimoniais.

Um dos exemplos paradigmáticos deste período, neste aspecto, é o de Ptolomeu II Filadelfo (r. c. 283-246 a.C.) e da sua corte em Alexandria, onde manteria um conjunto de animais selvagens provenientes dos territórios sob o seu controlo. Segundo Diodoro Sículo (séc. I a.C.), o seu principal propósito seria o de aumentar o conhecimento dos gregos sobre espécies raras e incomuns, mas este autor também menciona que Ptolomeu despendia somas consideráveis de dinheiro nestas aquisições, para demonstrar o seu poder e riqueza através da ostentação de uma corte e de um quotidiano extravagantes.⁴⁸⁵ A descrição mais detalhada conhecida⁴⁸⁶ de uma procissão

⁴⁸³ Maja Miziur-Moździoch, "Exotic Animals as a Manifestation of Royal *luxuria*. Rulers and their Menageries: from the Pompe of Ptolemy II Philadelphus to Aurelian, *Phasis* 15-16 (2012-2013): 451-467; Idem, *Exotic animals in the life, culture and imagination of the Hellenistic Period: Big Cats*, tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Wrocław (Polónia), 2015.

⁴⁸⁴ Víctor Alonso Troncoso, "The Diadochi and the Zoology of Kingship: the elephants", in *After Alexander: The time of the Diadochi*, eds. Víctor Alonso Troncoso e Edward M. Anson (Oxford: Oxbow Books, 2013), 254-270; Idem, "The Zoology of Kingship: from Alexander the Great to the Epigoni (336-c.250 BC), *Anabasis. Studia Classica et Orientalia* 5 (2014): 53-75.

⁴⁸⁵ Miziur-Moździoch, "Exotic Animals as a Manifestation of Royal *luxuria*", 453.

⁴⁸⁶ Esta descrição é atribuída a um Calixeino de Rodes, de quem apenas se sabe que escreveu uma obra sobre Alexandria no final do século III a.C., que teria pelo menos quatro livros. Desta obra apenas se conhecem os excertos reproduzidos por Ateneu de Náucratis na sua obra *Dipnosophistas* ou *Banquete dos*

real organizada por este monarca em Alexandria em honra de Dioniso parece atestar esta preocupação com a dimensão performativa e ostentatória do poder, e o papel que os animais desempenhavam neste contexto. É de referir que as procissões reais helenísticas, segundo Andrew Erskine, podem ser entendidas como fazendo parte de uma tradição que remonta às procissões cívico-religiosas das poleis clássicas, transferida para o mundo das monarquias helenísticas. Ao carácter cívico e religioso das celebrações clássicas – que eram em honra dos deuses, e que contavam com a participação de toda a sociedade, promovendo sentimentos de pertença e coesão social – acrescia a dimensão régia, associada ao carácter individualizado e ritual do poder nas monarquias. As procissões reais helenísticas constituíam, assim, uma expressão do poder e da vontade dos soberanos, imprimindo uma marca e um significado pessoal e dinástico às celebrações religiosas.⁴⁸⁷ Nesta ocasião festiva em particular, para além de vastas quantidades de matérias-primas preciosas (tais como ouro, prata, marfim, ébano, incenso e corantes púrpura e açafraão), terão figurado enormes estátuas, uma multidão de pessoas e um impressionante cortejo de animais. Entre estes, contava-se uma escolta de elefantes puxando carros de guerra; uma caravana de camelos que carregavam produtos valiosos da Península Arábica, demonstrando o controlo destas rotas pelo Império Ptolemaico; rebanhos de centenas de ovelhas de diferentes espécies; 2400 cães de caça reais; e por fim, diversos animais de diferentes origens geográficas, simbolizando a vastidão dos domínios imperiais de Ptolomeu: papagaios, pavões e outras aves africanas, zebus brancos da Índia e da Etiópia, ursos, vários tipos de felinos selvagens, avestruzes, um rinoceronte e uma girafa.⁴⁸⁸ A cerimónia faustosa e cuidadosamente preparada, e a exibição de toda esta variedade de animais não só demonstravam o poder e riqueza de Ptolomeu, como também os proclamavam a súbditos e a delegações estrangeiras presentes. E através da produção de relatos oficiais

Eruditos, do final do século II a.C.. Para a descrição da procissão, Calixeino de Rodes terá utilizado relatos ilustrados oficiais das festividades, encomendados pelo soberano com o intuito de preservar a memória dos eventos (Erskine, “Hellenistic Parades and Roman Triumphs”, 38-39; Strootman, *The Hellenistic Royal Court*, 314-315).

⁴⁸⁷ Sobre esta temática, ver Andrew Erskine, “Hellenistic Parades and Roman Triumphs”, in *Rituals of Triumph in the Mediterranean World*, eds. Anthony Spalinger e Jeremy Armstrong (Leiden e Boston: Brill, 2013), 37-55. Sobre a questão mais abrangente das práticas cerimoniais das cortes helenísticas, ver Rudolf Strootman, *The Hellenistic Royal Court. Court Culture, Ceremonial and Ideology in Greece, Egypt and the Near East, 336-30 BCE*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Utrecht, 2007, em especial o capítulo 5, “Ritual and Ceremonial” (251-347).

⁴⁸⁸ Miziur-Moździoch, “Exotic Animals as a Manifestation of Royal *luxuria*”, 452-453.

vívidos e eloquentes, a celebração transcendia a sua condição efémera, persistindo e circulando no espaço e no tempo, e alcançando muitas mais testemunhas do que aquelas que a haviam efectivamente presenciado.⁴⁸⁹ Mais tarde, tornou-se comum entre soberanos da dinastia de Ptolomeu a organização de grandes expedições ao interior do continente africano, que aumentaram significativamente não só o conhecimento sobre o território, mas também sobre a fauna aí existente.⁴⁹⁰

Para além da utilização de animais selvagens e exóticos vivos no cerimonial cortesão, o outro fenómeno relativo à apropriação política da natureza com Alexandre e os seus sucessores relaciona-se com uma certa “animalização” da concepção e da imagem da realeza helenística, patente sobretudo nas iconografias do poder adoptadas por estes líderes. O primeiro testemunho da relação estreita entre animais e realeza neste período é dado pelo programa iconográfico do carro funerário de Alexandre, que, segundo Víctor Alonso Troncoso, reflecte a representação oficial do império de Alexandre na sua corte naquele momento específico, nomeadamente combinando elementos artísticos greco-macedónios e asiáticos. Esta concepção “híbrida e ecuménica” do império era reforçada pelos animais escolhidos para figurar entre os elementos decorativos do carro funerário: leões, cavalos e elefantes. Particularmente relevante – pelo seu carácter inovador e sem precedentes na história das representações artísticas gregas do poder real – é o facto de num friso em que se encontravam representadas as unidades do exército imperial, às tradicionais infantaria, cavalaria e marinha, se juntarem elefantes indianos. Estes surgiam equipados para a guerra e carregavam, à frente, os seus tratadores (também indianos), e atrás, guerreiros macedónios.⁴⁹¹ Esta representação não só é reveladora de uma situação conjuntural específica, nomeadamente a incorporação de elefantes indianos no exército macedónio, mas também acaba por ter um enorme impacto na longa duração, ao introduzir um modelo iconográfico – o do elefante de guerra – que será sucessivamente reproduzido mais tarde pelos romanos, bem como ao longo de toda a Idade Média e no

⁴⁸⁹ Erskine, “Hellenistic Parades and Roman Triumphs”, 37-39; Ann Kuttner, “Hellenistic Images of spectacle, from Alexander to Augustus”, *Studies in the History of Art* 56 (1999): 97-99.

⁴⁹⁰ Miziur-Moździoch, *Exotic animals in the life, culture and imagination of the Hellenistic Period*.

⁴⁹¹ Alonso Troncoso, “The Diadochi and the Zoology of Kingship”, 255-256. Esta descrição do carro fúnebre de Alexandre pode ler-se em Diodoro Sículo, *Historical Library, Books XVIII and XIX*, tradução para inglês por Russel M. Geer (Cambridge: Harvard University Press, 1947), livro XVIII, capítulos 26-28.

Renascimento. No período helenístico em particular, deste momento em diante, o elefante acaba por adquirir um estatuto de emblema do poder real, sobretudo entre as dinastias Selêucida e Ptolemaica, figurando em vários tipos de representações iconográficas, incluindo a numismática.

Nesta sequência, são ainda de mencionar outros animais que, para além do elefante, também conquistaram um papel simbólico relevante na ideologia e na iconografia do poder real helenístico. Um destes animais é, naturalmente, o cavalo, de importância primacial nas tradicionais actividades régias da caça e da guerra, mas também na mobilidade. Não é de descurar, aliás, que também esta última constitui uma actividade régia por excelência, principalmente em entidades políticas territorialmente vastas, com um cariz bélico/militar profundo, e com cortes tendencialmente itinerantes.⁴⁹² Por outro lado, refiram-se os leões, “a presa por excelência, e o mais precioso troféu de caça para os monarcas macedónios”, e um animal que alguns autores clássicos gregos reportam ter existido nalgumas regiões da Macedónia antiga. Como já vimos, a associação entre leões (e em particular a caça de leões) e soberania era também comum nas civilizações antigas do Médio Oriente, e a incorporação de leões na iconografia do poder real por Alexandre poderá estar relacionada, em parte, com a sua adopção, já amplamente estudada, de práticas tradicionalmente persas. É, assim, típico da retratística oficial de Alexandre a sua representação de certa forma “animalizada”, com um cabelo semelhante a uma juba de leão; e o rei dos animais figurava igualmente nos selos que o imperador macedónio utilizava nalguma da sua correspondência. Igualmente representativo é o facto de após a morte de Alexandre, alguns dos seus generais que haviam participado, com ele, em caçadas aos leões, terem usado a memória desta actividade partilhada para fins propagandísticos, reforçando – e simbolicamente legitimando – assim as suas pretensões a uma fracção do seu império.⁴⁹³ Por fim, é de referir a águia, o animal escolhido como emblema da dinastia Ptolemaica, muito provavelmente por ser um símbolo de Zeus, tendo por isso uma conotação e um simbolismo intimamente associados ao poder e à vitória. Considerada a rainha das aves de rapina, a águia é um animal comumente associado à monarquia

⁴⁹² Alonso Troncoso, “The Zoology of Kingship”, 54.

⁴⁹³ Alonso Troncoso, “The Zoology of Kingship”, 57-59.

e à soberania, surgindo com frequência na numismática em geral, e na do período helenístico em particular.⁴⁹⁴

Sensivelmente pelo mesmo período, cerca do século II a.C., também alguns romanos mais abastados e influentes tinham o hábito de manter, como sinais exteriores de prestígio, aviários, viveiros de peixes e pequenas *ménageries* onde se podiam encontrar macacos, cobras, gazelas, antílopes e outros animais. Contudo, à semelhança do que se verificava com os gregos antes de Alexandre, estas pequenas colecções não teriam os propósitos políticos evidentes de demonstração de poder que se verificava nos contextos que temos explanado. Com efeito, aparentemente só em épocas mais tardias estas práticas passaram a ser acompanhadas do mesmo fausto e da mesma demonstração ostensiva de poder e magnificência que caracterizavam as cortes helenísticas. Aliás, quando Cipião Emiliano entrou em Alexandria em 139 a.C., onde foi recebido por Ptolomeu VIII, os romanos terão mesmo demonstrado alguma repulsa pela sua falta de modéstia. Terá, assim, sido apenas na fase final da República, e sobretudo no Império (27 a.C. – 395 d.C.) que os romanos terão adoptado a ostentação e a pompa cortesãs como uma forma de comunicação de poder. E com esta alteração política essencial – da República para o Império – verificou-se no mundo romano a adopção de práticas helenísticas, em particular do Egipto ptolemaico, de demonstração pública de poder, tais como as faustosas celebrações dionisiacas, com a presença de animais selvagens.⁴⁹⁵

Os imperadores romanos passaram, então, à semelhança de soberanos de outros contextos civilizacionais, a constituir grandes *ménageries* privadas, alimentadas em parte por presentes diplomáticos de soberanos estrangeiros, e cujos animais eram muitas vezes posteriormente oferecidos a outras individualidades, mas também consumidos em banquetes cerimoniais, e exibidos em cerimónias oficiais, hábitos que continuaram a ser reproduzidos durante vários séculos. O conteúdo de algumas *ménageries* imperiais romanas foi reconstituído por Loisel na sua *Histoire des ménageries*, com base nos registos escritos de autores antigos; este levantamento sugere que eram bastante impressionantes não só pela quantidade de animais –

⁴⁹⁴ Alonso Troncoso, “The Zoology of Kingship”, 60-61.

⁴⁹⁵ Miziur-Moździoch, “Exotic Animals as a Manifestation of Royal *luxuria*”, 454-455.

algumas destas *ménageries* chegavam a reunir alguns milhares de animais, entre selvagens e domésticos – mas também pela sua enorme diversidade, podendo incluir várias qualidades de grandes felinos, rinocerontes, hipopótamos, elefantes, crocodilos, girafas, ursos, avestruzes, entre outras espécies.⁴⁹⁶

No entanto, outras formas de apropriação política dos animais selvagens por parte dos romanos podem identificar-se a partir do final do período republicano. Foi ainda neste período que começaram a ser organizados combates de gladiadores, e aqui os animais selvagens e exóticos acabaram por desempenhar, mais tarde, um papel de enorme relevo. Estes jogos – que podiam ser combates ou corridas, e que tinham lugar em anfiteatros construídos para o efeito, tais como o Coliseu – eram um elemento fundamental da vida social e política romana, e terão começado a ser organizados e encenados com regularidade provavelmente ainda no século III a.C., coincidindo esta cronologia com o início do período de expansão militar romana mais intensa. No século I a.C., os jogos já se haviam tornado numa forma de entretenimento público extremamente popular.⁴⁹⁷ No período imperial, as chamadas *venationes*, que incluíam combates entre animais, bem como combates entre estes e lutadores treinados para o efeito, tornaram-se parte integrante e indissociável destas actividades de anfiteatro.

Mas tal como com os jogos, também as origens das *venationes* podem ser recuadas ao período republicano, nomeadamente aquando dos primeiros contactos dos romanos com animais selvagens extra-europeus. No século III a.C., com a expansão romana pelo Mediterrâneo e o acesso a territórios onde se podiam encontrar estes animais, os triunfos militares⁴⁹⁸ passam a incluir a sua exibição. Os triunfos romanos eram cerimónias cívicas, militares e religiosas que serviam para homenagear publicamente um comandante militar vitorioso. Era um dos maiores louvores que um general romano poderia obter, e era também a suprema demonstração visual do importante papel da guerra na sociedade romana. Normalmente era marcada por uma procissão pelas ruas de Roma até ao templo de Júpiter, em que o general homenageado,

⁴⁹⁶ Loisel, *Histoire des menageries*, 93, 103-110. Nas páginas 135-139 pode encontrar-se uma lista exhaustiva de todas as espécies selvagens que terão passado pelas *ménageries* romanas.

⁴⁹⁷ Jacob Coley, “Roman Games: Playing with Animals”, *Heilbrunn Timeline of Art History*, 2010; Katherine E. Welch, *The Roman Amphitheatre. From its origins to the Colosseum* (Nova York: Cambridge University Press, 2007), 22-26.

⁴⁹⁸ Erskine, “Hellenistic Parades and Roman Triumphs”, 37-55.

perante o povo romano, surgia montado num carro de combate puxado por vários cavalos e acompanhado pelos seus soldados, que exibiam os troféus e saque de guerra, bem como adversários tornados presos de guerra, que por vezes eram executados nestas cerimónias. Frequentemente, também eram exibidos os nomes das populações e territórios conquistados. Estas cerimónias distinguiam-se das procissões reais helenísticas sobretudo pelo seu carácter marcadamente militar, que segundo Andrew Erskine lhes conferia uma efemeridade própria e diferenciada: enquanto as procissões helenísticas celebravam o poder inerente ao rei (“algo que existe antes e depois da procissão”), não estando relacionadas com um momento específico mas com a soberania em si, o triunfo romano consiste numa celebração dos sucessos romanos numa batalha ou guerra concreta, dizendo, por isso, respeito a um momento que já se extinguiu. Por outro lado, é de referir que se no período republicano, o general obtinha o triunfo com a permissão do Senado e os côsules tinham o seu poder restringido pelo Senado, o que significa que no limite, o poder celebrado era o de Roma, no período imperial, estas celebrações acabavam por se tornar mais individualizadas na figura do imperador, assumindo, por isso, uma dimensão mais semelhante à das procissões helenísticas. Os primeiros registos da presença de animais exóticos em cerimónias públicas romanas consistem em referências de Séneca, Eutrópio e Plínio sobre a exibição de elefantes em triunfos romanos no século III a.C., no seguimento de vitórias militares importantes sobre exércitos que os utilizavam, nomeadamente nas guerras Pírrica e Púnicas.⁴⁹⁹ Quanto à primeira caçada encenada de grande escala em contexto de jogos públicos de anfiteatro, esta, segundo Tito Lívio, data do começo do século seguinte, sendo as presas leões e panteras.⁵⁰⁰

Para além de exibidos nas *venationes* e triunfos, animais selvagens eram ainda utilizados em execuções públicas, a chamada *damnatio ad bestias*. Esta era uma sentença aplicada a crimes graves e consistia na condenação à morte por animais; sendo considerada a forma mais indigna de execução, geralmente não era imposta a cidadãos romanos.⁵⁰¹ Esta forma de execução também acontecia nos anfiteatros, para

⁴⁹⁹ George Jennison, *Animals for Show and Pleasure in Ancient Rome* (Manchester: Manchester University Press, 1937), 42-44.

⁵⁰⁰ Welch, *The Roman Amphitheatre*, 23.

⁵⁰¹ Ingvild Sælid Gilhus, *Animals, Gods and Humans. Changing Attitudes to Animals in Greek, Roman and Early Christian Ideas* (Londres e Nova York: Routledge, 2006), 183.

divertimento público, constituindo uma componente específica e distinta dos jogos de gladiadores, e teve desde o início um pendor marcadamente militar. A primeira execução conhecida com a utilização de animais data de 167 a.C., quando Lúcio Emílio Paulo condenou desertores estrangeiros do exército romano a serem esmagados publicamente por elefantes após a sua vitória sobre Perseu da Macedónia. Esta foi vista como uma execução exemplar, que fomentaria a disciplina militar, demonstrando as pesadas consequências infligidas aos que ousassem desafiar a autoridade romana. Duas décadas mais tarde, o seu filho natural, Cipião Emiliano, responsável pela derradeira vitória romana sobre Cartago na Terceira Guerra Púnica, voltou a impor a *damnatio ad bestias* a soldados estrangeiros acusados de deserção. Desta vez, porém, ao invés de constituir uma mera execução militar, a condenação ocorreu no âmbito do enorme triunfo celebrado em Roma em louvor de Cipião, tornando-se, daí em diante, esta forma de execução numa parte integral dos próprios triunfos militares destinados a comemorar o imperialismo romano.⁵⁰²

Tanto a *damnatio ad bestias* como as *venationes* eram formas de entretenimento populares, testemunhadas por grande parte dos romanos, esporadicamente mencionadas pelos autores clássicos e profusamente representadas em mosaicos em edifícios particulares (**Figura 2.1**). Contudo, nem todos as apreciavam, sendo de mencionar o caso paradigmático de Cícero (séc. I a.C.), que numa das suas inúmeras cartas descreveu, a um amigo, umas festas que havia presenciado, dadas por Pompeu Magno. Em toda a descrição, é patente a aversão geral de Cícero ao aparato ostensivo das celebrações, que consideraria vulgar. No entanto, para o nosso propósito são mais significativas as considerações do autor sobre as *venationes*: primeiro questionava, retoricamente, que prazer poderia sentir um homem honrado ao ver um frágil humano ser dilacerado por uma fera, ou pelo contrário, um valente animal trespassado por uma lança. De seguida, sobre o combate de elefantes reservado para o quinto e último dia, Cícero afirmava que suscitara grande admiração, mas nenhum contentamento entre o público, que perante o triste espectáculo se comovera

⁵⁰² Alison Futrell, *Blood in the Arena. The Spectacle of Roman Power* (Austin: University of Texas Press, 1997), 28-29.

profundamente, certo da natural afinidade entre este animal e os humanos, um tema profusamente explorado por autores clássicos.⁵⁰³

A imensa popularidade dos jogos de gladiadores e das *venationes* conduziu a que se tornassem num instrumento político importante, que as elites utilizavam para ganhar o favor e o apoio do povo, pelo que animais mais raros e incomuns eram especialmente apetecíveis para os romanos mais abastados que patrocinavam estes eventos.⁵⁰⁴ No século II a.C., a instrumentalização política destes animais era já tão evidente, que o Senado terá mesmo considerado necessário proibir a importação de animais africanos para Itália. Segundo Katherine Welch, esta medida destinar-se-ia precisamente a evitar que os generais tirassem proveitos políticos aumentando a sua popularidade através da organização de *venationes*, o que acabou por não suceder, uma vez que um tribuno do povo conseguiu garantir que os animais pudessem continuar a ser importados, desde que para os jogos;⁵⁰⁵ como resultado, estas exibições continuaram a crescer em exuberância, chegando a incluir dezenas de grandes felinos, ursos e elefantes. Deste modo, ainda que neste período inicial as *venationes* ainda não fossem realizadas em conjunção com os jogos de gladiadores, o que é uma característica já do período imperial, estas exibições públicas de animais selvagens, seja em contextos de actividades de anfiteatro, seja em paradas militares, apontam para uma origem dessas práticas mais tardias no período republicano.⁵⁰⁶

⁵⁰³ Gilhus, *Animals, Gods and Humans*, 183. Cícero, *Cartas*, liv. VII, carta I – edição consultada: *Los Dieziseis Libros de las Epistolas, o cartas de M. Tulio Ciceron, vulgarmente llamadas familiares: traducidas de lengua Latina en Castellana por el Dotor Pedro Simon Abril, natural de Alcaraz* (Madrid: Pedro Madrigal, 1589), 205-207.

⁵⁰⁴ Ljudmilla Djukic, “Venationes”, in *The Byzantine Empire. A Historical Encyclopedia*, vol. I, ed. James Francis LePree e Ljudmila Djukic (Denver: ABC-CLIO, 2019), 323-324.

⁵⁰⁵ Este episódio é relatado por Plínio. Ver: Pliny, *Natural History*, liv. VIII, cap. 24.

⁵⁰⁶ Welch, *The Roman Amphitheatre*, 24-25.

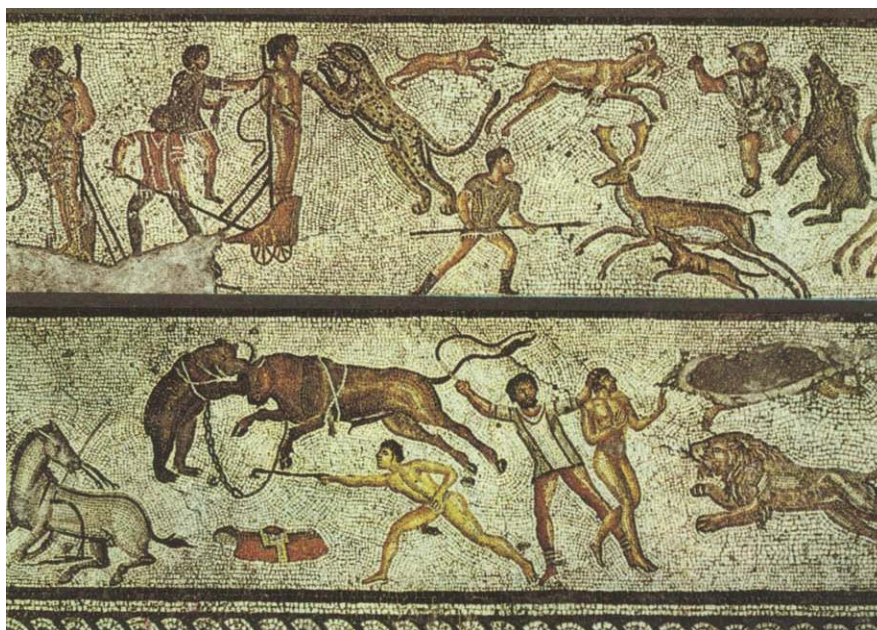


Figura 2.1 – Mosaico com a representação de actividades romanas de anfiteatro envolvendo animais selvagens. Século I d.C.. Originalmente da chamada Villa Zliten. Actualmente no Museu Jamahiriya, Trípoli, Líbia.

Na fase final da República, as intensas rivalidades políticas entre grandes figuras das elites romanas, como Pompeu Magno, Crasso e Júlio César, foram, assim, acompanhadas pela introdução dos romanos a animais cada vez mais incomuns, como crocodilos, hipopótamos e outras espécies de megafauna africana, cuja exibição se foi normalizando nos séculos seguintes.⁵⁰⁷ Esta enorme procura conduziu, naturalmente, ao desenvolvimento de uma indústria cada vez mais especializada e formalizada de captura, transporte e tratamento destes animais. Esta actividade, da qual existem algumas representações iconográficas (**Figuras 2.2 e 2.3**) era uma das competências das tropas romanas distribuídas pelo império, não só no Norte de África e no Médio Oriente, mas também na Europa Central, nos Balcãs e na Grã-Bretanha, e parecem mesmo ter existido soldados especializados especificamente no rastreamento, captura e manutenção destes animais.⁵⁰⁸ Para além dos soldados, existiam ainda comerciantes especializados em animais selvagens, que teriam amplos direitos de caça em todo o Império Romano, capturando desde hipopótamos africanos a onagros persas, e até mesmo, nos territórios europeus, ursos, lobos, cães e touros selvagens. Apenas o acesso a elefantes, e mais tarde a leões, era vedado a estes negociantes, uma vez que estes

⁵⁰⁷ Coley, “Roman Games: Playing with Animals”.

⁵⁰⁸ Sobre esta temática, ver Christopher Epplett, “The Capture of Animals by the Roman Military”, *Greece & Rome* 48, 2 (Out. 2001): 210-222.

animais eram reservados ao imperador.⁵⁰⁹ Estes exemplares de fauna selvagem eram não só reunidos em *ménageries* privadas e utilizados em *venationes*, mas também talvez procurados pelas suas peles, existindo indícios, embora incomuns, no registo arqueológico da exploração romana de peles de animais selvagens, como ursos e felinos africanos e asiáticos, desconhecendo-se, no entanto, que tipo de utilização era dada a estes materiais.⁵¹⁰

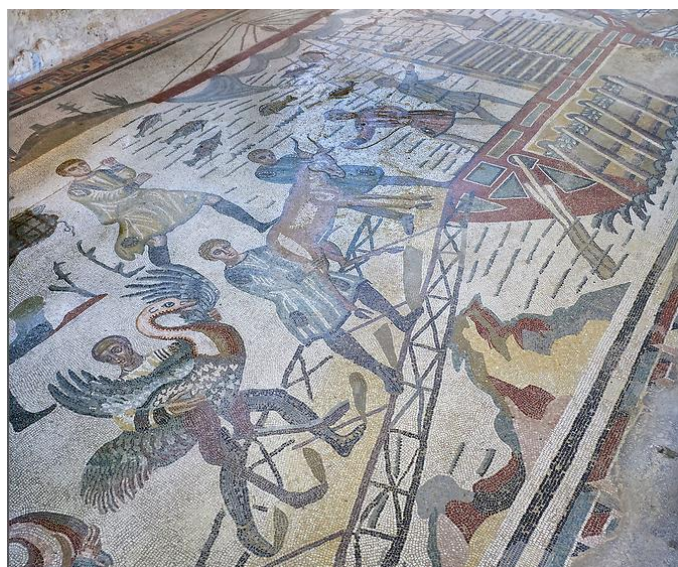


Figura 2.2 – Detalhe do mosaico pavimental da “Grande Caçada”. Primeiro quartel do século IV d.C. Villa Romana del Casale, Sicília, Itália.



Figura 2.3 – Detalhe do mosaico pavimental da “Grande Caçada”. Ao longo de um corredor de quase 66 metros de comprimento podem observar-se diversas cenas de captura e transporte de animais selvagens para *venationes*.

⁵⁰⁹ Loisel, *Histoire des menageries*, 95-96.

⁵¹⁰ Francesca Alhaique, “The Gabii ‘zoo’: exotic and unusual animals from the Roman layers”, in *Atti dell’8º Convegno Nazionale di Archeozoologia* (2015), eds. Jacopo De Grossi Mazzorin, Ivana Fiore e Claudia Minniti (Lecce: Università del Santento, 2019), 189-192.

A partir do século IV d.C., os jogos de gladiadores parecem ter começado a desaparecer, tal como, no século seguinte, as *venationes*, tendo ambas sido substituídas por outras formas de entretenimento, tais como as corridas de bigas. Alguns autores atribuem esta mudança à influência do Cristianismo. No entanto, afigura-se mais consensual a ideia de para tal terá contribuído, provavelmente, uma multiplicidade de factores, entre os quais se podem apontar também eventuais mudanças de gosto, atitudes e normas sociais, bem como os elevados custos inerentes à obtenção, manutenção e treino intensivo de gladiadores e animais para estas actividades. Além do mais, a captura de animais para estes fins, associada às práticas agrícolas implementadas pelos romanos no Norte de África com o intuito de maximizar a produtividade, poderá ter exercido uma pressão tal nos ecossistemas que no final do século IV já seria bastante difícil suprir a intensa procura de algumas espécies selvagens nesta região.⁵¹¹ Assim, em 498 d.C. o imperador bizantino Anastácio I banuiu, por decreto, a matança de animais em espectáculos de arena; e as últimas *venationes* de que há registos ocorreram em 523 em Roma, e em 537 em Constantinopla.⁵¹² Nesta última fase, a par do fim dos combates até à morte, parece ter ocorrido uma alteração profunda na natureza dos próprios espectáculos, que se terão tornado muito menos violentos e perigosos. No Império Bizantino, terão mesmo surgido alguns dispositivos de protecção para garantir a segurança dos participantes, tanto humanos como não humanos, nestes eventos, cujo carácter mais performativo e focado na habilidade e destreza terão superado a ferocidade e brutalidade de outrora.⁵¹³ Contudo, alguns autores apontam para a existência, no Império Bizantino, de espectáculos com animais selvagens até pelo menos ao século XII depois de algumas intermitências.⁵¹⁴

⁵¹¹ Sobre esta hipótese, veja-se David L. Bomgardner, “The Trade in Wild Beasts for Roman Spectacles: a Green Perspective”, *Anthropozoologica*, 16 (1992): 161-166.

⁵¹² Djukic, “Venationes”, 324.

⁵¹³ Djukic, “Venationes”, 324; Coley, “Roman Games: Playing with Animals”.

⁵¹⁴ Loisel, *Histoire des ménageries*, 140; Hoage, Roskell e Mansour, “Menageries and Zoos to 1900”, 12; Zoo. *A History of Zoological Gardens in the West*, 19. Segundo Nancy P. Ševčenko, permanece em aberto até quando exactamente, ou durante quanto tempo os bizantinos continuaram a organizar combates de arena entre animais. O mesmo autor menciona descrições dos séculos XII e XIII, respectivamente de al-Marwazi, um físico árabe, e de Benjamin de Tudela, um viajante judeu, que apontam para a existência, nesta cronologia, deste tipo de eventos, onde seriam “lançados cães contra raposas, chitas contra antílopes, e leões contra touros”, enquanto a assistência festejava e se banqueteara, e que contavam mesmo com a presença do imperador e imperatriz. No entanto, tal como Djukic, aceita a possibilidade de estes combates serem encenados, à semelhança do que ainda hoje se pratica em alguns circos (ver Nancy P. Ševčenko, “Wild Animals in the Byzantine Park”, in *Byzantine Garden Culture*, ed. Antony Littlewood,

Embora algumas espécies familiares aos romanos tenham praticamente desaparecido da Europa durante vários séculos, na Idade Média continuou a verificar-se o interesse por animais selvagens, que continuaram a atravessar o Mediterrâneo e a ser utilizados para fins cerimoniais por parte de soberanos europeus. Ainda no início do século VI, Clóvis, o fundador da dinastia merovíngia, terá reproduzido as práticas imperiais romanas, organizando combates de animais.⁵¹⁵ No entanto, dos exemplos medievais mais emblemáticos, o mais recuado será certamente o de Carlos Magno, que no início do século IX terá recebido Abul Abbass, um elefante asiático, do califa abássida Harun al-Rashid.⁵¹⁶ Segundo os *Annales regni Francorum* (Anais Reais dos Francos, datados dos finais do século VIII a inícios do século IX), onde o episódio é descrito e mencionado por diversas vezes, terá sido o próprio Carlos Magno a solicitar o envio do animal através de Isaac, o Judeu, um legado oficial enviado à corte abássida quatro anos antes, o que sugere uma percepção por parte do rei franco – ou pelo menos dos seus cronistas – da importância simbólica do elefante e da sua adequabilidade enquanto emblema de poder. Para além do elefante, Harun al-Rashid terá ainda enviado, noutras delegações, macacos e objectos esplêndidos, tais como uma tenda, têxteis de luxo, perfumes e bálsamos, bem como um complexo relógio mecânico de água, demonstrativo da notável capacidade técnica árabe. Embora Carlos Magno tenha retribuído com o envio de cães de caça, cavalos, mulas e têxteis preciosos, o seu presente parece não ter causado semelhante sensação entre os cronistas abássidas, que aparentemente não registaram a interação entre os soberanos.⁵¹⁷ De outros soberanos muçulmanos, Carlos Magno ainda terá recebido um leão e um urso da Numídia, que terão sido acrescentados aos pavões e patos que ornamentavam a suas residências.⁵¹⁸

Este exemplo é bastante ilustrativo da reprodução, na Idade Média, por soberanos europeus, de práticas centenárias, com origem no Médio Oriente, de apropriação política de animais selvagens. Mas sugere também uma ideia mais

Henry Maguire e Joachim Wolschke-Bulmahn (Washington, D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 2002), 69-86 [75-76]].

⁵¹⁵ Zoo. *A History of Zoological Gardens in the West*, 18.

⁵¹⁶ Pastoureau, *Les animaux célèbres*, 118-124.

⁵¹⁷ Kinoshita, “Animals and the Medieval culture of empire”, 45-47; Alessandro Barbero, *Charlemagne: Father of a Continent* (Berkeley: University of California Press, 2004), 99-101.

⁵¹⁸ Stephen St C. Bostock, *Zoos and Animal Rights. The ethics of keeping animals* (Londres e Nova York: Routledge, 1993), 15.

abrangente, proposta por Sharon Kinoshita, que podemos identificar numa parte significativa dos exemplos que analisaremos: a partir da Idade Média, através de trocas diplomáticas, os animais passaram a funcionar frequentemente como mediadores entre diferentes contextos civilizacionais do Mediterrâneo e da Ásia, transpondo fronteiras políticas e religiosas. Segundo Kinoshita, este fenómeno é indissociável da existência de um conjunto de ideias e práticas associadas ao poder imperial, que de uma forma geral era comum a entidades políticas cristãs, cristãs ortodoxas e muçulmanas, enformando aquilo a que chama de uma “cultura imperial medieval”. Este conjunto de práticas terá tido origem na Mesopotâmia, circulando, na longa duração, pelo império Aqueménida, reinos helenísticos, Império Romano, Império Sassânida e o mundo islâmico, e engloba aspectos mais ou menos genéricos relacionados com a percepção e representação da soberania. Entre estes, são de referir, por exemplo, a existência de residências ou palácios régios sumptuosos, destinados a ostentar o poder do soberano e impressionar súbditos e visitantes estrangeiros; a auto-identificação dos soberanos como patronos do conhecimento e da cultura; a troca de diversos tipos de objectos valiosos, numa lógica de “economia da dádiva”, no quadro de relações sociais, políticas, diplomáticas ou dinásticas; e por fim, a posse, exibição e troca de animais raros e exóticos.⁵¹⁹ É importante destacar o carácter bastante genérico destes elementos comuns, alguns dos quais discutíveis, e manifestar algumas reservas quanto à identificação simplista e abrangente de semelhanças entre contextos culturais distintos, que pode incorrer no reconhecimento de uma uniformidade ilusória e excessiva. No entanto, no que diz respeito especificamente à forma como os animais foram sendo sucessivamente, ao longo da Antiguidade, depois na Idade Média e até pelo menos ao século XVI, apropriados e utilizados politicamente em contextos geográficos e culturais distintos, a hipótese de Kinoshita afigura-se-nos plausível.

Assim, vários exemplos medievais deste tipo de práticas podem ser enunciados. As práticas dos impérios centro-asiáticos da Antiguidade foram apropriadas e reproduzidas na generalidade do mundo islâmico, onde soberanos continuaram a manter grandes reservas de animais selvagens, que eram frequentemente oferecidos como presentes diplomáticos. No final do século IX, os Tulúnidas do Egipto tinham uma

⁵¹⁹ Kinoshita, “Animals and the Medieval culture of empire”, 42-44.

ménagerie real com grandes felinos, elefantes e girafas, e testemunhos de uma embaixada bizantina de 917 à corte do califa abássida em Bagdad mencionam o importante papel cerimonial desempenhado por elefantes, girafas e leões. Da mesma forma, e também no século X, o califa Abd al-Rahman III de Córdoba terá reunido, através de presentes diplomáticos, um número assinalável de animais, entre os quais leões, cavalos, camelos, gazelas e avestruzes; muitos dos animais chegavam acompanhados pelos seus tratadores.⁵²⁰ Nancy Ševčenko salienta a relevância destes tratadores, que acrescentariam um exotismo extra aos próprios animais. Contudo, como veremos mais à frente, a importância destes indivíduos ultrapassava largamente a estranheza e fascínio que eventualmente suscitariam. Sendo grande parte destes animais selvagens e estranhos aos contextos geográficos onde, na Europa, eram exibidos, os seus tratadores especializados eram na grande maioria das vezes, as únicas pessoas habilitadas a garantir a sua correcta manutenção, bem como o seu treino quando eram exibidos publicamente, por vezes em enquadramentos cenicamente complexos e elaborados. A complicada logística associada à manutenção destes animais em cativeiro, em contextos completamente diferentes dos seus habitats naturais é uma questão marginal e pouco explorada pela historiografia, mas não é de todo despicienda, começando a concitar algum interesse nos últimos anos. Ainda sobre as reservas de animais selvagens no mundo islâmico, refira-se um “espelho de príncipes” do século XI, que apontava a manutenção de parques de caça como um dos atributos primordiais da soberania, a par da conquista, generosidade, e da provisão de justiça, uma referência extremamente elucidativa da importância reconhecida a estas práticas.⁵²¹

Os imperadores bizantinos também continuaram, à semelhança do que faziam anteriormente os seus congéneres romanos, a manter animais selvagens em *ménageries* privadas em Constantinopla; para além disso, tinham ainda parques para a caça, onde, de acordo com descrições coetâneas, se reproduziam onagros e cabras selvagens, possivelmente também utilizados como presentes diplomáticos, e outros animais de caça.⁵²² No século XI, Constantino IX (r. 1042-1055) terá recebido do califa

⁵²⁰ Ševčenko, “Wild Animals in the Byzantine Park”, 76.

⁵²¹ Kinoshita, “Animals and the Medieval culture of empire”, 50.

⁵²² Ševčenko, “Wild Animals in the Byzantine Park”, 72-73.

fatímida do Egito um elefante e uma girafa,⁵²³ presumivelmente como agradecimento pelo envio de um carregamento de trigo numa altura de fome,⁵²⁴ o que sugere que o hábito de reunir animais era pelo menos em parte alimentado através de relações políticas e diplomáticas com os califados muçulmanos.⁵²⁵ E em meados do século XIII, Constantinopla tornaria a ver uma girafa, oferecida ao imperador Miguel VIII pelo sultão mameluco Baibars, no âmbito de uma negociação em torno de rotas para o comércio de escravos no Mar Negro.⁵²⁶ No panegírico que escreveu a Constantino IX, o filósofo e historiador bizantino Miguel Pselo (c. 1018-1078) relata um episódio em que o elefante do imperador terá sido exibido no Hipódromo de Constantinopla, tendo feito uma vénia perante o seu dono. Esta referência é especialmente relevante, não só porque este mesmo comportamento foi atribuído séculos mais tarde a Hanno, o elefante que D. Manuel I enviou ao Papa Leão X, mas em particular pela retórica construída por Pselo em torno do episódio, e pela forma como compreendeu a sua importância. Para o filósofo, a honra prestada ao imperador tinha um valor acrescido por vir do maior animal do mundo, mas o comportamento não é interpretado como uma manifestação de alguma espécie de domínio do imperador sobre o animal. Pelo contrário, é encarado como um sinal do prestígio internacional do imperador, e do sucesso da sua política diplomática junto de grandes potências estrangeiras, graças à qual os súbditos de Bizâncio podiam circular pelo mundo em paz e segurança.⁵²⁷ Nesta construção retórica, o elefante surge não como um acessório ou um mero símbolo de poder, mas de certa forma como um embaixador, dotado de agência própria e com capacidade e autonomia para, em representação de um príncipe, prestar homenagem a um outro. Esta diferença é relevante, na medida em que frequentemente estes episódios significativos protagonizados por animais são apresentados pela historiografia tendo como ponto de partida uma perspectiva contemporânea do mundo animal, marcada por um presumivelmente indiscutível domínio do homem sobre a natureza, mas que pode nem

⁵²³ Loisel, *Histoire des ménageries*, 142-143.

⁵²⁴ Ševčenko, "Wild Animals in the Byzantine Park", 77.

⁵²⁵ Sobre esta questão, ver Anthony Cutler, "Les échanges de dons entre Byzance et l'Islam (IXe-XIe siècles)", *Journal des savants*, 1 (1996): 51-66.

⁵²⁶ Ševčenko, "Wild Animals in the Byzantine Park", 78.

⁵²⁷ *Michaelis Pselli Orationes panegyricae*, ed. G. T. Dennis (Estugarda e Leipzig: Vieweg + Teubner Verlag, 1994), Orações 1 e 4, citadas em Ševčenko, "Wild Animals in the Byzantine Park", 78.

sempre ter paralelo na forma como, em séculos anteriores, os humanos participantes ou testemunhas destes eventos os compreenderam e interpretaram.

Os imperadores bizantinos parecem, no entanto, ter mostrado uma especial predilecção por leões, animais que aparentemente mantiveram em cativeiro nas residências imperiais de forma mais ou menos sistemática ao longo de toda a Idade Média. Contudo, estes leões cumpririam uma função diferente dos animais selvagens e exóticos presentes nos parques e *ménageries*. Enquanto estes últimos eram testemunhos vivos de toda a variedade e riqueza do mundo natural, e representantes dos contextos políticos e civilizacionais de onde provinham, suscitando a admiração de súbditos e visitantes estrangeiros, os leões materializavam activamente, através da sua ferocidade, a própria autoridade do imperador, que usava do potencial intimidatório dos animais. Assim, para além de utilizados para ameaçar e dissuadir rebeldes, terão ainda sido aplicados em execuções, num revivalismo da romana *damnatio ad bestias*, funcionando como uma espécie de segunda guarda palaciana. Fontes dos cruzados mencionam este tipo de práticas, sendo de referir um episódio de 1101, relatado pelo cronista normando Orderico Vital, segundo o qual quando os cruzados lombardos chegaram a Constantinopla e se aproximaram do palácio de Blachernai exigindo mantimentos, o imperador lançou-lhes “três ferocíssimos leões e sete leopardos” (estes últimos seriam mais provavelmente chitas, que os bizantinos utilizavam para caçar⁵²⁸). Na luta entre homens e animais, os primeiros acabaram por sair vitoriosos, e ao transporem as defesas do palácio, terão mesmo matado um outro leão, que o imperador mantinha como seu adorado animal de estimação. Mas a surpresa e pânico que provocaram junto dos cruzados, não acostumados a este tipo de estratégia defensiva, parece inegável. No século XVI, já com Constantinopla sob domínio turco, os imperadores otomanos continuaram a manter animais selvagens em *ménageries*, bem como a utilizá-los em cortejos cerimoniais e outras ocasiões performativas onde consciente e deliberadamente manifestavam e representavam o seu poder.⁵²⁹

⁵²⁸ Para uma panorâmica geral sobre a utilização de chitas na caça, das origens desta prática à sua incorporação nas cortes europeias, veja-se Thierry Buquet, “Hunting with Cheetahs at European Courts: From the origins to the end of a fashion”, *Animals and Courts. Europe, c. 1200-1800*, eds. Mark Hengerer and Nadir Weber (Berlim e Boston: DeGruyter, 2020), 17-42.

⁵²⁹ Ševčenko, “Wild Animals in the Byzantine Park”, 78-80; Loisel, *Histoire des ménageries*, 142-143; Mikhail, “War and charisma”, 137.

Terá sido precisamente através dos contactos de europeus com Bizâncio e o mundo islâmico, que se tornou no principal abastecedor de animais selvagens para a Europa, que se difundiram novamente tanto a prática de caçar com chitas treinadas, como o interesse por reunir espécies exóticas e selvagens.⁵³⁰ Segundo uma descrição do cronista inglês William of Malmesbury (c. 1095 – c. 1143) na sua *Gesta Rerum Anglorum*, Henrique I de Inglaterra (r. 1100-1135) era um apaixonado por maravilhas de outros países, pedindo com frequência a reis estrangeiros que lhe enviassem animais que não era possível encontrar no seu país, tais como leões, leopardos, lince e camelos, que mantinha num parque real chamado Woodstock.⁵³¹ Em 1105, celebrando uma vitória militar em Caen, o monarca inglês fez-se acompanhar num exuberante cortejo precisamente de um leão, um lince, camelos e ainda uma avestruz, para espanto e deleite da população.⁵³² Datará aproximadamente da sua época a inclusão de leões no escudo de armas inglês, eventualmente uma consequência do interesse do monarca por estes felinos.⁵³³

No entanto, aquela que parece ter sido a primeira grande colecção de animais selvagens da Europa medieval foi a do sacro-imperador Frederico II Hohenstaufen (r. 1220-1245), conhecido pelo seu enorme interesse no mundo natural. Frederico II não só mantinha uma *ménagerie* – que chegou a incluir um elefante, uma girafa, camelos, dromedários, leões e outros felinos – como ainda investia em aprofundar o seu conhecimento formal sobre o mundo animal, sendo disso exemplo o livro que produziu sobre falcoaria, descrito por alguns autores como uma introdução geral à ornitologia, incluindo ecologia, comportamento e anatomia animal,⁵³⁴ e em que o imperador se assume como soberano letrado e promotor do conhecimento.⁵³⁵

As relações diplomáticas e culturais que Frederico II mantinha com soberanos muçulmanos, que garantiam o aprovisionamento da sua *ménagerie* com criaturas raras

⁵³⁰ Carlos Gómez-Centurión Jiménez, “De leoneras, ménageries y casas de fieras: algunos apuntes sobre el coleccionismo zoológico en la Europa moderna”, *Los animales en la historia y en la cultura*, 155.

⁵³¹ William of Malmesbury, *Gesta Rerum Anglorum. The History of English Kings*, vol. 1, ed. e trad. R. A. B. Mynors, R. M. Thomson e M. Winterbottom (Oxford: Clarendon Press, 1998), 741. Citado em Kinoshita, “Animals and the Medieval culture of empire”, 47.

⁵³² Willene B. Clark, *A Medieval Book of Beasts. The Second Family Bestiary. Commentary, Art, Text and Translation* (Woodbridge: Boydell, 2006), 17-18.

⁵³³ Bostock, *Zoos and Animal Rights*, 15.

⁵³⁴ Bostock, *Zoos and Animal Rights*, 16.

⁵³⁵ Kinoshita, “Animals and the Medieval culture of empire”, 52.

e curiosas, terão escandalizado o Papado e a restante Europa cristã. Ainda assim, a forma como conscientemente escolhia ostentar o seu poder imperial, que tanto impressionava os seus súbditos como os seus inimigos, partilhava semelhanças com o que se verificava coetaneamente nas cortes islâmicas. E participava, também na condição de dador, na cultura de dádivas diplomáticas entre cortes poderosas, sendo de referir, neste contexto, o urso polar que terá enviado ao sultão egípcio al-Kamil em 1232, em troca de um valioso planetário.⁵³⁶ Em 1231, a sua corte itinerante viajou pelos seus domínios italianos e germânicos acompanhada por uma panóplia de animais, que incluía elefantes, dromedários, camelos, panteras, falcões-gerifalte, leões, chitas, falcões brancos, corujas cinzentas e macacos, grande parte dos quais desconhecidos da maioria dos seus súbditos. E por diversas ocasiões, Frederico II exibiu os seus impressionantes animais em cerimónias públicas: em 1237, um elefante recebido como prenda do sultão do Egipto teve um papel de destaque numa procissão triunfal em Cremona, em que se celebrava a vitória do imperador sobre a Liga Lombarda. À semelhança do que se observará mais tarde em Portugal, o elefante do sacro-imperador carregaria uma torre de madeira com o seu estandarte, e arrastava o *carroccio* quebrado dos seus inimigos (uma carroça normalmente puxada por bois, que carregava as insígnias das cidades italianas, simbolizando a sua autonomia), à qual se encontravam acorrentados prisioneiros importantes, numa demonstração evidente de subjugação pela força, que terá tido um enorme impacto na memória colectiva das populações que a presenciaram.⁵³⁷ Alguns anos mais tarde, na sua *Chronica Majora* (produzida entre 1240 e a morte do autor em 1253), onde descreveu muitos dos acontecimentos da Europa do seu tempo, Matthew Paris incluiu uma representação do célebre elefante de Cremona (**Figura 2.4**).

⁵³⁶ David Abulafia, *Frederik II. A Medieval Emperor* (Oxford: Oxford University Press, 1988), 266-267.

⁵³⁷ Kinoshita, "Animals and the Medieval culture of empire", 52-54.



Figura 2.4 – O elefante de Frederico II na sua procissão imperial em Cremona em 1237. Matthew Paris, *Chronica Maiora*, Parte II. Parker Library, MS 16I, fl. 151v.

Também representado pelo monge beneditino e cronista inglês, foi o elefante trazido da Sétima Cruzada por Luís IX de França em 1255, e oferecido ao seu primo, Henrique III de Inglaterra (**Figura 2.5**). Segundo a convicção de Paris, este seria o primeiro elefante de sempre a pisar solo inglês, ou mesmo qualquer país desse lado dos Alpes, pelo que terá provocado grande impacto entre a população. No que respeita à representação deste elefante note-se a enorme diferença em relação ao de Cremona, pelo mesmo autor: enquanto o de Frederico II é anatomicamente muito menos preciso, e reproduz a iconografia tradicional do elefante de guerra dos bestiários medievais – um tipo de representação que muito provavelmente o cronista conheceria bem através de manuscritos da Abadia de St Albans, onde estava fixado – o elefante de Henrique III terá sido visto pelo autor e retratado ao natural.⁵³⁸ O monarca inglês Henrique III recebeu ainda, do imperador Frederico II, três leopardos (ou talvez chitas) em honra do seu brasão, e através de várias prendas diplomáticas de outros príncipes europeus aumentou a colecção de animais selvagens reunida pelos seus antepassados em Woodstock, parte da qual foi transferida no seu reinado para a Torre de Londres,

⁵³⁸ Richard Cassidy e Michael Clasby, “Matthew Paris and Henry III’s elephant”, *Henry III Fine Rolls Project website*, 2012.

“símbolo do poder e da autoridade da coroa sobre a cidade e albergue dos animais reais até pleno século XIX”.⁵³⁹



Figura 2.5 – O elefante de Henrique III, século XIII. Matthew Paris, *Chronica Maiora*, Parte II. Parker Library, MS 16, fl. 2.

Pela mesma altura, também os reis de França mantinham animais extra-europeus, selvagens ou raros nas suas residências de Melun, Saint-Germain e Vincennes. Assim, Luís IX, para além de ter oferecido o elefante a Henrique III, ainda teria leões e um porco-espinho; Filipe III e Filipe IV teriam ursos, leões e chitas, Luís IX apenas chitas, e Carlos IV, para além de leões e chitas, ainda tinha um camelo e um papagaio.⁵⁴⁰ E na França dos séculos XIII e XIV, a posse deste tipo de animais não era prerrogativa exclusiva dos monarcas, existindo senhores feudais que mantinham aviários e vivários, praticavam tanto a falcoaria como a caça com chitas, e por vezes possuíam ursos e leões; além disso, existiam ainda *ménageries* monásticas com ursos, cervos, macacos e vários tipos de aves, sendo especialmente conhecida a colecção de animais da Catedral de Notre Dame.⁵⁴¹ Por sua vez, em Roma, os Papas mantinham leões em cativeiro pelo menos desde o início do século XII, comportamento que seria imitado, conforme as suas possibilidades, por diversas cidades italianas, com destaque para

⁵³⁹ Gómez-Centurión Jiménez, “De leoneras, ménageries y casas de fieras”, 155; Bostock, *Zoos and Animal Rights*, 15.

⁵⁴⁰ Loisel, *Histoire des ménageries*, 169.

⁵⁴¹ Loisel, *Histoire des ménageries*, 164; Clark, *A Medieval Book of Beasts*, 19.

Florença e Veneza, cujos governantes reuniam uma assinalável variedade de animais silvestres e exóticos, como os habituais leões, ursos húngaros, cavalos árabes, camelos, cervos, águias e outras aves, e também chitas, estas frequentemente utilizadas para a caça, em imitação de práticas cortesãs bizantinas e islâmicas.⁵⁴²

Fora da Europa, e para além de Bizâncio e das potências muçulmanas do Norte de África e do Médio Oriente, é importante mencionar que este tipo de práticas continuou a verificar-se de uma maneira geral por toda a Ásia durante a Idade Média, sendo os animais vivos, a par das especiarias e dos têxteis, *commodities* amplamente transaccionadas no âmbito do fervilhante comércio do Índico. Como menciona Alan Mikhail, várias espécies diferentes de animais eram alvo de intensa procura por diversas razões, “e as suas histórias de comércio iluminam, por isso, vários processos económicos diferentes”, mas entre estes, os cavalos e os elefantes serão porventura os mais importantes no contexto asiático, estendendo-se a geografia do seu comércio desde o Cairo e Istambul até à China. A sua procura, como se pode facilmente inferir pelos exemplos que temos vindo a explicar, encontrava-se intimamente ligada a concepções de soberania que imperavam nestes espaços civilizacionalmente heterogéneos, mas era também indissociável do próprio exercício do poder.⁵⁴³ Deste modo, os cavalos (os célebres cavalos persas) eram uma das principais exportações da Península Arábica e da costa meridional do Irão, sendo extremamente valorizados em todo o subcontinente indiano, onde eram utilizados sobretudo para fins militares, e de onde eram também enviados para a China e o Sudeste Asiático através de rotas marítimas no Índico. Conhecidos pela sua força, tamanho e velocidade, estes animais eram procurados desde o início do primeiro milénio d.C., e ao longo de toda a Idade Média, pelos soberanos dos diversos reinos indianos numa tentativa de ganharem superioridade militar sobre os seus rivais. E na China, os imperadores da dinastia Tang (início do século VII a início do século X) recebiam estes cavalos provenientes do Golfo Pérsico como tributo. Nos séculos XIII e XIV, com a expansão do Império Mongol e o aumento das relações comerciais entre a Ásia Central e a China, verificou-se um enorme incremento do

⁵⁴² Lach, “The Iconography of Asian Animals”, 129; Cuttler, “Exotics in post-medieval European art”, 161-163; Ringmar, “Audience for a Giraffe”, 378.

⁵⁴³ Mikhail, “War and charisma”, 128.

comércio destes animais, que acabaria por continuar nos séculos XV e XVI sobretudo por via marítima.⁵⁴⁴

Já os elefantes – bem como rinocerontes, tigres, macacos e pássaros – seguiam desde a Índia até ao Médio Oriente e a Europa, sendo valorizados e utilizados mais ou menos em toda a parte como objectos de fascínio e maravilhamento, para projectar ideias de soberania e cosmopolitismo, tornar patentes alianças políticas entre estados, e demonstrar a capacidade de os soberanos dominarem e controlarem o mundo natural. A maioria dos elefantes que chegavam à Europa e a Bizâncio durante a Idade Média e em períodos anteriores eram, na verdade, elefantes indianos exportados para o Egipto, que desempenhava um papel fundamental na distribuição, pelo Mediterrâneo, dos produtos indianos.⁵⁴⁵

Nas detalhadas descrições de Marco Polo da corte e dos palácios de Kublai Khan, o imperador mongol da China na segunda metade do século XIII, cujos domínios se estendiam por grande parte da Ásia Oriental, é possível ler-se que à semelhança de vários exemplos que fomos apresentando – e à semelhança do que se verificava entre os imperadores chineses de períodos mais recuados – também este imperador mantinha um grande parque para caça. Este localizar-se-ia nas imediações do palácio onde Kublai Khan permanecia no Verão, em Shangdu (ou Xanadu), e segundo Marco Polo podiam encontrar-se lá diversas espécies de cervídeos, bem como um grande número de aves de rapina utilizadas para a caça. O imperador caçava a cavalo e com uma chita, que como vimos era uma prática generalizada em grande parte da Eurásia, que terá originado no Médio Oriente na Antiguidade.⁵⁴⁶ Perto desta residência manteria “grandes manadas de cavalos brancos”, (possivelmente cavalos persas) incluindo mais de dez mil éguas, cujo leite era consumido.⁵⁴⁷ Já no seu palácio de Inverno, em Khanbaliq (actual Pequim, referida por Marco Polo como Cambalu), existiriam extensos jardins com grande diversidade de plantas e de animais selvagens, entre os quais cervídeos, gatos de algália, outros animais que Marco Polo não especifica e ainda um viveiro. Embora não existam referências, na descrição dos paços, à existência de elefantes em

⁵⁴⁴ Mikhail, “War and charisma”, 129-130.

⁵⁴⁵ Mikhail, “War and charisma”, 136.

⁵⁴⁶ *O Livro de Marco Paulo ... Conforme a impressão de Valentim Fernandes*, fls. 25 e 34v.

⁵⁴⁷ *O Livro de Marco Paulo ... Conforme a impressão de Valentim Fernandes*, fls. 25-25v.

cativeiro nestes jardins para recreação do imperador e da sua corte, há uma menção ao uso de elefantes como animais de trabalho, nomeadamente na transplantação de árvores adultas.⁵⁴⁸ E num capítulo posterior, dedicado às festividades de ano novo que se celebravam entre os mongóis, é referido que nesta ocasião era hábito oferecer cavalos brancos ao Khan, e exibir todos os seus inúmeros elefantes (segundo Polo seriam cinco mil) num cortejo impressionante, em que estes grandes animais surgiam engalanados com panejamentos decorados com representações de animais selvagens e aves. Para além dos elefantes, também participavam deste cortejo camelos, e uns e outros carregariam arcas cheias de produtos preciosos e necessários à festa. É ainda mencionado que o Khan tinha leões domesticados, que por vezes eram trazidos ante si em festividades.⁵⁴⁹

Posteriormente, já no século XIV, outros europeus que viajaram pela Ásia e nos seus relatos descreveram a China, como o religioso Odoric de Pordenone e mais tarde o célebre Mandeville, não mencionam *ménageries* reais com propósitos políticos, mas escrevem sobre a presença de macacos e outros animais em parques de complexos religiosos.⁵⁵⁰ Contudo, a tradição de manter *ménageries* e parques para caça não foi exclusiva dos imperadores mongóis, tendo sido continuada, na China, pelas dinastias Ming (1368-1644) e Qing (1644-1911).⁵⁵¹

Voltando ao *Livro de Marco Polo*, é interessante verificar que nas suas descrições de outras partes da Ásia, e em particular nos capítulos relativos à Índia, não existem referências à utilização política de animais. Apenas na breve passagem sobre as ilhas de Zanzibar, na África Oriental, podemos encontrar uma alusão aos elefantes de guerra, descritos exactamente como eram representados nos bestiários europeus medievais, isto é, carregando um imponente castelo de madeira, em que transportavam até vinte homens armados para a guerra.⁵⁵² Tal dever-se-á, porventura, ao facto de Marco Polo ter conhecido de perto a realidade do Império Mongol e da corte de Kublai Khan, onde terá permanecido por vários anos, e que assumem uma centralidade indiscutível na sua

⁵⁴⁸ *O Livro de Marco Paulo ... Conforme a impressão de Valentim Fernandes*, fl. 31v.

⁵⁴⁹ *O Livro de Marco Paulo ... Conforme a impressão de Valentim Fernandes*, fls. 34v-35

⁵⁵⁰ Loisel, *Histoire des ménageries*, 40-41.

⁵⁵¹ Groom, *Exotic Animals in the Art and Culture of the Medici Court*, 9-10.

⁵⁵² *O Livro de Marco Paulo ... Conforme a impressão de Valentim Fernandes*, fls. 72v-73.

narrativa; o mesmo nível de detalhe não é reservado, de uma forma geral, à maioria dos restantes contextos asiáticos, descritos de forma mais genérica e esquemática, e com um particular enfoque em questões relacionadas com práticas e crenças religiosas, alianças e formas de organização política, algumas informações sobre as populações, flora e fauna existentes, mas principalmente informações de interesse para mercadores, como listas de produtos comerciáveis que se podiam encontrar em cada região.⁵⁵³ No entanto, tal como vimos no início deste subcapítulo, a utilização, por soberanos, de elefantes como signos de poder e prestígio, bem como a oferta cerimonial destes animais, constituem uma tradição milenar da Ásia Meridional, que ao longo de séculos foi sendo sucessivamente exportada pelo subcontinente indiano, e apropriada noutros contextos, asiáticos e não só. E esta é uma questão fundamental para se compreender a forma como estes grandes mamíferos foram posteriormente instrumentalizados pela dinastia de Avis, no contexto português do século XVI.

Tal como observou Thomas R. Trautmann no seu estudo aprofundado sobre os elefantes e a monarquia na Índia, a captura de elefantes e a sua utilização cerimonial e militar eram componentes essenciais de uma concepção e de um modelo indiano de soberania, que remonta à Antiguidade e que persistiu até ao século XIX. Este modelo difundiu-se pelos reinos do Sudeste asiático, comumente referidos como “indianizados”, e como vimos ao longo deste subcapítulo, influenciou decisivamente as práticas militares e performativas do poder real adoptadas por impérios e entidades políticas várias ao longo da Antiguidade, entre as quais o Império Persa, os reinos helenísticos da Síria e do Egipto, e ainda cartagineses e romanos; e a partir de uma memória destas práticas, que circulou ao longo de séculos através das fontes antigas, alguns dos seus elementos foram sendo reproduzidos na Europa medieval. Assim, o modelo difundiu-se sobretudo através de uma circulação de ideias no quadro do estabelecimento de relações entre soberanos, quer por via diplomática (exemplo: Constantino IX, Carlos Magno), quer por contactos militares (exemplo: Alexandre, o Grande), quer ainda indirectamente, por emulação (Frederico II).⁵⁵⁴

⁵⁵³ Sharon Kinoshita, “Introduction”, in Marco Polo, *The Description of the World*, tradução, introdução e notas de Sharon Kinoshita (Indianapolis e Cambridge: Hackett Publishing Company, 2016), xiv-xxv.

⁵⁵⁴ Trautmann, *Elephants & Kings*, 44-45.

Esta exposição global sobre a relação entre animais e poder na longa duração, embora não sendo sistemática nem exaustiva por não ser esse o nosso propósito, permite-nos aventar algumas conclusões preliminares que uma visão parcial, caso a caso, dificilmente proporcionaria. Através dos exemplos apresentados, torna-se evidente, em primeiro lugar, que o interesse, a reunião e a exibição de animais ditos “exóticos” constituem um fenómeno global e antigo, isto é, geográfica, cronológica e civilizacionalmente transversal. Animais raros, selvagens e extraordinários foram tradicionalmente reconhecidos por várias civilizações como poderosos atributos de soberania, e por isso utilizados por figuras de poder ao longo de séculos como forma de tornar patente e manifesto o seu prestígio e majestade. Estas práticas eram, naturalmente, mais acessíveis a dinastias ou entidades políticas cujo controlo se estendia por territórios vastos e particularmente dotados de diversidade faunística, ou que dominassem redes de comércio essenciais ou entrepostos estratégicos; talvez por esse motivo pragmático, este tipo de apropriações políticas de animais se tenha tornado, na longa duração e como Sharon Kinoshita sugere, numa característica especialmente associada ao poder imperial e a projectos políticos de natureza ou aspirações imperiais.

Se a constituição de *ménageries* de animais selvagens e parques de caça foram práticas transversais a várias civilizações desde a Antiguidade e até à Idade Moderna, a ideia de Trautmann, de uma concepção de soberania indiana intimamente ligada à posse, exibição e utilização militar de elefantes, que foi sendo sucessivamente importada e apropriada por soberanos e estados asiáticos, africanos e europeus, pode contribuir para uma compreensão do absoluto protagonismo do elefante, ao longo de séculos, como um dos animais por excelência para este tipo de apropriações políticas. Símbolo da realeza indiana desde tempos imemoriais e posteriormente adoptado também pelos persas, no mundo helenístico após a vitória de Alexandre sobre Poro, e mais tarde pelos romanos após as suas conquistas sobre Pirro de Epiro e Aníbal Barca no âmbito das guerras Pírrica e Púnicas, o elefante tornou-se num emblema de poder maximamente evocativo destes impérios antigos, tendo sido utilizado recorrentemente por soberanos europeus ao longo da Idade Média e também na Idade Moderna, e tendo

adquirido um estatuto de verdadeiro símbolo dinástico no século XVI, com D. Manuel I e com D. João III.

Por último, é ainda de referir que muitos destes animais, aos quais, sob uma perspectiva eurocêntrica e moderna, habitualmente nos referimos como exóticos, começaram, seja no Médio Oriente antigo, no Egipto ou na China, por suscitar o interesse de soberanos não necessariamente por serem exóticos, mas em primeiro lugar por serem selvagens. O seu estatuto de animais não domesticados e ferozes, aliado a concepções primordiais do poder real em que força e aptidão física eram atributos essenciais, tornava-os propícios a utilizações rituais e a uma instrumentalização que acentuava o poder dos soberanos sobre os territórios que dominavam, sobre as suas populações e principalmente sobre a sua natureza. Os animais exóticos não eram, assim, procurados ou desejados para representações de soberania apenas porque eram geograficamente exógenos – uma vez que nem sempre era esse o caso – mas sobretudo por serem selvagens e por todo o imaginário passível de ser evocado pela posse de um animal feroz, perigoso, difícil de capturar, e que, objectivamente e por várias razões, *não pertencia* aos contextos cortesãos ou palacianos onde era exibido. Deste modo, quando analisamos a utilização política de animais extra-europeus na corte portuguesa nos séculos XV e XVI, este é também um factor a ter em consideração: ao seu carácter extra-europeu, e ao seu poder evidente de trazer à lembrança territórios longínquos e por vezes pouco conhecidos, acrescia ainda o seu carácter selvagem, e consigo, o poder de simbolizar toda a natureza caótica, não domesticada e desconhecida, agora normalizada e recontextualizada em lugares e situações cuidadosamente preparados, controlados e encenados, de maneiras que sustentavam as imagens de poder e os interesses individuais dos seus donos. Assim, quando nos referimos a animais *exóticos*, não é unicamente a questão da proveniência que importa nesta qualificação, mas também a sua natureza selvagem.

Deste modo, o caso português – pese embora as suas particularidades e especificidades, que explanaremos adiante – inscreve-se, indiscutivelmente, numa tradição milenar em que a reunião de animais selvagens, diferentes e raros em *ménageries* ou parques de caça, a sua exibição pública, e o seu uso como presentes diplomáticos, eram elementos importantes da forma como a soberania era encarada,

concebida e praticada, podendo ser vistos como parte integrante de uma cultura mais vasta de demonstração de poder (em particular, do poder imperial). Este tipo de práticas foi adotado por reis e imperadores, em diversas cronologias, contextos geográficos e civilizacionais, e circunstâncias políticas, como um dos dispositivos materiais à sua disposição na construção de identidades individuais e dinásticas a legar à posteridade, equiparável aliás à posse e à ostentação de bens sumptuosos e de luxo. Deste modo, estas práticas foram, igualmente, uma característica fundamental das formas como soberanos se relacionaram e comunicaram com os seus súbditos, forjando memórias e sentimentos de pertença, e também com o mundo exterior, através de embaixadores e outros estrangeiros que testemunhavam estes usos, e os transmitiam aos seus conterrâneos, veiculando o prestígio e distinção destes reis e imperadores. Por fim, esta é também uma componente essencial da forma como, historicamente, os humanos se relacionaram com o mundo natural, apropriando-se e fabricando narrativas e imaginários em torno dele, e em particular das formas como as relações entre humanos e animais não humanos se foram desenvolvendo e construindo. E nestas práticas, como vimos, o papel e a agência dos próprios animais enquanto mediadores entre geografias e civilizações, e enquanto mediadores entre o mundo natural e o mundo dos humanos, não deve ser descurado.

3. Animais e poder: o caso da corte portuguesa (séculos XV-XVI)

*Vimos cá vir elefantes,
outras bestas semelhantes
trazer da Índia por mar,
por mar as vimos mandar
a Roma mui triumphantes.*

Garcia de Resende, *Miscelanea*, 201.

Se, como vimos no capítulo anterior, a utilização de animais selvagens no âmbito da demonstração e ostentação de majestade foi recorrente ao longo da Antiguidade e Idade Média, é também inegável que no início do período moderno este tipo de práticas acabou por alcançar uma difusão sem precedentes entre os grandes príncipes e soberanos europeus. Em parte, certamente terá contribuído para este recrudescimento a recuperação de modelos da Antiguidade Clássica, bem como a tentativa e o desejo, por parte de grandes figuras políticas deste período, de emular os exemplos de soberanos helenísticos e imperadores romanos plasmados em fontes clássicas que agora se redescobriam e ganhavam estatuto de imperioso paradigma. Assim, a posse de animais exóticos e ferozes converteu-se numa das grandes tendências de consumo sumptuário entre a aristocracia europeia, sobretudo entre os séculos XVI e XVIII, ainda que – seja pelos elevados custos associados a estas práticas, seja pelas próprias formas de acesso aos animais – fosse praticamente exclusiva dos príncipes, como procuraremos explicar neste capítulo.⁵⁵⁵

No século XV, foram as cidades italianas que começaram por assumir o protagonismo no consumo e coleccionismo de animais exóticos, dando um novo impulso a este tipo de práticas, depois de um certo ocaso e refreamento se ter seguido, na Idade Média, às exuberantes *ménageries* e espectáculos da Antiguidade. É mesmo a partir das fervilhantes cidades italianas que se difunde um novo termo, *serraglio*, para designar o lugar onde eram alojados os animais selvagens. Este predomínio devia-se ao facto de, como referimos anteriormente, grande parte dos animais exóticos, tal como, aliás, dos produtos africanos e asiáticos que eram comerciados na Europa, chegarem através de Alexandria ou Constantinopla. E no século XV, e até ao estabelecimento de

⁵⁵⁵ Gómez-Centurión Jiménez, “De leoneras, ménageries y casas de fieras”, 153-154.

rotas marítimas directas com a Ásia pela Coroa portuguesa, eram sobretudo as cidades italianas de Génova, Pisa, Livorno, e Veneza que participavam neste activo e lucrativo comércio mediterrânico, controlando, em larga medida, a entrada destes animais e produtos na Europa.⁵⁵⁶ Gozando deste acesso privilegiado, e fascinados com os modelos clássicos que procuravam reproduzir, os príncipes do *Quattrocento* recuperaram as faustosas procissões e celebrações romanas, redobrando o investimento nas suas *ménageries* que a partir dos séculos XII e XIII já tinham conhecido renovado interesse.

No contexto italiano, Florença desempenhou, sem dúvida, um papel de destaque, sendo os animais selvagens uma presença constante na cidade desde o século XIII; para além disso, o leão era considerado o animal oficial de Florença e leões eram mantidos em estábulos perto do Palazzo Vecchio desde o início do século XIV, tal como outros animais, alguns dos quais adquiridos através de presentes diplomáticos. É importante mencionar que para além de ser o animal oficial de Florença, o leão – nomeadamente o leão alado – é ainda o símbolo tradicional de Veneza, por via da sua associação a S. Marcos, o santo patrono da cidade desde o século IX, quando os seus restos mortais foram removidos do túmulo onde estavam depositados, em Alexandria, e transferidos para a cidade italiana (828 d.C.). Este simbolismo encontra-se materializado em diversas representações artísticas, entre as quais algumas das mais emblemáticas serão a estátua antiga de bronze de um leão alado, aproximadamente do séc. III a.C., que se encontra na Praça de S. Marcos, e a tela de Vittore Carpaccio, *Leone di San Marco* (1516), em que o leão alado é representado em primeiro plano, com uma vista da cidade como fundo.

Este interesse acabou por atingir o seu expoente máximo no século XVI, sob a égide dos Medici, que terão revelado uma percepção notável da importância simbólica das suas colecções de raridades zoológicas e do seu potencial enquanto requisito fundamental na manifestação de sumptuosidade palaciana entre as elites poderosas do seu tempo. Assim, estes animais, para além de mantidos em *ménageries*, eram activa e explicitamente exibidos em cerimónias de corte, combates encenados, e cortejos festivos, tal como sucedia na corte portuguesa. Mas, naquilo que parece ser uma especificidade do comportamento e das opções desta casa aristocrática toscana, os

⁵⁵⁶ Gómez-Centurión Jiménez, “De leoneras, ménageries y casas de fieras”, 156.

animais eram ainda utilizados enquanto elementos centrais nas obras de arte que os Medici encomendavam, atribuindo-lhes assim, criativamente, um protagonismo adicional cujo legado perdurou de forma mais duradoura, ultrapassando o carácter transitório das cerimónias.⁵⁵⁷ No caso português, pode considerar-se que esta função de tornar imortal o efémero foi desempenhada, de certa forma, pela cronística, em especial pelo punho de Damião de Góis.

Na segunda metade do século XV, no entanto, com as viagens de reconhecimento da costa ocidental africana, e sobretudo a partir de 1500, com a abertura de rotas marítimas directas para a Ásia e o continente americano, as cidades italianas perderam para a Península Ibérica o estatuto de principal centro importador de fauna exótica na Europa. Desde o início desta história de apropriações políticas da natureza, e ao longo de séculos, o acesso sempre foi uma questão determinante para a adopção deste tipo de práticas pelas elites poderosas. E neste período, o acesso aos mercados de animais e outros artigos valiosos extra-europeus passou a estar dominado pelos reis de Portugal e Espanha, tendo os portos de Lisboa e Sevilha assumido, como vimos no primeiro capítulo, o papel de principais centros de distribuição destes bens para os outros mercados europeus. Para tal foram decisivos os tratados bilaterais do século XV entre Portugal e Castela,⁵⁵⁸ que estabeleceram as esferas de influência de cada Coroa, bem com as bulas papais⁵⁵⁹ que internacionalmente reconheceram e

⁵⁵⁷ Sobre as colecções zoológicas dos Medici, vejam-se os trabalhos de Claudia Lazzaro e Angelica Groom: Groom, *The role of rare and exotic animals*; Groom, *Exotic Animals in the Art and Culture of the Medici Court*; Lazzaro, "Animals as cultural signs" e ainda Claudia Lazzaro, "Collecting animals in sixteenth-century Medici Florence", in *Grasping the World: the Idea of the Museum*, eds. Donald Preziosi e Claire Farago (Farnham: Ashgate, 2004), 500-526.

⁵⁵⁸ No Tratado de Alcáçovas (1479, ratificado em 1480), são reconhecidos os direitos de Castela às Ilhas Canárias e os direitos de Portugal aos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde, bem como às terras africanas "descobertas e por descobrir". O Tratado de Tordesilhas (1494) estabeleceu a linha de demarcação 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, concedendo a Portugal o domínio a leste deste meridiano, o que se traduzia, na prática, nos territórios desde o actual Pará (no norte do Brasil) até às Molucas. Ver Russell-Wood, "Padrões de colonização no Império Português, 1400-1800", 175.

⁵⁵⁹ A bula *Romanus Pontifex* (1455), assinada por Nicolau V, reconhecia o direito da Coroa portuguesa e do infante D. Henrique ao exclusivo da navegação a sul do cabo Bojador, estabelecendo a base em que assentou a política diplomática portuguesa para a Expansão durante mais de um século. A partir de então, sempre que se iniciava o pontificado de um novo Papa, a Coroa obtinha a confirmação desta bula. Posteriormente, a bula *Æternis regis* (1481), outorgada por Sisto IV, para além de confirmar a *Romanus Pontifex*, reconhecia as disposições do Tratado de Alcáçovas; e Alexandre VI, em várias bulas de 1493 legitima as pretensões castelhanas sobre as terras descobertas e por descobrir a Ocidente, estabelecendo a divisão entre os domínios de Portugal e Castela num meridiano a 100 léguas do arquipélago de Cabo Verde. No ano seguinte, através de negociações diplomáticas entre Portugal e Castela, o Tratado de Tordesilhas redefine esta partilha com condições mais favoráveis a Portugal, sendo as suas condições

legitimaram esta partilha do mundo, concedendo aos reis portugueses e castelhanos direitos sobre as terras divididas.

No final do século XVI, um conjunto de circunstâncias decisivas, entre as quais a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) e o episódio da Invencível Armada (1588), acabaria por perturbar esta hegemonia, abrindo caminho à participação de holandeses e ingleses na navegação oceânica e nos comércios atlântico e índico.⁵⁶⁰ Mas até então, o monopólio ibérico sobre as rotas marítimas para a Ásia e as Américas significava que o acesso à megafauna carismática que os monarcas portugueses e espanhóis podiam exibir se encontrava condicionado, e a importação de animais provenientes destes continentes por outros poderes dependia, em larga medida, da mediação destas Coroas.⁵⁶¹ Por exemplo, sabe-se que ao longo de todo o século XVI terão chegado à Europa pelo menos treze elefantes asiáticos, todos através de Portugal. Aparentemente, nesta centúria, nenhum elefante terá chegado a cortes europeias a partir de Alexandria ou Constantinopla, apesar de estas serem as únicas vias para a importação destes animais nos séculos anteriores,⁵⁶² e apesar de Alexandria e outros portos do norte de África (sobretudo por intermédio de Veneza) terem permanecido centros estratégicos para a distribuição de animais selvagens e outros produtos valiosos provenientes não só do continente africano, mas também do Médio Oriente e da Ásia, para consumo das cortes italianas.⁵⁶³ Por conseguinte, a manutenção de relações diplomáticas e a troca de presentes desempenhavam um papel fundamental, sendo este um recurso activamente explorado pelas outras cortes europeias para a obtenção de raridades zoológicas junto de soberanos e membros das casas reais ibéricas, que se revelaram instrumentais para a circulação de exemplares de fauna extra-europeia pela Europa neste período.

Embora as páginas que se seguem se encontrem marcadas por um claro foco no caso específico da coroa portuguesa nos séculos XV e XVI e no papel político que os animais exóticos e selvagens desempenharam neste contexto, é importante salientar

sancionadas pelo Papa Júlio II em 1506. Ver João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique, o Infante* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2009), 345; Francisco Contente Domingues, “Tratado de Tordesilhas”, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luís de Albuquerque (Lisboa: Editorial Caminho, 1994), vol. II, 1039-1043.

⁵⁶⁰ Groom, *Exotic Animals in the Art and Culture of the Medici Court*, 13.

⁵⁶¹ Groom, *Exotic Animals in the Art and Culture of the Medici Court*, 27-30.

⁵⁶² Lach, “Asian elephants in Renaissance Europe”, 134.

⁵⁶³ Groom, *Exotic Animals in the Art and Culture of the Medici Court*, 44.

que esta é, ainda assim, uma história global. Uma das ideias centrais desta tese é a de que os animais selvagens e exóticos vivos foram utilizados por membros da dinastia de Avis nos séculos XV e XVI como um veículo para transmitir ideais e aspirações políticas, e assim projectar imagens de poder pessoal e dinástico. Mas o poder desta estratégia de comunicação, que era direccionada a súbditos mas também adoptada no contexto das relações internacionais com cortes e soberanos europeus ou não europeus, advinha em larga medida do facto de estas práticas serem reconhecidas e exploradas universalmente, e desde cronologias muito recuadas, como signos de majestade. E a partir do final do século XV, numa altura em que as interacções diplomáticas intercontinentais se multiplicaram a uma escala sem precedentes, este carácter global adquiriu uma importância ainda mais significativa, na medida em que, aliado a outros comportamentos cortesãos igualmente globais, tais como a dádiva cerimonial de prendas, facilitou o estabelecimento e desenvolvimento de relações e a transposição de fronteiras culturais, potenciando a criação de sistemas de valores partilhados.⁵⁶⁴ No quadro das relações entre cortes europeias, estas práticas foram, como vimos, um elemento essencial para a construção da reputação e identidade da Coroa portuguesa, que num contexto em que a procura e o interesse por fauna exótica de outros continentes conhecia uma particular intensidade por toda a Europa, se afirmava como peça central na aquisição destes animais, sendo este papel estratégico possibilitado e potenciado pelo seu próprio empreendimento imperialista.

Internamente, a posse e a exibição de animais exóticos e selvagens constituíam também, como é evidente, um poderoso instrumento de propaganda. Materialização por excelência da situação específica da Coroa portuguesa e das suas aspirações imperiais, a presença deste tipo de animais em Lisboa e noutras partes do país onde a corte se fixasse tornava concreta, entre súbditos, a experiência das navegações marítimas, do estabelecimento de contactos – pacíficos ou não – com novas realidades geográficas e civilizacionais, e afirmava a dimensão e o alcance do poder do rei. De resto, a reprodução deste tipo de práticas contribuía ainda para a construção de uma narrativa em que os soberanos portugueses se equiparavam aos grandes imperadores da

⁵⁶⁴ Sobre esta questão, veja-se Zoltán Biedermann, Anne Gerritsen e Giorgio Riello, “Introduction, Global Gifts and the Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia”, in *Global Gifts*, 1-33.

Antiguidade, tendo sido habilmente instrumentalizada, neste sentido, pelos seus cronistas oficiais.

3.1. A posse de animais e a sua exibição em residências régias

Embora as mais conhecidas colecções zoológicas portuguesas sejam, sem dúvida, as do século XVI, o hábito de manter animais selvagens em cativeiro parece ter surgido ainda em plena Idade Média. Segundo Inácio de Vilhena Barbosa, o primeiro rei português a fazê-lo terá sido D. Dinis (r. 1279-1325), que manteria exemplares de espécies autóctones, nomeadamente um urso e um lobo, no paço real que mandou construir, no início do século XIV, em Frielas (actual concelho de Loures).⁵⁶⁵ Desconhecemos em que se terá baseado Barbosa para avançar esta informação, que é reproduzida por diversos autores, mas que não conseguimos recuar a registos coetâneos.⁵⁶⁶ No entanto, é sobejamente conhecida a lenda, narrada por Francisco Brandão e citada por Barbosa, segundo a qual D. Dinis terá sido atacado por um urso aquando de uma caçada, tendo-se salvo por intercessão de S. Luís de Toulouse. Este episódio lendário é associado por Francisco Brandão à inclusão da representação de um urso a atacar um cavaleiro de armadura num dos seis suportes do túmulo do monarca,⁵⁶⁷ mas não existe referência nesta fonte seiscentista à captura de um urso ou à sua manutenção em cativeiro.⁵⁶⁸ Deste modo, embora esta hipótese não se afigure completamente inverosímil, não é certo que a mesma se tenha, de facto, verificado.

A este propósito, é de referir que a presença de ursos pardos se registou em Portugal até 1650, ano comumente aceite como marcando a extinção formal desta espécie no país. No entanto, embora aparentemente ainda abundassem em meados do

⁵⁶⁵ Inácio de Vilhena Barbosa, *Apontamentos para a História das Colecções e dos Estudos de Zoologia em Portugal* (Lisboa: Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, 1885), III-IV.

⁵⁶⁶ Vejam-se, a este propósito, Loisel, *Histoire des ménageries*, 215-216; Braga, “Descobrir e Juntar Animais”, 58-59.

⁵⁶⁷ A propósito do programa iconográfico do túmulo de D. Dinis, que o próprio monarca terá encomendado, veja-se Giulia Rossi Vairo, “L’immagine dell’Altro nella scultura medievale funerária europea: la tomba di Ruggero II di Sicilia e il monumento fúnebre di Dinis di Portogallo”, in *Através do olhar do Outro. Reflexões acerca da sociedade medieval europeia (séculos XII-XIV)*, eds. José Albuquerque Carreiras, Giulia Rossi Vairo e Kristjan Toomaspoeg (Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2018), 157-202.

⁵⁶⁸ Francisco Brandão, *Quinta parte da Monarchia Lusytana, que contem a historia dos primeiros 23 annos delRey D. Dinis* (Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck, 1650), fls. 118v-119.

século XIV, a partir do século XV as populações de ursos pardos começaram a diminuir significativamente, como resultado da caça e da desflorestação, levando mesmo D. João I e D. Duarte a promulgar leis destinadas à protecção desta espécie, condicionando a sua caça. Apesar disso, em 1414, o próprio D. Duarte, então ainda infante, juntamente com D. Henrique, terá caçado um urso perto de Portel, mandando-o depois a D. João I. A eficácia destas leis foi, como se sabe, diminuta, e no século XVI os ursos já se encontravam confinados à Serra do Gerês. Após 1650, existem apenas registos de aparecimentos esporádicos de indivíduos desta espécie, nomeadamente na região fronteiriça do norte do país, que continuam a verificar-se até aos dias de hoje.⁵⁶⁹

A referência de Brandão remete, ainda assim, para uma prática da realeza e da aristocracia medievais amplamente documentada e da qual D. Dinis parece ter sido, de facto, um dos monarcas portugueses mais aficionados: a caça. Como vimos, esta era uma actividade muito difundida entre a realeza de toda a Eurásia, que tinha uma evidente dimensão lúdica e recreativa, mas que se revestia também de uma importância cerimonial indiscutível. Marca de distinção social para a nobreza, cuja função primordial se encontrava associada ao uso das armas, a caça servia para treinar o corpo e apurar a sagacidade, sendo uma actividade essencial para qualquer príncipe, e constituiu provavelmente a mais antiga forma de exploração do mundo animal.⁵⁷⁰ Contudo, é de mencionar que esta exploração não se resumia às presas em si. Como referimos anteriormente, era comum em actividades cinegéticas, pelo menos a partir da Idade Média, o recurso a animais treinados para o efeito, fossem estes chitas, cães ou aves, verificando-se, neste caso, uma estreita cooperação e interdependência entre caçadores e respectivos animais, e desenvolvendo os primeiros, por vezes, sentimentos de grande afinidade pelos seus companheiros não-humanos, que surgem ocasionalmente testemunhados nas fontes. No que diz respeito a esta actividade, D. Dinis parece ter sido grande apreciador não só de montaria (caça a animais de grande porte), como sugere a famosa lenda do urso, como também da volataria (caça com

⁵⁶⁹ A este propósito, veja-se Francisco Álvares e José Domingues, “A presença histórica do urso em Portugal e testemunhos da sua relação com as comunidades rurais”, *Açafa On line*, 3 (2010), 9-13; e A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2010), 225.

⁵⁷⁰ Paulo Drumond Braga, “Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: a Caça”, in *Animais e Companhia na História de Portugal*, 185-215.

recurso a aves adestradas), tendo legislado sobre aves de caça encontradas perdidas, e existindo referência nos seus testamentos às aves que possuía, e que o monarca legou aos respectivos tratadores.⁵⁷¹ Terá sido ainda o primeiro rei português a estabelecer uma coutada real, isto é, uma reserva de acesso restrito destinada à caça, tendo a Coroa, nos séculos seguintes, prosseguido o coutamento de terras, que normalmente coincidiam com as regiões preferidas como residências reais, num período em que a corte ainda era itinerante.⁵⁷² Esta situação ter-se-á alterado a partir de finais do século XV, quando, devido ao aumento da população e à necessidade de arrotear novas terras, D. Manuel I promoveu uma extinção sistemática de coutadas, processo retomado no final do século XVI por Filipe II.⁵⁷³

Ainda relativamente à caça, embora este não seja o nosso objecto, importa referir, por representar uma dimensão fundamental da relação dos humanos com o mundo animal, que de acordo com a cronística oficial, a generalidade dos monarcas e príncipes do século XIV e da dinastia de Avis foram grandes caçadores e apreciadores desta actividade. Mais do que comprovativa de uma manifesta habilidade ou apetência dos soberanos portugueses, a multiplicação destas considerações abonadas na cronística, sistematizadas por Paulo Drumond Braga,⁵⁷⁴ é reveladora da importância política e social da actividade cinegética, em particular no quadro do desenvolvimento, sobretudo a partir de finais da Idade Média, de estratégias de representação simbólica mais complexas, assentes cada vez mais no cerimonial e na exteriorização de atributos, características e comportamentos que se consideravam essenciais e identitários, fosse para o exercício da soberania, fosse socialmente para a aristocracia em geral, como aliás tem sido extensamente explorado pela historiografia e as ciências sociais. E estas referências são, mais uma vez, reveladoras da enorme importância da cronística, sobretudo da de encomenda oficial, não só para a construção de identidades individuais e dinásticas para legar à posteridade, eternizando-as, mas também para a própria fixação destes fundamentos normativos da realeza.

⁵⁷¹ Braga, "Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: a Caça", 189.

⁵⁷² Braga, "Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: a Caça", 185-186.

⁵⁷³ Braga, "Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: a Caça", 193.

⁵⁷⁴ Braga, "Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: a Caça", 189-196.

Deste modo, antes da constituição de *ménageries* propriamente ditas pelos reis portugueses, verificavam-se comportamentos que se podem considerar como indicadores de uma exploração política e social do mundo animal, mas associados à prática da caça. Neste sentido, é de referir a manutenção de colecções de aves para este efeito, que como vimos já se identifica no reinado de D. Dinis, mas que é mais amplamente documentada sobretudo a partir de D. Fernando I (r. 1367-1383), que teria ao seu serviço vários falcoeiros, alguns dos quais mouros, possuindo numerosas aves e cães de caça. Quanto aos primeiros monarcas da dinastia de Avis, designadamente D. João I (r. 1385-1433) e D. Duarte (r. 1433-1438), estes acrescentaram uma importante dimensão de produção e promoção de conhecimento a estas práticas régias e aristocráticas, ao produzirem dois importantes tratados, demonstrando claramente que para além do exercício das armas, também o domínio das letras se tornava cada vez mais num atributo régio por excelência. D. João I terá redigido o seu *Livro de Montaria* entre 1415 e 1433, abordando a criação e treino de cães de caça e dando instruções sobre a arte de caçar javalis; já o célebre, ainda que incompleto, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, de D. Duarte, este constitui um dos mais antigos tratados de equitação e justa equestre conhecidos, e também contém informações sobre a caça de animais de grande porte.⁵⁷⁵

Tal como já referimos no primeiro capítulo, foi também no reinado de D. João I, com a conquista de Ceuta, que começou a haver um conhecimento mais directo e aprofundado sobre a realidade natural do continente africano. Contudo, é importante referir que, tanto quanto apurámos, só a partir da segunda metade do século XV parece haver indícios da presença de animais selvagens e exóticos na corte portuguesa. E mesmo para esta cronologia, só é possível conhecer esta realidade a partir de esparsas referências em fontes estrangeiras, sobretudo em relatos de viagem produzidos por autores que passaram pela corte portuguesa. O silêncio geral das fontes portuguesas quanto a esta temática dever-se-á provavelmente à própria conjuntura política – e, indissociáveis desta, às características da cronística oficial – dos reinados dos primeiros monarcas de Avis. Se a preocupação central de Fernão Lopes era construir uma

⁵⁷⁵ Braga, “Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: a Caça”, 189; Pais, *Coleções Zoológicas vivas reais em Portugal*, 89 e ss.

legitimação para a ruptura dinástica introduzida por D. João I, a cronística de Zurara caracterizou-se pela legitimação dos infantes de Avis e das próprias conquistas da Coroa portuguesa no Norte de África, através de uma centralidade atribuída ao ideal cruzadístico e aos feitos de cavalaria. Já as crónicas de D. Duarte e D. Afonso V (r. 1438-1481), por Rui de Pina, focam-se sobretudo na narração das guerras dos portugueses no Norte de África face à resistência das populações e forças marroquinas, às quais se acrescentam, no caso de D. Afonso V, o conflito com o Infante D. Pedro, seu tio, que acabaria por conduzir à Batalha de Alfarrobeira (1449), e a guerra luso-castelhana (1475-1479), que marcou a fase final do seu reinado.⁵⁷⁶ Assim, tendo sido curto o reinado de D. Duarte, D. Afonso V surge na cronística oficial como particularmente investido nos feitos de cavalaria e pouco interessado na expansão marítima,⁵⁷⁷ o que poderá eventualmente justificar o facto de, embora as primeiras informações verdadeiramente relevantes sobre a presença e manutenção de animais exóticos e selvagens na corte portuguesa – uma das materializações por excelência da própria Expansão – datem do seu reinado, este interesse do monarca tenha passado ao lado de Zurara e Rui de Pina, eles próprios mais animados, respectivamente, pelas figuras do Infante D. Henrique e D. João II.

Segundo Loisel, no entanto, D. Afonso V manteria no seu paço em Sintra (incorrectamente identificado como o Palácio da Pena), diversos animais selvagens provenientes do Norte de África, dos quais se servia para presentear príncipes seus aliados e amigos.⁵⁷⁸ E na descrição, pelo embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein, dos esponsais de D. Leonor com o Sacro-Imperador Frederico III, fonte editada pela primeira vez em 1503, mas que terá sido produzida por volta de 1451, haveria em Lisboa,

⁵⁷⁶ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio (Porto: Civilização, 1991); Pina, *Crónicas*; Zurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Existindo uma vasta bibliografia sobre a cronística dos primeiros reis de Avis, vejamos, por exemplo, Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que re-colheu* Boa Memória (Lisboa: Temas e Debates), 331-339; *Ibidem*, “Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis”, in *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*, org. Carlos Nogueira (São Paulo: Alameda, 2010), 61-79; Diogo Ramada Curto, “A literatura e o Império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o humanismo cívico”, in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), vol. I, 434-454; Miguel Aguiar, “As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV”, *Medievalista online*, 23 (Janeiro-Junho 2018).

⁵⁷⁷ Para uma problematização desta questão, veja-se João Paulo Oliveira e Costa, “D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II”, *Mare Liberum* 17 (1999): 39-71.

⁵⁷⁸ Loisel, *Histoire des ménageries*, 216.

perto da praça da cidade e junto a uma fonte artificial que vertia uma água rósea, “um horto com diversos animais selvagens”, e em vários momentos das festas terão sido exibidos um elefante, um leão, um urso e um porco selvagem.⁵⁷⁹ Já na década de 1460, Leon de Rosmithal de Blatna, cunhado do rei da Boémia, afirma ter sido recebido pelo monarca português duas vezes, primeiro em Braga e mais tarde em Évora. Na primeira ocasião, terá recebido do infante D. Fernando um macaco, e em Évora, no paço do rei, declara ter visto gatos de algália, que emanavam um “odor muito suave”.⁵⁸⁰

Embora não conheçamos referências coetâneas à *ménagerie* de Sintra referida por Loisel, como veremos adiante, fontes do século XVI apontam para a existência de animais nas imediações deste paço.⁵⁸¹ É também sabido que D. Afonso V nasceu e morreu no paço de Sintra, onde permaneceu com frequência ao longo da sua vida; e embora as fontes portuguesas não o mencionem, fontes francesas e borgonhesas referem várias dádivas de animais exóticos africanos, que incluíam um elefante, macacos e gatos de algália, mas também camelos, marmotas e leões, por este monarca. Pelo conjunto destas informações, afigura-se-nos como certo que D. Afonso V possuiria um provavelmente já impressionante conjunto de animais exóticos, todos eles africanos, percebendo que este constituía um dispositivo de ostentação de poder e magnificência relevante. Quanto à diversidade dos locais associados a estes animais, nomeadamente Braga, Lisboa e Évora – isto se excluirmos Sintra, que não surge em nenhuma fonte quatrocentista que tenhamos consultado –, e dado o carácter ainda itinerante da corte, consideramos que é possível que não existisse, de facto, um único local fixo para acolher estes animais, e que à semelhança do que se verificava noutras cortes, tanto em períodos anteriores como posteriores,⁵⁸² também D. Afonso V se fizesse acompanhar destes animais, ou de alguns deles, nas suas viagens e permanências pelas várias residências régias. Um outro dado de salientar da colecção de animais de D. Afonso V prende-se com a referência de Valckenstein à presença de um elefante, uma

⁵⁷⁹ Leonor de Portugal, *Imperatriz da Alemanha*, 39 e 41-43.

⁵⁸⁰ *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, 283.

⁵⁸¹ Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, 25-26; IAN/TT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 27, doc. 126.

⁵⁸² Alguns exemplos que se podem mencionar são, como já referimos, o do sacro-imperador Frederico II Hohenstaufen no século XIII, mas também o do imperador bizantino João VIII Paleólogo no século XV (ver Groom, *The role of rare and exotic animals*, 83-84).

vez que este é o mais recuado registo conhecido da presença destes animais em Portugal.

Para este período, é ainda de referir que o interesse por animais exóticos não era, aparentemente exclusivo do rei, e que também os seus tios, os infantes D. Pedro e D. Henrique, possuíam alguns animais exóticos e consumiriam subprodutos destes animais. Assim, uma vez que que D. Pedro terá enviado ao duque da Borgonha, seu cunhado, uma leoa, pode presumir-se que o duque de Coimbra teria outros animais, ou que pelo menos lhe seria possível adquiri-los. Já o interesse de D. Henrique em fauna extra-europeia pode verificar-se, por exemplo, numa referência de Zurara na *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, em que o cronista entusiasticamente menciona uma ocasião em que três ovos de ema foram levados à mesa do Infante, e termina a sua curta descrição do episódio afirmando que “bem é de presumir que príncipe cristão não seria em esta parte da cristandade que semelhantes iguarias em sua mesa tivesse”.⁵⁸³ Importa referir que estes ovos provavelmente seriam, na realidade, ovos de avestruz, na medida em que teriam uma proveniência africana, e a espécie actualmente designada por “ema” apenas existe no continente americano, na altura ainda desconhecido dos europeus. Não obstante, esta referência revela bem a importância atribuída à mesa do príncipe, e demonstra não só o consumo de produtos africanos de origem animal em banquetes cerimoniais, mas também que estes produtos tinha um valor e um significado político, conferindo ao Infante uma noção de exclusividade. O interesse de D. Henrique neste animais encontra-se também patente nas diversas referências a lobos-marinhos (e às suas peles e óleos), que frequentemente eram capturados no Atlântico, ao largo da costa africana, e enviados ao Infante, para sua grande satisfação, pelos navegadores que se encontravam ao seu serviço.⁵⁸⁴ Convém referir que estes animais eram procurados, não tanto pelo seu valor representacional, mas essencialmente pelos seus subprodutos – as peles e sobretudo os óleos –, que eram utilizados nas indústrias de sabão, as quais desde 1424 se encontravam sob monopólio do Infante D. Henrique.⁵⁸⁵

⁵⁸³ Zurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, cap. XVI, 97.

⁵⁸⁴ Sintra, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, 55; Zurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, cap. X.

⁵⁸⁵ João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique, o Infante* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2009), 135.

Por fim, mencione-se ainda a carta régia de D. Afonso V, de 19 de Outubro de 1470, em que o monarca define um conjunto de produtos que passavam a constituir monopólio da Coroa, independentemente de privilégios ou tenças anteriormente concedidos. Entre as mercadorias africanas que circulavam, e de cujo comércio o monarca se arrogava, contavam-se gatos de algália,⁵⁸⁶ animais extremamente procurados e dispendiosos na Europa nos séculos XV e XVI, e que a partir de meados do século XV se tornaram numa presença bastante comum nas residências régias portuguesas. Os gatos de algália, ou civetas africanas, eram especialmente apelativos pelo almíscar, uma secreção produzida nas suas glândulas anais, que era utilizada na confecção de perfumes e de produtos medicinais.⁵⁸⁷ Como bem exemplifica o comentário de Leon de Rosmithal de Blatna, as referências a estes animais nas fontes são quase sempre acompanhadas por observações ao cheiro agradável que emanavam, e o facto de D. Afonso V incluir estes animais entre as mercadorias africanas que só podiam ser comercializadas pela Coroa ou com a sua autorização denota o quão lucrativo era o seu comércio. De resto, sendo comercializadas, à semelhança do que se verificava com pequenos símios e pássaros exóticos, pode supor-se que não eram exclusivas do rei e membros da família real, podendo ser adquiridas por quem tivesse posses para as comprar no mercado.

Foi durante o reinado de D. João II (1481-1495) que Lisboa se começou a afirmar, assumidamente, como o principal centro europeu para o comércio de africanos escravizados, bem como de produtos e animais vindos da costa ocidental de África. Contudo, são muito poucas as informações sobre os animais exóticos mantidos por D. João II, e estas encontram-se maioritariamente no relato produzido por Hieronymus Münzer aquando da sua passagem por Portugal (1494-1495), onde permaneceu alguns dias em Évora e depois em Lisboa. Durante a sua estadia em Évora, onde então se encontrava a corte, Münzer terá visto um jovem camelo num espaço exterior do paço real. Ainda nesta cidade, mas na Igreja de São Brás, ter-se-á espantado ao ver parte da pele de uma serpente da Guiné, de trinta palmos de comprimento e da grossura de um

⁵⁸⁶ *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, ed. João Martins da Silva Marques (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988), vol. 3, 85-86; Costa, “D. Afonso V e o Atlântico”.

⁵⁸⁷ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 11.

homem, que se encontrava pintada de várias cores, e com estrelas e manchas douradas.⁵⁸⁸ Já em Lisboa, o mesmo autor afirma ter visto um crocodilo pendurado no coro do Mosteiro da Santíssima Trindade; em Santa Maria da Luz, o bico de um pelicano e outro crocodilo; e no paço da Alcáçova, os dois leões mais belos que já havia observado.⁵⁸⁹ A referência ao pelicano por Münzer é particularmente interessante, não só por esta ser uma ave abundante na Guiné, mas sobretudo pelo seu importante valor heráldico. Divisa adoptada por D. João II enquanto ainda era príncipe, o pelicano – animal que metaforicamente, à semelhança de Cristo, ressuscita a suas crias com o seu próprio sangue, significado simbólico que se encontra presente na generalidade dos bestiários medievais – remete para uma simbólica política cristã associada ao assistencialismo e à protecção, e constitui um elemento fundamental do discurso oficial veiculado pela cronística, que apresenta D. João II como príncipe perfeito.⁵⁹⁰ Mais tarde, já no século XVI, numa referência simbólica e política semelhante, o pelicano foi também apropriado por Isabel I de Inglaterra, tendo sido representado nas jóias utilizadas pela rainha no seu retrato por Nicholas Hilliard (c. 1573) (**Figura 3.1**).



Figura 3.1 – Isabel I de Inglaterra, c. 1573. Nicholas Hilliard, *The Pelican Portrait* e detalhe. Óleo sobre tela. Liverpool, Walker Art Gallery.

⁵⁸⁸ Münzer, *Viaje por España y Portugal*, 66.

⁵⁸⁹ Münzer, *Viaje por España y Portugal*, 70-71.

⁵⁹⁰ Sobre esta temática, vide Silva, *Entre príncipe perfeito e rei pelicano*, 2007.

Foi também sobretudo durante o reinado de D. João II que se verificou, em Portugal, um cada vez maior consumo e procura por objectos de marfim (**Figura 3.2**), que a partir do século XVI se tornaram bastante populares na Europa, sendo uma presença frequente nas chamadas câmaras de maravilhas centro-europeias durante toda a Idade Moderna. O marfim já era consumido e considerado um material valioso na Antiguidade e na Idade Média, sendo utilizado, por exemplo, para o fabrico de objectos litúrgicos de luxo. No período medieval, a par do marfim de elefante (cuja circulação era controlada pelas dinastias muçulmanas do Norte de África, e que segundo alguma historiografia era mais valorizado), objectos de marfim de morsa provenientes do Norte da Europa também eram largamente consumidos por toda a Eurásia.⁵⁹¹ No entanto, a partir de meados do século XV ter-se-á assistido a um aumento da importação destes produtos, uma vez que entre as mercadorias trazidas da costa ocidental de África pelos portugueses contavam-se presas e objectos de marfim.



Figura 3.2 – Colher em marfim, esculpida numa peça única. 1490-1530, Serra Leoa. Londres, British Museum.

Contudo, após uma embaixada do rei do Congo à corte de D. João II em 1489, em que presas de marfim, objectos valiosos esculpidos neste material e têxteis de rafia foram oferecidos ao monarca português, estes objectos adquiriram uma importante dimensão política e cerimonial, tendo sido fundamentais para o desenvolvimento da ideologia imperial de D. João II, uma vez que foram entendidos e apresentados na

⁵⁹¹ Sobre esta questão, que tem sido amplamente explorada pela historiografia nos últimos anos, veja-se Sarah M Guérin, “Ivory Carving in the Gothic Era, Thirteenth–Fifteenth Centuries”, *Heilbrunn Timeline of Art History* (May 2010); Kirsten A. Seaver, “Desirable teeth: the medieval trade in Arctic and African ivory”, *Journal of Global History* 4, 2 (July 2009): 271-292; Matthew Elliott Gillman, “A tale of two ivories: elephant and walrus”, *Espacio, Tiempo y Forma, Revista de la Facultad de Geografía e Historia* série VII, Historia del Arte, 5 (2017): 81-105; Xavier Dectot, “When ivory came from the seas. On traits of the trade of raw and carved sea-mammal ivories in the Middle Ages”, *Antropozoologica* 53, 14 (2018): 159-174; Paul Williamson, *The Wyvern Collection: Medieval and Later Ivory Carvings and Small Sculpture* (Londres: Thames & Hudson, 2019).

cronística como uma representação explícita da sua soberania sobre os territórios da África sub-saariana.⁵⁹² Mais tarde, já no reinado de D. Manuel, terão começado a ser encomendadas peças de aparato em marfim a artistas africanos com a incorporação de elementos iconográficos europeus, como o corno de caça com as armas portuguesas, das antigas colecções da Casa de Sabóia (**Figura 3.3**); no entanto, é de referir que a par destas peças mais luxuosas, reservadas para trocas diplomáticas, e possivelmente utilizadas em contextos cerimoniais, também chegariam a Lisboa outro tipo de objectos, mais acessíveis e destinados a uso quotidiano, mas que não chegaram aos nossos dias.⁵⁹³



Figura 3.3 - Corno de caça com as armas portuguesas e a esfera do rei, c. 1495-1521. Provavelmente levado por D. Beatriz de Sabóia aquando do seu casamento, pertenceu às antigas colecções da Casa de Sabóia. Turim, Musei-Reali di Torino, Armeria Reale.

No entanto, é, como já vimos, no reinado de D. Manuel I (1495-1521) que se verifica uma intensificação desta ostentação e utilização política de animais exóticos pela realeza. Se até então a fauna africana se havia tornado numa presença comum na corte portuguesa, a inauguração da Carreira da Índia em 1498 por Vasco da Gama veio facilitar a importação de mercadorias, mas também de exemplares de fauna asiática; a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil dois anos mais tarde, por seu turno, introduziu nos mercados europeus, a partir de Lisboa, produtos e espécies

⁵⁹² Sobre esta questão, veja-se Pereira, *African Art at the Portuguese Court*, 79-171.

⁵⁹³ Kate Lowe, "Made in Africa: West African Luxury Goods for Lisbon's Markets", in *The Global City*, 163-177.

completamente novos e anteriormente desconhecidos neste continente, tornando a corte portuguesa, de forma contundente, inigualável por qualquer outra corte europeia no que respeita às raridades zoológicas que podia exhibir.

O Paço da Ribeira, mandado construir, como vimos no primeiro capítulo, por D. Manuel, incluía um aviário destinado à sua enorme colecção de aves africanas, asiáticas e brasileiras. Os papagaios, em particular, eram muito apreciados não só por D. Manuel mas também pelas mulheres da sua corte, devido à sua longevidade e capacidade de aprender a imitar a fala humana, o que fazia com que fossem regularmente adoptados como animais de estimação.⁵⁹⁴ D. Beatriz, a mãe do monarca, por exemplo, tinha dois papagaios, um pardo e outro vermelho, tendo um deles sido oferecido a D. Joana de Noronha, a viúva do condestável D. Afonso de Viseu.⁵⁹⁵ Sendo o soberano um grande apreciador da caça e da falcoaria, o aviário de D. Manuel incluiria ainda um grande número de aves de caça. Em 1520, terá encomendado ao seu feitor em Antuérpia vinte falcões e açores, enviando o seu caçador Simão Roiz a Flandres com o propósito de supervisionar a compra e a sua viagem para Lisboa.⁵⁹⁶ E para além deste aviário, D. Manuel parece ainda ter mantido alguns dos seus animais nas imediações do Paço de Sintra: na sua descrição de Lisboa, ao escrever sobre este palácio, situado “na encosta do monte”, Damião de Góis menciona que “este monte tem grande abundância de animais selvagens e de aves”.⁵⁹⁷ Esta referência, com toda a certeza, não diz respeito a uma *ménagerie*, mas sim à profusão de espécies silvestres que se podiam encontrar na Serra de Sintra. Contudo, num documento de 1511, D. Manuel mandava ao almoxarife de Óbidos entregar ao “paceiro dos paços da serra”, isto é, do Paço de Sintra, oito mil réis para mantimento dos pavões que “andam no dito paço da serra”.⁵⁹⁸ Embora não tenhamos encontrado qualquer referência a outros animais para além dos pavões, torna-se claro que neste paço seria, de facto, possível encontrar pelo menos estas

⁵⁹⁴ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 7.

⁵⁹⁵ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 333; Anselmo Brancaamp Freire, “Inventário da Infanta D. Beatriz. 1507”, *Archivo Historico Portuguez*, IX (1914), 83-84.

⁵⁹⁶ Gschwend, “A procura portuguesa por animais exóticos”, 33.

⁵⁹⁷ Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, 25-26.

⁵⁹⁸ IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 27, doc. 126.

exuberantes aves, não em estado completamente selvagem, mas sob cuidado humano, garantindo o rei a sua subsistência.

Porém, a componente mais expressiva e impressionante do conjunto de animais de D. Manuel seria, indiscutivelmente, a mega-fauna asiática. De acordo com Damião de Góis, D. Manuel terá sido o primeiro rei da Cristandade a possuir elefantes indianos, chegando a ter cinco (quatro machos e uma fêmea) na mesma altura.⁵⁹⁹ E é também sobejamente conhecido o rinoceronte indiano que o monarca português recebeu de Muzafar II, sultão do Guzerate, em 1515. Embora a primazia de D. Manuel seja, ao que sabemos, certa no que respeita à posse de um rinoceronte, é, como temos explanado ao longo do capítulo anterior, incorrecto que tenha sido o primeiro rei cristão a ter elefantes indianos; porém, terá sido, efectivamente, o primeiro monarca europeu a manter não um único exemplar destes animais, mas um conjunto de “elefantes de Estado”, nas palavras de Annemarie Jordan Gschwend, que exhibia numa clara imitação dos soberanos indianos do seu tempo e dos imperadores romanos da Antiguidade. O primeiro destes paquidermes a chegar a Lisboa, proveniente do actual Sri-Lanka, terá sido enviado, a partir de Cochim, pelo Vice-Rei D. Francisco de Almeida a D. Manuel em 1506.⁶⁰⁰ Posteriormente, entre 1510 e 1514, quatro elefantes foram enviados por Afonso de Albuquerque: um em Janeiro de 1510,⁶⁰¹ dois elefantes pequenos, um na nau *Santo António* e outro na nau *Santa Maria da Conceição* em Dezembro de 1512;⁶⁰² e um outro, uma fêmea jovem designada como “elefantinha”, em Dezembro de 1513.⁶⁰³ Contudo, é ainda de referir uma carta de 20 de Dezembro de 1510, dos feitores de Cochim Lourenço Moreno e Diogo Pereira, dando conta a D. Manuel do envio de dois elefantes, um de serviço mandado pelo rei de Cochim, e um outro, comprado por duzentos e dois cruzados, que seguiam para Portugal juntamente com dois tratadores também enviados pelo rei de Cochim, que não deveriam retornar à Índia sem que os elefantes estivessem perfeitamente treinados.⁶⁰⁴ Segundo Silvio Bedini, um destes dois animais, que terão chegado a Lisboa no início do Verão de 1511, seria Hanno, o célebre

⁵⁹⁹ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, 224.

⁶⁰⁰ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. II, 37.

⁶⁰¹ IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 20, doc. 40.

⁶⁰² IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 35, doc. 186.

⁶⁰³ IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 43, doc. 161.

⁶⁰⁴ *Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, dir. Raymundo Antonio de Bulhão Pato (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1903), t. III, 313-318.

elefante enviado ao papa Leão X, que de acordo com registos coetâneos teria quatro anos de idade quando chegou a Roma em 1514.⁶⁰⁵ Depois destes, vários outros elefantes asiáticos chegaram a Lisboa – no século XVI, terão sido pelo menos treze –, alguns dos quais enviados aos monarcas portugueses por soberanos asiáticos como tributo ou como dádivas no quadro do estabelecimento de relações políticas e económicas. Estes animais acabaram por se tornar, como vimos no primeiro capítulo, num dos elementos mais marcantes da cidade de Lisboa para os seus habitantes e para os estrangeiros que a visitavam, mas também num elemento fundamental da imagem imperial construída por D. Manuel e veiculada pelo seu cronista, Damião de Góis.

Para além dos animais vivos, é ainda de mencionar que um outro aspecto fundamental dos hábitos e práticas de corte no reinado de D. Manuel era, à semelhança do que se verificava entre os seus antecessores, o consumo de subprodutos de origem animal. Para além das civetas africanas⁶⁰⁶ e do seu respectivo almíscar, que continuou a ser um produto altamente valorizado e consumido, sobretudo entre elementos femininos da corte – como bem atestam os alvarás do rei mandando João de Sá, tesoureiro da Casa da Índia, dar dezenas de papos de almíscar à sua prima, D. Joana (a Excelente Senhora), e às suas irmãs, D. Leonor e D. Isabel, bem como uma jarra cheia do mesmo produto, e nove arráteis de uma onça de âmbar à rainha, D. Leonor⁶⁰⁷ – são ainda de mencionar as referências ao consumo de chifres de unicórnio,⁶⁰⁸ que se acreditava possuírem propriedades curativas, e servirem de antídotos contra venenos. Na realidade, estes produtos, que surgem com frequência nos inventários dos séculos XVI e XVII,⁶⁰⁹ e que desde finais da Idade Média eram bastante procurados e utilizados em ocasiões cerimoniais na Europa Central, e na produção de medicamentos, seriam

⁶⁰⁵ Bedini, *The Pope's Elephant*, 32.

⁶⁰⁶ Para além dos papagaios que já mencionámos, a infanta D. Beatriz ainda tinha dois gatos de algália, um dos quais também terá sido dado a D. Joana de Noronha (Costa, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, 333; Freire, “Inventário da Infanta D. Beatriz. 1507”, 83-84).

⁶⁰⁷ Vinte papos de almíscar a D. Joana e a D. Isabel, e quarenta a D. Leonor (IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 23, docs. 73, 74 e 76); uma jarra com seiscentos e oito papos de almíscar e nove arráteis e uma onça de âmbar (IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 24, doc. 36).

⁶⁰⁸ IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 15, doc. 96; IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 25, doc. 44.

⁶⁰⁹ No recentemente estudado inventário de D. Teodósio, quinto duque de Bragança, existem várias entradas com referências a “alicornes”, e uma delas diz respeito a uma cadeia de ouro com um pendente desta substância, que o duque utilizava em todos os momentos para sua protecção (ver Senos, “The empire in the duke's palace”, 137).

provavelmente presas de narval provenientes do norte da Europa,⁶¹⁰ ou até outros ossos de origem desconhecida, inteiros ou reduzidos a pó. A rainha D. Leonor, irmã de D. Manuel, terá sido, aliás, uma entusiástica consumidora deste produto, tendo mesmo adquirido 51 peças do espólio da sua mãe, D. Beatriz.⁶¹¹

No capítulo da *Hispania* relativo aos produtos que vinham da Ásia, África e do Novo Mundo, Damião de Góis menciona que destes continentes, para além de papagaios e macacos vivos, ainda chegavam “vestes feitas de penas de aves com admirável arte, e outras coisas dignas de apreço”.⁶¹² Como estes objectos poderiam ser utilizados, ou sequer quem conseguiria ter acesso aos mesmos, desconhecemos, uma vez que não nos deparámos com nenhuma descrição elucidativa de alguma ocasião em que tivessem sido empregues, mas não deixa de ser de notar a existência deste tipo de curiosidades em Lisboa. Também peças em marfim continuaram a ser adquiridas ou recebidas, constando entre os bens enumerados nos inventários deste período: D. Beatriz tinha diversos objectos deste material no seu espólio, tal como o seu filho, D. Manuel, que tinha na sua guarda-roupa várias presas de marfim, uma delas montada em prata, e ainda um “jogo de xadrez da Índia, de marfim de figuras de elefantes e cavalos e homens dourados”.⁶¹³ É de referir que este tipo de jogos de xadrez indianos deve ter sido relativamente comum, pelo menos entre as elites, uma vez que uma descrição muito semelhante de João de Barros pode ser lida nas suas *Décadas da Ásia*, o que sugere que entre os objectos de marfim importados da Ásia se contavam este tipo de peças.⁶¹⁴ Também a infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel, levava no seu enxoval, em 1521, um rico tabuleiro de xadrez de cristal ornado de prata dourada e marfim, com pés em forma de leões; contudo, desconhecemos se esta peça, certamente de aparato, e

⁶¹⁰ Pluskowski, “Narwhals or unicorns?”, 291-313.

⁶¹¹ Isabel dos Guimarães Sá, “A Rainha D. Leonor, 1458-1525: Momentos de uma vida”, in *Casa Perfeitíssima: 500 anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus. Actas da Conferência* (Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2009), 16-17

⁶¹² Góis, *Hispania*, 147.

⁶¹³ Freire, “Inventário da Infanta D. Beatriz. 1507”, 64-110; Idem, “Inventário da guarda-roupa de D. Manuel”, *Archivo Historico Portuguez*, II (1904), 381-417 [403]. Veja-se também João Martins da Silva Marques, “Armas e tapeçarias reais num inventário de 1505”, *Congresso do Mundo Português. Actas* (Lisboa: 1940), 564-605.

⁶¹⁴ “Em algumas peças de marfim, que nós houvemos da India, o Rey está sobre hum Elefante, e o roque a cavallo, e cada huma das peças com a distinção do Officio que tem, e dos Parseos passou este jogo aos Arabios; os quaes são tão dados a isso, e tão destros nelle, que andando caminho, de cór sem haver peças o vam jogando, como se tivessem o tavoleiro diante”. Barros, *Da Ásia*, Década II, Liv. IV, 412

com a inclusão de marfim e referências a um emblemático animal selvagem, se enquadraria na mesma tipologia de jogos de xadrez indianos. E segundo o inventário de 1534 de D. João III, também este monarca tinha vários jogos de xadrez com peças e tabuleiro de marfim.⁶¹⁵

O fascínio pela fauna selvagem e estranha reflectiu-se ainda na cultura material, não só através das matérias-primas utilizadas, mas também através das próprias formas e iconografias adoptadas. Por exemplo, numa relação do ano de 1500 das jóias oferecidas por D. Manuel a D. Maria por ocasião do seu casamento, embora se encontrem materiais como âmbar e coral, são sobretudo as formas descritas de animais fantásticos e de répteis que se destacam, contando-se representações de uma fénix, lagartos, salamandras, osgas, serpentes e ainda tartarugas, entre diversas jóias de uso pessoal e num saleiro grande.⁶¹⁶ Já o dote da infanta D. Beatriz, por seu turno, incluía uma naveta de prata dourada, com uma cabeça de serpente na proa e um elefante na popa, e os inventários de D. Manuel dão-nos conta da posse, por parte do monarca, de diversas tapeçarias, paramentos e gravuras com representações iconográficas de leões, elefantes e outros animais, bem como de criaturas míticas como unicórnios e grifos.⁶¹⁷ No entanto, sem dúvida que o exemplo mais emblemático desta representação de animais na cultura material são as obras de arte propagandísticas encomendadas por D. Manuel, como a série de vinte e seis tapeçarias sobre a chegada à Índia. Compostas possivelmente em Tournai em cerca de 1510, estas tapeçarias tinham como objectivo evidente comemorar os feitos da monarquia portuguesa na Ásia, contribuindo para a construção de uma imagem imperial de D. Manuel, e incluíam abundantes elementos alusivos às maravilhas encontradas nos territórios extra-europeus, entre os quais se contavam, naturalmente, animais e plantas. Destinavam-se a pendurar ou armar nos interiores dos palácios, sendo expostas ocasionalmente em cerimónias públicas.⁶¹⁸

⁶¹⁵ Ana Isabel Buescu, *D. Beatriz de Portugal (1504-1538). A Infanta Esquecida* (Lisboa: Letras & Diálogos, 2019), 100.

⁶¹⁶ *Documentos referentes a las Relaciones con Portugal*, vol. III, 74.

⁶¹⁷ Buescu, *D. Beatriz de Portugal*, 92; Freire, “Inventário da guarda-roupa de D. Manuel”, 381-417; Marques, “Armas e tapeçarias reais”, 564-605.

⁶¹⁸ Sobre estas tapeçarias, que já se encontram amplamente estudadas, ver Quina, *À maneira de Portugal e da Índia*; Dias, *À Maneira de Portugal e da Índia e Cortejo Triunfal com Girafas*.

Antes desta grande encomenda, contudo, refira-se que já as chamadas Tapeçarias de Pastrana, produzidas também em Tournai por encomenda de D. Afonso V, e que representam as conquistas de Arzila e Tânger (1471), constituem verdadeiras “crónicas iconográficas”⁶¹⁹ glorificadoras da monarquia e da expansão portuguesa no Norte de África, representando, provavelmente, um dos momentos fundadores deste programa mais vasto de construção mítica da História.⁶²⁰ Posteriormente, também a relação de bens de 1505 de D. Manuel dava conta da existência de uma grande tapeçaria representando uma cidade com elefantes e muitos outros animais; esta referência sugere que estas encomendas pelo monarca terão começado logo nos primeiros anos do seu reinado, possivelmente inaugurando a moda que se estendeu ao resto da Europa, uma vez que sabemos que este tipo de painéis, que ficaram conhecidos como “*à maneira de Portugal e da Índia*” ou como alusivos à “*viagem a Calecute*”, foram avidamente consumidos por outros príncipes seus contemporâneos, tais como Filipe, o Belo, Maximiliano I, Carlos V e Francisco I.⁶²¹ Para além das encomendas específicas a *ateliers* da Flandres pelas grandes casas reais europeias, os próprios tapeceiros provavelmente produziram outros exemplares para venda a eventuais clientes.⁶²² Estas tapeçarias, algumas das quais ainda existem actualmente – tais como a da colecção da Caixa Geral de Depósitos (**Figura 3.4**), a da Fundação Ricardo Espírito Santo (**Figura 3.5**), ou as do Museu do Caramulo – têm invariavelmente como tema a representação de espaços geográficos indefinidos, em que se misturavam elementos europeus com outros claramente extra-europeus, normalmente africanos ou asiáticos, sempre com uma aura de exotismo indistinto. Neste aspecto, aliás, aproximam-se da concepção descrita por Benjamin Schmidt do mundo extra-europeu como profundamente estetizado e idealizado, repleto de riquezas e maravilhas, que foi criada e propagada, precisamente pelos *ateliers* dos Países Baixos, como um produto para consumidores europeus, cujo objectivo era o deleite. Segundo Schmidt esta tendência será mais tardia,

⁶¹⁹ Dias, *À Maneira de Portugal e da Índia*, 8.

⁶²⁰ Sobre estas tapeçarias, veja-se AA.VV., *A Invenção da Glória: D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana* (Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2010) e Fernando Checa Cremades, “The language of triumph: Images of war and victory in two early modern tapestry series”, in *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, 19-40.

⁶²¹ Gschwend, “A procura portuguesa por animais exóticos”, 34; Dias, *À Maneira de Portugal e da Índia*, 18-20.

⁶²² Dias, *À Maneira de Portugal e da Índia*, 5.

já do século XVII, mas julgamos poder encontrar a mesma génese nestas representações mais recuadas.⁶²³

A intensa procura que as tapeçarias “à maneira de Portugal e da Índia” conheceram estará provavelmente relacionada com o interesse suscitado na Europa pelas viagens de exploração promovidas pelas Coroas ibéricas, e em particular, pela chegada à Índia por mar pelos portugueses, e que se encontra patente na enorme produção e circulação de cartografia e de livros a que aludimos no primeiro capítulo deste trabalho. Aliás, segundo Pedro Dias, progressivamente as referências à viagem de Vasco da Gama e aos feitos dos portugueses parecem desaparecer, para dar lugar exclusivamente às representações deste espaço longínquo e maravilhoso.⁶²⁴ Indissociável desta representação visual idealizada e exotizada dos cenários, porque é um dos seus elementos fundamentais, a principal característica que ressalta, e que é comum à generalidade das peças, é a enorme profusão de animais exóticos e selvagens, como girafas, camelos, elefantes, símios, felinos, e papagaios. Existem até representações de animais fantásticos, como o célebre unicórnio que se pode observar na tapeçaria da CGD, a ser içado para uma embarcação, constituindo esta uma evidente referência à Índia como fonte de riquezas e maravilhas, inspirada em textos medievais como o de Marco Polo, em que os unicórnios surgem, juntamente com os elefantes, entre os animais que se podiam encontrar no sudeste asiático.⁶²⁵

Tal como Annemarie Jordan Gschwend tem demonstrado nos seus inúmeros trabalhos em que estuda sistematicamente os hábitos de consumo de D. Catarina de Áustria, os animais selvagens e exóticos continuaram a constituir uma fonte de enorme interesse no reinado de D. João III (r. 1521-1557). Neste aspecto, a rainha terá assumido um papel de absoluto destaque na procura e aquisição de animais não só para si própria, aumentando a *ménagerie* real herdada de D. Manuel, mas também para os seus familiares Habsburgo em Espanha, na Europa Central e nos Países Baixos, construindo uma reputação e uma imagem de poder pessoal intimamente ligada ao acesso

⁶²³ Schmidt, *Inventing Exoticism*.

⁶²⁴ Dias, *À Maneira de Portugal e da Índia*, 5.

⁶²⁵ *O Livro de Marco Paulo ... Conforme a impressão de Valentim Fernandes*, fls. 62v-63.

privilegiado que tinha, como rainha de um império multicontinental, à fauna desejada e procurada por várias famílias reais.⁶²⁶



Figura 3.4 – Tapeçaria à maneira de Portugal e da Índia. *Chegada de Vasco da Gama a Calecute ou Cochim*. Século XVI, Tournai. Coleção da Caixa Geral de Depósitos.



Figura 3.5 – Tapeçaria à maneira de Portugal e da Índia. *Cortejo Triunfal com girafas*. Século XVI (c. 1510), Tournai. Coleção da Fundação Ricardo Espírito Santo.

⁶²⁶ Pérez de Tudela e Gschwend, “Renaissance menageries”; Idem, “Luxury goods for royal collectors”; Gschwend, “Exotic Animals in Sixteenth-Century Europe”; Idem, “A procura portuguesa por animais exóticos”; Idem, “Animais de outros mundos”; Idem, *The Story of Süleyman*.

Assim, segundo Gschwend, logo desde o começo do seu reinado, D. Catarina estabeleceu um sistema para a aquisição de animais exóticos, e também de produtos e objectos que desejava, baseado em feitores, mercadores, vice-reis e outros oficiais da Coroa destacados em entrepostos comerciais estratégicos da costa ocidental africana e do Estado da Índia; aparentemente, terá mesmo chegado a enviar servidores da sua casa para a Índia, para aí desempenharem, exclusivamente, essa função, como terá acontecido a António Correia, enviado para Goa em 1531 com esse propósito. Embora este sistema não se destinasse unicamente à procura e aquisição de animais, mas também de outro tipo de mercadorias preciosas, os inúmeros exemplares de fauna extra-europeia que a rainha possuía eram um dos elementos mais marcantes desta sua acção. Deste modo, à semelhança do que se verificava entre as mulheres da corte de D. Manuel, também D. Catarina apreciava e colecionava papagaios, periquitos e macacos, chegando a encomendar gaiolas para manter os seus pássaros nos seus aposentos privados. É igualmente possível que caçasse, uma vez que o seu inventário de 1557 menciona sinos para falcões, e anos antes, em 1550, havia obtido vinte e dois jovens falcões dos Países Baixos.⁶²⁷

No entanto, uma das suas predilecções terão sido as civetas africanas, que surgem mencionadas em diversos documentos relativos aos gastos e aquisições da rainha.⁶²⁸ Só entre 1550 e 1554, terá tido pelo menos dez destes animais (numa altura, em 1552, ao mesmo tempo) que eram mantidos pela rainha em casa de um seu servidor, Cristóvão Carmones, presumivelmente um entendido no cuidado dos mesmos, que cobrava 800 réis por mês por cada um.⁶²⁹ Estas civetas, no entanto, não serviriam como algo que se parecesse com animais de companhia ou sequer para mera ostentação, uma vez que não só não se encontravam fisicamente no palácio, como nove delas terão sido mesmo vendidas pela rainha em 1552, por 100 mil reais.⁶³⁰ Para além dos gatos vivos, a rainha ainda era uma ávida consumidora de almíscar, existindo também vários documentos que testemunham a sua compra de diferentes quantidades deste produto,

⁶²⁷ Pérez de Tudela e Gschwend, "Renaissance menageries", 425.

⁶²⁸ IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 101, doc. 18

⁶²⁹ IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 84, doc. 78; IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 87, doc. 107; IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 88, doc. 71; IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 93, doc. 14;

⁶³⁰ Pérez de Tudela e Gschwend, "Renaissance menageries", 425.

bem como de âmbar (embora não se especifique se este se tratava da resina fóssil ou de âmbar de baleia).⁶³¹

No entanto, tal como no reinado de D. Manuel I, os elefantes asiáticos permaneceram os protagonistas das colecções zoológicas e das práticas políticas relacionadas com animais no reinado de D. João III. Embora não se conheçam tantas descrições sobre a presença de elefantes em Lisboa como no tempo de D. Manuel, pelas diversas dádivas de elefantes provenientes da corte portuguesa a outras cortes europeias, das quais trataremos adiante, podemos inferir que estes animais terão continuado a ser enviados com regularidade da Índia. Uma carta de D. Antão de Noronha, vice-rei do Estado da Índia, para D. Catarina, datada de 1564, menciona que todos os anos Jaffna (actual Sri Lanka) enviava elefantes jovens de tributo ao rei de Portugal.⁶³² Embora muito provavelmente alguns destes elefantes permanecessem na Índia, onde eram utilizados pelos portugueses como animais de trabalho, não chegando todos a Portugal, o vice-rei afirmava ter ordenado o seu envio, sendo quase certo que o mesmo tenha ocorrido noutros anos.

Também à semelhança do que vimos para o reinado anterior, o interesse por estes animais, bem como a sua apropriação para fins políticos e ostentatórios, não se limitava à posse e exibição de animais vivos e ao consumo de produtos de origem animal, mas estendia-se à cultura material. Um dos mais conhecidos exemplos desta incorporação de formas de animais, nomeadamente na joalharia, é um saleiro em forma de elefante, em cristal de rocha e ouro, que terá sido encomendado ao pormenor a Francisco Lopes, um ourives de Lisboa, em 1550⁶³³ e oferecido pela rainha à sua sobrinha e nora, Joana de Áustria, em 1553, aquando do seu casamento com o príncipe herdeiro do trono português. Através das detalhadas descrições do objecto que se podem ler tanto no documento da encomenda, como no inventário de D. Catarina de 1550-1554, e que mencionam todos os elementos da composição e inclusivamente o seu peso, este saleiro foi identificado por Annemarie Jordan Gschwend como aquele que se encontra

⁶³¹ IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 89, doc. 3; IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 106, doc. 125; IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 107, doc. 92; IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 108, doc. 2.

⁶³² *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 2, 710.

⁶³³ IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 85, doc. 56.

actualmente no Kunsthistorisches Museum de Viena (**Figura 3.6**), tendo-se esta tornado numa informação consensualmente aceite pela historiografia. Possivelmente, terá sido mais tarde incorporado nas colecções imperiais austríacas, integrando a *kunstkammer* de Rudolfo II, embora não se saiba ao certo de que maneira, uma vez que a peça surge pela primeira vez registada como pertencente à colecção imperial apenas em meados do século XVIII.⁶³⁴ Esta peça constitui, assim, um exemplo paradigmático dos gostos e hábitos de consumo de D. Catarina de Áustria – e, de uma forma geral, da corte portuguesa do século XVI – não só pelas suas características e iconografia, bem demonstrativas da poderosa função alegórica desempenhada pelos elefantes na cultura material da época, mas também por representar um caso excepcional, em que se conseguiu, com sucesso, identificar um objecto actualmente ainda existente com o seu registo nas fontes escritas.



Figura 3.6 – Saleiro em forma de elefante. Francisco Lopes, 1550. Kunsthistorisches Museum, Viena.

No entanto, o momento mais significativo, e que consagra, de forma definitiva, esta apropriação política da fauna extra-europeia, e em particular dos elefantes, nas estratégias de propaganda da Coroa portuguesa é a representação destes animais na tumultuária régia monumental do Mosteiro dos Jerónimos. A construção de uma nova e inovadora capela-mor maneirista, em substituição da anterior capela manuelina, com a

⁶³⁴ “A Crystal Elephant from the Kunstkammer of Catherine of Austria”, *Jahrbuch der Kunsthistorischen Sammlungen in Wien*, 87 (1991): 121-126.

respectiva tumultuária, foi encomendada a Jerónimo de Ruão e iniciada em 1563/1564, e constituiu uma empresa pessoal de D. Catarina, que revela o desejo de a rainha imprimir uma marca pessoal neste monumento icónico da dinastia de Avis-Beja.⁶³⁵ Convém lembrar que este monumento havia sido concebido pelo seu fundador, D. Manuel, como comemorativo do mais alto momento do seu reinado, a chegada dos portugueses à Índia, encontrando-se por isso indelevelmente ligado ao seu projecto imperial.⁶³⁶ Mas o projecto revela, em simultâneo, uma preocupação verdadeiramente dinástica: a partir daí, Belém assume em definitivo, e em larga medida por vontade de D. Catarina, o papel de panteão da monarquia portuguesa, tendo a rainha mandado edificar sepulturas não só para si própria e para o falecido D. João III, mas também para D. Manuel e D. Maria, cujos restos mortais são trasladados para estes novos e imponentes túmulos, assentes sobre elefantes em mármore verde com presas de marfim verdadeiro (**Figura 3.7**).⁶³⁷ Os túmulos, que terão sido construídos entre 1571 e 1572, são um elemento marcante da obra e do seu programa iconográfico, e a inclusão dos elefantes, que têm sido identificados como asiáticos, é reveladora do estatuto destes animais como emblemas da monarquia portuguesa e das suas aspirações imperiais. Mais tarde, Filipe II procede à trasladação dos restos mortais de D. Sebastião e de D. Henrique para Santa Maria de Belém. No entanto, os túmulos destes monarcas apenas viriam a ser construídos em finais do século XVII, por ordem de D. Pedro II.⁶³⁸

No derradeiro lugar de descanso dos monarcas, com toda a carga simbólica e ritual que este encerrava na mentalidade medieval e moderna cristã,⁶³⁹ uma dinastia que se havia concebido a si própria como regente de um império multicontinental, e que nas suas práticas quotidianas exibia animais como símbolos desse seu estatuto e poder, fazia-se acompanhar de um animal extra-europeu que se havia tornado essencial para a sua identidade e reputação, numa emulação evidente e consciente das práticas e dos modelos dos imperadores romanos. Esta relação íntima entre elefantes e outros animais exóticos e a imagem pessoal e dinástica dos monarcas de Avis, forjada ainda em meados

⁶³⁵ Gschwend, "*Pietas Austriaca* at the Lisbon Court", 208.

⁶³⁶ Buescu, "A morte do rei", 11.

⁶³⁷ Vale, "Exotismo e Poder Político", 100; Buescu, "A morte do rei", 30; Gschwend, "*Pietas Austriaca* at the Lisbon Court", 215.

⁶³⁸ Vale, "Exotismo e Poder Político", 98.

⁶³⁹ Buescu, "A morte do rei", 21.

do século XV, mas exponenciada por D. Manuel I e por D. Catarina, reflectiu-se igualmente, como veremos de seguida, em cerimónias públicas e em dádivas diplomáticas a outras cortes europeias.



Figura 3.7 – Jerónimo de Ruão, túmulo de D. Manuel I (detalhe). C. 1571. Mosteiro dos Jerónimos, Igreja de Santa Maria de Belém.

3.2. Animais em cerimónias

Mais significativa ainda do que a posse ou a exibição de animais exóticos e selvagens no quotidiano de corte era a sua presença em cerimónias públicas e outros momentos rituais politicamente relevantes da monarquia. Estes momentos cerimoniais constituíam, como vimos na Introdução, um elemento fundamental das práticas de encenação do poder e de demonstração de majestade, sendo por isso um dos mais importantes mecanismos de comunicação política para a realeza. Incluem-se entre estes rituais, momentos como a aclamação e entronização de soberanos, baptismos, casamentos, partidas de infantas e princesas, entradas triunfais, e até os próprios funerais e trasladações régias.⁶⁴⁰ Longe de serem eventos cuja função era uma mera ostentação de riqueza, as cerimónias públicas representavam ocasiões privilegiadas de propaganda régia, em que se acentuava e ritualizava o poder e a superioridade do rei,

⁶⁴⁰ Buescu, “As entradas régias em Portugal no século XVI”, 143.

individualmente, mas também da sua dinastia e da própria instituição da monarquia. Serviam, deste modo, para forjar e revigorar laços entre a elite governante e os seus súbditos, mas também para construir um sentimento colectivo de pertença.⁶⁴¹ E se mesmo nas sociedades contemporâneas e laicas, as imagens e os rituais colectivos assumem uma importância excepcional para o reconhecimento, para a construção de identidades comunitárias, e para o estabelecimento, identificação e reconhecimento da soberania, numa sociedade em que o acesso à cultura escrita ainda era reservado a um conjunto limitado de indivíduos, e sem os dispositivos tecnológicos de preservação da memória próprios das sociedades contemporâneas, esta importância era ainda mais decisiva.

Neste contexto, e tal como vimos no capítulo anterior, a descrição encomiástica deste tipo de festividades na cronística oficial desempenhava uma função essencial, permitindo suplantar o carácter efémero destas ocasiões, não só comemorando-as, mas principalmente eternizando-as, criando um registo perene para as legar à posteridade. Por outro lado, também a inclusão destes eventos excepcionais de celebração num registo escrito, na maior parte das vezes produzido décadas depois dos acontecimentos narrados, que pretendia assumidamente glorificar e engrandecer reinados e construir “casos humanos exemplares”,⁶⁴² é de uma relevância inegável. Neste sentido, o próprio acto de construir este registo escrito da festa, quase sempre elogioso e não raras vezes claramente hiperbolizante, pode ser entendido, de certa forma, como um prolongamento ou repetição do evento, na medida em que, de formas mais ou menos pormenorizadas, mais ou menos cinematográficas, reproduz, interpreta e qualifica os seus elementos performativos, os dispositivos materiais exibidos e as reacções suscitadas, imprimindo uma emotividade à exposição, própria da cronística, dos grandes feitos da realeza. A inclusão destas descrições contribuiu, deste modo, para a criação de narrativas identitárias e de memórias colectivas fundadas na monarquia e nos seus principais actores, entrevendo-se, assim, uma interdependência entre festa e cronística, que se alimentam mutuamente, cada qual promovendo e potenciando os desígnios da outra.

⁶⁴¹ Buescu, “As entradas régias em Portugal no século XVI”, 146-147.

⁶⁴² Gouveia, “La Fiesta y el Poder”, 183.

No que diz respeito à presença de animais exóticos e selvagens neste tipo de ocasiões, tanto para o século XV como para a centúria seguinte, os registos não são abundantes. Tal como referimos anteriormente, a presença destes animais é um assunto, em geral, negligenciado pela cronística, o que poderá sugerir que não eram, ainda, encarados como um recurso material e simbólico significativo nestes contextos. Contudo, existem algumas excepções relevantes, que obrigam necessariamente a reconsiderar esta leitura. Por exemplo, no diário do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein, e na sua descrição dos esponsais de D. Leonor com o Sacro-Imperador Frederico III, que ocorreram em 1451, podem ler-se algumas das mais notáveis, e certamente das mais recuadas, descrições sobre a presença de animais exóticos em Lisboa. Como vimos, esta descrição dá conta de que haveria em Lisboa um pequeno jardim onde se podiam observar vários animais selvagens, e embora não saibamos que animais eram estes, ou se incluíam animais extra-europeus, devido a outras passagens que abordaremos de seguida, pode pelo menos colocar-se essa hipótese.⁶⁴³ Prosseguindo a narração das festas, que terão durado vários dias depois da cerimónia solene do casamento, e que o autor adjectiva constantemente como esplêndidas e faustosas, encontramos a descrição de um cortejo. A encabeçá-lo, terá surgido “um engenho em forma de serpente, de colo levantado”, em que vinha montado um cavaleiro. Depois, o rei e o Infante D. Fernando, duque de Viseu, cada um acompanhado por uma escolta de doze homens, terão encenado um duelo. De seguida, o autor descreve a exibição de um elefante, “de grande corpulência”, transportando uma torre de madeira com pequenas guaritas, na qual vinham de pé quatro tocadores de trompeta e quatro meninos africanos com lanças, atirando laranjas à assistência. De acordo com o relato, o elefante era puxado por mais de oitenta homens, seguidos por oito cavaleiros armados, montados em cavalos fantasiados de outros animais, reais – um veado real, um boi, um leão, um urso selvagem – ou imaginários – um unicórnio, um capricórnio. O rei ostentava no seu capacete um basilisco de ouro, e o infante D. Fernando uma cabeça dourada de leão. No dia seguinte, o cortejo incluiu “um animal horrível, em figura semelhante à de dragão”, puxado por quarenta homens.⁶⁴⁴

⁶⁴³ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha*, 39.

⁶⁴⁴ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha*, 41-43.

Esta descrição traz-nos facilmente à memória representações iconográficas de elefantes de guerra, que são extremamente comuns nos bestiários medievais, e que continuaram a ser reproduzidas durante vários séculos, sendo um dos mais conhecidos exemplos do século XVI a ilustração incluída no *Codex Casanatense 1889* (**Figura 3.8**). Esta imagética, tipicamente associada ao elefante no pensamento medieval, advém provavelmente do recorrente uso militar deste animal na Antiguidade, referido por diversos autores clássicos, sendo a passagem dos Alpes por Aníbal Barca com elefantes na Segunda Guerra Púnica (218-201 AC), um dos principais eventos históricos que preservaram o elefante na memória colectiva europeia durante séculos, mesmo após os contactos directos dos europeus com este animal, e por conseguinte o seu conhecimento formal sobre o mesmo, terem aumentado significativamente. O peso desta tradição visual – de que é exemplo a representação de Matthew Paris do elefante de Frederico II – poderá explicar a reprodução desta iconografia, particularmente associada aos elefantes asiáticos, quando este seria provavelmente um elefante africano, e dada a cronologia, a mera exibição de um elefante, mesmo sem todos estes apetrechos, já seria bastante incomum e impactante. Esta descrição é também ilustrativa do cruzamento e da relação indissociável, de certa forma arcaizante, mas que irá perdurar até pleno século XVI, entre o *exótico* e o *maravilhoso*, que se pode verificar na cultura e no gosto portugueses nos séculos XV e XVI, em que animais exóticos e selvagens eram apresentados frequentemente a par de criaturas míticas, parecendo não existir uma separação clara entre estes dois universos.⁶⁴⁵

Outra questão importante suscitada por esta descrição é a relevância das festas e dos rituais na construção e a afirmação da imagem e reputação de soberanos e de dinastias no quadro das relações internacionais. Na realidade, estas cerimónias não eram apenas instrumentos de comunicação política fundamentais a nível interno; pelo contrário, estes actos performativos revestiam-se de uma importância acrescida quando presenciados – e principalmente descritos – por legados estrangeiros, que depois poderiam transmitir aos seus conterrâneos o luxo e a majestade que haviam observado. E esta ocasião, em que se dava o enlace da princesa portuguesa com o Sacro-Imperador, e em que se estabelecia uma relação dinástica tão significativa com a Casa Habsburgo,

⁶⁴⁵ Alves, *As Entradas Régias Portuguesas*, 29.

era um momento simbolicamente estratégico para ostentar a magnificência da corte portuguesa. Apresentar, nesta ocasião, um elefante encimado por uma torre, tal como havia feito um outro Sacro-Imperador mais de dois séculos antes gerando grande comoção e reprodução de notícias, certamente não terá sido uma escolha inocente, mas antes uma declaração política relevante, sobretudo dada a particular situação da Coroa portuguesa, que começava então a afirmar os seus propósitos expansionistas. O absoluto silêncio das crônicas portuguesas sobre este momento, em que D. Afonso V terá utilizado o seu acesso privilegiado a fauna africana para reproduzir uma encenação que até então havia sido prerrogativa de grandes soberanos antigos e medievais, só poderá dever-se ao já mencionado desinteresse dos cronistas oficiais na sua figura, e à sua ofuscação pela memória dos monarcas, porventura mais carismáticos e consensuais, que lhe sucederam.



Figura 3.8 – Elefante de guerra. *Codex Casanatense 1889*, f. 76. Século XVI. Roma, Biblioteca Casanatense.

Embora esta primeira referência à presença de elefantes em cerimónias públicas da Coroa portuguesa seja excepcionalmente prematura, esta tendência apenas tornará a ser documentada para o reinado de D. Manuel I. Na realidade, os animais não assumem qualquer destaque nas descrições dos preparativos e das respectivas festas dadas por D. João II pelo casamento do príncipe D. Afonso com a princesa Isabel de

Castela, o mais significativo momento festivo relatado por Rui de Pina⁶⁴⁶ e Garcia de Resende,⁶⁴⁷ tal como, aliás, no relato por este último das festas dadas por D. Manuel por ocasião da ida da infanta D. Beatriz para Sabóia,⁶⁴⁸ o derradeiro acto festivo do reinado do *Venturoso*, que morreu pouco depois. Pelo contrário, nestes testemunhos, o recurso material que assume uma total preeminência são, indiscutivelmente, os têxteis, e em particular as tapeçarias, o que parece ser uma característica singular das cortes ibéricas,⁶⁴⁹ em que este tipo de objectos eram uma presença constante, não só em momentos cerimoniais como também nos próprios quotidianos, como se poderá constatar na vasta bibliografia existente sobre esta temática.

É necessário referir que a importância dos têxteis ostentados em ocasiões festivas já se pode verificar na descrição do embaixador de Frederico III, em que são várias as referências às ricas e esplêndidas vestes de D. Afonso V, dos infantes, da infanta D. Leonor e dos membros das suas comitivas, mas principalmente aos têxteis que ornamentavam as ruas e o pavilhão de madeira construído para as celebrações, e onde o rei e a família real ficaram hospedados, cujas torres e tecto eram forrados de “bom pano cinzento e negro, com cores de ouro e prata”.⁶⁵⁰ Numa outra residência do rei português – que se percebe que não é o pavilhão anterior, mas não mencionando o autor a qual dos palácios de refere – podiam observar-se inúmeras tapeçarias bordadas “com figuras de diversas personagens e histórias” cobrindo as paredes,⁶⁵¹ o que pode sugerir que o hábito de celebrar e glorificar eventos e individualidades relevantes da história portuguesa nos programas iconográficos dos têxteis é ainda anterior à encomenda das chamadas tapeçarias de Pastrana por D. Afonso V.

No entanto, terá havido um exacerbamento deste predomínio dos têxteis como objectos de ostentação por excelência a partir do último quartel do século XV, em que as descrições apontam para uma muito maior variedade e sumptuosidade dos têxteis

⁶⁴⁶ Pina, *Crónica de D. João II*, 966-979.

⁶⁴⁷ Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, 155-190.

⁶⁴⁸ Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, 319-334.

⁶⁴⁹ Fernández-González e Checa Cremades, “Introduction”, 6. Sobre esta questão, veja-se igualmente a primeira parte da obra *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, editada por Fernando Checa-Cremades e Laura Fernández-González: Fernando Checa Cremades, “The language of triumph: Images of war and victory in two early modern tapestry series”, 19-40; e Miguel Zalama, “The ceremonial decoration of the Alcázar in Madrid: The use of tapestries and paintings in habsburg festivities”, 41-66.

⁶⁵⁰ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha*, 41.

⁶⁵¹ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha*, 47.

usados em rituais e celebrações. Tal ter-se-á devido, num primeiro momento, ao aumento da riqueza ao dispor do rei português para adquirir este tipo de objectos de luxo, no final do século XV ainda sobretudo provenientes da Flandres e de Itália, e posteriormente, com a inauguração da Carreira da Índia, ao aumento exponencial de produtos de luxo asiáticos em circulação. Assim, tanto as descrições de Rui de Pina e Garcia de Resende, como os posteriores testemunhos da entrada de D. Manuel I e de D. Leonor de Áustria em Lisboa em 1521,⁶⁵² e da entrada de D. João III com a princesa D. Joana de Áustria em 1552, por ocasião do seu casamento com o príncipe D. João,⁶⁵³ incluem longas descrições dos brocados, sedas, cetins, damascos e demais têxteis e paramentos exibidos, que surgiam nos interiores das residências, mas também nos espaços exteriores da cidade, onde eram pendurados de varandas e janelas, serviam de toldos, e ornamentavam as embarcações, que a partir do século XVI se tornaram parte integrante dos cortejos e festividades régias. É possível que animais surgissem nos programas iconográficos destes têxteis de aparato, uma vez que, como vimos, eram um elemento figurativo recorrente e as tapeçarias de encomenda eram exibidas em ocasiões cerimoniais, mas não existem indícios desta presença nas fontes.

Não obstante, podem encontrar-se algumas referências à representação de animais noutro noutro tipo de suportes. Tal como se pode inferir pela referência ao dragão e aos cavalos fantasiados por Nicolau Lanckman, as festividades e cortejos nos séculos XV e XVI por vezes incluíam autómatos, fantoches ou outro tipo de fantasias que assumiam a forma de animais ou figuras míticas ou reais. Um exemplo europeu bastante conhecido é o autómato em forma de elefante, de tamanho real, que terá sido a principal atracção num banquete dado em honra de Filipe da Borgonha, em Lille em 1453.⁶⁵⁴ Outros exemplos que se podem encontrar nas fontes relativas a celebrações portuguesas são os três gigantes “espantosos, que pareciam vivos, de mais de quarenta palmos cada um”, exibidos nas festas de casamento de D. Afonso com a princesa Isabel de Castela,⁶⁵⁵ ou, na mesma ocasião, os cadafalsos, construções efémeras de madeira bastante utilizadas nos cortejos portugueses, onde se podiam ver, por exemplo, pessoas

⁶⁵² Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III até 1533*, 126-132.

⁶⁵³ Alves, *As Entradas Régias Portuguesas*, 76-84.

⁶⁵⁴ Lach, “Asian elephants in Renaissance Europe”, 144.

⁶⁵⁵ Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, 174.

fantasiadas de macacos e leões, seguidas por uma “muito grande azémola” travestida de urso, entre muitos outros elementos alegóricos.⁶⁵⁶

Recurso semelhante parece ter sido utilizado nas primeiras e exuberantes festas natalícias de D. Manuel depois de casado com a infanta D. Maria, em 1500, que se conhecem em detalhe por uma célebre carta enviada aos Reis Católicos pelo embaixador Ochoa de Isasaga. Segundo este testemunho, num momento de entremezes terá surgido um destes autómatos em forma de dragão.⁶⁵⁷ Posteriormente, os cadafalsos concebidos por Gil Vicente para a entrada de D. Manuel em Lisboa em 1521 incluíam, segundo a descrição de Gaspar Correia, representações de animais como cisnes e serpentes, e criaturas míticas como sereias ou dragões. Já na entrada de 1552, inúmeros batéis enfeitados povoavam o Tejo, onde, à semelhança das restantes descrições, representações de animais reais, como serpentes, leões, tigres ou golfinhos, coexistiam com figuras fantásticas, como sereias, grifos e todo o tipo de monstros marinhos. Algumas destas embarcações eram iniciativa de instituições da Coroa, como a Casa da Índia, e outras de corporações e ofícios, que “rivalizavam em originalidade e riqueza”. O batel dos mercadores flamengos era, para o nosso propósito, especialmente sugestivo: ostentando a divisa imperial de Carlos V, “*Plus oultre*” (isto é, “mais além”), tomava a forma de um elefante, com um leão na proa empunhando um estandarte, e dois homens mascarados de seres marinhos que erguiam a coroa imperial.⁶⁵⁸ Esta referência é ilustrativa não só da participação da sociedade e dos seus diversos corpos⁶⁵⁹ neste tipo de eventos, mas também da importância das comunidades mercantis estrangeiras presentes em Lisboa, que se organizavam em corporações, e para as quais as festas urbanas se convertiam numa montra em que exibiam os seus recursos, poder económico e estatuto. E se no início do século XVII, na entrada de Filipe III em Lisboa, a comunidade de mercadores flamengos utilizou o programa artístico do seu arco triunfal para se posicionar politicamente face à relação complexa e conflitual entre a Monarquia Hispânica e os Países Baixos, exaltando as capacidades pacificadoras do monarca,⁶⁶⁰ na entrada de 1552 a mesma comunidade utilizou o seu batel para ostentar claramente o

⁶⁵⁶ Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, 181.

⁶⁵⁷ *Documentos referentes a las Relaciones com Portugal*, vol. III, 77-85.

⁶⁵⁸ Buescu, “Festas régias e comunicação política”, 43-44.

⁶⁵⁹ Curto, “Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal”, 252.

⁶⁶⁰ Fernández González, “La representación de las naciones en las entradas reales”, 431-450.

seu vínculo ao Sacro-Império, e exaltar Carlos V e a sua dinastia. Neste programa iconográfico, o elefante era apresentado, não, evidentemente, como um emblema apropriado pela dinastia de Avis, alusivo ao seu projecto imperial e à sua presença na Ásia, mas como um símbolo tradicionalmente associado à própria ideia de império – porque remetia directamente, no imaginário medieval e renascentista, para o Império Romano – apresentado a par de dois leões, também eles, como explanámos no segundo capítulo, animais comumente associados à soberania.

Por fim, no que diz respeito à presença de animais vivos e produtos de origem animal em cerimónias e actos públicos, são de referir, mais uma vez, os ovos de avestruz exibidos pelo infante D. Henrique numa ocasião que provavelmente terá sido um banquete cerimonial. Também remetendo para o universo da comensalidade, refira-se a exibição de papagaios vivos num banquete de 1531 dado por Pedro Mascarenhas, embaixador português em Bruxelas, em honra de D. João III e que comemorava o nascimento do infante D. Manuel. Neste episódio, segundo um minucioso relato em forma de poema do humanista André de Resende, na presença de Carlos V e da regente D. Maria da Hungria, papagaios vivos irromperam de dentro das tartes servidas, para grande espanto dos convidados. Duas das aves terão mesmo interpelado, com humor, Carlos V e D. Maria.⁶⁶¹

No entanto, as referências mais demonstrativas deste tipo de prática remetem para a exibição de “mega-fauna carismática”, por D. Manuel. Como já mencionámos, este monarca chegou a possuir vários elefantes asiáticos ao mesmo tempo, e segundo Damião de Góis, quando cavalgava por Lisboa, fazia-se acompanhar destes elefantes, de um rinoceronte, e de um cavalo persa, em que ia montado um caçador persa e uma onça de caça (que na realidade era uma chita), numa clara demonstração de poder e majestade que replicava as tradições asiáticas.⁶⁶² Para além dos elefantes e do rinoceronte, é importante salientar a referência à chita e ao caçador persa, que provavelmente seria o seu tratador. Esta descrição é especialmente interessante porque, pela composição dos seus elementos – o cavalo, a chita e o homem – remete directamente para a utilização de chitas na caça, uma prática que como vimos originou

⁶⁶¹ André de Resende, *On Court Life*, ed. J. R. C. Martyn (Berna: Petu Vang, 1990), 83-85.

⁶⁶² Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, 224-226.

no Médio Oriente, foi recorrente na Eurásia ao longo da Antiguidade e da Idade Média, e que, na Europa dos séculos XIV a XVI continuou a ter lugar nas cortes italianas e francesa; nas cortes otomana e persa, o declínio desta prática ter-se-á verificado apenas nos séculos XVII e XVIII. Embora as representações iconográficas da chita de caça em acção não sejam muito frequentes,⁶⁶³ os frescos da famosa Capela dos Reis Magos no Palácio Medici Riccardi em Florença, por Benozzo Gozzoli inclui uma das mais conhecidas (Figura 3.9).

Produzida em meados do século XV por encomenda dos Medici, esta obra dá-nos, assim, conta de uma moda que à data havia alastrado a esta corte italiana através da inclusão deste pormenor no seu vasto programa iconográfico. No entanto, não encontrámos indícios de que D. Manuel caçasse com chitas ou que esta fosse uma prática recorrente na corte portuguesa, o que indica que esta *performance* era na realidade uma espécie de pantomima, cuja função era meramente simbólica, uma vez que se encontrava completamente descontextualizada, reproduzindo, numa encenação cuidada e exotizante, a forma como as chitas eram utilizadas por soberanos asiáticos e também por alguns europeus, mas sem ser acompanhada pela função utilitária e conteúdo específicos desta utilização, que era a caça. Não sabemos também exactamente em que ocasiões este cortejo se verificava, uma vez que não nos parece muito provável que este fosse um hábito quotidiano que se repetisse com frequência, mas também não se encontra descrito nas ocasiões festivas conhecidas para o reinado de D. Manuel. Em todo o caso, a exibição pública destes animais por D. Manuel aquando das aparições do monarca na cidade – e tal como já referimos anteriormente, a inclusão desta descrição por Damião de Góis, sobretudo num dos capítulos finais da crónica de D. Manuel, em que o autor procede a uma caracterização geral do monarca, dos seus comportamentos e da sua personalidade – é bastante significativa da forma como construía e comunicava a sua imagem de poder pessoal, e da importância assumida por estes animais nesta construção e comunicação.

⁶⁶³ Buquet, “Hunting with Cheetahs at European Courts”, 28-37.



Figura 3.9 – Benozzo Gozzoli, Fresco da Capela dos Reis Magos, Parede Oeste (detalhe: pajem com uma chita). C. 1459. Florença, Palácio Medici Riccardi.

Igualmente demonstrativa desta importância dos animais asiáticos, e em particular dos elefantes, na configuração da identidade e reputação de D. Manuel é a representação em miniatura que o monarca encomendou para um dos livros da *Leitura Nova*,⁶⁶⁴ de um rei montado num elefante como se o estivesse a comandar, tal como um tratador (**Figura 3.10**).⁶⁶⁵ Não dispomos, contudo, de dados suficientes sobre esta representação para afirmar taxativamente que se pretendia que fosse, de facto, um retrato de D. Manuel; embora a figura masculina ostente uma coroa e aquilo que parece ser um ceptro, insígnias habituais da realeza, é possível que fosse apenas uma representação evocativa das tradições de soberania asiáticas, que se podiam observar nos territórios subjugados pela Coroa e amplamente descritos nas fontes, ou até eventualmente uma figuração alegórica, não individualizada, da própria monarquia portuguesa e da sua vocação imperial. É, de qualquer forma, assinalável a sua inclusão

⁶⁶⁴ A *Leitura Nova* consistiu na elaboração de cópias dos documentos então considerados mais importantes, com o fim de os preservar. Foi uma iniciativa importante para a organização do Arquivo Real, ordenada por D. Manuel I, e que teve início em 1504, prolongando-se por quarenta e oito anos, ao longo dos quais se organizaram 61 códices. Para uma descrição desta colecção documental, veja-se o site do Arquivo Nacional Torre do Tombo (<https://digitarg.arquivos.pt/details?id=4223191>).

⁶⁶⁵ Gschwend, “A procura portuguesa por animais exóticos”, 36-37.

num destes livros, produzidos no âmbito daquela que foi uma das mais importantes medidas de D. Manuel com vista à reorganização administrativa do país. Para além disso, é ainda de referir que a *Leitura Nova* se revestiu simultaneamente de uma função artística importante, uma vez que uma parte significativa destes códices receberam elaboradas iluminuras, inscrevendo-se também, por isso, entre o vasto património cultural do período manuelino.⁶⁶⁶

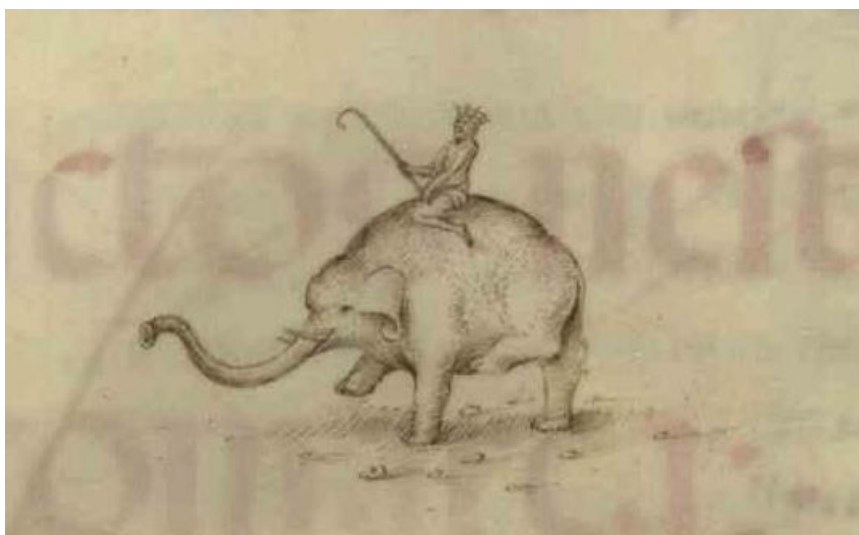


Figura 3.10 – Representação de um rei montado num elefante. *Leitura Nova*, livro 16, frontispício (detalhe). Anónimo, posterior a 1504. Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Em Maio de 1515, D. Manuel recebeu o primeiro rinoceronte a chegar à Europa desde o século III,⁶⁶⁷ o que conduziu a um dos episódios mais emblemáticos do seu reinado no que diz respeito à exibição pública de animais selvagens extra-europeus em contexto de propaganda régia. D. Manuel terá acomodado este rinoceronte na sua *ménagerie* no paço da Ribeira (separado dos elefantes, que ficavam alojados nos Estaus), e pouco depois da sua chegada a Lisboa, decidiu usá-lo para testar a informação transmitida pelos Antigos de que o rinoceronte e o elefante eram inimigos mortais, e que num combate entre os dois animais, o vencedor natural seria o rinoceronte, que feriria fatalmente o elefante no ventre com o seu corno. Assim, organizou, logo em Junho desse ano, uma luta entre este animal e um dos elefantes que possuía, que decorreu num pátio ou recinto montado entre o paço da Ribeira e a Casa da Índia. Mais uma vez, de acordo com Damião de Góis, cuja descrição deste episódio se caracteriza

⁶⁶⁶ Costa, D. *Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, 196.

⁶⁶⁷ Martins, “O rinoceronte de Dürer e suas lições para a historiografia da ciência”, 204.

por uma significativa extensão e detalhe, o rinoceronte foi conduzido ao local pelo seu tratador, preso por uma pata com uma corrente, e escondido atrás de uns panos para que quando o elefante chegasse, também acompanhado pelo seu palafrenero, os dois animais não se vissem. Quando ambos já se encontravam no pátio, a cortina que os separava foi retirada, e o jovem elefante, cujas presas ainda não se encontravam totalmente desenvolvidas, ao ver o rinoceronte a aproximar-se ameaçadoramente, fugiu em pânico, correndo em direcção aos Estaus.⁶⁶⁸ Embora não tenha existido uma luta propriamente dita, considerou-se que o desfecho havia comprovado os relatos antigos.⁶⁶⁹

Este episódio não se enquadra no tipo de cerimónias públicas tradicionais da realeza que abordámos anteriormente, mas remete para uma prática que se tornou comum na Europa na Idade Moderna, e que reflecte um outro lado, mais sangrento e violento, das múltiplas formas que as relações entre humanos e animais tomaram, em particular em contextos cortesãos, neste período. Os brutais combates entre animais, sobretudo de espécies diferentes, que – à semelhança, aliás, da própria incorporação deste tipo de animais em cortejos cerimoniais – podem ser interpretados como um revivalismo renascentista das *venationes* romanas, verificaram-se em várias cortes europeias, sobretudo nos séculos XVI e XVII. Os mais comuns eram entre animais selvagens e animais domésticos, mas combates em que apenas animais selvagens se enfrentavam, como o que D. Manuel terá organizado, também eram bastante apreciados, e o seu propósito era sempre testar, para fins de entretenimento cortesão, qual a espécie mais forte, resistente e feroz, numa forma rudimentar de curiosidade e indagação zoológica baseada na comparação e no estabelecimento de hierarquias de espécies. É importante referir, no entanto, que se esta não parece ter sido uma prática muito recorrente na corte portuguesa, sendo este o único combate entre animais selvagens e exóticos de que temos conhecimento, o mesmo não se verificava noutros contextos europeus, como Itália, França, ou mesmo Espanha, em que a principal função

⁶⁶⁸ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, Capítulo XVIII, 49-55; Bedini, *The Pope's Elephant*, 116-120.

⁶⁶⁹ Martins, “O rinoceronte de Dürer e suas lições para a historiografia da ciência”, 204.

a que estavam destinados os leões mantidos nos *serragli* era precisamente a sua exibição neste tipo de combates.⁶⁷⁰

Como oportunamente afirmam Eric Baratay e Elisabeth Hardouin-Fugier, se as *ménageries* proclamavam a superioridade humana sobre o mundo natural através do aprisionamento de animais, a encenação de combates entre os mesmos confirmavam este domínio de forma patente, ao reduzi-los a actores em espectáculos de entretenimento voyeurístico cortesão, cuja desejável apoteose era a morte de pelo menos uma das criaturas,⁶⁷¹ desfecho que felizmente não se deu na luta entre a *ganda* e o elefante de D. Manuel. Deste modo, este episódio remete para vários significados e camadas de apropriação dos animais selvagens extra-europeus e de práticas culturais relacionadas com os mesmos: a afirmação do domínio do homem sobre o mundo natural selvagem; a apropriação de uma tradição emblemática do Império Romano, em que D. Manuel se equiparava simbolicamente, perante a sua corte, a um César, demonstrando as suas aspirações imperiais, fundadas no domínio e submissão de territórios e soberanos extra-europeus, em que a Índia era claramente encarada como *ex-líbris*; e a instrumentalização dos animais em si, os quais, pela sua proveniência asiática, reiteravam estas mesmas aspirações, funcionando como um veículo de propaganda imperial.

3.3. Animais na dádiva de presentes diplomáticos

O acto de dar e receber prendas diplomáticas, e a natureza das próprias prendas seleccionadas para estes actos, constituíram elementos fundamentais para o estabelecimento e desenvolvimento de relações entre cortes e entidades políticas, tanto na Europa como a um nível global, transcontinental. Estas ofertas no contexto de relações diplomáticas podiam, por um lado, assumir uma função central de coesão cultural, demonstrando a existência de sistemas de valores partilhados entre contextos civilizacionais distintos; mas podiam também, por oposição, motivar ou exacerbar rivalidades, assimetrias de poder, e o surgimento de percepções erradas e equívocos de parte a parte. Assim, no contexto da Expansão portuguesa e dos intercâmbios culturais

⁶⁷⁰ Gómez-Centurión Jiménez, “De leoneras, ménageries y casas de fieras”, 158-162.

⁶⁷¹ Zoo. *A History of Zoological Gardens in the West*, 24-25.

globais, as trocas de presentes diplomáticos assumiram um papel fulcral na forma como se estabeleciam e desenrolavam as relações políticas em África e sobretudo na Ásia, onde em vários contextos, qualquer interacção de uma delegação europeia com a elite governante local tinha que ser iniciada com uma dádiva. E esta dádiva, para impressionar e cumprir a sua função, tinha que obedecer a critérios exigentes, o que por vezes representava um desafio material importante.⁶⁷²

É, por outro lado, essencial salientar que qualquer oferta deste tipo era invariavelmente feita tendo o dador em mente um passado ou potencial futuro benefício, isto é, a recepção de uma prenda introduz um compromisso e uma obrigação, existindo sempre implícita uma qualquer ideia ou possibilidade de reciprocidade. Deste modo, um dom instaura uma relação dupla entre o dador e o receptor: se aparentemente a sua principal função é aproximar ambas as partes, quando esse dom é aceite, gera uma obrigação para o receptor, de, de alguma forma, o retribuir. Para além disso, a dádiva pode ainda representar um meio para o acesso e conservação de estatuto e de poder, quando acompanhada por uma tentativa, por parte do dador, de ostentar e afirmar a sua superior capacidade de aceder, acumular e distribuir bens, numa lógica de anulação de qualquer possibilidade de retorno, a célebre prática do *potlatch* descrita por Mauss, verificada em cerimónias rituais de tribos indígenas da América do Norte.⁶⁷³

No contexto das relações interculturais e intercontinentais medievais e modernas, os animais contavam-se entre as dádivas mais apreciadas e apropriadas. Como temos visto ao longo deste capítulo e do anterior, a posse e troca de animais exóticos, selvagens e raros eram práticas universalmente reconhecidas como sendo politicamente relevantes e significativas de estatuto, distinção e poder. Na troca de animais incomuns, tanto o estatuto do dador como o do receptor eram alimentados e potenciados: se o dador demonstrava a sua generosidade, controlo sobre o mundo natural, e acesso privilegiado a estes animais, ao receptor era dado um veículo para demonstrar as suas relações distantes e influentes, projectando assim o seu poder e

⁶⁷² Bierdermann, Gerritsen e Riello, "Introduction, Global Gifts and the Material Culture", 1-33.

⁶⁷³ Mauss, *Ensaio sobre a Dádiva*; Godelier, "Acerca de las cosas que se dan", 10-26.

reputação.⁶⁷⁴ E no que diz respeito à dádiva de presentes diplomáticos por membros da realeza portuguesa no quadro das suas relações com outras potências e casas reais europeias, esta foi provavelmente a primeira prática cortesã em que o apelo dos animais selvagens e extra-europeus e a sua relevância política foram demonstrados de uma forma sistemática.

As mais recuadas referências que identificámos datam de 1440, quando D. Afonso V ofereceu um leão ao duque de Borgonha, Filipe o Bom,⁶⁷⁵ e apenas dois meses depois, D. Pedro Ihe ofereceu uma leoa,⁶⁷⁶ dádivas que podem, certamente, ser lidas no âmbito dos laços dinásticos e familiares que ligavam ambas as cortes desde o casamento do duque de Borgonha, dez anos antes, com a infanta D. Isabel, tia do monarca português e irmã do duque de Coimbra. Como explica Angelica Groom, a tradicional associação dos leões à realeza transformava-os em prendas particularmente apropriadas para governantes masculinos, que valorizavam estes animais não só pelo seu evidente estatuto enquanto “objectos” de ostentação no contexto de *ménageries* principescas, mas também pela sua apreciada utilização em combates encenados para entretenimento da corte, e pela sua ocasional mobilização para actividades venatórias. Para além disso, o envio por parte da corte portuguesa de dois leões, um macho e uma fêmea, praticamente em simultâneo, poderá sugerir que a dádiva se destinava a proporcionar a constituição de uma reserva destes animais para reprodução em cativeiro, uma vez que esta era uma prática usual, existindo mesmo casos documentados, pelo menos no caso dos Medici, família estudada por Groom, de pedidos específicos de pares de leões para este fim a cortes com acesso a estes animais.⁶⁷⁷

Aproximadamente uma década mais tarde, o infante D. Henrique terá oferecido uma pata e um dente de elefante à sua irmã Isabel, duquesa da Borgonha. Os troféus haviam sido trazidos pelo mercador veneziano Alvice de Cadamosto numa das viagens de exploração da costa ocidental africana que realizou ao serviço do Príncipe na década

⁶⁷⁴ Kinoshita, “Animals and the Medieval culture of empire”, 44; Allsen, *The Royal Hunt in Eurasian History*, 234-235.

⁶⁷⁵ *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, 313.

⁶⁷⁶ *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, 314.

⁶⁷⁷ Groom, *Exotic Animals in the Art and Culture of the Medici Court*, 42-50.

de 1450.⁶⁷⁸ Cadamosto, por seu turno, havia recebido estes troféus como presente cerimonial por parte de um soberano africano após uma caçada, o que remete para duas questões interessantes: em primeiro lugar, mais uma vez, que o reconhecimento de certas práticas relacionadas com animais – e entre estas, em particular a caça – como social e politicamente relevantes era transversal a contextos geográficos e civilizacionais, e por isso constituíam um importante recurso de mediação cultural; em segundo lugar, que à semelhança de vários exemplos que vamos abordar de seguida, muitas das dádivas da corte portuguesa para outras cortes europeias haviam chegado como dádivas de soberanos e governantes africanos e asiáticos a embaixadores, mercadores ou outro tipo de representantes da corte portuguesa, ou até mesmo ao próprio monarca português. Nestes casos, revestiam-se, naturalmente, de uma importância simbólica acrescida, na medida em que eram apresentados pela corte portuguesa como testemunhos de relações privilegiadas com soberanos longínquos.

Posteriormente, tal como já referimos, na década de 1460, aquando da recepção de Leon de Rosmihal de Blatna em Braga por D. Afonso V e o seu irmão, o infante D. Fernando, o monarca terá indicado ao nobre boémio que pedisse o que quisesse, ao que este, tendo ficado impressionado com dois dos africanos escravizados do rei, pediu-lhos. D. Fernando irrompeu em riso, achando o pedido de pouca importância, e ofereceu-lhe um macaco, para que exibisse quando tornasse à sua terra.⁶⁷⁹ A descrição prossegue, com considerações do duque de Viseu sobre algumas características da escravatura e a existência de grande quantidade de escravos em Portugal, sendo de assinalar o absoluto e amargo contraste entre a insignificância reconhecida ao humano escravizado, e a comparativamente maior importância conferida ao animal exótico, embora se reconhecesse que ambos podiam ser exibidos como uma marca de diferenciação e exclusividade. Este confronto sugere, por sua vez, uma certa indistinção epistemológica das fronteiras entre humanidade e animalidade perante uma realidade entendida como claramente “outra”, o que dizendo muito sobre as relações de poder e dominação estabelecidas entre humanos no contexto da Expansão, poderá também contribuir para uma melhor compreensão das múltiplas formas assumidas pelas relações entre

⁶⁷⁸ *As Viagens dos Descobrimentos*, 129-130.

⁶⁷⁹ *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, 280.

humanos e animais, em que o animal selvagem e de proveniência longínqua, que suscita uma noção de alteridade, é entendido e valorizado de forma radicalmente diferente do animal doméstico e familiar.

Anos mais tarde, segundo fontes francesas citadas por Loisel, em 1477 D. Afonso V terá ainda enviado um elefante a René de Anjou – provavelmente o elefante que quase três décadas antes havia sido exibido com grande pompa nas festas de casamento de D. Leonor com o Sacro-Imperador Frederico III – juntamente com dois dromedários, dois gatos-de-algália, marmotas e macacos, também provenientes da costa ocidental africana,⁶⁸⁰ sendo este o primeiro grande exemplo de uma série de magníficos presentes diplomáticos da monarquia portuguesa a eminentes príncipes europeus.⁶⁸¹ Mais uma vez, é de assinalar a acção precursora de D. Afonso V na utilização política de animais exóticos e selvagens. Embora esta seja uma característica amplamente conhecida e estudada para o século XVI português, as suas primeiras manifestações, por iniciativa de D. Afonso V, acabaram por se manter mais ou menos na obscuridade em larga medida devido ao silêncio das fontes portuguesas.

Para o reinado de D. João II, também a este respeito as informações são escassas, mas é de especial relevo a embaixada, mencionada tanto por Rui de Pina como por Garcia de Resende, enviada pelo rei do Congo em 1489 à corte do monarca português, que então se encontrava em Beja.⁶⁸² Encabeçada por Kasuta, um importante membro da família real congoleza que anos antes havia permanecido por um período alargado na corte portuguesa na condição de “hóspede de honra, embora cativo”, esta delegação trazia consigo um valioso presente de presas de marfim, objectos de marfim trabalhados, e panos de ráfia.⁶⁸³ Experimentado nas práticas e tradições cortesãs portuguesas durante a sua clausura, e por isso consciente das expectativas de D. João II, Kasuta terá concebido uma estratégia para impressionar os seus anteriores captos, e simultaneamente afirmar a sua reputação e a do reino do Congo na Europa através de uma encenação apropriada e faustosa, em que a apresentação de presentes

⁶⁸⁰ M. Depping, “Pièces inédites des XIIIe, XIVe et XVe siècles, provenant de l’ancienne Chambre des comptes de Paris”, *Mémoires de la Société des Antiquaires de France*, nova série, t. VIII (1846), 464-485 (470 e 485), citado em Loisel, *Histoire des menageries*, 216; Bedini, *The Pope’s Elephant*, 30 e 115.

⁶⁸¹ Cuttler, “Exotics in Post-Medieval European Art”, 163.

⁶⁸² Pina, *Crónica de D. João II*, 995; Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, 224-225.

⁶⁸³ Pereira, *African Art at the Portuguese Court*, 4-5 e 79.

sumptuosos desempenhava uma função essencial. Contudo, alguns autores têm apontado para o facto de as intenções originais desta embaixada e dos seus presentes cerimoniais não terem sido compreendidos correctamente pela corte portuguesa, e em particular, por D. João II. Com efeito, vários factores, tais como a distância geográfica entre Portugal e o Congo, a brancura dos portugueses e o facto de viajarem por mar, prometendo conforto espiritual através do Cristianismo, associados à tradição cosmológica congoleza, terão motivado nestes africanos uma noção de que os portugueses provinham da terra dos mortos. A embaixada de Kasuta, compreendida por D. João II como um sinal de obediência e reconhecimento da sua soberania sobre o monarca congolês, terá, na realidade, atribuído ao monarca português um estatuto e uma autoridade espiritual, mas não política.⁶⁸⁴ Os objectos de marfim e o seu programa iconográfico, encarados como emblemas reais e prerrogativa de soberanos, foram essenciais neste entendimento por parte do monarca português, e terão contribuído para o desenvolvimento da ideologia e identidade imperial de D. João II. Esta foi comunicada ao resto da Europa através de uma alteração da titulatura régia, para incluir o dístico de Senhor da Guiné, e principalmente através de uma oração de obediência apresentada ao Papado em 1485 por Vasco Fernandes de Lucena, que proclamava o programa político e as aspirações imperiais de D. João II.⁶⁸⁵ Embora neste episódio não tenha existido a recepção de animais vivos, consideramos significativo para o nosso argumento, uma vez que a forma como os presentes de Kasuta foram compreendidos esteve intimamente relacionada com a percepção de que o marfim era um produto real para os soberanos africanos. Por outro lado, esta interacção demonstra precisamente como a interpretação imprecisa de uma mensagem diplomática poderia originar desequilíbrios de poder e situações de dominação, sobretudo em contextos de intercâmbios culturais entre tradições civilizacionais distintas.

⁶⁸⁴ Sobre esta questão, veja-se Suzanne Preston Blier, "Imaging Otherness in Ivory: African Portrayals of the Portuguese ca. 1492", *The Art Bulletin* 75, 3 (Set. 1993): 375-396

⁶⁸⁵ Pereira, *African Art at the Portuguese Court*, 89 e ss. Sobre esta questão, veja-se também Luís Adão da Fonseca, *D. João II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Costa, "D. Afonso V e o Atlântico"; Paulo Drumond Braga, "Mecanismos de propaganda do poder real no reinado de D. João II: Subsídios", in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas. D. João II e a política quatrocentista* (Porto: Universidade do Porto e Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989), 263-297.

Contudo, à semelhança do que verificámos em relação à posse e à exibição de animais selvagens em cerimónias públicas, também no que diz respeito à utilização de animais em dádivas diplomáticas foi no reinado de D. Manuel I que se assistiu a um exacerbamento desta instrumentalização política. Dois dos primeiros objectos de luxo importados directamente da Índia pelo monarca português terão sido oferecidos aos Reis Católicos: a carta que D. Manuel lhes enviou, dando conta dos sucessos dos portugueses na Índia até 1505, seria acompanhada por duas conchas com pérolas.⁶⁸⁶ No mesmo ano, o monarca enviou uma embaixada ao Papa Júlio II, encabeçada por D. Diogo de Sousa, então bispo do Porto, que segundo um testemunho do humanista Baldassare Castiglione, levava “grandes animais nunca antes vistos em Itália”, bem como papagaios, várias espécies de símios, e também leopardos (uma vez que Castiglione refere que eram animais a que os italianos não estavam acostumados, é possível que estes fossem mesmo leopardos, e não as mais comuns chitas). Embora esta embaixada não seja tão celebrada como a que posteriormente D. Manuel enviou a Roma, como resultado desta delegação, o monarca recebeu a Rosa de Ouro, como emblema da estima do Sumo Pontífice.⁶⁸⁷

Mas a célebre embaixada de obediência enviada ao Papa Leão X em Março de 1514, será provavelmente o episódio de maior impacto do reinado de D. Manuel. Esta embaixada, liderada por Tristão da Cunha, incluiu numerosos presentes, entre os quais brocados ornamentados com pérolas e pedras preciosas, algumas peças de prata, um cavalo persa e uma chita que haviam sido uma prenda do rei de Ormuz, vários papagaios, e o elefante indiano Hanno. Este importante episódio das relações diplomáticas entre Portugal e o Papado conhece-se ao pormenor, não só através da extensa descrição de Damião de Góis⁶⁸⁸ – coligida provavelmente a partir das cartas do assessor João de Faria, do estribeiro e guarda do elefante Nicolau de Faria, e do próprio

⁶⁸⁶ Nuno Vassallo e Silva, “Preciosidades e Maravilhas entre Goa e Lisboa”, *Exotica: os Descobrimentos portugueses e as câmaras de maravilhas do Renascimento. Exposição – Museu Calouste Gulbenkian*, coord. João Castel-Branco Pereira e Nuno Vassallo e Silva (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001), 29.

⁶⁸⁷ Bedini, *The Pope’s Elephant*, 19.

⁶⁸⁸ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. III, caps. LV e LVI, 207-211.

Tristão da Cunha,⁶⁸⁹ e possivelmente a partir das notícias de Aurelius Serenus e Marino Sanuto⁶⁹⁰ – mas também através do recentemente publicado relato do chamado “Fidalgo de Chaves”, que terá assistido aos eventos.⁶⁹¹

No que respeita aos animais, algumas informações são de assinalar. Em primeiro lugar, é patente em todas as descrições o espanto e a admiração causados pelo elefante Hanno (**Figura 3.11**), que foi o claro protagonista da embaixada. Tendo a delegação portuguesa desembarcado em Siena no final de Janeiro de 1514, Tristão da Cunha seguiu primeiro para Roma, onde chegou passado poucos dias, para que os animais, e em particular o elefante, não o atrasassem. Nicolau de Faria, responsável pela dificultosa operação de levar os animais até Roma e garantir o seu alojamento e segurança ao longo dos vários dias de caminho, terá sido sempre acompanhado, apesar da incessante chuva, por uma multidão de pessoas curiosas, muitas vindas de longe para ver o paquiderme. Já em Roma, na entrada cerimonial, a comitiva zoológica formava a mesma composição com a qual D. Manuel se fazia acompanhar em Lisboa: a chita montada no cavalo persa ajaezado, juntamente com o seu tratador e caçador, tal como se apresentavam as chitas de caça; e estes seguidos pelo elefante, também cuidadosamente engalanado com panos de brocado e carregando um grande cofre coberto de cetim carmesim bordado a ouro, onde eram transportados os restantes presentes sumptuosos. Chegados ao paço apostólico, o elefante, treinado para esse efeito, terá prestado reverência ao Papa, e dado “três brados grandes”, enchendo depois a tromba com água que havia sido depositada no local propositadamente, e borrifando a assistência, para surpresa e goáudio de todos.

⁶⁸⁹ *Corpo Diplomatico Portuguez Contendo os Actos e Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo Desde o Século XVI Até os Nossos Dias*, ed. Luiz Augusto Rebello da Silva (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1862), 234-243.

⁶⁹⁰ Gouveia, “La Fiesta y el Poder”, 200.

⁶⁹¹ Lopes, *Um Agente Português na Roma do Renascimento*; Idem, “Entre o céu e o inferno”.



Figura 3.11 – Hanno, o elefante oferecido por D. Manuel I ao Papa Leão X. Desenho atribuído a Rafael ou Giulio Romano. Posterior a 1514.

É de salientar que os Medici eram conhecidos na altura pelo seu interesse em animais selvagens extra-europeus que adquiriam por via da sua proximidade a Veneza, o principal centro importador de animais vivos vindos de Alexandria e outros portos norte africanos, e mantinham na sua *ménagerie*.⁶⁹² O monarca português, comprometido em apresentar um espectáculo impactante e memorável que demonstrasse as riquezas e o poderio que o seu empreendimento imperialista lhe garantia, seleccionou especificamente animais aos quais os italianos não estariam acostumados, e Roma não via um elefante desde a queda do Império Romano, o que, nas palavras de Silvio Bedini, tornava este animal numa escolha particularmente feliz.⁶⁹³ Embora o objectivo oficial desta embaixada e de outras do mesmo tipo fosse o de reconhecer formalmente o novo Papa, esta era simultaneamente uma ocasião privilegiada para um soberano demonstrar a riqueza e os sucessos do seu Estado, tendo

⁶⁹² Groom, *The role of rare and exotic animals*; Idem, *Exotic Animals in the Art and Culture of the Medici Court*; Lazzaro, "Animals as cultural signs".

⁶⁹³ Bedini, *The Pope's Elephant*, 28-29.

resultado numa demonstração perante toda a cristandade do projecto imperial de D. Manuel.⁶⁹⁴

A carta de João de Faria ao rei é expressiva da forma como os próprios legados, no momento da embaixada, compreenderam o impacto que esta teve, e do seu contributo decisivo para a construção da reputação internacional de D. Manuel. Faria afirmava que graças ao elefante e à sagacidade do rei em decidir enviá-lo, “*nom era obediencia, mas triunfo de vosa alteza que entrou em Roma, em que lhe fez veer per seus olhos os espolios da India (...) e crea vosa alteza que aquelle dia foram, como vistas, cridas as glorias e vitorias de vosa alteza*”.⁶⁹⁵ O elefante havia sido, deste modo, conscientemente apresentado pelo monarca português porque era o melhor emblema possível da Índia e das suas riquezas, evocando o universo luxuriante e enigmático da Ásia e do Índico como nenhum conjunto de objectos e produtos de luxo, e nem o embaixador mais eloquente e experimentado nas artes da retórica poderia fazer. Era, assim, um emissário que representava simultaneamente o rei de Portugal, e o opulento e maravilhoso universo da Ásia, tendo sido nele depositada a maior responsabilidade da embaixada, que cumpriu com sucesso: a de transformar a missão de obediência enviada pelo rei português num triunfo romano digno de um imperador.

Tristemente, Hanno não viveu por muito tempo, tendo morrido em 1516 apesar da sua tenra idade (quando chegou a Roma teria apenas quatro anos). Para tal, terão contribuído tanto as longas e exigentes viagens que teve de suportar, o meio ambiente totalmente diferente, e ainda um tratamento desadequado, com um purgante, a uma doença que o acometeu, e que depressa o matou. Leão X, que muito se havia afeiçoado ao animal, mandou que fosse enterrado junto de uma das principais entradas no Vaticano, e encomendou a Rafael um fresco monumental para assinalar o local, onde foi inscrito um epitáfio, escrito pelo próprio papa, lembrando o “poderoso elefante enviado cativo pelo rei D. Manuel, tendo conquistado o Oriente”, em cujo “bruto seio reconheceram sentimentos humanos”. Durante a sua estadia em Roma, Francisco de Holanda realizou um esboço, incluído no *Álbum das Antigualhas*, que testemunha a existência deste memorial, que entretanto se perdeu (**Figura 3.12**). O tom sentimental

⁶⁹⁴ António Camões Gouveia, “De Lisboa a Roma para mostrar a Índia”, *Noesis*, 22 (1992), 24.

⁶⁹⁵ *Corpo Diplomatico Portuguez*, 236.

com que era comemorado o elefante foi criticado por apoiantes alemães de Lutero, e ridicularizado por satiristas romanos, que fizeram circular na cidade, pouco depois da morte de Hanno, o seu testamento final. Por vezes atribuído ao escritor Pietro Aretino (1492-1556), este relembra a tradição literária dos testamentos satíricos tardo-antigos e medievais, detalhando a que cardeais Hanno deixava cada parte do seu corpo. Estas reacções serviam não só como crítica à forma como as próprias relíquias de santos se encontravam distribuídas pelas igrejas europeias, mas também remetem para a forma como a sociedade em geral, e não só as suas camadas superiores, se relacionava com a morte e memorialização de criaturas não humanas.⁶⁹⁶

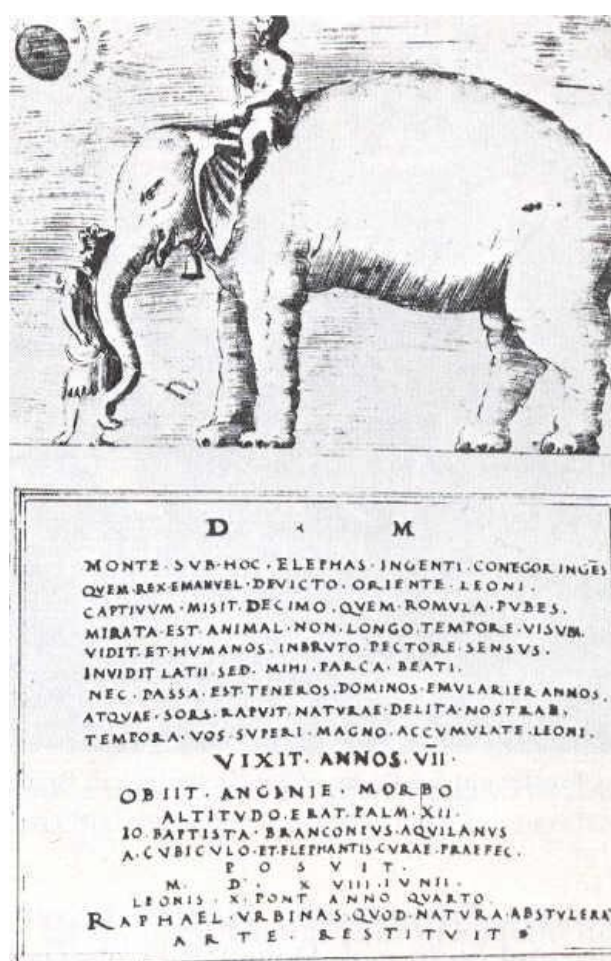


Figura 3.12 – Francisco de Holanda, “O Elefante Annone, de Rafael”. *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* (c. 1538-1540), fl. 31v. Madrid, Biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo de El Escorial.

⁶⁹⁶ Bedini, *The Pope's Elephant*, 143-152; Fabian Jonietz, “Animal Deaths, Commemoration, and Afterlives at the Gonzaga Court and Beyond”, *Animals and Courts. Europe, c. 1200-1800*, 380-381; Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas*, introdução e notas de José da Felicidade Alves (Lisboa: Livros Horizonte, 1989), 41-42.

Mas antes ainda da morte de Hanno, a necessidade da Coroa portuguesa de apoio do Vaticano para a questão das Molucas e para assegurar uma posição privilegiada na Ásia Oriental e no Pacífico, associada ao sucesso do elefante no ano anterior, conduziram a que D. Manuel enviasse nova delegação diplomática ao Vaticano no final de 1515. À semelhança da embaixada liderada por Tristão da Cunha, esta também incluía presentes que demonstravam a riqueza dos territórios asiáticos sob domínio da Coroa portuguesa, e que se encontram sumariamente descritos nas *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*: um carregamento de especiarias, uma baixela em prata “lavrada de bastiões” que incluía algumas peças esmaltadas, e levando uma corrente de ouro, o famoso rinoceronte que havia sido enviado meses antes por Afonso de Albuquerque.⁶⁹⁷

O governador do Estado da Índia havia obtido o animal também no seguimento de uma negociação diplomática com o sultão do Guzerate, Muzafar II, com vista à construção de uma fortaleza portuguesa em Diu. Em 1514, Albuquerque enviou uma embaixada, chefiada por Diogo Fernandes, ao sultão, mas este apenas autorizou a construção de fortalezas em locais estrategicamente pouco interessantes para os portugueses, e não em Diu. No entanto, uma vez que Afonso de Albuquerque havia enviado presentes a Muzafar, este retribuiu, e entre os que enviou ao governador encontrava-se o rinoceronte, ao qual os indianos chamavam *Ganda* (mais precisamente *gairda*, em hindi). Em Dezembro de 1514 ou Janeiro de 1515, a frota que partiu de Goa para Portugal levando mercadorias indianas, levava também o rinoceronte, juntamente com o seu tratador, Ossem, e aportou em Lisboa em Maio de 1515.⁶⁹⁸ D. Manuel acomodou este rinoceronte na sua *ménagerie* no paço da Ribeira, e pouco depois da sua chegada a Lisboa, organizou o combate com o elefante, que abordámos no subcapítulo anterior, e no final do ano, após uma breve estadia em Lisboa, decidiu enviá-lo para Roma.

A embarcação em que seguiu a delegação, capitaneada por João de Pina, fez escala em Marselha em Janeiro de 1516, onde o rinoceronte pôde ser apreciado por Francisco I, que havia chegado na mesma altura com a Rainha, vindos de Paris, onde o monarca tinha estado a dar graças pela vitória na batalha de Marignano e subsequente

⁶⁹⁷ Bedini, *The Pope's Elephant*, 124–125; Costa, “Secrecy, Ostentation and the Illustration of Exotic Animals”, 77; *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*, 196–197.

⁶⁹⁸ Martins, “O rinoceronte de Dürer e suas lições para a historiografia da ciência”, 204.

conquista do ducado de Milão. Ao saber da presença de uma embarcação portuguesa onde se encontrava um rinoceronte, Francisco I manifestou o seu desejo de ver o animal, pedido a que o capitão João de Pina acedeu, desembarcando o rinoceronte, para que o pudesse admirar convenientemente. Depois, terá presenteado o rei com um “formoso cavalo bem ajaezado”, nas palavras de Damião de Góis, retribuindo o monarca francês com a soma de 5 mil escudos de ouro.⁶⁹⁹ Após regressar a Paris, Francisco I terá enviado a Lisboa um agente, Antoine de Conflans, com o propósito de adquirir um casal de elefantes e outros animais exóticos para a sua *ménagerie*, e uma carta pedindo auxílio a D. Manuel na compra dos animais e de outros produtos asiáticos.⁷⁰⁰ Contudo, a resposta do monarca português não é conhecida, e no monumental trabalho de Loisel, no capítulo dedicado a Francisco I, é referido que este terá possuído leões, leopardos, vários pássaros, gatos-de-algália, martas, javalis e ursos, entre outros, organizando por diversas vezes combates entre animais, mas não se encontram referências a elefantes.⁷⁰¹

Após abandonar Marselha, no final de Janeiro ou inícios de Fevereiro, a embarcação de João de Pina acabou por naufragar perto de Génova devido a uma tempestade, causando a morte do rinoceronte e a perda de todos os objectos que compunham o presente de D. Manuel ao papa. Segundo alguns relatos, entre os quais o do próprio Damião de Góis, a carcaça do animal teria sido resgatada e oferecida empalhada ao Sumo Pontífice, mas esta é uma questão controversa. Uma carta de D. Manuel ao seu embaixador em Roma, D. Miguel da Silva, datada de Agosto de 1516, dava conta do “muito desprazer” com que o monarca recebera, apenas dias antes, a notícia da perda da nau e da sua carga, especialmente do animal, que tanto estimava “por ser coisa tão nova nestas partes nunca vista, e quase não achada nos livros e nos ser enviada da maneira que o ela foi”, não fazendo menção a este resgate. E embora Silvio Bedini considere a possibilidade de o animal ter chegado a Roma empalhado, tendo este autor escrutinado pormenorizadamente esta questão, ressalta da sua detalhada investigação a inexistência de referências consistentes, tanto coetâneas como

⁶⁹⁹ Bedini, *The Pope's Elephant*, 127-128; Góis, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, liv. IV, cap. XVIII, 54-55.

⁷⁰⁰ Bedini, *The Pope's Elephant*, 128.

⁷⁰¹ Loisel, *Histoire des menageries*, 263-268.

posteriores, à existência de um rinoceronte empalhado em Roma neste período, ou à sua presença nas colecções de história natural dos Medici, tornando o rumor pelo menos incerto.⁷⁰²

Não obstante, embora Roma nunca tenha chegado a ver o rinoceronte vivo, este presente diplomático teve um impacto cultural inegável na Europa, devido ao considerável volume de notícias que circularam. A mais eminente de todas foi sem dúvida a famosa xilogravura de Dürer, impressa originalmente com um texto em alemão descrevendo o animal (**Figura 3.13**), que foi largamente reproduzida e difundida. Uma vez que Dürer nunca terá chegado a ver o rinoceronte, é possível que a imagem e texto se tenham baseado numa carta, que incluiria um ou vários esboços do animal, enviada à comunidade de mercadores de Nuremberga pelo impressor Valentim Fernandes, que havia visto o rinoceronte em Lisboa antes da partida da embaixada para Roma.⁷⁰³ Ainda em 1515, a gravura foi publicada, tornando-se na mais reproduzida representação de sempre de um rinoceronte, e sendo considerada a mais autêntica até ao século XVIII, o que demonstra que a importância da circulação de animais extra-europeus através da troca de presentes diplomáticos não se esgotava na evidente dimensão política deste tipo de práticas, contribuindo igualmente para a circulação de informações sobre o mundo natural neste período.⁷⁰⁴

É interessante notar, no entanto, o enorme contraste entre a representação realista de Hanno e a representação da *ganda* por Dürer. A primeira, um retrato originalmente produzido ao natural pelo pintor do Papa, Rafael, caracteriza-se pelo seu elevado grau de detalhe e precisão, sendo a primeira representação europeia conhecida de um elefante asiático de perfil, com a ponta da tromba correctamente desenhada; originou várias réplicas, muitas das quais produzidas por pupilos de Rafael, como Giulio Romano e Giovanni Francesco Penni, conhecendo-se também uma de Francisco de Holanda, de 1538, e alterou para sempre a forma como os elefantes passaram a ser

⁷⁰² Góis, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, liv. IV, cap. XVIII, 54-55; Martins, “O rinoceronte de Dürer e suas lições para a historiografia da ciência”, 205; Costa, “Secrecy, Ostentation and the Illustration of Exotic Animals”, 77; IAN/TT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 20, doc. 84; Bedini, *The Pope’s Elephant*, 130-136.

⁷⁰³ Costa, “Secrecy, Ostentation and the Illustration of Exotic Animals”, 78. Existe uma transcrição italiana desta carta de Valentim Fernandes na Biblioteca Nazionale de Florença, mas a imagem ou imagens que a acompanhariam não sobreviveram.

⁷⁰⁴ Costa, “Secrecy, Ostentation and the Illustration of Exotic Animals”, 78-79.

representados na Europa.⁷⁰⁵ Já a representação do rinoceronte por Dürer, tendo sido universalmente aceite como a mais exacta durante quase três séculos, e podendo identificar-se como o cânone no qual se baseavam diversas representações artísticas dos séculos XVI e XVII (**Figura 3.14**, **Figura 3.15** e **Figura 3.16**), continha imprecisões evidentes pelo facto de o artista não ter observado o animal presencialmente, existindo mesmo uma representação coetânea mais próxima da realidade, produzida também em 1515, pelo artista alemão Hans Burgkmair (1473-1531) de Augsburg, mas que conheceu pouca circulação e influência.⁷⁰⁶ Embora as duas gravuras sejam bastante semelhantes, na de Burgkmair o rinoceronte já não é representado com uma couraça, nem com o pequeno chifre retorcido, evocativo do unicórnio, que Dürer incluiu no dorso. Uma outra figura do rinoceronte, que combina elementos das representações de Dürer e de Burgkmair, e que também foi produzida na mesma altura, é atribuída ao artista Albrecht Altdorfer (c. 1480-1538), e pode encontrar-se num livro de preces do imperador Maximiliano I, que se encontra actualmente na Biblioteca Municipal de Besançon, em França.⁷⁰⁷

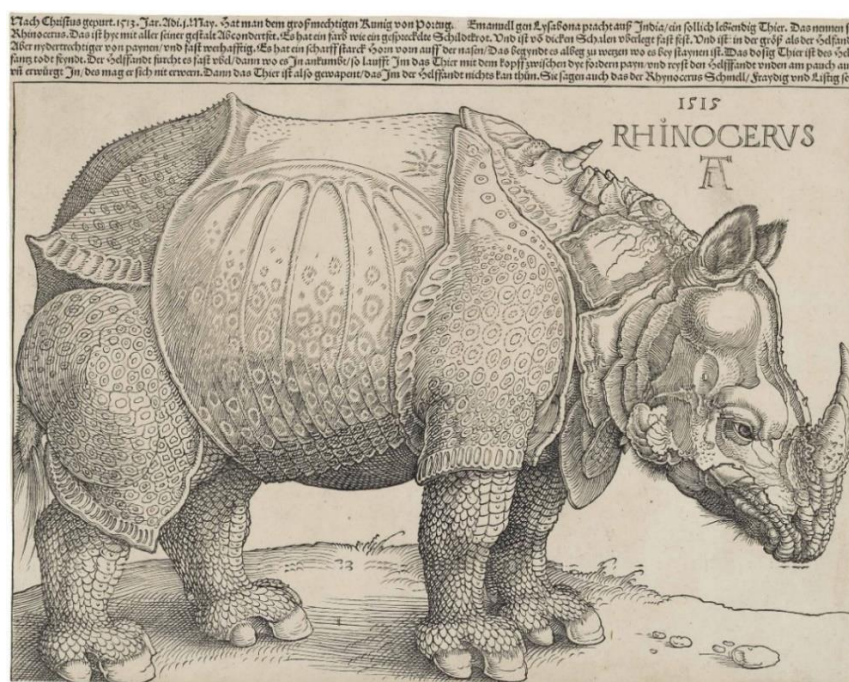


Figura 3.13 – Rhinoceros. Xilogravura, Albrecht Dürer. 1515.

⁷⁰⁵ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 5.

⁷⁰⁶ Lazzaro, "Animals as Cultural Signs", 214; Martins, "O rinoceronte de Dürer e suas lições para a historiografia da ciência", 214.

⁷⁰⁷ Martins, "O rinoceronte de Dürer e suas lições para a historiografia da ciência", 214; Bedini, *The Pope's Elephant*, 120-124.



Figura 3.14 – Rinoceronte representado nas portas de bronze da Catedral de Pisa. Giambologna, 1602. Pisa, Catedral. Fotografia no site [Alamy](https://www.alamy.com).

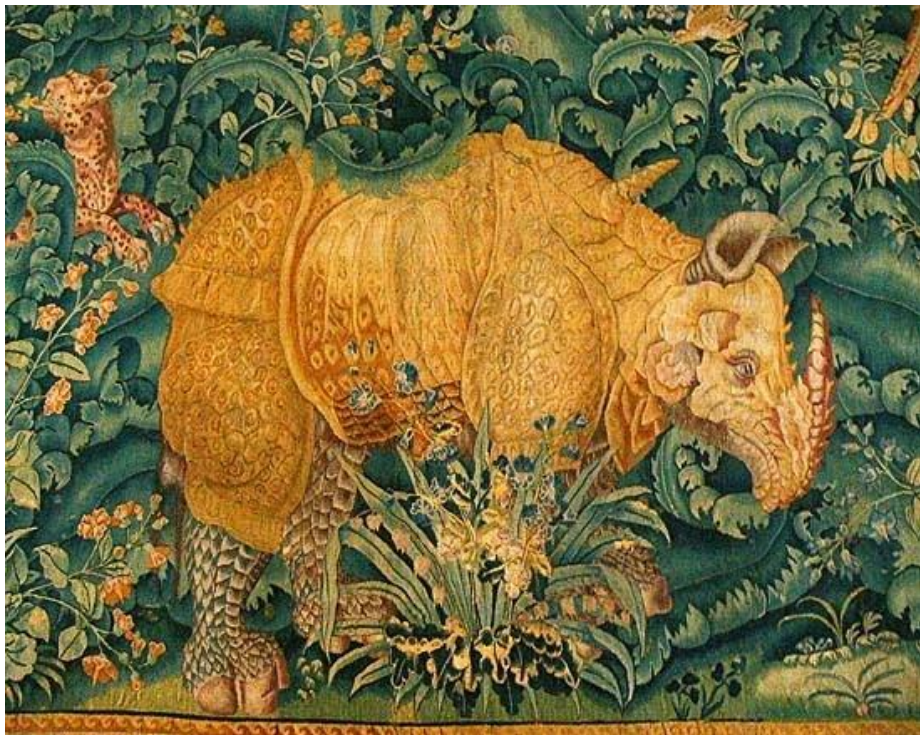


Figura 3.15 – Detalhe de rinoceronte em tapeçaria flamenga (provavelmente Grammont). Ca. 1550. Elsinore (Dinamarca), Castelo de Kronborg. Reprodução do [Rhino Resource Center](https://rhinocerosresourcecenter.org/).



Figura 3.16 – Luta entre um elefante e um rinoceronte. Ilustração, caneta e tinta (indiana) em papel. Francis Barlow, 1684. Londres, The Courtauld Gallery.

É também importante notar que se conhecem muito poucas representações portuguesas coetâneas do rinoceronte, embora o animal tenha permanecido em Lisboa por vários meses. Existem duas gárgulas do século XVI com forma de rinoceronte, uma na Torre de Belém, que se encontra extremamente deteriorada e cujos detalhes não são completamente discerníveis, e uma outra no Mosteiro de Alcobaça, melhor preservada e, em geral, naturalista; ambas são datadas de aproximadamente 1515-1519. Quanto a ilustrações, existem apenas duas pequenas representações em iluminuras no chamado *Livro de Horas* de D. Manuel I, e uma outra num mapa do *Atlas Miller* (**Figura 3.17**), todas elas atribuídas a António de Holanda (c. 1480-1557), o que levou Dagoberto Markl a levantar a hipótese de este ter sido o autor do esboço em que Dürer se baseou para produzir a sua xilogravura. Embora todas estas representações sejam, genericamente, bastante precisas – na do *Atlas Miller* o animal apenas tem um chifre, e não parece estar coberto por uma carapaça –, naturalmente não terão conhecido a imensa circulação e difusão possibilitada pela imprensa. Tal provavelmente explica as imprecisões na descrição do rinoceronte por Damião de Góis, nomeadamente a sua referência às “conchas” que cobriam o corpo do animal: o cronista havia, possivelmente, visto o combate entre o rinoceronte e o elefante em Lisboa em 1515, quando era um jovem

pajem na corte, mas em 1566, data da primeira edição da crónica de D. Manuel, a autoridade da representação de Dürer já se havia tornado incontestável.



Figura 3.17 – Ilustração atribuída a Francisco de Holanda, *Atlas Miller* (detalhe), 1515-1519. Paris, Bibliothèque Nationale de France.

Relativamente ao contributo de D. João III para a circulação de animais extra-europeus por outras cortes europeias através de dádivas diplomáticas, é importante referir, mais uma vez, o importante papel de D. Catarina, que tem sido sistematicamente estudado por Annemarie Jordan Gschwend, e para quem a dádiva de objectos preciosos extra-europeus e animais selvagens e exóticos era uma actividade constante. Na realidade, a análise dos hábitos de consumo e de dádiva de presentes de D. Catarina é fundamental para se compreender melhor a efectiva especificidade da corte portuguesa no que diz respeito a esta temática, numa altura em que o interesse e a utilização política de animais exóticos e selvagens se encontravam tão difundidos e arreigados nas práticas cortesãs, não só na Europa, mas a uma escala verdadeiramente global.

Novamente, um dos presentes mais celebrados do reinado de D. João III é um elefante asiático que ficou conhecido como tendo pertencido a Maximiliano II. No entanto, este havia sido, originalmente, uma prenda de D. Catarina ao seu neto, D. Carlos (filho de Filipe II e da infanta D. Maria), enviada para Espanha em 1549. A biografia

deste elefante foi traçada, em detalhe, por Annemarie Jordan Gschwend.⁷⁰⁸ O animal, proveniente do actual Sri Lanka, havia sido um dos sumptuosos presentes enviados pelo monarca cingalês de Kōṭṭe, Bhuvanekabāhu VII, a D. João III aquando de uma embaixada à sua corte em 1541-1543,⁷⁰⁹ que tinha tido como objectivo procurar o apoio do monarca português para um conflito interno em Kōṭṭe. Bhuvanekabāhu VII era o único vassalo de D. João III no Sri Lanka e gozava, precisamente por ser o único, de um estatuto central e privilegiado na região, uma vez que mantinha uma aliança militar com o Estado da Índia, através do pagamento de tributos de canela, elefantes, e pedras preciosas. Esta aliança, embora não inteiramente benéfica para o monarca cingalês, servia para manter os seus adversários controlados, e nessa altura, o apoio de D. João III era fundamental, uma vez que Bhuvanekabāhu VII pretendia garantir que o seu neto, então recém-nascido, fosse nomeado o seu sucessor, contra os intentos do seu irmão mais novo, que ambicionava suceder-lhe; D. João III, por seu turno, havia acumulado uma considerável dívida ao seu vassalo, o que conferia a esta interacção uma dimensão de mutualidade considerável. A embaixada – no contexto da qual também foi oferecido ao monarca português um aparatoso cofre em marfim, que actualmente se encontra na Schatzkammer der Residenz de Munique, e que ficou conhecido como “cofre da coroação” – foi um sucesso, resultando no estabelecimento num laço duradouro e resiliente entre os reis portugueses e o embaixador e o monarca cingaleses.⁷¹⁰

Sete anos após a sua chegada a Lisboa, o elefante foi enviado por D. Catarina e D. João III ao príncipe Carlos, que então tinha cinco anos de idade. Dois anos depois, contudo, devido aos elevados custos associados à manutenção do elefante, e dado o interesse do arquiduque Maximiliano II, que na ausência de Carlos V e do futuro Filipe II⁷¹¹ se encontrava em Espanha como regente, o animal passou para a posse do arquiduque, que o levou consigo no seu regresso a Viena. Aparentemente, os reis portugueses não se terão oposto a esta decisão, e ao chegar a Génova em Novembro de 1551, Maximiliano II exibiu, num extraordinário cortejo, o animal, que carregava no dorso uma torre, mais uma vez numa réplica da tradicional iconografia associada aos

⁷⁰⁸ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 15-34.

⁷⁰⁹ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 15. Sobre esta embaixada, veja-se Zoltán Biedermann, “Sri Lankan Caskets and the Portuguese-Asian Exchange in the Sixteenth Century”, in *Global Gifts*, 88-118.

⁷¹⁰ Biedermann, “Sri Lankan Caskets and the Portuguese-Asian Exchange”, 91-94.

⁷¹¹ Carlos V e Filipe II eram, respectivamente, tio e primo de Maximiliano.

elefantes asiáticos de guerra, como haviam feito antes Frederico II e D. Afonso V.⁷¹² Em Viena, em Maio do ano seguinte, o elefante foi novamente exibido na entrada de Maximiliano na cidade, tornando-se numa mascote para os vienenses.⁷¹³ No entanto, no final de 1553, o jovem paquiderme acabou por morrer precocemente, tendo as árduas e longas viagens a que foi submetido certamente contribuído para tal. Para o imortalizar, Maximiliano encomendou diversas obras de arte comemorativas, sendo de referir, por exemplo uma medalha e um banco com o brasão de Maria de Áustria e de Maximiliano, feito com os ossos do elefante.⁷¹⁴

Menos de dez anos depois, em 1562, D. Catarina tornou a enviar um elefante ao seu neto Carlos, que segundo informações epistolares, se terá afeiçoado bastante ao animal. Mais uma vez, contudo, o elefante, que teria uma natureza particularmente rebelde, revelou-se demasiado difícil e caro de manter, e Filipe II acabou por o enviar a Maximiliano II a pedido do arquiduque, que nessa altura havia enviado um agente à corte espanhola para adquirir produtos de luxo e animais exóticos para a sua *ménagerie*. Na sua viagem para Viena, desta vez através dos Países Baixos, o elefante passou pela Zelândia, por Antuérpia, Bruxelas e Colónia, reunindo-se a sua comitiva com Maximiliano em Olmütz, na República Checa, de onde seguiram para Viena. Esta jornada originou uma quantidade significativa de desenhos e esboços por parte de artistas locais, bem como de notícias escritas sobre o animal.⁷¹⁵ Mais uma vez, torna-se evidente como a circulação de animais extra-europeus através destas prendas acabava por ter um impacto significativo também na produção e circulação de conhecimento, sobretudo informal, sobre estas espécies, na medida em que permitiam que uma quantidade assinalável de pessoas as pudessem ver presencialmente, apreendendo as suas características físicas, mas também a forma como se comportavam, o que é bastante relevante sobre a forma como era produzido o conhecimento sobre o mundo natural.

No entanto, muitos outros exemplos da dádiva de animais exóticos por D. João III e D. Catarina a outros membros da família da rainha podem ser mencionados. A priora do convento agostiniano de Madrigal de las Altas Torres recebeu da rainha um

⁷¹² Gschwend, *The Story of Süleyman*, 21.

⁷¹³ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 23.

⁷¹⁴ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 31-33.

⁷¹⁵ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 35-43.

papagaio numa gaiola, tal como o seu irmão, Carlos V, a sua sobrinha, Joana de Áustria, e o seu neto Carlos. A sua cunhada, a imperatriz Isabel de Portugal, terá recebido três gatos de algália, e numa outra ocasião foram enviados a Carlos V dois gatos indianos; Filipe II e o príncipe Carlos terão uma vez recebido um carregamento de vários animais, entre os quais gatos de algália e araras do Brasil. Carlos terá ainda sido presenteado, em 1555, com a primeira zebra africana importada para a Europa desde a Antiguidade.⁷¹⁶ E em 1561, o Papa Pio IV enviou uma carta a D. Sebastião, então com sete anos, pedindo um par de elefantes, um macho e uma fêmea. Este foi um pedido audacioso do Pontífice, acostumado certamente ao hábito de os Medici, família a que pertencia, procurarem pares de animais para criação, mas que ao mesmo tempo demonstra ainda um parco conhecimento sobre os comportamentos destes animais, que muito dificilmente se reproduzem em cativeiro. Ainda no mesmo ano o embaixador português em Roma, Lourenço Pires de Távora, enviou uma carta a D. Catarina, informando-a de que o Papa muito gostaria de receber, de Portugal, um elefante, bem como pássaros e outros animais para a sua *ménagerie* no Belvedere.⁷¹⁷

Embora existam referências a dádivas de animais por D. Catarina a outras personalidades e governantes, os exemplos apresentados demonstram que a principal característica da acção da rainha enquanto presenteadora relacionava-se com a significativa quantidade de prendas dirigidas a membros da sua família. Os laços familiares entre os Habsburgo, que se encontravam geograficamente dispersos pela Europa, eram mantidos e assegurados através de uma vasta correspondência, e obviamente através de relações diplomáticas estreitas. Neste contexto, a troca de prendas desempenhava um papel fundamental, reforçando não só uma identidade dinástica, mas provavelmente também um certo sentimento de pertença, neste caso mais por via dos afectos do que da diplomacia.⁷¹⁸ As prendas de D. Catarina para os seus sobrinhos, para os seus irmãos, e para o seu neto assumiam, desta forma, um significado muito mais pessoal e íntimo do que outros presentes diplomáticos, em que a função política se sobrepunha, e esta diferença essencial tem de ser salientada.

⁷¹⁶ Pérez de Tudela e Gschwend, "Renaissance Menageries",

⁷¹⁷ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 43.

⁷¹⁸ Buescu, *Catarina de Áustria*, 360-365.

Mas de um modo geral, estas prendas tinham um significado político profundo. A posse e a dádiva destes animais extra-europeus tinham o objectivo de maravilhar, demonstrando o poder e prestígio dos seus donos, e por outro lado simbolicamente conceder ou partilhar esse poder e prestígio com os receptores dos presentes. Para a monarquia portuguesa, estes animais serviam como testemunhos de relações diplomáticas privilegiadas com os estados africanos e asiáticos. No entanto, é essencial perceber-se que muitas vezes os próprios momentos em que estes presentes chegavam aos monarcas portugueses já eram simbolicamente significativos e carregados. Como vimos, alguns dos presentes enviados pela corte portuguesa a outras cortes europeias já haviam sido prendas diplomáticas de soberanos africanos e asiáticos, e que depois de incorporadas pelos monarcas portugueses, eram adaptadas e reutilizadas noutros contextos, também eles diplomáticos, como demonstração de magnanimidade; da mesma forma, é interessante notar como prendas que haviam sido oferecidas pela corte portuguesa, numa lógica de irradiação de poder, acabaram por ser apropriadas e instrumentalizadas também para efeitos propagandísticos nos seus contextos de chegada, como aconteceu com o elefante de Maximiliano II, utilizado numa entrada régia, tal como D. Manuel havia feito anteriormente.

Por outro lado, estes animais assumiam-se simultaneamente, mais do que como símbolo das aspirações expansionistas e do projecto imperial da Coroa portuguesa, como testemunhos do seu imperialismo e cosmopolitismo, e uma manifestação do seu acesso privilegiado a mercados extra-europeus.⁷¹⁹ A cultura material usada em rituais políticos tem sido nas últimas décadas estudada e compreendida, cada vez mais como uma eficaz via de manifestação de poder em ambientes cortesãos, uma vez que representava uma marca exterior e tangível de majestade, passível de ser instrumentalizada para forjar e estabelecer uma reputação, porque acentuava o prestígio dos seus detentores. Embora os animais não se possam considerar elementos de cultura material, a sua fisicalidade e tangibilidade é incontestável. Por todos estes motivos, este tipo de presentes diplomáticos contribuía não só para forjar relações políticas e sociais, cimentando laços de amizade e cooperação, mas também para criar

⁷¹⁹ Pereira, *African Art at the Portuguese Court*, 14.

uma imagem de soberania, que no caso português, estava intrinsecamente ligada ao controlo de territórios extra-europeus.⁷²⁰

Por fim, é importante mencionar que estes presentes faustosos não eram somente utilizados pela Coroa portuguesa como forma de demonstração de poder, mas também para obter influência política junto do Vaticano e outros estados europeus para questões diplomáticas, geo-estratégicas ou económicas, uma vez que a cada presente se encontrava sempre associada uma ideia de reciprocidade, que podia ou não ser material. Contudo, como vimos, o ganho de poder político e influência não eram os únicos resultados destas trocas. Os animais exóticos que eram trazidos para a Europa de África e da Ásia com o propósito de serem exibidos ou oferecidos a outros soberanos acabaram por ter uma influência profunda e duradora nas representações visuais dessas espécies, sendo o rinoceronte de D. Manuel e a sua representação por Dürer o exemplo por excelência para esta questão.⁷²¹

3.4. Questões logísticas: acesso e manutenção dos animais

A informação que apresentámos nos subcapítulos anteriores permite-nos retirar algumas conclusões sobre questões logísticas associadas à forma como estes animais eram adquiridos e os cuidados que inspiravam e que os seus donos humanos tomavam na sua manutenção. Como vimos anteriormente, animais de pequeno porte, tais como espécies de macacos e pássaros eram trazidos com frequência pelos navegadores como animais de estimação, e desde cedo começaram a ser comercializados, como atestam o testemunho de Cadamosto, o livro de contas da Casa da Guiné, ou os exemplos dos agentes dos Welser e dos Fugger que mencionámos no primeiro capítulo. Parece que outros animais, como as civetas africanas a partir das quais se obtinha o almíscar, também eram comercializados, como sugere a venda de D. Catarina de alguns dos seus exemplares desta espécie. No entanto, estes animais continuavam a ser passíveis de integrar retratos de corte, colecções reais e presentes diplomáticos, pelo que se pode inferir que embora fossem mais comuns e acessíveis a nobres e burgueses mais abastados, eram ainda assim percepcionados como bens valiosos.

⁷²⁰ Pereira, *African Art at the Portuguese Court*, 15-16.

⁷²¹ Costa, "Secrecy, Ostentation and the Illustration of Exotic Animals", 81.

Já no que respeita à mega-fauna carismática, como elefantes e rinocerontes, estes eram normalmente adquiridos através de compras, cobrança de tributos, ou dádivas diplomáticas, pelos vice-reis e governadores para os reis portugueses. Vimos que Afonso de Albuquerque enviou quatro elefantes a D. Manuel entre 1510 e 1514, sendo que numa das ocasiões sabemos que um foi recebido do rei de Cochim, e outro comprado pelo governador, e o rinoceronte foi obtido no âmbito de uma negociação diplomática. Para além deste rinoceronte, apenas um outro parece ter chegado a Lisboa, já em 1577-78, enviado de Goa a D. Sebastião, e mais tarde levado para Madrid por Filipe II juntamente com um elefante, após a incorporação de Portugal na Monarquia Hispânica.⁷²² As informações sobre o envio destes animais, como prendas diplomáticas pela Coroa portuguesa, e os pedidos que chegavam de outros governantes, como Francisco I ou o Papa Pio IV, para que os monarcas portugueses lhes enviassem exemplares destes animais sugere que enquanto era possível adquirir, no mercado, animais de menor porte, a aquisição de mega-fauna asiática tinha necessariamente que ser mediada pela Coroa portuguesa, o que lhe conferia um estatuto e um prestígio acrescido. É de notar, neste sentido, que na vasta correspondência dos núncios papais em Portugal, as únicas referências a animais dizem respeito a pedidos ou indicações do envio de cavalos, sendo que uma delas menciona explicitamente “cavalos mouros”,⁷²³ o que possivelmente remete para a presença, conhecida, de cavalos persas em Lisboa, e o comércio destes animais, em que Goa funcionava como um importante centro de distribuição.⁷²⁴ Embora o interesse por animais extra-europeus fosse disseminado por toda a Europa, e Itália fosse uma espécie de epicentro europeu para este tipo de práticas culturais, o facto de nunca surgirem referências a outros animais mais exclusivos também reforça a ideia de que o acesso a estes se encontrava, em larga medida, sob monopólio da Coroa portuguesa.

⁷²² Lach, “Asian elephants in Renaissance Europe”, 134; Pérez de Tudela e Gschwend, “Renaissance Menageries”, 445.

⁷²³ *La Correspondance des Premiers Nonces*, vol. II, 225, 296, 364, 378.

⁷²⁴ Sobre esta questão, veja-se Michael Gorgas, “Animal Trade between India and Western Eurasia in the Sixteenth Century: the Role of the Fuggers in Animal Trading”, in *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers in Germany: Sixteenth Century*, ed. Kuzhippalli Skaria Mathew (Nova Delhi: Manohar, 1997), 195-225; Rui Manuel Loureiro, “Portuguese involvement in Sixteenth Century Horse Trade through the Arabian Sea”, in *Horses in Asia: History, Trade and Culture*, ed. Bert G. Fragner, Ralph Kauz, Roderich Ptak & Angela Schottenhammer (Viena: Österreichische Akademie der Wissenschaften, 2009), 137-143.

Relativamente à forma como estes animais eram tratados uma vez em Portugal, as informações existentes são muito parcas e esparsas. No entanto, sobre um dos aspectos centrais desta questão, que é o alojamento, é possível avançar com alguns dados preliminares. D. Afonso V e D. João II parecem ter mantido os seus animais exóticos em vários locais diferentes, nomeadamente Lisboa e Évora (e para o primeiro, eventualmente Braga), ou talvez se fizessem acompanhar de alguns destes animais nas suas itinerâncias. Perto de uma praça central em Lisboa, D. Afonso V teria um pequeno jardim onde se podiam observar animais selvagens, e no paço real em Évora poderiam ver-se gatos de algália. Já D. João II manteria camelos neste paço, e dois leões no paço da alcáçova em Lisboa; para o início do reinado de D. Manuel, nomeadamente em 1498, Júlio Castilho menciona um documento da chancelaria deste rei que dava conta de uma ordem do monarca para que se pagassem 600 reais por mês para mantimento de dois leões que existiam no Paço da Alcáçova, e que dada a proximidade temporal à referência de Münzer, provavelmente diria respeito aos mesmos leões.⁷²⁵ Após a construção do Paço da Ribeira, alguns animais de menor porte, como as aves e possivelmente também os felinos, terão sido aí alojados, sabendo-se que para acomodar estes animais próximos dos seus donos, eram frequentemente adquiridas dispendiosas e elaboradas gaiolas, que evidenciavam não só o estatuto destes animais como *commodities* valiosas, como também os “higienizavam”, demonstrando o controlo dos seus donos sobre a sua natureza silvestre e indomesticada.⁷²⁶ Já os elefantes, segundo Damião de Góis,⁷²⁷ eram mantidos no palácio dos Estaus, cuja construção havia sido encomendada pelo infante D. Pedro no século XV, onde os embaixadores normalmente ficavam alojados, e onde também se situavam os estábulos reais.⁷²⁸ Bedini, e muitos dos autores que o releram, afirmam que durante a sua estadia em Lisboa, o rinoceronte permaneceu alojado na Ribeira, num dos edifícios anexos à Casa da Índia, mas não encontramos esta informação em nenhuma fonte consultada.⁷²⁹ Contudo, certamente terá ficado alojado num sítio

⁷²⁵ Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa. Descrição Historica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1893), Liv. III, 271.

⁷²⁶ Gschwend, *The Story of Süleyman*, 7. Sobre esta questão, veja-se John Block Friedman, “Coats, Collars, and Capes: Royal Fashions for Animals in the Early Modern Period”, *Medieval Clothing and Textiles*, 12 (2016): 61-94.

⁷²⁷ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, cap. XVIII, 54.

⁷²⁸ Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, 161.

⁷²⁹ Bedini, *The Pope's Elephant*, 116.

separado de onde se encontravam os elefantes, devido à crença de que os animais eram inimigos mortais, pelo que se trata de uma hipótese plausível.

Pela descrição de Nicolau de Faria da jornada de Hanno até Roma, percebe-se igualmente que encontrar alojamento adequado para um elefante, ainda que jovem e em crescimento, não era uma tarefa fácil, tal como controlar a força e os comportamentos imprevisíveis destes animais, existindo várias referências na sua missiva aos danos causados pelo elefante nos estábulos onde pernoitava. O mesmo demonstram as dificuldades sentidas na corte espanhola no alojamento e manutenção dos dois elefantes que D. Carlos recebeu de D. Catarina. É possível que este tipo de dificuldades tenha contribuído para a decisão de D. Manuel, que ostentava, através das curiosidades zoológicas que possuía, o seu projecto imperial, enviar o rinoceronte a Leão X ao fim de uma curta estadia do animal em Lisboa.

Embora nos tenhamos focado na presença destes animais na corte e em momentos cerimoniais, também existem descrições e representações iconográficas da utilização de elefantes para a construção e transporte de embarcações e outras cargas pesadas em Goa no século XVI (**Figura 3.18**), e Jan Taccoen menciona ter visto um elefante de três anos a puxar um canhão em Lisboa com o auxílio de um cabo. No entanto, existem também instruções mencionando que elefantes específicos, como os dois enviados em 1510 por Afonso de Albuquerque para Lisboa, não deveriam carregar qualquer outra carga que não homens.⁷³⁰ Quanto à sua alimentação, várias instruções dão conta de que consistia em arroz cozido, mas também trigo, jagra (açúcar de palmeira) e manteiga, consumindo também grandes quantidades de água; durante o seu transporte por mar de Goa até Lisboa, a sua pele deveria ser protegida do ar salgado e do sol com azeite.⁷³¹ Quanto ao rinoceronte, segundo Gaspar Correia, alimentava-se de erva, palha e também arroz cozido.⁷³²

⁷³⁰ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. III, 317.

⁷³¹ IAN/TT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 34, doc. 45; mç. 35, docs. 96 e 186; mç. 36, doc. 181; mç. 43, docs. 94 e 161; mç. 44, docs. 99, 122 e 123; mç. 45, doc. 17.

⁷³² Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, 373–374.



Figura 3.18 – Mapa de Goa (detalhe mostrando elefantes a trabalhar na ribeira). Jan Huygen van Linschoten. 1596.

Finalmente, é ainda importante mencionar que todos os elefantes, rinocerontes e também as chitas eram importados com os seus respectivos tratadores, que nunca deveriam retornar aos seus locais de origem, pelo menos até que os animais se encontrassem bem treinados, e outros homens instruídos sobre como tratá-los.⁷³³ E como vimos a propósito das civetas de D. Catarina, também o cuidado de outros animais era por vezes confiado a indivíduos experimentados, possivelmente especialistas, que, como vimos atrás, eram pagos por este serviço. Estas informações remetem-nos para a enorme importância dos tratadores ou cuidadores especializados destes animais: na realidade, no caso das prendas diplomáticas que envolviam animais especialmente raros ou incomuns, os tratadores eram tão importantes como os animais em si, na medida em que eram eles que sabiam todos os cuidados a ter com os animais, e eram também eles que garantiam que pudessem depois ser utilizados em ocasiões cerimoniais, que por vezes incluíam elaboradas encenações e complicadas performances. Para além disso, são ainda um exemplo interessante dos contactos transculturais no âmbito do chamado “Renascimento global”, uma vez que estes tratadores, equipados com um conhecimento altamente especializado, circulavam entre continentes, contextos civilizacionais e entre cortes, funcionando não só como mediadores entre os animais e os seus donos humanos, mas também como mediadores entre as próprias culturas pelas

⁷³³ *Cartas de Affonso de Albuquerque*, t. III, 317; *The Voyage of John Huyghen van Linschoten to the East Indies. From the old English translation of 1598* (Londres: Hakluyt Society, 1885), vol. II, cap. XLVI; *Lisboa em 1514*, 126; Bedini, *The Pope's Elephant*, 31-32.

quais circulavam.⁷³⁴ Neste aspecto, o seu papel como agentes de transmissão de conhecimento, sobretudo informal, em contextos cortesãos também não é despidendo, sendo, pelo contrário, bastante demonstrativo das múltiplas formas como ocorreram a produção, circulação e assimilação de conhecimento sobre o mundo natural no início da Idade Moderna, e de como estes processos têm, neste contexto, uma dimensão verdadeiramente global.

Através dos exemplos apresentados no terceiro capítulo, procurámos demonstrar que décadas antes da chegada de Vasco da Gama à Índia, e antes da famosa embaixada enviada por D. Manuel ao Papa Leão X, os reis portugueses já tiravam vantagem do seu acesso privilegiado a animais extra-europeus, exibindo exemplares de fauna africana nas suas residências e em ocasiões cerimoniais. Contudo, tal como se explana no capítulo anterior, estas práticas culturais não foram introduzidas nos séculos XV e XVI por via da intensificação dos contactos culturais transcontinentais. Pelo contrário, a utilização de animais para fins políticos e propagandísticos foi uma prática recorrente no Velho Mundo durante a Antiguidade e a Idade Média, globalmente aceite e reconhecida como uma expressão de soberania e majestade. Assim, embora se tenha assistido, durante a Idade Moderna, a um recrudescimento destas práticas, este fenómeno tem de ser inscrito num contexto mais amplo, uma vez que só assim se pode compreender a sua eficácia estrutural, transversal a contextos civilizacionais. Este é, assim, um fenómeno global que se desenvolve na longa duração, em que sucessivos contactos e apropriações culturais entre impérios e entidades políticas geograficamente distantes e civilizacionalmente distintos conduziram a que a posse e a exibição de animais selvagens se tornassem em signos de poder universalmente reconhecidos.

Assim, mesmo na Idade Moderna, o caso português não é único. Na Europa, também as grandes famílias italianas, a corte francesa, a corte imperial centro-europeia, a corte espanhola, e até, mais tarde, a corte inglesa, possuíam *ménageries*, em que a maior ou menor diversidade e a presença de mais ou menos raridades zoológicas exóticas dependia das possibilidades e relações diplomáticas dos seus soberanos. Fora

⁷³⁴ Cockram, "Interspecies understanding: exotic animals and their handlers", 277-296.

da Europa, os impérios Turco e Mogol teriam possivelmente as mais impressionantes e sumptuosas coleções de animais do mundo nos séculos XVI e XVII, utilizando habilmente as suas criaturas em festividades e encenações cortesãs. Neste contexto, a especificidade da corte portuguesa prendia-se com a situação privilegiada e estratégica de que gozava no acesso a estes animais, por via do seu envolvimento pioneiro no processo da Expansão, que permitiu, por um lado, que se assumisse como uma indispensável mediadora na aquisição de animais por outras cortes europeias, e por outro, que desenvolvesse, com base na posse e exibição pública destes animais, estratégias de propaganda política em que comunicava as suas aspirações imperiais, forjando uma identidade e uma reputação próprias, em que monarcas portugueses se equiparavam a Césares romanos.

No caso específico da Coroa portuguesa, assim, a posse e exibição destes animais sinalizavam a apropriação e o domínio imperialista não só de territórios extra-europeus, mas também da própria natureza. Sendo os animais selvagens representantes por excelência de uma natureza indomada e incontrolada, a sua apresentação enquanto criaturas cativas, subjugadas e domesticadas representava, simbolicamente, o controlo e a vitória do soberano sobre as forças do mundo natural perante os seus súbditos. Ao mesmo tempo, demonstrava, evidentemente, as conquistas da monarquia em territórios longínquos, transformando o império numa realidade tangível para as audiências metropolitanas, permitindo-lhes visualizar contextos geográficos e naturais distantes, e associar certos animais a palcos específicos das actividades comerciais, políticas e diplomáticas da Coroa fora da Europa. Os animais, exibidos juntamente com os seus próprios tratadores, também eles provenientes de locais extra-europeus, e rodeados por outros elementos materiais que revelavam as riquezas acessíveis ao monarca, tornavam-se, assim, em testemunhos vivos do império e veículos eficazes de propaganda imperial.⁷³⁵

Por fim, é ainda importante assinalar que estas práticas eram indissociáveis das formas de que se revestiam as relações entre humanos e estes animais, e, por conseguinte, das formas como estes eram percebidos pelos humanos que os

⁷³⁵ Helen Cowie, "Exhibiting Animals. Zoos, menageries and circuses", *The Routledge Companion to Animal-Human History*, eds. Hilda Kean e Philip Howell (Nova York: Routledge, 2019), 299-301.

exibiam e instrumentalizavam. Também estas relações e percepções só podem ser compreendidas no quadro de uma perspectiva global e de longa duração, que procuraremos apresentar no capítulo seguinte. Contudo, os exemplos que apresentámos revelam que a presença física e material de animais selvagens e exóticos permeava a vida na corte portuguesa nos séculos XV e XVI, fazendo-se sentir não só em momentos cerimoniais e performativos, nos quais estes animais, vivos e dominados, representavam um papel político explícito, mas também no próprio quotidiano, através da posse de animais de companhia de pequeno porte, e da utilização – também esta performativa – de produtos e objectos que assumiam a forma destes animais ou que eram manufacturados a partir de partes dos seus corpos transformadas em *commodities*. Estes animais, vivos ou tornados objectos, eram apropriados e instrumentalizados pelos humanos para construírem e comunicarem as suas identidades públicas; por outro lado, não raras vezes impactavam as vidas humanas que tocavam a um nível mais pessoal e até íntimo. Tal como afirma Erica Fudge, esta ubiquidade, e a sua indiscutível relevância, revela o quão inseparável o mundo humano é dos animais – até na sua dimensão socialmente mais elevada, e equivocadamente mais separada, pela cultura e civilização, do mundo natural. E que este mundo “*chamado humano*” sempre foi, na realidade, construído e constituído por inúmeros participantes, nem todos membros da nossa espécie, pelo que ainda que não se lhes atribua subjectividade e capacidade de intervenção consciente e intencional, podemos, ainda assim, reconhecer o seu papel como actores.⁷³⁶

⁷³⁶ Erica Fudge, “Renaissance Animal Things”, *Gorgeous Beasts. Animal Bodies in Historical Perspective*, eds. Joan B. Landes, Paula Young Lee e Paul Younquist (Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2012), 42-44.

4. Discursos sobre animais extra-europeus

Natural history in the Renaissance was an area of study that bore little resemblance to our modern notions of the discipline. Renaissance natural historians had reasons for studying nature and ways of writing about nature that contrast strongly with our own. The Renaissance approach is well worth understanding, since it sheds a great deal of light on Renaissance culture as a whole, but to appreciate it properly we must put aside all preconceptions of what natural history should be and allow ourselves to encounter Renaissance natural history on its own terms.

William B. Ashworth, Jr., "Emblematic natural history of the Renaissance", p. 17.

Como vimos no capítulo anterior, o processo da Expansão e as redes intercontinentais de comércio estabelecidas a partir da segunda metade do século XV e sobretudo no século XVI resultaram num aumento substancial da quantidade e da qualidade de *commodities* raras e maravilhosas que chegavam à Europa. Entre estas, espécies de plantas e, principalmente, como vimos, de animais extra-europeus contavam-se entre as mais impressionantes, destacando-se pelo seu valor representacional e simbólico, que as tornava especialmente susceptíveis de apropriação e instrumentalização pelas elites poderosas no contexto das suas estratégias de propaganda política. Por outro lado, como abordámos na introdução e no primeiro capítulo, as viagens marítimas e o subsequente alargamento do contacto com a natureza extra-europeia teve também profundas consequências na produção e circulação de conhecimento sobre o mundo, que têm sido alvo de intenso interesse e estudo por parte da historiografia.

Neste sentido, internacionalmente, vários autores têm explorado como o contacto com realidades naturais novas e radicalmente diferentes desafiou a autoridade dos textos antigos, bem como as formas tradicionais de os europeus percepcionarem o mundo.⁷³⁷ Para o contexto português, uma vasta tradição historiográfica tem enfatizado o carácter revolucionário do contributo nacional no contexto geral da ciência europeia, chegando mesmo a atribuir-lhe uma ruptura epistemológica com a herança e as práticas

⁷³⁷ Veja-se, por exemplo, Anthony Grafton, *New Worlds, Ancient Texts. The Power of Tradition and the Shock of Discovery* (Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1992).

culturais prévias, e a equipará-lo a uma espécie de primeira revolução científica.⁷³⁸ Neste capítulo, abordaremos algumas informações sobre animais extra-europeus que se podem encontrar em fontes portuguesas dos séculos XV e XVI. No entanto, estas referências não serão analisadas à luz de narrativas de progresso científico focadas nas mudanças operadas na história natural no período moderno, ou até à luz das tensões entre estas mudanças e as múltiplas permanências que também se verificavam, de uma forma geral, em todos os âmbitos culturais neste período. Ao invés, procuraremos compreender as percepções e atitudes em relação ao estudo da natureza e aos animais exóticos que se podem identificar nestas fontes, e como estas reflectem algumas dimensões relevantes das relações passadas entre humanos e animais não humanos e a natureza em geral. Interessa-nos demonstrar, nomeadamente, que a apropriação e instrumentalização política destes animais, que explanámos no capítulo anterior, é indissociável da forma como os mesmos eram compreendidos e do importante papel cultural que desempenhavam para os humanos.

Deste modo, começaremos por traçar uma panorâmica sobre as descrições de animais extra-europeus nas fontes dos séculos XV e XVI associadas à Expansão, explicando a forma como estas reflectem e interagem com o contexto mais amplo dos discursos de história natural deste período. De seguida, deter-nos-emos num elemento essencial relacionado com as percepções sobre estes animais: a persistência de uma visão emblemática sobre o mundo natural no Renascimento, descrita por William B. Ashworth, e da qual as fontes portuguesas deste período são testemunhos elucidativos. A este propósito, importa esclarecer que os livros de emblemas foram um género literário inaugurado com a publicação da obra *Emblemata*, do jurista italiano Andrea Alciati (Augsburgo, 1531), que alcançou grande difusão na Europa nos séculos XVI e XVII. Formalmente, estas obras consistiam em compilações de composições, constituídas por uma imagem com uma epígrafe, acompanhadas por um pequeno texto ou poema explicativo, que encerravam diversos e complexos significados simbólicos, muitas vezes moralizadores.⁷³⁹ Segundo Ashworth, o emblema formal representa não só o expoente

⁷³⁸ Para uma primeira abordagem crítica a esta historiografia, veja-se Onésimo Teotónio de Almeida, “Uma crítica retrospectiva para portugueses”, in *O século dos prodígios. A ciência no Portugal da Expansão* (Lisboa: Quetzal, 2018), 35-80; para um estado da arte da historiografia da ciência imperial portuguesa, veja-se Costa e Leitão, “Portuguese Imperial Science”, 35-53.

⁷³⁹ Sobre este género literário, veja-se John Manning, *The Emblem* (Londres: Reaktion Books, 2002).

máximo da visão emblemática do mundo neste período, mas também uma das criações mais determinantes do Renascimento.⁷⁴⁰ No entanto, a “visão emblemática” a que este autor se reporta não se esgota, de todo, nos livros de emblemas, reportando-se antes a uma cultura muito mais vasta – na qual estes emblemas se inscrevem – caracterizada por uma predisposição para reconhecer e perceber significados implícitos e associações simbólicas no mundo em geral.⁷⁴¹ Esta predisposição era fundamental para a forma como o mundo natural era compreendido e estudado neste período, pelo que vamos utilizá-la como ponto de partida para analisar duas questões específicas que encontramos nas fontes portuguesas, e também nas práticas relacionadas com a apropriação política dos animais exóticos: em primeiro lugar, o papel e a importância destes animais na percepção e na construção da alteridade do mundo extra-europeu; e as interpretações antropomórficas associadas a estes animais. Esta análise focar-se-á particularmente – embora não exclusivamente – no caso específico do elefante, que pela importância primordial que assumiu nos mecanismos de propaganda da Coroa portuguesa, é um animal paradigmático para o estudo destas temáticas, e por ser amplamente discutido nas fontes consultadas permite diversas leituras. Por fim, e com base nas informações apresentadas, dedicaremos um último subcapítulo a uma reflexão sobre um dos temas fundamentais dos recentes estudos sobre animais, nomeadamente a validade de uma posição filosófica e historiográfica que reconheça agência, isto é, capacidade de intervenção, aos animais não humanos.

4.1. Descrições de animais exóticos na literatura de viagens

Ao mesmo tempo que chegavam a Portugal e à Europa os primeiros animais extra-europeus e os seus respectivos subprodutos, a partir de meados do século XV, eram também produzidas narrativas com relatos das viagens e descrições das realidades naturais de que se tomava conhecimento. Estas notícias foram produzidas por autores europeus, alguns dos quais portugueses, e maioritariamente navegadores, no seguimento das suas viagens por outros continentes;⁷⁴² para além de informações de natureza geográfica, etnográfica, militar e comercial, incluíam ainda referências aos

⁷⁴⁰ Ashworth, “Natural history and the emblematic world view”, 10-11.

⁷⁴¹ Lawrence, *Monstrous Assembly*, 22.

⁷⁴² Ver Introdução, pp. 20-23.

animais e plantas que podiam encontrar-se nestes territórios. De uma forma geral, estes textos são extremamente descritivos, contendo relatos bastante detalhados sobre o progresso das próprias viagens e os contactos iniciais com as regiões pelas quais os autores passavam ou onde se detinham. No que diz respeito à geografia, são constantes as referências à morfologia dos territórios, à sua aridez ou, pelo, contrário, à densidade da vegetação, bem como às correntes e marés, à existência ou não de fontes de água doce, e aos rios e às suas características. Outro tipo de informação bastante frequente diz respeito aos produtos alimentares para consumo que se podiam encontrar em cada território.

Estas fontes são também ricas em descrições sobre as populações locais, nomeadamente em relação aos seus hábitos e costumes, ficando patente, na generalidade dos textos, a abertura ou hostilidade destas populações aos contactos com europeus. No fundo, a grande maioria das informações consiste em questões práticas, que facilitasse, em viagens posteriores, uma correcta identificação dos territórios e das populações, para que as tripulações se preparassem e agissem de acordo com as realidades que iriam encontrar. Para além disso, uma vez que as viagens tinham um intuito marcadamente económico ou mercantil, as referências à captura de africanos escravizados, à caça de lobos-marinheiros, à procura e à existência de ouro em determinadas regiões, e a produtos comerciáveis são muito frequentes na totalidade dos textos, chegando mesmo, por vezes, a mencionar-se os preços pelos quais eram comprados, e os preços que poderiam atingir na Europa.

Tal como defende Joan-Pau Rubiés, a importância dos textos de viagens da primeira metade do século XVI não se prende apenas com o facto de terem disponibilizado aos europeus descrições informadas sobre os territórios e populações extra-europeus, mas também com o seu papel fundamental na estruturação deste género em torno dos interesses práticos de mercadores, militares e oficiais da Coroa. Para Rubiés, a *Suma Oriental* de Tomé Pires e o *Livro* de Duarte Barbosa são bastante representativos neste aspecto, superando, pela riqueza da informação que contêm e pelo seu carácter sistemático, relações do século XV, tais como a de Diogo Gomes de

Sintra, Cadamosto, Álvaro Velho, ou Pero Vaz de Caminha.⁷⁴³ No entanto, estas últimas, embora menos exaustivas, partilham com aquelas obras o pendor marcadamente prático e o comprometimento com os interesses daquilo a que este autor chama de um “imperialismo comercial”.

A este propósito, é de mencionar a posição de Jorge Cañizares-Esguerra, de que os ibéricos terão sido os primeiros a criar uma cultura de compilação de conhecimento empírico, experimental e utilitário em larga escala que não dependia dos clássicos e dos eruditos, mas de mercadores, empreendedores e burocratas.⁷⁴⁴ Contudo, para além de esta reflexão se ter baseado principalmente em fontes espanholas, deixando de fora os textos portugueses (ou associados a viagens patrocinadas por portugueses),⁷⁴⁵ uma leitura tão taxativa destes contributos ofusca alguns dos seus aspectos essenciais e da sua complexidade. A partir dos finais do século XV, o modelo de investigação da natureza desenvolvido pelos estudiosos da história natural⁷⁴⁶ envolvia uma série de práticas fortemente alicerçadas no empirismo, que incluíam, entre outras questões, a identificação de plantas e animais, a recolha dos mesmos (ou de partes dos mesmos), e a descrição das suas características físicas, locais de origem, propriedades medicinais, e ainda, no caso dos animais, dos seus comportamentos.⁷⁴⁷ Mas a história natural deste período caracterizava-se também por uma profunda e permanente interacção com os textos clássicos, cujas afirmações eram constantemente comparadas com o que os naturalistas modernos observavam, e ainda que muitas das convicções antigas tenham sido empiricamente refutadas, muitos dos autores clássicos que as defendiam – Aristóteles, acima de todos – continuaram a ser considerados autoridades bem até ao século XVIII.⁷⁴⁸

⁷⁴³ Joan-Pau Rubiés, *Travel and Ethnology in the Renaissance. South India through European eyes, 1250-1625* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004), 2-3.

⁷⁴⁴ Cañizares-Esguerra, “Iberian Colonial Science in the Renaissance”, 86.

⁷⁴⁵ Costa, “Secrecy, Ostentation and the Illustration of Exotic Animals”, 60.

⁷⁴⁶ “História natural” era o termo utilizado na Idade Moderna para designar o estudo de plantas e animais; por vezes, os historiadores e historiadores da ciência utilizam, por conveniência, os termos “botânica” e “zoologia”, mas para o período em estudo, estes são conceitos anacrónicos – Mackenzie, “French Early Modern Sea-Monsters”, 342, nota 5. Para uma panorâmica geral sobre o desenvolvimento e as principais características da história natural na Idade Moderna com especial enfoque nos séculos XVI e XVII, veja-se Paula Findlen, “Natural history”, in *The Cambridge History of Science*, vol. III, *Early Modern Science*, eds. Katharine Park e Lorraine Daston (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), 435-468.

⁷⁴⁷ Brian W. Ogilvie, “Visions of ancient natural history”, in *Worlds of Natural History*, 22.

⁷⁴⁸ Ogilvie, “Visions of ancient natural history”, 19-20.

Os textos de viagens dos séculos XV e XVI relacionados com os processos ibéricos de expansão não são, neste aspecto, uma excepção: verifica-se efectivamente, nestas fontes, uma ênfase muito particular na experiência sensorial, sobretudo na observação, invocada pela generalidade dos autores para legitimar todas as suas afirmações. Esta preocupação pode, de facto, considerar-se precoce e de certa forma precursora, tendo, sem dúvida, sido instrumental para o desenvolvimento dos fundamentos empíricos que acabariam por se afirmar como centrais para as epistemologias da primeira modernidade. No entanto, há igualmente uma negociação constante entre estes novos dados apreendidos através da experiência e a herança antiga e medieval, que é indissociável da própria natureza dos processos de construção de conhecimento, invariavelmente alicerçados – na Idade Moderna como hoje, aliás⁷⁴⁹ – na referência a ideias, textos e autores que se reconhecem, no momento específico da produção de um dado contributo, como autoridades a ter em consideração.⁷⁵⁰

Para além disso, é importante referir que no século XVI a história natural era uma área do conhecimento verdadeiramente enciclopédica, em que muitos participavam de forma activa e com contributos bastante diferenciados, desde eruditos e filósofos, a viajantes, boticários, oficiais das Coroas, príncipes e membros das famílias reais e ainda artistas, podendo considerar-se um empreendimento colectivo socialmente vasto, e com motivações e implicações intelectuais, económicas e políticas, mas que nesta altura ainda não constituía uma disciplina unificada.⁷⁵¹ Assim, o facto de mercadores, navegadores e oficiais terem desempenhado um papel fundamental na produção de conhecimento sobre o mundo natural, ao escreverem descrições sobre as suas viagens e os territórios por onde passavam marcadas por preocupações e agendas práticas e utilitárias, inscreve-se também neste contexto amplo, devendo ser lido à luz desta grande diversidade social que caracterizava a história natural do Renascimento, mais do

⁷⁴⁹ Para uma problematização crítica sobre as práticas e os discursos científicos contemporâneos e a sua pretensa objectividade, racionalidade e especialização, vejam-se as obras de referência do filósofo da ciência Bruno Latour, *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987) e *We Have Never Been Modern* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993).

⁷⁵⁰ Mackenzie, “French Early Modern Sea-Monsters”, 338-340.

⁷⁵¹ Findlen, “Natural history”, 435-436. Esta perspectiva sobre o carácter multifacetado da produção de conhecimento sobre o mundo natural no início da Idade Moderna, e em particular, sobre o contributo das representações artísticas e do consumo de *commodities* globais neste contexto é explorada no volume colectivo *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*.

que como uma particularidade dos contextos ibéricos. Por outro lado, e como sustenta Joan-Pau Rubiés, convém não descurar algumas dimensões que são fundamentais aos processos de apreensão e construção do conhecimento, e que podem, de facto, estar relacionadas com esta categorização sociológica dos autores, mas que a ultrapassam, permitindo evitar generalizações e reconhecer a complexidade das fontes. Assim, interessa, por exemplo, procurar discernir a tradição em que os autores das descrições terão sido educados e os modelos retóricos e informações que demonstrem conhecer; as estratégias sociais e interesses políticos em que participavam, em especial no contexto específico da produção do texto em análise; e ainda a própria experiência, neste caso do mundo e da natureza extra-europeia, que terá sido vivenciada e que terá estado na base da produção do texto.⁷⁵²

Deste modo, no que aos animais diz respeito, um dos aspectos essenciais que as referências nestas fontes revelam é que se, como vimos, a presença de animais exóticos na Europa era uma realidade muito anterior aos séculos XV e XVI, também o conhecimento produzido por europeus sobre estes animais pode recuar-se a períodos anteriores. Na realidade, em geral, os autores consultados demonstram já deter um conhecimento prévio sobre a maior parte dos animais que descreviam, não obstante o facto de, na sua maioria, não se poderem considerar propriamente eruditos ou estudiosos da história natural. Segundo Palmira Fontes da Costa, entre os autores portugueses deste período, apenas Garcia de Orta e Cristóvão da Costa podem ser considerados “naturalistas” num sentido tradicional. Sobre o conceito de “naturalista”, que no século XVI seria antes designado por termos como *studiosus rei botanicae* ou *studiosus rerum naturae* (literalmente, alguém que se dedicava à botânica ou à natureza), e que não correspondia a um ofício ou uma profissão, veja-se a definição de Brian W. Ogilvie. Segundo este autor, para ser um verdadeiro naturalista, um estudioso da natureza tinha que ser um erudito familiarizado com os autores clássicos, participar nas redes convencionais de correspondência e troca de informação e espécimes, ler e escrever em latim, e dominar as técnicas e os preceitos aceites e seguidos pelos outros membros da comunidade de naturalistas. Para Ogilvie, nesta acepção bastante restrita, nem todos os que participavam e contribuíam activamente para a história natural

⁷⁵² Rubiés, *Travel and Ethnology in the Renaissance*, xiv.

podiam ser considerados verdadeiros naturalistas, e mesmo Garcia de Orta e Cristóvão da Costa não têm lugar na sua definição, uma vez que não eram participantes activos nas densas redes de correspondência do centro e norte da Europa que considera um elemento fundamental desta categoria. Para além disso, embora conhecessem os autores clássicos e dominassem o latim, como aliás veremos adiante, produziram as suas obras em vernáculo, tendo estas ficado acessíveis à comunidade internacional de naturalistas apenas através da tradução de Clusius. Apesar de não partir explicitamente da definição de Ogilvie, a arqueologia traçada por Florike Egmond às intervenções de Clusius sobre o texto original de Orta é bastante útil para se perceber os diversos formalismos e características associadas ao género específico dos tratados de história natural do Renascimento, e que contribuem para a exclusão de Orta, Costa e outros autores ibéricos da categoria estrita de “naturalista”. Contudo, importa salientar que, para o nosso propósito, estas obras – tal como os vários relatos e relações dos séculos XV e XVI – interessam enquanto contributos de valor incontestável para o conhecimento sobre o mundo natural, principalmente por serem representativas de aspectos fundamentais da forma como os animais e a natureza extra-europeia eram percebidos neste período. Não nos deteremos, assim, neste tipo de categorizações e definições, e preferimos a leitura mais ampla de Paula Findlen, já citada, sobre o carácter social e intelectualmente vasto e diversificado da história natural no início da Idade Moderna. Para além disso, no que diz respeito às relações entre humanos e animais, por exemplo, e para uma perspectiva mais filosófica sobre as noções de humanidade/animalidade no Renascimento, os tratados de história natural clássicos e formais são insuficientes. O facto de, como veremos no próximo sub-capítulo, um autor como Damião de Góis, que era um humanista e um erudito, mas que nunca categorizaríamos como um naturalista (à semelhança, aliás, de outros humanistas, como Montaigne), ter produzido excertos tão elucidativos das visões do seu tempo sobre o mundo natural – e por isso também tão relevantes sob um ponto de vista da história do conhecimento – claramente suporta uma postura abrangente como a de Findlen, em detrimento de outras, mais rígidas e formalistas.⁷⁵³

⁷⁵³ Sobre esta questão, veja-se Costa, “Secrecy, Ostentation and the Illustration of Exotic Animals”, 60; Brian W. Ogilvie, *The Science of Describing. Natural History in Renaissance Europe* (Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2006), 54-58; Florike Egmond, “Figuring Exotic Nature in Sixteenth-Century

Neste período, o conhecimento sobre animais extra-europeus era fundado em autores antigos como Aristóteles, Plínio ou Eliano, cujas obras eram bastante diversas entre si, não partilhando de uma mesma tradição literária: se na sistemática *Historia Animalium* de Aristóteles (séc. IV a.C.), se podia encontrar informações sobre a classificação de animais, a sua reprodução (ou *geração*), anatomia e locomoção, a enciclopédica *Naturalis Historia* de Plínio (séc. I d.C.) constitui uma síntese de todo o conhecimento sobre o mundo natural existente no seu tempo, com base sobretudo em fontes gregas, algumas das quais, por sua vez, já eram releituras de fontes persas. Já *De Natura Animalium* de Eliano (séc. II-III d.C.) consiste numa colecção de histórias curiosas, algumas das quais moralizadoras, sendo uma das principais fontes clássicas dos bestiários medievais. São ainda de referir tratados sobre substâncias medicinais, de entre os quais *De Materia Medica* de Dioscórides era o mais importante, contendo diversas descrições de plantas e minerais, e também de animais, que podiam ser processados e utilizados para fins medicinais. Para além destas, outras obras antigas que tivessem referências à natureza podiam ser utilizadas como fonte de informação, sendo a Bíblia uma das mais relevantes.⁷⁵⁴ Por outro lado, pode ainda identificar-se entre alguns autores a influência de textos medievais, como as *Etymologiae* de Sto Isidoro de Sevilha, os bestiários, ou ainda textos de viagens, entre as quais as obras de Marco Polo ou Mandeville desempenhavam papéis especialmente importantes, em particular no que respeita a visão europeia sobre a Ásia.

Na maioria dos primeiros textos, ainda do século XV, de uma forma geral as descrições mais detalhadas sobre a natureza extra-europeia, e sobretudo sobre a fauna, resumem-se a alguns apontamentos dispersos. Ao descreverem novas espécies, a maior parte dos autores remetia para exemplos que conhecesse, comparando-as muitas vezes a espécies europeias. A herança clássica e medieval encontra-se quase sempre presente nos textos, na medida em que os antigos conhecimentos são constantemente, ora corrigidos ou refutados de todo, ora confirmados, ora acrescentados com dados inéditos

Europe: Garcia de Orta and Carolus Clusius”, in *Medicine, Trade and Empire. Garcia de Orta’s Colloquies on the Simples and Drugs of India (1563) in Context*, ed. Palmira Fontes da Costa (Londres e Nova York: Routledge, 2015), 167-193.

⁷⁵⁴ Ogilvie, “Visions of ancient natural history”, 22-23.

resultantes da observação.⁷⁵⁵ Todos os textos são pontuados por referências aos animais que se podiam observar em cada contexto geográfico, podendo encontrar-se em quase todas as páginas ora breves menções aos vários tipos de aves, felinos e peixes que os navegadores encontravam, ora mais longas e pormenorizadas descrições sobre algumas espécies que os autores consideravam particularmente interessantes ou curiosas.

Um dos animais que surge descrito nestas fontes, e que simultaneamente desempenhou um papel muito importante, como vimos anteriormente, na construção da imagem política de D. João II, é o pelicano. Tanto Diogo Gomes de Sintra, na sua relação, como Münzer, na parte do seu texto dedicada a Portugal, escreveram sobre estas aves, afirmando o primeiro que “não são (...) como os pintores as pintam, mas têm o bico largo e papo grande”,⁷⁵⁶ e Münzer que é “menor do que o cisne e maior do que o ganso” e o seu bico tem uma grande bolsa, sendo todas as suas penas cinzentas.⁷⁵⁷ Relativamente a estas breves referências, note-se que enquanto o erudito Münzer, tal como Plínio,⁷⁵⁸ comparava o pelicano ao cisne, Diogo Gomes reportava-se claramente à iconografia medieval cristã do pelicano eucarístico, em que esta ave surge representada a bicar o próprio peito para alimentar as crias. Esta iconografia remete para uma percepção simbólica do pelicano, que alegoricamente se sacrifica, à semelhança de Cristo, salvando as crias com o seu sangue, e é uma imagem recorrente nos bestiários medievais (**Figura 4.1**). É de referir que embora Diogo Gomes de Sintra tenha reconhecido, em meados do século XV, que esta imagem do pelicano não correspondia à realidade, ela vai persistir durante todo o século seguinte, tal como se pode verificar na representação da jóia utilizada pela rainha Isabel I de Inglaterra, no retrato da autoria de Nicholas Hilliard (ver p. 177).

⁷⁵⁵ Brito, *New Science from Old News*, 25; Paulo Lopes, “O animal na literatura: dos bestiários aos livros de viagens”, in *Animais e Companhia na História de Portugal*, 423.

⁷⁵⁶ Sintra, “Descobrimento primeiro da Guiné”, 44.

⁷⁵⁷ Münzer, *Viaje por España y Portugal*, 175.

⁷⁵⁸ Pliny, *Natural History*, liv. X, cap. 66.



Figura 4.1 – Pelicano eucarístico, em auto-vulneração (“the Pelican in her piety”). França, c. 1450. Iluminura. Haia, Museum Meermanno, manuscrito MMW, 10 B 25, fl. 32.

Outro dos animais que parece ter suscitado grande interesse entre os autores das primeiras relações de viagens pela costa ocidental africana são as cobras, nomeadamente as cobras de grandes dimensões, capazes, tal como referiam Münzer e Cadamosto, de engolir homens ou cabras inteiras sem as despedaçarem.⁷⁵⁹ Também a propósito destes animais, os autores remetiam para as informações prévias de que dispunham, ainda que com atitudes variáveis: Cadamosto, por exemplo, afirmava não existirem “serpentes dessas que têm asas e patas”, reportando-se aos míticos dragões, que declarava, assim, não existirem por não corresponderem à imagem das enormes serpentes que havia observado; por seu turno, Münzer – versado nos autores clássicos e não escrevendo sobre a sua própria experiência, mas com base em testemunhos que considerava credíveis, alguns deles certamente presenciais – afirmava que as serpentes lutavam com os elefantes, aludindo à lendária inimizade entre estes animais. Em relação à indistinção entre serpentes e dragões e à referência ao ódio entre estes e os elefantes, estas eram ideias recorrentes tanto na Antiguidade como na Idade Média, sendo mencionadas tanto pelos clássicos Plínio e Eliano, como por Sto. Isidoro de Sevilha, afirmando este último explicitamente que “o dragão é a maior de todas as serpentes”.⁷⁶⁰

⁷⁵⁹ *Viagens dos Descobrimentos*, 108; Münzer, *Viaje por España y Portugal*, 165-167.

⁷⁶⁰ Pliny, *Natural History*, liv. VIII, cap. 11; Isidore of Seville, *The Etymologies*, liv. 12, cap. iv; Druce, “The Elephant in Medieval Legend and Art”.

Já no que respeita à iconografia, é de referir que para além da já mencionada imagem típica do elefante indiano de guerra, a outra representação mais comum do elefante nos bestiários medievais mostra este animal a ser atacado por uma enorme cobra, remetendo para o mítico ódio entre estas criaturas (**Figura 4.2**).



Figura 4.2 – Representação de um dragão a atacar um elefante. Inglaterra, c. 1230-1240. Iluminura. Londres, British Library, *Harley Bestiary* (Harley MS 4751), fl. 58v.

Nesta sequência, o elefante foi outro dos animais que terá causado grande admiração entre as tripulações destas viagens, dedicando-lhe Cadamosto uma extensa e pormenorizada descrição. O autor começa por mencionar que, ao contrário do que soube suceder noutras partes do mundo, em que se domesticavam elefantes, os elefantes africanos eram selvagens e agrupavam-se em bandos, tal como os porcos. Depois, afirmava não fazer qualquer menção em relação à sua estatura, uma vez que, nas suas palavras, “creio que todos devem saber que é um animal enorme, de grande corpo e de pernas curtas, e o seu tamanho concebe-se pelos dentes de marfim que vêm para estas nossas partes”.⁷⁶¹

Estas referências demonstram, de forma bastante sugestiva, a relativa familiaridade que o autor esperava já existir entre o seu público europeu e este animal, e revelam também, ainda que indirectamente, a que fontes de informação o autor atribuía esta familiaridade. Por um lado, as notícias sobre elefantes domesticados que

⁷⁶¹ Viagens dos Descobrimentos, 109.

chegavam à Europa e os textos clássicos e medievais que dissertavam longamente sobre estes animais e as suas capacidades intelectuais eram reconhecidos como fontes essenciais do conhecimento estabelecido sobre os elefantes, mas contrastavam de forma cabal com o comportamento dos animais silvestres que o veneziano observava em habitat natural nos contextos africanos. O contraste verificado não é, contudo, interpretado como uma falha nas fontes nem conduz à sua descridibilização, sendo, pelo contrário, atribuído a uma diferença intrínseca entre elefantes asiáticos e elefantes africanos. Por outro lado, é de notar que o próprio consumo de objectos de marfim é encarado por Cadamosto como uma fonte de informação importante e autêntica sobre o animal, nomeadamente no que diz respeito à sua fisicalidade: à semelhança do acontecia com algumas outras partes de animais ou produtos de origem animal que circulavam comercialmente, perante a ausência do animal completo, os dentes de marfim funcionavam como significadores metonímicos da criatura de que derivavam, permitindo a quem os visse conceber intelectualmente, e de forma eficaz, o seu enorme tamanho. É importante referir que esta assunção de Cadamosto devia-se, em larga medida, ao facto de representações iconográficas mais ou menos precisas do elefante serem relativamente comuns e circularem amplamente aquando da produção do seu relato. No entanto, muitas outras partes de animais e produtos de origem animal que circulavam como *commodities*, ainda que por vezes representassem os animais dos quais provinham, remetendo para ideias construídas e aceites sobre os mesmos, não comunicavam qualquer tipo de informação concreta sobre a sua forma e natureza, sendo disso exemplo os chifres de narval, que se pensava serem de unicórnio, as carcaças preservadas e manipuladas de aves do paraíso, às quais eram retiradas as patas, ou até os próprios papos de almíscar e os bezoares, estes extremamente procurados e apreciados, mas que não representavam nem remetiam sequer, necessariamente, para os animais em si.⁷⁶²

Prosseguindo a sua descrição, no entanto, Cadamosto revela que também circulavam informações erradas sobre o elefante e procede à sua correcção, referindo que, ao contrário do que “tinha ouvido dizer” anteriormente, “os elefantes têm joelhos,

⁷⁶² Lawrence, *Monstrous Assembly*, 104.

e dobram as pernas a andar, como qualquer animal”.⁷⁶³ Esta referência remete para uma ideia popular veiculada nos bestiários medievais, mas não sustentada por nenhuma das principais autoridades clássicas, de que os elefantes não possuíam articulações nas patas, e que por isso dormiam de pé. Tal como afirmou George C. Druce, não é claro de onde proveio esta ideia, uma vez que tanto Aristóteles como Plínio se reportavam à capacidade de genuflexão dos elefantes, e embora Eliano referisse que este animal dormia numa posição erecta porque poderia ser difícil levantar-se, não parece mencionar a ausência de articulações; por outro lado, também entre autores medievais houve quem refutasse esta noção, sendo de referir Albertus Magnus (1193-1280), que no seu *De Animalibus* afirmava que ao contrário do que julgavam os ignorantes, os elefantes tinham articulações nas patas.⁷⁶⁴ Em todo o caso, aqui, como na restante descrição, Cadamosto parece desconhecer os autores clássicos, baseando-se antes num conhecimento mais ou menos informal que poderia circular sobre os animais, e que não dependia em exclusivo da cultura escrita, pelo menos de forma directa, o que é, aliás, sugerido pelas expressões “segundo soube” e “tinha ouvido dizer”. O autor refere ainda que as suas presas “nunca lhes caem, a não ser por morte”, contrariando a ideia de Plínio, que também deveria circular amplamente, de que os elefantes enterrariam as suas presas no solo quando estas lhes caíam “por acidente ou por velhice”.⁷⁶⁵ Salientando que o elefante é um animal dócil, que não ataca o homem a menos que seja atacado, Cadamosto descreve, por fim, a forma como utiliza a tromba para se defender e se alimentar.

No que diz respeito às fontes portuguesas do século XVI sobre a Ásia, os primeiros autores que escreveram sobre os elefantes deste continente já não se detiveram tanto nas suas características físicas, privilegiando outro tipo de informações, o que provavelmente dá conta de uma normalização do animal, condizente com a chegada de vários elefantes a Lisboa logo nos primeiros anos de Quinhentos (ver terceiro capítulo). Antes disso, na narrativa de Álvaro Velho da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia encontra-se descrita a forma como os elefantes eram capturados e domesticados na Índia. Segundo este autor, recorria-se a uma fêmea já domesticada

⁷⁶³ *Viagens dos Descobrimentos*, 110.

⁷⁶⁴ Druce, “The Elephant in Medieval Legend and Art”, 26-27.

⁷⁶⁵ Pliny, *Natural History*, liv. VIII, cap. 4.

para atrair elefantes machos selvagens a uma armadilha, onde ficariam presos; os animais seriam, então, primeiro, privados de comida, e depois, pouco a pouco, alimentados até os domesticarem.⁷⁶⁶ Garcia de Orta, nos seus *Colóquios dos Simples*, descreveu o mesmo método de captura e domesticação dos elefantes, acrescentando que para além de os esfomearem, os tratadores batiam-lhes violentamente, para depois os mimarem, e só assim o animal ficaria amansado.⁷⁶⁷

Ainda sobre os elefantes indianos, tanto Álvaro Velho como Duarte Barbosa – bem como, posteriormente, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa⁷⁶⁸ – descreveram como eram usados na guerra, referindo que se construía uma espécie de guarita que se montava no dorso do elefante, e que levava três ou quatro homens armados, para além do próprio elefante, que também ia armado.⁷⁶⁹ Estas referências remetem para iconografia tradicional do elefante de guerra, amplamente difundida, como vimos anteriormente, nos bestiários medievais (**Figura 4.3**) e reportada por autores como Isidoro de Sevilha ou Marco Polo,⁷⁷⁰ mas também para as principais fontes clássicas: tanto Aristóteles como Plínio e Eliano mencionam o uso de elefantes de guerra pelos monarcas indianos,⁷⁷¹ e a Bíblia foi outra das fontes antigas que terá contribuído de forma significativa para a fixação e disseminação da ideia da utilização militar deste animal, que surge referida no Antigo Testamento (I Macabeus).⁷⁷²

⁷⁶⁶ *Viagens dos Descobrimentos*, 219-220.

⁷⁶⁷ Segundo o Conde de Ficalho, à data da sua edição dos *Colóquios*, no final do século XIX, este ainda era o método utilizado na Índia para a captura e domesticação de elefantes, e Thomas R. Trautmann, na sua obra sobre os elefantes e a monarquia na Índia, salienta a estabilidade deste método de captura e domesticação, do qual já existem registos pelo menos desde o início do I milénio d.C. (vd. Orta. *Colóquios dos Simples*, vol. I, 321; Trautmann, *Elephants & Kings*, 178).

⁷⁶⁸ Sobre as extensas descrições do elefante por Garcia de Orta e Cristóvão da Costa, veja-se o Capítulo 4.

⁷⁶⁹ *Viagens dos Descobrimentos*, 219; Barbosa, *Livro que viu e ouviu no Oriente*, 38.

⁷⁷⁰ Isidore of Seville, *The Etymologies*, liv. 9, cap. iii, 40 (menção aos elefantes de Haníbal); liv. 12, cap. ii, 14 (utilização de elefantes por Pirro de Epiro contra os romanos, e também por persas e indianos, aludindo às torres de madeira). *O Livro de Marco Paulo ... Conforme a impressão de Valentim Fernandes*, fls. 72v-73 (utilização de elefantes de guerra nas ilhas de Zanzibar).

⁷⁷¹ Aristotle, *The History of Animals*, liv. IX, parte 1; Pliny, *Natural History*, liv. VIII, cap. 9; Eliano, *De Natura Animalium*, liv. XIII, cap. 9 e liv. XVII, cap. 29, citado em Druce, “The Elephant in Medieval Legend and Art”, 25.

⁷⁷² Druce, “The Elephant in Medieval Legend and Art”, 25.



Figura 4.3 – Guerreiros indianos montam um elefante de guerra. Inglaterra, século XIII. Iluminura. Oxford, Bodleian Library, *The Ashmole Bestiary* (MS. Ashmole 1511), fl. 15v.

Também nas fontes do século XVI as cobras tornam a ser mencionadas. Duarte Barbosa, por exemplo, tendo escrito entre 1511 e 1516, para além de mencionar elefantes e produtos de origem animal comercialmente atractivos que se podiam encontrar na Ásia, como almíscar, pedras bezoar, âmbar e pérolas, refere a existência de cobras da Índia que tinham asas e voavam, e que seriam tão venenosas que só o seu bafo e a sua visão podiam matar qualquer pessoa que delas se aproximasse.⁷⁷³ Identicamente, e pela mesma altura, o boticário Tomé Pires escrevia, na *Suma Oriental*, sobre a existência das mortíferas “cobras de bafo”, ainda que ressaltasse que nunca havia conhecido um homem que as tivesse visto; e descrevia ainda as “cobras de capello”, cujo veneno matava qualquer pessoa que fosse mordida.⁷⁷⁴ E também nos primeiros anos do século XVI, Duarte Pacheco Pereira referia a existência de enormes cobras que chegavam a ter “um quarto de légua”, e grossura, olhos, boca e dentes de grandeza proporcional, mas cuja matéria era tão mole que se desfaziam quando entravam no mar, afirmando ainda reconhecer o quão inacreditável era esta informação

⁷⁷³ Barbosa, *Livro que viu e ouviu no Oriente*, 64-65.

⁷⁷⁴ Pires, *The Suma Oriental*, vol. I, 72-73.

para quem não tivesse “a prática destas coisas” como tinham os navegadores portugueses.⁷⁷⁵

Duarte Pacheco Pereira, tal como, antes de si, Münzer e Cadamosto, descreveu ainda o híbrido hipopótamo, caracterizando-o os três autores como um monstro semelhante a um cavalo.⁷⁷⁶ Na *História Natural*, Plínio incluiu uma breve menção ao hipopótamo, afirmando que um destes animais havia sido exibido em Roma, e que tinha cascos como os dos bois, sendo, no corpo semelhante ao cavalo, e tendo presas como as do javali.⁷⁷⁷ Não obstante, tanto Pacheco Pereira como Münzer, que noutras passagens revelam conhecer bem os clássicos, apresentam caracterizações bastante semelhantes, mas designam o animal, respectivamente, como “cavalo marinho” e “monstro marinho;” já Cadamosto refere-se-lhe como “peixe-cavalo”. Todos os autores salientam que este animal tanto se podia encontrar na água como em terra, cruzando assim elementos naturais, ambiguidade que, sem dúvida, contribuiria para a percepção da sua monstruosidade.⁷⁷⁸

A ausência de hipopótamos da iconografia europeia deste período e de épocas anteriores terá contribuído para que os humanistas que conheciam a obra de Plínio não tenham identificado o animal como o hipopótamo descrito pelo autor clássico. Por outro lado, e também por via deste desconhecimento visual, todas as descrições pautam-se pela analogia de cada parte do corpo do hipopótamo com a de outro animal europeu conhecido, o que constitui um recurso comum neste período para a apreensão e comunicação de realidades diferentes e desconhecidas. O mesmo recurso comparativo foi, aliás, utilizado por Gaspar Correia, ao produzir uma das primeiras descrições europeias conhecidas deste período de um rinoceronte indiano, incluída nas *Lendas da Índia*, num capítulo relativo a acontecimentos de Novembro de 1513. Segundo Correia, o rinoceronte era uma “alimária mansa”, de corpo baixo e um pouco comprido, com patas de elefante e cabeça de porco, com os olhos juntos ao focinho, na extremidade do qual exibia um corno “grosso e curto, e delgado na ponta”.⁷⁷⁹ Da mesma forma, na

⁷⁷⁵ Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Liv. I, cap. 27.

⁷⁷⁶ Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Liv. I, cap. 29; *Viagens dos Descobrimentos*, 70 e 130.

⁷⁷⁷ Pliny, *Natural History*, liv. VIII, caps. 39 e 40.

⁷⁷⁸ Lawrence, *Monstrous Assembly*, 166.

⁷⁷⁹ Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, 374.

primeira descrição europeia do marsupial *philander mondolfii*, em cerca de 1536-1538, António Galvão comparava-o a um furão, mas um pouco maior.⁷⁸⁰

Para além deste marsupial, António Galvão descreveu ainda gatos de algália, símios, serpentes extremamente compridas, crocodilos e vários tipos de aves e peixes; e mencionou ainda ter tido conhecimento, através de relatos, de que na costa de Melinde existiriam peixes com forma e genitais de mulher e que em Deli existiria um portão feito com o olho de um peixe, tão grande que um elefante podia passar por ele; e que ele próprio havia observado conchas tão grandes que podiam ser usadas como fontes baptismais.⁷⁸¹ À semelhança de Galvão, Duarte Barbosa referia ter ouvido falar da existência de unicórnios na Índia, escrevendo mesmo sobre como deveria ser o verdadeiro corno de unicórnio – “feito em cochaduras” (isto é, torcido), como o do narval, a imagem clássica do corno deste animal mítico.⁷⁸² Quanto a Duarte Pacheco Pereira, para além das cobras que se desfaziam em contacto com a água, narrou a forma como homens com rosto, dentes e rabos de cães, que habitavam a África ocidental, trocavam ouro por mercadorias e homens escravizados sem nunca se mostrarem;⁷⁸³ e o piloto anónimo que, no século XVI, relatou as suas viagens à costa de África e a São Tomé, discorreu longamente sobre as górgonas, antropoides lendários de grandes dimensões e cobertos de pelo, já anteriormente descritos por Plínio.⁷⁸⁴

Muitos mais exemplos poderiam ser dados, mas esta breve incursão por algumas descrições e referências a animais exóticos presentes nestas fontes permite-nos apontar alguns traços estruturais. É de referir, por um lado, a novidade de algumas destas descrições, bem como o facto de algumas delas se basearem na observação em primeira mão, por parte dos autores, alguns dos quais demonstravam mesmo reconhecer a importância e o valor da experiência no encontro e na descrição da natureza. Neste aspecto, Duarte Pacheco Pereira é um dos exemplos por excelência, tendo produzido detalhadas descrições geográficas, e desconstruído concepções antigas como a ideia de um oceano Índico fechado, ou o carácter inabitável das regiões a sul do Equador devido

⁷⁸⁰ Costa, “Secrecy, Ostentation and the Illustration of Exotic Animals”, 62.

⁷⁸¹ António Galvão, *A Treatise on the Moluccas*, ed. e trad. M. Jacobs (Roma: Jesuit Historical Society, 1971), 61-69, citado em Costa, “Secrecy, Ostentation and the Illustration of Exotic Animals”, 62-63

⁷⁸² Barbosa, *Livro que viu e ouviu no Oriente*, 72.

⁷⁸³ Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Liv. I, cap. 29.

⁷⁸⁴ *Viagens de um piloto português do século XVI*, 63-79.

ao calor, e cunhado a célebre expressão “a experiência é a madre de todas as coisas”, que se tornou emblemática dos discursos historiográficos portugueses sobre as alterações epistemológicas motivadas pela expansão. Por outro lado, é também importante salientar que o recurso intelectual a conhecimentos previamente adquiridos e apreendidos, seja através da evocação de autores e textos antigos e medievais ou de dados e noções que circulavam de forma mais ou menos informal, seja através de comparações com exemplos familiares, é absolutamente constante e transversal à generalidade das descrições. Por fim, os relatos sobre a existência de criaturas estranhas, ambíguas e monstruosas permeiam grande parte destas fontes.

É comum a identificação destas características gerais, no seu conjunto, redundar numa caracterização deste período como uma “fase intermédia no desenvolvimento da história da ciência”, já não inteiramente medieval, mas ainda não completamente moderna. Tal interpretação decorre, em parte, como sustenta o historiador Philippe Gardon a propósito dos naturalistas franceses do século XVI Pierre Belon (1517-1564) e Guillaume Rondelet (1507-1566), com o nosso próprio desejo de ver os contributos renascentistas para a história natural como precursores de uma abordagem moderna, objectiva e racional da natureza, cada vez mais despida de antropomorfismos e depurada de mitos baseados em testemunhos indirectos e nas tradições medievais. Esta perspectiva teleológica, centrada numa ideia de progresso em direcção à modernidade, tem sido amplamente questionada nas últimas décadas e decorre de uma tendência, nem sempre inteiramente assumida, da história da ciência para comemorar feitos, características e perspectivas que aproximem os contributos dos autores das épocas estudadas às modernas noções de ciência e de conhecimento e às suas práticas. Assim, o empirismo, a recolha de informação por via da observação, a inclusão de ilustrações naturalistas, a realização de investigações anatómicas, são características invariavelmente celebradas nas obras de Conrad Gesner (1516-1565), Ulisse Aldrovandi (1522-1605), Belon e Rondelet. Por oposição, elementos que não tenham qualquer tipo de paralelo na Biologia moderna e aproximem estes contributos das noções, práticas e formas textuais do passado são, não raras vezes, escarnecidos, e as epistemologias medievais reduzidas a meras fantasias e encaradas, de forma generalizada, como crédulas e dadas a superstições. No entanto, analisar os discursos de história natural

deste período nos seus próprios termos implica necessariamente não procurarmos inscrevê-los nesta narrativa de progresso científico, na medida em que tal significa dissociar elementos, porventura contraditórios, mas que são absolutamente constitutivos da história natural deste período.⁷⁸⁵

A este propósito, os monstros – prodígios, criaturas extraordinárias que representavam desvios à natureza “normal” – são um exemplo elucidativo: à luz de uma narrativa de progresso, poderíamos lê-los, por um lado, como resquícios arcaicos de mitos medievais, ou, por outro lado, procurar comprovar a cientificidade dos relatos que os mencionavam, identificando as criaturas “verdadeiras” às quais se reportavam. Mas nenhuma destas análises permitiria perceber o papel cultural que desempenhavam. Por exemplo, no que respeita às cobras de bafo (voadoras, segundo Barbosa), é possível que as referências, que hoje qualificaríamos automaticamente como fantasiosas, derivassem, na realidade, de testemunhos orais sobre o mecanismo de defesa utilizado pelas cobras capelo, em que elevam parte do seu corpo e cospem veneno para afastar predadores. No entanto, mais relevante do que este exercício explicativo é assinalar que não só existia uma longa tradição antiga e medieval, fundada em fontes consideradas credíveis, de indistinção entre cobras e dragões, como eram recorrentes relatos de avistamentos de serpentes com características inacreditáveis, algumas das quais sabemos hoje serem míticas (como mais do que uma cabeça), mas outras verídicas (como a capacidade de engolir um animal de tamanho considerável inteiro).

Mais do que ler estas referências à luz de um quadro conceptual assente numa dinâmica de coexistência e tensão entre os novos saberes, empíricos, modernos e “purificados”, e a persistência arcaica de crenças fabulosas, é necessário ter em consideração que muitos destes elementos se inscreviam simplesmente no domínio do que era então tido como *possível*.⁷⁸⁶ Se aceitarmos que nos séculos XV e XVI o mundo natural era visto como um produto da Criação divina, torna-se desde logo inteligível não só como a existência de monstros era conceptualmente possível, como representava,

⁷⁸⁵ Philippe Glardon, “L’histoire naturelle du XVI^e siècle: historiographie, méthodologie, et perspectives”, *Gesnerus*, 63 (2006), 280-298; Idem, “Survivances médiévales et renouveau dans l’illustration zoologique du XVI^e siècle”, *Micrologus*, 8 (2000), 631-644. Citado em Mackenzie, “French Early Modern Sea-Monsters”, 330-331; Ashworth, “Natural history and the emblematic world view”, 304-305.

⁷⁸⁶ Peter Mason, “«Cobras da Índia de duas cabeças não fazem mal» *Codex Casanatense* 1889, fl. 91”, *Anais de História de Além-Mar* XIII (2012): 154-155.

em si, um sinal da acção e da vontade divinas. Para além disso, os monstros eram mediadores por excelência entre geografias e realidades diferentes, originando quase sempre em lugares distantes ou de alguma forma inacessíveis, o que os tornava, como veremos de seguida, em tradicionais e poderosos significadores de alteridade. E contrariamente ao que uma perspectiva focada no progresso científico poderia fazer crer, não só os prodígios da natureza continuaram a ser uma fonte de fascínio bem até ao século XIX, como na Idade Moderna se assistiu a um incremento na invenção de monstros e na atribuição dessa categoria a espécies que por serem híbridas ou exibirem alguma característica particularmente estranha ou transgressiva, não encaixavam nas categorias tradicionalmente aceites e descritas (como o hipopótamo).⁷⁸⁷

Analisar os discursos de história natural dos séculos XV e XVI implica, por outro lado, ter em consideração que estes discursos diziam respeito a um mundo natural simbolicamente rico, em que dimensões intelectuais, culturais e sociais diferentes, da teologia e da moral, à política e ao comércio, se cruzavam e entreteciam. Um mundo natural prenhe de significados e de complexidade, em que a função utilitária de uma espécie de flora ou fauna era indissociável da sua função alegórica, e em que o maravilhoso, o monstruoso e as curiosidades detinham um valor económico, que foi prontamente apropriado e explorado pelas redes de comércio de *naturalia* exótica. Só assim se explica que um autor como Duarte Barbosa – que reservou uma enorme atenção às inúmeras especiarias e *commodities* asiáticas, referindo os lugares específicos onde cada produto se podia encontrar e comerciar – a par de informações de cariz mercantil, incluísse dados sobre o “verdadeiro corno de alicorne” ou a milagrosa pedra bezoar. O maravilhoso não era algo que necessitasse de ser depurado no caminho para uma modernidade objectiva e científica; não era uma categoria de que os autores mais avisados e modernos já prescindiam ou para a qual já olhavam de forma mais crítica. Pelo contrário, era absolutamente desejável – até porque podia ser capitalizado tanto comercial como politicamente, como vimos no primeiro, segundo e terceiro capítulos – e era inerente à forma como a natureza era compreendida, descrita e

⁷⁸⁷ Sobre esta questão, veja-se Lawrence, *Monstrous Assembly*, 30-34 e Idem, “Making monsters”, 94-95 e 108-110.

explorada, sendo, como veremos de seguida, um elemento essencial da forma como os humanos se relacionavam com ela neste período.

4.2. O animal emblemático: alteridade e antropomorfismo

Em 1990, num volume colectivo que apelava a uma reavaliação global da chamada “Revolução Científica”, o historiador de ciência William B. Ashworth publicou um capítulo que veio a tornar-se numa referência, marcando uma profunda viragem no estudo da história natural no Renascimento, em particular no que diz respeito aos animais. Neste artigo,⁷⁸⁸ o autor cunhou as expressões *emblematic world view* e *emblematic natural history*, que temos vindo a evocar repetidamente ao longo desta tese, explicando que esta concepção emblemática do mundo que prevalecia no século XVI – e que, arriscamos, pode identificar-se em larga medida também na centúria anterior – era o factor que determinava de forma mais profunda e decisiva as atitudes em relação à Natureza neste período e, por conseguinte, os vários tipos de conteúdos que eram incluídos nos textos que se dedicavam a examinar o mundo natural. Ashworth sustenta que no âmago desta cosmovisão encontrava-se uma convicção de que todas as coisas do mundo e do universo tinham um amplo conjunto de significados, e que o conhecimento e a erudição consistiam numa tentativa de compreender tantos destes significados quanto possível.⁷⁸⁹

Relativamente aos animais, esta perspectiva equivalia a compreender que o conhecimento erudito sobre uma dada espécie assentava não só em elementos como as suas características físicas, fisiológicas e anatómicas, mas em toda uma panóplia de informações, algumas das quais em nada relacionadas com as modernas noções de biologia. Interessava, por exemplo, conhecer todo o tipo de comportamentos que um animal poderia ter; as suas amizades e inimizades, isto é a forma como se relacionava com outras espécies de animais; os seus diversos usos para os humanos, como fonte de

⁷⁸⁸ Ashworth revisitou esta temática em 1996, publicando um novo capítulo, que já citámos, na obra *Cultures of Natural History*, editada por Nick Jardine, James Secord e Emma Spary. Ambos os textos permanecem, ainda hoje, influentes, sendo contributos essenciais para grande parte da historiografia sobre a história da história natural na Idade Moderna, em particular no que diz respeito ao conhecimento sobre os animais. Ashworth, “Natural history and the emblematic world view”, 303-332; Idem, “Emblematic natural history of the Renaissance”, 17-37.

⁷⁸⁹ Ashworth, “Natural history and the emblematic world view”, 312.

alimento ou fonte de produtos medicinais, entre outros. Mas interessava também saber todo o tipo de provérbios e crenças populares, significados e simbolismos religiosos, e quaisquer outros elementos que pudessem revelar a sua relação com a restante Criação. Em suma, é fundamental compreender que neste período não era comum um animal ser estudado isoladamente do resto do universo, e que nesta lógica emblemática os animais representavam ideias e constituíam elementos vivos e animados da linguagem e da acção divinas. Tal ajuda a explicar, por exemplo, porque é que a *Historia animalium* de Conrad Gesner (1551-1558) – o mais influente tratado de história natural do Renascimento sobre animais, que é a materialização por excelência desta história natural emblemática, e que incluía uma vasta quantidade de histórias, lendas populares e simbolismos para cada animal –, no seu tempo conheceu uma muito maior difusão, atestada pelas suas múltiplas reedições ao longo do século XVII, do que as obras de Pierre Belon e Guillaume Rondelet. Estas, marcadas por uma abordagem muito focada na observação, e por uma noção muito mais limitada e circunscrita (*científica*, diríamos hoje) do tipo de conteúdos que deveria ser incluído num discurso de história natural, apresentavam uma visão do mundo animal que era demasiado destituída de significados e de complexidade para os próprios gostos e interesses da época.⁷⁹⁰

É importante assinalar que, embora esta mundividência fosse dominante, convocando, como vimos atrás, referências aos autores clássicos, mas também saberes e crenças populares, ela é particularmente visível nos textos mais eruditos. Ao analisar a visão emblemática da natureza no Renascimento, Ashworth partiu sobretudo da obra do naturalista suíço Gesner, tendo identificado características bastante semelhantes no seu contemporâneo italiano Aldrovandi. Um dos elementos essenciais dos tratados de história natural destes autores diz respeito à sua enorme preocupação com as fontes, sendo cada informação acompanhada pela sua proveniência, que consiste quase sempre numa autoridade, normalmente clássica, mas por vezes contemporânea.⁷⁹¹ Este método de estudo e de comunicação do conhecimento, muito baseado na leitura e citação exaustivas de fontes e na acumulação de dados, apresentados depois de forma sistemática a par das respectivas fontes, levou Ashworth a classificar Gesner como

⁷⁹⁰ Ashworth, “Emblematic natural history of the Renaissance”, 17-18; Idem, “Natural history and the emblematic world view”, 312.

⁷⁹¹ Ashworth, “Natural history and the emblematic world view”, 306.

sendo fundamentalmente um humanista, para quem a história natural era, acima de tudo, um exercício de erudição.⁷⁹² Já aqui referimos que ao contrário de outros países europeus, Portugal não era um país de naturalistas, tendo a maior parte das fontes portuguesas com notícias sobre a natureza extra-europeia sido produzida por viajantes, tais como mercadores, soldados, oficiais da Coroa e missionários, que recolhiam e trocavam informação de maneira informal.⁷⁹³ Mas este carácter marcadamente humanista, com recurso às autoridades antigas, é manifesto nalgumas descrições de animais exóticos produzidas por autores portugueses, nomeadamente nas extensas descrições de elefantes e rinocerontes produzidas por Damião de Góis, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa. Assim, por exemplo, Damião de Góis, no capítulo da crónica de D. Manuel sobre o combate entre o elefante e o rinoceronte, ao descrever os animais cita explicitamente Plínio, Solino, Diodoro Sículo e ainda a Bíblia.⁷⁹⁴ Já Garcia de Orta, no colóquio vigésimo primeiro, sobre o marfim e o elefante, cita Plínio e Paulo de Égina, mostrando conhecer também a obra do naturalista italiano seu contemporâneo Pietro Andrea Mattioli (1501-1577); no colóquio trigésimo primeiro, em que escreve sobre o rinoceronte, reporta-se ainda a Estrabão. É de salientar, no entanto, que Garcia de Orta claramente não aspirava a um domínio especializado sobre o mundo animal, ou pelo menos sobre os animais aos quais reservou alguma atenção. O rinoceronte é apenas mencionado *en passant* nos colóquios 21º e 31º, e embora o 21º seja exclusivamente dedicado ao marfim e ao elefante, o autor ressalva que apenas escreve este colóquio por deleite, e não pelo seu interesse “científico”. No resto da obra, as fontes que cita e nas quais baseia o seu conhecimento sobre a flora e a medicina são significativamente mais diversas, incluindo os clássicos Dioscórides, Galeno, Teofrasto e Hipócrates, os persas Ibn Sīnā (Avicena) e Masawaiyh (Mesué), o andaluz Ibn Zuhr (Avenzoar) e o bizantino Serapião.⁷⁹⁵

Contudo, neste aspecto, a obra de Cristóvão da Costa destaca-se consideravelmente pela sua imensa erudição, remetendo os seus diversos dados e histórias sobre o elefante para umas impressionantes vinte autoridades: ao longo do

⁷⁹² Ashworth, “Emblematic natural history of the Renaissance”, 19.

⁷⁹³ Brito, *New Science from old news*, 40.

⁷⁹⁴ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, 49-55.

⁷⁹⁵ Orta, *Colóquios dos Simples*, vol. I, 303-314; vol. II, 74-76. Para uma análise circunstanciada às fontes de Garcia de Orta, veja-se Carvalho, *O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente*, 225-270.

texto, à medida que vão sendo apresentadas as diversas informações e histórias sobre o animal, para além do incontornável Plínio, são evocados os autores antigos Aristóteles, Eliano, Aulo Gélíio, Porfírio, Heliodoro, Opiano, Cícero, Plutarco, Ateneu, Filóstrato e Aristófanes, o medieval bizantino Paulo de Égina (séc. VII) e um outro autor bizantino não identificado, que é provavelmente o autor anónimo do *Physiologus*. Este último é referido apenas como “Bizantino”, no último parágrafo do tratado do elefante juntamente com outras autoridades cuja leitura Costa recomenda a quem quiser saber mais “particularidades y variedades de histórias” sobre este animal, que optou por omitir para abreviar o texto e se limitar ao “mais verdadeiro”. Consideramos tratar-se de uma referência ao *Physiologus* (séc. II-IV d.C.), cuja autoria se desconhece, uma vez que esta é a obra mais significativa da produção bizantina sobre o mundo animal, tendo circulado amplamente em forma manuscrita e em várias traduções e adaptações durante a Idade Média. Esta obra é normalmente identificada como tendo inaugurado a tradição literária dos bestiários medievais cristãos, apresentando cada animal (bem como cinco pedras e duas árvores) segundo uma perspectiva naturalística mas também espiritual: cada capítulo começa com uma descrição do animal em questão, apresentando os seus traços característicos ou comportamentos essenciais (a sua natureza) e depois interpretando estas propriedades naturais do animal como lições ou símbolos teológicos ou morais.⁷⁹⁶ São ainda citados por Costa o doutor da Igreja S. Tomás de Aquino, e ainda os mais recentes Cadamosto, Mattioli, Leonhart Fuchs (1501-1566), Petrus Gyllius (ou Pierre Gilles) (1490-1555), e claro, Garcia de Orta.⁷⁹⁷ Góis, Costa e Orta, sustentam algumas das suas asserções com testemunhos contemporâneos de homens “dignos de fé”, recorrendo ainda os últimos a saberes locais extra-europeus, atribuídos normalmente a palafreiros asiáticos.

No que respeita aos conteúdos apresentados, também estes claramente revelam uma concepção emblemática da natureza, conforme foi apresentada por Ashworth, por parte destes autores portugueses. À semelhança de Gesner e Aldrovandi, também

⁷⁹⁶ A este propósito, veja-se *Physiologus. A Medieval Book of Nature Lore* e Arnaud Zucker, “Zoology”, in *A Companion to Byzantine Science*, ed. Stavros Lazaris (Leiden e Boston: Brill, 2020, 272-276. É importante salientar, contudo, que nem sempre é fácil identificar a utilização do *Physiologus* como fonte em tratados ou textos relativos ao conhecimento zoológico, a menos que seja explicitamente citado, uma vez que muitos dos comportamentos atribuídos aos animais nesta obra foram também mencionados por Plínio, ainda que, naturalmente, sem a alegoria cristã.

⁷⁹⁷ Costa, *Tractado de las drogas, y medicinas*, 417-448.

Damião de Góis, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa produziram uma síntese de todo o conhecimento de que dispunham sobre os animais que descreveram, privilegiando não informações biologicamente relevantes, como por exemplo as suas características físicas, mas outro tipo de materiais, tais como as várias formas como os humanos os podiam empregar, e principalmente histórias, através das quais transmitiam as particularidades dos seus comportamentos, e defeitos e qualidades considerados intrínsecos destes animais, quase sempre assumindo uma perspectiva moralizadora. É de referir que, também a este respeito, a descrição do elefante na obra de Cristóvão da Costa se destaca pela vastidão do tipo de conteúdos que inclui – o que permite compreender a complexidade da mundividência deste autor e o carácter multifacetado da sua noção de história natural – mas também pela forma sistemática como são apresentados. Nesta exposição, individualizada no final da obra, não como um capítulo, mas como um “tratado”, são esmiuçadas as características da anatomia do elefante, a forma como se reproduz, o seu tempo de gestação e a sua longevidade, bem como os usos medicinais do marfim; mas são também incluídos relatos extraordinários – antigos e contemporâneos – sobre as suas capacidades intelectuais e qualidades morais, que constituem a maior parte do texto e elevam o animal quase a um exemplo a seguir pelos humanos.

Este entendimento antropomorfizado dos animais, que tantas vezes se revestia de uma dimensão fortemente moralizadora, e que abordaremos com maior detalhe mais à frente, é indissociável de um outro elemento que consideramos fundamental nesta cosmovisão emblemática, nomeadamente uma percepção sacralizada da natureza, de influência cristã. Como bem explica Paulo Lopes, a sacralização do mundo natural era um processo intelectual que interpretava as imprevisíveis forças da natureza como manifestações e revelações do divino, tornando-as inteligíveis para o homem e atribuindo-lhes uma ordem superior. Para esta concepção, terão sido determinantes os teólogos Santo Agostinho e Santo Isidoro de Sevilha, que imprimiram uma dimensão cristã à visão simbólica, alegórica e moralizadora da natureza já desenvolvida desde a Antiguidade por autores como Plínio ou Eliano. À luz da doutrina neoplatónica de Santo Agostinho, o mundo natural reflecte uma verdade divina e transcendente, pelo que tal como a Bíblia, também ele deve ser lido como um livro onde é revelada a vontade divina.

Assim, na literatura religiosa – que engloba não só a própria Bíblia como diversos tipos de narrativas produzidas em contextos clericais – os animais surgem quase sempre enquanto manifestações de Deus, que através deles, de alguma forma, se revela e comunica com o homem. Daqui decorre que o exercício de estudar e reflectir sobre o mundo e a Natureza equivalia também a uma procura por uma compreensão da ordem divina, e por conseguinte, a uma aproximação ao Criador.⁷⁹⁸

Tradicionalmente, este entendimento sacralizado e cristianizado da natureza é encarado como sendo uma característica típica da mentalidade e da cosmovisão medieval. As suas principais e mais significativas expressões encontram-se, afinal, em dois géneros literários muito populares e influentes neste período: os bestiários e as hagiografias. No que diz respeito aos primeiros, estes partiam de descrições das características físicas e dos comportamentos de animais, verdadeiros ou míticos, para, de forma didáctica, transmitir verdades da fé e exemplos de virtudes e vícios, fornecendo assim modelos morais a seguir ou a evitar pelos crentes. Um dos seus elementos fundamentais eram, como vimos anteriormente, as representações iconográficas que acompanhavam os textos, sintetizando a informação veiculada por estes, e assim permitindo aos que não sabiam ler aceder ao conhecimento. Relativamente às hagiografias, estas constituíam narrativas sobre vidas de santos, focadas em particular nas suas vivências religiosas e nos milagres que lhes estavam associados. Nestes textos, os animais assumem normalmente um papel de testemunhos da excepcionalidade do santo, uma vez que é através deles que se materializa o milagre, o que terá contribuído para a difusão de uma percepção dos animais enquanto mediadores entre o celeste e o terreno, na medida em que eram apresentados como possíveis veículos utilizados pelo Criador para comunicar com o homem.⁷⁹⁹

Segundo Ashworth, a história natural emblemática do Renascimento nada deve à tradição medieval cristã, considerando este autor um erro associar a visão simbólica e moralizadora dos bestiários ao simbolismo, presumivelmente mais elevado sob o ponto de vista intelectual, de humanistas como Gesner e os autores que o leram e nele se inspiraram. Esta demarcação é fundamentada pelo facto de Gesner ter recorrido

⁷⁹⁸ Lopes, “O animal na literatura: dos bestiários aos livros de viagens”, 399-401; Varandas, “A Idade Média e o Bestiário”, 22-24.

⁷⁹⁹ Lopes, “O animal na literatura: dos bestiários aos livros de viagens”, 402-408.

sobretudo a fontes clássicas e também a tradições coetâneas, enquanto a tradição medieval se encontra praticamente ausente da sua obra. A única fonte medieval que surge na sua obra é o *Physiologus*, e apenas de forma residual, considerando Ashworth esta inclusão irrelevante por muitas das informações transmitidas por Gesner que também se encontram no *Physiologus* terem uma raiz comum em Plínio.⁸⁰⁰ Como vimos relativamente aos autores portugueses que produziram descrições mais eruditas de animais, também eles, à semelhança de Gesner, não incluíram explicitamente fontes da história natural medieval, constituindo o *Physiologus* a única possível excepção, na obra de Cristóvão da Costa.

No entanto, consideramos que nem a tradição medieval é dissociável da herança clássica – bem pelo contrário, a função didática das alegorias faunísticas, que se encontra bem plasmada nas obras de Esopo, Plínio e Eliano, foi habilmente apropriada e cristianizada na Idade Média – nem as percepções sobre a natureza se esgotam nos discursos de história natural. Aliás, se atentarmos novamente nas práticas de apropriação e instrumentalização política dos animais que expusemos no segundo capítulo, os simbolismos cristãos depressa se tornam aparentes. Neste aspecto, o pelicano será porventura um dos casos mais evidentes: a imagem do pelicano eucarístico, a bicar o próprio peito para salvar as crias, é uma metáfora à Paixão, que se pode encontrar tanto no *Physiologus* como nas *Etymologiae* de Sto. Isidoro de Sevilha,⁸⁰¹ tendo sido popularizada num conhecido hino de S. Tomás de Aquino (“*Adoro te devote*”) e sendo muito frequente na generalidade dos bestiários medievais. Este simbolismo terá estado certamente na origem da adopção deste animal como divisa por D. João II na segunda metade do século XV, não se devendo interpretar esta apropriação como um mero indicador da medievalidade deste rei, uma vez que, como vimos, foi reproduzida por Isabel I de Inglaterra um século depois.

A persistência desta representação simbólica do pelicano, numa altura em que, através da observação, já se sabia não corresponder à realidade anatómica e comportamental deste animal, é bem visível na *Iconologia* de Cesare Ripa (publicada pela primeira vez em 1593). Esta obra, um dos mais conhecidos e influentes livros de

⁸⁰⁰ Ashworth, “Natural history and the emblematic world view”, 312-313.

⁸⁰¹ *Physiologus. A Medieval Book of Nature Lore*, 10; Isidore of Seville, *The Etymologies*, liv. 12, cap. vii.

emblemas do período moderno, difundido por inúmeras edições e traduções entre os séculos XVII e XIX,⁸⁰² apresenta representações de atributos, ideias e conceitos, através de imagens alegóricas que os corporizam e personificam, acompanhadas por pequenas descrições verbais em que se explica o que cada elemento da imagem simboliza. A utilização de animais, domésticos, selvagens, exóticos ou míticos, permeia toda a obra, tornando-a assim num dos mais acabados exemplos da visão emblemática da natureza no Renascimento, uma vez que não se tratando de um tratado de história natural, incorpora claramente percepções sobre o mundo natural implícitas noutros géneros literários e iconografias. E a imagem do pelicano eucarístico figura em pelo menos duas alegorias desta obra, relativas à “bondade” e à “compaixão”, simbolizando no primeiro a caridade, e no segundo a própria compaixão (**Figura 4.4**).⁸⁰³



Figura 4.4 – Alegoria da Compaixão. Inglaterra, séc. XVIII. Gravura. In Cæsar Ripa, *Iconologia or, Moral Emblems*, fl. 14 (edição inglesa, 1709).

⁸⁰² Uma panorâmica sobre estas edições pode encontrar-se em Manuel J. Gandra, “Cesare Ripa na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra e ecos da sua iconologia (Roma, 1603) nas artes em Portugal: esboços para uma exposição virtual”, *Boletim cultural* 15 (2006): 11-88. É de assinalar que embora não surjam edições portuguesas desta obra no levantamento levado a cabo por este autor, o mesmo afirma que a *Iconologia* foi extremamente divulgada em Portugal, praticamente a partir da sua primeira edição ilustrada, publicada em Roma em 1603, tendo inspirado inúmeras alegorias nos programas efémeros de celebrações públicas, em monumentos e na arte tipográfica nacional (p. 65).

⁸⁰³ Cæsar Ripa, *Iconologia or, Moral Emblems* (Londres: Benjamin Motte, 1709), fls. 11 e 14.

Similarmente, a imensa popularidade do leão, animal muito procurado pela aristocracia e a realeza medievais e modernas para as suas *ménageries*, também se inscreve numa longa tradição de práticas e discursos que não se esgota das fontes clássicas. O fascínio em torno destes felinos selvagens e a sua íntima associação ao poder real remonta, como abordámos no segundo capítulo, a períodos bem mais recuados, sendo a presença destes animais frequente já nas *ménageries* do Médio Oriente antigo; no século IV a.C. a imagem leonina foi incorporada na iconografia do poder real por Alexandre, e no período romano, os leões eram uma presença indispensável nas *venationes*, triunfos, e na chamada *damnatio ad bestias*. É natural, portanto, que na Idade Média, como nos séculos XV e XVI, estes animais figurassem frequentemente nas *ménageries*, bem como noutro tipo de práticas de demonstração de poder e distinção social. No entanto, são também de assinalar as importantes associações simbólicas deste felino. Mais uma vez, um olhar pela *Iconologia* revela-nos que mesmo no final do século XVI, este continuava a ser um dos animais exóticos e selvagens mais emblemáticos, sendo provavelmente o que é mencionado e surge representado mais vezes em toda a obra. Para além da ferocidade, são-lhe associadas, em diversas alegorias, qualidades como a coragem, a força, o orgulho e a impetuosidade, e duas descrições em particular, relativas às representações da “liberalidade” e da “memória grata” apresentam-no respectivamente como “a mais generosa de todas as criaturas irracionais” e o “rei dos animais”.⁸⁰⁴ Quanto a estas últimas interpretações dos leões, é verdade que Aristóteles caracterizava o leão como um animal nobre e corajoso, e Plínio afirmava ser a única das criaturas selvagens capaz de demonstrar misericórdia para com os suplicantes, contando diversas histórias ilustrativas desta virtude.⁸⁰⁵ E a lenda hagiográfica medieval segundo a qual S. Jerónimo terá domesticado um leão ao remover-lhe um espinho de uma pata, curando-lhe a ferida, e levando o animal a segui-lo para sempre por gratidão,⁸⁰⁶ na realidade tem origem na Antiguidade, uma vez que tanto Plínio como Aulo Gélcio e Eliano apresentam relatos semelhantes.⁸⁰⁷ Contudo,

⁸⁰⁴ Ripa, *Iconologia*, fls. 49 e 52.

⁸⁰⁵ Aristotle, *The History of Animals*, liv. I, parte 1; Pliny, *Natural History*, liv. VIII, caps. 19 e 21.

⁸⁰⁶ É a esta história, que surge pela primeira vez no século XI, que se deve a representação frequente de S. Jerónimo acompanhado por um leão. No entanto, no século VII, a mesma lenda é associada a São Gerásimo, na obra hagiográfica de João Mosco sobre santos orientais. Vide, a este propósito, Dominic Alexander, *Saints and Animals in the Middle Ages* (Woolbridge: The Boydell Press, 2008), 21.

⁸⁰⁷ Pliny, *Natural History*, liv. VIII, cap. 21, nota 6 do editor.

julgamos não ser despiciendo assumir que tanto o facto de os leões serem dos animais mais frequentemente incluídos na literatura hagiográfica,⁸⁰⁸ como a sua proverbial classificação como “reis dos animais” (que nas tradições europeias pré-cristãs pertencia, na realidade, ao urso, “a grande criatura selvagem da floresta”⁸⁰⁹) em obras como o *Physiologus*, as *Etymologiae* e os bestiários medievais terão contribuído de forma decisiva para a sua importância e popularidade junto da aristocracia e da realeza, bem como para as qualidades que continuaram a ser-lhes reconhecidas na literatura emblemática da Idade Moderna.

Outro exemplo demonstrativo da influência de um pensamento simbólico de cariz religioso, ainda que não exclusivamente cristão, nos discursos produzidos e nas associações construídas em torno de criaturas exóticas é o das aves-do-paraíso. Este é um caso especialmente demonstrativo, na medida em que sendo a ave-do-paraíso desconhecida na Europa antes do século XVI, e não existindo referências antigas e medievais que pudessem enformar a sua compreensão e assimilação, o conhecimento sobre este animal foi construído precisamente à luz do mesmo universo simbólico, prenhe de associações e significados implícitos. Embora a primeira descrição europeia, provavelmente a de Nicolo de’ Conti, date da primeira metade do século XV, os primeiros exemplares preservados destas aves chegaram à Europa apenas no início da centúria seguinte,⁸¹⁰ tornando-se produtos estimados e valiosos, rapidamente assimilados nas *Wunderkammern* aristocráticas centro-europeias. O facto de tanto as descrições como os exemplares que circulavam não serem de animais vivos, mas sim das peles preservadas preparadas por caçadores de tribos da Nova Guiné, influenciou de forma decisiva a maneira como estes animais foram compreendidos, bem como o simbolismo que lhes ficou associado. Estas peles eram descarnadas, eram-lhes retirados os membros (as patas e as asas) e por vezes também o crânio, sendo posteriormente

⁸⁰⁸ Lopes, “O animal na literatura: dos bestiários aos livros de viagens”, 408.

⁸⁰⁹ A este propósito, veja-se Michel Pastoureau, *The Bear: History of a Fallen King* (Cambridge e Londres: Belknap Press of Harvard University Press, 2011).

⁸¹⁰ Os primeiros exemplares de aves-do-paraíso preservadas terão chegado à corte de Carlos V em 1522, trazidos da Ásia juntamente com uma carga de especiarias e outros objectos valiosos na única embarcação que retornou da viagem de circum-navegação liderada por Fernão de Magalhães.

fumadas, o que acentuava o tamanho desproporcional das suas plumas e lhes concedia o característico aspecto exuberante (**Figura 4.5**).⁸¹¹



Figura 4.5 – Gravura de uma ave-do-paraíso na *Historiae Animalium*, Liv. III, *De Avium natura*, de Conrad Gessner. Zurique, 1555.

As aves-do-paraíso processadas eram já um dos produtos mais cobiçados do comércio intra-asiático à chegada dos europeus, embora os animais vivos fossem praticamente desconhecidos fora da Nova Guiné, mesmo entre os comerciantes asiáticos que os negociavam. Este aspecto foi mencionado, aliás, por Tomé Pires logo no começo do século XVI, que identificava os pássaros provenientes das ilhas Aru como os mais valiosos entre os que eram comerciados nas ilhas do sudeste asiático. Estes animais eram trazidos mortos, e chamavam-se “pássaros de Deus”, julgando-se que vinham do céu, e não se sabendo como se reproduziam. Os turcos e os persas usá-los-iam para fazer adereços, e o boticário afirmava serem uma boa mercadoria, embora poucos exemplares circulassem.⁸¹² Esta escassez poderá justificar o facto de aparentemente não terem chegado à Europa exemplares destas aves através das redes de comércio marítimo e terrestre que ligavam a Eurásia antes do estabelecimento de rotas marítimas

⁸¹¹ Lawrence, *Monstrous Assembly*, 40-41.

⁸¹² Pires, *The Suma Oriental*, vol. I, 209.

directas. Quanto à sua designação como “pássaros de Deus”, esta baseava-se em crenças religiosas islâmicas de que estas aves nasciam no Paraíso, nunca aterrando no solo.

A ausência de patas, e por vezes também de asas, da maior parte das aves-do-paraíso que os europeus encontravam na Ásia e que circulavam na Europa no século XVI, associada ao simbolismo islâmico que era transmitido aos mercadores e navegadores europeus pelos asiáticos, e que depois foi facilmente incorporado nos discursos europeus sobre o mundo natural, conduziu ao desenvolvimento de um conjunto de imagens em torno destas aves em tratados de história natural, livros de emblemas e obras de astrologia, que as apresentavam como criaturas angelicais e etéreas, que, incapazes de aterrar como os outros pássaros, flutuavam perpetuamente no céu, alimentando-se apenas de ar e orvalho. Pelo seu carácter celestial, corporizavam ideias de ascensão espiritual e elevação de pensamento; mas as suas características exuberantes, misteriosas e transgressivas, e o carácter sobrenatural que lhes estava associado, tornavam-nas igualmente num representante por excelência das maravilhas e riquezas do mundo longínquo e exótico de onde provinham, como bem demonstram os versos de Camões sobre as ilhas de Tidore e Ternate, tantas vezes citados a propósito do simbolismo destas aves no século XVI: “Aqui há as áureas aves, que não decem / Nunca à terra e só mortas aparecem”.⁸¹³ Estas associações contribuíram certamente para que se tornassem em objectos de consumo bastante procurados pelas elites aristocráticas e casas reais, mas também para a sua incorporação em manifestações mais performativas de identidade e distinção, de que são exemplo o elmo e o toucado exibidos respectivamente pelo imperador otomano Solimão em 1532, e pela rainha Isabel I de Inglaterra em 1599.⁸¹⁴ E à semelhança do que se verificou com o pelicano, é de salientar que mesmo depois de, nos primeiros anos do século XVII, expedições neerlandesas ao sudeste asiático terem trazido à Europa exemplares de aves-do-paraíso com patas, juntamente com relatos de como as carcaças eram preparadas, e de Carolus Clusius ter incluído um apêndice no seu *Exoticorum libre decem* em que sustentava que

⁸¹³ Jean Michel Massing, “*Paradisaea Apoda*. The Symbolism of the Bird of Paradise in the 16th Century”, in *Encompassing the Globe*, 29-37; Lawrence, “Making monsters”, 97-100 e 106-107; Luís de Camões, *Os Lusíadas*, leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão e apresentação de Aníbal Pinto de Castro (Lisboa: Instituto Camões, 2000), Canto X, 473.

⁸¹⁴ Massing, “*Paradisaea Apoda*”, 30.

ao contrário do que havia sido anteriormente defendido por naturalistas, as aves-do-paráíso tinham patas, o simbolismo e a imagem da ave celestial permaneceu. Na realidade, ao longo de todo o século XVII, a natureza e a forma destas aves continuou a ser debatida por naturalistas, e a sua representação como criaturas flutuantes e angelicais, associadas a cenários edénicos e a ideais de elevação, continuou a verificar-se tanto na pintura como na literatura emblemática.⁸¹⁵

No quadro desta percepção emblemática do mundo natural, a incorporação destes animais em práticas políticas de construção e comunicação de identidade e memória sobre indivíduos e casas reais sinalizava, assim, muitas vezes uma apropriação por parte dos humanos das qualidades e virtudes essenciais atribuídas e simbolicamente associadas aos animais. No caso português, o exemplo mais explícito desta apropriação verifica-se na adopção por D. João II do pelicano como emblema, com a divisa – “pola lei e pola grei” – que resumia o seu programa político, evocando expressamente o povo, aqui equiparado às crias pelas quais o pelicano, como Cristo e o monarca, se sacrificava e assistia (**Figura 4.6**).⁸¹⁶ Em meados do século XVI, outro exemplo europeu igualmente demonstrativo desta prática foi a adopção do rinoceronte como emblema, por Alessandro de Medici, com o sugestivo mote “non buelvo sin vencer”, incorporando uma representação deste animal claramente inspirada na de Dürer, e remetendo directamente para a percepção do rinoceronte como uma criatura poderosa, invulnerável, e impossível de suplantar até pelo maior e mais excepcional de todos os animais terrestres (**Figura 4.7**). Estes animais eram, em suma, utilizados pelos humanos para formarem e transmitirem ideias sobre si próprios, numa lógica simultaneamente de auto-percepção e de comunicação das suas identidades pessoais, públicas e políticas.

Estes exemplos demonstram o papel cultural dos animais, em particular selvagens e exóticos, como significadores materiais de ideias e conceitos. Por um lado, simbolizavam qualidades, virtudes e vícios, sendo frequentemente utilizados em discursos moralizadores, inclusive em obras laicas como a cronística e as histórias naturais, o que revela, desde logo, a permeabilidade entre géneros literários e perspectivas, a fluidez das normas textuais, e o carácter híbrido e complexo da produção

⁸¹⁵ Massing, “*Paradisaea Apoda*”, 34-37; Lawrence, “Making monsters”, 100-108.

⁸¹⁶ José Manuel Garcia, *Breve Panorama Bio-Bibliográfico sobre D. João II* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995), 7.

de conhecimento na Idade Moderna. Por outro lado, a concepção emblemática do mundo natural influenciou de forma significativa a maneira como os animais exóticos eram intelectualmente construídos, compreendidos e apropriados, que se encontrava intimamente relacionada com a maneira como o próprio mundo extra-europeu era conceptualizado e representado. De seguida, abordamos com maior detalhe, atentando no caso específico português, esta dupla dimensão simbólica dos animais exóticos nos séculos XV e XVI: primeiro, enquanto emblemas de geografias extra-europeias, e por isso significadores de alteridade, e depois, a sua associação a qualidades e características humanas, nomeadamente em descrições antropomorfizadas que dão conta de como a visão emblemática conduzia a uma certa indistinção, na Idade Moderna, entre as noções de animalidade e humanidade.



Figura 4.6 – Emblema e divisa de D. João II.



Figura 4.7 – Emblema e divisa de Alessandro de Medici. Paolo Giovio, *Dialogo dell'impresie militari et amorosi* (Veneza: Gabriel Giolito de Ferrari, 1557).

4.2.1. Animais exóticos e geografias exóticas

Na Idade Média, tal como sustentou Jacques Le Goff, o Índico constituía “um receptáculo de sonhos, de mitos, e de lendas”, encontrando-se claramente identificado com o universo do “maravilhoso”.⁸¹⁷ Aquando da chegada dos portugueses à Ásia, prevalecia na Europa, por influência dos textos antigos e também dos relatos de viagens medievais, uma visão do “Oriente” como um território vasto e fantástico, onde simultaneamente se encontravam todo o tipo de maravilhas e monstros, as maiores riquezas, e as melhores oportunidades de negócio. Nesta visão imaginada da Ásia, em que comumente uma genérica Etiópia era incluída, e que derivava de uma longa tradição textual – que incluía autores tão diversos como os clássicos Heródoto e Plínio, os teólogos Santo Isidoro de Sevilha e Santo Agostinho, e mais tarde, Marco Polo e Mandeville – comungavam monstros antropoides de características estranhas e disformes e de práticas obscuras, animais reais mas também criaturas míticas como unicórnios e serpentes e gatos voadores, e ao mesmo tempo descrições idealizadas e edénicas, de que são exemplo paradigmático as conhecidas iluminuras do manuscrito francês *Livre des Merveilles du Monde* (**Figuras 4.8 e 4.9**). Este manuscrito do início do século XV contém traduções francesas de algumas das mais conhecidas descrições medievais de viagens por territórios extra-europeus. As suas iluminuras, atribuídas ao Mestre Boucicaut e a outros artistas da sua oficina, reproduzem o tom fantasioso dos próprios relatos escritos, apresentando animais míticos a par de animais silvestres amplamente conhecidos, e revisitando os prodígios humanos descritos por Santo Agostinho e Santo Isidoro de Sevilha. Como vimos no início deste capítulo, esta é uma característica que continua a identificar-se nas fontes dos séculos XV e XVI, produzidas por autores portugueses que contactaram com as realidades naturais extra-europeias, que incluíam descrições detalhadas de pormenores observados mas também referências a monstruosidades e criaturas míticas.

⁸¹⁷ Le Goff, “O ocidente medieval e o oceano Índico”, 270-271.



Figura 4.8 – Iluminura com representações de monstros asiáticos, c. 1412. Mestre Boucicaut, *Livre des Merveilles*. Paris, Bibliothèque Nationale, MS. fr. 2810, fl. 29v.



Figura 4.9 – Iluminura com representações de fauna asiática, c. 1412. Mestre Boucicaut, *Livre des Merveilles*. Paris, Bibliothèque Nationale, MS. fr. 2810, fl. 85.

Os “mitos e maravilhas” associados à Ásia, bem como as suas fontes, foram já amplamente estudados pela historiografia.⁸¹⁸ No entanto, muito menor atenção tem sido concedida ao importante papel que os animais exóticos assumiam, na primeira modernidade como em períodos anteriores e posteriores, na conceptualização e na

⁸¹⁸ Panorâmicas mais recentes sobre esta questão podem encontrar-se em Larry Silver, “India Ink: Imagery of the Subcontinent in Early Modern Europe”, in *The Power of Things and the Flow of Cultural Transformations*, eds. Liselotte Saurma-Jeltsch e Anja Eisenbeiss (Munique e Berlim: Deutscher Kunstverlag, 2010), 217-247; Surekha Davies, “The Wondrous East in the Renaissance Geographical Imagination: Marco Polo, Fra Mauro and Giovanni Battista Ramusio”, *History and Anthropology* 23, 2 (2012): 215-234; e Carvalho, *O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente*, 157-187.

representação de contextos geográficos extra-europeus em geral. Monstros e animais exóticos representavam mundos exóticos, nem sempre geograficamente fixos ou sequer bem definidos, mas dos quais eram elementos inseparáveis. A este propósito, um olhar sobre a cartografia permite verificar que monstros e criaturas míticas eram frequentemente posicionados nas margens do mundo conhecido; durante os séculos XV e sobretudo XVI, à medida que o conhecimento geográfico sobre o mundo aumentava, promovido pelas actividades expansionistas e imperialistas dos europeus, os locais associados a estas criaturas por vezes sofriam alterações, transferindo-se para os limites dos mapas ou o interior, ainda desconhecido, dos continentes. Não será por acaso que os oceanos, lugares da mais profunda e remota alteridade, constituem os últimos redutos onde até ao século XVII podem encontrar-se representações cartográficas de criaturas aterradoras, normalmente derivativas de baleias ou de outros grandes mamíferos marinhos, como advertências dos perigos do mar, volátil e, pelo elemento que o compõe, velado ao conhecimento humano.⁸¹⁹ Assim, é de notar, por exemplo, a profusão de monstros marinhos representados na *Carta Marina* de Olaus Magnus (1539) (**Figura 4.10**), ou que no *Theatrum Orbis Terrarum*, de Abraham Ortelius (1570), as únicas representações iconográficas de animais que se podem identificar são precisamente três monstros marinhos, posicionados em cada um dos oceanos (**Figura 4.11**). E é, neste âmbito, também sugestiva a representação de D. Manuel, pelo cartógrafo alemão Martin Waldseemüller (1470-1519), vestido como um imperador romano, com coroa real e ceptro, e montado num monstro marinho junto ao Cabo da Boa Esperança, demonstrando a difusão internacional da imagem do monarca português como senhor de um império marítimo (**Figura 4.12**).

Da mesma forma, é revelador que no século XVI, criaturas fantásticas anteriormente associadas a regiões de África e da Ásia pouco conhecidas dos europeus tornem a surgir em diversos mapas, mas agora reposicionadas no Novo Mundo. Assim, por exemplo, no mapa do almirante turco Piri Reis (1513), conhecido pela precisão das suas representações cartográficas, na parte relativa à América do Sul, são retratados e mencionados em legendas homens com cabeça de cão e acéfalos com a face no tronco,

⁸¹⁹ Sobre esta temática, veja-se Chet van Duzer, *Sea Monsters on Medieval and Renaissance Maps* (Londres: British Library, 2013).

seres que tanto na tradição clássica e medieval europeia como na islâmica pertenciam aos confins do mundo conhecido. Este mapa parece ter sido dos primeiros em que esta realocização se verifica, mas a mesma pode observar-se em diversos outros mapas quinhentistas, tais como o de Sebastian Cabot (1544) e de Bry (1599).⁸²⁰ Por outro lado, até ao final do século XVI regista-se ocasionalmente a presença de unicórnios e dragões – bem como de elefantes, rinocerontes, camelos e girafas, animais tipicamente associados à Ásia e a África – na América do Norte e nas regiões mais setentrionais e remotas da Eurásia; além disso, os unicórnios continuam a figurar na cartografia associados à Ásia, e em particular à Índia, durante todo o século XVI, e cobras voadoras e dragões permanecem igualmente frequentes nas representações de África.⁸²¹



Figura 4.10 – Monstros marinhos representados entre a Islândia e a Península Escandinava. Olaus Magnus, *Carta Marina* (detalhe). Veneza, 1539. Reprodução digital disponibilizada pela University of Minnesota Libraries, James Ford Bell Library.

⁸²⁰ Masseti e Veracini, “The zoomorphic representations of the Pîrî Reis map (1513)”, 47-48.

⁸²¹ George, *Animals and Maps*, 100-101; 117-119; 137-139; 154-158.



Figura 4.11 – Monstros marinhos posicionados, respectivamente, nos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico. Abraham Ortelius, Mapa-mundo, *Theatrum Orbis Terrarum* (detalhes). Antuérpia, 1570. Barry Lawrence Ruderman Antique Maps (Antiquário – raremaps.com).

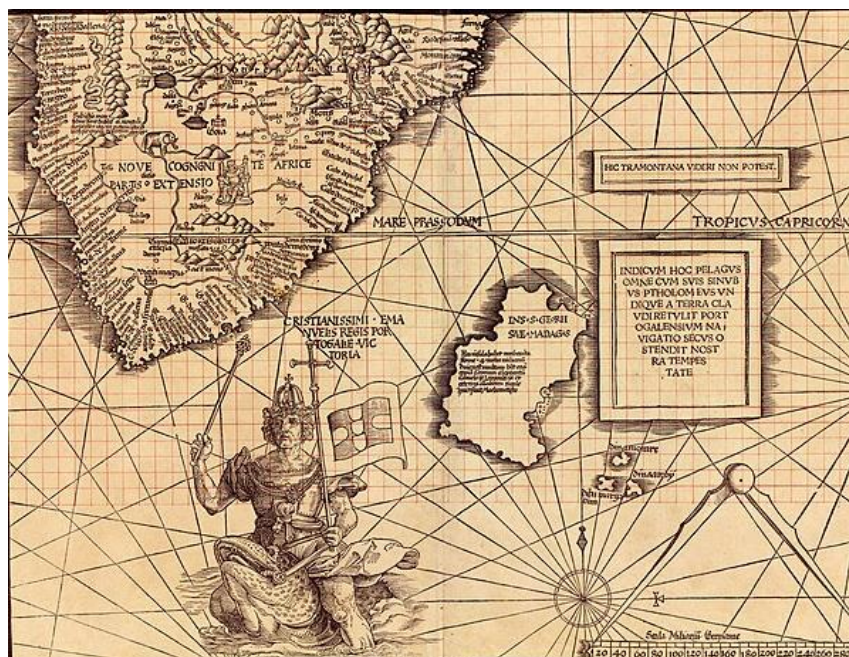


Figura 4.12 – Martin Waldseemüller, *Carta marina navigatoria Portugallen navigationes* (detalhe). Estrasburgo (?), 1516. Washington, D.C., Library of Congress, Geography and Map Division.

Este processo, cuja dimensão etnográfica foi analisada por Peter Mason, encontra-se relacionado com a profunda influência que os discursos clássicos relativos às maravilhas da Ásia tiveram nas percepções europeias sobre as Américas. Mais do que geograficamente circunscritas ao continente asiático em particular, estas tradições projectavam noções mais amplas de alteridade, fundadas, em larga medida, na distância. Segundo Mason, a distância constituiu, desde a Antiguidade, um elemento essencial na percepção e construção de alteridade por parte dos europeus, que partindo dos seus respectivos lugares de origem ou familiares, faziam equivaler a crescentes distâncias geográficas níveis igualmente crescentes de estranheza, ferocidade e exotismo. Esta percepção, visível em Heródoto, Plínio e na generalidade dos autores que os releam, culmina precisamente no posicionamento de raças humanas monstruosas nas margens do mundo conhecido; enquanto o familiar equivale à norma e ao domínio da moderação e do comedimento, lugares mais remotos são o domínio da desmesura e dos extremos, tanto no que respeita a riqueza, maravilhas e potencialidades, como no que respeita a estranheza. Como consequência, a especificidade regional de lugares entendidos como remotos torna-se relativamente irrelevante, uma vez que é a semelhança entre as obscuras, intangíveis e desconhecidas margens que acaba por as definir.⁸²² A este propósito, no entanto, é de referir que se, como vimos, as práticas relacionadas com o uso político de animais selvagens se verificavam por toda a Afro-Eurásia, não sendo exclusivas dos impérios e monarquias europeus, o fascínio por monstros e aberrações e a sua associação a regiões desconhecidas ou pouco conhecidas, é um fenómeno que se estende para lá das fronteiras europeias, tendo paralelo nos imaginários asiáticos de um modo geral.⁸²³

Nesta conceptualização do mundo, que acentua a natureza profundamente cultural, simbólica e subjectiva da noção de distância geográfica, a percepção sobre o mundo natural desempenha uma função essencial. Se a presença de monstros humanoides e populações com hábitos e características estranhas e transgressivas

⁸²² Peter Mason, "Classical Ethnography and its Influence on the European Perception of the Peoples of the New World", in *The Classical Tradition and the Americas*, vol. I, *European Images of the Americas and the Classical Tradition*, eds. Wolfgang Haase e Meyer Reinhold (Berlim e Nova York: De Gruyter, 1994), 135-172.

⁸²³ Veja-se Jorge Flores, "Distant Wonders: The Strange and the Marvelous between Mughal India and Habsburg Iberia in the Early Seventeenth Century," *Comparative Studies in Society and History* 49, 3 (Jul., 2007): 557-559.

assinala a natureza remota e ainda desconhecida de certos espaços, também a diversidade de plantas, animais e produtos valiosos de origem natural, e o carácter diferente, e por vezes também extremo e transgressivo da flora e da fauna são marcadores tradicionais de geografias extra-europeias. Assim, por exemplo, a articulação entre o universo do “maravilhoso” e os locais geograficamente distantes (em relação à Europa) traduzia-se por vezes em imagens e descrições de paisagens edénicas e luxuriantes, extremamente férteis e abundantes, onde as produções agrícolas se desenvolviam de forma nunca antes vista.⁸²⁴ Uma das principais manifestações do carácter diverso e prodigioso da natureza extra-europeia era a sua aplicabilidade para fins medicinais: o mundo natural asiático e americano era a fonte de diversos ingredientes valiosos, desde plantas a produtos de origem animal, como bezoares, cornos de unicórnio, ou âmbar, com os quais se produziam panaceias para curar males que afectavam as populações europeias. Estes produtos, comercialmente lucrativos, mas que também se revestiam de uma importância e de um valor simbólico assinaláveis, alimentavam a curiosidade e a apetência pelas maravilhas do mundo natural extra-europeu, e ao mesmo tempo atestavam o seu carácter extraordinário.⁸²⁵

A percepção da natureza extra-europeia como intrinsecamente diferente, estranha e extravagante era, em larga medida, motivada e potenciada pela existência de animais de características mais ou menos surpreendentes e que desafiavam de alguma forma as tradicionais categorias do mundo animal – como por exemplo os pangolins ou os tatus, mamíferos cujos corpos são cobertos, respectivamente, por escamas e por carapaças, ou até os hipopótamos, que tanto vivem na água como em terra – e que se tornavam, neste período, conhecidos dos europeus. Ou ainda animais pelos quais os europeus já manifestavam um fascínio e curiosidade particulares havia vários séculos, mas que agora se encontravam muito mais acessíveis e visíveis, e cujas características podiam, enfim, ser facilmente testemunhadas – como as girafas, com os seus longos pescoços, ou os elefantes, com o seu imenso tamanho e força e com as suas presas e tromba hipertróficas. Stephen Greenblatt explicou como, na Idade Média e no

⁸²⁴ A este propósito veja-se, por exemplo, Seixas, *A Natureza Brasileira nas Fontes Portuguesas do Século XVI*.

⁸²⁵ Paula Findlen, “Inventing Nature. Commerce, Art, and Science in the Early Modern Cabinet of Curiosities”, in *Merchants & Marvels*, 301-302.

Renascimento, o maravilhoso se encontrava intimamente ligado ao “excessivo, ao surpreendente, ao bizarro e ao prodigioso”, pelo que os frutos extraordinários da natureza eram tão passíveis de suscitar admiração e espanto como realizações humanas belas e tecnicamente virtuosas.⁸²⁶ Por outro lado, é também de salientar que, dada a forma complexa e multifacetada como os animais eram compreendidos, o seu carácter maravilhoso não se esgotava nas características físicas que exibiam, isto é, no seu aspecto *visual*, derivando também das inúmeras qualidades invisíveis que potencialmente encerravam.

Para além de suscitarem maravilhamento e demonstrarem, de forma aparentemente inquestionável, a imensa diversidade do mundo natural e, com ela, a criatividade e o poder do Criador, alguns animais tornaram-se ainda símbolos de geografias específicas. Mais uma vez, se atentarmos na cartografia, verificamos que certos animais, normalmente grandes mamíferos, pássaros e alguns répteis, surgem recorrentemente associados a certas regiões do mundo. Por exemplo, no famoso planisfério de Cantino (1502), a fauna africana é representada por um leão e por papagaios verdes e cinzentos, já amplamente conhecidos, que contrastam com os garridos, e substancialmente maiores, papagaios vermelhos e azuis utilizados para ilustrar o Brasil (**Figuras 4.13 e 4.14**), que são mencionados nas primeiras descrições escritas sobre a América do Sul. Para além deste, muitos outros cartógrafos, sobretudo do início do século XVI, elegeram os característicos papagaios coloridos como exemplos paradigmáticos da fauna americana, surgindo estes animais representados também no mapa de Piri-Reis, posicionados nas Caraíbas, e no *Atlas Miller* (1519), no Brasil (**Figura 4.15**).⁸²⁷

⁸²⁶ Stephen Greenblatt, “Resonance and Wonder”, *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences* 43, 4 (Jan. 1990): 29-30.

⁸²⁷ Wilma George, “Sources and Background to Discoveries of New Animals in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, *History of Science*, XVIII (1980): 81.



Figura 4.13 – Fauna africana. Cartógrafo português anónimo. Planisfério, dito de Cantino (detalhes). 1502. Biblioteca Estense Universitaria, Modena (Itália).



Figura 4.14 – Fauna brasileira. Cartógrafo português anónimo. Planisfério, dito de Cantino (detalhe). 1502. Biblioteca Estense Universitaria, Modena (Itália).

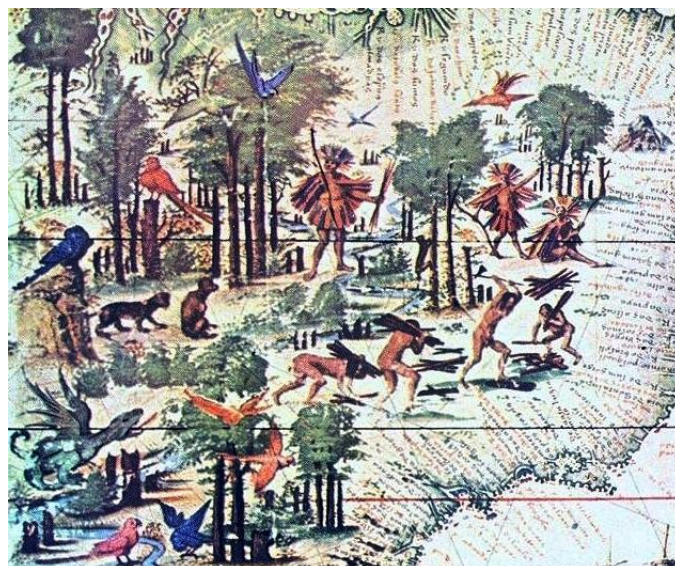


Figura 4.15 – Flora, fauna e populações brasileiras. Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel; ilustrações atribuídas a António de Holanda. Oceano Atântico-Sul (detalhe), *Atlas Miller*. 1519. Bibliothèque Nationale de France, Paris.

Contudo, é de mencionar que nas décadas posteriores, à medida que o conhecimento sobre a natureza desta região do globo ia aumentando, com a proliferação de notícias escritas, verifica-se um aumento significativo da diversidade da fauna representada; por exemplo, o cartógrafo português Diogo Ribeiro (1529), que desempenhou, ao serviço da Coroa espanhola, o ofício de cosmógrafo e produtor de instrumentos de navegação na Casa de la Contratación de Sevilha, no seu mapa-mundi de 1529 representou uma já assinalável quantidade de animais na América do Sul, incluindo várias espécies de aves, felinos e outros mamíferos. Ao mesmo tempo, animais como macacos, emas, gambás, tatus e lamas foram-se também tornando cada vez mais emblemáticos, surgindo por diversas vezes na cartografia a ilustrar esta parte do mundo.⁸²⁸

Relativamente às representações cartográficas dos continentes africano e asiático, estas, no que diz respeito à fauna representada, partilham grandes semelhanças. Deste modo, elefantes, rinocerontes, símios e pássaros “do Velho Mundo”, camelos e leões repetem-se nos mapas em ambos os continentes. Entre estes, o elefante é, de longe, o animal mais frequentemente escolhido para representar a

⁸²⁸ Sobre este cartógrafo e o seu conhecido mapa-mundo, veja-se L. A. Vigneras, “The Cartographer Diogo Ribeiro”, *Imago Mundi*, 16 (1962): 76-83; e Surekha Davies, “The Navigational Iconography of Diogo Ribeiro’s 1529 Vatican Planisphere”, *Imago Mundi*, 55 (2003): 103-112. George, *Animals and Maps*, 57-71; George, “Sources and Background to Discoveries of New Animals”, 81-88.

fauna africana e asiática ao longo dos séculos, o que é bastante compreensível, se considerarmos o facto de este grande mamífero ser abundantemente mencionado e descrito nas fontes europeias relativas à África e à Ásia, desde os textos clássicos de Heródoto, Estrabão e Plínio, até aos relatos de viagens medievais e modernos. É de assinalar, no entanto, que embora existam algumas raras excepções, as representações de elefantes caracterizam-se por uma grande indistinção entre a espécie africana, genericamente maior e que apresenta, em particular, orelhas e presas maiores, e a mais pequenas espécies asiáticas (**Figura 4.16**), o que, mais uma vez, reproduz as informações das fontes escritas, marcadas ou pela indistinção entre as espécies, ou mesmo por considerações incorrectas acerca de qual seria a espécie de maior tamanho.⁸²⁹



Figura 4.16 – Representações iguais de elefantes posicionadas na África Oriental e no sub-continente indiano. Diogo Ribeiro, *Carta Universal en que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierto [...]* (detalhes). 1529. Biblioteca Apostólica Vaticana (Itália).

Da mesma forma, também os rinocerontes são figurados de forma estereotipada independentemente do continente ao qual se encontram associados, pese embora o facto de as duas espécies africanas (nomeadamente o rinoceronte-branco e o rinoceronte-negro) apresentarem ambas dois cornos. Assim, a representação que surge normalmente deste animal, mesmo quando associada a África, remete, na realidade, para o rinoceronte indiano ou o rinoceronte de Java, as únicas espécies que têm apenas um corno, apesar de logo em 1444 Nicolo de Conti ter distinguido os rinocerontes africanos dos asiáticos com alguma precisão.⁸³⁰ Tal dever-se-á, em parte, ao facto de as grandes referências da história natural, Aristóteles, Plínio e Eliano, bem como Isidoro de

⁸²⁹ George, *Animals and Maps*, 123-127.

⁸³⁰ George, *Animals and Maps*, 147.

Sevilha, terem mencionado rinocerontes de apenas um corno.⁸³¹ No entanto, mais determinante ainda terá sido a imensa notoriedade e autoridade alcançadas pela gravura de Dürer – baseada num esboço e descrição de um rinoceronte indiano, enviados ao artista a partir de Portugal, possivelmente por um português – a qual tendo circulado intensamente até se tornar ubíqua, influenciou de forma indelével tanto as descrições escritas deste animal, como as suas representações iconográficas ao longo de três séculos. Em 1551, o naturalista Conrad Gesner aceitou a representação de Dürer como absolutamente fidedigna, tendo incluído uma cópia da mesma na sua *Historia Animalium*, e assim contribuído para que se tornasse canónica, e já em 1607 Edward Topsell, baseando-se na mesma gravura, que também replicou na sua *The History of Four-footed Beasts*, afirmava não acreditar na existência de rinocerontes com dois cornos.⁸³²

Deste modo, os animais desempenhavam um papel essencial e não meramente decorativo na cartografia, uma vez que assim como plantas ou produtos naturais (embora estes em menor grau), eram representados como elementos distintivos dos locais que habitavam, servindo para evidenciar as diferenças e também as semelhanças percepcionadas entre as diversas partes do mundo. Enquanto símbolos, eram tão significativos e relevantes como a indicação de qualquer cidade ou acidente geográfico, até porque não raras vezes, como explorámos nos capítulos anteriores, existiam interesses económicos e políticos nestes animais e produtos naturais provenientes de geografias extra-europeias, que terão contribuído de forma decisiva para as viagens de exploração e os processos de conquista e domínio que se seguiram. A partir do final do século XVI, começa a assistir-se a uma tendência progressiva na cartografia para abandonar as ilustrações de animais, que no final do século XVII ficam praticamente

⁸³¹ Aristotle, *The History of Animals*, liv. II, parte 1; Pliny, *Natural History*, liv. VIII, cap. 29; Isidore of Seville, *The Etymologies*, liv. 12, cap. ii. Ver também Elyse Waters, “Zoological Analysis of the Unicorn as Described by Classical Authors”, *Archeometriai Műhely*, X, 3 (2013), 231-236.

⁸³² Fritha Langerman, “Dürer’s Rhino: Five Centuries of an Elusive Representation”, in *Impact 9 International Printmaking Conference* (Hangzhou: China Academy of Art Press), 460-461; George, *Animals and Maps*, 148-149. A este propósito, note-se, por exemplo, a representação do rinoceronte e do elefante na **Figura 4.19**: apesar de, à excepção do dorso excessivamente arredondado, o elefante se poder considerar bastante naturalista e o tamanho das suas orelhas e feitio da cabeça parecerem apontar, de facto, para o género taxonómico africano, o rinoceronte remete claramente para a representação imaginada de Dürer.

relegadas para as vinhetas decorativas,⁸³³ nas quais os animais mais distintivos continuam a reter o seu carácter profundamente emblemático.

A este propósito, é de referir o *Orbis Terrarum Typus*, do cosmógrafo neerlandês Petrus Plancius, publicado pela primeira vez em 1594, e que mais tarde viria a integrar o *Itinerarium* de Linschoten (1596). Este mapa introduz, pela primeira vez, a inclusão de seis figuras alegóricas, cada uma a personificar um continente, nas vinhetas decorativas em torno do mapa propriamente dito (a partir do canto superior esquerdo e no sentido dos ponteiros do relógio, *Europa, Asia, Africa, Magallanica, Peruana e Mexicana*), inaugurando um paradigma de decoração cartográfica que perdurou até ao final do século XVII, embora se possa identificar a manutenção deste tipo de personificações na iconografia até ao século XIX.⁸³⁴ Nestas representações alegóricas, cada um dos continentes é corporizado por uma figura feminina, que apresenta os atributos e qualidades associadas pelos europeus às outras regiões do globo, todas elas, excepto a própria Europa, sentadas num animal considerado especialmente emblemático do continente em questão e envolvidas por outros elementos da flora e sobretudo da fauna também tidos como característicos. Assim, a Europa, que ocupa o topo esquerdo do mapa, é apresentada com uma coroa e um ceptro, encontrando-se ladeada por símbolos de fertilidade, abundância (cornucópia, alimentos) e cultura (livro, alaúde). A Ásia, no topo direito, está sentada num rinoceronte, envergando vestes ricas, ouro e jóias, enquanto elefantes, uma girafa, um unicórnio, um pássaro fantástico, camelos e cavalos de guerra representam a fauna local (**Figura 4.17**). África, no canto inferior direito, está sentada num crocodilo, despida, e segura um arco, tendo ao seu lado elefantes, uma avestruz, leões, uma cobra e um réptil (possivelmente um camaleão) (**Figura 4.18**). A figura da Magallanica, que geograficamente corresponde ao extremo meridional do globo, no qual se inclui o sudeste asiático, está sentada num elefante, e ao seu lado, aquilo que parece ser um exército de elefantes de guerra, dois mamíferos indefinidos, um réptil alado e uma ave-do-paraíso são escolhidos para representar o mundo natural da região. Quanto à Peruana e à Mexicana, a primeira está sentada num jaguar e

⁸³³ George, *Animals and Maps*, 23-24 e 78-82.

⁸³⁴ Sobre esta questão, veja-se Francisco Bethencourt, “Hierarchies of Continents and Peoples”, capítulo 5 de *Racisms. From the Crusades to the Twentieth Century* (Princeton: Princeton University Press, 2015), 65-82.

rodeada por um macaco, um papagaio e um tucano, e a segunda senta-se num tatu, encontrando-se ambas despidas e segurando armas.



Figura 4.17 – Alegoria à Ásia. Petrus Plancius, *Orbis Terrarum Typus De Integro Multis In Locis Emendatus* (detalhe). Amsterdão, 1594. Barry Lawrence Ruderman Antique Maps (Antiquário – raremaps.com).

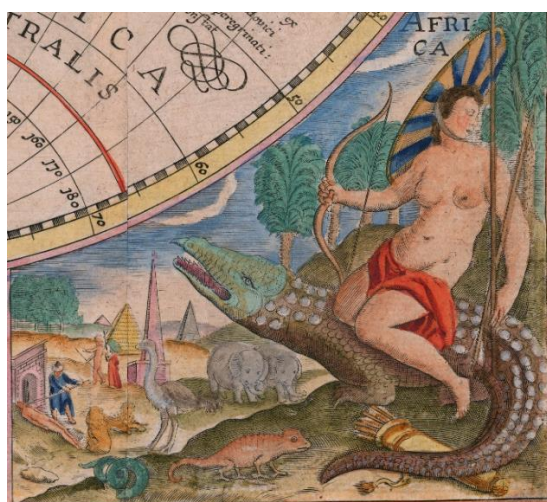


Figura 4.18 – Alegoria a África. Petrus Plancius, *Orbis Terrarum Typus De Integro Multis In Locis Emendatus* (detalhe). Amsterdão, 1594. Barry Lawrence Ruderman Antique Maps (Antiquário – raremaps.com).

Embora este mapa seja normalmente considerado pioneiro na apresentação deste esquema decorativo, a iconografia da personificação estereotipada e hierarquizada dos continentes havia já sido elaborada em 1570 por Abraham Ortelius, no frontispício do seu *Theatrum Orbis Terrarum*, que é, por este motivo, identificado como a principal inspiração de Plancius. No entanto, Ortelius não inclui a alusão a animais emblemáticos nestas alegorias. Este elemento, que consideramos particularmente relevante, recua porventura à numismática romana antiga, redescoberta nos séculos XV e XVI, e é apenas incluído mais tarde, em 1581, por

Abraham de Bruyn num livro dos trajes do mundo, e em 1593, na *Iconologia* de Cesare Ripa,⁸³⁵ cuja imensa difusão já abordámos. Nesta última obra, os elementos que compõem as alegorias dos continentes são tão relevadores quanto os seus textos explicativos: enquanto a Europa é apresentada, mais uma vez, como a “principal parte do mundo, superior a todas as outras” exibindo insígnias de poder e cultura, África é figurada e descrita como quase nua, com uma cabeça de elefante por toucado, segurando numa mão uma cornucópia cheia de trigo e na outra um escorpião, e ladeada por um leão, uma víbora e uma serpente. Na explicação, encontra-se nua “porque a riqueza não abunda nesta região”; o elefante é incluído porque já era considerado pelos romanos um animal próprio deste continente, e os restantes animais revelam tanto a abundância da fauna africana, como a sua imensa perigosidade (um “ferocíssimo leão”, e “serpentes venenosas”), ao passo que a cornucópia simboliza a fertilidade do continente. Refira-se que esta mesma figuração, com o toucado de elefante e o escorpião na mão, foi também utilizada na *Alegoria a África* de Lauuers Coenradt a partir de Louis Licherie de Beurie (século XVII) que se pode observar no Museu de Lamego (**Figura 4.19**), e que tal como tantas outras alegorias de continentes, buscou, claramente, inspiração na obra de Cesare Ripa.



Figura 4.19 – *Alegoria a África*. Lauuers Coenradt a partir de Louis Licherie de Beurie. Gravura a buril e colorida à mão. Paris, Pierre Lundry, século XVII. Museu de Lamego.

⁸³⁵ Bethencourt, “Hierarchies of Continents and Peoples”, 65-73.

Quanto à Ásia, é apresentada com atributos que revelam o seu papel de produtora de coisas deleitosas e ricas, necessárias à vida humana, “que distribui pelas outras partes do mundo”; o seu animal é um camelo, o que alude provavelmente ao importante papel deste animal no secular comércio terrestre que alimentava os mercados europeus de produtos asiáticos, contribuindo decisivamente para esta idealização. E a América é representada, não com símbolos que necessitem de explicação, mas simplesmente com os atributos com as quais as suas populações eram descritas nas fontes textuais porque, explica o autor, os autores clássicos em que se baseava a desconheciam. Assim, a América encontra-se despida, armada de arco e flecha, e usando um toucado de penas coloridas; aos seus pés uma cabeça humana sinaliza a prática do canibalismo e a sua percepção pelos europeus como bárbara, e um lagarto enorme, capaz de comer não só outros animais mas também homens, remete para o carácter perigoso, selvagem e extremo da sua fauna.⁸³⁶

Francisco Bethencourt analisou recentemente a influência duradoura destas personificações estereotipadas dos continentes nas ideologias imperiais e coloniais, nomeadamente na percepção europeia da diferença e na relação de domínio que estabeleceu, ao longo dos séculos, com o resto do mundo. A Europa é, afinal, invariavelmente representada como superior, colocada no topo da hierarquia dos continentes, e associada a signos de soberania, justiça e cultura, enquanto a América e a África, quase sempre marcadas pela nudez, incorporam ideias de rudeza e ausência de civilidade, e a Ásia o luxo e a extravagância. No entanto, o papel dos próprios animais exóticos neste esquema tem sido descurado ou interpretado como acessório, embora a sua inclusão demonstrasse, de forma explícita e impressiva, não só que elementos da fauna eram considerados característicos de cada região, mas principalmente a diferença intrínseca percepcionada entre a Europa e as restantes partes do mundo. Ao contrário de todos os outros continentes, em grande parte destas representações a Europa dispensa ser acompanhada por um animal emblemático, demarcando-se assim, simbolicamente, do mundo natural, “inculto”, imprevisível e irracional, e rejeitando a

⁸³⁶ Ripa, *Iconologia or, Moral Emblems*, fls. 47-47v e 53-53v; Cesare Ripa, *Iconologia* (Roma: Lepido Facci, 1603), 332-339

associação com qualquer noção, ainda que metafórica ou simbólica, de animalidade.⁸³⁷ Esta é, pelo contrário, imputada ao “Outro”, que neste aspecto é totalmente indiferenciado, porque todos estes “outros” partilham este atributo que os separa da soberana Europa. Os animais exóticos constituem então, em suma, símbolos visuais de uma alteridade radical e profunda.

Por outro lado, estas representações estereotipadas também reforçam o carácter geograficamente emblemático de certos animais, que se tornam, como estudou Walter Putnam, em elementos importantes dos discursos e práticas imperiais e coloniais, simultaneamente enquanto criaturas vivas e significadores culturais. Os animais que eram importados para a Europa serviam como testemunhos visuais, vivos e animados da hegemonia sobre territórios longínquos e do domínio humano sobre o mundo natural e as suas espécies mais ferozes e majestosas, tornando-se, assim, eles próprios, súbditos dos monarcas e dos Estados em cujos programas propagandísticos eram integrados. Ao mesmo tempo, e em larga medida por via da circulação destas imagens essencializadas de espaços de alteridade geográfica aos quais se encontravam associados, estes animais acabavam por representar, no imaginário colectivo europeu, os seus locais de origem, que nem sempre eram geograficamente fixos e definidos, e que frequentemente se encontravam envoltos numa aura misteriosa e semi-mítica. E representavam também as próprias viagens, perigosas, imprevisíveis e longuíssimas, que os europeus realizavam para descobrir e conquistar o mundo vasto e longínquo de onde provinham.⁸³⁸ Deste modo, através das múltiplas associações que encerravam e que lhes eram imputadas, os animais exóticos funcionavam como signos metonímicos de realidades distantes, isto é, apresentavam e representavam um todo imaginário do qual faziam parte (neste caso, o contexto extra-europeu de onde provinham). Oferecendo uma conexão tangível a esse todo, irremediavelmente ausente e impossível de representar de forma fidedigna, eficaz e absoluta, os animais exóticos acabavam por substituí-lo. Neste processo de valoração metonímica, a representação iconográfica e a

⁸³⁷ Não é irrelevante notar que na *Iconologia* a Europa é acompanhada por um cavalo, indissociável da aristocracia e dos seus valores e hábitos, e certamente o mais acabado exemplo de domesticação aos olhos europeus.

⁸³⁸ Walter Putnam, “The Colonial Zoo”, in *French Thinking about Animals*, eds. Louisa Mackenzie e Stephanie Posthumus (East Lansing: Michigan State University Press, 2015), 31-46; Idem, “The Colonial Animal”, in *Animals & Society: An Introduction to Human-Animal Studies*, ed. Margo deMello (Nova York: Columbia University Press, 2012), 81-83.

exibição de animais vivos encontram-se intimamente ligadas, contribuindo cada uma delas para a construção, fixação e apreensão destes significados simbólicos.⁸³⁹ Através do contacto com os animais vivos, e observando a forma como se comportavam e agiam, os humanos que os viam podiam atribuir-lhes uma panóplia de qualidades e características (ferocidade, orgulho, estranheza, lascívia...), depois transpostas para os seus lugares de origem; por seu turno, a iconografia também reforçava a associação de qualidades e características aos lugares de origem, as quais eram depois projectadas nos animais que os habitavam. E deste modo, tanto o todo como os fragmentos que o compunham passavam a revestir-se dos mesmos significados.

Em Portugal, podemos encontrar diversos exemplos demonstrativos deste tipo de apresentações e representações de animais enquanto signos emblemáticos de geografias longínquas. Se na Idade Média, como vimos, já existia uma apetência pela manutenção de animais selvagens endógenos e pela prática de actividades cinegéticas, que denotam uma recuada preocupação com a manifestação pública de domínio sobre o mundo natural, no século XV, o processo expansionista por territórios extra-europeus é, desde o início, acompanhado pela inclusão de animais selvagens exóticos neste tipo de práticas. Assim, animais como leões, elefantes, camelos, avestruzes ou cobras, tradicionalmente associados, desde o Império Romano, ao continente africano, cedo são incorporados pelos monarcas portugueses nas suas estratégias de demonstração de poder e soberania, como símbolos vivos dos seus projectos imperialistas e das suas pretensões sobre territórios para os quais a presença dos próprios animais remetia. No reinado de D. Manuel, esta tendência assume, naturalmente, uma dimensão ainda mais evidente: se aceitarmos que, como sustenta Benjamin Schmidt, a visão desempenhava um papel essencial na recepção e percepção da “geografia exótica”, torna-se clara a importância dos cortejos de animais asiáticos, cuidadosamente encenados e apresentados nas cerimónias públicas deste monarca, na transmissão de uma imagem

⁸³⁹ Sobre esta questão, veja-se Peter Mason, “Faithful to the Context? The Presentation and Representation of American Objects in European Collections”, *Anuário Antropológico* 98 (2002): 51-95.

emblemática do mundo natural extra-europeu e na demonstração do domínio da Coroa portuguesa sobre o mesmo.⁸⁴⁰

Da mesma forma, se as propagandísticas tapeçarias “à maneira de Portugal e da Índia” constituíam, como vimos no capítulo anterior, crónicas visuais glorificadoras dos feitos da Coroa portuguesa na Ásia, a sua importância para a construção da imagem imperial de D. Manuel era tanto maior quanto a dimensão emblemática da sua iconografia. E esta assentava e dependia largamente da inclusão de animais extra-europeus, que na generalidade das tapeçarias era o elemento que remetia de forma mais directa e evidente para uma geografia extra-europeia.⁸⁴¹ Por outro lado, é igualmente de salientar que nestes objectos da propaganda régia portuguesa, tal como na cartografia e na iconografia alegórica europeias, verifica-se uma assinalável indefinição geográfica no que respeita aos animais representados. Embora grande parte destes animais (girafas, zebras, camelos) sejam, na realidade, africanos, eram recorrentemente associados à Ásia, tendo sido fundamentais para a construção e comunicação, tanto na Idade Média como na Idade Moderna, de uma imagem estilizada e estereotipada do mundo natural extra-europeu. Já a inclusão do conhecido unicórnio na tapeçaria da CGD, esta inscreve-se, sem dúvida, numa tradição medieval que associava este animal mítico à Índia, mas remete também para a manutenção da identificação de criaturas míticas com espaços geográficos longínquos, remotos e ainda pouco conhecidos, que, como vimos, perdurou por vários séculos.

Esta indefinição revela-se, deste modo, fundamental para se perceber afinal o que significava o “exótico”. Como vimos na Introdução, no século XVI, quando surgiu pela primeira vez no vocabulário português, o termo “exótico” significava simplesmente algo vindo de outro lugar, sem referência geográfica explícita e igualmente sem escala perceptível de distância, podendo ser utilizado para designar as diversas *commodities* valiosas que chegavam à Europa vindas de outros continentes, como para designar produtos absolutamente triviais que chegavam a Portugal vindos de outro país europeu.

⁸⁴⁰ Benjamin Schmidt, “The Limits of Language and the Challenges of Exotica: Pictures, Words, and Global Knowledge in Early Modern Europe”, in *Translating Knowledge in the Early Modern Low Countries*, eds. Harold J. Cook e Sven Dupré (Berlim: Lit Verlag GmbH & Co., 2012), 79-106.

⁸⁴¹ Inês Cristóvão, “O Cenário”, in *Cortejo Triunfal com Girafas*, 17-21; Jessica Hallett, “A girafa, o elefante e a zebra”, in *Cortejo Triunfal com Girafas*, 23-31.

Denotava, assim, uma fronteira geográfica (ainda que indistinta) mais do que uma fronteira cultural ou civilizacional. Já os animais extra-europeus evocavam, de facto, noções específicas de alteridade espacial, tendo sido essenciais para a construção de uma imagem e de uma identidade europeias por comparação e oposição ao resto do mundo, visto com uma *patine* vaga e indeterminada de exotismo. Quando se tornavam emblemáticos de uma dada região ou continente, esta associação não era intrínseca, mas invariavelmente construída na Europa, e denotava, muitas vezes, a persistência de ideias estereotipadas antigas e medievais, não remetendo, necessariamente, para a proveniência efectiva das espécies, tal como se pode compreender pela recorrente confusão entre a fauna africana e asiática. Todavia, o significado simbólico destes animais extra-europeus não se limitava a questões de localização. Frequentemente eram associadas a estes animais noções de espanto e maravilhamento que não se deviam à sua proveniência, à sua raridade, ou à novidade que representavam. Desde que pudessem gerar ou suscitar alguma percepção de alteridade, seja por via da sua ferocidade e do seu carácter selvagem, seja por via da sua equiparação a monstros, ou até por via de uma inusitada e incompreensível associação a qualidade e virtudes morais e humanas, podiam ser construídos enquanto objectos exóticos e maravilhosos.⁸⁴²

4.2.2. Animais exóticos e antropomorfismo

O papel cultural dos animais na conceptualização das geografias exóticas assenta em larga medida, como vimos, na sua função enquanto símbolos primordiais e máximos de alteridade. Aparentemente desprovidos das faculdades essenciais das quais depende e nas quais assenta a excepionalidade humana – a fala e a razão –, mas ao mesmo tempo animados e cinéticos, os animais evocaram desde sempre um sentido de diferença profunda, que foi fundamental para os humanos se percepcionarem, entenderem e identificarem a si próprios enquanto tal. A associação simbólica entre animais – e as noções tangentes de animalidade/bestialidade – e geografias e populações extra-europeias foi, por esse motivo, importante para o processo intelectual de construção da alteridade destas últimas. No entanto, é igualmente possível encontrar no início do período moderno exemplos de autores que questionaram as fronteiras

⁸⁴² Lawrence, *Monstrous Assembly*, 133-137.

entre a natureza humana e animal, revelando a subjectividade destas distinções. No quadro da concepção emblemática do mundo natural, na qual cabia uma vasta multiplicidade de discursos sobre os animais, diversos humanistas encontraram, no reino animal, modelos morais e éticos, que se apresentavam como lições a apreender, mas ao mesmo tempo, por vezes tão elevados que se revelavam imperscrutáveis e inacessíveis aos humanos.⁸⁴³ Estes exemplos, sempre marcados por uma perspectiva profundamente antropomórfica sobre os animais, demonstram que o papel central desempenhado pela fauna nas formas de os humanos conceberem o mundo neste período não se esgotava na sua dimensão enquanto “outro” radicalmente diferente ou oposto; pelo contrário, a interacção com o “outro” animal convidava, também, a pensar a própria identidade humana e os seus limites.

Devido ao protagonismo que os elefantes assumiram, como vimos no segundo e no terceiro capítulos, nas estratégias de propaganda política e nas representações simbólicas de soberania, não só desde a Antiguidade, mas sobretudo em Portugal no início da Idade Moderna, as fontes portuguesas do século XVI são bastante ricas em descrições destes animais, o que os torna em objectos elucidativos sobre as relações entre humanos e animais neste período. Como vimos atrás, três descrições especialmente esclarecedoras são as de Damião de Góis, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa, a primeira incluída na crónica de D. Manuel – e portanto, uma fonte política que consiste numa construção oficial da memória do monarca – e as outras duas inseridas em tratados sobre as propriedades terapêuticas das drogas asiáticas – fontes relacionadas com a construção do conhecimento sobre o mundo natural extra-europeu. Não obstante as evidentes diferenças entre estas fontes, de géneros textuais distintos, no que respeita à perspectiva veiculada sobre este animal, sobressaem semelhanças claras.

A descrição de Damião de Góis pode ler-se na quarta parte da crónica, no capítulo XVIII, relativo ao combate entre o elefante e o rinoceronte, experiência realizada pelo monarca para aferir a veracidade da convicção dos autores antigos de que estes animais eram inimigos naturais. Convenientemente, o elefante escolhido para o

⁸⁴³ Louisa Mackenzie, “The Fish and the Whale: Animal Symbiosis and Early Modern Posthumanism”, *Sixteenth Century Journal*, XLV, 3 (2014): 580; Abel Alves, “Iberia’s Imagined Elephant. Animal Behavior through a Human Prism in the Sixteenth Century”, *Romance Studies*, 60 (2020) [no prelo].

combate era bastante jovem e ainda não tinha as presas desenvolvidas, pelo que avistando o rinoceronte a aproximar-se, debandou em pânico em direcção aos Estaus, uma fuga tornada célebre pela cinematográfica narração do cronista, que naturalmente deu como provada a lenda clássica.⁸⁴⁴ Porém, bastante mais revelador do que a própria relação do combate é o facto de Damião de Góis ter dedicado a maior parte do capítulo a expor todos os dados e informações de que dispunha sobre elefantes e rinocerontes, nas suas palavras “duas bravíssimas e espantosas alimárias”. Tal como ele, também Garcia de Orta e Cristóvão da Costa destinaram secções consideráveis das suas obras ao mesmo tema. Contudo, se Orta reservou todo o colóquio 21º exclusivamente ao elefante e ao marfim, ressaltando porém que não o fazia “pela física, senão por passatempo”,⁸⁴⁵ Costa, por seu turno, consagrou ao paquiderme não um capítulo, mas todo um tratado independente, o “Tratado do Elefante e de suas qualidades”,⁸⁴⁶ no final do seu *Tratado das drogas e medicinas*, que pela sua extensão, e sobretudo pela enorme erudição que denota, pelos conteúdos que inclui e pelas suas próprias características formais, merece ser considerado uma absoluta referência da história natural do século XVI no que respeita ao estudo dos animais.

Pela leitura dos textos, é possível concluir que todos os autores se encontravam bastante familiarizados com elefantes, tendo mencionado correctamente as suas principais características físicas e referido algumas informações comuns que circulavam sobre os mesmos, nomeadamente a sua utilização na guerra pelos soberanos asiáticos, e a animosidade natural entre elefantes e outras criaturas, como serpentes ou ratos. Todos os autores aludem à natureza domesticável do elefante e à sua capacidade de receber indicações e ordens, ainda que complexas, de humanos. Cristóvão da Costa inclui mesmo no seu tratado duas representações iconográficas (**Figura 4.20**), ainda que, à semelhança das restantes imagens da obra, estas sejam bastante esquemáticas, estilizadas e pouco naturalistas. Na realidade, segundo Ines G. Županov, que estudou as representações iconográficas de Cristóvão da Costa, o naturalismo pictórico parece não ter estado no centro das preocupações deste autor ao incluir desenhos na sua obra. A apresentação de imagens tinha, por um lado, uma função essencialmente didáctica, e

⁸⁴⁴ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, cap. XVIII, 49-55.

⁸⁴⁵ Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, vol. I, colóquio 21º, 303-324.

⁸⁴⁶ Costa, *Tractado de las drogas, y medicinas*, 417-448.

por outro, denota uma intenção do autor de se distinguir do então já celebrado Garcia de Orta, afirmando a originalidade e importância do seu contributo sobretudo entre os naturalistas do norte da Europa, que não detinham experiência em primeira mão do mundo natural asiático, e que embora produzissem ilustrações mais naturalistas, baseavam-nas principalmente nas partes comerciáveis das plantas e dos animais que chegavam à Europa. Assim, as ilustrações “ao natural” de Costa, bem como as próprias características formais da sua obra, parecem sugerir o seu desejo de integrar as redes europeias de naturalistas do seu tempo.⁸⁴⁷

A primeira representação, alegadamente desenhada “ao natural”, mostra um elefante encostado a uma palmeira, relembrando o fresco da *Criação dos Animais* por Rafael (c. 1518) (**Figura 4.21**), e a segunda, claramente inspirada na típica iconografia medieval do elefante de guerra que se pode encontrar nos bestiários, apresenta um elefante carregando uma torre com um soldado.⁸⁴⁸

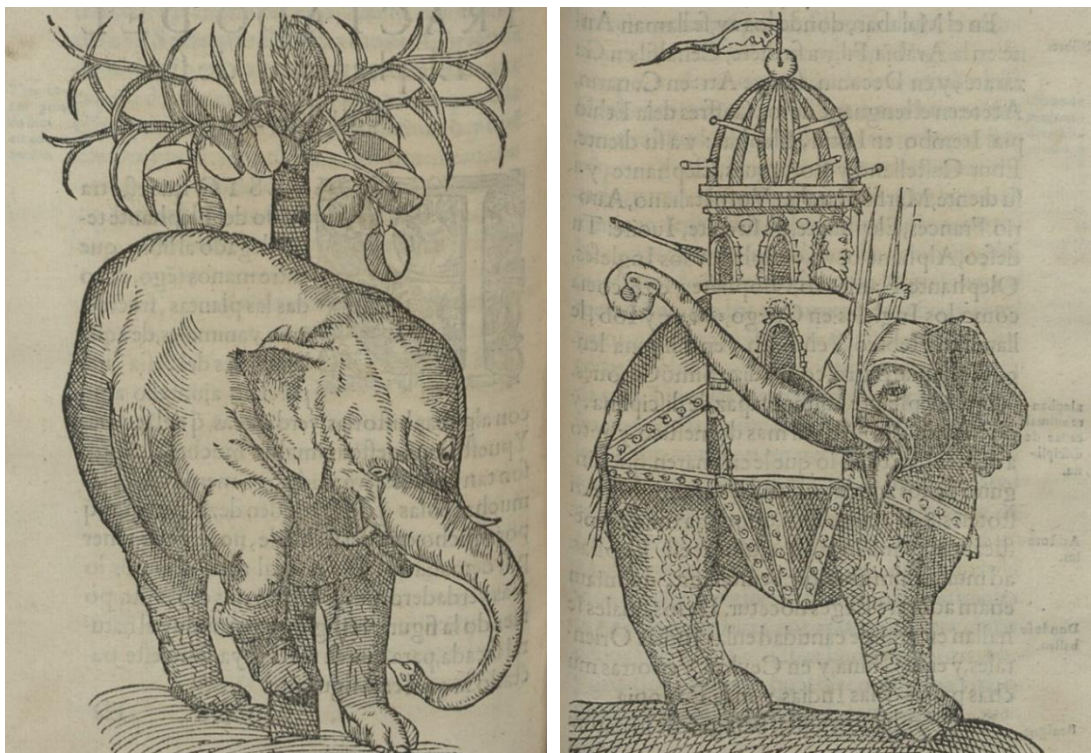


Figura 4.20 – Gravuras de elefantes. Cristóvão da Costa, *Tractado de las drogas, y medicinas de las Indias Orientales* [...]. Burgos, 1578.

⁸⁴⁷ Sobre as representações iconográficas de Cristóvão da Costa, veja-se Ines G. Županov, “From Descriptive/Verbal to Pictorial Visualizations: Appropriating Nature in the Portuguese Empire in Asia (16th and 17th Centuries)”, in *Visualizing Portuguese Power. The Political Use of Images in Portugal and its Overseas Empire (16th-18th Century)*, ed. Urte Krass (Zurique e Berlim: Diaphanes, 2016), 261-287.

⁸⁴⁸ Županov, “From Descriptive/Verbal to Pictorial Visualizations”, 282.



Figura 4.21 – Rafael, *A Criação dos Animais* (Detalhe). Fresco, 1518-1519. Vaticano, Palácio Apostólico.

Como referimos anteriormente, também todos os autores mencionam as suas fontes – aqui, mais uma vez, a descrição de Costa é especialmente explícita, fazendo corresponder a cada afirmação a respectiva autoridade. No entanto, a leitura dos excertos revela que a influência de Plínio se destaca, no cômputo geral, como determinante para a perspectiva destes autores sobre o animal. A este propósito, é importante salientar que ao longo da Idade Média, e sobretudo no Renascimento, a *História Natural* de Plínio era uma das principais fontes para o conhecimento sobre os animais, tendo circulado de forma tão ampla e intensa através das suas inúmeras edições, que pode mesmo considerar-se, segundo o historiador Brian Cummings, um “livro do Renascimento tanto como um livro antigo”.⁸⁴⁹ Plínio foi, também, uma fonte essencial para praticamente todas as autoridades clássicas e medievais que se lhe seguiram e que escreveram sobre animais, desde Eliano até Isidoro de Sevilha, tendo, por isso, sido relido por uma parte significativa das diversas fontes que Damião de Góis, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa citam nas suas obras. E Plínio, a suma autoridade, claramente sentia – ou pelo menos demonstrava nos seus escritos – uma particular e incomum afinidade em relação ao elefante, que partilhava com o mundo romano em geral. Um episódio marcante narrado por este autor, e por outros que o releram, conta

⁸⁴⁹ Cummings, “Pliny’s Literate Elephant”, 171.

como certa vez a população romana se levantou em protesto contra o imperador Pompeu Magno, comovida ao ver o lamento suplicante de um grupo de elefantes no fim de uma *venatione* dada por este. Este é um dos poucos episódios conhecidos de repulsa popular contra estes espectáculos de crueldade contra animais, tendo posteriormente sido justificado por Cícero como tendo-se devido a um sentimento, suscitado na população, de que aquele animal partilhava algo em comum com a humanidade.⁸⁵⁰ Na verdade, ao longo dos vários capítulos da *História Natural* dedicados ao elefante, Plínio não se limitou a discorrer um catálogo de virtudes morais humanas projectadas no elefante e ilustradas através de histórias alegóricas, como normalmente podemos ler nos bestiários medievais. Embora também possamos encontrar exemplos desse tipo de abordagem, a perspectiva geral que ressalta vai muito para além disso: contrariando abertamente o princípio, atribuído a Aristóteles, que consagra o humano como a única criatura dotada de linguagem, pensamento racional e sentido de moralidade,⁸⁵¹ Plínio embrenha-se na vida emocional dos elefantes, reconhecendo a sua complexidade e descrevendo comportamentos que exigiam entendimento e intencionalidade consciente. E é esta perspectiva que acaba por ser reproduzida pelos autores portugueses.

Assim, todas as descrições incluem diversas histórias que podem, e em muitos casos são, prontamente justificadas pela habilidade do elefante domesticado aprender truques e compreender e seguir ordens. Por exemplo, tanto o cronista como os naturalistas manifestaram o seu espanto perante a força e as capacidades do elefante como animal de trabalho, e a forma como conseguiam utilizar instrumentos para realizar tarefas, comprar com dinheiro a sua própria comida, ou aprender a perceber e receber indicações em línguas diferentes. Por muito impressionantes que estes feitos pareçam, todos eles são possíveis através da domesticação e treino dos elefantes, e Cristóvão da Costa explicou-os racionalmente, tal como Aristóteles, com o facto de este ser um “animal capaz de disciplina e obediente ao homem, e o mais doméstico e apto a

⁸⁵⁰ Pliny, *Natural History*, liv. VIII, cap. 7; Cícero, *Cartas*, liv. VII, carta I, 205-207; Cummings, “Pliny’s Literate Elephant”, 176.

⁸⁵¹ Aristotle, *Politics*, liv. I, sec. 1253^a, in *Aristotle in 23 Volumes*, trad. H. Rackham (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1944), vol. 21. Consultado no site *Perseus Digital Library*, de Gregory C. Crane (Tufts University). Sobre esta questão, veja-se Richard Sorabji, *Animal Minds & Human Morals. The Origins of the Western Debate* (Ithaca: Cornell University Press, 1993); Claudiu Mesaroş, “Aristotle and animal mind”, *Procedia – Social and Behavioural Sciences*, 163 (2014): 185-192.

aprender tudo o que lhe ensinarem”.⁸⁵² Juntamente com Garcia de Orta, este autor também reservou substancial atenção às qualidades mais objectivas e úteis para os humanos, tais como as propriedades medicinais do marfim ou os seus usos na cultura material. Estas considerações, contudo, longe de denotarem uma particular afinidade ou empatia em relação ao animal, salientam a sua submissão face ao homem, remetendo para uma visão que valoriza sobretudo a sua utilidade para actividades humanas.⁸⁵³

No entanto, podem também encontrar-se em cada uma destas fontes excertos que transcendem largamente esta categorização dos elefantes como meros recursos passíveis de exploração humana, apresentando um animal sensível, capaz de agir com consciência e intencionalidade e de demonstrar contenção e sentimentos. Damião de Góis, por exemplo, detém-se na narração de episódios incríveis e imaginativos, repetindo a história contada por Plínio de Ajax, um elefante do rei selêucida Antíoco III, que por orgulho, se deixou morrer de fome após perder o seu destacado estatuto no exército.⁸⁵⁴ E conta igualmente um episódio que declara ter testemunhado, de quando Hanno, o elefante que foi enviado ao papa Leão X, estava a ser embarcado para Roma. Segundo o autor, o animal recusou-se a embarcar, até D. Manuel ter dado ordem ao seu palafrenero para que lhe promettesse, da sua parte, que o enviava a um senhor melhor, que o iria estimar mais ainda, e que se tal não acontecesse poderia retornar ao lugar de onde partia, com o que o elefante assentiu, embarcando com lágrimas nos olhos.⁸⁵⁵ Esta descrição é, evidentemente, marcada pela retórica própria do cronista – e da cronística régia em geral, aliás – sugerindo tanto a autoridade do monarca sobre um animal impressionante e magnífico, como a sua deferência simbólica ao Sumo Pontífice, o “senhor melhor”. Mas este é também um comportamento descrito por Plínio, que afirma que quando os elefantes estão prestes a embarcar numa viagem marítima, só os conseguem levar a entrar na embarcação prometendo-lhes que podem retornar ao seu lugar de origem, pelo que também é possível que Damião de Góis tenha interpretado o que terá visto – a recusa do animal em embarcar e depois o seu assentimento – à luz da

⁸⁵² Costa, *Tractado de las drogas, y medicinas*, 420; Aristotle, *The History of Animals*, liv. I, parte 1.

⁸⁵³ Alves, “Iberia’s Imagined Elephant”.

⁸⁵⁴ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, cap. XVIII, 50; Pliny, *Natural History*, liv. VIII, cap. 5.

⁸⁵⁵ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, cap. XVIII, 50.

autoridade antiga.⁸⁵⁶ Outras histórias de Góis falam de Martinho, um elefante que servia na fortaleza portuguesa de Cochim, que percebia quando homens o enganavam deliberadamente e os castigava pela sua desonestidade, ou que sentia, e manifestava de forma declarada, pejo pelas suas falhas.⁸⁵⁷

As histórias de Martinho são também relatadas por Garcia de Orta e Cristóvão da Costa. Ambos narram a história, também mencionada por Damião de Góis, do caldeireiro que terá tentado ludibriar Martinho, não reparando devidamente uma caldeira furada que o seu palafrenero o mandara levar a consertar. Entregando-a ao seu mestre humano ainda a vazar, Martinho tornou a levá-la ao caldeireiro, que a deixou ainda pior. Desta vez, porém, antes de tornar a casa, o elefante terá decidido testá-la, mergulhando-a na água do mar e verificando que continuava a verter, o que o levou a protestar, com “muitos urros” à porta do artesão. Segundo o relato, o caldeireiro, por fim, soldou a panela correctamente, mas Martinho ainda a terá testado mais uma vez, e só quando a “achou muito boa” a levou ao seu *naire*.⁸⁵⁸ Costa relata ainda uma outra história notável, de um elefante que servia o rei de Portugal em Goa, que estando preso (por estar naquilo que pela descrição parece ser uma altura de cio que afecta os elefantes machos e os deixa descontrolados), terá conseguido soltar-se, debandando em fúria pela cidade. Encontrando no seu caminho uma escrava com o filho nos braços, esta, aterrorizada, soltou a criança na rua, mas o elefante apenas a pegou com a tromba e colocou-a em segurança, antes de continuar no seu desvario. Segundo o autor, a atitude do elefante ter-se-ia devido à sua gratidão para com a mãe da criança, que teria por costume dar pão e fruta aos elefantes que passavam, e assim recebeu a paga, pelo animal, das “pias obras que antes lhe havia feito”.⁸⁵⁹

Na verdade, embora tanto Garcia de Orta como Cristóvão da Costa revelem, no geral, uma atitude tendencialmente mais crítica em relação aos clássicos – patente, por exemplo, quando contradizem Plínio com base nas suas próprias observações ou afirmam não terem bases empíricas para comprovar as suas declarações –, ambos

⁸⁵⁶ Pliny, *Natural History*, liv. VIII, cap. 1.

⁸⁵⁷ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, cap. XVIII, 51.

⁸⁵⁸ Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, vol. I, col. 21^o, 304; Costa, *Tractado de las drogas, y medicinas*, 428-430.

⁸⁵⁹ Costa, *Tractado de las drogas, y medicinas*, 431-432.

comentam, através destes e outros variados relatos, as complexas vivências emocionais e sociais dos elefantes. Ambos escrevem que os elefantes são melancólicos e medrosos, que têm pesadelos, e que os seus ciúmes intensos por vezes os conduzem a estados de raiva incontrolada; através de várias histórias, ilustram o seu sentido de honra, e que se orgulham do estatuto dos seus donos; que se sentem envergonhados e constrangidos quando erram ou demonstram fraqueza, gratos quando se sentem estimados, e vingativos quando ofendidos.⁸⁶⁰ Todas estas considerações excedem amplamente a mera submissão dos elefantes aos humanos e a sua proverbial capacidade de aprenderem truques.

Apesar de os exemplos que apresentámos serem particularmente demonstrativos de uma atitude que reconhece aos animais características humanas, sobretudo pela assinalável extensão, pormenor e diversidade de conteúdos das descrições, que não é comum encontrar-se nas fontes portuguesas, é ainda assim, possível encontrar outros exemplos que indiciam uma certa indistinção nas fronteiras entre aquilo que se considera próprio dos humanos e dos animais. Assim, por exemplo, a inscrição sobre o rinoceronte de D. Manuel que acompanha tanto o desenho original de Dürer como a primeira versão da sua célebre xilogravura, inclui uma breve descrição das características físicas do animal, mencionando que é da cor de um sapo, todo coberto por grossas escamas, do tamanho de um elefante mas mais baixo, e que na ponta do focinho tem um longo e afiado corno. Mas refere também que o rinoceronte é o inimigo mortal do elefante, e que sempre que se aproxima deste, aguça o seu corno nas pedras, investindo com a cabeça entre as patas dianteiras, e ferindo-o na barriga, onde a sua pele é mais fina. A descrição termina afirmando que o elefante tem muito medo do rinoceronte, que o fere sempre que se encontram, uma vez que este é “bem armado, muito rápido e astuto”.⁸⁶¹ Esta descrição baseia-se, como vimos, na notícia enviada para Nuremberga pelo impressor morávio Valentim Fernandes, e não tendo sido produzida por um autor português, fala de uma das mais célebres criaturas exóticas

⁸⁶⁰ Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, vol. I, col. 21^o, 306-307, 309-310; Costa, *Tractado de las drogas, y medicinas*, 421, 423-424, 426, 435-436, 441.

⁸⁶¹ O desenho original de Dürer (ou um exemplar do mesmo), de 1515, encontra-se actualmente conservado no British Museum, em Londres. A transcrição da inscrição original em alemão e uma tradução da mesma para inglês podem ler-se na ficha deste objecto (referência SL,5218.161) no site do [British Museum](https://www.britishmuseum.org/).

associadas a D. Manuel. São particularmente interessantes não só a conhecida afirmação de que os grandes mamíferos são “inimigos mortais”, mas também a consideração de que o rinoceronte é “astuto”, e a referência ao facto de aguçar o corno nas pedras como se de um instrumento se tratasse, comportamento que certamente contribuiria para aquela qualificação do animal.

Já João de Barros, na *Década III*, relata um episódio “maravilhoso”, em que um grande “monstro do mar” que o autor designa como “peixe Sombreiro” atacou um galeão passado o Cabo da Boa Esperança. A criatura terá imobilizado a embarcação, “abraçando-a” com as barbatanas, até ser exorcizada pelo capelão, o que a levou a soltar o barco e desaparecer.⁸⁶² Da mesma forma, a famosa descrição da Hipupiára, um “monstro marinho que se matou na capitania de S. Vicente no ano de 1564”, por Pêro Magalhães de Gândavo (1576) conta como uma criatura que provavelmente seria uma foca, ocorreu à praia. Vendo o filho do capitão, Baltasar Ferreira, aproximar-se ameaçadoramente, o animal procurou regressar ao mar, mas o homem barrou-lhe o caminho, o que o fez levantar-se “como um homem, fincado sobre as barbatanas do rabo”. O humano aproveitou, então, a posição favorável para o atacar na barriga, ao que o animal desistiu de fugir, remetendo furiosamente contra Baltasar, e só após outro golpe deste último deixou “sua vã porfia” e se lançou enfim ao mar.⁸⁶³ Ambas as histórias procuram, evidentemente, apresentar exemplos da superação humana face a animais marinhos ferozes, fortes e misteriosos, mas também acabam, ainda que subtilmente, por remeter para a indistinção de fronteiras entre o humano e o animal ao aceitarem, respectivamente, que uma criatura irracional e sem alma poderia ser exorcizada dos seus demónios pela acção religiosa, ou que escolhia, obstinadamente, lutar contra um homem, não sendo o seu comportamento interpretado como uma mera manifestação de instinto.

Mais tarde, na sua *História das Árvores e Animais do Maranhão* (1627), Frei Cristóvão de Lisboa, ao descrever a “Yoroti”, isto é, a pomba do mato, menciona que é semelhante à espécie europeia não só no aspecto, mas também na virtude de “que quando o macho morre não se torna a fêmea a casar e também quando a fêmea morre

⁸⁶² Barros, *Da Ásia*, década III, liv. IV, cap. VII, 461-463.

⁸⁶³ Pero de Magalhães de Gândavo, *Historia da prouincia Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (Lisboa: Antonio Gonsalves, 1576), fl. 30v-32v; Brito, *New Science from old news*, 35-70.

não se torna o macho a casar e depois que um fica viúvo não se põe mais em riba dos ramos verdes”.⁸⁶⁴ Este pequeno apontamento é marcado por um claro antropomorfismo, nomeadamente no vocabulário utilizado para descrever o comportamento do animal (virtude, casar, viúvo/a), e também pela sugestão de um certo recolhimento do pássaro “viúvo”. É ainda de referir que se destaca bastante das restantes descrições de animais por este autor, que são já marcadamente desprovidas de leituras emblemáticas, limitando-se normalmente às características físicas gerais, e por vezes às possíveis formas como os humanos os podiam consumir (fosse na alimentação ou aproveitando os seus subprodutos para fins medicinais ou comerciais). E já no século XVIII, José Pereira Baião narrou um breve episódio da segunda metade do século XVI, em que o guardião do Mosteiro de S. Francisco, em Alenquer, necessitando de uma cruz para a procissões, ensina um estorninho “a quem por divertimento honesto ensinava a falar”, a proferir a frase “Senhora Rainha Cruz para S. Francisco”, procurando persuadir D. Catarina de Áustria a fazer-lhes essa mercê.⁸⁶⁵ A rainha terá acedido, mandando fazer uma cruz de prata para o mosteiro. Embora este episódio não denote uma atribuição de qualidades humanas a um animal, é significativo notar como um religioso, em pleno século XVIII, não considerou problemática a inclusão de uma referência à utilização de um estorninho como veículo de comunicação com a rainha, para mais por outros religiosos e para suprir necessidades materiais de uma instituição religiosa.

Por fim, ainda para o século XVII mas num contexto não exclusivamente europeu, refira-se a conhecida história do macaco profeta, que contava mais de cem anos, conseguia adivinhar o ladrão de qualquer objecto, e que identificava o Cristianismo como a “verdadeira” fé. Descrita por jesuítas na corte do imperador mogol Jahangir, esta era uma fábula recorrente nos imaginários asiáticos que conheceu uma extraordinária circulação na Europa de Seiscentos, tendo mesmo sido reproduzida, com algumas adaptações, por Cervantes no seu *D. Quixote*, o que revela, por um lado, o

⁸⁶⁴ Frei Cristóvão de Lisboa, *Historia dos animaes e arvores do Maranhão*, estudo de Jaime Walter, notas e comentários de Jaime Walter, Fernando Frade, José E. Mendes Ferrão, Luís F. Mendes e Maria Cândido Liberato (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000), 444.

⁸⁶⁵ Padre José Pereira Baião, *Portugal Cuidadoso e Lastimado com a vida e perda do Senhor Rey Dom Sebastião* (Lisboa, 1737), 500. Agradecemos à Doutora Carlota Simões a indicação desta referência.

carácter global das percepções antropomorfizadas de criaturas não-humanas, e por outro, a origem extra-europeia que inspirava muitas das histórias exemplares e fantásticas que envolviam animais e que circulavam na Europa moderna, contribuindo tanto para as noções fantasiosas da natureza de outros continentes como para distinções ambíguas entre humanidade e animalidade.⁸⁶⁶

Nenhum dos exemplos das fontes portuguesas analisadas é, contudo, tão revelador como as descrições de Damião de Góis, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa dos elefantes, principalmente porque a nenhum destes animais é concedida tamanha atenção, e nenhum destes autores demonstra uma intenção e uma preocupação tão evidentes de perscrutar os meandros da mente e do comportamento animal. De qualquer forma, é importante salientar que nos discursos actuais dos estudos sobre animais e da ecocrítica, representações como as que foram apresentadas são comumente desconsideradas, ou pelo menos encaradas com cepticismo.⁸⁶⁷ Consideramos que esta opção é, em larga medida, válida e compreensível, sobretudo se notarmos o quão manifesto é o antropocentrismo e o antropomorfismo nestas descrições, tal como é evidente a sua função moralizadora. Neste sentido, até o elefante, tanto no que respeita às características que lhe são atribuídas como ao vocabulário utilizado para o caracterizar e qualificar, acaba sempre por remeter para o humano que o descreve, e na maior parte dos relatos, como vimos, o animal é quase sempre reduzido a um veículo para cumprir propósitos ou objectivos humanos. Afinal, os sinais de empatia e a afinidade por parte dos autores são mais marcados precisamente em relação ao elefante *domesticado*, que acaba por ser o modelo que enforma a perspectiva geral sobre o animal.

No entanto, este tipo de representação também reflecte uma tentativa de examinar e compreender o outro não-humano e a forma como este se relaciona com outros indivíduos, entidades e o seu ambiente. Além disso, para avaliarmos o valor destas fontes enquanto abordagens com uma preocupação ou um enfoque no animal

⁸⁶⁶ Flores, “Distant Wonders: The Strange and the Marvelous”, 559-574.

⁸⁶⁷ A este propósito, veja-se Sebastian Schönbeck, “Return to the Fable: Rethinking a Genre Neglected in Animal Studies and Ecocriticism”, in *Texts, Animals, Environments. Zoopoetics and Ecopoetics*, eds. Frederike Middelhoff, Sebastian Schönbeck, Roland Borgards e Catrin Gersdorf (Friburgo, Berlim e Viena: Rombach Verlag, 2019), 111-125.

em si mesmo, é fundamental questionar se é reconhecida ao animal descrito uma existência física e sobretudo psicológica própria e independente do humano, das suas expectativas e das suas projecções. E neste aspecto, consideramos que estas fontes são de uma relevância indiscutível. Porque se muitas das histórias e episódios que os autores relatam são exemplos evidentes da capacidade de animais como elefantes ou aves falantes se conformarem às expectativas e ao domínio dos humanos, moldando os seus comportamentos pela domesticação, outros exemplos constituem efectivas concessões de que os animais tinham uma percepção subjectiva da sua própria experiência. E embora os autores interpretem o animal nos seus próprios termos – evidentemente, termos humanos – aparentemente não reconhecendo que se lhes encontra velada uma verdadeira compreensão daquilo em que consiste, de facto, a experiência animal, ainda assim reconhecem que o animal sente e pensa. E relativamente ao elefante, reconhecem mesmo que possui um exigente sistema de valores pelo qual se rege, e que interage com os humanos de acordo com a sua própria mundivisão, muitas vezes contestando-os e ao seu domínio.

É comum os estudos de história da ciência mais focados na “modernidade” da história natural do Renascimento, nomeadamente na importância atribuída à observação e num pretenso abandono das perspectivas mais emblemáticas e simbólicas atribuírem a Aristóteles o papel de autoridade por excelência.⁸⁶⁸ A atenção dada pelo autor grego à observação e descrição despojada das características anatómicas dos animais, e a sua manutenção como autoridade indiscutível bem até ao século XVIII – enquanto Plínio passou, progressivamente, a ser (des)qualificado como um contador de histórias fantasiosas e alegóricas – fundamenta, justificadamente, esta ideia. A história natural de Aristóteles é, de facto, muito mais condizente com as modernas noções de ciência. Mas se perscrutarmos as fontes renascentistas por evidências de uma perspectiva mais humanizada e até eticamente comprometida em relação ao mundo natural, o legado de Plínio é indiscutivelmente mais determinante. A sua abertura filosófica à possibilidade de os animais deterem a capacidade para o pensamento e a emoção foi precisamente o que terá permitido que humanistas como Damião de Góis, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa contactassem com elefantes e vissem como se

⁸⁶⁸ Veja-se, por exemplo, Ogilvie, “Visions of ancient natural history”, 17-32.

comportavam, sem justificarem todas as suas capacidades como simplesmente um resultado natural da domesticação, aceitando que o animal tinha um papel activo e uma vontade própria. A profunda influência do autor romano não terá sido alheia, igualmente, à interrogação retórica de Montaigne, que permanece ainda hoje como uma das mais emblemáticas perguntas no seio dos estudos sobre animais na Idade Moderna: “Quando brinco com a minha gata, quem sabe se ela passa o seu tempo comigo mais do que eu com ela?”.⁸⁶⁹ E agora, que nas últimas décadas, como veremos de seguida, filósofos, psicólogos e biólogos têm questionado ideias consensualmente aceites na contemporaneidade sobre os limites da cognição animal e a absoluta excepionalidade humana, o legado de Plínio assume-se como especialmente relevante.

4.3. Agência animal: ilusão ou possibilidade teórica?

Nas últimas décadas, os animais tornaram-se num objecto historiográfico cada vez mais recorrente. Embora tenham desempenhado, desde sempre, um papel fundamental para os humanos e a sua inclusão nas narrativas históricas não seja algo novo, os últimos anos, e o desenvolvimento do campo interdisciplinar dos chamados *Animal Studies* introduziram discussões sobre a forma como os humanos e os animais se relacionaram ao longo da história, e sobre o papel dos animais enquanto actores relevantes para o processo histórico. O objectivo central de grande parte desta historiografia é, no fundo, propor uma nova maneira de ler as fontes, inevitavelmente produzidas por humanos, que coloque os animais no centro do discurso, como objectos e actores fundamentais. A tomada de consciência de que a presença dos animais foi constante, permeando a totalidade da experiência e da vivência humana – desde a alimentação, até à disseminação de doenças, passando pela sua função performativa e representacional, só para enunciar alguns exemplos – conduziu também à conclusão de que a história humana dependeu largamente, em diversos aspectos, do contributo de várias espécies de animais.

Alguns autores, tais como Erica Fudge, uma das principais referências deste novo campo historiográfico para o período moderno, afirmam que dada a limitação

⁸⁶⁹ Michel de Montaigne, *An Apology for Raymond Sebond*, trad. M. A. Screech (Harmondsworth: Penguin, 1987), 17.

inultrapassável de todas as fontes em que os historiadores podem basear os seus discursos terem sido produzidas por humanos, a chamada “história dos animais” é, na realidade, impossível e constituirá sempre, inevitavelmente, uma “história das atitudes humanas em relação aos animais”. Neste sentido, os seus discursos centram-se assumidamente na questão das representações, enquadrando-se sempre no âmbito mais geral da história social e cultural. No entanto, a concentração na representação pura pode conduzir a um abandono do animal enquanto objecto central, pelo que Fudge salienta que é também fundamental que o historiador procure compreender e analisar os diversos usos práticos aos quais os animais foram submetidos, uma vez que a questão do domínio e da exploração por parte do homem é essencial para se perceber o real papel que os animais desempenharam no passado. Segundo esta autora, “um animal simbólico é apenas um símbolo (e por isso pode apenas ser compreendido no âmbito do estudo da iconografia ou da poética) a menos que esteja relacionado com o real”. Assim, o estudo das representações interessa quanto mais revele, por um lado, das relações de domínio e poder estabelecidas entre humanos e animais, e por outro, sobre aquilo que as perspectivas humanas relativamente aos animais dizem dos próprios humanos e das suas inquietações, desejos e ansiedades.⁸⁷⁰

Uma outra preocupação que, cada vez mais, se encontra no centro dos estudos sobre animais e da história dos animais diz respeito à questão da “agência”. Este conceito, que tem sido especialmente relevante no âmbito da história social, em particular no estudo de temáticas relacionadas com o contributo de grupos chamados “subalternos” que, por motivos de classe, etnia, género ou sexualidade, se viram arredados das narrativas historiográficas, remete para a capacidade de acção e reclama para estes grupos a sua condição de sujeitos históricos. Não obstante, embora o reconhecimento de “agência” normalmente corresponda ao reconhecimento de relevância e importância histórica, o significado de ser-se, efectivamente, um “agente” nem sempre é claro. No que diz respeito aos animais, por exemplo, uma dúvida recorrente prende-se com o facto de o seu contributo não ser planeado, deliberado ou sequer consciente. Isto é, ainda que filosoficamente se reconheça a possibilidade de

⁸⁷⁰ Erica Fudge, “A Left-Handed Blow: Writing the History of Animals”, in *Representing Animals*, ed. Nigel Rothfels (Bloomington: Indiana University Press, 2002), 6-11.

uma consciência, pensamento ou sentimentos por parte dos animais, é difícil argumentar que eles tinham consciência do seu papel e da sua influência na experiência e vivência humanas. Deste modo, tal como refere a historiadora de ciência Amanda Rees, o enfoque no animal apenas resultou, na maioria dos casos, na produção de histórias humanas mais inclusivas, expandindo o objecto de estudo das ciências sociais e humanas.⁸⁷¹

Tal deve-se, segundo esta autora, a uma noção liberal de que a “agência” depende directamente da existência de racionalidade, liberdade de escolha, controlo e autonomia total, ignorando as diversas formas como todas as entidades existentes e actantes no universo – humanas e não humanas, animadas e não animadas – se posicionam e encontram integradas em contextos e ambientes mais amplos, com os quais interagem e pelos quais são permanentemente condicionados. Assim, reclamar o papel dos animais enquanto actores implica, necessariamente, uma reformulação do conceito de “agência”, que admita que esta pode ser ditada, por exemplo, pela capacidade de um sujeito contribuir para o futuro ou alterar o resultado de eventos e processos através da sua acção inconsciente ou inacção deliberada, mas também em contextos de interacção com humanos ou com outras entidades.⁸⁷² Tal como sustenta Chris Pearson, para uma noção mais ampla, pós-humanista, do conceito de agência, que não se esgote na intencionalidade e na consciência humana, a Teoria Actor-Rede – da qual Bruno Latour é um dos principais teóricos e proponentes, e que tem tido grande influência na história da ciência e da tecnologia, na geografia cultural, e também, mais recentemente, nos estudos de cultura material – oferece uma conceptualização que permite mais níveis de análise. Embora seja possível, com base nos dados mais recentes da ciência sobre comportamento e psicologia animal, reconhecer graus variáveis de intencionalidade a alguns animais não humanos, e apesar de considerarmos este tipo de abordagem de grande importância, é de salientar que nem sempre agência tem que equivaler a intencionalidade. Segundo Latour, pode considerar-se um agente qualquer coisa ou entidade que seja significativa e possa fazer a diferença para outros actores, o

⁸⁷¹ Amanda Rees, “Animal agents? Historiography, theory and the history of science in the Anthropocene”, *The British Journal for the History of Science: Themes*, 2 (2017): 1-2; Idem, “Animal agents. Can they shape their own lives? Or the course of history? It’s time to reconsider the significance of animal agency”, *Aeon* [magazine online], 26 de Fevereiro de 2018.

⁸⁷² Rees, “Animal agents?”, 9.

que pode incluir desde microrganismos até máquinas, passando, evidentemente por animais e outros factores ambientais. Não devemos, de uma forma determinista, assumir que estes agentes não intencionais ditam as acções humanas ou os resultados do processo histórico; nem devemos, de forma socialmente acrítica, ignorar o facto de todos os agentes actuarem de formas diferentes e desiguais.⁸⁷³ Mas não é difícil, nos dias que vivemos, aceitar que actores não intencionais podem influenciar profundamente a forma como a história se desenrola, o que, sem dúvida, questiona a ideia de absoluta excepionalidade humana. Deste modo, urge perceber de que forma ideias humanas, estruturas sociais, culturas e economias surgem da permanente relação que se estabelece entre humanos e agentes não-humanos.

Neste sentido, é também importante salientar a natureza performativa dos animais, que faz com que mesmo quando são símbolos, nunca sejam *apenas* símbolos “como uma palavra [que] representa uma coisa”, na medida em que são seres animados, que respiram, agem, mexem-se e assumem comportamentos.⁸⁷⁴ É, aliás, precisamente desta sua condição de seres animados que derivam os diversos usos aos quais os animais foram, ao longo da história, submetidos pelos humanos. E esta natureza performativa dos animais também significa que eles não são, de todo, alheios às percepções e representações que os humanos constroem, mas nelas participam activamente: embora tenhamos que reconhecer que as percepções humanas sobre os animais são sempre marcadas pela subjectividade humana, que compreende e interpreta o animal à luz das suas próprias pré-concepções, estas percepções também são profundamente influenciadas pela existência física e pelo comportamento observável dos animais.⁸⁷⁵

Outro problema teórico fundamental da história dos animais, em particular no que diz respeito a narrativas mais individualizadas sobre animais célebres, relaciona-se com a questão do antropomorfismo. Recorrentemente, quando animais específicos

⁸⁷³ Chris Pearson, “Beyond ‘resistance’: rethinking nonhuman agency for a ‘more-than-human’ world”, *European Review of History – Revue européenne d’histoire* 22, 5 (2015): 710; Bruno Latour, *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory* (Oxford: Oxford University Press, 2005).

⁸⁷⁴ Lorraine Daston e Gregg Mitman, “Introduction. The How and Why of Thinking with Animals”, in *Thinking with Animals. New Perspectives on Anthropomorphism*, eds. Lorraine Daston e Gregg Mitman (Nova York: Columbia University Press, 2005), 12.

⁸⁷⁵ Pia F. Cuneo, “Introduction”, in *Animals and Early Modern Identity*, 4.

eram estimados e valorizados por via de uma associação a qualidades e virtudes humanas desejáveis, pode considerar-se que não se verificava, na realidade, uma valorização do animal em si, mas antes uma percepção fictícia de que corporizava expectativas e noções projectadas pelos humanos.⁸⁷⁶ Tal como explicam Lorraine Daston e Gregg Mitman, desde o início do século XIX que a afirmação da ciência moderna foi relacionada com o abandono de atitudes antropomórficas em relação ao mundo natural, e mesmo etólogos, que se dedicam ao estudo do comportamento animal, costumam, por princípio evitar fazer equivaler a comportamentos considerados tipicamente humanos observados nos animais, estados mentais tipicamente humanos, uma vez que o antropomorfismo é visto como incompatível com um pensamento científico. Em parte, considera-se que o antropomorfismo reflecte uma espécie de narcisismo humano antropocêntrico, em que os humanos projectam os seus próprios pensamentos e sentimentos noutras espécies animais por via de uma incapacidade de reconhecerem a singularidade de outras realidades que não a sua. Mas os mesmos autores também referem não ser incomum encontrar-se cientistas que estudam o comportamento animal e se posicionam, por princípio, contra atitudes antropomórficas, e que ainda assim admitem criar laços emocionais com os seus objectos de estudo, reconhecendo que o contacto prolongado com certos animais aumenta a tendência para os interpretarem à luz de princípios e noções humanas.⁸⁷⁷ E na realidade, estas mesmas percepções antropomórficas, nas últimas décadas têm também conduzido filósofos, psicólogos e biólogos a questionar os limites tradicionalmente reconhecidos às capacidades cognitivas de certos animais, e a criticar facetas que estruturalmente enformaram as relações entre humanos e animais (por exemplo, a maneira como os animais são utilizados e explorados em experiências científicas), propondo a sua substituição por modos eticamente mais conscienciosos de os humanos se relacionarem com a natureza.⁸⁷⁸

⁸⁷⁶ Cowie, “Exhibiting animals”, 311.

⁸⁷⁷ Daston e Mitman, “Introduction”, 3-8.

⁸⁷⁸ A este propósito, veja-se Éric Baratay, “Building an *Animal History*”, in *French Thinking about Animals*, 3-14; David Leavens, “The pointing ape. How a chimpanzee named Clint trained a psychologist to question human exceptionalism and reconsider the intelligence of apes”, *Aeon* [magazine online], 1 de Outubro de 2019; Kristin Andrews, “Rats are us. They are sentient beings with rich emotional lives, yet we subject them to experimental cruelty without conscience. Why?”, *Aeon* [magazine online], 2 de Março de 2020.

Procurámos, ao longo deste capítulo, demonstrar o papel instrumental dos animais extra-europeus na construção de percepções humanas sobre a natureza e o mundo, focando não só a forma como foram encarados como objectos de estudo e recursos materiais e simbólicos, mas também a maneira como influenciaram e participaram nas percepções e discursos que os humanos contruíram e produziram sobre eles. Para tal, partimos de uma ideia essencial de que os animais não eram sujeitos passivos, mas interagiam com os humanos e com o ambiente que os rodeava, e dessa forma afectavam o conhecimento que era gerado e que circulava sobre eles. Aceite-se ou não a possibilidade teórica de os animais serem actores que determinam as suas vidas e influem no mundo à sua volta, consideramos indiscutível a relevância deste tipo de abordagem, que coloca o animal – à semelhança, aliás, de outros grupos “subalternos” – no centro dos debates e narrativas historiográficas, na medida em que procura contribuir para uma perspectiva mais plural, inclusiva e empática sobre o passado. Hoje, como já vaticinava Tim Ingold em 1994, o mundo enfrenta uma crise ecológica provocada por uma progressiva alienação da humanidade em relação à natureza, que ao longo da história começou, erroneamente, a ser encarada como uma entidade separada, dissociável da esfera das actividades sociais humanas.⁸⁷⁹ O profundo impacto de actividades humanas baseadas na exploração e erosão de recursos naturais já conduziu à disseminação de incontáveis espécies de fauna e flora, sendo já observável ao nível geológico. Numa conjuntura como a actual, acreditamos que um discurso historiográfico aberto a reconhecer o carácter decisivo que a interacção constante da humanidade, não só com diferentes espécies de animais, mas sobretudo com a natureza em geral, pode ter tido em conquistas – materiais ou intelectuais – que costumam ser tidas como exclusivamente humanas revela-se particularmente relevante.

⁸⁷⁹ Ingold, “From trust to domination”, 76.

CONCLUSÃO

No início do período moderno, animais incomuns de geografias distantes cumpriam uma vasta miríade de funções e encerravam uma série de significados diferentes, mutáveis e flexíveis. Na corte portuguesa, os animais extra-europeus desempenhavam um papel fundamental, em particular no que diz respeito às estratégias de propaganda política e à construção de imagens de poder pessoal e dinástico dos monarcas de Avis. Lisboa, centro político e comercial do império português, constituiu o pano de fundo no qual ocorreu grande parte das interações entre os europeus e estes animais, seja vivos, seja preservados e transformados para fins comerciais. Na realidade, os animais eram uma parte significativa das *commodities* que chegavam à Europa vindas de outros continentes, e eram, por isso, centrais para uma recriação da experiência europeia destes lugares distantes que não podiam, efectivamente, ser vivenciados *in situ* pela esmagadora maioria das populações do Velho Continente. A maioria dos europeus contactava com a natureza extra-europeia na Europa, pelo que os exemplares vivos e preservados de animais e plantas eram também cruciais para a construção de um conhecimento sobre o mundo natural africano, asiático e americano, não só entre as camadas mais baixas da população, que não gozavam do acesso à cultura escrita, mas também para os próprios naturalistas, a maioria dos quais dependia da chegada de espécimes, vivos ou preservados, à Europa para produzirem os seus tratados de história natural. Nos séculos XV e XVI, Lisboa, pela sua função como urbe cosmopolita e imperial, assumiu um papel essencial neste domínio por ser uma cidade aonde acorriam mercadores de toda a Europa, e a partir da qual estas *commodities* se difundiam pelas restantes metrópoles comerciais europeias.

Para além de objectos com valor comercial, os animais exóticos funcionavam, igualmente, como símbolos de poder imperial e monárquico e também como moeda de troca, mediando relações diplomáticas e políticas entre príncipes e soberanos, por vezes de contextos culturais, civilizacionais e religiosos distintos. Na corte portuguesa dos séculos XV e XVI, os monarcas de Avis utilizaram de forma eficaz o seu acesso privilegiado a estes animais, incorporando-os nos seus programas propagandísticos. Contudo, é importante salientar que o evidente protagonismo de animais como o

elefante e o rinoceronte na construção da identidade dinástica e da memória política de D. Manuel e de outros monarcas de Avis convoca práticas muito mais recuadas de manifestação e performance de poder, tendo uma relação indesmentível com tradições antigas e medievais identificadas, tradicionalmente e na longa duração, com o exercício da soberania. A prática milenar de manutenção de animais selvagens em cativeiro, em *ménageries*, por parte de soberanos tinha como objectivo primeiro evidenciar o controlo humano sobre o mundo natural, mas por outro lado, também sinalizava o controlo do soberano sobre outros humanos, em particular em contextos imperiais. O impacto destas manifestações de poder era especialmente acentuado quando se revestiam de uma dimensão pública e performativa, como em cortejos e celebrações, ou combates sangrentos para entretenimento cortesão, embora seja de referir que esta última prática não parece ter sido uma tendência especialmente popular em Portugal, pelo menos na cronologia estudada, uma vez que o único exemplo que se conhece é o do combate organizado por D. Manuel entre o elefante e o rinoceronte.

Assim, no que respeita à utilização política destes animais para fins propagandísticos, esta teve uma relevância indiscutível para a Coroa portuguesa, tendo-se revestido de um carácter eminentemente identitário principalmente no século XVI. Por um lado, a posse e a exibição pública de animais extra-europeus revestiam-se de um significado e de um poder referencial especialmente evidentes, neste período, para as coroas ibéricas, devido aos seus projectos e pretensões imperialistas, remetendo directamente para o seu domínio de territórios e populações de outros continentes. Por outro lado, o facto de estas monarquias deterem acesso privilegiado aos territórios de onde estes animais provinham e às redes de comércio através dos quais eram adquiridos influenciou, de forma profunda, as suas relações diplomáticas dentro e fora da Europa. No caso específico da Coroa portuguesa, era assinalável o seu papel como mediadora no acesso por parte de outras entidades políticas europeias a estes animais, podendo verificar-se, por exemplo, pelos pedidos de príncipes, soberanos e elementos de outras famílias reais, endereçados aos monarcas portugueses com vista à aquisição de certos animais, sobretudo asiáticos. Todavia, a eficácia política destas práticas prendia-se precisamente com o facto de não serem exclusivas, nem deste período específico, nem da Coroa portuguesa. Não é de mais reforçar que a adopção destas práticas

performativas e de demonstração de poder e prestígio, com a inclusão de animais exóticos, se encontra intimamente ligada ao facto de as mesmas já se terem verificado entre imperadores helenísticos e romanos – e, por vários séculos, entre soberanos asiáticos antes deles –, tendo sido sucessivamente apropriadas e transformadas ao longo do tempo, e era desta associação que derivava o seu poder referencial e simbólico. Era o facto de serem reconhecidas, tradicionalmente, como práticas associadas à manifestação de poder e de soberania, que as tornava tão impressivas e impactantes e que lhes garantia um lugar de relevo na liturgia política. E era, evidentemente, também pelo mesmo motivo que as outras cortes europeias desejavam o acesso a estes animais, e procuravam emular este tipo de rituais e demonstrações.

As percepções sobre o mundo natural, e em particular sobre a fauna extra-europeia, influenciaram a maneira como certos animais foram apropriados e instrumentalizados pela Coroa portuguesa e as suas congéneres europeias neste período. Neste sentido, importa referir que o papel cultural dos animais extra-europeus neste período não se limitava à sua função enquanto mero objecto ou recurso, passível de exploração humana. Por um lado, estes animais desempenhavam uma função cultural essencial na percepção e na representação europeia da alteridade geográfica. Como vimos, a história natural teve, ao longo dos séculos, um papel central nas representações geográficas, e a iconografia de espaços extra-europeus centrava-se largamente na inclusão de elementos emblemáticos, que eram frequentemente animais. Por este motivo, os animais funcionavam como símbolos de realidades geográficas “outras”, distintas da europeia, o que justificava a sua instrumentalização política enquanto significadores de sucessos imperiais.

No entanto, muitos outros motivos para além de uma proveniência longínqua – provada ou imaginada – podiam contribuir para a valorização comercial, política, e simbólica de uma criatura, bem como para que fosse considerada emblemática e suscitasse maravilhamento. Características físicas extremas tornavam grandes mamíferos, répteis aparentemente impossíveis e aves com plumas de cores exuberantes, em objectos interessantes e passíveis de serem construídos e percebidos enquanto *exóticos*, aqui no sentido de extraordinários. Por outro lado, a associação de certos animais a propriedades sobrenaturais, poderosas e misteriosas

fazia com que animais aos quais eram atribuídas características humanas, aves falantes e criaturas que guardavam, nas suas entranhas, produtos delicados, valiosos ou perigosos (como gatos de algália, caprinos e cervídeos que produziam bezoares, ou, por outro lado, serpentes venenosas e escorpiões) também tivessem um assinalável potencial emblemático. Todos estes animais contribuíram, na longa duração, para a construção de uma percepção do mundo natural e humano extra-europeu como radicalmente “outro”. Afinal, o imaginário associado à África, à Ásia e ao Novo Mundo era indissociável das representações europeias das populações e criaturas destas regiões.

Por outro lado, a percepção do mundo natural, e em particular da fauna extra-europeia foi, em larga medida, influenciada pela interacção directa com os próprios animais reais e vivos. É importante compreender que o conhecimento sobre a fauna não se produzia no âmbito de uma relação entre um observador e um objecto passivo, mas que, pelo contrário, o objecto de conhecimento participava, de forma activa, nesta construção. Por exemplo, era o comportamento observável dos leões que os tornava em símbolos perfeitos de masculinidade, poder e autoridade, tal como era o comportamento habitual das raposas que fazia com que fossem interpretadas como astutas e engenhosas. Esta questão é especialmente descortinável nas descrições de Damião de Góis, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa de elefantes. Tendo contactado directamente com estes animais, estes autores produziram discursos sobre os mesmos com base nas informações transmitidas pelas autoridades clássicas – com destaque evidente para Plínio – mas também com base nas suas observações da realidade existencial e comportamental dos próprios elefantes. Da mesma forma, outros indivíduos que contactavam directamente com animais específicos demonstravam o impacto que esta interacção produzia. Nicolau de Faria, imbuído da tarefa de conduzir Hanno até Roma, ao escrever sobre o seu périplo, referia diversas dificuldades introduzidas pelo próprio animal e o seu comportamento imprevisível, ao qual tinha, constantemente, que se adaptar; mas noutras alturas, referia-se ao elefante de forma empática e até terna, admirando, tal como todos os autores que escreviam sobre este animal, as suas capacidades intelectuais, e reconhecendo-lhe emoções. O próprio papa Leão X, que tomou Hanno como animal de companhia, afeiçoou-se a ele ao ponto de

lamentar, de forma sincera, a sua morte, tendo-lhe dedicado um famoso epitáfio, que levou mesmo à sua ridicularização por parte de protestantes, no contexto da Reforma, e também por parte de satiristas, que comparavam o tratamento sentimental dos restos mortais do animal ao de relíquias de santos.

Os animais exóticos desempenharam, em suma, um papel essencial nas relações diplomáticas, nas relações de soberanos com os seus súbditos, e também, de uma forma mais geral, nas relações entre europeus e as outras partes do mundo. As relações entre humanos e animais – quase sempre uma relação de domínio e de poder – marcavam também de forma decisiva as relações entre humanos, revestindo-se de uma importância inegável não só na percepção da diferença, como também na construção de identidades e memórias imperiais e posteriormente coloniais. A este propósito, é interessante notar a dupla função que os animais podiam desempenhar: símbolo derradeiro de alteridade, o animal – e em particular, o animal extra-europeu – era utilizado para sinalizar diferença e o domínio europeu sobre territórios distantes; contudo, a interpretação emblemática da natureza conduzia, simultaneamente, a que animais extra-europeus fossem apropriados por soberanos europeus como símbolos de identidade. O leão, por exemplo, remetendo para ideias de masculinidade e ferocidade, mas ao mesmo tempo, presença recorrente nas hagiografias, era tradicionalmente associado à nobreza e à soberania, o que se pode atestar pela sua vasta representação na heráldica, bem como pelo facto de ser um dos animais mais populares e procurados para *ménageries* aristocráticas e reais tanto na Idade Média como na primeira modernidade. O elefante, por outro lado, animal intimamente ligado à soberania indiana e ao imaginário associado à Ásia e a África, constituía, na Europa, uma referência explícita ao poder imperial; no entanto, a sua interpretação por Plínio e todos os seus autores que o releram como o animal mais semelhante ao homem, moralmente incorrupto, e a mais espantosa de todas as criaturas terrestres, tornavam-no num instrumento didático poderoso, factor que certamente também não terá sido alheio à adopção deste animal como emblema político por D. Manuel. Deste modo, a apropriação destes animais representava não só o poder sobre os territórios distantes e “outros” dos quais eram signos metonímicos, mas também – e talvez principalmente – a apropriação das qualidades essenciais que lhes eram simbolicamente associadas; os

animais eram, assim, usados pelos humanos para transmitirem ideias sobre si próprios, no quadro da construção e comunicação da sua identidade e auto-definição.

Neste sentido, é importante referir que a convicção humanista sobre o carácter profundamente complexo e multifacetado da natureza, em que se aceitava que cada elemento do mundo natural tinha uma relação com o Criador e encerrava uma verdade e um significado escondidos, influenciava, também de forma determinante, a maneira como os humanos se relacionavam e escreviam sobre o animal. Esta mundividência introduzia uma proximidade filosófica entre o homem e a natureza, vista como via de comunicação com o divino e fonte legítima de ensinamentos morais, que acabou por ser progressivamente erodida e substituída pela concepção cartesiana e iluminista de uma pretensamente incontestável excepcionalidade humana, e do animal como mera máquina. E se a relação do homem com a natureza foi, desde o início da sedentarização do homem e da domesticação de espécies, uma relação de domínio e exploração, não se devendo romantizar nem idealizar o tipo de percepções antropomórficas que apresentámos, parece-nos evidente que o distanciamento entre ambos se aprofundou com o advento da ciência moderna e o chamado “desencantamento do mundo”.

É, ainda, de referir que o facto de termos, desde o início, conduzido a nossa investigação para a questão da instrumentalização política dos animais exóticos condicionou, necessariamente, as fontes que foram seleccionadas, conduzindo à exclusão de algumas linhas de investigação que nos parecem, agora, promissoras. Por outro lado, também por limitações de tempo e de espaço, muitas outras questões ficaram por responder e aprofundar. Uma das questões que gostaríamos de ter aprofundado mais prende-se com a circulação de conhecimento a uma escala global, e a forma como os discursos científicos sobre a natureza extra-europeia foram produzidos, ao longo do tempo, também em estreita interacção com as comunidades africanas, asiáticas e americanas que conheciam, de forma profunda, o mundo natural dos contextos geográficos em que viviam. Por exemplo, Plínio e grande parte dos autores da Antiguidade que escreveram sobre animais asiáticos recorriam a fontes gregas, que, por seu turno, já reflectiam uma série de conhecimentos e tradições asiáticas relacionadas com elefantes e outros animais; da mesma maneira, ao escreverem sobre a flora e a fauna africanas, asiáticas e brasileiras, os autores

portugueses baseavam-se largamente em informações que lhes eram transmitidas pelas populações locais com as quais contactavam, o que frequentemente é referido de forma explícita nas fontes e se pode verificar nos próprios nomes pelos quais as espécies são mencionadas.

Uma dimensão fundamental das relações que se estabeleceram entre os europeus e as criaturas extra-europeias importadas para a Europa que afluíram mas que carece de aprofundamento relaciona-se com as dificuldades colocadas pelo transporte e manutenção destes animais, tanto nas compridas viagens a que eram sujeitos, como nos ambientes, completamente desconhecidos e estranhos, para os quais eram deslocados e aos quais tinham que se acomodar. Simultaneamente transformados em carga e em lastro, o transporte destes animais, sobretudo tratando-se de grandes mamíferos, nas condições precárias das embarcações, em viagens oceânicas que duravam meses, terá constituído porventura uma das facetas mais violentas destas relações. E, associada à difícil adaptação a climas e condições de vida drasticamente diferentes das que conheciam nos seus locais de origem, não terá sido alheia ao facto de grande parte destes animais, embora tenham chegado à Europa ainda jovens, terem gozado vidas tristemente curtas. Por outro lado, as condições físicas dos locais onde, na Europa, ficavam alojados, bem como o tratamento que recebiam por parte dos humanos que cuidavam deles são questões para as quais temos respostas ainda bastante incipientes. Para já, no entanto, parece indiscutível que pelo menos no que respeita a elefantes e rinocerontes, os tratadores asiáticos que vinham com eles e que eram responsáveis pela sua manutenção, cumpriam uma função essencial, e urge procurar aprofundar o conhecimento sobre estes indivíduos. Que condições lhes eram impostas? Como era feita a sua formação nos seus locais de origem, e quão formal ou informal era? Qual o seu estatuto social nos seus locais de origem e na Europa? De que liberdade gozavam? Como se relacionavam com os animais que acompanhavam, e que percepções construía sobre eles? Estas são apenas algumas das questões que carecem de investigação mais aprofundada.

Outra temática que interessa, futuramente, analisar diz respeito à forma como os humanos se relacionavam não só com os animais extra-europeus vivos, mas também com os seus restos mortais preservados e transformados em mercadorias. Testemunhos

materiais de diferentes regiões, a função comercial destes objectos naturais, altamente lucrativos, dependia em larga medida precisamente do seu potencial alegórico e da sua percepção como coisas maravilhosas. O consumo de produtos de origem animal – em particular quando transformados em produtos medicinais, e por isso ingeridos (como o bezoar ou o âmbar), quando transformados em cosméticos, e por isso aplicados no corpo (como o almíscar ou a cochinilha), ou quando tornados em acessórios e outros utensílios usados no corpo (como plumas de aves, presas de marfim ou cornos de rinoceronte) – atravessava uma série de fronteiras conceptuais, que têm merecido pouca atenção por parte da historiografia mas que constituem pontos interessantes de análise. Às evidentes fronteiras geográficas, acrescia a proximidade que este tipo de produtos introduzia com os próprios corpos dos europeus que os consumiam, o que muitas vezes significava não só a adopção e incorporação de práticas extra-europeias, como também a procura por efeitos maravilhosos e propriedades extraordinárias que se faziam sentir internamente, ao nível do corpo. O cruzamento da fronteira do corpo por estes produtos ultrapassava largamente, em termos simbólicos, aquela que se verifica com o consumo de produtos animais para fins alimentares, devido aos significados próprios que lhes eram atribuídos, e pela função que desempenhavam na construção e apresentação das identidades social e politicamente diferenciadas dos seus consumidores. Estes produtos, em suma, tornavam os corpos europeus em que tocavam e através dos quais eram apresentados, em sítios-limite, onde ocorriam interacções entre geografias, contextos culturais, e também entre espécies, nomeadamente entre humano e animal.

Esta questão relaciona-se com a derradeira e trágica consequência, na longa duração, do secular fascínio europeu em relação aos animais exóticos. Capturados vivos ou caçados com vista à obtenção de *commodities* lucrativas, a exploração mercantilista destas criaturas acabou por conduzir algumas delas à extinção, e por reduzir drasticamente as populações de outras, colocadas em estados críticos de conservação. Esta é apenas uma das diversas consequências da relação de domínio e exploração, ética e filosoficamente distante, entre o homem e a natureza, que começou a ser forjada há vários milénios, mas que começou a intensificar-se na Idade Moderna, e que se disseminou, sem retorno, na contemporaneidade, colocando actualmente em perigo a

manutenção da vida no planeta. Estudar, sob o ponto de vista historiográfico, a relação insustentável de domínio do homem face à natureza, é também necessariamente, estudar as diversas e mutáveis relações que o chamado “Ocidente” estabeleceu com o resto do mundo nos últimos quinhentos anos. A historiadora de ciência Amanda Rees afirmou, recentemente, que chamar a atenção para o papel central que os animais, exóticos ou não, desempenharam na criação, sustentação e desestabilização de privilégios diversos de natureza socio-económica, política ou filosófica constitui o principal dever da historiografia comprometida com o estudo dos animais.⁸⁸⁰ Esperamos, com este trabalho, ter contribuído para este empreendimento ao reflectirmos sobre o quão múltiplas e multifacetadas foram as relações que, ao longo dos tempos, se estabeleceram entre humanos e animais, e sobre como frequentemente, as relações estritas de domínio e exploração se verificaram a par de outras de parceria estreita; que os animais serviram, desde cedo, para os humanos pensarem sobre si próprios e construírem as suas próprias identidades; e que no passado nem sempre as fronteiras entre a natureza e a cultura foram tão taxativas como hoje.

⁸⁸⁰ Rees, “Animal agents?”, 10.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Fontes manuscritas

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)

Corpo Cronológico, Parte I, mç. 15, doc. 96; mç. 23, docs. 73, 74 e 76; mç. 24, doc. 36; mç. 25, doc. 44; mç. 84, doc. 78; mç. 85, doc. 56; mç. 87, doc. 107; mç. 88, doc. 71; mç. 89, doc. 3; mç. 93, doc. 14; mç. 101, doc. 18; mç. 106, doc. 125; mç. 107, doc. 92; mç. 108, doc. 2.

Corpo Cronológico, Parte II: mç. 20, docs. 40 e 84; mç. 27, doc. 126; mç. 34, doc. 45; mç. 35, docs. 96 e 186; mç. 36, doc. 181; mç. 43, docs. 94 e 161; mç. 44, docs. 99, 122 e 123; mç. 45, doc. 17.

Fontes impressas e editadas

ANDRADA, Francisco de. *Crónica de D. João III*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1976.

Arquivo Historico Portuguez. Edição de Anselmo Braamcamp Freire. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2001.

[ARISTÓTELES] ARISTOTLE. *Politics*. In *Aristotle in 23 Volumes*, tradução de H. Rackham, vol. 21. Cambridge: Harvard University Press, 1944. Consultado no site *Perseus Digital Library*, de Gregory C. Crane, Tufts University.

[ARISTÓTELES] ARISTOTLE. *The History of Animals*. Tradução de D'Arcy Wentworth Thompson. Consultado no site *The Internet Classics Archive*, de Daniel C. Stevenson.

BARBOSA, Duarte. *Livro que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Edição de Luís de Albuquerque. Lisboa: Alfa, 1989.

BARROS, João de. *Da Ásia. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do Oriente*. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973-1975.

BAYÃO, Padre José Pereira. *Portugal Cuidadoso e Lastimado com a vida e perda do Senhor Rey Dom Sebastião*. Lisboa, 1737.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

BRANDÃO, Francisco. *Quinta parte da Monarchia Lusytana, que contem a historia dos primeiros 23 annos delRey D. Dinis*. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck, 1650.

- BUARCOS, João Brandão de. *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão e apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- Carta do Preste João das Índias*. Prefácio e notas de Manuel João Ramos. Tradução de Leonor Buescu. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.
- Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*. Direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1903.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1979.
- CAVEREL, Philippe de. *Ambassade en Espagne et en Portugal (en 1582), de R. P. en Dieu, Dom Jean Sarrazin, abbé de St-Vaast, du Conseil d’Etat de sa Majesté Catholique, son premier conseiller en Arthois, etc.* Arras: A. Courtin, 1860.
- [CÁRAX, Isidoro de] CHARAX, Isidore of. *Parthian Stations by Isidore of Charax. An account of the overland trade route between the Levant and India in the First Century B.C.* Transcrição grega, tradução para inglês e comentário de Wilfred H. Schoff. Philadelphia: Commercial Museum of Philadelphia, 1914.
- [CÍCERO] CICERON. *Los Deziseis Libros de las Epistolas, ò cartas de M. Tulio Ciceron, vulgarmente llamadas familiares: traduzidas de lengua Latina en Castellana por el Dotor Pedro Simon Abril, natural de Alcaraz*. Madrid: Pedro Madrigal, 1589.
- CORREIA, Gaspar. *Crónicas de D. Manuel e de D. João III até 1533*. Leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa. Lisboa: Academia das Ciências, 1992.
- CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*. Introdução e revisão por M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1975.
- La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*. Edição crítica e notas por Charles-Martial De Witte. 2 vols. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1980.
- COSTA, Cristóvão da. *Tractado de las drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus Plantas debuxadas al biuo por Christoual Acosta medico y cirujano que las vio ocularmente. En el qual se verifica mucho de lo que escriuió el Doctor Garcia de Orta*. Burgos: Martin de Victoria, 1578.
- COUTO, Diogo do. *Da Ásia. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram na conquista, e descubrimento das terras, e mares do Oriente*. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973-1975.
- Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses*. Introdução, leitura, actualização, notas e glossário por Luís de Albuquerque. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

- De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I.* Vol. II, *Documentos*. Coordenação de Jessica Hallett, Nuno Senos e Maria de Jesus Monge. Lisboa: CHAM e Fundação da Casa de Bragança, 2018.
- Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História.* Edição de João Martins da Silva Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.
- Documentos referentes a las Relaciones com Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos.* 3 Volumes. Edição de Antonio de la Torre e Luis Suarez Fernandez. Valladolid: CSIC, 1963.
- [ESTRABÃO] STRABO. *Geography*. Edição de H. C. Hamilton e W. Falconer. Consultado no site *Perseus Digital Library*, de Gregory C. Crane, Tufts University.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia da prouincia Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Antonio Gonsaluez, 1576.
- Gavetas da Torre do Tombo, As.* Introdução de A. da Silva Rego. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. "Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relato do veneziano Lunardo de Cà Masser". *Revista de História Económica e Social* 4 (1979): 75-88.
- GÓIS, Damião de. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel. Nova Edição conforme a primeira de 1566*. Anotada e prefaciada por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes. 4 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955.
- GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.
- GÓIS, Damião de. *Descrição da cidade de Lisboa*. Tradução do texto latino por Raul Machado. 5ª ed. Lisboa: Frenesi, 2009.
- GÓIS, Damião de. *Hispania*. In *Obras de Damião de Góis*. Vol. III, (1541-1549), *Da Hispania ao segundo cerco de Diu*, 31-151. Edição, introdução e notas de Manuel Cadafaz de Matos. Versão portuguesa de Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: Edições Távola Redonda e Centro de Estudos de História e da Edição, 2011.
- GÓIS, Damião de. *Vrbis Olisiponis Descriptio per Damianum Goem Equitem Lusitanum, in qua obiter tractantur nõ nulla de Indica nauigatione, per Graecos et Poenos et Lusitanos, diuersis temporibus inculcata*. Évora: Andream Burgensem, 1554.
- HOLANDA, Francisco de. *Álbum dos Desenhos das Antigualhas*. Introdução e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- HOLANDA, Francisco de. *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

- Los inventarios de Carlos V y la familia imperial / The Inventories of Charles V and the Imperial Family*. Direcção de Fernando Checa Cremades. Edição de Juan Luis González García. Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2010.
- The Inventory of King Henry VIII*. Edição de David Starkey. Londres: Harvey Miller Publishers, 1998-2012.
- LEÃO, Duarte Nunes do. *Descrição do Reino de Portugal*. Transcrição, notas, aparato crítico e biografia do autor por Orlando Gama. Estudos introdutórios de António Borges Coelho, João Carlos Garcia e Suzanne Daveau. Tradução e notas dos textos latinos de Amílcar Guerra. 3ª ed. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Edição de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.
- Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. Coordenação de Jorge Fonseca. Lisboa: Centro de História da Cultura, 2014.
- LISBOA, Frei Cristóvão de. *Historia dos animaes e arvores do Maranhão*. Estudo de Jaime Walter. Notas e comentários de Jaime Walter, Fernando Frade, José E. Mendes Ferrão, Luís F. Mendes e Maria Cândido Liberato. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.
- O Livro de Marco Paulo – O Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jeronimo de Santo Estevam. Conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502. Introdução e índices por Francisco Maria Esteves Pereira*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922.
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio. Porto: Civilização, 1991.
- MANDEVILLE, John. *The Travels of Sir John Mandeville. The version of the Cotton Manuscript in modern spelling*. Londres: Macmillan and Co., 1915.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. “Uma descrição de Portugal em 1578-80”. In *Portugal Quinhentista (ensaios)*, 127-245. Lisboa: Quetzal Editores, 1987.
- MARQUES, João Martins da Silva. “Armas e tapeçarias reais num inventário de 1505”. In *Congresso do Mundo Português. Actas*, 564-605. Lisboa: 1940.
- Mirabilia Descripta. The Wonders of the East, by Friar Jordanus of the order of preachers and Bishop of Columbum in India the Greater (circa 1330)*. Tradução do latim e comentários de Henry Yule. Londres: Hakluyt Society, 1863.
- MONTAIGNE, Michel de. *An Apology for Raymond Sebond*. Tradução de M. A. Screech. Harmondsworth: Penguin, 1987.

- MÜNZER, Jerónimo. *Viaje por España y Portugal. 1494-1495*. Nota introdutória de Ramón Alba. Madrid: Ediciones Polifemo, 1991.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de. *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.
- OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Prefácio de Francisco Santana. Texto actualizado por Maria Helena Bastos. Lisboa: Vega, 1991.
- ORTA, Garcia de. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Edição pelo Conde de Ficalho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- OSÓRIO, Jerónimo. *Da vida e feitos de el-Rei D. Manuel*. Edição actualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira. Porto: Civilização, 1944.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Edição de Raphael Eduardo de Azevedo Basto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- Physiologus. A Medieval Book of Nature Lore*. Tradução de Michael J. Curley. Londres e Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- PINA, Rui de. *Crónicas*. Introdução e revisão de Manuel de Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.
- PIRES, Tomé. *The Suma Oriental of Tomé Pires. An Account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515*. Tradução e edição de Armando Cortesão. Londres: The Hakluyt Society, 1944.
- [PLÍNIO, O Velho] PLINY, the Elder. *Natural History*. Tradução de John Bostock e Henry T. Riley. Consultado no site *Perseus Digital Library*, de Gregory C. Crane, Tufts University.
- Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482): Recueil de Documents Extraits des Archives Bourguignonnes*, edição de Jacques Paviot. Lisboa e Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian e Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.
- Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Edição de António Caetano de Sousa. Coimbra: Atlântida, 1946-1954.
- QUICCHEBERG, Samuel. *The First Treatise on Museums. Samuel Quiccheberg's Inscriptiones 1565*. Tradução e edição de Mark A. Meadow e Bruce Robertson. Los Angeles: The Getty Research Institute, 2013.
- Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*. Publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1937.
- RESENDE, André de. *On Court Life*. Edição de J. R. C. Martyn. Berna: Petu Vang, 1990.

- RESENDE, Garcia de. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Edição de Aida Fernandes Dias. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.
- RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea por Garcia de Resende*. Reprodução fac-similada da nova edição conforme a de 1798. Prefácio por Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.
- [RIPA, Cesare] RIPA, Cæsar. *Iconologia or, Moral Emblems*. Londres: Benjamin Motte, 1709.
- SANDE, Duarte de, S. J. *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana*. Prefácio, tradução do latim e comentário de Américo da Costa Ramalho. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Fundação Oriente, 1997.
- [SEVILHA, Isidoro de] SEVILLE, Isidore of. *The Etymologies*. Tradução, introdução e notas de Stephen A. Barney, W. J. Lewis, J. A. Beach e Oliver Berghof. Nova York: Cambridge University Press, 2006.
- [SÍCULO, Diodoro] SICULUS, Diodorus. *Historical Library, Books XVIII and XIX*. Tradução para inglês por Russel M. Geer. Cambridge: Harvard University Press, 1947.
- SILVA, António de Moraes. *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Edição de Aires A. Nascimento. Introdução histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- VENTURINO, Giovanni Battista. “Viagem do cardeal Alexandrino”. Edição de Alexandre Herculano. In *Opúsculos*. Tomo IV, *Controvérsias e Estudos Históricos (tomo III)*, 49-90. 5ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.
- Viagem a Portugal dos Cavalleiros Tron e Lippomani, 1580*. Edição de Alexandre Herculano. In *Opúsculos*. Tomo IV, *Controvérsias e Estudos Históricos (tomo III)*, 113-126. 5ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.
- Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*. Introdução, tradução e notas de Arlindo Manuel Caldeira. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- Viagens dos Descobrimentos*. Organização, introdução e notas por José Manuel Garcia. Lisboa: Presença, 1983.

Viajes de Extranjeros por España y Portugal. Desde los tiempos más remotos, hasta fines del siglo XVI. Edição de J. Garcia Mercadal. Madrid: Aguilar, 1952.

VILLALBA Y ESTAÑA, Bartolomé de e Gianbattista Confalonieri. *Por terras de Portugal no século XVI.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné.* Paris: J. P. Aillaud, 1841.

Bibliografia

360ª Ciência Descoberta. Catálogo da Exposição. Coordenação de Henrique Leitão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ABULAFIA, David. *Frederik II. A Medieval Emperor.* Oxford: Oxford University Press, 1988.

Afterlives of Animals. A Museum Menagerie, The. Edição de Samuel J. M. M. Alberti. Charlottesville e Londres: University of Virginia Press, 2011.

AGUIAR, Miguel. “As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV”. *Medievalista online* 23 (Janeiro-Junho 2018).

ALEXANDER, Dominic. *Saints and Animals in the Middle Ages.* Woolbridge: The Boydell Press, 2008.

ALHAIQUE, Francesca. “The Gabii ‘zoo’: exotic and unusual animals from the Roman layers”. In *Atti dell’8º Convegno Nazionale di Archeozoologia (2015)*, editado por Jacopo De Grossi Mazzorin, Ivana Fiore e Claudia Minniti, 189-192. Lecce: Università del Santento, 2019.

ALLEN, John Romilly. “The Medieval Bestiaries”. In *Early Christian Symbolism in Great Britain and Ireland before the Thirteenth Century – The Rhind Lectures in Archaeology for 1885.* Londres: Whiting & Co., 1887. Transcrição disponibilizada no site [The Medieval Bestiary](#).

ALLSEN, Thomas T. *The Royal Hunt in Eurasian History.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

ALMEIDA, António Marques de. “Inovação e resistência na prática científica no Portugal das Descobertas”, In *História de Portugal*, dirigida por João Medina, vol. IV, *Os Descobrimentos, I – O Mar sem Fim*, 157-224. Lisboa: Ediclube, 1994.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio de. *O século dos prodígios. A ciência no Portugal da Expansão.* Lisboa: Quetzal, 2018.

ALONSO RUIZ, Begoña. “Dos cortes en 1490: el enlace entre Isabel de Castilla y don Alfonso de Portugal”. *Artis. Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 3 (2004): 123-139.

- ALONSO TRONCOSO, Víctor. "The Diadochi and the Zoology of Kingship: the elephants". In *After Alexander: The time of the Diadochi*, editado por Víctor Alonso Troncoso e Edward M. Anson, 254-270. Oxford: Oxbow Books, 2013.
- ALONSO TRONCOSO, Víctor. "The Zoology of Kingship: from Alexander the Great to the Epigoni (336 -c.250 BC)". *Anabasis. Studia Classica et Orientalia* 5 (2014): 53-75.
- ÁLVARES, Fancisco e José Domingues. "A presença histórica do urso em Portugal e testemunhos da sua relação com as comunidades rurais". *Açafa On line*, 3 (2010): 2-22.
- ALVES, Abel A. *The Animals of Spain. An introduction to imperial perceptions and human interaction with other animals, 1492-1826*. Leiden: Brill, 2011.
- ALVES, Abel A. "Individuality and the understanding of animals in the Early Modern Spanish Empire". In *Animals in Early Modern Identity*, editado por Pia F. Cuneo, 271-290. Farnham: Ashgate, 2014.
- ALVES, Abel. "Iberia's Imagined Elephant. Animal Behavior through a Human Prism in the Sixteenth Century". *Romance Studies* 60 (2020) [no prelo].
- ALVES, Ana Maria. *As Entradas Régias Portuguesas. Uma Visão de Conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- ANDRADE, Maria do Carmo Rebello de. "Artes de mesa e cerimónias régias na corte do século XVI. Uma viagem através de obras de arte da ourivesaria nacional". In *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coordenado por Ana Isabel Buescu e David Felismino, 134-147. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- ANDREWS, Kristin. ["Rats are us. They are sentient beings with rich emotional lives, yet we subject them to experimental cruelty without conscience. Why?"](#). *Aeon*, 2 de Março de 2020.
- Animales en la historia y en la cultura, Los*. Edição de Arturo Morgado García e José Joaquín Rodríguez Moreno. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2011.
- Animalia. Presença e representações*. Coordenação de Miguel Alarcão, Luís Krus e Maria Adelaide Miranda. Lisboa: Colibri, 2002.
- Animais e Companhia na História de Portugal*. Coordenação de Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.
- Animals and Early Modern Identity*. Edição de Pia F. Cuneo. Farnham: Ashgate, 2014.
- Animals and Human Society. Changing perspectives*. Edição de Aubrey Manning e James Serpell. Londres e Nova York: Routledge, 1994.
- ARAÚJO, Ana Cristina. "Cultos da realeza e cerimoniais de Estado no tempo de D. Manuel I". In *III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época (24 a 27 de*

- Outubro de 2001*), vol. IV, *Arte e Cultura*, 73-94. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004.
- ARAÚJO, Renata. *Lisboa: A Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- ARBEL, Benjamin. "The Renaissance Transformation of Animal Meaning". In *Making Animal Meaning*, editado por Linda Kalof e Georgina M. Montgomery, 59-80. East Lansing: Michigan State University Press, 2011.
- ARBEL, Benjamin. "The beginnings of comparative anatomy and Renaissance reflections on the human-animal divide". *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 201-222.
- ASHWORTH, Jr., William B. "Natural history and the emblematic world view". In *Reappraisals of the Scientific Revolution*, editado por David C. Lindberg e Robert S. Westman, 303-332. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ASHWORTH, Jr., William B. "Emblematic natural history of the Renaissance". In *Cultures of Natural history*, editado por Nicholas Jardine, James Secord e Emma Spary, 17-37. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Atlantic History. A Critical Appraisal*. Edição de Jack P. Greene e Philip D. Morgan. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- AZZOLINI, Monica. "Talking of animals: whales, ambergris, and the circulation of knowledge in seventeenth-century Rome". *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 297-318.
- BARATAY, Éric. "Building an Animal History". In *French Thinking about Animals*, editado por Louisa Mackenzie e Stephanie Posthumus, 3-14. East Lansing: Michigan State University Press, 2015.
- BARBERO, Alessandro. *Charlemagne: Father of a Continent*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena. *Apontamentos para a História das Coleções e dos Estudos de Zoologia em Portugal*. Lisboa: Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, 1885.
- BARRETO, Luís Filipe. *Damião de Góis. Os caminhos de um humanista*. Lisboa: CTT, 2002.
- Beastly Natures: Animals, Humans, and the Study of History*. Edição de Dorothee Brantz. Charlottesville: University of Virginia Press, 2010.
- BEDINI, Silvio A. *The Pope's Elephant*. Manchester: Carcanet Press, 1997.
- BETHENCOURT, Francisco e Diogo Ramada Curto. "Introdução". In *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, dirigido por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, 1-18. Lisboa: Edições 70, cop. 2007.
- BETHENCOURT, Francisco. "Descrições e representações de Lisboa no século XVI". In *O imaginário da cidade. Compilação de Comunicações Apresentadas no Colóquio sobre*

- o Imaginário da Cidade realizado em Outubro de 1985*, 117-129. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- BETHENCOURT, Francisco. *Racisms. From the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- BETTENCOURT, José António. *A nau Nossa Senhora da Luz (1615) no contexto da Carreira da Índia e da escala dos Açores: uma abordagem histórico-arqueológica*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008.
- BETTENCOURT, José, Inês Pinto Coelho, Cristóvão Fonseca, Gonçalo Lopes, Patrícia Carvalho e Tiago Silva. “Entrar e sair de Lisboa na Época Moderna: uma perspectiva a partir da Arqueologia Marítima”. In *Meios, Vias e Trajectos... Entrar e sair de Lisboa*, coords. J. C. Senna Martinez, A. C. Martins, A. Caessa, A. Marques e I. Cameira, 144-159. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa da Câmara Municipal de Lisboa e Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, 2018.
- BIEDERMANN, Zoltán, Anne Gerritsen e Giorgio Riello. “Introduction”. In *Global Gifts and the Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia*. In *Global Gifts. The Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia*, editado por Zoltán Biedermann, Anne Gerritsen e Giorgio Riello, 1-33. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2018.
- BLEICHMAR, Daniela. “Books, Bodies and Fields: Sixteenth Century Transatlantic Encounters with New World *Materia Medica*”. In *Colonial Botany: Science, Commerce, and Politics in the Early Modern World*, editado por Londa Schiebinger e Claudia Swan, 83-99. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- BLIER, Suzanne Preston. “Imaging Otherness in Ivory: African Portrayals of the Portuguese ca. 1492”. *The Art Bulletin* 75, 3 (Set. 1993): 375-396.
- BOMGARDNER, David L. “The Trade in Wild Beasts for Roman Spectacles: a Green Perspective”. *Anthropozoologica* 16 (1992): 161-166.
- BOSTOCK, Stephen St C. *Zoos and Animal Rights. The ethics of keeping animals*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do gosto*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “Lisboa Sozinha, Quase Viúva. A Cidade e a Mudança da Corte no Portugal dos Filipes”. *Penélope* 13 (1994): 71-93.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de la historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, cultura, representações, 1580-1668*. Lisboa: Cosmos, 2000.

- BOWD, Stephen e Sarah Cockram. "Introduction. The animal in Renaissance Italy". *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 183-200.
- BRAGA, Isabel Drumond. "À Mesa com Grão Vasco. Para o Estudo da Alimentação no século XVI". *Mathesis* 16 (2007): 9-59.
- BRAGA, Isabel Drumond. "Confeiteiros na Época Moderna: Cultura Material, Produção e Conflituosidade". In *Ensaio sobre o Património Alimentar Luso-Brasileiro*, coordenado por Carmen Soares e Irene Coutinho de Macedo, 165-192. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2014.
- BRAGA, Isabel Drumond. "Descobrir e Juntar Animais: "Novas Novidades", Pátio dos Bichos e Jardim Zoológico de Lisboa", In *Animais e Companhia na História de Portugal*, coordenado por Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, 317-389. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.
- BRAGA, Isabel Drumond. *Sabores e segredos: receituários conventuais portugueses da Época Moderna*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2015.
- BRAGA, Isabel Drumond. "Entre a cozinha e a botica: alguns receituários culinários portugueses da Época Moderna". *Akra Barbarion* 4 (2020): 160-175.
- BRAGA, Paulo Drumond e Isabel M. R. Mendes Drumond Braga. "As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem". *Penélope. Fazer e Desfazer a História* 14 (1994): 11-22.
- BRAGA, Paulo Drumond. "Mecanismos de propaganda do poder real no reinado de D. João II: Subsídios". In *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas. D. João II e a política quatrocentista*, 263-297. Porto: Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989.
- BRAGA, Paulo Drumond. "Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: a Caça". In *Animais e Companhia na História de Portugal*, coordenado por Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, 185-215. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.
- BRAMBILLA, Elena. "Modèle et méthode dans la 'société de cour' de Norbet Elias". In *La ville et la cour. Des bonnes et des mauvaises manières*, dirigido por Daniela Romagnoli e prefaciado por Jacques Le Goff, 219-258. Paris : Fayard, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo*. Tomo I. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.
- BRILKMAN, Kajsa. "The circulation of knowledge in translations and compilations. A sixteenth-century example". In *Circulation of Knowledge. Explorations in the History of Knowledge*, editado por Johan Östling, Erling Sandmo, David Larsson Heidenblad, Anna Nilsson Hammar e Kari H. Nordberg, 160-171. Lund: Nordic Academic Press, 2018.
- British Atlantic World, The, 1500-1800*. Edição de David Armitage e Michael J. Braddick. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

- BRITO, Cristina. *Os mamíferos marinhos nas viagens marítimas pelo Atlântico entre os séculos XV e XVIII: a evolução da ciência e do conhecimento*. Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- BRITO, Cristina. *New Science from Old News*. Lisboa: Escola de Mar, 2016.
- BROCKINGTON, John. *The Sanskrit Epics*. Leiden, Boston e Colónia: Brill, 1998.
- BUESCU, Ana Isabel e David Felismino. “Sobre a construção de um campo historiográfico”. In *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coordenado por Ana Isabel Buescu e David Felismino, 14-24. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- BUESCU, Ana Isabel. “GÓIS, Damião de (1502-1574)”. In *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*.
- BUESCU, Ana Isabel. “As entradas régias em Portugal no século XVI: Uma revisita”. In *Problematizar a História: Estudos de História Moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, 143-163. Lisboa: Caleidoscópio, 2007.
- BUESCU, Ana Isabel. “Festas régias e comunicação política no Portugal moderno (1521-1572)”. *Comunicação & Cultura* 10 (2010): 35-55.
- BUESCU, Ana Isabel. “A morte do rei. Tumulização e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582)”. *Ler História* 60 (2011): 9-33.
- BUESCU, Ana Isabel. *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.
- BUESCU, Ana Isabel. *D. Beatriz de Portugal (1504-1538). A Infanta Esquecida*. Lisboa: Manuscrito, 2019.
- BUGALHÃO, Jacinta. *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Fundação Millennium bcp, 2009.
- BUQUET, Thierry. “Le guépard médiéval, ou comment reconnaître un animal sans nom”. *Reinardus* 23 (2011): 12-47.
- BUQUET, Thierry. “La belle captive. La giraffe dans les ménageries principières au Moyen Âge”. In *La bête captive au Moyen Âge et à l’époque moderne*, editado por C. Beck e F. Guizard, 65-90. Amiens: Encrage, 2012.
- BUQUET, Thierry. “Les panthères de Timothée de Gaza dans l’encyclopédie zoologique de Constantin VII”. *Rursus* 7 (2012), 2-17.
- BUQUET, Thierry. “*Animalia extranea et stupenda ad videndum*. Describing and naming exotic beasts in Cairo Sultan’s menagerie”. In *Animals and Otherness in the Middle Ages. Perspectives across disciplines*, editado por Francisco de Asís García García,

- Mónica Ann Walker Vadillo e María Victoria Chico Picaza, 25-34. Oxford: Archaeopress, 2013.
- BUQUET, Thierry. “Les animaux exotiques dans les ménageries médiévales”. In *Fabuleuses histoires des bêtes et des hommes*, 97-121. Trema: Société archéologique de Namur, 2013.
- BUQUET, Thierry. “Les légendes relatives à l’origine hybride et à la naissance des giraffes selon les auteurs arabes”. *Bulletin d’Études Orientales* 62 (2013): 125-147.
- BUQUET, Thierry. “Les ménageries arabes et ottomanes”. *Schweizerische Gesellschaft Mittlerer Osten und Islamische Kulturen Bulletin* 38 (2014): 16-19.
- BUQUET, Thierry. “Hunting with Cheetahs at European Courts: From the origins to the end of a fashion”. *Animals and Courts. Europe, c. 1200-1800*, editado por Mark Hengerer e Nadir Weber, 17-42. Berlim e Boston: DeGruyter, 2020.
- BURKE, Peter. “A história como memória social”. In *O Mundo como Teatro: Estudos de Antropologia Histórica*, 235-251. Lisboa: Difel, 1992.
- BURKE, Peter. “O mundo como teatro”. In *O Mundo como Teatro: Estudos de Antropologia Histórica*, 143-158. Lisboa: Difel, 1992.
- BURKE, Peter. *A Social History of Knowledge: From Gutenberg to Diderot*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BURKE, Peter. *O que é a história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BURKE, Peter. *What is the History of Knowledge?* Cambridge: Polity Press, 2016.
- CAETANO, Carlos. *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora, 2004.
- CAMPBELL, Lorne. *Renaissance Portraits: European Portrait-Painting in the 14th, 15th and 16th Centuries*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- CAMPOS, Carlos Alberto. *Technology, Scientific Speculation and the Great Discoveries*. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXIII (1985): 485-542.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. “Iberian Colonial Science in the Renaissance: Ignored how much longer?”. *Perspectives of Science* 12, 1 (2004): 86-124.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. “Iberian Colonial Science”. *Isis* 96, 1 (Mar. 2005): 64-70.
- CARDIM, Pedro. “Entradas solenes: Rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII”. In *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, organizado por István Jancsó e Íris Kantor, 97-124. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CARDIM, Pedro. “A corte régia e o alargamento da esfera privada”. In *História da Vida Privada em Portugal*, dirigido por José Mattoso, vol. 2, *A Idade Moderna*, coordenado

- por Nuno Gonçalo Monteiro, 160-202. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2011.
- CARITA, Hélder. *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- CARITA, Hélder. “Lisboa manuelina, de cabeça de reino a capital de império”. In *Lisboa. Conhecer, pensar, fazer cidade*, edição de Maria Helena Barreiros. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.
- CARITA, Hélder. “Lisboa: da cidade medieval à cidade manuelina”. In: *Lisboa 1415 Ceuta. História de duas cidades*, coordenado por André Teixeira, Fernando Villada Paredes e Rodrigo Banha da Silva, 30-36. Ceuta: Ciudad Autonoma de Ceuta e Câmara Municipal de Lisboa, 2015.
- CARITA, Hélder. “Lisboa Manuelina e a formação da Provedoria de Obras Reais” *Rossio. Estudos de Lisboa* 5 (2015): 16-27.
- Cartography in the European Renaissance*. Edição de David Woodward. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- CARVALHO, Maria Teresa Nobre de. *O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente. Contribuição dos textos ibéricos quinhentistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia*. Tese de doutoramento em História e Filosofia das Ciências, apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2012.
- Casa pré-pombalina na Baixa lisboeta, Uma. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios*. Coordenado por Jacinta Bugalhão. Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, 2015.
- CASSIDY, Richard e Michael Clasby. “[Matthew Paris and Henry III’s elephant](#)”. In *Henry III Fine Rolls Project website*, 2012.
- CASTELO-BRANCO, Fernando. *Lisboa vista pelos estrangeiros (até aos fins do século XVII)*. Separata de *Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo*, 355-390. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982.
- CASTILHO, Júlio de. *A Ribeira de Lisboa. Descrição Historica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.
- CATTANEO, Angelo. “Venice, Florence, and Lisbon. Commercial Routes and Networks of Knowledge, 1300-1550”. In *Encompassing the Globe. Portugal and the World in the 16th & 17th Centuries – Essays*, editado por Jay A. Levenson, 13-20. Washington D.C.: Arthur M. Sackler Gallery e Smithsonian Institution, 2007.
- Ceremonial Entries in Early Modern Europe. The Iconography of Power*. Edição de J. R. Mulryne, Maria Ines Alverti e Anna Maria Testaverde. Farnham: Ashgate, 2015.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1998.

- CHECA CREMADES, Fernando. "The language of triumph: Images of war and victory in two early modern tapestry series". In *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, editado por Fernando Checa-Cremades e Laura Fernández-González, 19-40. Farnham: Ashgate, 2015.
- CLARK, Willene B. *A Medieval Book of Beasts. The Second Family Bestiary. Commentary, Art, Text and Translation*. Woodbridge: Boydell, 2006.
- COCKRAM, Sarah. "Interspecies understanding: exotic animals and their handlers at the Italian Renaissance court". *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 277-296.
- COELHO, Inês Pinto, Tiago Silva e André Teixeira. "Uma aproximação ao espaço vivencial da Casa dos Bicos: a cultura material de uma lixeira da primeira metade do século XVIII". In *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa*, 367-385. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2017.
- COELHO, Inês Pinto. "A Casa dos Bicos: estudo arqueológico de um espaço e quotidiano palaciano na Lisboa ribeirinha (séculos XVI-XVIII). Análise preliminar". In *Arqueologia em Portugal. 150 anos*, editado por José Morais Arnaud, Andrea Martins e César Neves, 1085-1090. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João II, o Senhor do Pelicano da Lei e da Grei*. Separata de *O Tempo Histórico de D. João II nos 550 Anos do Seu Nascimento*. Actas. Lisboa: S.I., 2005.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. "Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis". In *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*, organizado por Carlos Nogueira, 61-79. São Paulo: Alameda, 2010.
- COLEY, Jacob. "[Roman Games: Playing with Animals](#)". In *Heilbrunn Timeline of Art History*. New York: The Metropolitan Museum of Art, Setembro de 2010.
- CONNERTON, Paul. *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. "D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II". *Mare Liberum* 17 (1999): 39-71.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. *D. Manuel I, 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. *Henrique, o Infante*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- COSTA, Leonor Freire. "Carpinteiros e Calafates da Ribeira das Naus: um olhar sobre Lisboa de Quinhentos". *Penélope. Fazer e Desfazer a História* 13 (1994): 37-54.

- COSTA, Palmira Fontes da e Henrique Leitão. "Portuguese Imperial Science: A historiographical review". In *Science, Power and the Order of Nature in the Spanish and Portuguese Empires*, 35-53. Stanford: Stanford University Press, 2008.
- COSTA, Palmira Fontes da. "Secrecy, Ostentation, and the Illustration of Exotic animals in Sixteenth-Century Portugal". *Annals of Science* 66, 1 (2009): 59-82.
- COSTA, Palmira Fontes da. "Identity and the construction of memory in representations of Garcia de Orta". In *Medicine, Trade and Empire: Garcia de Orta's Colloquies on the Simples and Drugs of India (1563) in context*, editado por Palmira Fontes da Costa, 237-265. Farnham: Ashgate, 2015.
- COWIE, Helen. "Exhibiting Animals. Zoos, menageries and circuses". In *The Routledge Companion to Animal-Human History*, editado por Hilda Kean e Philip Howell, 298-321. Nova York: Routledge, 2019.
- CRESPO, Hugo Miguel. *Jóias da Carreira da Índia. Catálogo da Exposição*. Lisboa: Fundação Oriente, 2014.
- CRESPO, Hugo Miguel. *À Mesa do Príncipe. Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700): prata, madrepérola, cristal de rocha e porcelana*. Lisboa: AR PAB: 2018.
- CRISTÓVÃO, Inês. "O Cenário". In *Cortejo Triunfal com Girafas. Animais exóticos ao serviço do poder*, 17-21. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo e Centro de História de Além-Mar, 2009.
- CRISTÓVÃO, Inês de Castro. *"A principal riqueza que dali vem": os têxteis bordados indianos em Portugal nos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.
- CUMMINGS, Brian. "Pliny's Literate Elephant and the Idea of Animal Language in Renaissance Thought". In *Renaissance Beasts. Of Animals, Humans, and Other Wonderful Creatures*, editado por Erica Fudge, 164-185. Champaign: University of Illinois Press, 2004.
- CUNEO, Pia F. "Introduction". In *Animals and Early Modern Identity*, editado por Pia F. Cuneo, 1-15. Farnham: Ashgate, 2014.
- CURTO, Diogo Ramada. "Descrições e representações de Lisboa (1600-50)". In *O imaginário da cidade. Compilação de Comunicações Apresentadas no Colóquio sobre o Imaginário da Cidade realizado em Outubro de 1985*, 131-145. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- CURTO, Diogo Ramada. "Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)". In *A Memória da Nação. Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia*, organizado por Diogo Ramada Curto e Francisco Bethencourt, 201-265. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991.

- CURTO, Diogo Ramada. "A literatura e o Império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o humanismo cívico". In *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. I, 434-454. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- CURVELO, Alexandra. "O exótico nunca está em casa?", In *O Exótico nunca está em casa? A China na faiança e no azulejo portugueses (séculos XVII-XVIII)*, coordenado por Maria Antónia Pinto de Matos e Alexandra Curvelo, 15-25. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2013.
- CUTLER, Anthony. "Les échanges de dons entre Byzance et l'Islam (IXe-XIe siècles)". *Journal des savants* 1 (1996): 51-66.
- CUTTLE, Charles D. "Exotics in post-medieval European art: giraffes and centaurs". *Artibus et Historiae* 12, 23 (1991): 161-179.
- DALE, Stephen F. "Silk Road, Cotton Road or... Indo-Chinese Trade in Pre-European Times". *Modern Asian Studies* 43, 1 (2009): 79-88.
- Damião de Góis, humanista português na Europa do Renascimento*. Edição de Amadeu Torres. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- DASTON, Lorraine e Gregg Mitman. "Introduction. The How and Why of Thinking with Animals". In *Thinking with Animals. New Perspectives on Anthropomorphism*, editado por Lorraine Daston e Gregg Mitman, 1-14. Nova York: Columbia University Press, 2005.
- DASTON, Lorraine e Katharine Park. *Wonders and the Order of Nature. 1150-1750*. Nova York: Zone Books, 1998.
- DASTON, Lorraine. "Marvelous Facts and Miraculous Evidence in Early Modern Europe". *Critical Inquiry* 18, 1 (Aut. 1991): 93-124.
- DASTON, Lorraine. "The language of strange facts in Early Modern science". In *Inscribing Science. Scientific Texts and the Materiality of Communication*, editado por Timothy Lenoir, 20-38. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- DASTON, Lorraine. "The History of Science and the History of Knowledge". *KNOW: A Journal on the Formation of Knowledge* 1, 1 (2017): 131-154.
- DAVIES, Surekha. "The Navigational Iconography of Diogo Ribeiro's 1529 Vatican Planisphere". *Imago Mundi* 55 (2003): 103-112.
- DAVIES, Surekha. "The Wondrous East in the Renaissance Geographical Imagination: Marco Polo, Fra Mauro and Giovanni Battista Ramusio". *History and Anthropology* 23, 2 (2012): 215-234.
- De Todas as Partes do Mundo. O Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, edição de Jessica Hallett e Nuno Senos. Lisboa: Tinta da China, 2018.

- DECTOT, Xavier. "When ivory came from the seas. On traits of the trade of raw and carved sea-mammal ivories in the Middle Ages". *Antropozoologica* 53, 14 (2018): 159-174.
- DEPARTMENT of Ancient Near Eastern Art. "[Animals in Ancient Near Eastern Art](#)". In *Heilbrunn Timeline of Art History*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, Fevereiro de 2014.
- DEPARTMENT of Ancient Near Eastern Art. "[Trade between Arabia and the Empires of Rome and Asia](#)". In *Heilbrunn Timeline of Art History*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, Outubro de 2000.
- DEPARTMENT of Ancient Near Eastern Art. "[Trade between the Romans and the Empires of Asia](#)". In *Heilbrunn Timeline of Art History*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, Outubro de 2000.
- DEPARTMENT of Ancient Near Eastern Art, "[Trade Routes between Europe and Asia during Antiquity](#)"; *Heilbrunn Timeline of Art History*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, Outubro de 2000.
- DESWARTE, Sylvie. "Un nouvel age d'or: la gloire des portugais à Rome sous Jules II et Léon X". *Humanitas* 43-44 (1991-1992): 125-152.
- DESWARTE, Sylvie. "Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém". In *Jerónimos. Quatro Séculos de Pintura*, editado por Anísio Franco, 40-67. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1992.
- DESWARTE, Sylvie. "*Prisca Pictura e Antiqua Novitas*. Francisco de Holanda e a taxonomia das figuras antigas". *Ars*, 4, 7 (2006): 14-27.
- DIAS, João Alves, Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, "A Conjuntura". In *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coordenado por João Alves Dias, 689-760. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- DIAS, João Alves. "Un banquet royal au Portugal au XVI^{ème} siècle". In *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges. Actes du Colloque de Rouen, 14-17 novembre 1990*, 155-158. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1992.
- DIAS, João Alves. "A população". In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coordenado por João Alves Dias, 11-52. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- DIAS, Pedro. *À Maneira de Portugal e da Índia. Uma tapeçaria inédita*. Porto: VOC, 2007.
- DJUKIC, Ljudmilla. "Venationes". In *The Byzantine Empire. A Historical Encyclopedia*, vol. I, editado por James Francis LePree e Ljudmila Djukic, 323-324. Denver: ABC-CLIO, 2019.

- DOMINGUES, Francisco Contente. “Tratado de Tordesilhas”. In *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dirigido por Luís de Albuquerque, vol. II, 1039-1043. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- DRUCE, George C. “The Elephant in Medieval Legend and Art”. *Journal of the Royal Archaeological Institute* 76 (1919).
- DUZER, Chet van. *Sea Monsters on Medieval and Renaissance Maps*. Londres: British Library, 2013.
- EARLE, T. F. “*Aquela grã Rua Nova*: images of the Rua Nova in Sixteenth-Century Portuguese literature”. In *The Global City. On the streets of Renaissance Lisbon*, editado por Annemarie Jordan Gschwend e Kate J. P. Lowe, 94-99. Londres: Paul Holberton Publishing, 2015.
- EGMOND, Florike e Sven Dupré. “Collecting and circulating exotic naturalia in the Spanish Netherlands”. In *Embattled Territory. The Circulation of Knowledge in the Spanish Netherlands*, editado por Sven Dupré, Bert De Munck, Werner Thomas e Geert Vanpaemel, 199-227. Ghent: Academia Press, 2016.
- EGMOND, Florike. *The World of Carolus Clusius. Natural history in the making, 1550-1610*. Londres: Pickering & Chatto, 2010.
- EGMOND, Florike. “Figuring Exotic Nature in Sixteenth-Century Europe: Garcia de Orta and Carolus Clusius”. In *Medicine, Trade and Empire. Garcia de Orta’s Colloquies on the Simples and Drugs of India (1563) in Context*, editado por Palmira Fontes da Costa, 167-193. Londres e Nova York: Routledge, 2015.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizacional. Investigações Sociogenéticas e Psicogenéticas*, 2 vols. Lisboa: Dom Quixote, 1989-1990.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 2005.
- Encompassing the Globe. Portugal and the World in the 16th & 17th Centuries – Essays*. Edição de Jay A. Levenson. Washington D.C.: Arthur M. Sackler Gallery e Smithsonian Institution, 2007.
- Encounters. The Meeting of Asia and Europe, 1500-1800*. Edição de Anna Jackson e Amin Jaffer. Londres: Victoria & Albert, 2004.
- EPPLETT, Christopher. “The Capture of Animals by the Roman Military”. *Greece & Rome* 48, 2 (Out. 2001): 210-222.
- ERSKINE, Andrew. “Hellenistic Parades and Roman Triumphs”. In *Rituals of Triumph in the Mediterranean World*, editado por Anthony Spalinger e Jeremy Armstrong, 37-55. Leiden e Boston: Brill, 2013.
- Exotica: os Descobrimentos portugueses e as câmaras de maravilhas do Renascimento. Exposição – Museu Calouste Gulbenkian*. Coordenação de João Castel-Branco Pereira e Nuno Vassallo e Silva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

- Exotica: Portugals entdeckungen im spiegel fürstlicher kunst- und wunderkammern der Renaissance. Coordenação de Helmut Trnek e Sabine Haag. Viena: Kunsthistorisches Museum, 2001.*
- O Exótico nunca está em casa? A China na faiança e no azulejo portugueses (séculos XVII-XVIII). Coordenação de Maria Antónia Pinto de Matos e Alexandra Curvelo. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2013.*
- FABIÃO, Carlos. “Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 17 (2009): 555-594.
- FALOMIR, Miguel. “El retrato de corte”. In *El retrato del Renacimiento* [Catálogo da Exposição], dirigido por Miguel Falomir, 109-123. Madrid: Museo Nacional del Prado e Ediciones El Viso, 2008.
- FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, Laura. “La representación de las naciones en las entradas reales de Lisboa (1581-1619). Propaganda e intereses comerciales”. In *Las corporaciones de nación en la Monarquía Hispánica (1580-1750). Identidad, patronazgo y redes de sociabilidad*, editado por Bernardo J. García García e Óscar Recio Morales, 413-450. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2014.
- FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, Laura e Fernando Checa Cremades. “Introduction”. In *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, editado por Fernando Checa-Cremades e Laura Fernández-González, 1-16. Farnham: Ashgate, 2015.
- FERREIRA, Maria João. *As Alfaias Bordadas Sinoportuguesas (Séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2007.
- FERREIRA, Maria João. *Os têxteis chineses no contexto religioso português de aparato entre os séculos XVI e XVIII*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.
- FERREIRA, Maria João. “Os ‘Panos da Índia’ em Portugal: integração e consumo dos artigos têxteis asiáticos na sociedade portuguesa dos séculos XVI a XVIII”. In *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José Augusto França*, 72-81. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 2014.
- FERRONHA, António Luís, Mariana Bettencourt e Rui Manuel Loureiro. *A Fauna Exótica dos Descobrimentos*. Lisboa: Elo, 1993.
- Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*. Edição de Fernando Checa-Cremades e Laura Fernández-González. Farnham: Ashgate, 2015.
- FINDLEN, Paula. “Inventing Nature. Commerce, Art, and Science in the Early Modern Cabinet of Curiosities”. In *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*, edição de Pamela H. Smith e Paula Findlen, 297-323. Nova York e Londres: Routledge, 2002.

- FINDLEN, Paula. "Natural history". In *The Cambridge History of Science*, vol. III, *Early Modern Science*, editado por Katharine Park e Lorraine Daston, 435-468. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- FLOR, Pedro. *A arte do retrato em Portugal nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.
- FLORES, Jorge. "Distant Wonders: The Strange and the Marvelous between Mughal India and Habsburg Iberia in the Early Seventeenth Century". *Comparative Studies in Society and History* 49, 3 (Jul., 2007): 553-581.
- FONSECA, Jorge. "Lisboa de D. Manuel I no relato de Jan Tacoen". In *Lisboa em 1514. O relato de Jan Tacoen van Zillebeke*, coordenado por Jorge Fonseca, 91-113. Lisboa: Centro de História da Cultura, 2014.
- FONSECA, Jorge. "Os escravos do duque". In *De Todas as Partes do Mundo. O Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, edição de Jessica Hallett e Nuno Senos. Lisboa: Tinta da China, 2018.
- FONSECA, Luís Adão da. *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *The Order of Things. An archaeology of the human sciences*. Londres e Nova York: Routledge, 2005.
- FRANÇA, José-Augusto. *O Retrato na Arte Portuguesa*. s.l.: Livros Horizonte, 1981.
- FRASER, P. M. *Cities of Alexander The Great*. Nova York: Oxford University Press, 1996.
- FUDGE, Erica. "A Left-Handed Blow: Writing the History of Animals". In *Representing Animals*, editado por Nigel Rothfelds, 3-18. Bloomington: Indiana University Press, 2002.
- FUDGE, Erica. *Perceiving Animals. Humans and Beasts in Early Modern English Culture*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2002.
- FUDGE, Erica. "Attempting Animal Histories. Review of Linda Kalof & Brigitte Resl (eds.), *A Cultural History of Animals*. Oxford and New York, 2007. (6 Volumes)". *Society & Animals* 19, 4 (2011): 425-431.
- FUDGE, Erica. "Renaissance Animal Things". In *Gorgeous Beasts. Animal Bodies in Historical Perspective*, editado por Joan B. Landes, Paula Young Lee e Paul Youngquist, 41-56. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2012.
- FUTRELL, Alison. *Blood in the Arena. The Spectacle of Roman Power*. Austin: University of Texas Press, 1997.
- GAGE, Frances. "Human and animal in the Renaissance eye". *Renaissance Studies* 31, 2 (2017): 261-276.

- GANDRA, Manuel J. "Cesare Ripa na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra e ecos da sua Iconologia (Roma, 1603) nas artes em Portugal: esboços para uma exposição virtual". *Boletim cultural* 15 (2006): 11-88.
- GARCIA, José Manuel. "Lisboa: a cidade dos Descobrimentos". *Rossio. Estudos de Lisboa* 7 (2016): 21-43.
- GARCIA, José Manuel. *Breve Panorama Bio-Bibliográfico sobre D. João II*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.
- GASPAR, Joaquim Alves. *From the portolan chart of the Mediterranean to the latitude chart of the Atlantic. Cartometric analysis and modeling*. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures. Selected Essays*. Nova York: Basic Books, Inc., 1973.
- GEERTZ, Clifford. "Centers, Kings, and Charisma: Reflections on the Symbolics of Power". In *Rites of Power. Symbolism, Ritual and Politics Since the Middle Ages*, editado por Sean Wilentz, 13-38. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.
- GEORGE, Wilma. *Animals and Maps*. Berkeley, University of California Press, 1969.
- GEORGE, Wilma. "Sources and Background to Discoveries of New Animals in the Sixteenth and Seventeenth Centuries". *History of Science* XVIII (1980): 79-104.
- GILHUS, Ingvild Sælid. *Animals, Gods and Humans. Changing Attitudes to Animals in Greek, Roman and Early Christian Ideas*. Londres e Nova York: Routledge, 2006.
- GILLMAN, Matthew Elliott. "A tale of two ivories: elephant and walrus". *Espacio, Tiempo y Forma, Revista de la Facultad de Geografía e Historia* série VII – Historia del Arte, 5 (2017): 81-105.
- Global City, The. On the streets of Renaissance Lisbon*. Edição de Annemarie Jordan Gschwend e Kate J. P. Lowe. Londres: Paul Holberton Publishing, 2015.
- Global Gifts. The Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia*. Edição de Zoltán Biedermann, Anne Gerritsen e Giorgio Riello. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2018.
- GODELIER, Maurice. "Acerca de las cosas que se dan, de las cosas que se venden y de las cosas que no hay que vender ni dar sino que hay que guardar. Una reevaluación crítica del *Ensayo sobre el Don* de Marcel Mauss". *Hispania: Revista Española de Historia* 60, 204 (Jan.-Apr. 2000): 10-26.
- GODELIER, Maurice. *O Enigma da Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2000.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. “Os Turcos Otomanos e a génese da expansão europeia”. In *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 69-88. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008.
- GOLDSTONE, Jack. *História Global da Ascensão do Ocidente. 1500-1850*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- GOMES, João Pedro. “Comida de rua na Lisboa Moderna (sécs. XVI e XVII)”. In *Diz-me o que comes. Alimentação antes e depois da cidade – Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*, editado por João Carlos Senna Martinez, Ana Cristina Martins, Ana Ávila de Melo, Ana Caessa, António Marques e Isabel Cameira, 98-109. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Sociedade de Geografia de Lisboa, 2017.
- GOMES, Rita Costa. “Sobre a festa e o rito, na corte medieval”. *Cadernos do Noroeste* 9, 2 (1996): 9-22.
- GÓMEZ-CENTURIÓN JIMÉNEZ, Carlos. “De leoneras, ménageries y casas de fieras: algunos apuntes sobre el coleccionismo zoológico en la Europa moderna”. In *Los animales en la historia y en la cultura*, editado por Arturo Morgado García e José Joaquín Rodríguez Moreno, 153-189. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2011.
- GONÇALVES, Iria. “À mesa, com o rei de Portugal (séculos XII-XIII)”. *Revista da Faculdade de Letras. História* 2ª série, XIV (1997): 15-32.
- GONZAGA, Manuela. “Do odio natural que ha antre hos Elephantes & hos Rhinoçerotas” – *Migrações do real fantástico ou desmistificação de mitos nos alvares da Expansão Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- GORGAS, Michael. “Animal Trade between India and Western Eurasia in the Sixteenth Century: the Role of the Fuggers in Animal Trading”. In *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers in Germany: Sixteenth Century*, editado por Kuzhippalli Skaria Mathew, 195-225. Nova Delhi: Manohar, 1997.
- GOUVEIA, António Camões. “De Lisboa a Roma para mostrar a Índia”. *Noesis* 22 (1992): 24-27.
- GOUVEIA, António Camões. “La Fiesta y el Poder. El rey, la corte y los cronistas del Portugal del Siglo XVI”. In *La fiesta en la Europa de Carlos V, Catálogo da exposição*, 175-207. Sevilha: Real Alcázar e Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenários de Felipe II y Carlos V, 2000.
- GRAFTON, Anthony. *New Worlds, Ancient Texts. The Power of Tradition and the Shock of Discovery*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1992.
- GREENBLATT, Stephen. “Resonance and Wonder”. *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences* 43, 4 (Jan. 1990): 29-30.

- GREENBLATT, Stephen. *Marvelous Possessions. The Wonder of the New World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- GROOM, Angelica. *The role of rare and exotic animals in the self-fashioning of the early modern court: the Medici court in Florence as a case study*. Tese de doutoramento apresentada à University of Sussex, 2012.
- GROOM, Angelica. *Exotic Animals in the Art and Culture of the Medici Court in Florence*. Leiden e Boston: Brill, 2018.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. *Portuguese Royal Collections 1505-1580: A Bibliographic and Documentary Survey*. Dissertação de mestrado apresentada à George Washington University, 1985.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. "A Crystal Elephant from the Kunstkammer of Catherine of Austria". *Jahrbuch der Kunsthistorischen Sammlungen in Wien* 87 (1991): 121-126.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. *The Development of Catherine of Austria's Collection in the Queen's Household: Its Character and Cost*. Tese de doutoramento apresentada à Brown University, 1994.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. *Retrato de corte em Portugal. O legado de António Moro, 1552-1572*. Lisboa: Quetzal, 1994.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. "Exotic Animals in Sixteenth-Century Europe". In *Encounters. The Meeting of Asia and Europe, 1500-1800*, editado por Anna Jackson e Amin Jaffer, 42-43. Londres: Victoria & Albert, 2004.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. "A procura portuguesa por animais exóticos", in *Cortejo Triunfal com Girafas. Animais exóticos ao serviço do poder*, 33-42. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo e Centro de História de Além-Mar, 2009.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. "«Cosa veramente di gran stupore» Entrada real y Fiestas nupciales de Juana de Austria en Lisboa en 1552". In *El Legado de Borgoña. Fiesta y Ceremonia Cortesana en la Europa de los Austrias*, editado por Krista De Jonge, Bernardo J. García García e Alicia Esteban Estríngana, 179-240. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2010.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. "Ma meilleur soeur. Leonor of Austria, Queen of Portugal and France. The Queen's ceremonial entry into Lisbon". In *Los inventarios de Carlos V y la familia imperial / The Inventories of Charles V and the Imperial Family*, dirigido por Fernando Checa Cremades e editado por Juan Luis González García, 2573-2574. Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2010.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. *The Story of Süleyman: Celebrity elephants and other exotica in Renaissance Portugal*. Zurique: Pachyderm, 2010.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. *A rainha colecionadora. Catarina de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

- GSCHWEND, Annemarie Jordan. “*Pietas Austriaca* at the Lisbon Court. The monumental chapel and funerary tombs built by Catherine of Austria in the San Jerónimos Monastic Complex in Belém”. In *The Habsburgs and their Courts in Europe, 1400-1700. Between Cosmopolitism and Regionalism*, editado por Herbert Karner, Ingrid Ciulisová e Bernardo J. García García, 207-240. s.l.: Palatium e-Publications, 2014.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan. “Animais de outros mundos”. In *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento*. Catálogo da Exposição, 190-201. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2017.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan, e Kate Lowe. “Princess of the Seas, queen of Empire: configuring the city and port of Renaissance Lisbon”. In *The Global City. On the streets of Renaissance Lisbon*, editado por Annemarie Jordan Gschwend e Kate J. P. Lowe, 12-35. Londres: Paul Holberton Publishing, 2015.
- GUÉRIN, Sarah M. “[Ivory Carving in the Gothic Era, Thirteenth–Fifteenth Centuries](#)”. In *Heilbrunn Timeline of Art History*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, Maio de 2010.
- HALBWACHS, Maurice. *On Collective Memory*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1992.
- HALLETT, Jessica. “Tapetes orientais e ocidentais: intercâmbios peninsulares no século XVI”. In *O Largo tempo do Renascimento. Arte, Propaganda e Poder*, edição de Vítor Serrão, 225-257. Lisboa: Caleidoscópio, 2008.
- HALLETT, Jessica. “A girafa, o elefante e a zebra”. In *Cortejo Triunfal com Girafas. Animais exóticos ao serviço do poder*, 23-31. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo e Centro de História de Além-Mar, 2009.
- HAMMAR, Anna Nilsson. “Theoria, praxis, and poiesis. Theoretical considerations on the circulation of knowledge in everyday life”. In *Circulation of Knowledge. Explorations in the History of Knowledge*, editado por Johan Östling, Erling Sandmo, David Larsson Heidenblad, Anna Nilsson Hammar e Kari H. Nordberg, 107-124. Lund: Nordic Academic Press, 2018.
- HARROWER, Michael J., Ioana A. Dumitru, Cinzia Perlingieri, Smiti Nathan, Kifle Zerue, Jessica L. Lamont, Alessandro Bausi, Jennifer L. Swerida, Jacob L. Bongers, Helina S. Woldekiros, Laurel A. Poolman, Christie M. Pohl, Steven A. Brandt e Elizabeth A. Peterson. “Beta Samati: discovery and excavation of an Aksumite town”. *Antiquity* 93, 372 (Dez. 2019): 1534-1552.
- Herança de Rauluchantim, A. Catálogo da Exposição*. Coordenação de Nuno Vassallo e Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996.
- L’Histoire*, número especial “Des animaux et des hommes”, 338 (Janeiro de 2009).

- História de Lisboa: tempos fortes. Jornal da Exposição.* Direcção de José Manuel Garcia. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2013.
- HOAGE, R. J., Anne Roskell e Jane Mansour. "Menageries and Zoos to 1900". In *New Worlds, New Animals: From Menagerie to Zoological Park in the Nineteenth Century*, editado por R. J. Hoage e William A. Deiss, 8-13. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- Image of the Individual, The: Portraits in the Renaissance.* Edição de Nicholas Mann e Luke Syson. Londres: British Museum Press, 1998.
- INGOLD, Tim. "From trust to domination. An alternative history of human-animal relations". In *Animals and Human Society. Changing perspectives*, editado por Aubrey Manning e James Serpell, 1-22. Londres e Nova York: Routledge, 1994.
- Interspecies Interactions. Animals and Humans between the Middle Ages and Modernity.* Edição de Sarah Cockram e Andrew Wells. Londres: Routledge, 2018.
- Invenção da Glória, A: D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana.* Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2010.
- JENNISON, George. *Animals for Show and Pleasure in Ancient Rome.* Manchester: Manchester University Press, 1937.
- JONIETZ, Fabian. "Animal Deaths, Commemoration, and Afterlives at the Gonzaga Court and Beyond". In *Animals and Courts. Europe, c. 1200-1800*, editado por Mark Hengerer e Nadir Weber, 361–396. Berlim e Boston: DeGruyter, 2020.
- JOOST-GAUGIER, Christiane L. "Lorenzo the Magnificent and the Giraffe as a symbol of power". *Artibus et Historiae* 8, 16 (1987): 91-99.
- KALOF, Linda. *Looking at Animals in Human History.* Londres: Reaktion Books, 2007.
- KAUFMANN, Thomas DaCosta. "Remarks on the Collections of Rudolf II: The Kunstkammer as a Form of Representatio". *Art Journal* 38, 1 (Autumn 1978): 22-28.
- KAUFMANN, Thomas DaCosta. "Images of Rule: Issues of Interpretation". *Art Journal* 48, 2 (Summer, 1989): 119-122.
- KAUFMANN, Thomas DaCosta. "From Treasury to Museum: The collections of the Austrian Habsburgs". In *The Cultures of Collecting*, editado por John Elsner e Roger Cardinal, 137-154. Londres: Reaktion Books, 1994.
- KAUFMANN, Thomas DaCosta. "From Treasury to Museum: The Collections of the Austrian Habsburgs". In *The Cultures of Collecting*, edição de John Elsner e Roger Cardinal, 137-154. Londres: Reaktion Books, 1997.
- KEAN, Hilda. "Challenges for Historians Writing Animal-Human History: What is Really Enough?". *Anthrozoös*, 25 (2012): 57-72.

- KINOSHITA, Sharon. "Animals and the medieval culture of empire". In *Animal, Vegetable, Mineral. Ethics and Objects*, editado por Jeffrey Jerome Cohen, 37-65. Washington DC: Oliphaunt Books, 2012.
- KINOSHITA, Sharon. "Introduction". In *Marco Polo. The Description of the World*, tradução, introdução e notas de Sharon Kinoshita, xiv-xxv. Indianapolis e Cambridge: Hackett Publishing Company, 2016.
- KNELLWOLF, Christa. "The Exotic Frontier of the Imperial Imagination". In *Eighteenth-Century Life* 26, 3 (Fall 2002): 10-30.
- Knowing Nature in Early Modern Europe*. Edição de David Beck. Londres e Nova York: Routledge, 2015.
- KUTTNER, Ann. "Hellenistic Images of spectacle, from Alexander to Augustus". *Studies in the History of Art* 56 (1999): 97-123.
- LACH, Donald F. "Asian elephants in Renaissance Europe". *Journal of Asian History* 1, 2 (1967): 133-176.
- LACH, Donald F. "The Iconography of Asian Animals". In *Asia in the making of Europe*, vol. II, *A Century of Wonder*, liv. I, *The Visual Arts*, 123-185. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1970.
- LANGERMAN, Fritha. "Dürer's Rhino: Five Centuries of an Elusive Representation". In *Impact 9 International Printmaking Conference*, 459-464. Hangzhou: China Academy of Art Press, 2015.
- LÄSSIG, Simone. "The History of Knowledge and the Expansion of the Historical Research Agenda". *Bulletin of the German Historical Institute* 59 (2016): 29-58.
- LATOUR, Bruno. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.
- LATOUR, Bruno. *We Have Never Been Modern*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LAWRENCE, Natalie. "Exotic origins: the emblematic biogeographies of early modern scaly mammals". *Itinerario* 39, 1 (Abril 2015): 17-43.
- LAWRENCE, Natalie. *Monstrous Assembly: Constructing Exotic Animals in Early Modern Europe*. Tese de doutoramento em História e Filosofia da Ciência apresentada à University of Cambridge, 2015.
- LAWRENCE, Natalie. "Making monsters". In *Worlds of Natural History*, editado por Helen Curry, Nicholas Jardine, James Secord e Emma Spary, 94-111. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

- LAZZARO, Claudia. "Animals as cultural signs: a Medici menagerie in the Grotto at Castello". In *Reframing the Renaissance. Visual Culture in Europe and Latin America, 1450-1650*, editado por Claire Farago, 197-227. New Haven e Londres: Yale University Press, 1995.
- LAZZARO, Claudia. "Collecting animals in sixteenth-century Medici Florence". In *Grasping the World: the Idea of the Museum*, editado por Donald Preziosi e Claire Farago, 500-526. Farnham: Ashgate, 2004.
- LE GOFF, Jacques. "O ocidente medieval e o oceano Índico: um horizonte onírico". In *Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no ocidente*, 263-280. Lisboa: Estampa, 1980.
- Le Goff, Jacques. "Time: the splintered continuum". *India International Centre Quarterly* 15, 2 (Summer 1988): 1-14.
- LE GOFF, Jacques. "O maravilhoso no Ocidente medieval". In *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- LEAVENS, David. "[The pointing ape. How a chimpanzee named Clint trained a psychologist to question human exceptionalism and reconsider the intelligence of apes](#)". *Aeon*, 1 de Outubro de 2019.
- LEITÃO, Henrique. "Ars e ratio: A náutica e a constituição da ciência moderna". In *La Ciencia y el Mar*, editado por María Isabel Vicente Maroto e Mariano Esteban Piñero, 183-207. Valladolid: 2006.
- LEITÃO, Henrique. "Maritime discoveries and the discovery of Science: Pedro Nunes and Early Modern Science". In *Más allá de la Leyenda Negra: España y la Revolución Científica*, 89-104. Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, Universitat de València, CSIC, 2007.
- LEITE, Duarte. "O mais antigo mapa do Brasil". In *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigido por Carlos Malheiro Dias, vol. II, 225-232. Porto: Litografia Nacional, 1923.
- Lisboa 1415 Ceuta. História de duas cidades*. Coordenação de André Teixeira, Fernando Villada Paredes e Rodrigo Banha da Silva. Ceuta: Ciudad Autonoma de Ceuta e Câmara Municipal de Lisboa, 2015.
- Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade*. Edição por Irisalva Moita. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1983.
- Livro de Lisboa, O*. Edição por Irisalva Moita. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.
- LLEWELLYN-JONES, John. "Keeping and Displaying Royal Tribute Animals in Ancient Persia and the Near East". In *Interactions between Animals and Humans in Graeco-Roman*

- Antiquity*, editado por Thorsten Fögen e Edmund Thomas, 305–338. Berlim e Boston: De Gruyter, 2017.
- LLOYD, Joan Barclay. *African Animals in Renaissance Literature and Art*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1971.
- LOCKE, Ralph P. *Musical Exoticism: Images and Reflections*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- LOISEL, Gustave. *Histoire des menageries de l'antiquité à nos jours*. Paris: Octave Doin et Fils e Henri Laurens, 1912.
- LOPES, Marília dos Santos. “Os descobrimentos portugueses e a Europa”. *Máthesis* 9 (2000): 233-241.
- LOPES, Marília dos Santos. *Da Descoberta ao Saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: Passagem editores, 2001.
- LOPES, Marília dos Santos. “As viagens marítimas e a arte das imagens”. In *Os Descobrimentos Portugueses nas Rotas da Memória*, editado por Marília dos Santos Lopes, 121-144. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 2002.
- LOPES, Marília dos Santos. “A Revelação das Plantas. Garcia de Orta, Carolus Clusius e as Espécies Asiáticas na Europa”. *RC Review of Culture* 20 (2006): 11-27.
- LOPES, Marília dos Santos. *Writing New Worlds. The cultural dynamics of curiosity in Early Modern Europe*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2016.
- LOPES, Marília dos Santos e Peter Hanenberg. “A herança clássica, os descobrimentos portugueses e o humanismo alemão”. *Máthesis* 13 (2004): 291-302.
- LOPES, Paulo. *Um Agente Português na Roma do Renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2013.
- LOPES, Paulo. “O animal na literatura: dos bestiários aos livros de viagens”. In *Animais e Companhia na História de Portugal*, coordenado por Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, 393-435. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.
- LOPES, Paulo. “Entre o céu e o inferno: um olhar inédito sobre as embaixadas de obediência enviadas por D. Manuel I ao papa no início de Quinhentos”. In *Ao tempo de Vasco Fernandes*, coordenado por Rui Macário, 147-172. Viseu: Direcção Geral do Património Cultural, Museu Nacional Grão Vasco e Projecto Património, 2016.
- LOUREIRO, Rui. *Animais orientais: fauna exótica no tempo dos Descobrimentos*. Lagos: Centro Cultural, 2008.
- LOUREIRO, Rui Manuel. “Portuguese involvement in Sixteenth Century Horse Trade through the Arabian Sea”. In *Horses in Asia: History, Trade and Culture*, editado por Bert G. Fragner, Ralph Kauz, Roderich Ptak & Angela Schottenhammer, 137-143. Viena: Österreichische Akademie der Wissenschaften, 2009.

- LOUREIRO, Rui Manuel. “Algumas notas sobre as cargas de retorno da *carreira da Índia* no porto de Lisboa”. *Rossio. Estudos de Lisboa* 7 (Dez. 2016): 81-91.
- LOUREIRO, Rui Manuel. “Ciência e conhecimento nas livrarias quinhentistas da Rua Nova dos Mercadores”, In *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento*. Catálogo da Exposição, 86-97. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2017.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal. “A entrada da rainha D. Catarina de Áustria por terras do Alentejo em 1525: triunfo, festa e poder”. *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal* 2ª série, 6 (2002): 161-177.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal e Ricardo Fernando Pinto. “A mesa das rainhas de Portugal (séculos XV-XVIII): etiqueta e simbólica”. In *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coordenado por Ana Isabel Buescu e David Felismino, 260-284. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- LOWE, Kate. “Foreign descriptions of the Global City: Renaissance Lisbon from the Outside”. In *The Global City. On the streets of Renaissance Lisbon*, editado por Annemarie Jordan Gschwend e Kate J. P. Lowe, 36-55. Londres: Paul Holberton Publishing, 2015.
- LOWE, Kate. “Made in Africa: West African Luxury Goods for Lisbon’s Markets”. In *The Global City. On the streets of Renaissance Lisbon*, editado por Annemarie Jordan Gschwend e Kate J. P. Lowe, 163-177. Londres: Paul Holberton Publishing, 2015.
- MACKENZIE, Louisa. “French Early Modern Sea-Monsters and Modern Identities, via Bruno Latour”. In *Animals in Early Modern Identity*, editado por Pia F. Cuneo, 329-349. Farnham: Ashgate, 2014.
- MACKENZIE, Louisa. “The Fish and the Whale: Animal Symbiosis and Early Modern Posthumanism”. *Sixteenth Century Journal* XLV, 3 (2014): 579 - 597.
- Making Animal Meaning*. Edição de Linda Kalof e Georgina M. Montgomery. East Lansing: Michigan State University Press, 2011.
- MANNING, John. *The Emblem*. Londres: Reaktion Books, 2002.
- MARGARIDO, Alfredo. *As surpresas da flora no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Elo, 1994.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. “O surto urbano, a moeda e os preços”. In *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, por A. H. de Oliveira Marques, 182-219. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. “Uma descrição de Portugal em 1578-80”. In *Portugal Quinhentista (ensaio)*, 127-245. Lisboa: Quetzal Editores, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

- MARTINHO, Bruno A. *O Paço da Ribeira das vésperas do Terramoto*. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- MARTINS, Roberto de Andrade. “O rinoceronte de Dürer e as suas lições para a historiografia da ciência”. *Filosofia e História da Biologia* 9, 2 (2014): 199-238.
- MASON, Peter. “«Cobras da Índia de duas cabeças não fazem mal» *Codex Casanatense* 1889, fl. 91”. *Anais de História de Além-Mar* XIII (2012): 153-168.
- MASON, Peter. “Classical Ethnography and its Influence on the European Perception of the Peoples of the New World”. In *The Classical Tradition and the Americas*, vol. I, *European Images of the Americas and the Classical Tradition*, editado por Wolfgang Haase e Meyer Reinhold, 135-172. Berlim e Nova York: De Gruyter, 1994.
- MASON, Peter. *Infelicitities. Representations of the Exotic*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.
- MASON, Peter. “Faithful to the Context? The Presentation and Representation of American Objects in European Collections”. *Anuário Antropológico* 98 (2002): 51-95.
- MASSETI, Marco. “Pictorial evidence from medieval Italy of cheetahs and caracals, and their use in hunting”. *Archives of Natural History* 36, 1 (2009): 37-47.
- MASSETI, Marco e Cecilia Veracini. “The first record of Marcgrave’s capuchin in Europe: South American monkeys in Italy during the early sixteenth century”. *Archives of natural history* 37, 1 (2010): 91-101.
- MASSETI, Marco e Cecilia Veracini. “Early European knowledge and trade of Neotropical mammals: a review of literary sources between 1492 and the first two decades of the 16th century”. In *Proceedings of the first Zooarchaeology Conference in Portugal*, editado por Cleia Detry e Rita Dias, 129-138. Oxford: Archaeopress, 2014.
- MASSETI, Marco e Cecilia Veracini. “The zoomorphic representations of the Pîrê Reis map (1513)”. *Anthropozoologica* 51, 1 (2016): 41-54.
- MASSING, Jean Michel. “*Paradisaea Apoda*. The Symbolism of the Bird of Paradise in the 16th Century”. In *Encompassing the Globe. Portugal and the World in the 16th & 17th Centuries – Essays*, editado por Jay A. Levenson, 29-37. Washington D.C.: Arthur M. Sackler Gallery e Smithsonian Institution, 2007.
- MATOS, Luís de. “Natura, intelletto e costumi dell’elefante” e “Forma e natura e costumi del rinoceronte”. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira* 1 (1960): 44-55 e 387-398.
- MATOS, Mário. “*Perpetuum mobile*. Algumas considerações sobre narrativas de viagem”. In *O imaginário das viagens. Literatura, cinema, banda desenhada*, organização de Maria Cristina Daniel Álvares, Ana Lúcia Amaral Curado e Sérgio Paulo Guimarães de

- Sousa, 17-34. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2013.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MEADOW, Mark A. "Merchants and Marvels. Hans Jacob Fugger and the Origins of the Wunderkammer". In *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*, edição de Pamela H. Smith e Paula Findlen, 182-200. Nova York e Londres: Routledge, 2002.
- Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*. Edição de Pamela H. Smith e Paula Findlen. Nova York e Londres: Routledge, 2002.
- Mesa dos Reis de Portugal, A. *Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Coordenação de Ana Isabel Buescu e David Felismino. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- MESAROŞ, Claudiu. "Aristotle and animal mind". *Procedia – Social and Behavioural Sciences* 163 (2014): 185-192.
- MIKHAIL, Alan. "War and charisma. Horses and elephants in the Indian Ocean Economy". In *Asia Inside Out: Connected Places*, editado por Eric Tagliacozzo, Helen F. Siu e Peter C. Perdue, 128–168. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- MIZIUR-MOŹDZIOCH, Maja. "Exotic Animals as a Manifestation of Royal *luxuria*. Rulers and their Menageries: from the Pompe of Ptolemy II Philadelphus to Aurelian". *Phasis* 15-16 (2012-2013): 451-467.
- MIZIUR-MOŹDZIOCH, Maja. *Exotic animals in the life, culture and imagination of the Hellenistic Period: Big Cats*. Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Wrocław, 2015.
- MOREIRA, Rafael. *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- MULLEN, James. "Beyond Persianization: The Adoption of Near Eastern Traditions by Alexander the Great". In *Brill's Companion to the Reception of Alexander the Great*, editado por K. R. Moore, 233-253. Leiden e Boston: Brill, 2018.
- MUNROE, Nazanin Hedayat. "[Silks from Ottoman Turkey](#)". In *Heilbrunn Timeline of Art History*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, Novembro de 2012.
- NICKEL, Helmut. "Presents to Princes: A bestiary of strange and wondrous beasts, once known, for a time forgotten, and rediscovered". *Metropolitan Museum Journal* 26 (1991): 129-138.
- Nouvelle Histoire, La*. Direcção de Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel. Paris: Retz, 1978.

- OGILVIE, Brian W. *The Science of Describing. Natural History in Renaissance Europe*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2006.
- OGILVIE, Brian W. "Visions of ancient natural history". In *Worlds of Natural History*, editado por Helen Curry, Nicholas Jardine, James Secord e Emma Spary, 17-32. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- OLIVEIRA, João Carlos, "A alimentação", In *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coordenado por João Alves Dias, 619-627. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- Oriente en Palacio. Tesoros asiáticos en las colecciones reales españolas*. Barcelona: Museu Nacional D'Art Catalunya, 2003.
- ORSI, Laura. "The emblematic elephant: a preliminary approach to the elephant in Renaissance thought and art". *Anthropozoologica* 20 (1994): 69-86.
- ÖSTLING, Johan, Erling Sandmo, David Larsson Heidenblad, Anna Nilsson Hammar e Kari H. Nordberg. "The history of knowledge and the circulation of knowledge. An introduction". In *Circulation of Knowledge. Explorations in the History of Knowledge*, editado por Johan Östling, Erling Sandmo, David Larsson Heidenblad, Anna Nilsson Hammar e Kari H. Nordberg, 9-33. Lund: Nordic Academic Press, 2018.
- PAIS, José Alberto. *Das pobres colônias ricas à rica metrópole pobre: A formação das Coleções Zoológicas Vivas Reais em Portugal durante o século XVIII*. Tese de doutoramento em Museologia e Património apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e ao Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2018.
- PAIVA, Daniela Rabelo Costa Ribeiro. *As descrições da cidade de Lisboa: escrita, poder e sociedade no Portugal dos Filipes*. Dissertação de mestrado em História Social apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2013.
- PAIVA, José Pedro. "As festas de corte em Portugal no período filipino (1580-1640)". *Revista de História da Sociabilidade e da Cultura* 2 (2002): 11-28.
- PARAVICINI, Werner. "The Court of the Dukes of Burgundy. A Model for Europe?". In *Princes, Patronage, and the Nobility. The Court at the Beginning of the Modern Age c. 1450-1650*, editado por Ronald G. Ash e Adolf M. Birke, 69-102. Londres: Oxford University Press, 1991.
- PASTOUREAU, Michel. "L'animal". In *Le Moyen Âge en Lumière*, 65-105. Paris: Fayard, 2002.
- PASTOUREAU, Michel. *The Bear: History of a Fallen King*. Cambridge e Londres: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.
- PASTOUREAU, Michel. *Bestiaires du Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2011.

- PEARSON, Chris. "Beyond 'resistance': rethinking nonhuman agency for a 'more-than-human' world. *European Review of History – Revue européenne d'histoire* 22, 5 (2015): 709-725.
- PEARSON, Susan J. e Mary Weismantel. "Does 'The Animal' Exist?". In *Beastly Natures. Animals, Humans, and the Study of History*, editado por Dorothee Brantz, 17-37. Charlottesville: University of Virginia Press, 2010.
- PEDREIRA, Jorge. "As consequências económicas do império: Portugal (1415-1822)". *Análise Social*, XXXII, 146-147 (1998): 433-461.
- PEREIRA, Ana Marques. *A mesa real. Dinastia de Bragança*. Lisboa: Inapa, 2000.
- PEREIRA, Mario. *African Art at the Portuguese Court, c. 1450-1521*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Arte e Arquitectura da Brown University, 2010.
- PEREIRA, Paulo. "Lisboa (séculos XVI-XVII)". Discurso proferido no simpósio internacional "Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos" no Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de Novembro de 2006. Consultado em: <http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/neue-welten/pt/essays.html>.
- PÉREZ DE TUDELA, Almudena e Annemarie Jordan Gschwend. "Luxury goods for royal collectors: exotica, princely gifts and rare animals exchanged between the Iberian courts and Central Europe in the Renaissance (1560-1612)". In *Exotica. Portugals Entdeckungen im Spiegel fürstlicher Kunst- und Wunderkammern der Renaissance. Die Beiträge des am 19. und 20. Mai 2000 vom Kunsthistorischen Museum Wien veranstalteten Symposiums, Jahrbuch des Kunsthistorischen Museums Wien* 3, 1-127. Mainz: Verlag Philipp Von Zabern, 2001.
- PÉREZ DE TUDELA, Almudena e Annemarie Jordan Gschwend. "Exotica Habsburgica. La Casa de Austria y las colecciones exóticas en el Renacimiento temprano". In *Oriente en Palacio. Tesoros asiáticos en las colecciones reales españolas*, 27-44. Barcelona: Museu Nacional D'Art Catalunya, 2003.
- PÉREZ DE TUDELA, Almudena e Annemarie Jordan Gschwend. "Renaissance menageries. Exotic animals and pets at the Habsburg courts in Iberia and Central Europe". In *Early Modern Zoology: The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*, editado por Karl A. E. Enenkel e Mark S. Smith, 427-455. Leiden e Boston: Brill, 2007.
- PINTO, Álvaro Sequeira. "O mobiliário precioso luso-asiático e as colecções renascentistas (kunstkammern)". *Res Mobilis. Revista internacional de investigación en mobiliario y objectos decorativos* 6, 6 (I) (2016): 1-35.
- PINTO, Carla Alferes. *A colecção de arte colonial do Patriarcado de Lisboa. Proposta de estudo e musealização*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada na Universidade Nova de Lisboa, 2014.

- PLUMB, Christopher. *Exotic Animals in Eighteenth-Century Britain*, Tese de doutoramento em Museologia apresentada à University of Manchester, 2010.
- PLUSKOWSKI, Aleksander. "Narwhals or unicorns? Exotic animals as material culture in Medieval Europe". *European Journal of Archaeology* 7, 3 (2004): 291-313.
- PLUSKOWSKI, Aleksander. "The zooarchaeology of medieval 'Christendom': ideology, the treatment of animals and the making of medieval Europe". *World Archaeology* 42, 2 (2010): 201-214.
- PLUSKOWSKI, Aleksander. "The Dragon's skull: how can zooarchaeologists contribute to our understanding of otherness in the Middle Ages?". In *Animals and Otherness in the Middle Ages. Perspectives across disciplines*, editado por Francisco de Asís García García, Mónica Ann Walker Vadillo e María Victoria Chico Picaza, 109-124. Oxford: Archaeopress, 2013.
- PUTNAM, Walter. "The Colonial Animal". In *Animals & Society: An Introduction to Human-Animal Studies*, editado por Margo deMello, 81-83. Nova York: Columbia University Press, 2012.
- PUTNAM, Walter. "The Colonial Zoo". In *French Thinking about Animals*, editado por Louisa Mackenzie e Stephanie Posthumus, 31-46. East Lansing: Michigan State University Press, 2015.
- QUINA, Maria Antónia Gentil. *À maneira de Portugal e da Índia. Uma série de tapeçaria quinhentista*. Lisboa: Meribérica-Líber, 1998.
- RAMALHO, Elisa Maria da Costa. "A morte régia em Portugal na Idade Média. Aspectos rituais e atitudes perante a morte". *Cadernos do Noroeste* 9, 2 (1996): 157-248.
- REDMOND, Nicholas K. *Elephants and Empire: The Asian elephant, from Alexander to Akbar*. Dissertação de licenciatura em História apresentada à University of Utah, 2015.
- REES, Amanda. "Animal agents? Historiography, theory and the history of science in the Anthropocene". *The British Journal for the History of Science: Themes* 2 (2017): 1-10.
- REES, Amanda. "[Animal agents. Can they shape their own lives? Or the course of history? It's time to reconsider the significance of animal agency](#)". In *Aeon*, 26 de Fevereiro de 2018.
- REIS, Maria de Fátima. "A Ribeira de Lisboa, porto do Império Marítimo Português: circulação de pessoas e de mercadorias". *e-Spania – Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes* 22 (out. 2015).
- Renaissance Beasts. Of Animals, Humans, and Other Wonderful Creatures*. Edição de Erica Fudge. Champaign: University of Illinois Press, 2004.
- RINGMAR, Erik. "Audience for a Giraffe: European expansionism and the quest for the exotic". *Journal of World History* 17, 4 (Dec. 2006): 375-397.

- Rites of Power. Symbolism, Ritual and Politics Since the Middle Ages*. Edição de Sean Wilentz. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.
- Rituals of Royalty: Power and Ceremonial in Traditional Societies*. Edição de David Cannadine e Simon Price. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- RITVO, Harriet. *The Animal Estate. The English and other creatures in the Victorian Age*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- ROSSA, Walter. “A imagem ribeirinha de Lisboa. Alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o Império”. In *Barroco Iberoamericano: territorio, arte, espacio y sociedad, 1553-1580*. Sevilha: Ediciones Giralda, 2001.
- ROSSA, Walter. “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade”. In *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Nascimento de D. João III, 947-967*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004.
- ROSSA, Walter. “Lisboa: da busca de imagem de capital”. *Rossio. Estudos de Lisboa* 5 (2015): 28-43.
- RUBIÉS, Joan-Pau. *Travel and Ethnology in the Renaissance. South India through European eyes, 1250-1625*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Padrões de colonização no Império Português, 1400-1800”. In *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, dirigido por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, 171-206. Lisboa: Edições 70, cop. 2007.
- RUSSO, Mariagrazia. “Um diplomata do século XVI: o Cardeal Alessandrino no diário da viagem de Giovanni Battista Venturino da Fabriano”. In *Homem est minor mundus. Construção de Saberes e Relações Diplomáticas Luso-Italianas (sécs. XV-XVIII)*, organizado por Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini, 151-165. Lisboa: Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2017.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. “A Rainha D. Leonor, 1458-1525: Momentos de uma vida”. In *Casa Perfeitíssima: 500 anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus. Actas da Conferência*, 15-21. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2009.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. “The uses of luxury: some examples from the Portuguese courts from 1480 to 1580”. *Análise Social* XLIV, 192 (2009): 589-604.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*. Lisboa: Livros Cotovia, 2004.
- SANDMO, Erling. “Circulation and monstrosity. The sea-pig and the walrus as objects of knowledge in the sixteenth century”. In *Circulation of Knowledge. Explorations in the History of Knowledge*, editado por Johan Östling, Erling Sandmo, David Larsson Heidenblad, Anna Nilsson Hammar e Kari H. Nordberg, 175-196. Lund: Nordic Academic Press, 2018.

- SANTOS, Ana Raquel Martins. *New carpets for new markets: production and consumption of indo-persian carpets in 16th and 17th centuries*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.
- SANTOS, Carlota. “As cidades portuguesas na Idade Moderna. População”. In *Actas do I Congresso Histórico Internacional “As Cidades na História: População”* 205-218. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2013.
- SANTOS, Maria José Azevedo. *O mais antigo livro de cozinha português: receitas e sabores*. Separata de *Revista Portuguesa de História* XXVII (1992).
- SANTOS, Maria José Azevedo. *Jantar e cear na corte de D. João III. Leitura, transcrição e estudo de dois livros de cozinha do rei (1524 e 1532)*. Vila do Conde e Coimbra: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002.
- SARDAR, Marika. “[The Metropolitan Museum’s Excavations at Nishapur](#)”. In *Heilbrunn Timeline of Art History*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, Outubro de 2001 (revisto em Julho de 2011).
- SCHLOSSER, Julius von. *Die Kunst und Wunderkammern der Spätrenaissance*. Leipzig: Klinkhardt & Biermann, 1908.
- SCHMIDT, Benjamin. “The Limits of Language and the Challenges of Exotica: Pictures, Words, and Global Knowledge in Early Modern Europe”. In *Translating Knowledge in the Early Modern Low Countries*, editado por Harold J. Cook e Sven Dupré, 79-106. Berlim: Lit Verlag GmbH & Co., 2012.
- SCHMIDT, Benjamin. *Inventing Exoticism. Geography, Globalism, and Europe’s Early Modern World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.
- SCHÖNBECK, Sebastian. “Return to the Fable: Rethinking a Genre Neglected in Animal Studies and Ecocriticism”. In *Texts, Animals, Environments. Zoopoetics and Ecozoetics*, editado por Frederike Middelhoff, Sebastian Schönbeck, Roland Borgards e Catrin Gersdorf, 111-125. Friburgo, Berlim e Viena: Rombach Verlag, 2019.
- SCHRADER, J. L. “A Medieval Bestiary”. *The Metropolitan Museum of Art Bulletin* 44, 1 (Summer, 1986): 12-55.
- SEEVER, Kirsten A. “Desirable teeth: the medieval trade in Arctic and African ivory”. *Journal of Global History* 4, 2 (July 2009): 271-292.
- SECORD, James A. “Halifax Keynote Address: Knowledge in Transit”. *Isis* 95 (2004): 654-672.
- SEGALEN, Victor. *Essay on Exoticism: An Aesthetics of Diversity*, tradução e edição de Yaël Rachel Schlick e prefácio de Harry Harootunian. Durham e Londres: Duke University Press, 2002.

- SEIXAS, Maria Lucília Barbosa. *A Natureza Brasileira nas Fontes Portuguesas do Século XVI. Para uma tipologia das grandezas do Brasil*. Viseu: Passagem editores, 2003.
- SENOS, Nuno. *O Paço da Ribeira, 1501-1581*. Lisboa: Notícias, 2002.
- SENOS, Nuno. "The empire in the duke's palace: Global material culture in sixteenth-century Portugal". In *The Global Lives of Things. The Material Culture of Connections in the Early Modern World*, edição de Anne Gerritsen e Giorgio Riello, 128-144. Nova York: Routledge, 2016.
- SENOS, Nuno e Edite Alberto. "Os espaços de poder em Lisboa nos séculos XV e XVI". In *Lisboa 1415 Ceuta. História de duas cidades*, coordenado por André Teixeira, Fernando Villada Paredes e Rodrigo Banha da Silva, 69-74. Ceuta: Ciudad Autonoma de Ceuta e Câmara Municipal de Lisboa, 2015.
- SERRANO, Ana Filipa Albano. *The Red Road of the Iberian Expansion: Cochineal and the Global Dye Trade*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.
- SERRÃO, José Vicente. "População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII". In *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, dirigido por César Oliveira, 63-77. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- SERRÃO, Vítor. "O Chafariz d'El Rei da Ribeira Velha, em Lisboa, numa valiosa pintura do fim do século XVI". In *Estudos de História da Arte. Novos Contributos*, coordenado por Vítor Serrão, 69-76. Lisboa: Artis e Câmara Municipal de Lisboa, 2002.
- ŠEVČENKO, Nancy P. "Wild Animals in the Byzantine Park". In *Byzantine Garden Culture*, editado por Antony Littlewood, Henry Maguire e Joachim Wolschke-Bulmann, 69-86. Washington, D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 2002.
- Silk Roads: Peoples, Cultures, Landscapes*. Edição de Susan Whitfield. Londres: Thames & Hudson, 2019.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. "A viagem de Filipe III a Portugal: itinerários e problemática". *Revista de Ciências Históricas* II (1987): 223-260.
- SILVA, Nuno Vassallo e. "Preciosidades e Maravilhas entre Goa e Lisboa". In *Exotica: os Descobrimentos portugueses e as câmaras de maravilhas do Renascimento. Exposição – Museu Calouste Gulbenkian*, coordenado por João Castel-Branco Pereira e Nuno Vassallo e Silva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- SILVA, Nuno Vassallo e. "*E muy rica prata fina, de bastiões bem lavrados*": a ourivesaria entre Portugal e a Índia, do século XVI ao século XVIII. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.
- SILVA, Priscila Aquino. *Entre príncipe perfeito e rei pelicano – os caminhos da memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)*.

- Dissertação de mestrado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense, 2007.
- SILVER, Larry. "India Ink: Imagery of the Subcontinent in Early Modern Europe". In *The Power of Things and the Flow of Cultural Transformations*, editado por Liselotte Saurma-Jeltsch e Anja Eisenbeiss, 217-247. Munique e Berlim: Deutscher Kunstverlag, 2010.
- SILVER, Larry. "World of Wonders: Exotic animals in European imagery, 1515-1650". *Animals in Early Modern Identity*, editado por Pia F. Cuneo, 291-327. Farnham: Ashgate, 2014.
- SMITH, Pamela H. "Art, Science and Visual Culture in Early Modern Europe". *Isis* 97, 1 (Mar. 2006): 83-100.
- SNODGRASS, Mary Ellen. *World Clothing and Fashion. An Encyclopedia of History, Culture and Social Influence*. Londres e Nova York: Routledge, 2014.
- SOHONI, Pushkar. "Old fights, new meanings. Lions and elephants in combat". *Res: Anthropology and aesthetics* 67-68 (2016-2017): 225-234.
- SORABJI, Richard. *Animal Minds & Human Morals. The Origins of the Western Debate*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*. Catálogo da Exposição. Edição de Henrique Leitão. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- STRONG, Roy. *Splendour at Court. Renaissance Spectacle and the Theatre of Power*. Boston: Houghton Mifflin, 1973.
- STRONG, Roy. *Art and Power. Renaissance Festivals (1450-1650)*. Suffolk: Boydell Press, 1984.
- STROOTMAN, Rudolf. *The Hellenistic Royal Court. Court Culture, Ceremonial and Ideology in Greece, Egypt and the Near East, 336-30 BCE*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Utrecht, 2007.
- SWAN, Claudia. "Exotica on the Move: birds of paradise in Early Modern Holland". *Art History* 38, 4 (Sep. 2015): 620-635.
- Silk Road, The. Trade, Travel, War and Faith*. Catálogo da exposição patente na British Library entre 7 de Maio e 12 de Setembro de 2004. Edição de Susan Whitfield e Ursula Sims-Williams. Chicago: The British Library e Serindia Publications, 2004.
- TEIXEIRA, Dante Martins e Nelson Papavero. "O tráfico de primatas brasileiros nos séculos XVI e XVII". In *Mamíferos de Restingas e Manguezais do Brasil*, editado por Leila Maria Pessôa, William Corrêa Tavares e Salvatore Siciliano, 253-282. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Mastozoologia, 2010.

- Tapete Oriental em Portugal, O: tapete e pintura, séculos XV-XVIII*. Coordenado por Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2007.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TRAUTMANN, Thomas R. *Elephants & Kings. An environmental history*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- URQUÍZAR-HERRERA, António. *Coleccionismo y nobleza. Signos de distinción social en la Andalucía del Renacimiento*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2007.
- URQUÍZAR-HERRERA, Antonio. “‘Making invisible things visible and palpable’: visual marks of nobility in Early Modern French social theory and the embodiment of social estates in collections, 1550-1650”. *World & Image* 31, 3 (2015): 386-397.
- VAIRO, Giulia Rossi. “L’immagine dell’Altro nella scultura medievale funerária europea: la tomba di Ruggero II di Sicilia e il monumento fúnebre di Dinis di Portogallo”. In *Através do olhar do Outro. Reflexões acerca da sociedade medieval europeia (séculos XII-XIV)*, editado por José Albuquerque Carreiras, Giulia Rossi Vairo e Kristjan Toomaspoeg, 157-202. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2018.
- VALE, Teresa Leonor M. “Exotismo e Poder Político. As Representações de Elefantes na Tumulária Régia de Santa Maria de Belém”. In *Os Construtores do Oriente Português*, coordenado por Mafalda Soares da Cunha, 97-109. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- VARANDAS, Angélica. “A Idade Média e o Bestiário”. *Medievalista online* 2 (2006): 1-53.
- VERACINI, Cecilia e Dante Martins Teixeira. “Perception and description of New World non-human primates in the travel literature of the fifteenth and sixteenth centuries: a critical review”. *Annals of Science* 74, 1 (2017): 25-63.
- VIGNERAS, L. A. “The Cartographer Diogo Ribeiro”. *Imago Mundi* 16 (1962): 76-83.
- WASHBURN, Wilcomb E. “A proposed explanation of the closed Indian ocean on some Ptolemaic maps of the twelfth-fifteenth centuries”. *Revista da Universidade de Coimbra* XXXIII (1985): 431-441.
- WATERS, Elyse. “Zoological Analysis of the Unicorn as Described by Classical Authors”. *Archeometriai Mühely* X, 3 (2013): 231-236.
- WEINER, Annette B. *Inalienable Possessions. The Paradox of Keeping-While-Giving*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1992.
- WELCH, Katherine E. *The Roman Amphitheatre. From its origins to the Colosseum*. Nova York: Cambridge University Press, 2007.
- WHITFIELD, Susan. *Life along the Silk Road*. Oakland: University of California Press, 2015.

- WILENTZ, Sean. "Introduction". In *Rites of Power. Symbolism, Ritual and Politics Since the Middle Ages*, editado por Sean Wilentz, 1-10. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.
- WILLIAMS, Elizabeth. "[Trade and Commercial Activity in the Byzantine and Early Islamic Middle East](#)". In *Heilbrunn Timeline of Art History*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, Maio de 2012.
- WILLIAMSON, Paul. *The Wyvern Collection: Medieval and Later Ivory Carvings and Small Sculpture*. Londres: Thames & Hudson, 2019.
- Words Matter. An Unfinished Guide to Word Choices in the Cultural Sector*. Amsterdão: Tropenmuseum, 2018.
- WRIGHT, Thomas. "The Fabulous Natural History of the Middle Ages". In *The Archaeological Album; or, Museum of National Antiquities*, 174-186. Londres: Chapman & Hall, 1845.
- Year One, The. Art of the Ancient World. East and West*. Catálogo da exposição realizada no Metropolitan Museum of Art entre 3 de Outubro de 2000 e 14 de Janeiro de 2001. Edição de Elizabeth J. Milleker. Nova York: The Metropolitan Museum of Art e Yale University Press, 2000.
- Zoo and Aquarium History. Ancient Animal Collections to Zoological Gardens*. Edição de Vernon N. Kisling, Jr. Londres e Nova York: CRC Press, 2001.
- Zoo. A History of Zoological Gardens in the West*. Edição de Eric Baratay e Elisabeth Hardouin-Fugier. Londres: Reaktion Books, 2002.
- ZUCKER, Arnaud. "Zoology". In *A Companion to Byzantine Science*, editado por Stavros Lazaris, 261–301. Leiden e Boston: Brill, 2020.
- ŽUPANOV, Ines G. "From Descriptive/Verbal to Pictorial Visualizations: Appropriating Nature in the Portuguese Empire in Asia (16th and 17th Centuries)". In *Visualizing Portuguese Power. The Political Use of Images in Portugal and its Overseas Empire (16th-18th Century)*, editado por Urte Krass, 261-287. Zurique e Berlim: Diaphanes, 2016.

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1.1** – António de Holanda (?), Vista de Lisboa (Pormenor). C. 1520-30, in *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. Iluminura em pergaminho. Museu Condes de Castro Guimarães, Cascais..... 83
- Figura 1.2** – António de Holanda, Vista de Lisboa (Pormenor). 1530-1534, in *Genealogia dos Reis de Portugal*, Simão de Bening. British Library, Londres. 83
- Figura 1.3** – Vista de Lisboa (Detalhe), in Georg Braun e Franz Hogenberg, *Civitates orbis terrarum*, vol. 1. Colónia, 1572..... 84
- Figura 1.4** – Vista do Paço Real e do Terreiro do Paço antes do Terramoto de 1755. Atribuído ao Mestre P. M. P. Primeiro quartel do século XVIII. Museu de Lisboa..... 89
- Figura 1.5** – “Partida de Lisboa para o Brasil, as Índias Orientais e a América”. Gravura de um autor anónimo. In Theodore de Bry, *America Tertia Pars* (Frankfurt, 1592).... 100
- Figura 1.6** – Anónimo, “Vista da Rua Nova dos Mercadores”. Óleo sobre tela, c. 1570-1619. The Society of Antiquaries, Kelmscott Manor, Oxfordshire..... 103
- Figura 1.7** – Anónimo, “Vista da Rua Nova dos Mercadores”. Óleo sobre tela, c. 1570-1619. The Society of Antiquaries, Kelmscott Manor, Oxfordshire..... 103
- Figura 1.8** – Atribuído a António de Holanda, “Vista da Rua Nova dos Mercadores”, do *Livro de Horas*, dito de D. Manuel. Têmpera e ouro sobre pergaminho, c. 1517-c. 1551. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. 104
- Figura 1.9** – Cartógrafo português anónimo. Planisfério, dito de Cantino. 1502. Biblioteca Estense Universitaria, Modena (Itália). 111
- Figura 1.10** – Anónimo. Gravura de um dragoeiro na obra *Rariorum aliquot stirpium per Hispanias [...]*, de Carolus Clusius. Antuérpia, 1576. 117
- Figura 1.11** – Francisco de Holanda. “Lembrança da fonte dagoa Liure trazida ao Rosio” [Detalhe]. Ilustração de *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571). 119
- Figura 1.12** – Francisco de Holanda. “Lembrança da fonte pera as Nãos na Ribeira”. Ilustração de *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (1571). 120
- Figura 1.13** – Francisco de Holanda, desenho de fonte da Villa Medici (pormenor). *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* (c. 1538-1540), fl. 32v. Madrid, Biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo de El Escorial. 120
- Figura 1.14** – Alonso Sanchez Coello (c. 1531-1588). Retrato de Isabel Clara Eugenia segurando um macaco. Londres, Rafael Valls Gallery..... 122
- Figura 2.1** – Mosaico com a representação de actividades romanas de anfiteatro envolvendo animais selvagens. Século I d.C.. Originalmente da chamada Villa Zliten. Actualmente no Museu Jamahiriya, Tripoli, Líbia. 145
- Figura 2.2** – Detalhe do mosaico pavimental da “Grande Caçada”. Primeiro quartel do século IV d.C. Villa Romana del Casale, Sicília, Itália. 146

Figura 2.3 – Detalhe do mosaico pavimental da “Grande Caçada”. Ao longo de um corredor de quase 66 metros de comprimento podem observar-se diversas cenas de captura e transporte de animais selvagens para venationes.....	146
Figura 2.4 – O elefante de Frederico II na sua procissão imperial em Cremona em 1237. Matthew Paris, <i>Chronica Maiora</i> , Parte II. Parker Library, MS 16l, fl. 151v.	155
Figura 2.5 – O elefante de Henrique III, século XIII. Matthew Paris, <i>Chronica Maiora</i> , Parte II. Parker Library, MS 16, fl. 2.....	156
Figura 3.1 – Isabel I de Inglaterra, c. 1573. Nicholas Hilliard, <i>The Pelican Portrait</i> e detalhe. Óleo sobre tela. Liverpool, Walker Art Gallery.	177
Figura 3.2 – Colher em marfim, esculpida numa peça única. 1490-1530, Serra Leoa. Londres, British Museum.....	178
Figura 3.3 - Corno de caça com as armas portuguesas e a esfera do rei, c. 1495-1521. Provavelmente levado por D. Beatriz de Sabóia aquando do seu casamento, pertenceu às antigas coleções da Casa de Sabóia. Turim, Musei-Reali di Torino, Armeria Reale.	179
Figura 3.4 – Tapeçaria à maneira de Portugal e da Índia. <i>Chegada de Vasco da Gama a Calecute ou Cochim</i> . Século XVI, Tournai. Coleção da Caixa Geral de Depósitos.	187
Figura 3.5 – Tapeçaria à maneira de Portugal e da Índia. <i>Cortejo Triunfal com girafas</i> . Século XVI (c. 1510), Tournai. Coleção da Fundação Ricardo Espírito Santo.	187
Figura 3.6 – Saleiro em forma de elefante. Francisco Lopes, 1550. Kunsthistorisches Museum, Viena.....	190
Figura 3.7 – Jerónimo de Ruão, túmulo de D. Manuel I (detalhe). C. 1571. Mosteiro dos Jerónimos, Igreja de Santa Maria de Belém.....	192
Figura 3.8 – Elefante de guerra. <i>Codex Casanatense 1889</i> , f. 76. Século XVI. Roma, Biblioteca Casanatense.....	196
Figura 3.9 – Benozzo Gozzoli, Fresco da Capela dos Reis Magos, Parede Oeste (detalhe: pajem com uma chita). C. 1459. Florença, Palácio Medici Riccardi.....	202
Figura 3.10 – Representação de um rei montado num elefante. <i>Leitura Nova</i> , livro 16, frontispício (detalhe). Anónimo, posterior a 1504. Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo.....	203
Figura 3.11 – Hanno, o elefante oferecido por D. Manuel I ao Papa Leão X. Desenho atribuído a Rafael ou Giulio Romano. Posterior a 1514.....	213
Figura 3.12 – Francisco de Holanda, “O Elefante Annone, de Rafael”. <i>Álbum dos Desenhos das Antigualhas</i> (c. 1538-1540), fl. 31v. Madrid, Biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo de El Escorial.	215
Figura 3.13 – <i>Rhinoceros</i> . Xilogravura, Albrecht Dürer. 1515.....	219
Figura 3.14 – Rinoceronte representado nas portas de bronze da Catedral de Pisa. Giambologna, 1602. Pisa, Catedral. Fotografia no site <i>Alamy</i>	220

Figura 3.15 – Detalhe de rinoceronte em tapeçaria flamenga (provavelmente Grammont). Ca. 1550. Elsinore (Dinamarca), Castelo de Kronborg. Reprodução do <i>Rhino Resource Center</i>	220
Figura 3.16 – Luta entre um elefante e um rinoceronte. Ilustração, caneta e tinta (indiana) em papel. Francis Barlow, 1684. Londres, The Courtauld Gallery.	221
Figura 3.17 – Ilustração atribuída a Francisco de Holanda, <i>Atlas Miller</i> (detalhe), 1515-1519. Paris, Bibliothèque Nationale de France.	222
Figura 3.18 – Mapa de Goa (detalhe mostrando elefantes a trabalhar na ribeira). Jan Huygen van Linschoten. 1596.	231
Figura 4.1 – Pelicano eucarístico, em auto-vulneração (“the Pelican in her piety”). França, c. 1450. Iluminura. Haia, Museum Meermanno, manuscrito MMW, 10 B 25, fl. 32.	245
Figura 4.2 – Representação de um dragão a atacar um elefante. Inglaterra, c. 1230-1240. Iluminura. Londres, British Library, <i>Harley Bestiary</i> (Harley MS 4751), fl. 58v.	246
Figura 4.3 – Guerreiros indianos montam um elefante de guerra. Inglaterra, século XIII. Iluminura. Oxford, Bodleian Library, <i>The Ashmole Bestiary</i> (MS. Ashmole 1511), fl. 15v.	250
Figura 4.4 – Alegoria da Compaixão. Inglaterra, séc. XVIII. Gravura. In Cæsar Ripa, <i>Iconologia or, Moral Emblems</i> , fl. 14 (edição inglesa, 1709).	263
Figura 4.5 – Gravura de uma ave-do-paraíso na <i>Historiae Animalium</i> , Liv. III, <i>De Avium natura</i> , de Conrad Gessner. Zurique, 1555.	266
Figura 4.6 – Emblema e divisa de D. João II.	269
Figura 4.7 – Emblema e divisa de Alessandro de Medici. Paolo Giovio, <i>Dialogo dell’imprese militari et amorosi</i> (Veneza: Gabriel Giolito de Ferrari, 1557).	269
Figura 4.8 – Iluminura com representações de monstros asiáticos, c. 1412. Mestre Boucicaut, <i>Livre des Merveilles</i> . Paris, Bibliothèque Nationale, MS. fr. 2810, fl. 29v. .	271
Figura 4.9 – Iluminura com representações de fauna asiática, c. 1412. Mestre Boucicaut, <i>Livre des Merveilles</i> . Paris, Bibliothèque Nationale, MS. fr. 2810, fl. 85.	271
Figura 4.10 – Monstros marinhos representados entre a Islândia e a Península Escandinava. Olaus Magnus, <i>Carta Marina</i> (detalhe). Veneza, 1539. Reprodução digital disponibilizada pela University of Minnesota Libraries, James Ford Bell Library.	273
Figura 4.11 – Monstros marinhos posicionados, respectivamente, nos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico. Abraham Ortelius, Mapa-mundo, <i>Theatrum Orbis Terrarum</i> (detalhes). Antuérpia, 1570. Barry Lawrence Ruderman Antique Maps (Antiquário – raremaps.com).	274
Figura 4.12 – Martin Waldseemüller, <i>Carta marina navigatoria Portugallen navigationes</i> (detalhe). Estrasburgo (?), 1516. Washington, D.C., Library of Congress, Geography and Map Division.	274
Figura 4.13 – Fauna africana. Cartógrafo português anónimo. Planisfério, dito de Cantino (detalhes). 1502. Biblioteca Estense Universitaria, Modena (Itália).	278

Figura 4.14 – Fauna brasileira. Cartógrafo português anónimo. Planisfério, dito de Cantino (detalhe). 1502. Biblioteca Estense Universitaria, Modena (Itália).	278
Figura 4.15 – Flora, fauna e populações brasileiras. Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel; ilustrações atribuídas a António de Holanda. Oceano Atântico-Sul (detalhe), <i>Atlas Miller</i> . 1519. Bibliothèque Nationale de France, Paris.	279
Figura 4.16 – Representações iguais de elefantes posicionadas na África Oriental e no sub-continente indiano. Diogo Ribeiro, <i>Carta Universal en que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierto</i> [...] (detalhes). 1529. Biblioteca Apostólica Vaticana (Itália).	280
Figura 4.17 – Alegoria à Ásia. Petrus Plancius, <i>Orbis Terrarum Typus De Integro Multis In Locis Emendatus</i> (detalhe). Amsterdão, 1594. Barry Lawrence Ruderman Antique Maps (Antiquário – raremaps.com).	283
Figura 4.18 – Alegoria a África. Petrus Plancius, <i>Orbis Terrarum Typus De Integro Multis In Locis Emendatus</i> (detalhe). Amsterdão, 1594. Barry Lawrence Ruderman Antique Maps (Antiquário – raremaps.com).	283
Figura 4.19 – <i>Alegoria a África</i> . Lauuers Coenradt a partir de Louis Licherie de Beurie. Gravura a buril e colorida à mão. Paris, Pierre Lundry, século XVII. Museu de Lamego.	284
Figura 4.20 – Gravuras de elefantes. Cristóvão da Costa, <i>Tractado de las drogas, y medicinas de las Indias Orientales</i> [...]. Burgos, 1578.	292
Figura 4.21 – Rafael, <i>A Criação dos Animais</i> (Detalhe). Fresco, 1518-1519. Vaticano, Palácio Apostólico.....	293